



# resenha

de política exterior do brasil

número 99, 2º semestre de 2006

**ministério das relações exteriores**



**RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL**  
**Número 99, 2º semestre de 2006**  
**Ano 33, ISSN 0101 2428**

*A Resenha de Política Exterior do Brasil* é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Divisão de Comunicações e Arquivo (DCA), do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores  
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores  
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

Subsecretária-Geral do Serviço Exterior  
Embaixadora Maria Stela Pompeu Brasil Frota

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação  
Ministro Hélio Vítor Ramos Filho

Divisão de Comunicações e Arquivo  
Conselheira Cecília Neiva Tavares

Padronização  
Hilton Ferreira da Silva

Editoração eletrônica  
Hilton Ferreira da Silva

Endereço para correspondência:  
Divisão de Comunicações e Arquivo (DCA)  
Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, 1º subsolo  
CEP 70170-900, Brasília, DF  
Telefones: (61) 3411-9273, (61) 3411-9037, fax: (61) 3411-6591

© 2007 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia autorização do Editor.

---

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, 1, n.1 (jun. 1974).

v.  
Semestral.

NOTA: Havendo sido extinto o Centro de Documentação, a publicação, em papel, da Resenha de Política Exterior do Brasil foi interrompida de 1996 a 2002. Em 1995, houve apenas a edição relativa ao 1º semestre (nº 76). Os números 77 (2º semestre de 1995), 78 e 79 (1996), 80 e 81 (1997) foram publicados somente em formato eletrônico, na Relnet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais ([www.relnet.com.br](http://www.relnet.com.br)), projeto conjunto da Fundação Alexandre de Gusmão, do MRE, e do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

1. Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 32 (05)

# SUMÁRIO

## DISCURSOS

### **Reunião do Comitê de Negociações Comerciais (TNC) da OMC**

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em reunião do Comitê de Negociações Comerciais (TNC) da OMC. Genebra, Suíça, 1º de julho de 2006 ..... 25

### **Cerimônia de assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela como Membro Pleno do MERCOSUL**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela como Membro Pleno do MERCOSUL. Caracas, Venezuela, 04 de julho de 2006 .... 27

### **Reunião Plenária do Grupo Piloto sobre Mecanismos Financeiros Inovadores**

Discurso do Ministro Celso Amorim na Reunião Plenária do Grupo Piloto sobre Mecanismos Financeiros Inovadores, Palácio Itamaraty, Brasília, 6 e 7 de julho de 2006 ..... 31

### **Visita do Presidente de Gana**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente de Gana, John Agyekum Kufuor, Palácio do Planalto, Brasília, 10 de julho de 2006 ..... 35

### **I Sessão Plenária da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da I Sessão Plenária da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, Salvador, Bahia, 12 de julho de 2006 ..... 37

### **Abertura da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (II CIAD)**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (II CIAD), Salvador, Bahia, 12 de julho de 2006 ..... 43

### **Reunião entre os Países do G-8 e os Chefes de Estado e de Governo da África do Sul, Brasil, China, Índia, México e República do Congo**

Intervenção do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Reunião entre os Países do G-8 e os Chefes de Estado e de Governo da África do Sul, Brasil, China, Índia, México e República do Congo, São Petersburgo, Rússia, 17 de julho de 2006 ..... 45

### **Encerramento da XXX Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do encerramento da XXX Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul, Córdoba, Argentina, 21 de julho de 2006 ..... 49

### **Diálogo Aberto dos Presidentes na Cúpula do Mercosul**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Diálogo Aberto dos Presidentes na Cúpula do Mercosul, Córdoba, Argentina, 21 de julho de 2006 ..... 55

### **Reunião de Chefes de Delegação na OMC**

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em Reunião de Chefes de Delegação na OMC, Genebra, Suíça, 24 de julho de 2006 ..... 59

### **Posse do Presidente do Peru**

Saudação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da posse do Presidente do Peru, Alan García, Lima, Peru, 28 de julho de 2006 ..... 63

### **Aula Magna**

Aula Magna do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, aos Alunos do Instituto Rio Branco, Brasília, 04 de agosto de 2006 ..... 65

### **Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Portugal**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates, Palácio do Planalto, Brasília, DF, 09 de agosto de 2006 ..... 79

### **19ª Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 19ª Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, Brasília, DF, 24 de agosto de 2006 ..... 83

### **Encerramento do curso para Diplomatas sul-americanos**

Palestra do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, no encerramento do curso para Diplomatas sul-americanos, Palácio Itamaraty, Brasília, 25 de agosto de 2006 ..... 89

### **Inauguração do busto de San Tiago Dantas**

Discurso do Subsecretário-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior, Embaixador Ruy Nogueira, por ocasião da inauguração do busto de San Tiago Dantas, Palácio Itamaraty, Brasília, DF, 06 de setembro de 2006 ..... 105

### **Inauguração do busto de San Tiago Dantas**

Discurso do Presidente da Associação dos Diplomatas Brasileiros - ADB, Ministro Flávio Mendes de Oliveira Castro, por ocasião da inauguração do busto de San Tiago Dantas, Palácio Itamaraty, Brasília, DF, 06 de setembro de 2006 ..... 107

### **Primeira Conferência de Imprensa da Reunião de Alto Nível do G-20**

Palavras iniciais do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na primeira Conferência de Imprensa da Reunião de Alto Nível do G-20, Rio de Janeiro, 09 de setembro de 2006 ..... 111

### **Sessão de abertura da Reunião de Alto Nível do G-20**

Intervenção do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na sessão de abertura da Reunião de Alto Nível do G-20, Rio de Janeiro, 09 de setembro de 2006 ..... 115

### **Segunda Conferência de Imprensa da Reunião de Alto Nível do G-20**

Palavras iniciais do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na segunda Conferência de Imprensa da Reunião de Alto Nível do G-20, Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2006 ..... 117

### **Visita Oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro da Índia**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cerimônia de Assinatura de Atos e Declaração à Imprensa, por ocasião da Visita Oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh, Palácio da Alvorada, Brasília, DF, 12 de setembro de 2006 ..... 119

### **I Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS)**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos durante a I Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), Palácio Itamaraty, Brasília, DF, 13 de setembro de 2006 ..... 123

### **I Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS)**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão de Abertura da I Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), Palácio Itamaraty, Brasília, DF, 13 de setembro de 2006 .... 125

### **Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) com Empresários**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro dos Chefes de Estado e de Governo do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) com Empresários, Palácio Itamaraty, Brasília, DF, 13 de setembro de 2006 ..... 129

### **Reunião do Movimento dos Não-Alinhados**

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da Reunião do Movimento dos Não-Alinhados (17 de setembro de 2006) ..... 131

### **Cerimônia de entrega do Prêmio “Estadista do Ano 2006”**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega do Prêmio “Estadista do Ano 2006”, Nova York, Estados Unidos, 19 de setembro de 2006 ..... 133

### **Cerimônia de lançamento da Central Internacional de Compra de Medicamentos**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento da Central Internacional de Compra de Medicamentos, Nova York, Estados Unidos, 19 de setembro de 2006 ... 135

### **Abertura do debate geral da LXI Assembléia Geral das Nações Unidas**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do debate geral da LXI Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova York, Estados Unidos, 19 de setembro de 2006 ..... 137

### **Encontro com representantes da comunidade libanesa**

Palavras do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião de encontro com representantes da comunidade libanesa no Clube Monte Líbano, São Paulo, 26 de setembro de 2006 ..... 141

### **Seminário “As Nações Unidas: Paz, Direitos Humanos e Desenvolvimento em um Novo Cenário Internacional”**

Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura do Seminário “As Nações Unidas: Paz, Direitos Humanos e Desenvolvimento em um Novo Cenário Internacional”, por ocasião do 61º aniversário das Nações Unidas, Brasília, 24 de outubro de 2006 ..... 147

### **Cerimônia de Apresentação da Redução do Índice de Desmatamento da Amazônia**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cerimônia de Apresentação da Redução do Índice de Desmatamento da Amazônia, Brasília, DF, 26 de outubro de 2006 ..... 155

### **Cerimônia de assinatura de atos com o Presidente do Peru**

Declaração do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à imprensa, por ocasião da cerimônia de assinatura de atos com o Presidente do Peru, Alan García, Palácio do Planalto, Brasília - DF, 09 de novembro de 2006 ..... 159

### **Inauguração da segunda ponte sobre o rio Orinoco**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a inauguração da segunda ponte sobre o rio Orinoco, na Venezuela, Ciudad Guayana, Venezuela, 13 de novembro de 2006 ..... 163

### **Cerimônia comemorativa do XX aniversário do lançamento da Rodada Uruguai - Montevideú**

Discurso do Ministro Celso Amorim por ocasião de cerimônia comemorativa do XX aniversário do lançamento da Rodada Uruguai - Montevideú (22 de novembro de 2006) ..... 167

### **Conferência de imprensa conjunta com o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai**

Palavras iniciais do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em conferência de imprensa conjunta com o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Embaixador Rúben Ramíres, Assunção, Paraguai, 23 de novembro de 2006 ..... 171

### **III Reunião de Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações - CASA**

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na III Reunião de Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações - CASA, Santiago, Chile, 24 de novembro de 2006 ..... 175

### **Encontro Empresarial Latino-Americano**

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, no Encontro Empresarial Latino-Americano, Santiago, Chile, 27 de novembro de 2006 ..... 179

### **Abertura da Cúpula África-América do Sul (AFRAS)**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura da Cúpula África-América do Sul (AFRAS), Abuja, Nigéria, 30 de novembro de 2006 ..... 183

### **Entrevista coletiva ao final da Reunião de Cúpula África-América do Sul**

Palavras introdutórias do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de entrevista coletiva ao final da Reunião de Cúpula África-América do Sul, Abuja, Nigéria, 30/11/2006 ..... 187

### **VI Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul**

Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da VI Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul, Brasília, 05 de dezembro de 2006 ..... 191

### **I Reunião de Chefes de Estado e de Governo dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA)**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da II Reunião de Chefes de Estado e de Governo dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), Cochabamba, Bolívia, 08 de dezembro de 2006 ..... 197

### **Encerramento da II Reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA)**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da II Reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), Cochabamba, Bolívia, 09 de dezembro de 2006 ..... 203

### **II Reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA)**

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na II Reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), Cochabamba, Bolívia, 09 de dezembro de 2006 ..... 205

### **Descerramento de placa alusiva à instalação do MRE no prédio do MS**

Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião de descerramento, no Ministério da Saúde, de placa alusiva à instalação do MRE no prédio do MS no período de 1960 a 1964, Brasília, 13 de dezembro de 2006 ..... 209

### **Cerimônia de abertura oficial da Cúpula Social do Mercosul**

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da cerimônia de abertura oficial da Cúpula Social do Mercosul, Brasília, 13 de dezembro de 2006 ..... 211

### **Sessão Solene de constituição do Parlamento do Mercosul**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão Solene de constituição do Parlamento do Mercosul, Senado Federal, Brasília - DF, 14 de dezembro de 2006 ..... 213

## **Primeira Sessão da XXXI Reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC) do Mercosul**

Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da Primeira Sessão da XXXI Reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC) do Mercosul, Brasília, 15 de dezembro de 2006 ..... 217

## **Cooperação entre o Mercosul e a Federação da Rússia**

Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da Cerimônia de Assinatura de Memorando de Entendimento para Estabelecimento de um Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação entre o Mercosul e a Federação da Rússia, com a participação dos Ministros das Relações Exteriores dos países do Mercosul e do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Serguei Lavrov. Brasília, 15 de dezembro de 2006 ..... 219

**ATOS INTERNACIONAIS** ..... 221

## **COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES**

Comunicado Conjunto - OMC - Genebra (1º de julho de 2006) ..... 229

Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Venezuela - Caracas, 4 de julho de 2006 (03 de julho de 2006) ..... 230

Reunião Plenária do Grupo-Piloto sobre Mecanismos Inovadores de Financiamento do Desenvolvimento (04 de julho de 2006) ..... 231

Testes de Mísseis pela República Popular e Democrática da Coreia (06 de julho de 2006) ..... 231

Visita ao Brasil do Presidente de Gana, John Agyekum Kufuor (07 de julho de 2006) ..... 231

Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica (07 de julho de 2006) ..... 232

Reunião Plenária do Grupo-Piloto sobre Mecanismos Financeiros Inovadores - Resumo do Presidente (07 de julho de 2006) ..... 233

Mensagem do Presidente da República ao Primeiro-Ministro de Timor-Leste (10 de julho de 2006) .. 235

Explosões em Mumbai, Índia (11 de julho de 2006) ..... 236

Situação na Fronteira Israel-Líbano (12 de julho de 2006) ..... 236

Vítimas Brasileiras de Ações Militares no Líbano (13 de julho de 2006) ..... 236

Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Primeiro-Ministro da Índia (13 de julho de 2006) ... 237

Assistência a Brasileiros no Líbano (15 de julho de 2006) .....	237
África do Sul, Brasil, China, Índia, México e República do Congo - Documento de Posição (16 de julho de 2006) .....	237
Morte de Jean Charles de Menezes - Missão de altos funcionários a Londres (16 de julho de 2006) ..	242
Retirada de brasileiros do Líbano (16 de julho de 2006) .....	243
Caso Jean Charles de Menezes: decisão do CPS (17 de julho de 2006) .....	243
Retirada de brasileiros do Líbano (17 de julho de 2006) .....	243
Nova vítima brasileira de ações militares no Líbano (18 de julho de 2006) .....	243
Assistência a brasileiros no Líbano, Jordânia e Síria (18 de julho de 2006) .....	244
XXX Reunião do Conselho do Mercado Comum e Cúpula dos Presidentes do Mercosul - Córdoba, Argentina, 19 a 21 de julho de 2006 (18 de julho de 2006) .....	244
Situação no Líbano (19 de julho de 2006) .....	245
Situação dos Cidadãos brasileiros no Líbano (20 de julho de 2006) .....	245
Retirada de brasileiros do Líbano (20 de julho de 2006) .....	246
Maremoto na Indonésia (20 de julho de 2006) .....	246
Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados partes do Mercosul (21 de julho de 2006) .....	246
Comunicado Conjunto dos Presidentes do Mercosul e Estados Associados (21 de julho de 2006) ....	251
Primeiro aniversário da morte de Jean Charles de Menezes (22 de julho de 2006) .....	255
Situação dos brasileiros no Líbano (23 de julho de 2006) .....	255
Retirada de brasileiros do Líbano (23 de julho de 2006) .....	256
Comunicado de Imprensa do G-20* - Genebra, 24 de julho de 2006 (24 de julho de 2006) .....	256
Comunicado Conjunto de Imprensa - Primeiro Encontro da Comissão Conjunta Brasil-Estados Unidos sobre Cooperação Científica e Tecnológica - Washington, 21 de julho de 2006 (24 de julho de 2006) .....	256

Notas do Ministro Celso Amorim na sessão do Comitê de Negociações Comerciais da OMC - Genebra (24 de julho de 2006) .....	257
Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Primeiro-Ministro da Itália (24 de julho de 2006) ...	259
Mensagem do Ministro Celso Amorim ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália (24 de julho de 2006) .....	259
Visita da Representante de Comércio dos Estados Unidos, Susan Schwab, ao Brasil - Rio de Janeiro, 29 de julho de 2006 (26 de julho de 2006) .....	260
Morte de observadores militares da ONU no Líbano (26 de julho de 2006) .....	260
Conferência de Doadores para o Haiti - Porto Príncipe, 25 de julho de 2006 (27 de julho de 2006) .	260
Ratificação do Tratado de Extradicação entre o Brasil e a Ucrânia (28 de julho de 2006) .....	261
Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Primeiro-Ministro do Líbano (30 de julho de 2006) .....	261
Assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação Técnica Brasil-Afganistão (1º de agosto de 2006) .	261
Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente de Cuba (1º de agosto de 2006) ..	261
Visita do Ministro Celso Amorim à Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal (1º de agosto de 2006) .....	262
Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Brasil e o Haiti sobre telecomunicações (2 de agosto de 2006) .....	262
Cartas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a situação no Líbano (3 de agosto de 2006) .....	262
Reunião de Alto Nível dos Países Integranes do G-20 (4 de agosto de 2006) .....	263
Contencioso Brasil-EUA sobre subsídios ao algodão - Eliminação do subsídio “step 2” (4 de agosto de 2006) .....	263
Comparecimento da Primeira-Dama à Posse do Presidente da Colômbia (4 de agosto de 2006) .....	266
Visita Oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro de Portugal - 8 a 11 de agosto de 2006 (7 de agosto de 2006) .....	266

Cartas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro Celso Amorim sobre a situação no Líbano (8 de agosto de 2006) .....	267
Eleição do Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (9 de agosto de 2006) .....	267
Visita do Ministro Celso Amorim ao Líbano (10 de agosto de 2006) .....	268
Situação no Oriente Médio (14 de agosto de 2006) .....	268
Centro Regional de Inteligência (15 de agosto de 2006) .....	268
Núcleo de Apoio à Presidência Pro-Tempore do Mercosul - NAPPTB (15 de agosto de 2006) .....	269
Visita oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Botsuana, Mompoti Merafhe (16 de agosto de 2006) .....	269
Renovação do Mandato da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti - MINUSTAH (16 de agosto de 2006) .....	270
Concurso Itamaraty para o Cinema Brasileiro – Abertura de inscrições (17 de agosto de 2006) .....	270
Operação de retirada de brasileiros do Líbano (17 de agosto de 2006) .....	270
Caso Damião Ximenes Lopes (18 de agosto de 2006) .....	270
Comunicado Conjunto da visita do Tenente-General Mompoti Merafhe, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional de Botsuana, ao Brasil entre 16 e 18 de agosto de 2006 (18 de agosto de 2006) .....	271
Visita do Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL, Carlos Chacho Alvarez (18 de agosto de 2006) .....	273
Gasoduto Brasil-Bolívia (21 de agosto de 2006) .....	273
Operação de retirada de brasileiros do Líbano (22 de agosto de 2006) .....	273
Entrega do Relatório do Conselho Brasil-Japão para o Século XXI ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (23 de agosto de 2006) .....	273
Visita da Presidente da Câmara de Conselheiros do Parlamento do Japão (23 de agosto de 2006) .....	274
Visita do Vice-Presidente da Bolívia, Alvaro García Linera, ao Brasil (23 de agosto de 2006) .....	274

Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores do Peru, José Antonio García Belaunde (24 de agosto de 2006) .....	274
Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) (25 de agosto de 2006) .....	275
Visita do Ministro das Relações Exteriores da Tailândia (25 de agosto de 2006) .....	275
Visita ao Brasil do Presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional da República Popular da China, 29 de agosto a 3 de setembro de 2006 (29 de agosto de 2006) .....	276
Contratos e acordos assinados por ocasião da visita do Presidente do Comitê Permanente da Assembléia Nacional da República Popular da China, Senhor Wu Bangguo (30 de agosto de 2006) .....	276
Contribuição do Governo brasileiro para assistência humanitária no Líbano (31 de agosto de 2006) ...	277
Contribuição do Governo brasileiro para projetos humanitários nos territórios Palestinos ocupados (31 de agosto de 2006) .....	277
Comunicado Conjunto dos Ministros presentes na Reunião de Ministros da Fazenda dos Estados-Partes e Associados do Mercosul (1º de setembro de 2006) .....	277
Visita ao Brasil da Ministra das Relações Exteriores da Colômbia, María Consuelo Araujo Castro (5 de setembro de 2006) .....	278
Aprovação do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL pela Câmara dos Deputados (5 de setembro de 2006) .....	278
Mensagens de felicitações pelo nascimento do filho do Príncipe Akishino e da Princesa Kiko, do Japão (6 de setembro de 2006) .....	279
Aprovação do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) no Senado Federal (6 de setembro de 2006) .....	279
Aprovação do Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL (6 de setembro de 2006) .....	280
Visita do Presidente Tabaré Vázquez - Porto Alegre, 8 de setembro de 2006. (8 de setembro de 2006) ....	280
Visita ao Brasil do Chanceler Ruben Ramírez - Brasília, 11 de setembro de 2006 (8 de setembro de 2006) .....	280
Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Índia (8 de setembro de 2006) .....	281

Intervenção do Ministro Celso Amorim na abertura da Reunião de Alto Nível do G-20 (9 de setembro de 2006) .....	281
Reunião de Alto Nível do G-20 com coordenadores de grupos de países em desenvolvimento - Comunicado de Imprensa (9 de setembro de 2006) .....	282
Visita Oficial do Chanceler Rubén Ramírez Lezcano - Brasília, 11 de setembro de 2006 - Comunicado Conjunto (11 de setembro de 2006) .....	284
Ajuda humanitária ao Equador (12 de setembro de 2006) .....	286
Visita do Ministro Celso Amorim a Cuba (12 de setembro de 2006) .....	286
Visita Oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro da República da Índia, Manmohan Singh - Comunicado Conjunto (12 de setembro de 2006) .....	287
I Reunião de Cúpula do IBAS - 13 de setembro de 2006, Brasília - Comunicado de Imprensa (13 de setembro de 2006) .....	289
I Reunião de Cúpula do IBAS - Declaração Conjunta (13 de setembro de 2006) .....	292
Atos assinados por ocasião da I Reunião de Cúpula Índia – Brasil – África do Sul - Brasília 13 de setembro de 2006 (13 de setembro de 2006) .....	304
Memorando de Entendimento entre os Membros do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da África do Sul e o Governo da República da Índia, para Estabelecer Força-Tarefa Trilateral sobre Biocombustíveis .....	304
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Trilateral em Agricultura e Áreas Afins entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República da África do Sul e da República da Índia no Âmbito do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) .....	305
Estrutura de Cooperação em Sociedade da Informação entre os Governos da República Federativa do Brasil, a República da África do Sul e a República da Índia .....	308
Plano de Ação sobre Facilitação de Comércio em Normas, Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade .....	311
Acordo Trilateral entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da África do Sul e o Governo da República da Índia sobre Navegação Mercante e Outros Assuntos Relacionados ao Transporte Marítimo .....	312

Lançamento da Central Internacional para a Compra de Medicamentos contra AIDS, malária e tuberculose (UNITAID) (19 de setembro de 2006) .....	317
Visita do Ministro Celso Amorim ao Haiti (20 de setembro de 2006) .....	317
Situação na Tailândia (20 de setembro de 2006) .....	318
Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Primeiro-Ministro do Japão (20 de setembro de 2006) .....	318
Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Ex-Primeiro-Ministro do Japão (26 de setembro de 2006) .....	318
Incidente com garimpeiros na Venezuela (26 de setembro de 2006) .....	319
Morte de Garimpeiros na Venezuela (27 de setembro de 2006) .....	319
Contencioso Brasil-EUA sobre subsídios ao algodão - Solicitação de painel de implementação (28 de setembro de 2006) .....	319
Morte de garimpeiros brasileiros na Venezuela (28 de setembro de 2006) .....	320
II Fórum Brasil-Coreia (3 de outubro de 2006) .....	320
Anúncio de teste nuclear da República Democrática e Popular da Coreia (4 de outubro de 2006) .....	320
Retirada israelense do sul do Líbano (4 de outubro de 2006) .....	321
Visita ao Brasil do Presidente-Eleito do México, Felipe Calderón (5 de outubro de 2006) .....	321
Acidente aéreo (6 de outubro de 2006) .....	321
Divulgação de listas da UE sobre proteção de propriedade intelectual (6 de outubro de 2006) .....	321
Manifesto de apoio à Central Internacional de Compra de Medicamentos contra a AIDS, malária e tuberculose (UNITAID) (6 de outubro de 2006) .....	322
Anúncio de teste nuclear da República Democrática e Popular da Coreia (9 de outubro de 2006) .....	322
Acordo de cooperação com a Polônia na luta contra o crime organizado e outras modalidades criminosas (9 de outubro de 2006) .....	322

I Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto Brasil-Japão sobre TV Digital - Brasília, 10 a 12 de outubro de 2006 (9 de outubro de 2006) .....	323
Missão brasileira de cooperação ao Líbano (11 de outubro de 2006) .....	323
Negociações para um Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo (11 de outubro de 2006) .....	324
IX Reunião da Comissão de Vizinhança e Integração Brasil-Colômbia (13 de outubro de 2006) .....	325
Indicação do Secretário-Geral das Nações Unidas (13 de outubro de 2006) .....	325
Declaração do Presidente do Grupo de Supridores Nucleares sobre a República Democrática e Popular da Coreia - Viena, 12 de outubro de 2006 (13 de outubro de 2006) .....	326
Medidas Provisórias da Corte Interamericana de Direitos Humanos (20 de outubro de 2006) .....	327
61 anos das Nações Unidas (23 de outubro de 2006) .....	327
Resultados da Missão Multidisciplinar Brasileira ao Líbano (25 de outubro de 2006) .....	328
Estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República do Montenegro (25 de outubro de 2006) .....	329
Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco de 2006 - “Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia” (27 de outubro de 2006) .....	329
Conclusão de negociações com a União Européia relativas à exportação de carnes de aves (27 de outubro de 2006) .....	330
Negociações hexapartites sobre a desnuclearização da Península Coreana (31 de outubro de 2006) .....	330
Eleição no Conselho de Segurança (2 de novembro de 2006) .....	330
Participação do Brasil na XVI Cúpula Ibero-americana (3 de novembro de 2006) .....	331
Eleições na Nicarágua (2 de novembro de 2006) .....	331
Eleição do Panamá ao Conselho de Segurança (8 de novembro de 2006) .....	331
Acessão do Vietnã à OMC (8 de novembro de 2006) .....	332

Situação na Faixa de Gaza (8 de novembro de 2006) .....	332
Visita de Estado ao Brasil do Presidente do Peru, Alan García - 9 e 10 de novembro de 2006 (8 de novembro de 2006) .....	332
Eleições na Nicarágua (8 de novembro de 2006) .....	333
Atos assinados por ocasião da visita de Estado do Presidente do Peru, Alan García, ao Brasil - Brasília, 9 de novembro de 2006 (9 de novembro de 2006)	
<i>Memorando de entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o     Governo da República do Peru para cooperação no consórcio internacional para o     seqüenciamento do genoma da batata</i> .....	333
<i>Memorando de entendimento sobre cooperação em biotecnologia entre o Governo da     República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru</i> .....	334
<i>Memorando de entendimento sobre cooperação educacional entre o Governo da     República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru</i> .....	336
<i>Acordo quadro sobre cooperação em matéria de defesa entre o Governo da República     Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru</i> .....	338
<i>Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica entre o     Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para     implementação do projeto “implementação e adequação das normas técnicas da     estratégia sanitária nacional de combate à dst/hiv/aids”</i> .....	341
<i>Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica entre o     Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para     implementação do projeto “Gestão descentralizada dos programas sociais”</i> .....	343
<i>Memorando de entendimento para o estabelecimento de uma comissão mista     permanente em matéria energética, geológica e de mineração entre o Ministério de     Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia e Minas     da República do Peru</i> .....	345
<i>Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica entre o     Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para     implementação do projeto “fortalecimento institucional do programa nacional de     apoio direto aos mais pobres”</i> .....	347

<i>Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para implementação do projeto “fortalecimento da regulamentação e fiscalização em saúde pública no processo de descentralização dos ministérios da saúde do Brasil e do Peru”</i> .....	349
<i>Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para implementação do projeto “fortalecimento da capacidade de resposta dos serviços de saúde frente a uma pandemia de influenza”</i> .....	351
<i>Declaração dos Ministros da Defesa da República Federativa do Brasil e da República do Peru sobre cooperação em matéria de vigilância da Amazônia</i> .....	353
Visita de Estado do Presidente Alan García Perez ao Brasil - Brasília - Comunicado Conjunto (9 de novembro de 2006) .....	353
Cooperação entre Brasil, Alemanha, Índia e Japão sobre reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas - Genebra (9 de novembro de 2006) .....	358
Declaração do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à imprensa, por ocasião da cerimônia de assinatura de atos com o Presidente do Peru, Alan García, Palácio do Planalto, Brasília-DF, 9 de novembro de 2006 .....	358
Posição do Brasil sobre não-proliferação e desarmamento nuclear (10 de novembro de 2006) .....	361
Visita do Ministro Celso Amorim ao Chile (10 de novembro de 2006) .....	361
Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Ciudad Guayana, Venezuela (11 de novembro de 2006) ....	361
Indicação de Luiz Carlos da Costa como Representante Especial Alterno das Nações Unidas para o Haiti (14 de novembro de 2006) .....	361
Eleição do Embaixador Gilberto Vergne Saboia para a Comissão de Direito Internacional (17 de novembro de 2006) .....	362
Cancelamento das dívidas de Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Nicarágua junto ao BID (17 de novembro de 2006) .....	362
Falecimento de cidadão brasileiro em Timor-Leste (19 de novembro de 2006) .....	363
Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, Karel de Gucht (20 de novembro de 2006) .....	363

Reunião do Ministro Celso Amorim com o Grupo dos Embaixadores Árabes em Brasília (20 de novembro de 2006) .....	363
Visita do Ministro Celso Amorim a Montevideú (21 de novembro de 2006) .....	364
Assassinato do Ministro da Indústria do Líbano, Pierre Gemayel (21 de novembro de 2006) .....	364
Visita do Ministro Celso Amorim ao Paraguai (21 de novembro de 2006) .....	364
III Reunião de Chanceleres da CASA (22 de novembro de 2006) .....	365
Seminário sobre o Mercosul para Jornalistas (23 de novembro de 2006) .....	365
Comunicado Conjunto dos Ministros das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e da República do Paraguai (23 de novembro de 2006) .....	366
Assassinato do Ministro da Indústria do Líbano, Pierre Gemayel – Mensagens do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro Celso Amorim 23 de novembro de 2006) .....	370
Conferência de Imprensa dos Ministros Celso Amorim e Rubén Ramírez - Assunção (23 de novembro de 2006) .....	371
Acordo entre os Estados Membros da Comunidade Sul-Americana de Nações sobre dispensa da exigência de visto de turista e habilitação de documento de identidade para ingresso e trânsito em seus respectivos territórios (24 de novembro de 2006) .....	376
XLV Reunião do Grupo Mercado Comum - Informação à imprensa (24 de novembro de 2006) .....	376
Eleições no Equador (27 de novembro de 2006) .....	377
Cúpula África–América do Sul (AFRAS) (28 de novembro de 2006) .....	377
Cessar-fogo na Faixa de Gaza (28 de novembro de 2006) .....	377
Trabalho forçado no Brasil (29 de novembro de 2006) .....	378
Posse do Presidente do México (29 de novembro de 2006) .....	378
Centro Regional de Inteligência de Foz do Iguaçu (1º de dezembro de 2006) .....	378
Ciclo de Palestras para funcionários governamentais de países da América do Sul sobre o Sistema de Solução de Controvérsias da OMC (1º de dezembro de 2006) .....	379

Denúncia de abuso sexual no Haiti (1º de dezembro de 2006) .....	379
VI Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do MERCOSUL - Brasília, 4 a 6, de dezembro de 2006 (4 de dezembro de 2006) .....	380
Furacão nas Filipinas (4 de dezembro de 2006) .....	380
Visita ao Brasil do Chanceler do Panamá (5 de dezembro de 2006) .....	380
Visita ao Brasil do Presidente da Venezuela (6 de dezembro de 2006) .....	381
Tríplice Fronteira (7 de dezembro de 2006) .....	381
Visita do Ministro Celso Amorim à Argentina (7 de dezembro de 2006) .....	384
Visita do Presidente eleito do Equador, Rafael Correa (7 de dezembro de 2006) .....	384
II Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações(CASA) (7 de dezembro de 2006) .....	384
Conferência no Irã sobre o Holocausto (9 de dezembro de 2006) .....	385
Incorporação de oficiais paraguaios às tropas brasileiras no Haiti (9 de dezembro de 2006) .....	385
Sistema Geral de Preferências dos EUA (11 de dezembro de 2006) .....	385
15º Aniversário de Criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle (ABACC) (12 de dezembro de 2006) .....	386
Situação em Darfur (13 de dezembro de 2006) .....	387
Visita oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia, Serguei Lavrov (13 de dezembro de 2006) .....	387
Parlamento do Mercosul (13 de dezembro de 2006) .....	388
XXXI Reunião do Conselho do Mercado Comum do Mercosul (13 de dezembro de 2006) .....	389
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata – 2007 (13 de dezembro de 2006) .....	389
Visita Oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia ao Brasil - Declaração Conjunta (14 de dezembro de 2006) .....	390

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação entre os Estados Partes e Estados Associados do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Federação da Rússia (15 de dezembro de 2006) .....	392
Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, David Choquehuanca (15 de dezembro de 2006) .....	393
Adoção da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo (18 de dezembro de 2006) .....	394
Corte Inter-Americana de Direitos Humanos (19 de dezembro de 2006) .....	394
Apresentação de credenciais do Embaixador do Brasil junto ao Governo iraquiano (20 de dezembro de 2006) .....	395
Mensagem de condolências pela explosão de gasoduto na Nigéria (27 de dezembro de 2006) .....	395
Enchentes na Indonésia (27 de dezembro de 2006) .....	395
Conflito na Somália (27 de dezembro de 2006) .....	395
Falecimento do ex-Presidente dos Estados Unidos da América, Gerald Ford (28 de dezembro de 2006) ..	396
Condenação à morte de Saddam Hussein (29 de dezembro de 2006) .....	396
 <b>ARTIGOS</b>	
<b>“Um sistema brasileiro para a TV digital”</b>	
Artigo assinado pelos Ministros Celso Amorim, Dilma Rousseff, Guido Mantega, Luiz Fernando Furlan, Hélio Costa e Sergio Rezende, publicado pelo Jornal Folha de São Paulo, Brasília, 02 de julho de 2006 .....	397
 <b>“Itaipu - verdades e mentiras”</b>	
Artigo do Diretor-Geral brasileiro da Itaipu Binacional, Jorge Samek, publicado no jornal “O Estado de S. Paulo”, 5 de julho de 2006 .....	398
 <b>“Fuel for Thought”</b>	
Artigo do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, publicado no jornal “The Wall Street Journal”, Estados Unidos, 14 de julho de 2006 (versão em inglês) .....	400
 <b>“Summit offers chance to gain consensus”</b>	
Artigo publicado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no “Miami Herald”, Estados Unidos, 16 de julho de 2006 (versão em inglês) .....	401

### **“Sistema de cotas e políticas de inclusão”**

Artigo da Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, publicado no “Correio Braziliense”, Brasília - DF, 2 agosto de 2006 ..... 403

### **“Violência contra a mulher: uma lei necessária”**

Artigo da Ministra Nilcéa Freire, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, publicado na “Folha de São Paulo”, 6 de agosto de 2006 ..... 404

### **“Emprego no Mercosul: construção de novos consensos”**

Artigo do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, publicado no “Correio Braziliense”, 11 de agosto de 2006 ..... 405

### **“Crise de Valores”**

Artigo do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, publicado no “Correio Braziliense”, 14 de agosto de 2006 ..... 406

### **“Prouni”**

Artigo do Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, publicado na “Folha de São Paulo”, 31 de agosto de 2006 ..... 407

### **“A aliança Índia-Brasil-África do Sul”**

Artigo do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, publicado no jornal “Valor Econômico”, 15 de setembro de 2006 ..... 408

### **“A aliança Índia-Brasil-África do Sul”**

Artigo do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, publicado no “Valor Econômico”, 10 de outubro de 2006 ..... 410

### **“Diálogo com Paul Kennedy”**

Artigo do Embaixador do Brasil em Londres, José Mauricio Bustani, publicado na “Folha de São Paulo”, 15 de outubro de 2006 ..... 411

### **“A Amazônia não está à venda”**

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, e da Ministra de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva, publicado na “Folha de São Paulo”, 17 de outubro de 2006 ..... 412

### **“The Amazon is ours. It is not for sale...”**

Artigo publicado pelos Ministros Celso Amorim, Marina Silva e Sergio Rezende no jornal “The Independent”, Londres, 31 de outubro de 2006 ..... 414

### **“Dia Nacional da Consciência Negra”**

Artigo da Ministra Matilde Ribeiro, Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, publicado no jornal “Correio Braziliense”, 8 de novembro de 2006 ..... 416

### **“Cien años de amistad”**

Artigo do Embaixador do Brasil na Guatemala, Renan Leite Paes Barreto, publicado no jornal “Prensa Libre”, Guatemala, 26 de novembro de 2006 ..... 417

### **“Cette Amérique du Sud qui rencontre l’Afrique”**

Artigo do Embaixador do Brasil em Argel, Sérgio França Danese, publicado no jornal “El Watan”, Argel, Argélia, 29 de novembro de 2006 ..... 418

### **“Missão do sucessor de Kofi Annan é completar reforma das Nações Unidas”**

Artigo do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicado no jornal “Folha de São Paulo”, 17 de dezembro de 2006 ..... 420

## **ENTREVISTAS**

Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, após encontro mantido com o Comissário de Comércio da União Européia, Peter Mandelson (Londres, Reino Unido, em 13 de julho de 2006) ..... 423

Entrevista concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à imprensa brasileira por ocasião da Reunião do G-8, São Petersburgo, Rússia, em 16 de julho de 2006 ..... 428

Entrevista coletiva concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, após reunião do G-6, Genebra, Suíça, 24 de julho de 2006 ..... 432

Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal “Folha de São Paulo”, Istambul, Turquia, 26 de julho de 2006 ..... 435

Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal “Libération”, França 26 de julho de 2006 ..... 436

Entrevista coletiva concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e pela Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), Embaixadora Susan Schwab, por ocasião de reunião informal sobre a Rodada Doha da OMC, Rio de Janeiro, em 29 de julho de 2006 ..... 438

Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal “O Estado de São Paulo”, São Paulo, 2 de agosto de 2006) ..... 444

Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, “Valor Econômico”, 9 de agosto de 2006 ..... 446

Entrevista coletiva concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores do Peru, Embaixador García Belaunde, por ocasião de Visita de Trabalho a Brasília, Brasília-DF, 25 de agosto de 2006 .....	448
Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, BBC Brasil, 12 de setembro de 2006 .....	452
Entrevista concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal “El País”, Montevideu, Uruguai, 1º de outubro de 2006 .....	454
Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, “Jornal do Comercio”, PE, 27 de outubro de 2006 .....	457
Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, revista “Indústria Brasileira”, 10 de outubro de 2006 .....	458
“Lula faz política externa que povo quer” - Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, Agência Reuters, 13 de outubro de 2006 .....	462
Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, “Gazeta Mercantil”, 19 de outubro de 2006 .....	463
Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, “Jornal do Brasil”, 24 de outubro de 2006 .....	467
Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, “O Globo”, 29 de outubro de 2006 .....	469
Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, “Clarín”, 1º de novembro de 2006 .....	470
Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal “Última Hora”, Assunção, Paraguai, 24 de novembro de 2006 .....	472
Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, revista “IstoÉ”, 29 de novembro de 2006 .....	474
Entrevista do Presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, “O Estado de São Paulo”, 3 de dezembro de 2006 .....	477
Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à revista “América Economía”, Santiago, Chile, 11 de dezembro de 2006 .....	480

Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal La Nación, Buenos Aires, Argentina, 13 de dezembro de 2006) .....	482
Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, revista Época, 17 de dezembro de 2006 .....	484
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	489

## Reunião do Comitê de Negociações Comerciais (TNC) da OMC

*Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,  
Embaixador Celso Amorim, em reunião do Comitê de  
Negociações Comerciais (TNC) da OMC. Genebra,  
Suíça, 1º de julho de 2006*

Thank you, Mr Chairman.

I will be brief. I don't want to go into an evaluation of who moved and who didn't move. I think that would spoil the good atmosphere that you just described. I would agree with your assessment that we are living now in a crisis situation, but sometimes a crisis is necessary in order to have a good result. I think that in a way we are in the brink of failure, but maybe this has to be brought home to all the leaders so that they can see that the movements have to be made in order to reach an arrangement.

The paradox of our situation, I believe Mr Chairman, is that - and I have lived through some successes and many failures in this organisation and its predecessor -, but I think the paradox of this situation, unlike for instance the one that preceded Seattle -in Seattle of course we all knew that it was going to fail, I mean only a miracle could have saved it because we were very far from an agreement -, is that an agreement is within reach. Even those among us who have maybe some discrepancies, if each one of us would write his or her version of the agreement it would not be that different, I must say. Of course there would be some thousands of tonnes here or maybe some millions of subsidies there or maybe some difference in coefficient but we are not in an area in which agreement cannot be reached and, at

the same time, we are at the brink of failure.

So this is the paradox of the situation and this is the exceptionality of the situation that requires us to entrust you Mr Chairman, as Director-General and Chairman of the TNC to go into intensified consultations. I think this is what we need. Of course part of the consultations will be with some of the Gs.

I have to remind the G6 is, in a way, an asymmetrical body because not only of the strength of its different parts, but also because of the mandates that the different members have. Brazil and India are part of the G20 and somehow carry some mandate of the G20. We don't have a mandate from other groups. There is a certain asymmetry in the way the three corners of the triangle can be resolved, but anyway it is one of the important elements of your consultation. But I am sure that there will be many others you will have to consult on things like quota-free duty-free, which are beyond what we can do in the G6.

I want to stress that your role as a facilitator now is crucial and for a very simple reason. Many people have said when they came here that they had cards in their pockets or they were prepared to negotiate, but of course they are not prepared to show each other the cards that they have in their pockets. But they may be more prepared to show them to you

or at least give you some hint of what cards they have and, in this process, you may be able to enlighten us on what is the kind of possible agreement that direct contact sometimes doesn't allow.

Without departing from a bottom-up approach, from a Member-driven approach, I think there is room and actually there is the necessity at this stage of a greater involvement, of more proactiveness of the Director-General. That is essentially what I had to say. I just want to mention because I think maybe some people in this room may

have missed but this morning there was a joint statement which involved a large number of groups from developing countries and the G20, the G33, the ACP, the LDCs, the African Group, the small vulnerable economies, the NAMA 11, the Cotton 4, and the CARICOM. That joint statement which of course reaffirms some of our position ends with a reaffirmation of our commitment to a successful completion of the Round by the end of this year.

Thank you.

## **Cerimônia de assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela como Membro Pleno do MERCOSUL**

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela como Membro Pleno do MERCOSUL. Caracas, Venezuela, 04 de julho de 2006*

Excelentíssimo senhor Hugo Chávez,  
Presidente da República Bolivariana da Venezuela,

Meu querido amigo, excelentíssimo senhor Néstor Kirchner, Presidente da República Argentina e Presidente pró-tempore do MERCOSUL,

Excelentíssimo senhor Nicanor Duarte,  
Presidente da República do Paraguai,

Excelentíssimo senhor Tabaré Vázquez,  
Presidente da República Oriental do Uruguai,

Excelentíssimo senhor Evo Morales,  
Presidente da República da Bolívia,

Meu caro companheiro Carlos Álvarez,  
Presidente da Comissão Permanente dos Representantes do MERCOSUL,

Queridos companheiros e companheiras  
chanceleres aqui presentes,

Embaixadores,

Senhoras e senhores membros do governo  
da Venezuela,

Senhores e senhoras congressistas,

Membros do Corpo Diplomático,

Empresários,

Estudantes,

Trabalhadores,

Jornalistas,

Meus senhores e minhas senhoras,

Estamos escrevendo, hoje, um novo capítulo  
na história da integração da nossa região. Com a

adesão da Venezuela, o MERCOSUL ganha novos horizontes e alcança uma dimensão econômica e política verdadeiramente continental.

Formamos, a partir de agora, um bloco com mais de 250 milhões de habitantes, com uma área de 13 milhões de quilômetros quadrados e um PIB superior a um trilhão de dólares. Nosso comércio global ultrapassa os 300 bilhões de dólares.

Estamos construindo um notável patrimônio de realizações que aproximam nossos cidadãos, fortalecem nossas instituições e promovem o desenvolvimento solidário. Sabemos que isso requer empenho em forjarmos relações econômico-comerciais efetivamente complementares, que beneficiem a todos os nossos cidadãos. Para isso, devemos continuar nossa luta contra a exclusão, a pobreza e a desigualdade social, o fundamento de um sistema democrático sólido e durável.

Meus amigos Presidentes,

O MERCOSUL é o projeto político de maior envergadura da história da nossa região. Os desafios que temos diante de nós são proporcionais às nossas ambições. Temos um forte compromisso com a democracia e com os preceitos de pluralismo político, respeitamos os processos de cada país. É por isso que também temos o direito de exigir que não haja ingerência de nenhum tipo em nossa região.

Somos e queremos ser uma zona de paz. Constituímos um amplo espaço livre de armas de destruição, reconhecemos a urgência de encontrar respostas para as assimetrias que limitam a capacidade de nossos parceiros menores de tirar pleno benefício de nossa integração.

Foi com esse espírito que decidimos constituir o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL e estudamos outras medidas de complementação produtiva, de fortalecimento de nossa infra-estrutura física e de integração energética.

Ao mesmo tempo, estamos desenvolvendo mecanismos que facilitem o acesso das exportações das economias menores aos mercados dos demais sócios. No caso do Brasil, desenvolvemos um programa de substituição competitiva de importações. Contemplamos flexibilidades nas regras comerciais, de modo a incentivar novos investimentos produtivos. Assim, asseguraremos que os benefícios de nossa união sejam distribuídos de forma equilibrada.

Precisamos aproximar o MERCOSUL dos cidadãos e dos poderes locais. Quanto mais coesos estivermos, mais fortes e competitivos seremos neste mundo globalizado, injusto e desigual. Somente a união garantirá uma integração dinâmica do comércio internacional. A incorporação da Venezuela ao MERCOSUL é oportunidade para reafirmarmos compromissos com uma integração solidária. Saudamos o fato de que o Protocolo de Adesão tenha reconhecido as necessidades especiais do Paraguai e do Uruguai.

Meu querido companheiro Chávez,

A adesão da Venezuela ao Tratado de Assunção é mais do que um voto de confiança na força de nosso projeto comum. A expansão de nosso bloco até o Caribe reforçará a percepção de que o MERCOSUL é uma realidade continental, ajudará a visualizar o MERCOSUL como a espinha dorsal da integração da América do Sul. Queremos também que a presença da Venezuela no MERCOSUL contribua ao processo em curso, de formação da

Comunidade Sul-Americana de Nações, que valorizamos especialmente.

A diversidade econômica e a pluralidade política não devem ser fatores de desunião, nem devem excluir a cooperação mutuamente vantajosa e o bom entendimento entre todas as nações da América do Sul.

Do ponto de vista brasileiro, o ingresso da Venezuela ao MERCOSUL se soma à Aliança Estratégica Venezuela-Brasil, ao excepcional crescimento de nossas nações nos campos de comércio, do investimento, e também da nossa cooperação energética. Nos fóruns internacionais, como as Nações Unidas e a OMC, somamos nossas vozes para ajudar a modificar as regras e procedimentos que não respondem aos interesses de nossa região.

Registro, com satisfação, que todos os membros do MERCOSUL integram o Grupo do G-20, e têm sido uma ferramenta fundamental para um resultado justo e equilibrado na Rodada de Doha.

No momento em que celebramos a vitalidade do MERCOSUL, quero saudar a presença, entre nós, do nosso querido companheiro e amigo Evo Morales, Presidente da Bolívia. Sua decisão de prestigiar este evento aponta para as grandes potencialidades que se abrem para uma parceria reforçada da Bolívia com nosso bloco. Quem sabe, companheiro Evo, não está longe o dia em que estaremos em La Paz, para que a Bolívia também entre como sócia no MERCOSUL. O MERCOSUL é um foro de diálogo e cooperação entre sócios, uma plataforma democrática de construção de consensos e promoção de interesses comuns.

Amigos Presidentes,

As dificuldades conjunturais são inerentes a todo projeto inovador, como o da integração da América do Sul, em especial o MERCOSUL. Elas devem servir de estímulo à nossa criatividade e inteligência política. O que estamos testemunhando hoje, com a adesão da Venezuela ao MERCOSUL,

demonstra que nossos próceres não “araram o mar”, como temia Bolívar. Seu sonho vive nos corações e mentes dos povos sul-americanos. Hoje, demos mais um passo para torná-lo realidade.

Meu querido amigo Chávez,  
Meus queridos Presidentes,

Eu penso que a assinatura do Protocolo que fizemos hoje é mais do que um documento que garanta um comércio mais justo entre nossos países, é mais do que um documento que permita aos nossos empresários fazerem negócios. O documento que nós assinamos hoje é a concretização de um sonho de milhões e milhões de latino-americanos que, ao longo de tantos séculos, morreram acreditando que era possível construir a integração. E a Venezuela tem o seu símbolo maior, que é o inesquecível Simón Bolívar.

Mas, também, Presidente Chávez, é um momento de reflexão, reflexão profunda, porque muitas vezes, no calor das festas, nós nos esquecemos dos momentos em que não tínhamos festa, mas tínhamos desprezo, tínhamos descrédito e tínhamos gente que não acreditava que nós podíamos dar esse passo.

E, para fazer uma reflexão, nós temos que voltar não há muito tempo, apenas há quatro anos, quando Kirchner, Nicanor e eu, em 2003, assumimos a Presidência da Argentina, Paraguai e Brasil. Depois, Tabaré, no Uruguai e, mais recentemente, Evo Morales, na Bolívia. E fazer reflexão significa lembrar que, quando tomamos posse, muito poucas pessoas acreditavam na continuidade do MERCOSUL. Muita gente entendia, nos nossos países, que era mais fácil voltar à velha tradição de privilegiar a relação com os Estados Unidos e com a União Européia e virar as costas a nós mesmos.

Todos vocês sabem que não foi fácil chegar aonde nós chegamos. Todos nós sabemos quantas barreiras tivemos que enfrentar, barreiras ideológicas, comerciais, incompreensões de todos os níveis. Hoje, estamos aqui para dizer ao mundo que não queremos briga com ninguém, somos da paz, que cada país vai

manter as suas relações bilaterais com os Estados Unidos, com o Japão, com a Europa, com a China, com a Índia, mas que nós, antes de tudo, descobrimos que somos mais irmãos, mais próximos e mais parceiros que qualquer outro país possa ser.

Lembro que quando tomei posse, Chávez estava só. Lembro do que se comentava no Continente. E nós, todos nós, mesmo nas divergências, compreendemos que seremos muito mais fortes nas negociações internacionais, seja na ONU, para mudar o Conselho de Segurança, seja na participação no Conselho de Segurança, na qual defendemos a participação da Venezuela, seja na Organização Mundial do Comércio, onde o G-20 mudou um pouco a geografia comercial do mundo. Ainda não conseguimos todos os resultados que queríamos, mas os ministros de Relações Exteriores, que vocês chamam tão bem de chanceleres, sabem que nenhum Ministro da América do Sul foi respeitado, historicamente, como vocês são respeitados hoje, em qualquer rodada de negócios.

Portanto, meus amigos Presidentes, eu talvez seja o mais otimista de todos, porque estamos concretizando a parte de um sonho, que ainda está longe do sonho que todos nós almejamos. Falta muito pouco. Eu queria chamar a atenção dos meus parceiros de que nós precisamos consolidar uma relação tão forte entre nossos povos que, mesmo que haja mudança de governo nos países, não mude a relação de Estado com Estado, porque essa é que vai permitir as conquistas que as nossas sociedades necessitam.

Não temos que temer as divergências, de vez em quando ficamos nervosos, de vez em quando somos provocados por uma pergunta de um jornalista, que nos deixa irritados. Às vezes, ela é feita no sentido de proporcionar uma reação que crie mais embaraço que solução.

Eu queria dizer aos meus companheiros: mesmo nos momentos em que tivermos mais divergências entre nós, mesmo nos momentos em que estivermos mais nervosos, tentando defender os

interesses dos nossos povos, vamos dar um telefonema. Chávez disse que nem sempre eu atendo. Vamos conversar um pouco mais, porque muitas vezes uma pequena intriga promove uma confusão tão grande que uma intriga de um minuto pode levar um ano para a gente consertar.

Portanto, eu queria terminar dizendo a vocês que nós, Presidentes do MERCOSUL, mais a

cumplicidade do Evo Morales e de outros que não estão aqui, precisamos dizer em alto e bom som, para quem quiser nos ouvir, todo santo dia: “nós não tememos e não temos medo da divergência. Nós tememos e temos medo da omissão que durante muitos séculos prevaleceu no nosso Continente”.

Muito obrigado e boa sorte.

## Reunião Plenária do Grupo Piloto sobre Mecanismos Financeiros Inovadores

*Discurso do Ministro Celso Amorim na Reunião Plenária do Grupo Piloto sobre Mecanismos Financeiros Inovadores, Palácio Itamaraty, Brasília, 6 e 7 de julho de 2006*

Caro Ministro Dulci,

Prezado Senhor Jacques Lapouge, Diretor do Departamento de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França,

Prezado Senhor Jorge Durão, Presidente da Associação Brasileira de ONGs - ABONG,

Prezados delegados e representantes de organismos internacionais e da sociedade civil,

Senhoras e senhores,

Ao dar-lhes boas vindas, gostaria de salientar a importância desta primeira Reunião Plenária do Grupo Piloto sobre Mecanismos Financeiros Inovadores, que se insere no âmbito da Ação contra a Fome e a Pobreza.

Vejo que terão uma agenda cheia entre hoje e amanhã, com painéis sobre diversos mecanismos e uma discussão mais centrada sobre a contribuição sobre passagens aéreas e a CICOM, a Central Internacional de Compra de Medicamentos contra a AIDS, tuberculose e malária.

O Brasil está plenamente comprometido com essa iniciativa. Como sabem, já na reunião de Davos, em 2003, o Presidente Lula falava na necessidade de enfrentar o flagelo da fome e da pobreza e para isso buscarmos novas fontes de recursos. Posteriormente, em Evian, na reunião do G-8 com

alguns países em desenvolvimento, a convite do Presidente Chirac, o Presidente voltaria ao tema, assinalando alguns mecanismos possíveis, mas sobretudo conclamando à vontade política dos líderes. No início de 2004, este esforço traduziu-se numa parceria com os Presidentes Chirac, da França, e Lagos, do Chile, aos quais se associou o Presidente Zapatero, da Espanha, e sempre com o valioso apoio do Secretário-Geral das Nações Unidas. Mais tarde outros países, como a Alemanha e a Argélia, se somariam a esse empreendimento.

Desde então, tivemos a satisfação de testemunhar uma verdadeira mobilização internacional. Com a participação de mais de 50 mandatários e de uma centena de delegações, realizou-se em 2004 uma Reunião de Líderes, em Nova York, que contribuiu para a consolidação de uma consciência global sobre a necessidade dos mecanismos inovadores.

Tive a satisfação pessoal de participar da Conferência patrocinada pelo Presidente Chirac em Paris, em fevereiro último, que criou este Grupo Piloto. Venho mantendo contatos frequentes com meu colega francês, o Ministro Douste-Blazy, e há poucas semanas estivemos em Nova York em um evento de promoção da CICOM, à margem da Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre o combate à AIDS. Na ocasião, com grande sentido

de publicidade, e talvez também com uma certa premonição – embora o assunto seja delicado para nós brasileiros – o Ministro Douste-Blazy teve a idéia de lançar uma bola de futebol da Copa do Mundo com o símbolo da CICOM. Foi uma grande idéia, que populariza o evento, e cumprimos os nossos amigos franceses, e italianos também, que estão mais à frente do que nós.

Senhoras e senhores,

Para avançarmos na luta contra a fome e a pobreza, esforços internos são indispensáveis, mas também a conformação de uma ordem mundial que favoreça o desenvolvimento econômico e social.

Não há um só caminho. Ao lado da assistência oficial ao desenvolvimento, outros fatores são cruciais. Um exemplo é a liberalização comercial e a eliminação dos subsídios para produtos de interesse dos países em desenvolvimento, sobretudo na área agrícola. Esperamos que ainda este ano possamos alcançar um resultado ambicioso para a Rodada Doha da OMC, que faça jus ao propósito de seu lançamento como uma genuína Rodada do Desenvolvimento. É a primeira vez que o nome desenvolvimento entra no título de uma rodada de negociações comerciais, e é muito importante que os objetivos do desenvolvimento sejam concretizados.

No entanto, a magnitude do desafio torna essencial que atuemos em mais de um tabuleiro. Já está claro que os atuais níveis de ajuda externa não serão suficientes para que os países mais pobres atinjam os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Daí a importância deste trabalho político e intelectual de busca de mecanismos alternativos para complementar a assistência oficial ao desenvolvimento.

Os recursos adicionais obtidos por meio dos mecanismos inovadores terão a vantagem de serem regulares e previsíveis, já que não estarão sujeitos a flutuações orçamentárias por motivações políticas ou de outra ordem qualquer. Variações repentinas na

ajuda põem em risco projetos de cooperação e com eles as vidas de milhões de pessoas.

Tenho a certeza de que, à medida que formos avançando, outros países se juntarão aos 44 que hoje compõem o Grupo Piloto. Para isso, tivemos presente, desde o início, a necessidade de propiciar flexibilidade e diversidade às modalidades de participação.

Além dos governos, o apoio à iniciativa requer, sem dúvida, o concurso da sociedade civil e dos organismos e entidades internacionais, cada um com idéias e experiências em suas diferentes áreas de atuação, imprescindíveis na implementação dos mecanismos.

Senhoras e senhores,

Nos dois dias desta reunião, aprofundaremos o debate sobre os mecanismos financeiros inovadores, desde os mais simples àqueles cuja implantação requer decisões de natureza mais complexa.

Ao mesmo tempo em que exploramos diversas alternativas, não podemos perder o foco, em especial, no mecanismo em fase mais adiantada de implementação: a contribuição solidária sobre passagens aéreas. Aplicada nacionalmente e coordenada internacionalmente, a contribuição permitirá arrecadar recursos que serão destinados à Central de Medicamentos.

A CICOM surge da percepção de que há um círculo vicioso em torno das três doenças que mais matam nos países em desenvolvimento. A pobreza, a começar pela falta de condições mínimas de salubridade, dificulta o combate a essas doenças. Por outro lado, a propagação dessas moléstias torna ainda mais pobres as sociedades por elas afetadas.

O Brasil aderiu à contribuição sobre passagens aéreas e vem tomando as medidas necessárias, inclusive de ordem legislativa, para sua plena implementação. Como forma de juntar-se imediatamente à iniciativa, o Governo brasileiro contribuirá com recursos orçamentários equivalentes

ao valor que arrecadará quando a taxa estiver em vigor. A presença do Ministro Dulci, Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, ao meu lado nesta cerimônia, demonstra que este não é apenas um engajamento de política externa, é um engajamento nacional profundo nas nossas articulações com todos os setores políticos.

Os recursos serão destinados à CICOM, em cuja implementação esperamos trabalhar juntamente com os demais países aqui representados, de modo que possa ser formalmente lançada à margem da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em setembro próximo.

A decisão de participar de um mecanismo que tem o combate à AIDS como uma de suas metas está em perfeita consonância com a política brasileira de fornecer acesso gratuito e universal aos medicamentos para o tratamento dessa doença. Também está em sintonia com as iniciativas brasileiras de oferecer programas de assistência a países mais pobres que lutam contra a epidemia da AIDS.

Eu queria mencionar brevemente que a primeira vez que tratei de um tema correlato com o Ministro Douste-Blazy da França, foi justamente quando ele ainda era Ministro da Saúde, e o que nós discutíamos era como há uma sinergia entre esses programas que buscam combater a fome e a doença e ao mesmo tempo estimular a produção de

medicamentos mais baratos. É fundamental para os países em desenvolvimento que as facilidades que foram criadas em Doha, e mais tarde quando se disciplinou o parágrafo 6º da Declaração sobre Trips e Medicamentos, sejam efetivamente postas em execução. Creio que essa parceria que nós iniciamos aqui também nos permitirá desenvolver esse aspecto fundamental. Não podemos, esquecer, portanto, que, além da obtenção de novas fontes de recursos, há também a possibilidade de aumentarmos nossa produção de medicamentos, sobretudo de medicamentos genéricos.

Senhoras e senhores,

Os mecanismos financeiros inovadores são uma resposta - certamente não a única, mas nem por isso menos necessária - ao maior desafio de nossa geração: a luta contra a fome e a pobreza. Como disse o Presidente Lula, esse desafio representa uma verdadeira arma de destruição em massa, que mata milhões de indivíduos sem um só tiro, nos lares, nos hospitais, nas ruas.

Precisamos dar alívio imediato à situação crítica em que se encontra mais de um sexto da humanidade. Ao mesmo tempo, renovamos nosso engajamento na busca de soluções estruturais e duradouras que favoreçam o desenvolvimento global.

Muito obrigado.



## Visita do Presidente de Gana

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente de Gana, John Agyekum Kufuor, Palácio do Planalto, Brasília, 10 de julho de 2006*

Meu caro amigo Kufuor, Presidente da República de Gana,

Senhores Ministros de Estado de Gana e do Brasil,

Senhores integrantes das delegações de Gana e do Brasil,

Meus amigos e minhas amigas,

O Brasil se sente honrado em poder receber o Presidente de Gana no Brasil. Para mim, esta é a oportunidade de retribuir ao amigo Kufuor a calorosa hospitalidade que o povo ganense me dispensou quando visitei seu país, no ano passado.

Recordo, com especial emoção, a cerimônia da qual participei com a comunidade Tabom. Foi um momento de reencontro com parte importante da identidade de meu país. Vamos restaurar a Casa do Brasil, o primeiro prédio ocupado por essa comunidade de ex-escravos que, mesmo retornando a Gana, sempre cultivaram suas raízes brasileiras. Essa obra será símbolo da renovada aliança entre ganenses e brasileiros.

Caro Presidente Kufuor,

Nossa cooperação bilateral terá seu foco central na área agrícola. Por sua importância na luta contra a fome e a pobreza, decidimos estabelecer, em Acra, o primeiro escritório na África da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa.

A parceria com a Embrapa também visa

outro campo de importância estratégica para nossos países: as alternativas energéticas. O combustível do futuro será baseado em fontes limpas e renováveis. Ele já existe e tem nomes: etanol, biodiesel e H-Bio. Esse projeto tem forte impacto social, cria renda e fixa o homem na terra. Beneficia países com limitadas oportunidades de geração de empregos e de exportações. Contribui para reduzir a emissão de gases poluentes, ao mesmo tempo em que diminui a dependência de combustíveis fósseis importados. É essa a promessa do Memorando de Entendimento assinado entre a Embrapa e o Conselho para a Pesquisa Científica e Industrial de Gana.

O Brasil compartilha a determinação de Gana em superar a brecha digital que nos separa dos países desenvolvidos. Por isso, vamos reforçar a colaboração brasileira com o Centro Kofi Annan de Excelência em Tecnologia da Informação e da Comunicação.

Nossa parceria tem também uma importante dimensão comercial. Gana é um dos principais destinos para exportações brasileiras na África. Apenas no ano de 2005, elas cresceram 30%. Para que nossas relações econômicas possam continuar a ampliar-se, vamos diversificar a presença de produtos ganenses no mercado brasileiro e estimular investimentos brasileiros em Gana. A presença de empresários na sua comitiva permite avançar nessa direção.

Senhoras e senhores,

A parceria entre Gana e Brasil também se expressa na esfera internacional. O mundo mais livre e justo que queremos requer maior democratização das relações multilaterais. Somente assim os países em desenvolvimento terão voz e peso efetivos nas decisões que afetam toda a comunidade de nações.

Não podemos ser vítimas da reticência de uns poucos nem da inércia de outros. Gana tem levado ao continente africano essa mensagem em favor da importância de reformarmos a ONU e seu Conselho de Segurança. Somos especialmente agradecidos ao apoio de seu país ao pleito brasileiro de ocupar um dos assentos permanentes em um Conselho ampliado.

Caro Presidente e amigo,

Amanhã teremos a oportunidade de estar novamente juntos, em Salvador, cidade que simboliza a vitalidade do Brasil negro. Um Brasil que se orgulha da contribuição africana para a formação da rica diversidade brasileira.

Desde o início do meu governo, tenho buscado valorizar o papel da diáspora africana no nascimento do Brasil moderno. Elaboramos políticas específicas de promoção da igualdade racial e de inserção cidadã de brasileiros há séculos vitimados pela opressão e pelo preconceito.

Porque temos uma dívida histórica com a África, aceitei com grande satisfação o convite do governo do Senegal para sediar, no Brasil, a II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora. Vamos transformar o potencial de nossos laços históricos de fraternidade em ações concretas que beneficiem nossos povos e estreitem nossos vínculos neste novo milênio. Seu temário não poderia ser mais apropriado: a contribuição dessa comunidade para

o renascimento do continente africano.

Meu governo sempre apostou na África. Isso demonstramos em palavras e atos. Sempre confiei nos ventos de renovação política que estão assentando as bases para um novo ciclo de estabilidade e desenvolvimento nesse continente irmão.

O lançamento da Nova Parceria Econômica para o Desenvolvimento da África, a NEPAD, expressa essa determinação em superar décadas de estagnação econômica e retrocesso social. Ao mesmo tempo, a União Africana, com a participação ativa de Gana, vem combatendo a instabilidade política e militar que por longos anos frustrou as expectativas de desenvolvimento do continente.

Gana vem escrevendo há décadas uma página fundamental dessa saga. A luta heróica de Kwame N'Krumah contra o colonialismo, pelo direito da África de dirigir seus próprios destinos, entusiasmou o continente e o mundo. Não foram poucos os brasileiros que se miraram em seu exemplo.

Hoje, Gana volta a mostrar liderança e visão. É um exemplo de estabilidade política e institucional, assentada sobre uma economia que se moderniza com responsabilidade fiscal e social.

Convoco os países desenvolvidos e as instituições financeiras internacionais a apoiarem mais firmemente esse exemplo. A caminhada de Gana rumo ao desenvolvimento sustentável é importante não apenas para a consolidação definitiva da democracia no país. É decisiva também para que Gana possa continuar a inspirar a renascença do continente africano.

Gana e África podem contar com o Brasil nessa empreitada.

Muito obrigado, meu caro Presidente.

## I Sessão Plenária da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da I Sessão Plenária da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, Salvador, Bahia, 12 de julho de 2006*

Senhores Presidentes,  
Senhora Primeira-ministra,  
Senhor Vice-Presidente,  
Governador da Bahia,  
Prefeito de Salvador,  
Ministros do meu governo aqui presentes,  
Secretários de Estado,  
Intelectuais,

Senhoras e senhores participantes da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora,

Não poderia começar as minhas palavras sem agradecer a presença de todos vocês aqui, sobretudo a presença dos Presidentes que aceitaram o nosso convite, e a paciência de todos vocês, aí no Plenário, porque com o meu, já será o décimo quinto discurso que vocês ouvirão antes do almoço. Um conjunto de intelectuais e de autoridades que tem essa extraordinária paciência, certamente terá possibilidade de enfrentar tantos outros problemas que teremos pela frente.

Queria até pedir desculpas ao meu intérprete, que deve estar com o meu discurso por escrito, mas gostaria de dizer algumas palavras, muito mais do sentimento que tenho, um pouco do coração e um pouco da razão. Tomei posse na Presidência do Brasil no dia primeiro de janeiro de 2003, e tomei a decisão de que o Brasil precisaria fazer uma inflexão na sua política internacional. O Brasil precisaria ter

um olho para a América do Sul e a América Latina e, ao mesmo tempo, ter outro olho para o continente africano. No início, parecia absurdo porque estavam acostumados, aqui no meu país, a uma política prioritária e quase única, de relação com os Estados Unidos e com a União Européia.

Isso se reflete na minha própria experiência como dirigente sindical. Nunca fui convidado para um debate na América do Sul e nunca fui convidado para um debate no continente africano. Entretanto, dezenas de vezes fui convidado à Europa e dezenas de vezes fui convidado aos Estados Unidos. Percebi que quem determinava a relação não era o país colonizado, era o colonizador. Embora tivéssemos deixado de ser colônia, embora tivéssemos conquistado a nossa independência, do ponto de vista econômico e financeiro, do ponto de vista cultural e do ponto de vista comercial, havia uma certa subordinação.

Passados três anos, visitei 17 países africanos, todos da América do Sul e recebi, no Brasil, 15 Presidentes de países africanos. Com a presença de vocês, aqui, chegamos a 22 países. Visitei sete países do Oriente Médio, China e Índia, sem menosprezar a importância da nossa relação com os Estados Unidos e sem menosprezar a nossa relação com a União Européia, apenas estabelecendo uma tese de que era preciso mudar a geografia política e comercial

do mundo. A geografia do mundo não poderia continuar dependendo dos mesmos que a dominaram no século XX, era preciso uma nova esperança no século XXI.

Lembro do quanto fomos criticados. Não faltaram editoriais, não faltou articulista criticando a opção “equivocada” do Brasil por um continente que não tinha muito a oferecer. Porque, na cabeça de alguns, a relação é quase que mecânica, do ponto de vista dos interesses econômicos. A nossa relação tem que ter um componente chamado solidariedade, chamado parceria e chamado até gratidão, porque a África tem muito a ver com o que nós somos. O jeito do brasileiro é a mistura mais extraordinária que a raça humana produziu, é uma mistura de negros, de índios e de europeus. E que permitiu que nos transformássemos num povo miscigenado, num povo alegre, num povo amigo, e vocês vão sentir isso aqui na cidade de Salvador, que tem a cara mais negra de todas as cidades brasileiras e de todos os estados brasileiros.

O que aconteceu nesses quatro anos? A relação comercial entre Brasil e países africanos significa, hoje, 12 bilhões e meio de dólares. A relação com a América do Sul e a América Latina é maior do que a relação com os Estados Unidos e com a União Européia, numa demonstração de que o Oceano Atlântico não pode ser o obstáculo para nós no século XXI, quando ele não o foi para os colonizadores no século XVIII, no século XVII, no século XVI. Os portugueses saíam de Lisboa e iam para a Índia, dando a volta no continente africano; os franceses ocuparam os países da África; os ingleses ocuparam os países da África; e tudo porque o Oceano Atlântico era o que facilitava a chegada dos colonizadores. Nós, no século XXI – e essa é uma contribuição extraordinária que os intelectuais podem dar –, precisamos pensar o que queremos para o continente africano, o que queremos de integração para os países do Sul, para os países do terceiro mundo, no século XXI, nos próximos 30 anos ou nos próximos 20 anos. Não existe saída voluntarista.

O voluntarismo resolve o problema de uma assembléia, mas não resolve o problema da relação entre os Estados, não resolve o problema do atraso secular a que fomos submetidos. Assim, aumenta a nossa responsabilidade. Temos que saber que passos poderemos dar na nossa política de integração, na recuperação dos séculos em que o continente africano foi obrigado a sofrer o atraso de que é vítima hoje.

Esse é o desafio para os intelectuais, esse é o desafio para que aprendamos a criar organismos multilaterais que dêem durabilidade às políticas que os governos fazem, porque temos mandatos com tempo determinado, e cada um que entra pode ter uma prioridade e uma política começada em um ano pode não ser seguida no ano seguinte. Desse modo, é preciso que haja organismos multilaterais fortes e respeitados para que as coisas possam acontecer de verdade. O Conselho de Segurança da ONU por exemplo. Não podemos admitir que a ONU continue, no século XXI, em 2006, com a mesma organização que tinha quando foi criada há 60 anos. A geografia política mudou, a geografia econômica está mudando, os países mudaram, olhamos o mapa-múndi e percebemos que vários países não existem mais. Então, por que continuar com a mesma organização, não termos coragem de democratizá-la e fazer com que o continente africano esteja, verdadeiramente, representado, que a América Latina esteja representada? E que outros países estejam representados?

Agora, estamos num conflito na Organização Mundial do Comércio e a briga é a mesma de sempre: os países ricos estarão dispostos a fazer concessões para que os países pobres possam ter acesso a seus mercados? Haverá sensibilidade da União Européia em permitir o acesso ao seu mercado agrícola? Haverá sensibilidade dos Estados Unidos para reduzir os subsídios agrícolas? Haverá sensibilidade nossa, do Brasil e do G-20, do qual muitos de nós participam, para permitir o acesso a bens industriais? Se nós não tivermos sensibilidade para negociar e para fazer as concessões de acordo com a

proporcionalidade do nosso tamanho e da nossa riqueza, não haverá acordo e quem é rico continuará mais rico, e quem é pobre vai continuar mais pobre.

Essa é a lógica perversa do comércio mundial, por isso estou indo a São Petersburgo na próxima semana. Lá estará o Presidente do Congo, se não me falha a memória, da Índia, da China, do México e o G-8. Vamos procurar obter o compromisso dos líderes políticos para tentar fazer um acordo. A minha tese é de que os negociadores já esgotaram a possibilidade de acordo. Agora chegou o momento dos líderes políticos dizerem “queremos ou não queremos um mundo mais justo, queremos ou não queremos um mundo mais solidário, queremos ou não queremos diminuir o terrorismo, queremos ou não queremos um mundo com menos mortalidade infantil, com menos doenças, com menos desemprego e com menos fome”.

Esse é o desafio que está colocado para nós e que não é responsabilidade dos países africanos, não é, tampouco, responsabilidade do Brasil, é uma responsabilidade de 6 bilhões de seres humanos que habitam o planeta Terra. E precisamos assumir a responsabilidade e não permitir que a globalização de hoje ou o modelo de desenvolvimento de hoje permita que os países pobres sejam tratados da mesma forma como foram tratados na época da colonização. Os colonizadores chegavam prometendo progresso, chegavam prometendo desenvolvimento e, quando vocês conquistaram a independência, vocês constataram que, do ponto de vista das riquezas naturais, os países estavam mais pobres, tinham sido dilapidados. Parece que ninguém, hoje, tem responsabilidade, parece que não aconteceu nada, a África é pobre porque é um continente negro, a África é pobre porque não tem escola, a África é pobre porque não tem desenvolvimento e ninguém assume a responsabilidade de dizer que a África é pobre porque, durante mais de 300 anos, as mulheres, as crianças e os jovens eram transformados em escravos para construir algumas das nações que são ricas hoje.

E todos nós temos dívida a pagar. Aqui, no Brasil, criamos a Secretaria Especial da Igualdade Racial, com o papel de ministro de Estado, para criar as possibilidades de termos alguns avanços, o que, muitas vezes, não acontece com a facilidade que gostaríamos que acontecesse porque às vezes demora muito para que as coisas aconteçam. Temos, no Congresso, um debate sobre o estatuto da igualdade racial. Tem uma polêmica, mas é como dizia o nosso querido Abdias, a possibilidade de polemizar sobre essas questões não é uma coisa ruim, é uma conquista que os negros tiveram no nosso país. Temos as cotas nas universidades, que provocam debates e mais debates. O dado concreto é que criamos o ProUni, e no ProUni, de 203 mil alunos que ganharam bolsa de estudo, 63 mil são afrodescendentes que conquistaram o direito de entrar na universidade em apenas 14 meses de implantação do Programa. Certamente tenho consciência, e os Presidentes aqui também, e os intelectuais muito mais, de que não iremos, numa década ou em duas décadas, resolver os problemas que nos foram criados durante tantos e tantos séculos. A única coisa que posso dizer para vocês é que o Brasil vai continuar tendo uma forte prioridade na sua relação com o continente Africano.

Lamentavelmente somos um país pobre e não temos todos os recursos para fazer o que pretendemos fazer. Ontem, estive com dois Presidentes, tinha estado antes de ontem com o Presidente de Gana, hoje vou estar com outros Presidentes, estive com o Presidente da União Africana, e tenho dito para eles: este século pode ser nosso. O século XIX foi da Europa, o século XX foi dos Estados Unidos e também uma parte da Europa. Por que nós, que somos chamados de Terceiro Mundo, que moramos no continente Africano e na América Latina, por que nós vamos deixar passar a oportunidade de aproveitar o século XXI para definir o que queremos? E tenho dito aos Presidentes: o Brasil, neste momento, tem uma extraordinária experiência na produção de biodiesel, é o país que tem a mais importante tecnologia na produção de

etanol, é o país que tem hoje a patente de um novo combustível chamado H-Bio, que é a mistura do óleo vegetal diretamente no petróleo e refinado diretamente na refinaria.

Meus caros Presidentes,

Tenho dito aqui no Brasil que logo não estaremos mais prospectando petróleo a quatro mil metros de profundidade. Tenho dito que, daqui a alguns dias, vamos estar plantando petróleo. E esse programa de combustíveis renováveis pode ser o pilar do continente africano no século XXI. Nós plantamos mamona, plantamos girassol, plantamos a palma africana, o algodão, a soja, de todos esses produtos poderemos produzir o combustível que precisamos e não ficar dependentes de comprar petróleo. E os países pobres nunca podem dizer quanto podem pagar, têm que pagar o que os produtores de petróleo acham que vale.

Ao mesmo tempo, temos que acreditar fortemente. O continente africano, uma parte do Brasil e de outros países da América precisam acreditar que somente com muito investimento em educação é que vamos conseguir dar o salto de qualidade que precisamos dar. Aqui no Brasil, Presidente Wade, tenho dito que cada centavo que não tivermos coragem de investir na educação, teremos que investir na doença, teremos que investir em cadeia, porque sem educação, sem emprego e sem oportunidade, é disso que as pessoas pobres terminam sendo vítimas. Precisamos de paz, de democracia, e democracia não é um meio valor. Democracia é, definitivamente, aquilo que pode garantir aos países de terceiro mundo o seu desenvolvimento, sem sermos pegos de surpresa por golpes, por derrubadas de governo, como muitas vezes acontece nos nossos países.

Quero terminar dizendo a vocês que, quando estamos discutindo conceitos, poderemos ter muita divergência, e é importante que as divergências perdurem mas, ao mesmo tempo, precisamos discutir as coisas práticas, que podem melhorar a vida do

povo de cada país africano, do Brasil, da América Latina e dos países pobres. Não temos que ter medo de discutir. Não temos que ter medo de sermos ousados, precisamos ir definindo, a cada dia, como aumentar a nossa relação, como os países menos pobres podem ajudar os mais pobres e como os mais ricos podem ajudar os países pobres. Não esperemos sensibilidade, temos que ter ação política e temos que ter projeto, porque tudo o que um país rico gosta é de fazer um pequeno favor e, depois, dizer que está ajudando.

É preciso política consistente. E essa política consistente não pode vir de cima para baixo, ela tem que sair do continente africano para que o resto do mundo saiba sobre os projetos de cada país e que são de interesse do povo africano. Se não fizermos isso, estaremos cometendo um erro histórico, que pode nos causar prejuízo, tanto como foi a tragédia da escravidão. Não podemos passar mais 40, 50 anos no atraso a que estamos submetidos.

Assim, é preciso que tenhamos coragem de ousar, tenhamos coragem de brigar nos fóruns multilaterais e vamos tomar uma ação, para que, quem sabe, possamos aperfeiçoá-los: no dia 30 de novembro, haverá, na Nigéria, o Encontro Continente Africano-Continente Sul-americano. Possivelmente os Presidentes nunca se encontraram, possivelmente muitos de vocês nunca foram aos países da América do Sul e muitos Presidentes da América do Sul nunca foram à África, mas certamente todos nós já fomos à Europa mais de uma vez e já fomos aos Estados Unidos mais de uma vez.

Então, precisamos nos ajudar, precisamos criar política de solidariedade entre nós mesmos. Desde pequeno, ouço dizer, e aqui na Bahia deve valer muito, Governador, que a gente vai à casa de um pobre, e a qualquer hora da noite ou do dia em que a gente chegar, o pobre tem uma coisa para nos oferecer. A gente chega na casa de uma pessoa mais abastada, se já jantou, não tem mais. E a gente ouve as mulheres pobres da periferia dizerem “onde come um, comem dez, onde dorme um, dormem dez”.

Portanto, ao invés de ficarmos esperando que outros venham nos ajudar, vamos definir que tipo de ajuda nós mesmos poderemos oferecer entre nós para nos tornarmos mais fortes e para podermos exigir um pouco mais dos outros. Temos o direito de fazer tudo.

A única coisa que não temos é o direito de, no século XXI, continuar nos omitindo de discutir os grandes problemas dos países pobres do Planeta.

Muito obrigado pela presença de vocês, muito obrigado a todos vocês e bom Encontro.



## Abertura da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (II CIAD)

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (II CIAD), Salvador, Bahia, 12 de julho de 2006*

Excelentíssimos senhores chefes de Estado e de governo e vice-Presidentes participantes da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora,  
Senhor Paulo Souto, governador do estado da Bahia,

Senhores ministros de Estado e secretarias especiais,

Embaixadores aqui presentes,

Senhores integrantes das delegações estrangeiras presentes a este ato,

Intelectuais do Continente Africano, do Brasil e de outros países,

Meus amigos e minhas amigas,

Com forte emoção venho a Salvador abrir a Segunda Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora.

Quero transmitir minhas boas-vindas e sinceros agradecimentos aos destacados intelectuais e representantes da sociedade civil que vieram a Salvador, da África, das Américas e do Brasil.

Não poderíamos estar em lugar mais auspicioso para conversar sobre o futuro da África e o papel que nele terá a diáspora. A Bahia é símbolo vivo das múltiplas dimensões da contribuição africana para o Brasil.

É uma particular honra termos conosco importantes líderes do continente irmão. Suas

presenças demonstram que os temas que vamos discutir ganharam definitivamente a prioridade que merecem na consciência e na agenda de nossos países.

Destaco a presença de Alpha Konaré, Presidente da Comissão da União Africana, co-organizadora do evento. Seu empenho foi fundamental para tornar realidade esta Conferência.

Estamos dando continuidade ao esforço pioneiro da primeira conferência, em Dacar, em 2004, que muito deve à visão do meu colega e amigo, Presidente Wade, que inspirou a nossa decisão de sediar este evento.

Vimos a Salvador consolidar um diálogo permanente entre a África e as regiões onde sua gente e civilização deitaram raízes. Esse debate é fundamental, pois aborda os desafios que nos unem.

Temos que superar uma herança histórica de pobreza, discriminação racial e exclusão social, em meio a uma sociedade internacional com déficit de democracia e de solidariedade. Os intelectuais e a sociedade civil da África e da Diáspora são protagonistas dessa tarefa.

O denso programa de trabalho e os grupos temáticos são garantia de que teremos um intercâmbio estimulante não apenas para os estudiosos. Também formuladores de políticas públicas, nos dois lados do Atlântico, encontrarão

nessas discussões inspiração para melhor identificar problemas e a propor soluções.

Desejo, portanto, a todos, meus colegas Presidentes, vice-Presidentes, Primeiros-Ministros e

a todos os convidados, muito bom trabalho nestes dias que vocês estarão em Salvador. Está aberta a nossa II Conferência.

## Reunião entre os Países do G-8 e os Chefes de Estado e de Governo da África do Sul, Brasil, China, Índia, México e República do Congo

*Intervenção do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Reunião entre os Países do G-8 e os Chefes de Estado e de Governo da África do Sul, Brasil, China, Índia, México e República do Congo, São Petersburgo, Rússia, 17 de julho de 2006*

### Negociações Comerciais da OMC

Caros colegas,

As negociações para uma Agenda do Desenvolvimento na OMC estão em crise. Não é uma crise técnica. É uma crise política. É uma crise de falta de liderança. Por isso, é absolutamente apropriado discutirmos este tema aqui. Afinal, para isso – e não apenas para declarações formais – devem reunir-se os principais líderes do mundo desenvolvido e do mundo em desenvolvimento.

O que está em jogo nessas negociações não é apenas um punhado de concessões em matéria de comércio. É o próprio futuro do multilateralismo na esfera econômica, com óbvias repercussões nos planos social e político.

Talvez muitos não se lembrem de que a Rodada de Doha foi lançada pouco depois do 11 de setembro, num momento de enormes apreensões, quando os países – ricos e pobres – procuravam juntar forças para combater o flagelo do terrorismo. E não só suas mais trágicas expressões, como a daquele atentado, mas também suas causas mais profundas: a miséria, a doença, a desesperança.

Não é à toa que após quase sessenta anos

da criação do sistema GATT/OMC, pela primeira vez a palavra “Desenvolvimento” apareceu no título de uma Rodada. Não se trata de comércio apenas, mesmo no sentido amplo que a palavra adquiriu nas últimas décadas. Trata-se, acima de tudo, de desenvolvimento. Isto é: de criar as condições para que as populações mais pobres do nosso planeta possam usufruir dos progressos de nosso tempo, muitas vezes alcançados às suas expensas.

Não vou me alongar em análises que são conhecidas de todos. Uma simples comparação é suficiente para ilustrar as injustiças do mundo em que vivemos e que a Rodada de Doha se propôs a corrigir, ainda que parcialmente.

Na agricultura, meio de vida de grande parte das populações mais pobres do mundo, os subsídios – há décadas proibidos no setor industrial – continuam exportando miséria e fome para nações menos desenvolvidas. Enquanto o apoio distorcivo dos países desenvolvidos chega a 1 bilhão de dólares por dia, 900 milhões de pessoas da área rural do mundo em desenvolvimento vivem com menos de 1 dólar por dia.

É falsa a noção de que tais distorções possam ser compensadas com políticas de ajuda ou

preferências comerciais, que apenas perpetuam situações de dependência. Dependência em relação a poucos produtos – por vezes um único – e poucos mercados. Os países pobres não necessitam de favores. Necessitam de condições equitativas para fazerem valer suas vantagens comparativas. Daí a prioridade à agricultura. O G-20 contribuiu decisivamente para aproximar posições, com suas propostas a um tempo ambiciosas e equilibradas. Mas obviamente ainda não chegamos lá.

Muitos países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, já deram sinais inequívocos de que estão prontos a contribuir para a Rodada com movimentos importantes em bens industriais e serviços, proporcionais ao seu grau de desenvolvimento. Tais movimentos terão como base, é óbvio, as tarifas consolidadas. Mas não deixarão de ter impacto real sobre os fluxos de comércio, representando novas oportunidades de mercado.

Entretanto, é totalmente falacioso – além de injusto - o argumento de que os avanços na área agrícola devem ser viabilizados pelas concessões dos países pobres. Na prática, todos sabemos que são pouquíssimos os países em desenvolvimento que efetivamente aplicarão a fórmula de cortes tarifários em bens industriais. A participação desses países no comércio internacional é ainda relativamente pequena e sua contribuição jamais será capaz de fechar o hiato entre as posições negociadoras dos países ricos em agricultura.

Colegas,

Sem firme impulso político e instruções renovadas, nossos ministros não conseguirão aproximar as atuais posições negociadoras. Sabemos que, para fechar a brecha ainda existente, precisaremos tomar decisões que desagradarão alguns setores domésticos. Há sempre a ameaça de perda de popularidade e de votos. Os críticos certamente terão seu espaço na mídia, mas os verdadeiros líderes não pensam apenas na defesa de interesses imediatos. Eles olham para o conjunto da

sociedade, para a geração presente e as futuras. As grandes nações têm a responsabilidade adicional de aquilatar o impacto de suas decisões sobre os países mais débeis. Nesse aspecto, também, o Brasil não fugirá às suas.

Uma Rodada que apenas cristalice o status quo, sobretudo no setor agrícola, equivalerá a condenar a expressiva maioria da humanidade a seguir vivendo em meio à fome e à miséria. Em dezembro último, nossos Ministros lograram um avanço importante: banir, para sempre, o uso dos subsídios às exportações e formas equivalentes de apoio. Agora temos que enfrentar os outros dois pilares das negociações agrícolas.

É inaceitável e simplório o argumento de que “os meus subsídios apenas compensam os subsídios de outros”. O patamar atual dos subsídios é excessivo, ilegal e desumano. Os dispêndios efetivos com subsídios agrícolas têm que cair de forma substancial. Enfatizo a palavra “efetivo”, que já constou da Declaração Ministerial de Hong Kong.

É também injustificado o presente grau de protecionismo nos mercados desenvolvidos. O comércio agrícola não pode permanecer sujeito a tarifas exorbitantes (algumas acima de 1.000%), restrições de quotas, salvaguardas e outros mecanismos de comércio administrado.

Os cortes tarifários em agricultura têm que ser igualmente significativos e não podem ser neutralizados por exceções e comércio administrado. O tratamento especial para a situação específica dos países mais pobres, que enfrentam questões de subsistência e segurança alimentar deve ser reconhecido.

Estou pronto a instruir o meu Ministro encarregado das negociações a demonstrar a flexibilidade requerida para que a Rodada do Desenvolvimento seja ambiciosa e equilibrada, com ganhos para todos. Não espero menos dos meus colegas aqui presentes. Devemos fazer o que é necessário e o que é justo. Todos temos limitações, mas temos que encará-las com sentido de

responsabilidade histórica.

Não é em situação de tranquilidade que precisamos de líderes. Os líderes surgem, atuam e são reconhecidos nos momentos de crise. A Rodada

para o Desenvolvimento está em crise. A omissão não é uma resposta aceitável.

Muito obrigado.



## Encerramento da XXX Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do encerramento da XXX Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul, Córdoba, Argentina, 21 de julho de 2006*

Querido companheiro Kirchner,  
Querido companheiro Chacho,  
Companheiros Presidentes,  
Convidados,  
Chanceleres,  
Jornalistas,  
Trabalhadores e empresários participantes  
desta Cúpula do Mercosul

Temo que, se for falar de improviso, fale mais que Chávez e que Fidel. Portanto, quando Chávez comunicou que as eleições dele serão no mês de dezembro, é importante lembrar que ele tem mais tempo do que eu de campanha, porque fala o dobro do que eu falo e, portanto, tem que ter mais espaço.

Mas, meus companheiros, estou convencido de que esta Reunião de Cúpula teve um significado importante, seja pelo novo momento que se abre para o nosso bloco com a adesão da Venezuela, seja pela franqueza com que discutimos os problemas que nos afetam e também os desafios que temos pela frente.

O Brasil assume a Presidência Pro Tempore do Mercosul, plenamente consciente da importância deste momento, consciente das divergências, consciente dos problemas políticos que enfrentamos. Tenham a certeza de que, nos próximos meses, estarei pessoalmente empenhado, como venho fazendo desde o primeiro dia de meu mandato, em trabalhar por um Mercosul cada vez mais forte, mais presente

e mais atuante, sobretudo, um Mercosul sintonizado com as necessidades de nossos povos e que corresponda às expectativas de todos os seus membros.

A Presidência Pro Tempore Brasileira quer gerar uma efervescência positiva e dar um impulso renovado a nossos propósitos. Estamos dispostos a realizar um debate amplo e profundo sobre os desafios do Mercosul e, em particular, sobre as necessidades especiais das economias menores do nosso bloco. Estou certo de que podemos chegar a um novo pacto do Mercosul, que garanta um desenvolvimento equilibrado e assegure benefícios palpáveis para todos.

A constituição do Focem foi, sem dúvida, um passo importante. Ouvimos agora o Tabaré comunicar que, no Uruguai, no mês de julho, foi aprovado o acordo no Congresso. No Brasil, ainda não foi aprovado e, portanto, eu quero aproveitar a presença dos parlamentares aqui, para enfatizar a necessidade de que nossos Congressos garantam, o quanto antes, a entrada em funcionamento do Fundo, porque muitas vezes há uma distância entre a vontade do Executivo que participa do Mercosul e o Parlamento de cada um dos nossos países.

Vamos nos empenhar, também, para dar plena implementação ao compromisso de eliminar a dupla cobrança da TEC. Nesse contexto, estamos

conscientes da necessidade de definir um mecanismo de redistribuição da renda aduaneira. Estou convencido de que essa medida representará a possibilidade de alocar novos e significativos recursos para as regiões menos desenvolvidas do nosso bloco. Estou determinando que meus Ministros trabalhem com sentido de urgência para avançarmos nessa questão. O futuro do Mercosul dependerá de nossa capacidade de induzir investimentos produtivos dentro do bloco, com atenção especial para as economias menores e para as regiões menos favorecidas.

Devemos apoiar projetos industriais, tecnológicos e de infra-estrutura, superando nossos gargalos produtivos, para que todos se beneficiem do crescimento econômico. Para tanto, reforçaremos a cooperação regional no campo científico e tecnológico, o que já se reflete no intercâmbio crescente de estudantes entre nossos países.

Os importantes avanços que estamos fazendo na coordenação de políticas energéticas abrem perspectivas promissoras. O projeto do anel energético é emblemático de nossa vontade política. Nossa cooperação nos biocombustíveis oferece um horizonte inédito, que alavanca as vantagens competitivas de nossa região.

Meus queridos companheiros Presidentes,

Esta nova etapa do Mercosul que estamos iniciando exigirá que suas instituições estejam à altura de nossas ambições. É verdade que nossa integração se dá por decisões essencialmente intergovernamentais, mas não podemos e não devemos nos assustar com a perspectiva de construirmos mecanismos supranacionais, como já fizemos no Protocolo de Olivos.

Algumas vozes insistem que, diante dos problemas que o Mercosul enfrenta, torna-se difícil justificar o aprofundamento das estruturas do bloco. Na verdade, o que vejo é o contrário. A complexidade de nossos desafios exigirá instituições cada vez mais fortes, ágeis e transparentes. Mais Mercosul significa, necessariamente, mais

institucionalidade.

Precisamos, desde já, fortalecer a Secretaria do Mercosul e dar-lhe atribuições compatíveis com essa nova agenda. Os ganhos do aperfeiçoamento institucional não podem ser desperdiçados. Temos de retomar, com vigor, nossa coordenação macroeconômica, que esteve na origem do Mercosul, e de sua força como espaço econômico. Devemos nos empenhar, nos próximos meses, para agilizar a aprovação, pelos Legislativos nacionais, do Parlamento do Mercosul. Ouço falar do Parlamento do Mercosul há muito tempo. A vontade política dos parlamentares é total, mas é preciso que se crie, definitivamente, o Parlamento do Mercosul, para que haja uma combinação entre um Executivo, a Direção do Mercosul, a nossa Secretaria do Mercosul e as decisões nacionais dentro dos nossos Congressos.

Tenho a confiança de que cumpriremos os prazos acordados e de que, no final do ano, poderemos celebrar esse passo histórico. Só assim garantiremos a efetiva participação de nossas sociedades no processo de integração. Nosso bloco, a exemplo do que ocorreu com a União Européia, tem diante de si o grande desafio da legitimidade. A presidência brasileira dará especial atenção a todos os temas que constituem a agenda da cidadania do Mercosul. Estarei pessoalmente empenhado em aproximar o Mercosul dos poderes locais e dos cidadãos. Vitor de Genaro nunca mais vai reclamar do Mercosul a partir de hoje. Está ali o Vitor de Genaro.

Trabalharemos para pôr em funcionamento o Foro Consultivo de municípios, estados, províncias e departamentos. Apoiaremos as iniciativas de nossos Ministros e do Presidente da Comissão de Representantes Permanentes, nosso querido companheiro Chacho Alvarez, no sentido de reforçar a agenda social do Mercosul. Daremos ênfase à iniciativa “Somos Mercosul”, lançada pelo Uruguai no ano passado e mantida pela presidência argentina.

Aproveito para saudar, com muito carinho, as lideranças sindicais, as lideranças empresariais e

os representantes da sociedade civil, aqui presentes. Nosso agrupamento deve ser, cada vez mais, abraçado pelos trabalhadores, que são os artífices do desenvolvimento econômico. Também temos de redobrar esforços para que, em nossas estruturas públicas e privadas, as políticas nacionais se articulem com o compromisso da integração. Temos de garantir que nossas burocracias estejam engajadas na integração e tomem as medidas indispensáveis para a implementação, a tempo, das normas que aprovamos. Temos de propiciar aos nossos empresários e investidores um ambiente ampliado para que possa haver negócios.

Meus queridos Presidentes,

O Mercosul se baseia na igualdade jurídica de seus membros e todas as suas decisões requerem o apoio de cada um de nós. Para lograr nossos propósitos, é indispensável contar com a disposição coletiva de avançar. Nesses próximos meses, espero contar com um voto de confiança de cada um de vocês para as ações que estaremos coordenando em prol de nosso projeto de integração. Estou, sinceramente, convencido de que o Mercosul é muito maior do que os obstáculos conjunturais que vivemos. Nossa integração corresponde a uma política de Estado e está enraizada na vontade de nossas populações. Juntos, somos muito mais do que a soma das partes.

Eu espero por vocês, em dezembro, para uma Cúpula que celebre realizações, com a confiança de que estamos contribuindo, decisivamente, para o desenvolvimento de nossa região e do conjunto da América do Sul.

Meus queridos amigos Presidentes,

Queria dizer aos companheiros que, de vez em quando, fico imaginando as tensões nervosas em cada país, quando temos uma divergência. As papeleras entre Uruguai e Argentina, os problemas das assimetrias entre Brasil e Uruguai, Brasil e Paraguai, Brasil e Bolívia, os problemas aduaneiros

que enfrentamos em cada país. Eu fico imaginando que, muitas vezes, nós somos exigentes demais conosco mesmos. Muitas vezes nós nos esquecemos do que éramos há pouco tempo. Não faz muito tempo, e os nossos países recuperaram a liberdade e a democracia. Imaginem, companheiros, que começamos em alguns países, como é o caso do Brasil, a recuperar a democracia há apenas 21 anos, em 1985, e cada um de nós aprendeu o que é viver subordinado à repressão que vivemos durante tanto e tanto tempo. E mais grave, a cabeça dos nossos dirigentes, colonizadas, em que a América do Sul não existia, em que a África não existia, todas as nossas prioridades eram para a União Européia, para os Estados Unidos e, talvez, um pouco, para o Japão.

Nós, no Mercosul, estamos mudando essa maneira de enxergar o mundo. Nós estamos mudando a geografia comercial estabelecida pelos países ricos há muito tempo. Foi do Mercosul que surgiu o G-20 e foi o G-20 que impôs respeitabilidade aos países em desenvolvimento nas mesas de negociação.

Os ricos ainda continuam ricos mas, hoje, dificilmente, eles farão uma reunião para discutir comércio sem levar em conta o Mercosul, sem levar em conta nós que estamos aqui, sem levar em conta a China, sem levar em conta a Índia, sem levar em conta a África do Sul e outros países que começaram a ter uma incidência nas determinações políticas que hoje se tomam na Organização Mundial do Comércio.

E quando eu digo que nós somos ansiosos e exigentes conosco mesmos é porque, muitas vezes, nós participamos de uma reunião e saímos daqui nos perguntando: valeu a pena? O que eu ganhei, além de ouvir discursos? E quando pensamos assim, precisamos nos lembrar que em cada país, na Argentina, no Brasil, na Venezuela, no Paraguai e no Uruguai, que são os países que compõem o Grupo Permanente do Mercosul, existem setores organizados torcendo para que o Mercosul não tenha resultados, torcendo para que não façamos o nosso complexo energético, integrando os nossos países,

torcendo para que outros países não venham ao Mercosul, achando que nós temos que ceder sempre, como sempre cedemos à vontade dos países ricos.

O que muita gente ainda não compreendeu é que nós mudamos o perfil político da nossa América. Nós estamos mudando o perfil social da nossa América. Nós, hoje, negociamos com o mundo inteiro, sem vergonha de dizer quem somos, o que queremos e, ao mesmo tempo, nós temos orgulho de nos fazer respeitar enquanto Nações.

Por isso, quando fico desanimado e lembro o que nós construímos nesse pouco tempo, acho que nós fizemos uma pequena revolução, na mudança do nosso Continente. Mas estamos longe ainda. Cada um de nós, aqui, sabe o sacrifício que cada um passa. Eu, possivelmente, sofra tanto quanto o Nicanor com as inquietações, com a pressão que ele sofre dos seus opositores no Paraguai. Possivelmente eu sofra tanto quanto o Tabaré nas suas inquietações, quanto o Kirchner, e carrego a compreensão de que Argentina, Brasil e, agora, a Venezuela, temos que ser sempre generosos, para que possamos fazer concessões, mesmo contrariando interesses locais, às vezes agrupamentos de empresários ou às vezes, quem sabe, até agrupamentos de trabalhadores. Mas nós temos que estar convencidos de que esses países menores precisam se desenvolver, com a garantia de que o nosso bloco vai se transformar, cada vez mais, num bloco mais forte e, cada vez mais, num bloco mais respeitado.

Eu já dei demonstrações de compreensão quando aconteceu a tomada de posição da Bolívia de nacionalizar o seu gás. Eu disse para a imprensa brasileira, disse a vários companheiros Presidentes: não esperem que eu vá brigar com o Evo Morales e com a Bolívia. Nós temos maturidade para, na divergência e na adversidade, construir o consenso. E eu tenho certeza de que é por isso que eu utilizo muito a palavra paciência. Eu, agora, sinto uma certa tranquilidade, quando vejo o Chávez tranquilo.

O Chávez me parecia uma figura inquieta. Um dia, eu disse ao Chávez que se eu tivesse o

temperamento dele, eu já teria feito umas três guerras. E hoje, quando o Chávez entra, definitivamente, no Mercosul, e alguém tenta criticar, eu digo que o Mercosul ganhou um extraordinário parceiro pelo país que é a Venezuela e, sobretudo, pelo comportamento de lealdade que tem o companheiro Chávez nas relações com todos nós.

Não acredito que em outro momento Brasil e Argentina tenham tido a relação que têm agora. Uma relação de compreensão do papel de cada um, uma relação de respeito mútuo pelas nossas nacionalidades, uma compreensão dos problemas políticos que temos internamente. E somente com essa compreensão é que nós poderemos conduzir o Mercosul, convencer Evo Morales a vir para o Mercosul, convencer outros países a virem para o Mercosul e, quem sabe, num tempo bem menor do que os 15 anos que nós temos hoje, a gente ter o Mercoamérica, e não apenas o Mercosul, tendo do México até a Patagônia, todo mundo participando do Mercosul, passando pelo Caribe e trazendo Cuba junto.

Eu penso que as chances estão colocadas. Não depende dos nossos adversários, não depende dos nossos inimigos, depende única e exclusivamente da compreensão que temos da necessidade de estarmos juntos, construirmos juntos as alternativas para melhorar a vida do nosso povo.

Eu tinha essa compreensão antes de ser Presidente, tenho ela agora, como Presidente, e a continuarei tendo quando deixar de ser Presidente, porque não há saída individual para nenhum país da América, não há nenhuma saída individual. A saída é estarmos fazendo o que estamos fazendo aqui. Temos muito, meu caro Nicanor, meu caro Chávez, meus companheiros do Uruguai, meus caro Kirchner e demais companheiros, temos muito a fazer.

Eu espero, na Presidência Pro Tempore, dar seqüência, com o mesmo ânimo e com a mesma competência da administração da Argentina, com a certeza, companheiro Chacho, de que nós precisamos trabalhar, com muita força, para que a Secretaria seja

cada vez mais forte, cada vez mais representativa. Porque, se a cada seis meses nós construirmos um passo adiante, no final dos nossos mandatos nós poderemos, de forma orgulhosa, ver derrotados aqueles que escrevem diariamente contra o Mercosul, aqueles que acham que os nossos países só deveriam ter relação com os Estados Unidos, mesmo se os Estados Unidos não quisessem.

Eu me lembro, e vocês se lembram, na disputa eleitoral aqui, na Argentina, na disputa eleitoral no Brasil, no Paraguai, no Uruguai e na Venezuela, como era nervoso esse Continente, entre Alca e não-Alca. Nós, simplesmente, não falamos mais em Alca,

simplesmente a tensão desapareceu. Hoje, quem quiser falar em Alca, tem que falar primeiro em Mercosul. Tem que falar em Mercosul porque nós, a partir da nossa realidade, queremos construir acordos com todos os países do mundo, mas queremos que a nossa soberania seja respeitada, que a nossa agricultura seja respeitada, que a nossa indústria seja respeitada, e que os nossos países tenham soberania para decidir a hora de fazer, com quem fazer, em função do nosso interesse. Afinal de contas, já faz quase dois séculos que nós deixamos de ser colônia e não queremos voltar a ser colônia.

Muito obrigado.



## Diálogo Aberto dos Presidentes na Cúpula do Mercosul

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Diálogo Aberto dos Presidentes na Cúpula do Mercosul, Córdoba, Argentina, 21 de julho de 2006*

Excelentíssimo companheiro Nestor Kirchner,  
Presidente da República Argentina, e Presidente Pro  
Tempore do Mercosul,

Excelentíssimo companheiro Nicanor Duarte,  
Presidente da República do Paraguai,

Excelentíssimo companheiro Tabaré Vasquez,  
Presidente da República Oriental do Uruguai,

Excelentíssimo companheiro Hugo Chávez,  
Presidente da República Bolivariana da Venezuela,

Excelentíssimo companheiro Evo Morales,  
Presidente da República da Bolívia,

Excelentíssima companheira Michelle  
Bachelet, Presidente da República do Chile,

Excelentíssimo companheiro Fidel Castro,  
Presidente da República de Cuba,

Meu caro companheiro Carlos Chacho  
Álvares, Presidente da Comissão de Representantes  
Permanentes do Mercosul,

Chanceleres do Peru e do México,  
representando os seus governos,

Meu caro Humayun Khan, Ministro do  
Comércio do Paquistão,

Meu caro Henrique Garcia, Presidente da  
Corporação Andina de Fomento,

Meus companheiros dirigentes sindicais,  
representando a coordenadora das

Centrais Sindicais do Mercosul,  
Companheiros da sociedade civil,

Em primeiro lugar quero expressar meu reconhecimento pelo trabalho da Argentina, que esteve à frente da Presidência Pro Tempore durante o último semestre.

Graças à condução política argentina e ao empenho pessoal do Presidente Kirchner, o Mercosul caminhou no tratamento de sua ampla agenda e adquiriu nova dimensão política e econômica.

Ao celebrar seus 15 anos de existência podemos dizer que nosso agrupamento avança para nova etapa de sua vida. Temos, hoje, a satisfação de celebrar a incorporação da Venezuela como membro pleno, e isto tem, seguramente, um significado maior e representa a primeira expansão do Mercosul nesses 15 anos. Nosso bloco tem agora mais de 250 milhões de habitantes, um PIB de mais de 1 trilhão de dólares e um comércio global superior a 320 bilhões de dólares. O Mercosul vai agora da Terra do Fogo ao Caribe e confirma sua vocação natural para acolher novos parceiros da região e construir associações mais ambiciosas.

Devemos, cada vez mais, tratar dos temas do Mercosul tendo presente seu papel na construção da integração sul-americana. A presença de líderes e representantes de países amigos nesta reunião reflete essa capacidade do Mercosul aglutinar idéias e vontades, de encontrar soluções coletivas sem se fechar para o mundo.

Estamos provando que o Mercosul só faz aumentar nossas capacidades individuais de inserção internacional. Hoje, celebramos acordos econômicos e comerciais com Cuba e Paquistão. E são muito boas as perspectivas das negociações com a Índia, o Conselho de Cooperação do Golfo, com a União Aduaneira da África Austral, entre outras.

O Mercosul tem também dado provas de sua união de propósitos em temas centrais da agenda internacional, do que é exemplo a Rodada de Doha da OMC.

Insistimos na necessidade de resultados equilibrados, que levem em conta os interesses de nossa região. Não se trata somente de buscar maior acesso a mercados para nossos produtos. Nosso objetivo maior, no G-20, é o de garantir a credibilidade do sistema multilateral de comércio como ferramenta de desenvolvimento.

Meus caros companheiros Presidentes,

Creio que temos perfeita clareza das dificuldades e obstáculos que o Mercosul enfrentou nos últimos meses. Mas não podemos deixar de reconhecer os progressos que temos feito na agenda interna do bloco. Nem, muito menos, os grandes avanços em nosso relacionamento externo.

Fomos capazes de encaminhar questões comerciais de grande complexidade, como a eliminação da dupla cobrança da TEC e a abertura de nossos mercados de serviços. Essas são provas de que, respeitados nossos ritmos e tempos, estamos dando passos decididos para aperfeiçoar nossa União Aduaneira, que deve continuar sendo um objetivo maior do bloco, no caminho da construção do Mercado Comum.

Seguimos apostando na soma de nosso potencial econômico, comercial e produtivo. Potencial que se multiplica no momento em que, em cada um de nossos países, estamos resgatando setores sociais tradicionalmente marginalizados.

Avançamos também no desenho do futuro energético da região. A partir de discussões bilaterais

e trilaterais estamos ampliando nossos horizontes nos termos do Acordo Quadro Energético. Nosso propósito maior é garantir, de uma vez por todas, a segurança energética do Mercosul e de toda a América do Sul.

Minhas amigas e meus amigos,

Não compartilho a percepção de que o Mercosul está em crise. Em 1998, quando se falava no “fim do Mercosul”, eu insistia que não era o bloco que estava em crise, mas que eram nossos países que estavam em crise. Hoje, vejo que muitas das questões que são apontadas como sinais de um esfacelamento do Mercosul são frutos de problemas legados por um passado que queremos definitivamente superar.

Nossos objetivos centrais permanecem mais válidos do que nunca. É por isso, também, que rejeito críticas a uma pretensa bilateralização no âmbito do bloco. Estou convencido de que a solução desses problemas dependerá de um diálogo reforçado em todos os níveis.

A intensificação do nosso relacionamento bilateral contribui positivamente para a integração regional, da mesma forma que o fortalecimento do Mercosul enriquece os laços entre nós.

É verdade também que, em todos os nossos países, há setores constituídos contrários ao Mercosul e que defendem estratégias individuais alternativas. E nossa omissão, muitas vezes, tem servido para fortalecê-los.

Devemos reforçar o diálogo com esses grupos e, sobretudo, demonstrar às nossas populações, na prática, a validade de nosso projeto de integração. Temos responsabilidades governamentais e a obrigação de encontrar soluções para as inquietações e desafios que são parte de qualquer processo de integração profunda como o nosso.

O Brasil assume a Presidência Pro Tempore consciente do momento especial que estamos vivendo. Ampliamos o nível de nossas ambições e o

alcance de nosso bloco. Ao mesmo tempo, temos de fazer frente a uma série de obstáculos e desafios concretos que estão sobre a mesa.

O Mercosul tem diante de si o desafio de reinventar-se e atender às expectativas de todos os seus membros. Temos de desenhar mecanismos que equacionem em definitivo as assimetrias, inclusive com o aporte de novos recursos. Precisamos encarar de frente as questões relativas ao fortalecimento institucional e à implementação, em cada um de nossos países, das decisões e acordos que tomamos no bloco. Devemos aproximar o Mercosul do dia-a-dia dos cidadãos para atender melhor e de forma mais direta as demandas de nossas populações.

Meus companheiros,

Terei a oportunidade de tratar, em detalhe, de todos esses temas no encerramento da Cúpula, ao assumir a Presidência Pro Tempore. Quero apresentar um conjunto de idéias que possam contribuir para dinamizar os trabalhos do bloco.

Termino com uma nota de otimismo em relação ao futuro de nosso agrupamento. Um otimismo temperado com apreensão e cuidado, é verdade, mas que em nenhum momento me faz duvidar de nossa capacidade coletiva de encontrar soluções para os grandes desafios do desenvolvimento econômico e social de nossa região.

Queria, meu companheiro Kirchner, terminar dizendo que no nosso mapa, na nossa bandeira, falta a estrela da Venezuela e que logo, logo nós iremos ter a da Venezuela, a da Bolívia e, quem sabe, teremos toda a América do Sul envolvida.

Meus companheiros, eu queria dizer a todos aqui: a Argentina presidiu o Mercosul com muita competência, em momentos que tivemos sinais de inquietações entre nós. Eu queria dizer aos companheiros Presidentes que nos momentos de maior inquietação, a palavra-chave é paciência. Se nós permitirmos que as inquietações internas dos nossos países determinem a relação entre os estados que governamos, nós teremos muitos problemas. E aqueles que criticam o Mercosul são os setores mais conservadores que durante muito tempo trabalharam para acabar com o Mercosul.

Portanto, eu quero dizer ao governador De la Sota, que quando eu tinha 18 anos de idade, que eu me formei torneiro mecânico, o meu sonho era vir trabalhar na Argentina, em Córdoba, porque pagava mais do que no Brasil. Não pude realizar esse sonho, mas hoje eu pude conhecer um pouco de Córdoba.

Meus parabéns, porque ela é tudo aquilo que durante muitos anos eu ouvi falar da pujança desta Província.

Obrigado.



## Reunião de Chefes de Delegação na OMC

*Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em Reunião de Chefes de Delegação na OMC, Genebra, Suíça, 24 de julho de 2006*

Thank you, Chairman, thank you, Pascal. I also want to pay my tribute to your efforts, to your sense of fairness, to your transparency and to the dignity with which you conduct the work that we have been doing for some time now, in good moments and in bad moments - and this is indeed a bad moment.

I think that, of all the difficult moments that I have lived in the WTO and in its predecessor GATT, probably this is one of the saddest, precisely because this round is not only more ambitious in terms of scope - because the Uruguay Round was rather ambitious, one might say -, but ambitious in terms of development. This is the first time that the word “development” appears in the title of a round, and this shows that the world has a different look and a different view of how trade negotiations should be conducted and with what aim.

It is also sad, Pascal, because, in a way, we were very near. We all discussed here Pascal’s triangle and we may have had different views on who should do what, but there was no basic conceptual difference. We were all in the same ball park, so to say.

It is not as in Cancun, in which some were pressing for Singapore issues, investment and other issues, and others were saying “No, we want to see special treatment for LDCs”. It is not as when we had, long ago in Brussels, the failure because, of course, the proposals on agriculture at that time were so far apart. And it was not like Seattle in which some

were discussing labour issues while others didn’t want to discuss that and others wanted to discuss environment and so on and so forth.

In this particular case we were very close and that, of course, only augments the responsibility of those who were entrusted by others, entrusted by our leaders but also entrusted by the membership as a whole to try to have a breakthrough. It is to our discredit, we must say. And we must take that collectively. Whoever takes the biggest fault, we must take it collectively. We were unable to make this breakthrough for which the membership as a whole and, especially, as it was said here, the poorest countries were hoping for.

We also let down our leaders, it was not only the G8. I must say this time, it was the G8 plus five, plus the representative of the African Union, who worked together and who gave us our mandate. A mandate to finish and to conclude this round and a mandate that very clearly said that we should exert flexibility. We heard that from practically all the leaders that were present in that meeting.

I think seldom in world history those who were entrusted with a mandate by leaders came back saying that we were unable to comply with that mandate. It makes us wonder what was really being said by the leaders or whether there were people listening to them. That is sad because, in a way, it is a bad message, not only for the trade negotiations but for the world, because if we, as negotiators, are not

able to carry out the mandate that the leaders have given us, what else should we be doing here? I mean, should we be playing an interesting trade game in which no major political interest is at stake? I honestly don't think so. So I am really disturbed. I am personally saddened. As a country, Brazil, which is a strong supporter of the multilateral system, will feel the blow, as others will feel.

I have to be honest, we can all express our commitment here and certainly I believe in the sincerity of all those who say that they are committed, but it will not be easy. It is fine for us to say that we should be careful to avoid unravelling and I agree with you, we should be careful and we should exercise utmost caution not to lose what we have been able to accumulate. But the risks are there.

The format of the negotiation will be put into question, the very triangle that you have described may be put into question and people might try to make it a square or a pentagon or a hexagon or whatever and, of course, you will be complicating things. The demands of the poorest countries will be voiced and their impatience has to be understood.

All this makes us specially concerned, precisely because, as I have said, the differences were not huge. We had differences in numbers but we were talking about the same conceptual base. There was no basic conceptual difference in our discussion, so it was really lack of determination. I would say lack of political will but lack of political will on whose part? Since the leaders had said that we should exercise flexibility, where is the political will? Is it with the negotiators or is it with the leaders? I think it should be with the leaders and we should implement what they have determined us to do.

Pascal, this is a sad moment. Of course, I am not totally devoid of hope because hope has to be part of our nature, of our being, if we are politicians, if we are diplomats and if we are negotiators. But I can't hide the fact that we are really in one of the most difficult situations that I have seen. Some people have said, "Well look, the Uruguay Round also had a

problem, then we came back, there was the Dunkel text, we had one or two more years and then we finalised." I was here so I saw all that, but the world was different at that time. The European Union and the United States, with the occasional help of Japan and Canada and some lip service to developing countries, could come to an agreement. Rufus was there and he probably saw that, and he is smiling. Now the world is different, it can't be done that way, you have to have the developing countries onboard, we have to have the least developing countries onboard, we have to pay attention to their demands. We have also to take notice of their limitations in some cases, not all of them.

I heard, for instance, that in the question of special products the markets in developing countries would be closed. Certainly not in mine. I will be quite prepared to give assurances to that effect. You know it is very tempting in a moment like that to look for culprits. I won't do that. Of course, I have my analysis and I tend to agree that probably the area in which we were lagging behind more than others is domestic support, internal subsidies. Maybe it was the dynamic of the negotiation, maybe because the reaction to an initial offer came too late. I don't know. I can't really judge, but this certainly is the area which, in my opinion, would have the power to unleash movement on others, had we had concrete advance there.

I am not trying to hide behind other people's limitations. All of us would have to make concessions. It was very comfortable for me, I didn't have to make any concessions and I didn't have to say anything that would sound like a non-concession, because we didn't arrive at that point. By the simple reason that whatever happened in agriculture and was described in detail by others simply showed that whatever you do, when it came to NAMA, it certainly would not help. We were prepared to do our own part (proportionately as we have always said), but the conditions for an agreement were just not there.

The next few months, maybe years, will be tough and will be a difficult test for this organisation.

I suppose that, as you have already said, there will be no formal meetings, no group meeting of any kind, no negotiating group meetings, but of course, life will go on. I suppose Ministers will continue to meet. I hope they will continue to be engaged. I hope they will continue to talk about the Doha Round, not just as a kind of interesting souvenir but as a task to be completed.

And, of course, we need your guidance, Pascal, in all this process. We need your guidance because you have already proved that you are balanced, that you are fair, and we need your guidance because you will be the one who will be more knowledgeable than anyone else. But we don't want to transfer to you the burden that is with us and we will have to be able to tell each other how much we were able to sacrifice in exchange of the things that we want, but in precise terms, and how much we want also in precise terms, not as a general idea, and how much we will be able to sacrifice for the sake of the multilateral system.

This "thing" - multilateral system - sometimes just sounds like empty words but it is not. The

multilateral system now is being put to test, not only here but in the peace and security areas as well. I had to leave the room several times yesterday because I had to attend to the situation of Brazilians in Lebanon. I am sure it was not because I left the room that we didn't make progress because whenever I came back we were at exactly at the same point. But this is the reality, the multilateral system is being put to test and the test that the WTO is being put to is a part of it, and if we fail here it is not only a matter for us, trade ministers, or for you, the Director-General. It is a matter that should be of interest to everyone. I would think that even the Secretary-General of the United Nations should be interested, provided, of course, that people are prepared to listen to his advice.

So, Pascal, I am sad. I am leaving Geneva before I intended to. I don't know when I will come back. I don't know if I will come back, but, in any case, as long as I am in office, you can count on my support for the sake of the multilateral system, for the sake of development and for the sake of trade that helps mainly the poorer nations.

Thank you.



## Posse do Presidente do Peru

*Saudação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da posse do Presidente do Peru, Alan García, Lima, Peru, 28 de julho de 2006*

Sinto-me honrado em ter recebido de meus colegas Presidentes e dos altos representantes aqui presentes a incumbência de saudar aquele que o povo peruano escolheu democraticamente para conduzir os destinos do Peru nos próximos anos.

Ao conduzi-lo ao comando do país, os peruanos renovaram seu voto de confiança em um homem público dedicado ao diálogo, ao entendimento e aos interesses maiores do Peru.

Ao voltar à Presidência da República, meu caro Alan, você encontrará não só um país distinto daquele que presidiu anos atrás. Terá diante de si também uma América do Sul muito diferente. Superamos os anos sombrios do autoritarismo, vivemos hoje em toda a região um ciclo de crescimento econômico. Nossos países lograram controlar a inflação e diminuir a vulnerabilidade externa de suas economias. Todas essas conquistas obtivemos com muito sacrifício e não eliminaram os enormes desafios que temos pela frente.

Depois de mais de duas décadas perdidas, persistem ainda a pobreza e a desigualdade social. Necessitamos renovar nossas estruturas produtivas e construir uma infra-estrutura física e energética à altura dos desafios que temos pela frente.

Uma nova geração de governantes têm plena consciência de todos esses problemas. Sabemos que crescer economicamente é importante e necessário. Mas sabemos também que não é suficiente para resolver os graves problemas que a desigualdade

social provoca em nosso continente.

É fundamental vincular indissolavelmente o crescimento à distribuição de renda. É necessário, ao mesmo tempo, desenvolver programas de inclusão social capazes de dar resposta aos problemas emergenciais provocados pela exclusão.

Esses programas não são “filantrópicos” ou “populistas”, como pretendem alguns. Eles contribuem para melhorar a sorte daqueles que vivem situações extremas. Ajudam na constituição de um mercado de bens de consumo de massas, na dinamização da economia.

Nossos países vivem as conseqüências de uma situação periférica no mundo. Mas apreendemos que não basta lamentarmos eternamente nossa situação e transferir para outros responsabilidades que são nossas.

As mazelas que marcam nossas sociedades são em grande parte de responsabilidade das elites políticas que nos governaram e que se beneficiaram da pobreza, da desigualdade e do autoritarismo e, inclusive, da situação de dependência que vivemos.

O que marca cada vez mais a nova geração que tem hoje a responsabilidade de governar nossos países é uma forte sensibilidade social, profundas convicções democráticas, determinação de construir economias sólidas e a convicção de que, para atingir esses objetivos, necessitamos nos integrar. A integração física, energética, produtiva, social, cultural e política é a chave para garantir nossa presença

soberana e competitiva no mundo desigual e hostil em que vivemos.

Você, meu caro Alan, é sensível a essas realidades. Governou este país, enfrentou dificuldades. Volta à Presidência com mais experiência. Tem agora a oportunidade e todas as condições para corresponder à expectativa daqueles que o conduziram à Presidência e, inclusive, de todos aqueles que votaram em outros candidatos e querem o bem do Peru.

Temos plena confiança em sua disposição de enfrentar conosco os desafios da integração sul-americana. Você tem como inspiração o ideário de Victor Raul Haya de la Torre, que sempre associou o destino de seu país ao do nosso continente.

Meu caro Presidente,

Saudamos, na sua pessoa, a vocação integracionista do povo peruano. O compromisso do Peru com o ideal de uma América Latina solidária e com a consolidação de uma Comunidade Sul-Americana de Nações ganha, hoje, nova força. Para realizar essa tarefa contamos com o extraordinário potencial dos recursos naturais e humanos de nossa região e com seu empenho pessoal para a promoção da justiça social.

Sei que falo em nome de todos quando afirmo que queremos compartilhar as excelentes experiências econômicas, sociais e políticas que vêm sendo postas em prática em todo nosso continente. Saiba, portanto, que não estará só ao enfrentar desafios à frente da

nação peruana. Estamos forjando, hoje, um ambiente de diálogo e cooperação único na história sul-americana.

Foi com essa confiança, que meu governo apostou – e segue apostando com entusiasmo – em uma associação estratégica entre o Peru e o Brasil. A construção da Rodovia Interoceânica e a parceria de empresas peruanas e brasileiras simbolizam essa vontade de unir duas nações vizinhas e amigas. Ela atesta a determinação peruana em fortalecer a Comunidade Andina de Nações e em aprofundar seus laços com o Mercosul. Sobretudo, essa obra reafirma o compromisso de construirmos a infraestrutura necessária para ligar o Pacífico ao Atlântico, integrando assim, em definitivo, nosso continente por meio de diálogo, cooperação e comércio. Mais que a ligação entre dois países, essa rodovia dá consistência a toda nossa América do Sul.

Meus amigos

Todos conhecemos a trajetória política de Alan Garcia. Alguns, como eu, mantemos relação pessoal de muitos anos, o que permitirá que nosso diálogo seja mais fluido e nossas relações políticas mais francas e produtivas.

O que posso dizer-lhe além de boa sorte, Companheiro Alan García?

É, portanto, com viva emoção que convido todos a erguer um brinde para desejar que sua gestão seja marcada por muita paz, prosperidade e justiça para todos os peruanos.

## Aula Magna

*Aula Magna do Ministro das Relações Exteriores,  
Embaixador Celso Amorim, aos Alunos do Instituto Rio  
Branco, Brasília, 04 de agosto de 2006*

Embaixador Fernando Reis, Diretor do  
Instituto Rio Branco,

Caros alunos,  
Senhoras e Senhores,

A carreira é feita de altos e baixos, como a vida é feita de altos e baixos. A minha geração, a geração do Embaixador Fernando Reis, viveu momentos muito difíceis nesse sentido, costume repetir isso, mas espero que nada semelhante ocorra com vocês, ou melhor, estou seguro de que nada semelhante ocorrerá em relação a vocês. Mas nós entramos numa diferença de meses, nós entramos para o Itamaraty quando o Brasil ensaiava os passos da Política Externa Independente e nos formamos depois do golpe militar. Então não há choque político maior do que esse, quer dizer, muitos de nós tivemos dúvida se deveríamos continuar na carreira, se deveríamos procurar outras soluções, alguns até efetivamente saíram, outros até foram “saídos”, digamos assim.

E vivemos, obviamente, momentos de enorme dificuldade, mas a minha mais profunda convicção, que talvez à exceção de momentos que realmente duram pouco, é de que sempre há algo a fazer, sempre há algo a contribuir para melhorar nossa política externa, torná-la mais voltada para o desenvolvimento do Brasil, torná-la mais voltada para a paz e a justiça no mundo, sempre há algo. E vivemos isso em períodos de Governo militar, tivemos a felicidade de ver de novo a democracia, participamos de Governos com os quais

concordamos mais ou menos, e isso é natural também, mas sempre podemos dar de alguma forma a nossa contribuição. Eu acho que isso é algo importante e eu acho que é o que eu gostaria que vocês tivessem sempre em mente.

Eu queria fazer da minha saudação inicial, digamos, bem-vindos a essa carreira que tem esse privilégio único de oferecer a oportunidade de trabalhar em setores tão importantes para o nosso país e para o mundo. E eu não vejo nisso nenhuma megalomania. Eu acho verdadeiro o que está ocorrendo, é verdadeiro o que eu digo e acho que a percepção de que isso é verdadeiro se está expandindo em relação ao que o Brasil pode fazer.

Vejo essa percepção de fora para dentro, dos outros países em relação ao Brasil, e vejo aqui dentro. Eu, há dois dias, anteontem, estive no Senado falando sobre dois temas que deveriam ser os temas principais de hoje: Oriente Médio e OMC. E eu notei, até para minha satisfação, uma certa cobrança de que o Brasil deveria fazer mais ainda na questão do Líbano, não tanto com relação aos brasileiros, porque houve até muito reconhecimento pelo que nós conseguimos organizar. O Embaixador Everton se tornou uma figura tão popular, que eu até disse lá que quando me perguntam na rua se eu trabalho com o Everton, eu digo que não, que eu trabalho para ele às vezes quando ele tem necessidade. Mas enfim, não tanto com relação a isso, mas uma cobrança até com relação a um maior protagonismo do Brasil na crise do Oriente Médio.

Acho isso positivo porque freqüentemente no passado o que muitas vezes se ouvia, sobretudo aqui dentro do Brasil, não fora, era quando o Brasil, digamos se manifestava sobre um tema, um tema como esse do Oriente Médio, ou se envolvia em alguma outra questão, até mesmo com relação ao Haiti, ouvimos isso, era um pouco a dúvida de vários setores da sociedade brasileira sobre se caberia realmente uma ação tão presente. A tendência das pessoas era um pouco como “mas por que o Brasil está se metendo nisso?” E fiquei até satisfeito de ouvir uma cobrança no sentido de que o Brasil deve se envolver ainda mais. Então acho que isso revela que há um amadurecimento também na sociedade brasileira, que tem a sua correlação na percepção da sociedade que o mundo tem em relação ao Brasil, de que nós temos que ter um envolvimento maior, nos temas não só regionais, mas globais.

Mencionei a vocês o fato de que me dá muita alegria também receber cem novos alunos. Isso foi um gesto de coragem, eu diria, do Diretor do Instituto Rio Branco, de toda a administração, porque há em relação ao próprio Instituto e à diplomacia brasileira uma visão muito restritiva muitas vezes, e que freqüentemente nos levou a ficarmos incapazes de desempenhar plenamente as nossas funções. Eu acho que essa reforma que se realizará ao longo de quatro anos, e eu me refiro efetivamente ao aumento dos quadros, vai permitir ao Brasil – e ao Itamaraty – começar a tratar como deve de todos os assuntos, sem exigências absurdas sobre os poucos diplomatas que às vezes temos em cada um dos setores da Secretaria de Estado ou mesmo no Exterior. Acho que nós estamos dando um salto qualitativo, um reconhecimento dessas necessidades pelo Presidente e que corresponde também a uma expansão muito grande da nossa presença internacional.

Não quero dizer que tudo ocorreu nos últimos quatro anos. Obviamente isso é um processo histórico, vem de longe, houve momentos de maior expansão, houve momentos de relativa retração, mas digamos ao longo do tempo naturalmente, não só os

temas internacionais se tornaram mais presentes e também os temas nacionais se tornaram mais internacionais, essa divisão foi se tornando menos óbvia, menos evidente, mas também, digamos, aquelas áreas em que a nossa atenção direta era requerida, foram se multiplicando.

Agora, sem naturalmente procurar fazer uma apologia desse Governo, que aliás não seria surpresa se fizesse porque sou Ministro do Presidente Lula e trabalho por isso, mas acho que realmente houve uma aceleração muito grande nesses últimos quatro anos. Isso se espelha em coisas, digamos, mais ou menos banais, como cifras de comércio, mas que denotam enorme aumento da nossa inserção internacional, se expressa no aumento vertiginoso, isso não dependeu de nós, de brasileiros no exterior, o que faz com que muitos temas tenham uma repercussão interna muito mais forte, e também um aumento da sensibilidade nacional para a situação dos brasileiros fora, mas também de ações específicas no plano internacional.

Neste Governo, multiplicamos as iniciativas, por exemplo, em relação à integração sul-americana. Eu costumava dizer já depois do segundo ano de Governo e para evitar comparações com outros Ministros ou com outros períodos, comparava comigo mesmo quando tinha sido Ministro no Governo do Presidente Itamar Franco, que foi também um trabalho importante, intenso na época. O Embaixador Fernando Reis era Subsecretário Político na época e acompanhou tudo isso de perto, participou disso tudo, mas por exemplo, naquela ocasião, em um ano e meio mais ou menos, um pouquinho mais, eu não fui nenhuma vez ao Peru, não fui nenhuma vez ao Equador, claro que com Argentina, Uruguai e o Mercosul foi mais intenso. E hoje, comparando apenas nos dois primeiros anos, eu estive seis vezes no Peru, em um pouco mais de dois anos, em três, creio, eu fui seis vezes ao Equador. São meros indicadores, mais tudo isso revela empenho, e o Presidente Lula, que recebeu todos os Presidentes da América do Sul, visitou todos os países da América do Sul, participou de uma reunião dos Presidentes e

Primeiros-Ministros do Caribe, participou de reunião com Presidentes da América Central, isso para falar da nossa região e da intensidade que as relações aqui ganharam.

Claro que isso teria pouco valor se não tivesse resultado em nada, mas resultou na criação, entre outras coisas, de uma Área de Livre Comércio na América do Sul. Quando se fez o Acordo Comunidade Andina-Mercosul, na prática se criou uma área de livre comércio da América do Sul e é curioso que eu tenha ouvido esse comentário. Acho que eu até já disse aqui uma vez, mas vocês vão me perdoar a repetição, para os outros cem é novidade, é curioso porque eu me lembro que quando o Embaixador Fernando Reis, que era Subsecretário Político, eu e outros estivemos envolvidos na época do Governo do Presidente Itamar Franco em tentar criar essa Área de Livre Comércio, havia muitas resistências, e um dos países que mais resistia na época era a Colômbia. Tanto que fui muito cuidadoso nesse período em utilizar a expressão “Área de Livre Comércio da América do Sul”, porque isso podia despertar temores, seja de hegemonia brasileira, seja de destruição de processos sub-regionais, seja também da idéia que isso se faria em anteposição a outras formas de integração, então fui muito cuidadoso.

Mas quando assinamos os protocolos entre a Comunidade Andina e o Mercosul - já havíamos assinado com o Peru - e depois assinamos com os outros três, para mim foi uma surpresa muito agradável, ouvir a própria Chanceler da Colômbia, que estava presente na reunião, no mesmo lugar onde eu tinha falado onze, doze anos antes, e tinha encontrado um misto de frieza e resistência, a própria Ministra da Colômbia dizer: “Com esses acordos que hoje estamos firmando, estamos criando na realidade uma Área de Livre Comércio na América do Sul”. Isso não se faz sem esforço, isso não se faz sem trabalho, isso não se faz sem mobilização, isso não se faz sem convicção. Porque eu diria o seguinte, para viajar seis vezes ao Peru, ou sete vezes ao

Equador, ou não sei quantas vezes, você além de combustível, passagem aérea, etc., você precisa de convicção. Precisa de convicção, porque as dificuldades são muitas e elas se levantam a cada momento.

Me lembro, não quero estar fazendo nenhuma inconfidência, nem estou querendo dizer isso com nenhum outro sentido pejorativo porque é um grande amigo meu e uma pessoa muito inteligente, mas eu me recordo, a primeira vez que eu fui ao Chile nessa gestão, um grande diplomata, que foi Embaixador na ONU, um homem muito experiente, o Embaixador Gelson Fonseca, quando cheguei as primeiras palavras que ele me disse foram: “Olha, Celso, não fale muito de América do Sul aqui não, porque os chilenos estão noutra, então você fala aqui das relações bilaterais, etc.” Bem, um ano e meio, dois anos depois, o Chile era um dos mais entusiásticos defensores dessa integração sul-americana, aliás todo dia se vê notícia sobre isso, vão fazer a Reunião Ministerial da Comunidade Sul-americana agora - isso é apenas um exemplo. Mas se você esbarrar nas primeiras resistências, a análise dele era correta, não era um erro de percepção. O que quero dizer é que muitas vezes a política se faz com um misto de análise da realidade e de vontade. Se você exagerar demais a vontade, você cai na irrelevância, mas se você exagerar demais a dimensão da realidade e não levar em conta aquilo que você tem, o desejo, não o desejo pessoal, mas o desejo verdadeiro, fundamentado, político de realizar, você acaba não fazendo nada, porque se levantam muitas dúvidas. Quando nós fizemos aqui a Reunião do G-20 em 2003 - e estamos tentando fazer outra - pouco depois do colapso das reuniões da OMC em Cancún, ouvi muitas expressões de ceticismo de colegas e colaboradores e de pessoas a quem eu estimo e prezo: “Nós não vamos conseguir, a pressão dos Estados Unidos é muito forte sobre os países latino-americanos, enfim vai haver dúvida, as distâncias são enormes, nunca virão”.

Nós fizemos a reunião e ela é hoje vista como

um marco na retomada do processo negociador da OMC. É claro que a análise da realidade é sempre fundamental, porque senão você cai na irrelevância. Não adianta eu aqui, traçar um plano para o que eu desejaria que fosse o mundo e achar que do meu gabinete, ainda que com todo o apoio do Presidente da República, vou realizá-lo. Não é assim, tenho que ir vendo a realidade a cada passo, e nós atuamos sempre em relação à realidade. Eu acho que traçarmos um ideal é bom para ter uma referência, todos devemos ter nossas utopias, mas temos que sempre ver também a dimensão da realidade, não podemos cair no extremo oposto. Porque o perigo, digamos, de ficarmos só voltados para o ideal é a irrelevância, e o perigo de estarmos totalmente voltados para o realismo, ou o assim chamado realismo, é a inação.

Temos que encontrar um equilíbrio, e isso todos os dias. Volto aqui à dimensão política do trabalho do diplomata, todos os dias veremos situações como essa, e todos os dias vemos coisas que nos desanimam. E como sabem as metáforas futebolísticas andaram um pouco em moda, agora um pouco menos, depois da Copa do Mundo... Eu gostava muito de fazer uma imagem do que a gente tem que fazer com o Ronaldo, não agora, mas o Ronaldo da Copa de 2002, que você joga às vezes com classe, às vezes também a bola vai bater no adversário, mas você não pode desistir pela primeira, você tem que continuar. Acho que a capacidade de olhar essas duas dimensões é válida para qualquer política, mas muito verdadeira na política externa. É algo que devemos sempre preservar.

Eu diria que nós ampliamos muito a nossa ação na integração sul-americana, a nossa ação na OMC, com iniciativas como essa do G-20, mas em outras áreas também. O Brasil tem hoje, reabriu ou abriu umas dez embaixadas na África e às vezes eu ouço perguntas que até me surpreendem. Há poucos dias eu estava naquele evento no Rio de Janeiro em que houve uma pergunta, creio que até bem intencionada, do porquê de o Brasil estar se voltando

para a África, as perspectivas e possibilidades comerciais são restritas, etc. Eu freqüentemente leio esse tipo de crítica.

Primeiro, acho que isso é uma falta de sensibilidade para o que o Brasil é, o que me espanta. Segundo, é uma falta de sensibilidade digamos, para dimensões que vão além do comércio na política internacional, o que também me espanta. Em terceiro lugar, até do ponto de vista comercial tem sido bom. Mas, então o que o Brasil recriou com a África, o Brasil sempre teve, não é invenção desse Governo, o Brasil sempre teve uma relação positiva, sempre atuou de maneira positiva e criativa em relação a África. Eu fui Embaixador na ONU, mas mesmo antes, em outro Governo e também antes disso, o Brasil sempre teve, talvez com raros momentos em que houve alguns desvios, uma atitude positiva. Mas o que não havia já há algum tempo era um esforço de real aproximação, de passar do conceito à prática. E hoje nós temos uma agenda muito intensa com a África, o que naturalmente multiplica também as necessidades.

Os que convivem comigo sabem que eu gostaria de poder dedicar mais atenção permanentemente à Cúpula dos Países Árabes com a América do Sul, porque eu acho que é um evento que muda efetivamente a percepção que as pessoas tem do mundo e da relação entre os países e as regiões. Eu disse na época, talvez com um pouco de exagero, que aquilo era, digamos, um movimento de placas tectônicas na política internacional. E temos sempre que trabalhar as idéias novas, temos que estar preparados para enfrentar também a incapacidade de muitas pessoas, de setores políticos e da opinião pública de ver coisas novas. Me recordo de uma das primeiras visitas que fiz ao Egito - aonde fui três vezes - para ilustrar mais uma vez como essas coisas não se fazem sem esforço, sem presença, sem persuasão. Em uma das primeiras vezes em que fui ao Egito tratar desse temas, já depois da visita do Presidente Lula, em que eu estava fazendo uma referência a essa Cúpula, uma jornalista egípcia me

perguntou: “Mas me diga uma coisa, para quê essa Cúpula dos Países Árabes-América do Sul?” Eu disse que é importante para o comércio, expliquei um pouco também as nossas ligações não só do Brasil, mas de toda a América do Sul com o mundo árabe, enfim, falei as várias coisas que são mais ou menos óbvias: comércio, investimento, etc.

Levamos um ano e meio, mais ou menos, na preparação dessa Cúpula. A Embaixadora Vera Pedrosa, que hoje é Embaixadora em Paris, teve de viajar por todo o mundo, o Embaixador Ouro Preto também. Eu mesmo visitei dez países árabes em dez dias e a última dessas reuniões – houve várias reuniões preparatórias, inclusive em nível de altos funcionários – foi uma ministerial em Marrakesh. E a mesma jornalista veio me entrevistar e em vez de perguntar “para que essa reunião”, ela perguntou, “Vem cá, por que essa reunião não aconteceu antes?” Então, é interessante como uma idéia captura as mentes da pessoas, desde que você trabalhe a idéia com afinco e desde que essa idéia tenha uma razão de ser. Não adianta ter idéias absurdas. Agora, quando você tem a convicção que a idéia tem uma razão de ser, seja a integração sul-americana, seja a aproximação com a África, seja a relação entre América do Sul e os países árabes, sempre existe uma possibilidade de convencimento.

Outra iniciativa assim, apenas para ilustrar um pouquinho como a política externa multiplicou seus eixos - eu não diria mudou de eixos, mas multiplicou seus eixos - é a Cúpula que vai se realizar agora pela primeira vez em setembro aqui no Brasil, do chamado IBAS, o foro Índia-Brasil-África do Sul, que reúne três grandes democracias em três continentes. No caso do Brasil, ainda tem até a vinculação histórica, pois a viagem para atingir as Índias pela África passava pelo Brasil. Quer dizer, há uma correlação natural, que nós estamos buscando reavivar, valorizando esses elementos em comum que temos, de sermos três grandes países, influentes em suas regiões. Somos três grandes países influentes em suas regiões, três democracias vibrantes, a Índia costumava sempre se

gabar, e com razão, de ser a maior democracia do mundo. E também três sociedades multiétnicas com problemas, alguns mais ou menos resolvidos, mas todas enfrentando seus problemas, não totalmente resolvidos em nenhuma delas.

Acho que essa aproximação, essa afinidade, potencial, que não estava explorada, era vislumbrada nos foros internacionais, havia uma aproximação natural, Brasil e Índia há muitos anos cooperam nos mais variados foros. Mais recentemente, também a África do Sul, que faz parte, com o Brasil, da Nova Agenda, do G-20, demonstrando que há essa unidade. Mas o fato é que essa afinidade que existia em potencial não tinha se tornado algo operativo na prática e vamos ter a primeira Cúpula do IBAS, agora em setembro.

Essas ações e iniciativas nossas resultam também em outras expectativas em relação ao Brasil. Nos últimos quatro anos o Brasil foi convidado, com outros países em desenvolvimento, para três reuniões do G-8 em formatos que variaram um pouco, mas o Brasil sempre esteve presente. O Brasil tem sido escolhido até por alguns Ministros do Exterior como primeiro país a ser visitado. Recentemente recebi a Secretária do Foreign Office britânico, Margaret Beckett, que fez no Brasil a sua primeira visita bilateral. Não foi sequer a um país europeu nem aos Estados Unidos, a primeira visita bilateral dela foi ao Brasil e ela fez questão de dizer isso.

O Brasil foi convidado, também, em função dessas ações todas que nós tomamos, muitas pessoas por exemplo na época criticavam ou tinham medo, porque o medo também é um componente que está lá alma da gente e é sempre incentivado - se não tomarmos cuidado, seremos tomados pelo medo. Havia muito medo de que a nossa iniciativa da Cúpula dos Países Árabes e América do Sul fosse nos afastar, por exemplo, de Israel, com quem temos boas relações. Criticamos muito a reação desproporcional de Israel mas temos e desejamos ter boas relações com Israel, por muitos motivos. Em que pese esse medo, três meses depois da Cúpula, nem sei se tanto,

fui a Israel, fui recebido por todos, estive com Ariel Sharon, num momento aliás positivo do nosso relacionamento, fizemos várias iniciativas no campo do comércio, da cooperação tecnológica. Então não há por que temer tomar a iniciativa. Se o nosso propósito é justo, as pessoas acabarão percebendo isso. Mas eu queria dizer que o Brasil tem sido convidado hoje para foros onde antes não participava, por exemplo, houve uma Conferência sobre a reconstrução do Iraque e o Brasil foi o único país da América Latina a ser convidado, salvo um que tinha contribuído com tropas, mas que não apareceu. Nós não tínhamos contribuído com tropas, condenamos a guerra, todos sabem, e fomos chamados para uma conferência organizada pelo Secretário-Geral da ONU junto com EUA e outros países, e o mesmo ocorreu em relação ao Afeganistão.

Há também uma crescente solicitação em relação ao Brasil, e o Brasil não pode se furtar dessa atuação internacional. Aliás é um pouco como ocorre na nossa vida para responder à pergunta: “Será que o Brasil tem capacidade, será que o Brasil pode?”

Uma pequena digressão, não sei se ela é perfeita ou não, mas na nossa vida isso acontece com frequência. Todos vocês em algum momento serão convidados para cargos em que vocês se perguntarão: “Mas será que eu estou capacitado?” Olha, você pode ter certeza que se você foi convidado é porque você está capacitado. Você pode não saber, mas a pessoa que te convidou sabe. Quando há essa solicitação crescente em relação ao Brasil é porque há uma expectativa de que nós possamos realmente ajudar e contribuir, pela nossa formação.

O Brasil, ao se interessar mais profundamente pela questão do Líbano, do Oriente Médio, que é uma questão atual, não está lá para defender o interesse brasileiro em poço de petróleo, apesar de todo nosso interesse em energia, ou algum outro interesse comercial específico. Eu acho que temos naturalmente interesse, por razões várias, ligadas à

própria formação da nossa população, mas temos também interesse em contribuir para a paz, sempre na medida dos nossos meios. O mesmo tipo de atuação também ocorreu aqui na região, mas de uma forma que eu não diria que é totalmente nova porque sempre houve uma atuação importante do Brasil, mas, digamos, mais presente no caso do Haiti, certamente novo até na forma, e no caso da Venezuela, na questão do referendo revocatório em que o Brasil teve uma participação importante.

Tudo isso explica por que é importante a reforma, por que o Itamaraty tem que estar equipado, por que vocês sempre têm que se interessar e continuar se interessando pela política, no sentido mais amplo, ter, em qualquer que seja a função que vocês estejam realizando, porque mesmo eu estava comentando uma decisão, que podia ter sido vista de um ponto de vista estritamente pessoal, mas como ela tinha um impacto na nossa política então todos temos de estar imbuídos disso, não pensar que estamos apenas resolvendo uma questão estritamente financeira, estritamente pessoal ou estritamente administrativa. Tudo que se faz no Itamaraty é e deve ser político e deve sempre ter em conta esse pano de fundo.

Mas eu queria fazer brevemente, até porque já falei muito, mas queria fazer dois ou três comentários, também porque acho que se espera isso de um Ministro das Relações Exteriores, sobre o mundo que vocês vão encontrar. Eu falei um pouquinho das nossas iniciativas, comentei algumas coisas, mas eu acho que eu queria fazer dois ou três comentários. Não quero entrar em muitos detalhes em cada um dos temas, mas eu precisaria pelo menos fazer uma referência.

Primeiro, a própria integração da América do Sul. Isso certamente vai tomar muito tempo de todos os jovens diplomatas. Essa é uma tarefa permanente, a construção da América do Sul – América Latina num sentido mais amplo –, mas América do Sul mais imediatamente porque, obviamente, uma vez até um jornalista me perguntou, no contexto dessas perguntas

surpreendentes: “Por que o Brasil se interessa tanto pela América do Sul?” E eu disse: “Porque a gente mora aqui, e se eu morasse na Europa eu iria me interessar pela Europa, se eu morasse no Copacabana Palace eu iria me interessar pelo Copacabana Palace, mas como eu moro, não é o caso hoje, mas foi até da outra vez que eu era Ministro, na Superquadra 104, eu tenho que me interessar pelos problemas da Superquadra 104”. O que acontece no meu vizinho me afeta, sem falar na solidariedade, nos outros ideais, quer dizer, vamos ser práticos, objetivos. A América do Sul para nós é fundamental. Quando as pessoas falam “Por que esse interesse todo pelo Paraguai, pela Bolívia?” é porque o que acontece neles nos afeta, obviamente, entre outras razões.

Isso é que vai certamente absorver boa parte do tempo. Eu acho que a integração da América do Sul, a construção dessa integração, a construção de uma realidade sul-americana que sequer era falada com esse nome, nós lembramos porque quando estudei geografia falava-se de América do Sul, mas quando entrei para o Itamaraty nem se ouvia mais a expressão América do Sul, a expressão era América Latina. América do Sul aparecia esporadicamente numa referência geográfica. Hoje eu ouço cada vez mais, até pedi ao Ricardo Tavares que não está aqui hoje, da nossa Assessoria de Imprensa, fazer uma estatística de como a expressão “América do Sul” aparecia em 2003 e hoje, e verifiquei que ela praticamente dobrou nos jornais.

Outro dia, recebendo aqui a Diretora do Conselho das Américas, ela fez vários comentários, vários aspectos, mas uma das coisas que ela mencionou, disse: “Nós queremos acompanhar de perto e queremos apoiar o Brasil, a Argentina.” Ela estava indo também à Argentina, creio eu, não sei se Uruguai também, e queria apoiar o Brasil e a Argentina nesse esforço da integração sul-americana, porque há uma percepção de que a integração sul-americana é importante para nosso desenvolvimento, mas também para a estabilidade da região, também para

o fortalecimento da democracia na região, e para o fortalecimento da paz sem dúvida alguma.

As pessoas perguntam, com preocupações cujo mérito não vou discutir, porque eu acho que não é o caso hoje aqui, “Mas e a Venezuela?”. Olha, independentemente do que nós pensarmos, eu penso que o Governo da Venezuela tem muitas coisas positivas, sobretudo na área social, eu acho que o convívio é que serve de ensinamento, que serve de troca de experiências e não o isolamento, até porque a pretensão ao isolamento, mesmo que ela fosse correta, o que eu creio que não é, é impossível de se realizar. Você não vai apagar as fronteiras da Bolívia com o Brasil, então temos que trabalhar o melhor possível, o mais intensamente possível, fazendo valer o nosso ponto de vista, mas sem arrogância, sem pretensão.

Quando as pessoas perguntam: “Mas o Brasil não está preocupado que a Venezuela está subliderando?” Nós não temos essa preocupação, sinceramente porque acho que nós temos que trabalhar por objetivos, e os nossos objetivos são os da construção real de uma região forte, independente. Isso tem vários motivos, nós acompanhamos vários momentos da América Latina e ela sofre sempre ondas de um lado e de outro e sempre é afetada, no bem e no mal, em regimes militares, em momentos de democratização. Agora nós vemos essa ênfase em regimes que podem ser, para usar o conceito tradicional, mais à esquerda, muito mais à esquerda, outros menos. Mas eu acho que nesse processo todo a integração é que pode nos dar um balizamento melhor e um maior equilíbrio, ajudar a resolver nossos problemas sociais, nossos problemas econômicos. E eu diria também que, no mundo de hoje, vamos ser realistas, até um país como o Brasil é pequeno.

Isso parece contradizer tudo o que eu disse antes, mas se você pensar em termos econômicos, comerciais, o Brasil, claro, tem um peso, senão não estaria tendo a participação que tem em vários foros internacionais. Mas apesar desse peso ser grande, ser reconhecido, ele talvez não seja suficiente nas

negociações. É por isso que nós temos procurado reforçar o Mercosul, expandir o Mercosul. Sabemos que a curto prazo termos um Mercosul que abranja toda a América do Sul talvez não seja viável. Mas temos essa expectativa de uma integração mais profunda a médio prazo e vamos fazer essa integração como diziam os europeus, em duas velocidades: a integração da Comunidade sul-americana até onde ela pode ir e a integração mais profunda que é a do Mercosul, que certamente vai mais longe. Vivemos muitos problemas, não é fácil, não é um caminho sem percalços, mas eu acho que é um caminho que não tem volta. E acho que será uma grande ilusão de qualquer país da América do Sul procurar se dissociar desse processo porque eles terão uma posição negociadora muito inferiorizada no cenário internacional, e se é que eles forem notados sequer, porque a verdade e a dura realidade do comércio internacional é essa.

A não ser que haja um objetivo político imediato para incomodar – o que eu não acredito que exista no momento em relação a nós -, obviamente você atrai muito mais a atenção da União Européia ou dos Estados Unidos estando junto com o Mercosul, do que isoladamente. Vocês podem dizer: “Ah, mas como é que existem acordos isolados?” Existem, porque obviamente quando há uma negociação isolada o acordo passa a ser quase um contrato de adesão, quer dizer, você assina na linha sublinhada e a margem de negociação é muito mais limitada. Portanto, só para dizer que a integração na América do Sul é algo muito importante, você trabalharão muito, terão muitas alegrias e muitas frustrações, mas isso é parte do mundo que vocês vão certamente enfrentar. Os problemas de cada um dos países nos dirão respeito diretamente, não podemos nem devemos evitar que isso ocorra.

Só para terminar com algo que eu tenho sempre dito, a integração é inevitável. A questão é saber que integração - se será a integração pelo contrabando, pelo crime organizado, pela insurreição, ou será a integração pelo comércio, pelo

desenvolvimento, pela tecnologia, pela cultura. Então a nossa opção não é integração ou não integração, é qual integração. E é a opção que nós temos feito que tem levado a essas atividades todas que eu mencionei.

Eu reli as notas que o Secretário Eugênio fez para mim, a meu pedido, aqui nesse roteiro que vai ser distribuído, muito bem feito. Tinha um pontinho só que eu discordei dele, ele vai me permitir falar, porque eu quero aproveitar isso como gancho para comentar. O roteiro menciona alguns dos temas que tratamos aqui, mais especificamente do que eu vou falar em seguida, que é a crise do multilateralismo. O Eugênio colocou lá, em determinado momento, o multilateralismo como uma aspiração do Brasil. Eu acho que o multilateralismo não é bem uma aspiração, multilateralismo é um meio, aspiração é a paz, a justiça, o desenvolvimento, a melhora do mundo. O multilateralismo, e aí sim eu estou de pleno acordo, é o único meio para concretizar essa paz, o único meio em plano global, claro que há várias ações independentes que cada país tomará. O Presidente Lula já disse isso muito em seus discursos: o multilateralismo está para a paz no mundo, para o desenvolvimento no mundo, para a justiça no mundo, como a democracia está para o plano interno. Quer dizer, claro que o multilateralismo está longe de representar uma verdadeira democracia no mundo, nós sabemos das desigualdades e das assimetrias que existem nos processos decisórios, mas bem ou mal, multilateralismo é o que nos permite nos aproximarmos disso. É um caminho mais difícil para obter os objetivos do que certos atalhos, mas é um caminho muito mais seguro também, da mesma maneira que a democracia internamente também às vezes é um caminho mais longo. Antigamente um tecnocrata podia resolver determinada coisa e passava a valer, hoje em dia não, tem todo um processo longo, frustrante às vezes, para quem está no Executivo, demora no Legislativo, mas é necessário. É o preço que você paga para que as ações tenham profundidade, enraizamento social, se consolidem.

Multilateralismo é a mesma coisa. Por que uma ação do Conselho de Segurança não só tem a legitimidade, a legalidade, mas é mais eficaz, no fundo? Porque ela tem o apoio da comunidade internacional, tem pelo menos o potencial e a necessidade do apoio da comunidade internacional, enquanto as ações unilaterais não. Mas por que eu estou falando aqui de multilateralismo também? Porque eu acho que isso é algo muito importante, isso é um leitmotiv que certamente percorre as nossas ações, seja na área do meio ambiente, seja no comércio, seja mais estritamente no âmbito das Nações Unidas, da paz e da segurança internacionais. Eu estou mencionando isso pessoalmente porque nós vivemos hoje, e acho importante que você tenham em mente isso, dois grandes, eu diria mais que desafios, duas grandes ameaças ao sistema multilateral, coincidentemente uma no plano político e outra no plano econômico.

No plano político, é a crise no Oriente Médio, a dificuldade que a ONU tem tido. Mesmo quando ela vier a agir ela já terá deixado de cumprir sua função durante um longo período. Como é que se pode assistir sem entrar nos méritos? Quem começou, como começou, como é que deve resolver no final? Mas como é que se pode assistir à matança que está se assistindo de civis, dos dois lados, claro que com grande desproporção, mas a matança de civis, de crianças, e a ONU, inerte. É porque a ONU, naturalmente responde não àquilo que o Secretário Geral apenas deseja, eu ontem mesmo conversei com o Secretário Geral à noite para levar mais uma vez o nosso apoio, dizer que o Presidente Lula estava mandando uma carta para ele, e ele ficou muito contente com isso, e eu verifiquei até que ele, eu sou muito cuidadoso quando falo com pessoas que ocupam posições mais elevadas, tento ser rápido. Aliás essa é uma preocupação que vocês devem ter sempre, porque é talvez o principal segredo para vocês conquistarem o chefe ou não o cansarem, com excesso de observações. Eu procurei ser rápido, mas senti que ele estava se alongando, se alongando não, se estendendo, mas era um assunto que o estava

tocando profundamente. Ele várias vezes repetiu nessa conversa telefônica “We have to stop the killing, we have to stop the killing.”

E isso tinha uma tradução prática, em termos de Nações Unidas, que é a separação da resolução em duas, uma só para a cessação de hostilidades, e outra depois para tratar da paz mais duradora e da força de paz. Havia uma seqüência a ser observada, mas o que eu via no Secretário Geral era a frustração pelo fato de a ONU não ter sido capaz de agir rapidamente. E não é capaz de agir rapidamente porque o sistema, o processo de decisão da ONU, é um processo ainda herdado de 1945. Eu diria até que ele fez algum sentido sob muitos aspectos, não só na questão do número de membros permanentes, mas também o próprio veto, quer dizer, eu acho que seria impensável você ter uma situação em plena Guerra Fria em que não houvesse o veto. Porque de repente o Conselho de Segurança da ONU ia tomar uma decisão contra a União Soviética e a decisão, ou não ia ser aplicada, que seria uma maneira de desacreditar a ONU, ou ia levar a uma Guerra Mundial. O veto até teve de certa maneira as suas justificativas, hoje eu acho que tem cada vez menos. Claro que nós também sabemos que não vamos poder acabar com o veto logo, e aí volta a dimensão do realismo - o que podemos esperar é uma certa moderação no uso do veto, uma certa limitação talvez, não sei se jurídica, ou pelo menos política, declaratória, de que os países procurarão se restringir no uso do veto.

Compreendo que se houver uma determinada ação que seja vista como uma ameaça direta a um país, o veto possa ser usado. Na realidade, no mundo de hoje, nós temos que levar isso em conta. Raciocinando aqui meio pelo absurdo, se houvesse uma decisão, por algum motivo, do Conselho de Segurança de, vamos dizer, invadir a do Norte por alguma razão, para parar o programa nuclear, eu imagino até que a China usaria o direito de veto e com legitimidade, seria até normal, para evitar um conflito, ou uma ação que teria uma conseqüência

imediate na sua própria segurança. Mas o direito de veto é usado hoje em dia até para resoluções declaratórias, declarações que não têm uma consequência prática imediata. Isso já é uma distorção do uso do direito de veto.

Esses últimos acontecimentos me fizeram refletir muito sobre isso. Eu não sei se isso está maduro para ser resolvido, provavelmente vamos levar muito mais tempo, mas temos que modificar de alguma forma essa situação. Claro que todos conhecem a nossa posição com relação à própria composição do Conselho, à necessidade de novos membros permanentes. Eu acho que também nisso há uma crescente convergência para a necessidade de que países em desenvolvimento, que tenham capacidade de ação regional e global, estejam representados de maneira mais permanente no Conselho de Segurança, sem prejuízo da presença dos demais. E também para ser realista, a presença desses países se fará seguramente sem o direito de veto, de modo que até pode ser uma inspiração para o futuro.

Estamos vendo o sistema multilateral em cheque, estamos vendo a incapacidade das Nações Unidas de agirem em uma situação tão grave como essa do Oriente Médio, tão grave como é essa sobretudo do Líbano, em que quase todos os princípios da Carta estão sendo violados. A verdade é essa. Eu procuro publicamente evitar grandes afirmações de natureza jurídica, ontem eu ouvi um diretor da Cruz Vermelha e ele disse: “Ah, mas o direito humanitário está sendo violado”. Eu não vou entrar nisso, eu quero é que se resolva, eu quero é o corredor humanitário aberto. Não há dúvida, quando você tem a integridade territorial de um Estado violado, quando você tem a morte de civis na proporção em que você tem tido, e não estou com isso justificando o terrorismo não, que é condenável, e o ataque a civis por parte seja das facções do Hamás ou do Hezbolá também é condenável e nós temos que continuar condenando. Agora, se a ONU é incapaz de agir porque se espera, porque um dos

países principalmente, espera ou alega que necessita uma solução estrutural, mas na realidade talvez esteja querendo dar certo tempo para certas ações, isso é muito grave.

Não há solução para isso, não está em nossas mãos hoje, certamente não podemos hoje ter uma influência decisiva, embora procuremos ter alguma, da maneira de persuasão, como dizia o Embaixador Fernando Reis. Mas nós também tentamos usar persuasão no caso do Iraque, e não fomos bem-sucedidos. Mas eu acho que mais e mais o Brasil será chamado a falar desses temas.

Então eu acho que vocês têm que estar permanentemente tratando deles e se ocupando deles e prontos a agir, seja pela questão mais prática, operacional, dos brasileiros lá. Eu mesmo fui a Adana, na Turquia, para ver de perto a situação daquelas famílias que estavam se refugiando do Líbano para lá. É impossível não se emocionar diante dessas famílias, às vezes nem toda a família, a mulher e cinco filhos, o marido tinha ficado para trás. Nós vimos, a Ministra Maria Nazareth estava comigo, e era algo realmente emocionante. Mas também não deixou de ser emocionante, devo dizer, porque alguns agradecimentos calorosos, por exemplo, o de uma senhora que disse “Olha, é a terceira guerra da qual eu fujo, mas é a primeira em que eu tenho o apoio do Governo brasileiro.” Isso não tem a ver com a crise do multilateralismo diretamente, mas demonstra como isso nos afeta. Costumo dizer que talvez seja o que mais emocione quando você está envolvido nisso, porque ela é rara, é a gratidão.

Há outros fatos que emocionam também, mas a gratidão, como ela é tão rara na vida em geral, sempre emociona especialmente. Gratidão não a mim, mas ao Governo, à sociedade brasileira que estava fazendo aquilo que devia de qualquer maneira fazer. Essa crise do Líbano também nos ajuda a ver que tudo nos diz respeito. Nesse caso é óbvio porque nós temos 8 milhões de descendentes libaneses, temos uma comunidade judaica importante no Brasil, temos brasileiros que vivem no Líbano. Mas eu volto

aqui à política, à época que eu dava aula de teoria política na UnB, ainda durante o Governo militar, e havia uma pergunta latente: “Afinal, qual o interesse que temos na política?”. E a minha resposta é a seguinte: você pode não se interessar pela política, mas a política, cedo ou tarde, vai se interessar por você.

No caso do Líbano, a política internacional se interessou por nós, independentemente do que nós achávamos, ela nos tocou, nos atingiu, nos feriu. É por isso que temos que estar presentes em todas as áreas. É um dos aspectos graves, da crise do multilateralismo hoje, que está se revelando nessa crise do Líbano, e se revelou também na crise do Iraque. No Líbano talvez seja até mais chocante, não sei se do ponto de vista jurídico ela é mais ou menos importante do que a outra, mas eu acho que nesse caso, há uma inação em relação a fatos que já estão ocorrendo. Da outra vez houve uma ação errada, vamos dizer assim, condenável também do ponto de vista jurídico, mas sempre passível de interpretações.

A outra crise que nós estamos vivendo é a OMC. Eu volto aqui ao roteiro do Eugênio, e li lá, depois vocês vão ler, as duas organizações mais importantes do sistema multilateral são a ONU e OMC. Em um primeiro momento tive até uma dúvida – e olha que eu trabalhei duas vezes como embaixador na OMC –, eu pensei “Será que posso dizer isso?” Colocando de lado, ou em segundo plano, o Banco Mundial e FMI, eu acho que a avaliação do Eugênio está certa, porque no fundo são mesmo os dois organismos mais importantes.

Não é que o Banco Mundial ou o FMI não tenham funções importantes. Para começar, o processo decisório nesses órgãos é totalmente concentrado. Eles desempenham funções importantes para o sistema multilateral, mas realmente não estão no centro do processo decisório do sistema multilateral. E eu diria também, em um sentido mais profundo, que a verdadeira solução para os países pobres está mais na OMC que no Banco Mundial e no FMI, mais no FMI que no Banco Mundial. Por

meio de um comércio mais justo, mais aberto, que reconheça também as assimetrias e as necessidade de tempos para a adaptação que os países em desenvolvimento, podem realmente realizar-se as condições para o crescimento econômico, para a justiça social. Uma das cifras, que está também no roteiro, vem do discurso que o Presidente Lula fez no G-8, e é impressionante: enquanto o apoio distorcivo dos países desenvolvidos chega a 1 bilhão de dólares por dia, 900 milhões de pessoas da área rural do mundo em desenvolvimento vivem com menos de 1 dólar por dia.

Eu não estou dizendo que haja uma correlação exata, mas é chocante você olhar esses números. Na medida em que nós consigamos fazer com que essa Rodada, por aproximações sucessivas, porque não se consegue as coisas de uma vez, ajude a fazer o comércio internacional mais justo, talvez a OMC seja o órgão que mais pode contribuir para o desenvolvimento equilibrado. E por isso realmente eu acho que essa avaliação que está lá no roteiro do Eugênio, que no primeiro momento até me surpreendeu assim porque singularizou duas entidades, é absolutamente correta. Estou aqui compensando a outra observação que eu havia feito, mas é verdade.

Então o sistema multilateral está também ameaçado, pela intransigência de uns, pelos interesses de outros. E é natural, porque o comércio também não é um espaço onde se vai praticar caridade. É necessário obedecer a duas lógicas, é uma grande dificuldade. O GATT tinha uma lógica exclusiva, que era a lógica do interesse comercial. E o interesse comercial com a tendência de predominar sempre o interesse comercial do mais forte e assim foi, da criação do GATT até a Rodada Uruguai. Não vou dizer que não tenha havido benefícios indiretos, porque houve, mas a lógica que presidiu as negociações foi essa.

Hoje em dia, em função de muitos fatos que ocorreram, até os países ricos foram obrigados a reconhecer que a dimensão do desenvolvimento tem

que estar presente no comércio e por isso se chama Rodada do Desenvolvimento de Doha. Se era mera hipocrisia ou se era uma atitude real eu não sei mas, mas parodiando um pouco La Rochefoucauld, que tem uma frase sobre isso, a hipocrisia é o primeiro passo para a virtude, que é para reconhecer que o seu vício não é defensável.

Então, quando você diz que a Rodada é de desenvolvimento, você já, de certa maneira, concedeu um pouco no terreno conceitual. Você não pode mais dizer: “Ah não, basta abrir tudo que aí vai ficar bom para vocês, abram o mercado de serviço de vocês, abram seu mercado de produtos industriais, nós vamos continuar com os nossos subsídios, mas tudo vai ser melhor.” Hoje em dia não dá mais para fazer dessa maneira. Então isso é um passo, toda nossa batalha nesses últimos anos tem sido fazer com que esse conceito, admitido na teoria, possa se refletir na prática. E isso não é simples, isso é um esforço permanente. É um esforço que mais uma vez tem que combinar essas dimensões do que é justo, do que deve ocorrer e do que é razoável. Gostaria muito que se eliminassem todos os subsídios; não vou conseguir. Mas já conseguimos algo muito importante: se essa Rodada terminar, quando terminar, os subsídios à exportação serão eliminados totalmente.

Isso já foi uma vitória indiscutível. Em determinado momento só quem acreditava nisso era o Brasil. Eu digo isso com toda a tranquilidade porque nós reintroduzimos esse tema na agenda, não fomos os únicos a colocar na agenda originalmente mas tornamos isso uma condição indispensável. Uma das razões do impasse em Cancún é que isso não estava sendo aceito. Foi introduzido no Acordo Quadro de 2004 como princípio e foi operacionalizado pela primeira vez em Hong Kong com data certa. Quando se diz em Direito que a obrigação tem prazo e sanção, eu não sou jurista, mas se não tiver prazo também ela fica no vazio.

Agora, pela primeira vez há o prazo, 2013, para acabar com o subsídio à exportação. Nos demais subsídios nós sabemos que não vamos

terminar totalmente, mas tem de haver uma redução significativa. Estamos vivendo um momento crítico na OMC, não vou aqui tentar repetir porque me estendi muito, espero que vocês tenham olhado na Internet a apresentação na Comissão de Relações Exteriores no Senado. O Brasil tem tido um papel muito central, que nos aumenta até a responsabilidade porque o Brasil é visto como um interlocutor que pode trazer soluções, mas sem aquela mania de dizer que somos “consensus builder” e simplesmente abandonarmos o nosso interesse. Não. É lutando pelo nosso interesse, mas olhando as coisas de uma maneira construtiva, positiva, procurando soluções e não “fingerpointing”, como se diz em inglês, simplesmente ficar acusando os culpados, como poderíamos ter feito ao final lá da reunião de Genebra de 10, 15 dias atrás.

Nós não deixamos de dizer o que tínhamos que dizer, que a principal causa do impasse eram os subsídios domésticos. Todo mundo sabe que a chave para avançar nisso está com os Estados Unidos, mas evitamos as acusações que iam apenas criar uma dificuldade de diálogo. Talvez graças a essa atitude, dias depois a representante comercial dos Estados Unidos veio de Genebra ao Brasil. Temos tido um papel muito intenso nesse período, o G-20, que nós criamos, com o auxílio, a participação, da Índia, da Argentina, da África do Sul, da China, esse grupo inicial que é considerado o núcleo do G-20.

Outro dia me surpreendi porque outro assessor meu, o Eduardo Sabóia, me trazia um livro, aliás acho que foi o filho do Patriota que viu primeiramente, ou a professora dele que mostrou. É um livro creio que do primeiro ano do college, ou fim do baccalauréat, algo assim. Era um livro de geografia francês, que tinha várias referências ao G-20. Era um livro de Geografia, não era nem um livro sobre negociações comerciais, mas comentava como o G-20 havia contribuído para mudar as relações na OMC de maneira importante e definitiva. Então, quando o Presidente Lula fala de uma nova geografia comercial e as pessoas acham que é megalomania, exagero,

não, ele está falando de coisas muito reais.

Coisas muito reais, que se expressam na estrutura do nosso comércio exterior. Não vou me alongar nisso hoje mas, há quatro anos a América Latina e o Caribe vinham atrás da União Européia e dos Estados Unidos, e hoje são o primeiro parceiro comercial do Brasil. Em termos de comércio, também com outros países nossa parceria tem crescido. E no plano das negociações criamos um fato que até os livros didáticos estrangeiros já mencionam.

Muitos já não se lembram que quando houve Cancún, nós fomos atacadíssimos. No Brasil ainda eram uns poucos com dúvidas: “Não é muito perigoso?” Mas fora do Brasil fomos atacadíssimos. Eu me lembro de um artigo do Bob Zoellick, de quem me tornei bom amigo depois. Tenho respeito por ele, que contribuiu muito para o Acordo Quadro de 2004, um homem inteligente, tem uma visão ampla. Pouco depois de Cancún, ele escreveu um artigo no “Financial Times”, dividindo os países entre aqueles que queriam e os que não queriam acordo. O Brasil naturalmente era dos que não queriam e o nome do Brasil aparecia cinco vezes, uma honra raramente destinada ao Brasil em um artigo de Ministro americano. Cinco vezes, e claro que de maneira não muito positiva. Bem, hoje nós somos o parceiro indispensável que ele vem buscar. Em seis meses já recebi dois USTRs no Brasil para tratar da OMC - o Portman, não sei se em fevereiro ou maio, e agora a Susan Schwab.

Isso aumenta a nossa responsabilidade e nós continuaremos a lutar. Não vamos procurar atalhos, não vamos sair por aí fazendo acordos bilaterais que são necessariamente desequilibrados, que não atendem aos nossos objetivos principais na área da eliminação dos subsídios, na melhoria das regras, na defesa do sistema de solução de controvérsias, nas quais nós obtivemos vitórias importantes. Eu sempre digo isso para os céticos sobre a OMC: olha, o algodão e o açúcar que tiveram tanta repercussão, jamais, jamais poderiam ter ocorrido em uma ALCA ou em uma negociação com a União Européia, ou

entre o Mercosul e a União Européia. Só ocorre na OMC, porque com todos os defeitos que possa ter a OMC, e apesar de ela ter sido criada nessas condições em que eu disse, que prevaleciam no passado, ela é um sistema legal.

Outro dia, recebi um grupo, a REBRIP, que envolvia várias ONGs e outras organizações, que tem sido parte das nossas delegações à OMC. E a representante da REBRIP, uma pessoa assim cordata, uma pessoa de boa disposição. Ela disse, com bastante simpatia, mas com aquele jeito, assim: “Nós estamos chegando a uma posição agora, que é para acabar com a OMC”. Eu falei: “Olha, não contem comigo, não contem comigo”, e fiz um paralelo. Digo isso porque às vezes eu leio freqüentes críticas: “A OMC foi criada pelo imperialismo americano, etc.”. Tudo isso pode ser parte da verdade, mas a verdade não tem uma dimensão única. Então, eu volto ao paralelo que fiz no início, entre a democracia e o multilateralismo.

Me lembro que quando eu era jovem e irreverente, eu achava que a democracia formal não tinha nenhuma importância, porque a democracia só estava servindo no Brasil para perpetuar privilégios e o poder econômico tinha uma enorme influência nas eleições. Você acabava tendo sempre regimes ou Governos que não tinham capacidade de fazer as coisas que eram necessárias para o povo brasileiro. Tudo que eu dizia era verdade, quer dizer, parte da verdade. Agora, como vivi, como minha geração viveu, 20 anos de ditadura militar, eu passei a valorizar muito mais aquelas liberdades formais, ou aquelas regras formais, que eu antes via com tanto desprezo. E percebi que era por meio delas que nós tínhamos como tentar fazer valer nossos valores. É meio pleonasma, “fazer valer os nossos valores”, mas os filósofos vão me perdoar. Existe uma frase sobre se os valores são ou não são, se eles existem ou não existem, e a resposta é que os valores valem, me vem à cabeça isso. Fazer valer os nossos valores através desse processo democrático. E a mesma coisa se aplica, eu creio, no comércio internacional

em relação à OMC.

A OMC é injusta? É, é injusta, sim. Ela privilegia os interesses ou a visão do mundo dos países mais ricos? Privilegia, pois ela foi feita por eles, fundamentalmente. Mas ela oferece um quadro jurídico. Dentro desse quadro jurídico, que tem que ser sempre reformado, e é o que nós estamos tentando fazer agora, nós temos sempre meios de tentar fazer valer nossas posições, nossos interesses e nossos valores. É o que nós fizemos no caso do

algodão, o que nós fizemos no caso do açúcar e o que nós estamos tentando expandir com uma eventual rodada bem-sucedida da OMC. Então, queria renovar aqui, as saudações para aqueles que estão entrando, para aqueles que vão começar a participar da labuta do dia-a-dia do Itamaraty, e vão poder avaliar concretamente o que aprenderam aqui e que continuarão a aprender na prática. Quero renovar essas saudações e desejar felicidades a vocês.

Muito obrigado.

## Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Portugal

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates, Palácio do Planalto, Brasília, DF, 09 de agosto de 2006*

Excelentíssimo Senhor José Sócrates Carvalho Pinto, Primeiro-Ministro da República Portuguesa,

Doutor Luiz Felipe Marques Amado, Ministro de Estado de Negócios Estrangeiros de Portugal,

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores,

Senhores integrantes da delegação portuguesa,

Senhores integrantes da delegação brasileira, Meus amigos e minhas amigas,

É um prazer muito especial receber, pela primeira vez no Brasil, o meu amigo, Primeiro-Ministro José Sócrates. O Primeiro-Ministro e eu tivemos, hoje, a oportunidade de retomar o diálogo franco que começamos no ano passado, na cidade do Porto, e que aprofundamos mais recentemente, durante a Cúpula de Viena.

Durante minha visita de Estado a Lisboa, ainda em 2003, deixei claro meu desejo de que nossas relações deixassem de ser apenas sentimentais. Isso não significa esquecer essa dimensão do nosso relacionamento. Portugal e Brasil são unidos por laços permanentes de amizade e história. O carinho com que sempre fui recebido em Portugal é prova disso.

Vejo, com grande satisfação, o quanto avançamos em nosso intercâmbio, nesses últimos anos. O comércio entre os dois países superou, em

2005, um bilhão e 200 milhões de dólares, ou seja, dobrou em poucos anos. Confio em que a inauguração, em junho, do Centro Distribuidor da APEX, em Lisboa, ajudará a diversificar a pauta de exportações brasileiras, de forma a incluir produtos de maior valor agregado. Ao mesmo tempo, a instalação de um centro virtual de distribuição de produtos portugueses no Brasil contribuirá para tornar nossas trocas mais equilibradas. Temos consciência de que o comércio é uma via de mão dupla, em benefício dos dois lados.

Multipliou-se, também, a confiança dos empresários nessa parceria. Portugal é hoje o sétimo maior investidor no Brasil, com um estoque de capitais de oito bilhões de dólares. Com a retomada do crescimento econômico e a necessidade de ampliar e modernizar a infra-estrutura brasileira, abrem-se novos horizontes de negócios.

Sei que os empresários portugueses estão atentos aos esforços do governo brasileiro para criar um novo marco regulatório no país, sobretudo em setores em que Portugal detém larga experiência, tais como turismo, construção civil e serviços. A expressiva delegação empresarial que acompanha o Primeiro-Ministro é prova desse interesse. Parcerias entre empresas portuguesas e brasileiras em áreas de ponta ajudarão nossas economias a ganhar escala e competitividade no mercado global.

Já é realidade a associação entre a Embraer e a Indústria de Aeronáutica de Portugal. Juntos, estaremos aptos a atuar no exigente mercado aeronáutico europeu. A Petrobras e a GALP estão unindo esforços na prospecção de petróleo em águas profundas, segmento em que o Brasil tem muito a oferecer.

Como ex-ministro do Meio Ambiente, o meu amigo Sócrates bem conhece a urgência de encontrarmos alternativas energéticas limpas, baratas e renováveis. Estou seguro de que a experiência pioneira do Brasil no campo dos biocombustíveis, com destaque para o etanol e biodiesel, oferece amplo campo para ações conjuntas, inclusive em operações triangulares com países africanos.

Meu querido Primeiro-Ministro,

A parceria entre Portugal e Brasil tem como ponto de partida o espírito empreendedor de nossos povos e sua vocação solidária. Assim como os milhões de portugueses que vieram ajudar a construir a grandeza desta nação, hoje brasileiros contribuem para forjar o Portugal moderno.

Durante a última Copa do Mundo, o nosso “Felipão”, à frente da seleção portuguesa, personificou essa associação virtuosa entre portugueses e brasileiros. Foi com esse espírito que assinamos, em 2003, o acordo para regularizar a situação de milhares de brasileiros residentes em Portugal. Reconheço o empenho do governo de José Sócrates para implementar esses compromissos. Hoje, mais da metade dos brasileiros já dispõe de contrato de trabalho. Não descansaremos até que toda a comunidade brasileira possa viver e trabalhar com dignidade em Portugal.

O instrumento que acabamos de assinar, em matéria de seguridade social, é mais um passo para garantir que cidadãos portugueses e brasileiros usufruam dos merecidos frutos de seu trabalho num ou noutro país.

Senhoras e senhores,

A ação internacional de Portugal e Brasil se orienta por um mesmo conjunto de valores. Temos um compromisso fundamental com o respeito aos direitos humanos e a democracia. Estamos empenhados no fortalecimento do multilateralismo e na defesa do direito internacional como instrumentos de promoção da paz e segurança. Temos a firme convicção de que esses ideais são melhor resguardados no âmbito de processos regionais de integração.

Relatei a meu amigo Sócrates os excelentes resultados da reunião de Córdoba, do Mercosul. Nosso bloco ganhou novo impulso com o ingresso da Venezuela. Ele torna-se cada vez mais um projeto estratégico para nossos países. Estamos agora engajados em equacionar as assimetrias, promover a coesão social na região e dar nova densidade institucional ao Mercosul. A próxima instalação do Parlamento regional reafirmará a legitimidade, a pluralidade e o equilíbrio institucional do bloco.

O Mercosul só tem a ganhar com o avanço das negociações com a União Européia. Contamos com o apoio de Portugal para que se chegue a esse acordo de grande significado econômico e estratégico para nossas regiões. Sigo convencido de que, com pragmatismo e flexibilidade, podemos concluir nossa associação inter-regional até o final de 2006.

Sobre a Rodada Doha da OMC, minha avaliação é conhecida. Há somente uma explicação possível para o impasse nas negociações comerciais multilaterais: a falta de vontade política. O Brasil segue empenhado na busca de uma conclusão exitosa da Rodada. Aceitar o fracasso implica grandes prejuízos para o sistema multilateral de comércio como um todo. Não podemos perder essa oportunidade histórica de melhorar as condições de vida de milhões de pessoas nos países mais pobres.

Nos dias 9 e 10 de setembro, no Rio de Janeiro, realizaremos nova Reunião de Alto Nível do G-20 para discutir alternativas e reiterar nosso compromisso com a conclusão da Rodada, com base

em resultados ambiciosos e equilibrados.

Os membros da OMC devem continuar engajados nas discussões sobre como fazer avançar o processo. É fundamental que cada um faça a sua parte, de acordo com as suas capacidades. O Brasil está fazendo a sua, mas os grandes gestos têm que vir agora dos países ricos.

Conversamos também sobre a grave crise no Oriente Médio. O Brasil reúne o maior número de libaneses e descendentes fora do Líbano, ao mesmo tempo em que abriga expressiva comunidade judaica. É motivo de orgulho para nós a convivência harmoniosa entre árabes e judeus em nosso País.

Manifestei claramente a posição do Brasil aos principais atores envolvidos e à comunidade internacional como um todo. Repudiamos o terrorismo, não importa sob que justificativa. Mas não podemos deixar de condenar a reação desproporcional e o uso excessivo da força, que vem resultando na morte de civis, inclusive mulheres e crianças, e na destruição da infra-estrutura do Líbano. Considero fundamental que o Conselho de Segurança atue com urgência para pôr fim ao conflito. Reiterei, ainda, o apoio do Brasil a iniciativas diplomáticas que contribuam para a cessação imediata das hostilidades.

Conversamos também sobre a recente comemoração, em Guiné-Bissau, do décimo aniversário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Mencionei o forte apoio do Brasil aos preparativos daquela Cimeira. Concordamos que a CPLP tem papel crucial na construção de um mundo multipolar e pluralista. A cultura e língua portuguesas, por sua universalidade, muito podem contribuir para que os povos dos países-irmãos da África e do Timor-Leste também possam prosperar neste mundo cada vez globalizado.

Sobre o Timor, enfatizei a disposição brasileira de continuar a colaborar para a construção de um Estado soberano, próspero, estável e democrático. E sublinhei o compromisso assumido pelo Brasil de aprofundar o programa de cooperação oferecido ao povo timorense.

Enfim, fico muito feliz com a visita do Primeiro-Ministro José Sócrates ao Brasil. As inúmeras convergências que existem entre Portugal e Brasil abrem possibilidades inesgotáveis para nossa cooperação econômica, política e cultural.

Como dizemos no Brasil, meu caro Primeiro-Ministro, sintá-se em casa, pois Brasil e Portugal formam, há mais de 500 anos, quase uma única pátria. Muito obrigado.



## 19ª Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 19ª Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, Brasília, DF, 24 de agosto de 2006*

Penso, meu querido companheiro Tarso, Guido, Paulo Bernardo, Conselheiros e Conselheiras, que tenho um problema de agenda. Estou com o Vice-Presidente da Bolívia para discutir o problema das nossas relações e tenho um discurso razoavelmente grande aqui. Estou num dilema: se agradeço aos conselheiros pelo trabalho que prestaram nesses quatro anos – não foi pouca a contribuição que vocês deram –, ou se faço este pronunciamento.

Penso que temos um longo caminho a percorrer no Brasil, e esse caminho será mais fácil de ser percorrido, se nós, todos nós, não olharmos apenas para dentro de nós ou para o setor que representamos, mas olharmos que chances poderemos dar ao Brasil.

Somos, por tradição, uma sociedade corporativa. De vez em quando vejo críticas na televisão, na imprensa, ao corporativismo, e no dia seguinte eu recebo a pessoa no meu gabinete e ela é mais corporativa do que aquele que ela criticou. Então, é preciso distensionar esse espírito corporativo setorial, tanto na área dos trabalhadores quanto na área empresarial, na área acadêmica, para termos a cabeça desobstruída e pensarmos um pouco no Brasil.

Se não fizermos isso, realmente penso que não é um Presidente da República que vai resolver o

problema do Brasil, muito menos será a eleição de um deputado ou de um senador. De vez em quando, fico pensando se não seria bom, todo dia, cada um de vocês, cada brasileiro, se sentar e colocar o nome da pessoa eleita embaixo do travesseiro para nunca esquecer, para que pudesse cobrar sistematicamente a coerência, e pudéssemos acertar cada vez mais no fortalecimento da democracia deste país.

Confesso a vocês que a democracia tem problemas, mas prefiro a democracia, com muito mais problemas do que ela tem, do que viver sem democracia. Se estivéssemos em um outro lugar qualquer do mundo, possivelmente o Secretário-Geral do Partido é que seria o Presidente da República, viria aqui e leria o balanço anual, e não haveria nem pergunta, muito menos debate.

A democracia pressupõe que ouçamos o Congresso Nacional, a sociedade, que meçamos a correlação de força, vejamos os prós e os contras, e construamos as maiorias de que precisamos para consolidar esse processo democrático. Vocês estão lembrados quando o Conselho começou a funcionar – a primeira coisa que vocês causaram na sociedade brasileira foi o medo de que iriam competir com o Congresso Nacional. Vocês não imaginam a quantidade de críticas que recebi, porque diziam: “O que é, agora vai substituir o Congresso Nacional? Vai ouvir o Conselho? Vai fazer as leis?”.

Bem, meus queridos, não temos o direito de reclamar. Este é o mundo que nós construímos; podemos melhorá-lo e muito, e para isso acho que vou fazer o meu pronunciamento. Pelo que ouvi até agora, vou ser o mais otimista dos brasileiros consagrados, pelo menos no que diz respeito aos discursos.

Vivemos, há 35 meses, o mais longo ciclo de crescimento nacional dos últimos 19 anos. Vemos a expansão da produção, das exportações, do mercado interno, do emprego e da massa salarial. Assistimos a um forte processo de ascensão social, com milhões de brasileiros deixando a linha da pobreza para trás e outros milhões ascendendo para outras classes. Ao mesmo tempo em que, a partir da mais feliz configuração dos fundamentos macroeconômicos das últimas décadas, construímos a base para um crescimento firme, justo e duradouro.

Trata-se, para o Brasil, de um fenômeno tão inusitado que desafia certos modelos de interpretação, e trata-se de um movimento tão abrangente que a marcha dos fatos derruba, com incrível velocidade, leituras incompletas e parciais. Até há poucos dias, por exemplo, alguns setores da imprensa e do meio acadêmico afirmavam que, no meu período de governo, os maiores lucros tinham sido dos bancos. Esta semana, um estudo publicado pela Folha de São Paulo, mostra que pela primeira vez no Brasil, nos últimos anos, os lucros das indústrias foram muito superiores ao do sistema financeiro.

Dados da consultoria econômica mostram que, com relação ao que ocorreu no governo anterior, os bancos aumentaram seu lucro em 80%, enquanto as 180 maiores empresas, excluindo a Petrobras, aumentaram os seus lucros em 366%. É um fato inteiramente novo e muito significativo, se considerarmos o aumento do emprego formal e o fato de que mais de 80% das recentes negociações salariais resultaram em ganhos reais para os trabalhadores. A conclusão é uma só: o Brasil mudou e mudou muito, para melhor, no último período.

O país está melhor porque o sistema

financeiro está mais sólido, porque as indústrias estão melhorando os seus lucros e, principalmente, porque esses avanços estão chegando às casas e às mesas dos trabalhadores, que hoje têm empregos mais estáveis e salários melhores.

Esta comparação nos anima a continuar avançando porque há ainda muito a fazer para construirmos o país que todos queremos. O mais importante é que dessa vez fincamos as bases de um crescimento sustentável e duradouro. Se soubermos garantir essas conquistas, o Brasil pode estabelecer a meta de se tornar, em médio prazo, uma potência em termos de crescimento econômico e participação no comércio mundial.

Podemos atingir isso com um perfil adequado a uma nação moderna, crescendo e, ao mesmo tempo, distribuindo renda. Ou seja, com o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social como faces de uma mesma moeda.

Meus amigos e minhas amigas,

É verdade que há setores que vivem dificuldades, é verdade que, com as mudanças na economia mundial, muitos conseguem obter novos mercados e alcançar novo impulso de competitividade, enquanto outros não conseguem acompanhar esse ritmo. Em um mundo com mudanças tão rápidas, alguns setores sofrem, e nem sempre por ineficiência.

Muitas vezes as mudanças no comércio mundial atingem áreas de difícil mobilidade, e a pressão sobre a produção é maior, mas penso que com diálogo e o esforço conjunto vamos conseguir com que todos se beneficiem dos avanços que o país tem e precisa ter mais.

Vocês sabem que meu governo tem lutado para abrir as portas do comércio mundial para os nossos produtos. Mas tenho dito que assim como temos que saber vender, temos que saber comprar. Aliás, essa tem sido uma coisa que tenho discutido com o Furlan, nós precisamos vender e ao mesmo tempo comprar, porque relação comercial

internacional é uma via de duas mãos, é preciso que nós saibamos comprar também.

Não há dúvida de que uma maior abertura faz bem ao país e melhora a nossa competitividade, mas não deixaremos de tomar medidas que protejam a nossa produção da concorrência desleal, do contrabando, das práticas de dumping e de subsídios que anulam a concorrência. Nós zeramos o PIS e o Cofins do setor da informática para combater a informalidade, e esta medida está dando extraordinários resultados.

Baixamos fortemente os impostos da construção civil para o setor crescer dentro da legalidade, e o setor está respondendo de forma muito eficiente. Adotamos salvaguardas e medidas antidumping, freqüentemente, na Camex. E não deixaremos de tomar novas medidas para garantir a concorrência leal no comércio interno e no nosso comércio internacional. A regra geral, contudo, tem que ser a eficiência e a competitividade. Temos que conquistar novos mercados pela nossa competitividade, criatividade, e pela força de nossos empresários, de nossos trabalhadores e pela qualidade dos nossos produtos.

Foi por isso que, em minhas viagens internacionais, fiz propaganda aberta da qualidade dos nossos produtos. Sempre estranhei a timidez de nossos governos em defender as nossas empresas e nossos produtos no exterior, como fazem os americanos, os europeus e os asiáticos. Eu e meus ministros – posso citar aqui o Furlan, poderia citar o Celso Amorim, o Roberto Rodrigues e outros que viajam – não tivemos nenhum constrangimento em defender cada um de nossos produtos em cada país que visitamos. Eu sentia enorme satisfação, era um verdadeiro garoto-propaganda dos produtos do Brasil. E, ao mesmo tempo, nós discutíamos outros grandes temas com os Chefes de Estado do mundo todo.

A diplomacia e a política internacional são fundamentais para a paz global, para o comércio. Mas é o comércio que realiza a riqueza entre as nações.

Meus companheiros e minhas companheiras, se me permitem chamá-los assim. Sei muito bem o esforço que fizemos para o Brasil chegar a este patamar. Esforço econômico, esforço político e, muitas vezes, esforço pessoal. Sei que a partir de agora temos tudo para crescer e nos desenvolver mais rápido. Mas sei também que não podemos nos descuidar. Se o principal da economia está ordenado, isso não significa que possamos afrouxar as rédeas. A nossa dívida alta e a nossa história de fragilidade econômica e de crises sucessivas nos dizem exatamente o contrário. Apesar de o Brasil se encontrar hoje em condições bem melhores do que alguns anos atrás, determinados esforços terão de continuar a ser feitos. Baixamos drasticamente a inflação, que chegou a 12,5% em 2002, alcançou 17,2% em maio de 2003, e deveremos fechar, este ano, abaixo da meta de 4,5%. Vimos despencar o risco-Brasil – agora o mais baixo da nossa história, desde que tal medição é feita. E as contas externas experimentaram uma mudança extraordinária, o Brasil passou a credor, já que nossas reservas em dólar ultrapassaram a dívida externa pública. Assim, as contas externas, que sempre foram fonte de crises econômicas, tornaram-se hoje fator de fortalecimento de nossa estabilidade.

Chegamos a esse ponto por meio de muito trabalho, muito mesmo, de atitudes e medidas duras. E para não derrapar em direção a qualquer retrocesso, para garantir e ampliar o que conquistamos, é necessário manter o trabalho sério, a política econômica correta e a responsabilidade na área fiscal.

Confesso a vocês que não penso como alguns críticos, que acham que colocar as contas em ordem significa cortar, cortar e cortar. Na verdade, precisamos trabalhar para melhorar a qualidade do nosso gasto, diminuindo as despesas de custeio para investir mais em infra-estrutura e ter condições de reduzir a carga tributária. Assim, o governo estimula diretamente o desenvolvimento e abre espaço para o setor privado crescer, crescer mais e gerar mais

empregos. Cumpre, então, colocar o país definitivamente na rota do crescimento de longo prazo. Não podemos perder a grande oportunidade que nós mesmos criamos. Chega de idas e vindas, chega de crises a cada dois ou três anos.

Como disse, as condições para a arrancada estão dadas, concretamente, na estruturação exitosa dos fundamentos macroeconômicos, no casamento do desenvolvimento econômico e social, na força mundial de nossa agricultura, em nosso parque industrial avançado e altamente competitivo, nos projetos de infra-estrutura em andamento, nos programas de transferência de renda e transformação social. Um quadro que começa a ser revolucionado agora por uma poderosa injeção de alta tecnologia na esteira do projeto de implantação da TV Digital, mas, sobretudo, pela configuração da nova matriz bioenergética brasileira com o álcool ou, como dizem alguns, com o etanol, extraído da cana-de-açúcar e com o biodiesel, cuja produção levará o país a dar um salto na geração de emprego e renda e, ao mesmo tempo, o colocará na vanguarda mundial dos combustíveis alternativos destinados a substituir o petróleo. Com isso, é todo um novo setor da economia brasileira que começa a se formar, um setor portador de futuro.

Meus companheiros e minhas companheiras,

Para o Brasil crescer mais, precisamos de mais investimento público e privado em infra-estrutura e, também, mais investimento privado na produção. Para ter mais investimento público, vamos melhorar a qualidade do gasto e reduzir o déficit da Previdência, isso sem prejudicar os aposentados e muito menos os assalariados.

Para ter mais investimento privado, vamos melhorar os marcos legais e garantir a estabilidade da economia para dar previsibilidade para as empresas brasileiras investirem, mas será preciso muito mais para que o Brasil avance na velocidade e no rumo que desejamos.

Entre os grandes obstáculos encontram-se,

justamente, a má distribuição de renda e nossas conhecidas carências educacionais. Avançamos bem nos últimos 3 anos e meio, mas precisamos de muito mais tempo e muito mais trabalho para superar esses grandes pecados nacionais.

Vamos precisar também promover um grau de abertura maior da economia em setores indutores de avanços tecnológicos e continuar reduzindo nosso déficit em infra-estrutura, avançando nas melhorias de nossas rodovias, ferrovias, hidrovias e portos. Para isso, repito, será necessário definir com clareza o modo e o alcance da participação privada no setor, através de marcos regulatórios, PPPs e concessões.

Um novo incentivo ao investimento privado deverá vir da complementação do nosso programa de desoneração do investimento. Vocês sabem que já avançamos muito nesse sentido, com a eliminação do IPI sobre máquinas e equipamentos, com o Reporto e com o Repes e outros programas de incentivo ao investimento no setor produtivo. Mas ainda falta reduzir o prazo da devolução do PIS/Cofins e do ICMS sobre bens de capital, desafio para os próximos anos. Tais melhorias de infra-estrutura irão contribuir para aumentar o PIB potencial do país, aumento que exigirá também uma qualificação melhor dos gastos governamentais, para sustentar um projeto de educação básica, ciência e tecnologia.

É fundamental, também, a execução de reformas microeconômicas e setoriais, como fizemos na construção civil e na Lei de Recuperação de Empresas. Precisamos, ainda, redobrar o esforço para votar as diversas medidas de melhoria do ambiente econômico, que já enviei ao Congresso Nacional, relacionadas ao novo Estatuto da Micro e Pequena Empresa, ao Resseguros, à Nova Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e à legislação complementar da reforma do Judiciário.

Além disso tudo, precisamos ter juros menores e uma carga de impostos mais leves. Para isso, mais que nunca, será necessária a conjugação de uma política econômica correta, uma gestão

administrativa eficiente e um comando político definitivamente acertado. Os juros já estão em baixa constante e progressiva. Neste caso, estamos em contramão com determinadas economias: hoje, os juros estão subindo nos Estados Unidos e no mundo, mas estão caindo no Brasil. Isso porque agimos preventivamente na política monetária. Sei que é duro combater a inflação e esse trabalho gera custos, mas nada pior do que a inflação para abortar o crescimento e empobrecer a população brasileira. O meu compromisso com a inflação baixa é definitivo. Vou repetir: o meu compromisso com a inflação baixa é definitivo. Se depender do meu trabalho e da minha força, a inflação será lembrada pelas futuras gerações como os dinossauros são lembrados hoje pela população brasileira e pela população mundial.

A redução dos impostos também não é missão impossível. Não usei o aumento de imposto como instrumento de minha política econômica. Ao contrário, reduzi, e a arrecadação não caiu. A tabela do Imposto de Renda, por exemplo, foi reajustada duas vezes. Os impostos sobre computador foram eliminados, o IPI sobre bens de capital foi extinto, impostos sobre a cesta básica foram reduzidos. Os livros não pagam nenhum tipo de imposto ou contribuição, no Brasil, há mais de dois anos. E por que a arrecadação não diminuiu? Porque tivemos um grande sucesso na recuperação da nossa economia, porque mais gente foi empregada, porque as empresas lucraram mais e porque a renda subiu, e também porque a Receita Federal foi muito mais competente em combater a sonegação fiscal.

Quero e vou fazer mudanças na área tributária. Aliás, a reforma do imposto estadual, com a subsequente unificação de todos os impostos de valor adicionado em um único imposto, está no Congresso Nacional há três anos. Basta vontade política e entendimento entre as forças políticas para que venhamos a dar o grande salto que precisamos, nessa área. Não tem sentido o empresariado ter que pagar vários impostos de valor adicionado em múltiplas esferas da Federação. Temos de caminhar

para a simplificação com um único imposto de valor agregado, distribuído automaticamente entre o governo federal, os estados e os municípios. Se conseguirmos simplificar, a base tributária aumenta e ganhamos espaço para reduzir a carga tributária.

Meus companheiros e minhas companheiras, temos um projeto de nação que tem por base o desenvolvimento com inclusão social, o aprofundamento e melhoria das práticas democráticas e a inserção soberana do Brasil no mundo. Por isso, além das amplas reformas econômicas e sociais que estamos promovendo, temos um compromisso profundo com a reforma política. Não me canso de repetir, e vou repetir aqui, a crise ética que se abateu sobre o país é a crise do sistema político em sua inteireza, e não apenas de algumas pessoas ou de alguns partidos. Por isso, é fundamental uma reforma política bem desenhada, que supere o atraso e as condutas inadequadas nesse campo. Não podemos investir indefinidamente no conflito político. As instituições brasileiras estão maduras para tratar com serenidade as questões mais sensíveis da organização da sociedade e do Estado brasileiro. A Justiça, com sua força e seu equilíbrio, saberá lidar com as tantas demandas que este período levantou. Mas nós temos que ter uma dedicação toda especial com o aperfeiçoamento das instituições e, por isso, a reforma política é inadiável.

O que o Brasil precisa, hoje, é consolidar um projeto de desenvolvimento. Já temos grandes projetos em andamento que indicam para onde o Brasil deve caminhar. É o caso da ferrovia Transnordestina, com 4,5 bilhões e meio de reais; da BR-101 Sul; da BR-101 Nordeste; da BR-163, ligando Santarém a Cuiabá; da ferrovia Norte-Sul; do gasoduto Coari-Manaus, todos em obras. E é o caso do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro, cujas obras começam em janeiro ou no primeiro trimestre; da refinaria de Pernambuco, do Pólo Siderúrgico do Ceará, das hidrelétricas do Rio Madeira e de Belo Monte, em fase final de projeto. Os grandes projetos de transformação social já estão igualmente

consolidados e deverão ser ampliados e aperfeiçoados. Cito como exemplos o Bolsa Família e a revolução em curso na educação. O Brasil, portanto, está no rumo certo, no caminho do desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade, na construção de um país produtivo e solidário, cuja meta é tanto o superávit econômico quanto o superávit social.

Quero, nesta oportunidade, meus companheiros, agradecer imensamente, de coração, a todos vocês que participam dessas reuniões do CDES. Este é um espaço privilegiado de diálogo entre governo e a sociedade. Não é o único, evidentemente, mas é um espaço que permite grande proximidade das mais importantes lideranças do país com o governo e os seus projetos.

Alguns, talvez, esperassem que aqui pudéssemos decidir tudo, mas é fundamental que não percamos a perspectiva de respeito ao ordenamento constitucional do país e o respeito aos diferentes Poderes da República. O CDES não se destina a substituir qualquer dos Poderes, mas ser um espaço de diálogo altamente qualificado.

Por isso, devo imenso agradecimento a todos vocês, não tenho dúvida de que muitos dos projetos que mais avançaram neste último período tiveram inspiração e estímulo neste CDES, tanto na área econômica, quanto na educação e na distribuição de renda.

Meu sonho continua sendo o de contribuir humildemente para que o Brasil encontre, definitivamente, o caminho do desenvolvimento sustentado, transformando-se numa nação rica e justa. Estamos vivendo agora um período agudo da política, um período de conflito de idéias e programas. Da minha parte, vou fazer tudo para que o debate se concentre nos grandes desafios colocados para o nosso país.

Após as eleições, seja qual for a decisão popular, estarei na linha de frente da construção de

um grande entendimento nacional pelo futuro do nosso país. Temos que reduzir a tensão política, temos que dedicar nosso tempo mais ao que nos une do que ao que nos divide. Só assim, poderemos estar todos a serviço deste país que, eu tenho certeza, tanto amamos e tanto queremos ver se desenvolver, crescer e distribuir a riqueza produzida.

Quero que vocês saibam que nós só chegamos aonde chegamos, atravessamos a tormenta que atravessamos, porque tínhamos, de um lado, a sociedade acreditando que era possível e, de outro lado, vocês, que em nenhum momento, em todas as reuniões de que participei, tiveram qualquer sintoma além daquele que era de indignação com o que estava acontecendo no Brasil.

Portanto, de coração, quero dizer aos conselheiros e às conselheiras que valeu a pena ter criado o Conselho e valeu muito mais a pena ter convivido com vocês. Fico com orgulho quando falo do crescimento dos bancos, quando falo do crescimento das empresas, porque não foram apenas bancos e empresas que cresceram, o Dieese mostra que cresceu o salário do trabalhador, os dados mostram que cresceu o salário mínimo. Tem gente que fica indignada, Dom Demétrio, quando os bancos crescem, mas se eles não crescem é dinheiro do Tesouro que vai para salvá-los ou temos que criar um Proer, de quando em quando, e fica muito mais caro. É melhor, então, que eles tenham rentabilidade. Fico mais feliz ainda quando percebo que as empresas crescem mais que o sistema financeiro, porque esse é o ideal. O ideal de uma economia é que as empresas cresçam mais que o setor financeiro, que a rentabilidade produtiva seja maior que a rentabilidade dos juros e, ao mesmo tempo, que o resultado de tudo isso signifique melhoria da qualidade de vida para os 186 milhões de brasileiros.

Muito obrigado, meus parabéns e espero participar da reunião, em novembro, com vocês.

## Encerramento do curso para Diplomatas sul-americanos

*Palestra do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, no encerramento do curso para Diplomatas sul-americanos, Palácio Itamaraty, Brasília, 25 de agosto de 2006*

Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores,

Caros colegas,

Senhoras e Senhores,

Queria, em primeiro lugar, saudá-los, dizer da alegria de tê-los todos aqui. Começo com um comentário sobre esta sala. Não sei se esse comentário foi feito antes. Esta sala tinha um nome um pouco burocrático antigamente. Vocês que estão em Brasília, os que moram em Brasília, os que estiveram em Brasília mais tempo, sabem que as coisas aqui têm nomes muito burocráticos, porque a cidade nasceu planejada, e as coisas planejadas, muitas vezes, não têm, num primeiro momento, aquela vida que é necessário dar. E o próprio Itamaraty, nosso Ministério, ficou contaminado por essa visão técnica.

As salas no Rio de Janeiro todas tinham nomes de grandes figuras da diplomacia brasileira, e aqui em Brasília inicialmente não. Esta sala tinha o nome de Sala de Coordenação. Recordo-me de uma experiência que tive como jovem diplomata, aliás, companheiro do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, na época do nosso saudoso Paulo Nogueira Batista, quando ajudávamos a escrever os discursos do então Ministro Magalhães Pinto, e fazíamos outros estudos, inclusive sobre integração. Eu me lembro que nós usávamos uma sala nobre do

Palácio Itamaraty – não sei se vão ao Rio de Janeiro, se terão ocasião de visitar o Palácio Itamaraty, que é um palácio histórico, inclusive para outros países da região –, ocupávamos uma sala nobre da parte principal do Ministério, que se chamava Sala Rui Barbosa. Rui Barbosa, que inspirou aquele busto que está presente, não era um diplomata de carreira, era político, uma pessoa que teve muita importância no Brasil, por exemplo, na questão da difusão do ensino público. Ele foi também um pioneiro da diplomacia multilateral no Brasil.

Da mesma forma que o Barão do Rio Branco, que foi um grande realizador do ponto de vista das relações do Brasil com os outros países, sobretudo na própria região, resolvendo de maneira pacífica, inteligente, não-conflituosa, as questões de fronteira que havíamos herdado do período colonial, Rui Barbosa foi um pioneiro da diplomacia multilateral. Tendo participado de uma das Conferências da Haia, ele defendeu, numa reunião em que se discutiam questões relativas à navegação, o princípio da igualdade jurídica dos Estados de maneira muito forte. Ele não teve a capacidade e a possibilidade de fazer com que as coisas ocorressem da maneira que desejava, mas, pelo menos, defendendo o princípio da igualdade entre os Estados, impediu que um mal fosse feito, que era criar, já naquela época, uma espécie de diretório, um mini-Conselho de Segurança

para discutir essas questões. Ele defendia que tudo fosse discutido de maneira democrática por todos os interessados. Então, Rui Barbosa é um grande inspirador, no caso do Brasil, da nossa diplomacia multilateral. Não sei se foi proposital, Senhor Secretário-Geral, mas o fato de termos tido o curso nesta sala é algo muito positivo, pois foi um grande defensor de um princípio que nós também defendemos, que é o da democracia e da igualdade dos Estados.

Eu tenho um roteiro que vai ser distribuído depois para os alunos, que me foi preparado e que está muito correto. Acho até que ele pode ser completado com algumas cifras de comércio e talvez com outras relativas à integração da infra-estrutura. Esse roteiro talvez possa ajudá-los a ver como é a política, qual é o pensamento do Governo brasileiro em torno desse tema. E o que eu vou dizer não é muito diferente, na essência, do que está aqui.

Mas eu gosto muito de ter conversas francas, conversas informais, conversas de improviso – com os riscos de todo improviso –, que têm também algo de mais verdadeiro e de mais profundo. Gostaria até de começar esta discussão sobre a questão da América do Sul e da prioridade que a América do Sul ocupa na política externa brasileira, contando um pequeno fato.

Uma das vezes que fui dar uma entrevista - creio que há um ano e meio ou mais, era na época que nós estávamos lidando ativamente com a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, um jornalista me perguntou, ele me perguntou isso antes da entrevista, e eu até fiz força para ver se saía a mesma pergunta na entrevista, mas não saiu, porque achei que minha resposta era boa, modéstia à parte: “Mas por que tanta prioridade para a América do Sul?” Eu falei: Porque nós vivemos aqui, nós moramos aqui”, usando imagens aqui de Brasília, eu disse que me interessei pela Superquadra 104, porque eu morava lá - se eu morasse no Copacabana Palace, eu ia me interessar pelo Copacabana Palace, mas eu não moro lá.

Acho que essa é a primeira razão e a mais óbvia. Esse é o nosso espaço, onde nós vivemos, e nós vivemos em conjunto, queiramos ou não. Hoje, depois de muitos anos de lidar com o tema da América do Sul, de maneiras diferentes no Ministério e em posições diferentes, eu não só acho que isso é uma necessidade, mas acho que é um fator de riqueza. Somos uma região muito rica, muito criativa, com muita capacidade de inovação, de procurar soluções, com muita contribuição intelectual, muitas vezes, para as questões internacionais. Então, é um fator de riqueza, mas ainda que não fosse, seria uma necessidade. E eu costumo complementar esse pensamento de que América do Sul é prioritária porque nós moramos aqui, porque nós vivemos aqui, com outro pensamento que diz respeito à integração e que é mais ou menos o seguinte: a integração vai ocorrer, queiramos ou não. Esse é o resultado da vida moderna, é o resultado da melhoria dos meios de comunicação - ainda precários na nossa região, mas fatalmente eles chegarão também.

O nosso desejo é o de fazermos um processo de integração da América do Sul que seja efetivamente liderado não por um país, mas por todos os países da América do Sul. Esse tem sido nosso desejo. Depois vou me estender um pouquinho sobre a Comunidade Sul-Americana. Mas esse tem sido o nosso desejo em relação a todas as iniciativas. Na própria Comunidade Sul-Americana nos empenhamos muito para que outros países tenham a iniciativa das reuniões ministeriais. Soubemos que houve uma reunião muito bem-sucedida, por exemplo, de Ministros da Defesa na Colômbia. Estamos apoiando a Cúpula que vai realizar-se na Bolívia. Há uma reunião de Chanceleres prevista para o Chile. Provavelmente há outras de que no momento não me recordo. Nosso desejo é fazer com que esse processo seja efetivamente plural dentro dessa unidade sul-americana.

A integração virá. A questão é saber qual integração virá. E a questão é saber se vamos nos integrar através do narcotráfico, do crime organizado,

do contrabando, da guerrilha ou se nós vamos nos integrar por meio do desenvolvimento econômico, do desenvolvimento social, do desenvolvimento industrial, do desenvolvimento tecnológico. Acho que essa é a verdadeira pergunta. A pergunta não é por que a integração. A pergunta é qual será a integração. É esse tipo de pensamento que tem sempre nos inspirado nos últimos anos.

Certamente, tem inspirado, de maneira especial, o Governo Lula. O Presidente Lula desde o primeiro momento manifestou uma preocupação muito grande com a integração sul-americana, que não exclui o continuado esforço por uma integração latino-americana e caribenha. Mas a verdade é que a América do Sul é o espaço mais imediato de todos nós e sempre nos pareceu absurdo que, ao mesmo tempo em que havia uma Comunidade Centro-Americana, uma Comunidade Caribenha, não houvesse uma Comunidade Sul-Americana. Havia esforços isolados e importantes, mas parciais: o Pacto Andino e, mais tarde, bem mais tarde, o Mercosul, cada um com seus problemas, suas vicissitudes, suas dificuldades, mas também com a sua criatividade.

Essa era a nossa idéia, a de que deveríamos ter uma América do Sul como um espaço global de integração. Por quê? Porque é uma região. Não sou obviamente partidário de nenhum determinismo geográfico, mas é óbvio que nós não podemos ignorar a existência da geografia. Aliás, não é preciso ser um grande cientista político para saber que a geografia tem um papel importante. A Europa pensa na integração da Europa, depois ela pode até fazer acordos com outros países, com outras regiões. E o nosso continente, do ponto de vista não só geográfico, mas também político e econômico, é essencialmente a América do Sul. Obviamente nós temos relações excelentes e, em alguns casos, até profundas, do ponto de vista econômico, por exemplo com o México, que é, talvez depois da Argentina, o maior parceiro comercial que temos na América Latina como um todo. Então, não podemos desprezar a nossa relação com o México. Longe disso. Temos

também relações políticas muito densas com outros países da América Central e do Caribe.

Eu me lembro quando o Presidente Lula, no seu discurso de posse, se referiu à América do Sul, embora ele tenha feito referência também à América Latina, despertou certos ciúmes. Eu me lembro que os próprios diplomatas cubanos começaram a perguntar, mas por que não a América Latina? É da América Latina, mas até para chegar a uma integração, a um maior relacionamento do conjunto da América Latina, nós temos que consolidar e fortalecer a integração da América do Sul. E por quê? Porque se considerarmos as Américas como um continente só, podemos chegar a uma conclusão depois – como os astrônomos chegaram sobre Plutão agora – que haveria um enorme desequilíbrio. Pensando um pouco na comparação, se nós pensarmos na integração das Américas como um conjunto, é um pouco como pensar na integração da Europa com a África, considerar a África e o Oriente Próximo como um continente só junto com a Europa e pensar numa integração que abranja a todos. Obviamente, o desequilíbrio é tão grande, que a integração vai ficar muito viesada para determinado lado, vai ter uma característica muito especial, muito diferente de uma integração entre países que são iguais.

Naturalmente, nós reconhecemos as diferenças – aliás, o tratamento das assimetrias no caso do Mercosul tem sido uma das prioridades e vai ser uma prioridade da Presidência brasileira do Mercosul –, mas o fato é que as nossas economias, os nossos níveis de desenvolvimento não são tão díspares. Se formos olhar a renda per capita, alguns países têm a renda per capita maior que o Brasil, como certamente têm a Argentina, o Uruguai e o Chile, creio eu. Outros têm uma renda um pouco menor. Outros, como a Guiana e o Suriname, têm uma renda per capita um pouco mais baixa, mas, de qualquer maneira, somos todos países em desenvolvimento. Embora com níveis não idênticos, somos países em desenvolvimento. É muito difícil se

pensar numa integração que seja equilibrada se for feita uma integração com a maior potência econômica do mundo e, sobretudo, se essa integração for feita de peito aberto, sem ter, digamos, alguns instrumentos que assegurem uma negociação mais paritária. Esse é um aspecto muito importante.

A América do Sul sempre nos pareceu – já me parecia há mais tempo, mas ao Presidente Lula com muito mais força – ser uma área onde essa integração é possível, até porque a América Central e outros países mais próximos já tinham não só mecanismos, mas realidades de uma integração muito forte com os Estados Unidos. Não tenho nada contra acordos com os Estados Unidos, muito pelo contrário. No entanto, defendo que esses acordos sejam equilibrados e para que esses acordos sejam equilibrados temos que nos reforçar.

É importante pensar também no fato de que o mundo hoje é muito complexo, muito hostil e que tende a tratar de maneira muito impiedosa aqueles que são mais frágeis. Quero até fazer um parêntese. Acho que na política externa temos que trabalhar sempre com um misto de coisas, um misto de motivações. Seria provavelmente ingênuo e incorreto dizer que nós estamos pensando na América do Sul, só pela América do Sul, e que não estamos pensando no Brasil. É evidente que estamos pensando no Brasil, como cada um de vocês tem que pensar no seu país. Queria falar do Brasil, porque o Brasil é o maior país fisicamente e economicamente da região. Mesmo o Brasil, que é um país indiscutivelmente grande no cenário mundial, pela população, pela economia, pela dimensão física, ele é pequeno ou, digamos, não é suficientemente grande para as grandes negociações que têm lugar hoje em dia no mundo.

Por isso também, nas negociações comerciais multilaterais, tratamos de criar o G-20 para ter também um mecanismo de negociação que fosse minimamente equilibrado. Faço um parêntesis aqui sobre a OMC. Tenho, não diria muitos, mas alguns anos de vivência no GATT e depois pela Organização Mundial do Comércio e posso dizer, com toda a

franqueza, inclusive porque eu próprio estive envolvido nisso no passado como Embaixador, como Diretor do Departamento Econômico, como Ministro. A participação de países como o Brasil ou como a Índia na OMC – a China na época não era membro – não vou dizer que era irrelevante, mas era quase marginal. Na realidade, os grandes acordos internacionais que eram firmados, eram antes acertados entre os Estados Unidos e a Europa – na época era a Comunidade Européia, hoje União Européia – com alguma participação do Canadá e do Japão. Depois que eles já tinham mais ou menos acertado entre eles o que devia ser, chamavam Brasil, Índia, se o tema fosse agricultura também chamavam a Argentina ou o Uruguai, mas era assim. Nós chegávamos ali para colocar o acento agudo ou o que quer que fosse. Porque, na realidade, a essência do acordo já estava feita.

Só para dar um exemplo a vocês, no caso da agricultura nos acordos da Rodada Uruguai, algo que era de grande interesse do Brasil – pois tínhamos interesse, por exemplo, no acesso do nosso suco de laranja ao mercado americano –, ficamos sujeitos a uma fórmula que foi definida entre os Estados Unidos e a União Européia. Diferentemente da discussão que existe hoje, em vez de se procurar ter critérios gerais fortes, deixava-se muita coisa para o arbítrio de cada país, de grupos de países. Por exemplo, no caso da agricultura, havia uma tarifa média e uma tarifa mínima, uma redução média e uma redução mínima, e redução mínima era efetivamente muito pequena. Evidentemente, os produtos que eram do interesse do Brasil, e que não eram do interesse dos Estados Unidos ou do Canadá, caíram na mínima, como foi o caso do suco de laranja, cuja tarifa foi reduzida em 15% apenas, enquanto tarifa de outros produtos de maior interesse para países mais ricos foram reduzidas em 40%, 50% e a média era 36%. O problema da média, como todos sabem, é que a média pode ser razoável, mas há a famosa anedota que diz que você pode ter a sua cabeça na geladeira e seus pés no fogão e a média seria boa. Por isso, todo esse nosso

esforço de criar o G-20, mas eu volto à América do Sul.

A nossa convicção era que não só a integração era importante para dentro, criando vias de comunicação, criando espaços econômicos que multiplicam as oportunidades de investimento na região, mas era importante também para fora, para nossa capacidade de negociar fora da região. Voltando à questão do G-20, que chegou a ter praticamente todos os países da América do Sul no início, à exceção da Guiana e do Suriname, que compreensivelmente fazem parte do Caricom, e em determinado momento foi se reduzindo o número de membros, eu pretendo hoje convidar o Chanceler do Peru para que o Peru volte a fazer parte – já convidamos o Equador – do G-20. Com isso voltamos a ter a quase toda a América do Sul de volta ao G-20, o que fortalece muito a nossa posição negociadora. Inclusive ajuda a equilibrar, porque o G-20 é uma composição que tem africanos, asiáticos, latino-americanos e os interesses não são idênticos. Claro que a nossa batalha é comum: eliminar os subsídios, aumentar o acesso ao mercado nos países desenvolvidos, mas há naturalmente matizes, pequenas nuances nas posições. Portanto, quanto mais latino-americanos tivermos dentro do G-20, melhor para nós e melhor para nós também na negociação porque ficamos fortalecidos, não só com um número maior de países, mas graças à qualidade também que tem a diplomacia sul-americana.

Não quero me alongar mais. Vou contar dois ou três casos porque acho que a melhor contribuição que o Ministro pode dar é mostrar um pouco como a diplomacia ocorre de maneira viva, ao invés de colocar questões teóricas, que certamente terão colocado melhor do que eu. Queria dizer que há três dimensões fundamentais nesse processo de integração: a econômico-comercial, a infra-estrutura, que obviamente tem uma dimensão econômica também, a dimensão humana, que inclui a dimensão social no sentido mais amplo do termo, e a dimensão cultural. Penso que em todas elas temos avançado

na América do Sul, temos avançado no Mercosul, mas temos avançado também em relação à Comunidade Sul-Americana. Os projetos de infraestrutura que têm sido realizados, alguns deles dentro do Mercosul, e em outros países como o Peru, o Equador, a Venezuela, com todos os países temos tido uma interação intensa nessa área. Todos esses projetos contribuirão para uma maior densidade do nosso continente.

Costumo dizer que, do ponto de vista espacial, estamos fazendo, no início do século XXI, o que na América do Norte aconteceu no fim do século XIX, que é a união do Atlântico com o Pacífico no nosso continente. O nosso continente, por razões diversas, acabou ficando uma parte de costas para a outra e creio que algo importante que temos a fazer é justamente unir essas duas vertentes. Sinceramente, não faz muito sentido – é a minha opinião e respeito a opinião dos outros – pensar numa América do Sul e numa América Latina do Pacífico e numa América do Sul e numa América Latina do Atlântico. Apenas estaremos criando divisões entre nós. Esse grande esforço não será só em benefício do Brasil. Evidentemente o Brasil também se beneficiará, mas é óbvio que os outros países também se beneficiarão se criarmos corredores de comércio de integração que venham a unir os portos do Chile, do Peru, do Equador, com os grandes centros industriais e comerciais do Brasil, da Argentina ou da Venezuela.

Essa integração física tem que ser vista como essencial para que uma integração econômica se realize. Talvez essa integração não esteja sendo implementada no ritmo que desejaríamos, mas muita coisa tem ocorrido, com o auxílio da Corporação Andina de Fomento, à qual nós decidimos nos integrar também. Muita coisa tem ocorrido diretamente com o apoio de bancos e de mecanismos de financiamentos brasileiros, que terão que se aprimorar, não tenho a menor dúvida.

Eu não posso falar muito do futuro, porque nós estamos em um período pré-eleitoral e qualquer coisa que eu diga pode ser vista de outra maneira,

mas qualquer que seja o Governo, eu posso dizer, terá que se dedicar muito ao aprimoramento dos mecanismos financeiros de integração e, no nosso caso, ao aprimoramento dos mecanismos brasileiros de integração. Evidentemente que nós trabalhamos muitas vezes com taxas e com prazos que não são adequados a certos países, até porque os graus de desenvolvimento aqui na região não são idênticos, mas em alguns casos nós precisaremos realmente desenvolver formas que eu não sei exatamente quais são, de desenvolvermos créditos concessionais na América do Sul, sobretudo para os países mais pobres.

Francamente, é claro que é ótimo que exista o BID, temos que usar o BID, mas em alguns casos os recursos do BID não são infinitos, e também se nós queremos que boa parte desse espaço possa ser ocupado também por empresas brasileiras, ou latino-americanas, sul-americanas, nós precisamos também de ter mecanismos nossos. A nossa preocupação tem sido sempre estimular, quando possível, no caso das empresas brasileiras que elas se associem a empresas locais, para que não seja apenas uma exportação de serviços brasileiros, mas verdadeiras joint-ventures. Claro que isso vai acontecendo aos pouquinhos e de maneira diferenciada, longe do ideal. A integração na infraestrutura é muito importante.

Gostaria de dar ênfase à parte econômico-comercial, porque acho que é muito importante trabalhar para que esses acordos sejam vivificados, que não permaneçam no papel. Nós, nosso Ministério, eu pessoalmente, dedicamos, por orientação do Presidente Lula, boa parte do nosso tempo às questões relativas à integração comercial da América do Sul. Certamente, não foi um trabalho fácil, no Brasil e em cada um dos outros países membros do Mercosul. Tenho certeza que foi difícil para todos nós, porque todos esses processos são difíceis, não se faz integração de maneira indolor.

Eu morava na Europa, na época em que a Espanha, Portugal e Grécia estavam sendo trazidos

para a União Européia e lia nos jornais agrícolas que, sempre os franceses, coitados, acabavam sendo acusados de atacar caminhões que vinham da Espanha, de Portugal ou da Grécia, com produtos mais competitivos. Entre nós, graças a Deus, não tem sido tão dramático, mas ocorrem também processos, dificuldades, mas integração é assim mesmo. Nós temos que estar capacitados a lidar com essas perturbações, temos que ter mecanismos financeiros, da região e internos também, mas temos que enfrentá-las, senão não vamos conseguir progredir.

Essa negociação comercial foi interessante porque pessoalmente estive envolvido em esforço semelhante há cerca de doze anos atrás, na época do Governo do Presidente Itamar Franco, em que nós tentamos pela primeira vez criar uma área de livre comércio sul-americana. O momento teria talvez sido melhor, mas não adianta, como dizemos aqui, chorar pelo leite derramado. Não foi, não aconteceu. Tivemos de lidar com uma situação mais complexa porque ela deu-se em um momento em que havia negociações da ALCA, havia outras negociações bilaterais, alguns países já tinham Acordo de Livre Comércio com blocos extra-regionais, outros estavam fazendo, o que evidentemente é uma complexidade, mas temos que lidar com a realidade como ela existe. E dentro dessa realidade nós procuramos levar adiante a idéia dessa área de livre comércio sul-americana, essencialmente através do acordo Comunidade Andina-Mercosul, ao qual também de alguma forma adeririam ou seriam cobertos de alguma forma Guiana e Suriname com uma característica especial. Foi um grande esforço.

Tenho a vantagem de poder fazer comparações comigo mesmo, quer dizer, isso evita que eu esteja me comparando a outros Chanceleres, o que é sempre complexo. Da outra vez que fui Ministro, a verdade é que foi por um ano e meio apenas, eu não fui nenhuma vez ao Peru, não fui nenhuma vez ao Equador, nunca tinha ido à Guiana, nunca tinha ido ao Suriname. Dessa vez, nos primeiros dois anos do Governo, para dar um exemplo, creio

que fui seis vezes ao Peru, ao Equador, Venezuela também, isso sem falar nas muitas vezes que acompanhei o Presidente ao Uruguai, à Argentina, ao Paraguai, entre outros.

Estou dando esses dois exemplos, que são ilustrativos, então quero dizer que a diplomacia se faz não só com as palavras, ou com as idéias, que são evidentemente importantes porque ações sem idéias acabam virando desvario, mas ela se faz também com muita pertinácia, procurando resolver os problemas, encarando as dificuldades. E eu tive muitas conversas interessantes nesse processo, sobretudo, sob a orientação geral do Presidente Lula, devo dizer nesse caso que o Peru foi um parceiro desde o início muito positivo, porque ele sempre quis fazer com o Brasil uma parceria estratégica e procurou fazer um acordo com o Mercosul que depois acabou sendo um acordo com toda a Comunidade Andina. E eu me lembro de conversas muito interessantes, eu tive por exemplo uma conversa com o Ministro Botero, na Colômbia, que foi uma conversa longa e muito densa.

Então uma coisa que eu tenho dificuldade de entender é porque a classe empresarial, a burguesia, chamemos assim, colombiana tem medo da competição do Brasil, e não tem medo da competição dos Estados Unidos, eu não conseguia entender isso. O Brasil não é mais competitivo globalmente que os Estados Unidos, pode até ser que algum produto seja, na área industrial, então era para mim difícil. E ele rebateu também ou deu argumentos que eram válidos, e também se queixou muito do fechamento do mercado brasileiro, que é verdadeiro também.

O Brasil é um país em muitas coisas extremamente protecionista, eu descobri outra dia, não na sua política geral mas na prática diária, outro dia por exemplo, nós custamos muito para conseguir fazer um acordo sobre a água mineral do Uruguai, para poder entrar no Brasil. Custou muito, consegui convencer depois de muita discussão as nossas autoridades sanitárias que a água mineral uruguaia era boa, e que não tinha problema e conseguimos,

porque hoje em dia as barreiras são essas, são as barreiras técnicas, não adianta nada você ter um Acordo de Livre Comércio com os Estados Unidos no nosso caso, por exemplo, se ele continuar não deixando entrar carne brasileira, por um outro motivo qualquer, embora a Europa deixe, é quase irrelevante. Mas, enfim, então nós conseguimos demover. Passados 15 dias, descubro que há um problema com um caminhão que está vindo do Uruguai, trazendo água mineral, procuro saber porque houve o problema: era porque a água mineral tinha um sabor, não era água mineral pura, tinha sabor de limão, grapefruit, então tinha que entrar em outra classificação tarifária e aí então já não entrou. Bem, resolvemos o problema, mas isso é um exemplo de como essas coisas ocorrem, então as questões que o Ministro Botero colocava, de que o Brasil era um país um pouco fechado, eram um pouco verdadeiras, eu diria que são bastante verdadeiras, porque a cultura integracionista ela também não se revela de um dia para o outro.

Nós temos sempre, eu participo do Conselho de Desenvolvimento Industrial, e de vez em quando de algumas outras reuniões econômicas no Governo, e uma das principais batalhas que eu tenho tido, aliás com o apoio do Presidente, mas sabe que essas coisas demoram a entrar na burocracia, penetrar, é fazer com que as pessoas pensem nas políticas industriais, na política tecnológica do Brasil, não em isolamento, mas já pensando no Mercosul, e pensando que parte cabe, que parte pode caber a outros países do Mercosul, o mesmo poderá ser dito da Comunidade Sul-Americana, mas eu vou voltar depois a este ponto, mas é claro que o Mercosul é um processo de integração mais profundo.

Então essa conversa com o Ministro Botero foi muito elucidativa, creio que para ele, mas também para mim, e nós fomos negociando, continuamos a negociação, o Brasil reconheceu muitas assimetrias, devo dizer que reconheceu muito mais assimetrias que os Estados Unidos no TLC que fizeram. Se vocês compararem o Acordo que foi feito com o Mercosul,

e o Acordo que foi feito com os Estados Unidos, creio que no caso, todos vão verificar, a impressão que se tem é que a grande potência econômica do mundo é o Mercosul e não os Estados Unidos, porque ele reconheceu muito mais assimetrias do que os Estados Unidos, inclusive a assimetria no sentido defensivo em relação às preocupações defensivas, digamos assim, dos países da Comunidade Andina.

Primeiro, nós não vamos exportar produtos subsidiados, o que já faz uma grande diferença. Segundo, nós reconhecemos sensibilidades em áreas que seriam de enorme interesse do Brasil, toda a área do açúcar e dos produtos derivados do açúcar, todo mundo sabe a competitividade que a indústria brasileira tem, mas nós aceitamos na prática excluir ou colocar num prazo longuíssimo todos os produtos ligados ao açúcar, porque entendíamos que isso era algo que era de especial interesse da pequena agricultura, do desenvolvimento rural desses países e fizemos essas concessões. Mesmo que nós não tivemos, por exemplo, em áreas como carne, outras foram muito limitadas, para permitir que essas sensibilidades fossem respeitadas, eu acharia muito interessante que vocês comparassem o que o Mercosul concordou em excluir ou postergar e o que os Estados Unidos exigiram que fosse colocado logo.

É muito interessante, isso aliás é um tema para mim de discussão política também com relação aos países que assinaram os TLCs recentemente, depois que nós fizemos o acordo do Mercosul. Mas seja como for, eu acho que nós começamos a criar uma mentalidade que, do ponto de vista do Brasil, é importante não só exportar, é importante investir, mas é importante também importar, e nós criamos programas, e talvez o primeiro grande seminário que nós fizemos nessa área de substituição competitiva de importações, quer dizer, o Brasil talvez seja um dos poucos países do mundo, provavelmente o único subdesenvolvido, creio eu, que tem um programa de promoção de importações, voltado, e que eu quero que se mantenha e se aprofunde nessa área de promoção comercial, inclusive com a ajuda da área

de cooperação técnica também. É um dos poucos países do mundo que tem um programa de promoção de importações. Por quê? Porque nós reconhecemos que no nosso comércio com os países da América da Sul, aquilo que o Ministro Botero dizia era verdade, havia um desequilíbrio muito grande, o Brasil exportava muito mais do que importava, e criava muitas dificuldades para importar, quando não eram tarifárias, eram de outra natureza, como eu acabei de ilustrar, e nós queremos, aos poucos, ir vencendo isso.

Temos trabalhado de maneira muito intensa, com os parceiros do Mercosul, através de comissões de monitoramento de comércio, mas estamos dispostos também a trabalhar com os outros parceiros da América do Sul, e eu dizia que o primeiro grande seminário que nós fizemos nessa área foi com a Colômbia, com presença do Presidente Uribe, em São Paulo, um seminário, voltado mais para importação. Claro que era um seminário sobre comércio, mas mais voltado para importação e para o investimento e depois participamos de um outro, lá na própria Colômbia em que eu tive a honra de representar o Presidente Lula, que na ocasião não pôde comparecer. Então, eu acho que essa dialética e essa discussão, profunda, sem preconceitos, é o que permite encontrar soluções para as questões. Eu diria que uma das conversas mais produtivas que eu tive durante esse período de ministério, foi essa conversa com o Ministro do Comércio da Colômbia, Ministro Botero, porque embora partindo de pontos de vista diferentes, era uma conversa sem preconceitos, então era possível chegar a um entendimento, a essência de todas as conversas não é a concordância prévia, aliás, se há a concordância prévia, não precisa haver conversa.

Então o mais importante não é saber se nós concordamos ou divergimos, mas o importante é saber se nós estamos conversando sem preconceitos, porque isso nos permite chegar a soluções, dentro do Mercosul tivemos uma discussão parecida, no caso bilateral com a Argentina que foi a questão desse

mecanismo de adaptação competitiva, e estamos prontos para resolver um problema específico da Argentina, por isso que o assunto não foi discutido.

Talvez, tenha sido um erro do ponto de vista político, mas havia uma emergência, que eu acho do ponto de vista argentino, precisava ser resolvido e o Brasil entendeu isso e participou da conversação bilateral. Talvez tivesse sido ideal conversar já no Mercosul como um todo, mas o ideal é inimigo do bom, muitas vezes nós temos que resolver as emergências, mas é óbvio que estaremos sempre prontos a, se for o caso, estender o mecanismo, discutir, eu não vejo no caso do Uruguai e Paraguai um interesse, com exceção da Venezuela, não vejo no ponto de vista deles, um interesse muito grande em ter algo parecido, porque as preocupações deles são muito mais de ter facilidade para entrar no nosso mercado, e eu acho que isso é bom, do que proteger a sua própria indústria. É diferente do caso da Argentina, que vinha de um processo de desindustrialização profunda e que queria criar condições para restabelecer essa indústria e que teria, digamos, uma “invasão” de produtos brasileiros. Então os remédios nem sempre são iguais, embora nós façamos parte de um conjunto, nem sempre são iguais.

A outra dimensão da integração sul-americana, que é muito importante, é a dimensão humana, eu acho que essa é uma área que se tem muito por fazer, eu fico contente que hoje haja iniciativas de vários, há uma iniciativa da Venezuela, com participação da Argentina, creio de outros países, a Telesul, o Brasil também tem o canal Brasil Integración, que aliás de vez em quando eu assisto o programa do canal Brasil Integración quando eu chego a tempo em casa, e é muito interessante. Porque não é só uma questão, não são programas digamos, como nós vemos no Brasil, chapa branca, oficiais, são programas mais variados, inclusive os programas são produzidos pelos próprios países, em geral. Então, essa integração cultural é fundamental, eu hoje em dia, até eu não devia dizer isso porque eu

fui Presidente da Embrafilme, e tenho filhos que trabalham em cinema, mas acho que eu tenho visto mais filmes argentinos que filmes brasileiros, ultimamente, o que é muito bom, sob certo aspecto, porque faz parte dessa dinâmica e desse processo de integração. Mas por exemplo, acho que há algo muito importante e eu salientei isso quando estive uma vez em uma reunião junto com a Comunidade Andina, quando nós estávamos discutindo alguns aspectos do Acordo Comercial, são os acordos para eliminação não só de vistos, mas de passaportes, entre muito dos nossos países.

Eu não creio que possa haver integração sem haver integração humana. Não posso. Eu não posso imaginar, quando se fala, é muito diferente quando se compara, por exemplo, o que ocorreu na Europa e o que se propunha fazer na ALCA. A Europa realmente lançou um grande esforço para fazer daquele mercado e daqueles países, uma sociedade não digo única, mas uma sociedade realmente unida, unida por laços não só econômico-comerciais, mas humanos. E as pessoas passam ali com o passaporte europeu na prática e entram e saem da Europa dessa maneira. E na América do Sul, acho que nós temos que ter um espaço desse tipo, obviamente que no plano hemisférico isso não vai ocorrer, ao contrário, as restrições tem aumentado. Então eu acho que é muito importante ter presente isso e quando se fala do Mercosul, não é só, no caso do Mercosul, especificamente, que nós estamos mais avançados, como provavelmente a Comunidade Andina faça o mesmo, mas eu não conheço também: são acordos de residência, são acordos das comunidades, em que as pessoas têm acesso à escola e a tratamento médico, indistintamente de serem uruguaias ou brasileiras, por exemplo. Então essa é a integração humana que nós desejamos.

Outro dia um jornal, a propósito da entrada da Venezuela no Mercosul, eu fiz o comentário para a imprensa, dizendo que com a entrada da Venezuela no Mercosul, o Mercosul passava a ter a cara da América do Sul, mas porque até agora, o Mercosul

era o Cone Sul. Inclusive os estados do Norte, do Nordeste do Brasil não se interessavam muito pelo Mercosul, eles achavam que o Mercosul era uma questão do Sul do Brasil ou do Centro-Sul para baixo. E com a entrada da Venezuela nós temos hoje, começa a ter a cara da América do Sul, a Venezuela é também meio andina, também é caribenha, e eu disse isso e o jornal publicou, não sei se eles estavam achando que era ruim, mas eles publicaram a minha fotografia, dizendo assim: “Tem a cara da América do Sul”. Eu fiquei muito satisfeito e muito feliz. Muito feliz. No dia em que disserem Celso Amorim, diplomata sul-americano, vou ficar mais feliz ainda. Então, eu acho que isso é verdade, mas isso só pode ocorrer com a integração humana. Eu acho que a integração comercial é boa para os negócios, ninguém vai discutir isso e respeitamos as posições de cada país, mas eu queria dizer que todos esses passos foram dados.

Voltando atrás um pouquinho, falando de maneira meio desordenada, no caso do comércio, como eu disse, eu estive envolvido em uma tentativa de criar uma área de livre comércio sul-americana há uns 12 anos, e devo dizer que na época talvez o país tenha tido mais resistência na minha opinião, estou falando com franqueza, isso é história hoje, creio que foi a Colômbia, porque já estava pensando em alguns outros acordos com os EUA, achavam que as coisas eram incompatíveis, quando na verdade não eram e por isso também eu mencionei agora o Jorge Humberto Botero, com quem mantive uma excelente relação e de quem me tornei muito amigo.

E fiquei muito contente também que depois de um ano e meio dessas negociações terem sido lançadas, finalmente nós fizemos um protocolo na ALADI, onde a idéia de uma área de livre comércio sul-americana havia não sido lançada, mas digamos sido um pouco mais concretizada por mim doze anos antes, ela tinha sido lançada pelo Presidente Itamar Franco em uma reunião do Grupo do Rio. Mas tinha sido tentado concretizar por mim 12 anos atrás e tinha visto essas resistências todas. Então eu fiquei

muito contente naquela reunião, eu fui muito cuidadoso com as palavras, para não parecer também, porque às vezes há suspeitas sobre os objetivos brasileiros, então eu fui muito cuidadoso e não quis ir ali nada além do que os textos diziam.

Mas fiquei muito contente, quando a Ministra Carolina Barco, que foi quem foi à reunião, disse que com aqueles acordos nós estávamos criando uma área de livre comércio sul-americana. Então achei que, digamos, depois de 12 anos, verificar que isso vinha e que partia, digamos, do próprio país que via antes com alguma desconfiança, essa idéia para mim foi algo muito gratificante e mostra que há um desejo real de integração de todos. E com todos estamos discutindo essas formas, as discussões de infraestrutura, essas liberações comerciais e essa integração humana. E nesse ponto aliás, não fazemos distinção entre o que é o Mercosul e o que é a Comunidade Sul-Americana, estamos dispostos a discutir essas coisas, entre todos nós. Claro que o Mercosul fez uma União Aduaneira, permite fazer coisas que vão um pouco além, mas repito, não são excludentes.

Mas eu queria fazer um comentário aqui também sobre um outro aspecto, que eu disse que o Mercosul e a integração da América do Sul devem ser vistas não só pelo impacto interno mas pela capacidade de negociação internacional. Mencionei a OMC, mencionei digamos a zona de superposição positiva que existe entre a Comunidade Sul-Americana e o G-20, mas eu acho que há outros fatores também que seria interessante analisar: como se dá essa relação entre os tratados de livre comércio, os TLCs, como se chamam nos países hispânicos e a integração sul-americana.

E eu vejo que a mídia, aqui no Brasil, não sei se em outros países também faz o mesmo, ela costuma fazer uma contradição muito radical. No caso do Brasil até é compreensível, eu vejo isso com naturalidade, porque grande parte da mídia está preocupada em apontar os defeitos, e fazer as críticas, o que é normal, eu acho que parte do trabalho da

mídia é esse mesmo, apontar os defeitos até nos obriga a pensar um pouco mais. Mas ela está sempre procurando dizer que é grande derrota da diplomacia brasileira, porque a, b, ou c, assinou um TLC com os EUA. Eu não vejo dessa maneira e eu me recordo de uma conversa que eu tive pessoal, também estou voltando à Colômbia, porque a Colômbia era um país que estava, depois posso mencionar outros casos, com o Presidente Uribe, em que ele dizia: “Olha o nosso problema não é a ALCA, o nosso problema é que nós temos preferências com os EUA que nós não podemos perder”. E é claro que o Brasil tem que entender isso, é claro que o Mercosul tem que entender isso, o país já tem, já goza daquelas preferências, como é que eles podem entrar num acordo que eles vão abandonar aquelas preferências? É difícil, por isso é que eu digo, talvez 12 anos atrás se as idéias tivessem sido perseguidas com mais afinco, tivéssemos avançado mais, mas não foi possível.

Então, temos que lidar com a realidade hoje, e o que é que acontece na prática? O que acontece na prática, na minha opinião, e visto do ângulo do Mercosul, é claro que de outros ângulos é diferente, eu vejo uma integração em duas velocidades. Quer dizer, há uma integração mais profunda, que é a integração daqueles países que são parte da união aduaneira. E uma integração que é importante, que é ampla, que pode atingir todos os outros aspectos da vida política e social, mas que é necessariamente um pouco menos profunda, que são os países que têm acordos extra-regionais e aí não é só com os EUA, com quem quer que seja, porque evidentemente a capacidade de, digamos, de ter uma política comercial unida, desaparece, se cada um tem a sua estrutura tarifária, você não tem como negociar em conjunto. As concessões serão diferentes, e as pessoas às vezes me perguntam, por que a tarifa externa comum?

Voltando um pouquinho ao passado do Mercosul, sabe que houve uma grande discussão em torno disso, em vários momentos, aliás eu passo para um outro aspecto mas que também tem relação: é

uma coisa muito interessante, se vocês forem analisar a história, e tudo isso está documentado, ver a dinâmica da integração sul-americana e as iniciativas hemisféricas, eu acho que é algo muito interessante. Eu não vou dizer que uma condiciona a outra, mas houve uma dialética constante entre as duas coisas.

Eu acho, sinceramente que de alguma maneira talvez não tivesse havido a ALCA ou a sua antecessora, Iniciativa para as Américas, se não estivesse havendo já integração no Sul do continente, na época não era ainda Mercosul, e por outro lado também não teria havido Mercosul se não tivesse havido Iniciativa para as Américas, pelo menos o Mercosul do jeito que foi, da maneira que foi. A integração sempre teve impacto recíprocos. Eu percebo com toda clareza que quando os processos Brasil-Argentina começaram, de integração, no Governo do Presidente Sarney, o Embaixador Samuel teve um grande papel nisso na época, eu tive uma participação muito marginal, mas participei um pouquinho, porque na época eu trabalhava na área de ciência e tecnologia, isso despertava grande preocupação nos EUA. Não terá sido o único fator, mas terá sido um dos fatores que contribuiu para o lançamento da Iniciativa para as Américas.

Quando vieram Governos de tendência mais liberal do ponto de vista econômico, tanto no Brasil, quanto na Argentina, aquelas iniciativas que tinham sido tomadas tiveram uma aceleração vertiginosa – e eu vou voltar a falar da tarifa externa comum, não esqueci não. Tiveram uma aceleração vertiginosa e é curioso isso, quer dizer, na época isso foi objeto de muitas críticas, mas eu acho que foi um resultado positivo, eu acho que dificilmente se nós continuássemos, pode haver várias avaliações nisso, mas dificilmente se nós continuássemos essencialmente num mecanismo de negociação setorial, nós teríamos chegado a uma integração tão ampla no caso do Mercosul quanto chegamos.

Essa integração em parte foi possível porque como os dois países, no caso na época, Brasil e Argentina, estavam em processo de liberalização

muito amplos e unilaterais em relação ao mundo todo e como isso era, digamos, algo que eram decisões do Governo no nível macroeconômico, as pessoas que lidavam com integração, creio, tanto no Brasil quanto na Argentina, não podendo de nenhuma maneira, nem tendo capacidade de impedir que isso acontecesse, elas procuraram digamos, levar ao máximo de benefício para o processo de integração. Como? Acelerando ao máximo o processo de integração, já que Brasil e Argentina estavam empenhados numa liberalização que nunca foi completa, mas que digamos, que se pensava em relação erga omnes, digamos assim, era extremamente oportuno e necessário você fazer uma integração maior e mais rápida entre os dois países, e foi daí que nasceu a idéia de você passar, foi talvez uma idéia um pouco sonhadora e exagerada mas de se passar para uma liberalização total do comércio entre Brasil e Argentina em 5 anos. Enorme voluntarismo, mas que gerou efeitos, gerou efeitos tão rápidos que em um curto espaço de dois anos, na época eu já estava muito dedicado a esse tema, a situação era digamos de um ceticismo inicial para uma situação em que o projeto de integração tinha sido abraçado pelas próprias sociedades, inclusive pelos próprios empresários que inicialmente estavam preocupados com isso.

Bem, mas quando se fez esse processo de integração, e aí é interessante ver a dinâmica. A primeira reunião, aliás nessa sala, coincidência, primeira reunião que gerou, o que digamos, gerou o Mercosul como ele é, porque o Uruguai tinha um status, ele já tinha consultas, isso desde a época do Governo Sarney e Alfonsín, fazia consultas com Brasil e Argentina, o Paraguai porque a transição democrática deles ainda era inicial, não era tão ligado, mas nessa sala, se fez uma reunião para coordenar as posições dos países do Cone Sul, como assim se chamavam, como assim se dizia, com relação à Iniciativa para as Américas. Dessa reunião, participaram Brasil, Argentina, Uruguai e Chile, e não Paraguai, que não foi convidado.

Logo se viu que o Chile, já tinha uma política mais, digamos, uma estrutura tarifária mais aberta, mais liberal, não ia, não tinha condições objetivas de participar da coordenação e logo depois também, o Paraguai pediu para entrar no grupo, então curiosamente o próprio processo da negociação de Iniciativa para as Américas acabou gerando a necessidade de uma coordenação do Mercosul. Bem, abreviando um pouco as coisas, chegou-se à conclusão, para que houvesse uma negociação externa e eficaz, era necessário também ter também uma tarifa externa comum, ainda que com todas as imperfeições.

Mas o que eu ia dizer, é que naquela época havia um grande debate entre a tarifa externa comum, entre os que defendiam uma união aduaneira e entre os que defendiam um acordo de livre comércio, apenas. E o curioso é que o debate perpassava as tendências ideológicas. Eu costumo dizer, para caricaturar um pouquinho, que na época eram contra a União Aduaneira, digamos, a direita liberal na Argentina e a esquerda nacionalista no Brasil. Curiosamente, porque uns e outros não queriam a tarifa externa comum, a direita liberal na Argentina, porque desejava ter liberdade de manobra para discutir acordos comerciais separados, obviamente a posição da Argentina hoje é muito diferente, mas naquela época era uma posição de poder discutir, na época não se falava em ALCA, se falava na expansão do NAFTA, poder discutir com o NAFTA, os que forem estudar os anais da história diplomática, verão que isso foi objeto de grandes discussões na época.

E no Brasil, digamos assim, a esquerda mais nacionalista achava que uma tarifa externa comum acabaria levando a uma redução da nossa estrutura tarifária, porque de alguma maneira, ainda que o Brasil fosse economia maior, nós também teríamos que adaptar um pouco a nossa tarifa aos anseios de outros países do Mercosul, então criou-se naquela época, uma aliança, uma aliança eu não diria, mas digamos um entendimento, uma entente cordiale entre esses dois setores, inclusive das próprias burocracias.

E isso se estendeu, mesmo depois da assinatura do Tratado de Assunção permanecia essa dúvida e na realidade ela só pôde ser dirimida em definitivo naquela época, nada é definitivo na vida, mas em definitivo como se vê sempre ressurgem os problemas. Mas foi, ela foi na época decidida já no Governo Itamar Franco, quando se decidiu que sim, era importante ter a tarifa externa comum.

E o Mercosul do jeito que era como entidade decidida do nosso ponto de vista e no final concordaram. Houve outras idéias também na época. Eu acho até curioso, a história é cheia de ironias porque quando hoje se discute a possibilidade, eu estou falando de um ponto de vista puramente histórico e sem procurar dizer o que é melhor para cada país, porque cada país tem que julgar o que é melhor para si, como eu tenho sempre procurado dizer nessa discussão de TLC, eventual TLC do Uruguai com os Estados Unidos. Naquela época chegou a se discutir, quer dizer, a primeira versão era ter só área de livre comércio, mas a segunda possibilidade era ter a união aduaneira só entre Brasil e Argentina. E Uruguai e Paraguai ficarem, digamos assim, como um segundo nível de integração, participarem apenas da área de livre comércio, e obviamente naquela época o Uruguai e Paraguai não ficaram nada satisfeitos com isso, acharam que era digamos, uma participação menor. E nós tivemos que lutar muito, nós no Brasil, e alguns setores na Argentina também, para que nós pudéssemos ter o Mercosul com a conformação que ele tem hoje.

Então eu diria, só para arrematar, que essa discussão da tarifa externa comum é uma discussão complexa. Eu costumo dizer que a tarifa externa comum, os países pequenos vêm ela como um entrave, porque às vezes eles poderiam ter uma liberdade para negociar outros acordos, mas na realidade, eu costumo dizer que a tarifa externa comum, ela é, parodiando um ditado inglês, que diz que a virtude é sua própria recompensa, a tarifa externa comum é a sua própria recompensa, porque ter a tarifa externa comum significa você ter um espaço

econômico e ficar livre das idiossincrasias burocráticas, você não terá nunca um fiscal na fronteira para dizer esse produto é tarifa tal, não, porque você tem uma tarifa externa comum. Como terá sido cobrado qualquer coisa antes do produto entrar no Uruguai, no Paraguai, na hora em que ele entrar no Brasil, terá que entrar livremente. Bom, se esse ideal vai ser realizado dentro de 10, 15 ou 20 anos, não sei.

Mas eu acho que ao contrário do que às vezes pensam, os países pequenos serão os maiores beneficiários da tarifa externa comum, quando ela estiver totalmente implementada, porque você ficará livre da interferência burocrática que é sempre maior nos países maiores, mais poderosos, sempre ocorrem, de maneira que os EUA faz isso com o Brasil, mesmo que a gente não deseje alguns setores da burocracia acaba fazendo isso com os países parceiros menores. Então, e por outro lado ela é um instrumento de unidade poderosíssimo, e aí um argumento que vale tanto para os que digamos, acham que a tarifa externa comum é um empecilho quanto aqueles que por outros motivos acham que ela não é importante, porque acham que integração tem que ser uma coisa só política e não econômica. E, primeiro a ligação entre política e economia é óbvia e se nós formos pensar por exemplo historicamente, um país como a Alemanha só se constituiu a partir da união aduaneira. Então, se nós temos algum sonho, de algum dia, termos uma verdadeira união sul-americana, é difícil ter essa união sem uma tarifa externa comum, essa é uma realidade.

Agora, voltando ao momento atual, nós sabemos que isso não é assim, mas sabemos que acordos de livre comércio existem, é possível que no futuro, o Mercosul venha a fazer um acordo de comércio também com a União Européia e com os Estados Unidos e que depois nós tenhamos meios de compatibilizar isso. Não é o que está, digamos, ocorrendo nesse momento, mas tudo isso não deve impedir que nós tenhamos essa integração, ainda que é em duas velocidades nesse momento atual. Eu acho

que ela não exclui tudo aquilo que nós já falamos antes, políticas de investimento, políticas de integração competitiva, no caso do Brasil inclusive políticas de promoção de importação, políticas de financiamento, de infra-estrutura e vamos lidando com a realidade como ela é.

Eu queria aqui, só para talvez terminar, contar uma outra estorinha dessa questão que a gente fala muito da Comunidade Sul-Americana e vamos ter uma reunião agora na Bolívia, que será a segunda formal, ela foi criada no Peru, primeira reunião formal, digamos assim, da comunidade enquanto tal foi no Brasil, e a próxima na Bolívia. Eu sei que existe uma comissão de reflexão que tem tratado da institucionalidade, eu confesso que não me debrucei nisso pessoalmente ainda até porque está bem entregue, no nosso caso ao Professor Marco Aurélio Garcia, com a assessoria de colegas meus, certamente nos outros países também, mas acho que é muito importante essa institucionalidade. Acho que nós temos que chegar mesmo a um Tratado, eu acho que não faz sentido nós assinarmos tratados sobre tantas coisas, e não poderemos assinar um tratado sobre a Comunidade Sul-Americana.

Não sei se isso virá imediatamente, mas eu acho que deve vir, porque isso consolidará efetivamente essa comunidade como uma entidade internacional. Bem, vai se realizar na Bolívia e eu queria dizer, algo como as coisas aparecem e nós conversamos muito com o Peru, no início, porque o Peru, de todos os países da América do Sul, do Grupo Andino, foi o que se dispôs inicialmente a ter uma negociação mais direta com o Mercosul, eu diria que a própria Venezuela, o Presidente Chávez sabe disso, tinha certamente, uma visão integracionista, mas vive com sua grande vontade de realizar as coisas politicamente, ele achava que essa parte comercial não era importante, mas sem a parte comercial você não poderia consolidar.

E o fato é que com o Peru nós fizemos isso, houve uma grande disposição do Presidente Toledo e uma resistência burocrática lá também, no Peru

havia grande preocupação com a competitividade do Brasil, da Argentina na área agrícola, mas também em alguns produtos industriais. Mas enfim, negociamos e chegamos a uma conclusão. Quando assinamos o protocolo, na viagem do Presidente Lula a Lima, foi um momento em que tive que ir e voltar várias vezes, o Embaixador Samuel fez a negociação, porque coincidiu, aliás, faz pouco mais de quinze dias o aniversário, coincidiu com a morte do Sérgio Vieira de Mello. Eu tive que voltar ao Brasil e voltar para lá. Mas em um determinado momento, quando eu já estava lá de volta, eu estava com o Presidente Toledo no aeroporto, esperando o Presidente Lula, e nós estávamos conversando. E eu dizia: “Presidente Toledo, eu quero lhe cumprimentar porque com este acordo nós estamos dando o primeiro passo para criar uma Comunidade Sul-Americana de Nações”. E aí o Presidente Toledo me perguntou: “Mas você acha que tem algum problema se eu usar essa expressão?” Aí eu falei: “não, por favor, use”. E, de fato, ele publicamente foi a primeira pessoa a usar o termo Comunidade Sul-Americana de Nações, que saiu dessa conversa, mas o mérito é dele, o importante não é você ter idéias, ou formular palavras, o importante é você transformá-las em realidades políticas. E o Presidente Toledo teve essa visão.

E creio que o que nós estamos fazendo hoje tem, na região, inclusive este curso aqui tem, digamos, esse aspecto, é uma concretização de coisas que foram discutidas e eu procurei transmitir a vocês menos da teoria, um pouquinho da teoria, embora eu não seja talvez a melhor pessoa para fazê-lo, mas mais um pouco a prática e a visão de como essas coisas evoluem. E sobre as negociações e as dificuldades, que são muitas, poderia ficar aqui conversando muitas horas, mas como eu vou receber o Chanceler do Peru daqui a pouco, em uma semana muito dedicada à América do Sul. Esta semana, no Brasil, na segunda-feira tivemos a visita do Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul, Chacho Álvarez, meu amigo Chacho Álvarez, ontem tivemos o Vice-Presidente da Bolívia,

Álvaro García Linera, e hoje teremos o Ministro Belaúnde, do Peru, o que mostra a intensidade das relações. Isso também não era comum, quer dizer, uma visita tinha uma agenda, outra daqui a três, dois meses, era mais ou menos o ritmo a que nós estávamos acostumados.

Eu sei que a mesma coisa se passa entre os outros países, eu vejo que foi assinado um acordo entre o Chile e o Peru, acho isso muito bom, muito importante, porque o Chile dessa maneira se liga também à Comunidade Andina. Da mesma maneira que o Brasil se associou à Comunidade Andina, porque quando assinamos esses acordos com o Peru e com os países da Comunidade Andina não só eles se associaram ao Mercosul mas nós também nos associamos à Comunidade Andina. Embora essa segunda parte, por alguma razão, não tenha se materializado tanto em participação em reuniões. Então, acho que isso é uma realidade, eu acho que nós vamos ter que trabalhar tendo consciência dessas diferenças, dessas assimetrias não só de tamanho e complexidade das economias mas também de grau de abertura para outras negociações. É um fato real,

não adianta querer ignorá-lo. Então, dentro desse contexto, de repente até para alguma coisa também é útil, porque nós estamos vendo os investimentos brasileiros crescendo, por exemplo em alguns países.

Em resumo, eu queria dizer que nós vemos a integração da América do Sul como uma necessidade, mas ela é também um projeto. E é muito útil quando você pode fazer de uma necessidade um projeto. Porque aí você tem algo que realmente tem uma realidade profunda, que terá repercussão forte para as nossas populações, e que naturalmente nos ajudará muito a viver e a nos situar em um mundo que não é simples, um mundo que é hostil, muitas vezes. Hostil que eu digo não porque as pessoas queiram fazer o mal, mas hostil porque a competição é dura, é dura. E isso se revela não só na realidade do dia-a-dia do comércio mas nas mesas de negociação. E quanto mais unidos estivermos, mais fortes estaremos, mais a nossa voz será ouvida, mais teremos influência nas decisões e, portanto, mais seremos capazes de beneficiar os nossos povos.

Muito obrigado.



## Inauguração do busto de San Tiago Dantas

*Discurso do Subsecretário-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior, Embaixador Ruy Nogueira, por ocasião da inauguração do busto de San Tiago Dantas, Palácio Itamaraty, Brasília, DF, 06 de setembro de 2006*

A sua excelência, Ministro Flávio Mendes de Oliveira Castro, Presidente da Associação de Diplomatas Brasileiros,

Meu querido amigo, ex-chefe, Embaixador Eduardo Moreira Hosannah, também ex-integrante do Gabinete de San Tiago Dantas como Ministro das Relações Exteriores,

Embaixador Luigi Vilarinho Pedroso, ex-Presidente da ADB e inspirador dessa justíssima homenagem que se presta ao nosso ex-chefe Chanceler San Tiago Dantas,

Ao autor da escultura, a quem cumprimento pela excelência do trabalho artístico,

João Lucas Quental, nosso colega, sobrinho de San Tiago Dantas, que me disseram estar presente,

Senhores Subsecretários Jorge Taunay e Antônio Patriota,

Meu colegas,

Meus amigos,

Senhoras e Senhores,

Conforme o Ministro Oliveira Castro mencionou, à última hora o Ministro de Estado foi convocado pelo Senhor Presidente da República para participar de uma comunicação telefônica – que, de resto, estava prevista para três horas atrás – com o Presidente do Equador. E, surpreendido pela

convocação presidencial, me pediu 15 minutos antes do início da cerimônia, que eu o representasse e inicialmente, o desculpasse por essa ausência tão involuntária, tão involuntária que no correr do dia de hoje ele havia insistido na presença de vocês todos, e vocês foram convidados para escutar as palavras do Ministro. O Ministro fica devendo essas palavras. Aliás, a esse respeito, ele pediu que eu desse conta a vocês da intenção dele de proximamente realizar aqui no Itamaraty um Seminário sobre a Obra de San Tiago Dantas.

Aliás, me lembro que alguns anos atrás, não sei se foi em 2004, o Ministro fez uma palestra no Rio de Janeiro sobre a atualidade de San Tiago Dantas. Nela, o Ministro, com toda a humildade, procurava estabelecer paralelismos e resgatar pontos de identidade entre as idéias de San Tiago Dantas e as práticas, as políticas, as orientações que essa administração procurava imprimir à política externa brasileira. Acho que o Ministro Oliveira Castro foi muito feliz quando recordou a imensa influência de San Tiago Dantas na vida política brasileira desde os anos 30. San Tiago Dantas, realmente, marcou pelo menos duas gerações de brasileiros: a de vocês, Hosannah e Villarinho, e a do Ministro de Estado. E eu, por acaso, ao escutar suas palavras, me lembrei de algo muito pessoal, eu estava na companhia do

Ministro de Estado em 1962 – antes, portanto de ingressarmos na carreira diplomática – naquela madrugada em que San Tiago Dantas não foi aprovado para o cargo de Primeiro-Ministro em substituição a Tancredo Neves.

Se me permita a brincadeira, nas ordens progressistas foi uma enorme desolação. Mas San Tiago Dantas, enfim, logo em seguida voltou a ocupar postos importantes, inclusive de Ministro da Fazenda, e deu início a um processo de tentativa da estabilização da economia brasileira que, em grande parte, foi seguida até mesmo por aqueles que em 1964, enfim, fizeram uma ruptura diplomática no Brasil.

Você [Ministro Oliveira Castro] falou na lanterna de popa, eu me lembrei que o próprio Roberto Campos – nessa obra e em outras escritas – dá um crédito importante a San Tiago Dantas como responsável por uma tentativa muito relevante, no sentido de estabilizar a economia brasileira. Sobre a ação de San Tiago Dantas, à frente da Chancelaria

Brasileira, eu tenho certeza que Hosannah, talvez nesse Seminário que o Ministro de Estado pretende fazer proximamente, pode dar um depoimento importante. Mas eu me lembro da grande consequência, ou impacto, na opinião pública brasileira da Política Externa Independente lançada pelo seu antecessor, por Affonso Arinos, e por ele continuada, que foi um verdadeiro divisor de água na história da nossa diplomacia.

Por isso mesmo, essa homenagem prestada pela ADB, não poderia ser mais adequada, mais relevante e mais oportuna. E quero, em nome da administração, em nome do Ministro de Estado, agradecer enormemente à ADB por essa iniciativa. Dito isso, queria convidar vocês a uma taça de champagne, afim de comemorar essa dádiva tão importante que se incorpora ao Patrimônio do Itamaraty, dada pelos seus funcionários reunidos na ADB.

Muito obrigado e muito boa tarde!

## Inauguração do busto de San Tiago Dantas

*Discurso do Presidente da Associação dos Diplomatas Brasileiros - ADB, Ministro Flávio Mendes de Oliveira Castro, por ocasião da inauguração do busto de San Tiago Dantas, Palácio Itamaraty, Brasília, DF, 06 de setembro de 2006*

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim,

Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto,

Embaixadores,

Colegas Diplomatas,

Servidores do MRE,

Autoridades presentes,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Há exatamente 42 anos deixou o nosso convívio e partiu para a eternidade aquele que, em vida, traçou no firmamento da nossa Pátria uma trajetória de luz, com o brilho de seu talento enfrentando os graves problemas que afligiam a nação àquela época.

Revelou-se uma figura de intelectual, de político e de estadista, verdadeiro oráculo, consultado por todos aqueles que se preocupavam com os rumos seguidos pelo nosso País. Não foi simplesmente uma lanterna na popa, iluminando rota já percorrida, mais um verdadeiro farol à proa da nau do Estado, em busca do melhor roteiro para navegar. Destacou-se em todos os ramos da sua prodigiosa atividade: no magistério, na consultoria de empresas, na educação, no jornalismo, no campo das indústrias, na esfera bancário-financeira, no Parlamento e na alta

administração como Ministro das Relações Exteriores e na chefia do Ministério da Fazenda.

O início da ascensão meteórica de San Tiago Dantas baseou-se, sobretudo, no exercício das cátedras de Direito Civil e de Direito Comercial.

Resumir, em poucas palavras, a vida, o pensamento e a obra de San Tiago Dantas é, realmente, uma tarefa temerária. Arriscarei fazê-lo como uma humilde homenagem àquele ilustre brasileiro, de quem fui aluno pelos idos de 1940, e a quem servi, em Brasília, no seu Gabinete do MRE (1961-1964).

Nas lápides e placas de bustos geralmente empregam-se uma estrela e uma cruz para assinalarem o nascimento e a morte de uma pessoa.

Francisco Clementino San Tiago Dantas veio à luz no dia 30.10.1911 e faleceu em 6.9.1964. Era carioca e descendia de família de militares. Seus pais foram o almirante Raul de San Tiago Dantas e D<sup>a</sup> Violeta de Melo San Tiago Dantas.

Entre a sua estrela e a sua cruz, viveu 53 anos, deixando um exemplo de trabalho dedicado e de bons serviços prestados ao País. Difícil evocar sua figura sem abusar de adjetivos superlativos.

O que mais impressionava na personalidade de San Tiago Dantas era a sua oratória, a sua capacidade de convencimento. Seus discursos e

pronunciamentos possuíam limpidez cristalina. Preferia falar de improviso e suas palavras fluíam, sem hesitação na escolha, e encadeavam-se como um colar de diamantes seguindo uma lógica cartesiana que levava à uma conclusão inexorável. Diferia da oratória de seu principal adversário, Carlos Lacerda, que empolgava seus seguidores pela emoção e pelo convite à polêmica e à luta partidária.

### Política Externa Independente

A projeção de San Tiago Dantas na esfera da política interna e no cenário internacional se engrandeceu, sobremaneira, com a consolidação da Política Externa Independente, com sua atuação na 8ª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Republicas Americanas, em Punta del Este, e no ato de reatamento das ralações diplomáticas com a URSS.

A tentativa de invasão de Cuba; a renúncia de Jânio; a chamada “Crise dos Mísseis”; o governo parlamentarista de Tancredo Neves; o retorno do sistema presidencialista; o assassinato de Kennedy; a queda de Jango tiveram enorme repercussão na nossa política externa e interna, e, nesse cenário de crises sucessivas, San Tiago Dantas aprimorou a suas qualidades de jornalista, orador, diplomata, parlamentar e de homem público.

### Punta del Este

A declaração de Fidel Castro de que Cuba iria adotar o modelo marxista-leninista de governo, feita a 5.12.1961, abalou o mundo ocidental, provocando uma convocatória de iniciativa Colômbia, para a 8ª Reunião de Consulta de Chanceleres a fim de deliberar, de acordo com a carta da OEA e do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca sobre as ameaças à paz, segurança e a independência das nações americanas.

San Tiago Dantas brilhou em Punta del Este e dividiu com Dean Rusk, chefe da delegação dos EUA, as atenções do plenário. Defendeu a unidade do Pan-americanismo, e o primado do Direito. Por

outro lado participou da unanimidade que considerou o regime imposto à Cuba incompatível com o democrático, base do sistema inter-americano, assinalando, entretanto, que a Carta da OEA não previa a expulsão de signatários.

A vitória de Punta del Este foi salomônica, dividida entre os que defendiam Cuba contra sanções e os que exigiam expulsá-la da OEA. Seis países se abstiveram de votar contra a expulsão de Cuba: Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Equador e México.

### Reatamento com a URSS

As relações oficiais russo-soviéticas com o Brasil sofreram fases de relacionamento formal (tempo do Império brasileiro e russo); de alheamento (28 anos, após a Revolução bolchevista de 1917); de reatamento cauteloso (celebrado em Washington, em 1945) e de rompimento irado (20-10-1947).

As razões que influenciaram o reatamento foram: ascensão da URSS com potência de primeira de grandeza; o seu relacionamento diplomático com todas as nações ex-aliadas e a necessidade de abertura de novos mercados para os produtos brasileiros. Havia motivações contra tal medida: a ideologia marxista-comunista anticristã; o tratamento restritivo dado a diplomatas brasileiros pelo Governo soviético, a atuação do PCB (legalizado em 23.5.1945), que servilmente obedecia a Moscou, que preconizava a conquista violenta do Poder; o levante comunista de 1935; a declaração infeliz do líder comunista, senador Luis Carlos Prestes, na Sessão Ordinária do Senado Federal (17.4.-1947) e da qual resultou, um mês depois, a cassação do registro do PCB pelo Superior Tribunal Eleitoral e dos mandatos de 15 parlamentares comunistas.

Foi de certa maneira uma supresa o anúncio do reatamento feito a 23.11.1963 pelo Chanceler San Tiago Dantas no seu gabinete em Brasília.

Assisti àquele momento histórico. Grande número de jornalistas, radialistas, diplomatas e parlamentares concentrava-se na sala. A notícia foi dada por San Tiago Dantas em poucas palavras,

seguidas por troca de notas diplomáticas e de congratulações, por telefone, com seu colega Andrei Gromiko, que se encontrava em Moscou.

Após a notícia oficial do controvertido reatamento, San Tiago Dantas foi ao Congresso, acompanhado de seus colaboradores. Com passos firmes dirigiu-se ao podium, debaixo de estrondosa vaia. Não se perturbou. Sua justificativa, em pronunciamento de cerca de três horas e meia, interrompido por inúmeros apartes, terminou sob uma consagradora ovação. Extraordinário o seu poder de convencimento, mudando radicalmente aquelas atmosfera inicial de hostilidade.

#### Epílogo

A controvertida posição do Brasil em Punta del Este voltou à baila, provocada pelos seus adversários políticos que assinaram uma Moção de Censura. Deixou o cargo de Ministro das Relações Exteriores em 25.6.1962 para disputar a presidência do Conselho de Ministros em substituição a Tancredo Neves. Derrotado na Câmara, foi nomeado

Ministro da Fazenda 24.1.1963.

A revolução de 1964 deixou San Tiago Dantas no ostracismo, alijado da política por ser um homem sabidamente justo, à semelhança do acontecido, na antiguidade, com o político ateniense Aristides.

Senhor Ministro, minhas senhoras e meus senhores,

O professor San Tiago Dantas foi um paladino, um apóstolo da paz. Defendeu o Estado de Direito no campo interno e o primado do Direito Internacional no relacionamento entre as nações.

Acreditava na máxima positivista de que o ódio não constrói, a violência gera violência e só o amor constrói para a eternidade.

Assim, é com satisfação que a Associação dos Diplomatas Brasileiros, concretizando a idéia do ex-Presidente da ADB, Embaixador Luiz Villarinho Pedroso, faz a oferta ao Itamaraty do busto desse grande vulto da nossa República, obra do escultor Otto Laun Dumovick, aqui presente.

Muito obrigado.



## Primeira Conferência de Imprensa da Reunião de Alto Nível do G-20

*Palavras iniciais do Ministro das Relações Exteriores,  
Embaixador Celso Amorim, na primeira Conferência de  
Imprensa da Reunião de Alto Nível do G-20, Rio de  
Janeiro, 09 de setembro de 2006*

Agradeço aos Ministros do G-20 e demais Chefes de Delegação que estão nos honrando com sua presença, no Rio de Janeiro, para essa reunião, cuja idéia inicial nasceu de um telefonema meu com o Ministro Kamal há cerca de um mês e meio.

Naquele momento, tínhamos dúvidas se seria possível fazer uma reunião e trazer tantos representantes ao Rio de Janeiro. Todos sabemos que o Rio de Janeiro é uma cidade especialmente atraente, mas que não fica propriamente no centro das viagens internacionais.

Bem, hoje já vimos que a reunião em si mesma é uma demonstração do interesse, do engajamento dos países em desenvolvimento com o êxito da Rodada Doha. Um engajamento que se expressa também por uma nova ampliação do G-20.

Nós mantemos o nome por tradição, mas hoje o G-20 já tem 23 membros. Para quem se recorda de momentos difíceis por que passamos, o Grupo chegou, em uma reunião heróica realizada em Buenos Aires, pouco depois de Cancún, a estar com 12 ou 13 participantes. Hoje estamos novamente com 23 membros.

E mais importante do que isso, ou tão importante quanto isso, temos também uma convergência e uma coligação, uma coalizão com vários outros grupos de países em desenvolvimento.

Isso não é pouco, porque não é só o G-20 com as suas propostas. São também os países em desenvolvimento trabalhando uns com os outros para que possamos, apesar de nossas diferenças, estar unidos na defesa dos interesses mais amplos dos países em desenvolvimento.

A despeito, repito, de eventuais nuances de posição, e como lembrava um dos Ministros presentes – o Ministro de Maurício, que atualmente é coordenador dos ACPs (países africanos, caribenhos e asiáticos que gozam de preferência junto a União Européia) – talvez um dos momentos mais importantes da reunião de Hong Kong tenha sido quando todos os países em desenvolvimento, ou sua grande maioria, se juntaram numa declaração exigindo a eliminação dos subsídios à exportação em 2010. Não conseguimos a eliminação em 2010, mas conseguimos em 2013, com uma parte substancial no meio do período, que na prática quer dizer 2010.

Isso foi uma grande vitória e ela só ocorreu porque todos os países em desenvolvimento – também alguns outros países, devemos fazer justiça a eles – lutaram por esse objetivo. Não era algo que estivesse garantido nem de longe antes de irmos para Hong Kong.

O fato de estarmos reunidos hoje aqui já é em si mesmo muito expressivo, porque indica várias coisas. Primeiro, que continuamos engajados na

Rodada. Segundo, que para os países em desenvolvimento a hipótese de um fracasso da Rodada é uma não-hipótese. Nós teremos que continuar trabalhando pelo êxito da Rodada. Terceiro, o êxito da Rodada tem que ser um êxito que se baseie no que ela mesma se propôs a ser, isto é, uma Rodada de desenvolvimento e para o desenvolvimento. E em quarto lugar, estamos aqui, o G-20 como um núcleo central, mas os outros países também estão expressando a unidade na nossa diversidade.

Tivemos uma Declaração, que foi rapidamente aprovada hoje de manhã e que tem os principais pontos já distribuídos à imprensa, de modo que eu não vou ficar repetindo esses pontos, mas poderemos responder o que desejarem.

Mas, além disso, tivemos uma discussão muito importante, uma discussão ampla, que vai continuar às 15h30 da tarde e se prolongará até o momento em que recebermos o Diretor-Geral, Pascal Lamy, às 17 horas para um diálogo.

Tivemos também uma reunião muito importante durante o almoço, um almoço de trabalho em que estiveram presentes apenas os Ministros e os Chefes de Delegação.

Nessa reunião creio que tomamos já algumas decisões importantes, claro que algumas ainda sujeitas a talvez algum tipo de sintonia fina, mas concordamos que temos que, imediatamente, sem esperar por outros sinais, começar um trabalho entre nós em Genebra, justamente para afinar e aproximar posições sobre temas em que há matizes, nuances, eventualmente diferenças, dentro da percepção de que foi a nossa unidade que possibilitou chegarmos até aqui.

E o chegarmos até aqui não é pouco. Quem se lembra de Cancún há de se lembrar que naquela época não se falava em eliminação total dos subsídios à exportação, muito menos em data para isso. Que não se falava em cortes efetivos nos subsídios domésticos e que as propostas que se faziam em acesso a mercados por parte dos países desenvolvidos eram propostas que ficavam aquém

daquilo que havia sido feito na Rodada Uruguai.

Hoje, todas essas questões estão colocadas em bases novas. O reconhecimento da necessidade e da centralidade do desenvolvimento se fez de várias maneiras, com o pacote especial para países de menor desenvolvimento relativo, com o reconhecimento de que o acesso a mercados tem de ser diferenciado e tem que levar em conta sensibilidades de países em desenvolvimento. Essas e outras questões que eu havia mencionado, todas elas avançaram.

Então, decidimos que entre nós continuaremos a discutir esses temas. Alguns são específicos do G-20, não exclusivos, mas específicos do G-20. Queremos desenvolver uma posição comum para batalharmos juntos numa posição realmente comum, não apenas em termos genéricos, mas comum sobre questões de produtos especiais, de salvaguardas especiais.

Queremos ter uma posição comum em termos de interesse para países de menor desenvolvimento relativo. Já temos, mas devemos desenvolver uma estratégia no que diz respeito a questões como acesso livre de cotas e livre de tarifas. E queremos também discutir temas que interessam a alguns países mais pobres ou mais vulneráveis de uma maneira criativa, algo que não prejudique o interesse dos países exportadores, mas que ao mesmo tempo leve em conta a situação de países vulneráveis, como é o caso por exemplo do tema das erosões de preferência.

Esses temas sempre foram usados para nos dividir e agora, o que nós estamos dizendo, nós vamos discuti-los entre nós, como discutimos todo esse tempo dentro do G-20, resolvendo muitas questões, aproximando, encontrando hoje, como eu disse de manhã, uma espécie de meio do caminho que o G-20 representa entre as várias propostas.

Discutimos também a importância de nos mantermos unidos nessa reflexão. O G-20 não pode ser reativo, o G-20 tem que fazer o que fez até hoje, ele tem que ter a iniciativa das negociações. O G-20 hoje não é apenas um parceiro importante, ele é um

parceiro central, ele é um parceiro com a iniciativa das negociações e das conversações como essa reunião no Rio de Janeiro demonstra, não só pela presença dos Ministros que estão aqui hoje, mas também pela discussão com o Diretor-Geral que haverá hoje à tarde e pelo diálogo que teremos amanhã com três dos mais importantes parceiros comerciais do mundo desenvolvido.

Então esse foi o sentido geral da nossa conversa, porque é importante manter essa iniciativa, é importante também manter a reflexão conjunta. E também acertamos, durante o almoço, que devemos ter uma reunião semelhante a essa, eu não sei se será

exatamente igual, vamos discutir, continuar acertando, trocando idéia entre nós, para talvez termos em meados de outubro, ou início de novembro, uma reunião, possivelmente em Genebra, com Ministros – os que puderem ir – com a participação não só de membros do G-20, mas como hoje houve também, com outros países em desenvolvimento.

Eu acho que é isso que nos tem permitido estar na linha de frente. É isso que nos tem permitido obter os ganhos que tivemos até hoje e que não são poucos. É isso que vai permitir mantermos a nossa unidade

Muito obrigado.



## Sessão de abertura da Reunião de Alto Nível do G-20

*Intervenção do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na sessão de abertura da Reunião de Alto Nível do G-20, Rio de Janeiro, 09 de setembro de 2006*

Senhoras e Senhores Ministros,  
Senhoras e Senhores Chefes de Delegação,  
Em nome do Presidente Lula, dou as boas-vindas a todos os Ministros e Chefes de Delegação que aqui representam os países do G-20, bem como os Ministros que coordenam outros grupos de países em desenvolvimento: o Grupo Africano, o “Cotton-4”, os Países ACP, os Países de Menor Desenvolvimento Relativo e o G-33.

Agradeço profundamente terem aceitado meu convite e vindo (alguns de bem longe) ao Rio de Janeiro para esta Reunião de Alto Nível do G-20. De maneira muito especial, quero saudar os Ministros do Peru e do Equador, países que hoje se incorporam ao G-20.

Este encontro nos oferece uma oportunidade especialmente importante. Trata-se da primeira vez, desde a interrupção dos trabalhos da Rodada Doha, que um grupo expressivo e representativo de membros da OMC se reúne, em elevado nível de representação, para avaliar o estado atual e as perspectivas de retomada do processo negociador.

O simples fato de estarmos aqui reunidos demonstra o nosso engajamento com as negociações. O que estamos dizendo ao mundo é que para nós, países em desenvolvimento que necessitamos de mais acesso e menos distorções, o fracasso simplesmente não é uma opção.

Qualquer interrupção do processo negociador inspira cuidados. A retomada nunca é automática. Resulta de conversações intensas que confirmam o necessário impulso político. A diferença é que, desta vez, países em desenvolvimento – e em particular o G-20 – estão no centro do processo. Esta reunião oferece-nos ocasião ímpar para colocar a Rodada Doha de volta nos trilhos.

O relançamento da Rodada não pode ocorrer em detrimento dos progressos até aqui obtidos. Nem pode perder de vista o fato essencial de que esta é uma Rodada de e para o desenvolvimento.

Não aceitaremos a saída fácil de retroceder face às divergências ou de reduzir o nível de ambição. Muito menos aceitar resultados desequilibrados que mais uma vez penalizem os países em desenvolvimento.

Todos sabemos que as distorções e restrições impostas pelos países ricos em agricultura são elemento central do impacto negativo que aflige o comércio internacional. Esta foi a razão do nascimento do G-20 e da continuidade de sua luta.

No curso da Rodada, o G-20 vem atuando de modo relevante e eficaz, com legitimidade, solidez técnica e realismo, sobretudo em momentos críticos. Na Conferência Ministerial de Cancún, o G-20 se opôs a um acordo bisonho, incapaz de modificar a face do comércio agrícola mundial.

No pós-Cancún, o Grupo foi co-artífice da movimentação que culminou no “Acordo-Quadro de Julho” de 2004. Mais à frente, apresentou propostas que são hoje referência para a conclusão das negociações em agricultura.

Graças em grande parte ao G-20 e a outros países em desenvolvimento aqui representados, temos a partir de Hong Kong uma data para a eliminação total de subsídios e outras formas de apoio à exportação.

Concordamos que os subsídios internos devem ser objeto de cortes efetivos – e não apenas nominais. Acordamos que deve haver proporcionalidade entre as concessões em produtos industriais pelos países em desenvolvimento e em produtos agrícolas pelos países desenvolvidos. Reconhecemos a especificidade dos produtos especiais e a necessidade de salvaguardas especiais para países em desenvolvimento.

Partimos de uma situação em que éramos demonizados como o grande obstáculo que impedia um acordo que obviamente não nos convinha, para outra em que somos vistos por todos como interlocutor indispensável e, mesmo, como o único grupo capaz de oferecer um ponto de equilíbrio entre posições conflitantes.

Por isso mesmo, somos procurados pelas

grandes potências comerciais que, hoje, vêm no diálogo com o G-20 e os outros grupos de países em desenvolvimento uma condição sine qua non para a conclusão exitosa das negociações.

Os Senhores representam, aqui, a quase totalidade do mundo em desenvolvimento. Ainda hoje, teremos conosco o Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy. Amanhã, nos visitarão Ministros dos EUA, da União Européia e do Japão.

Trata-se de demonstração muito bem-vinda de interesse pelo sistema multilateral de comércio e pela Rodada de Doha, uma Rodada que deve fazer jus a sua denominação de “Rodada do Desenvolvimento”.

Vale recordar que, após o impasse de Cancún, foi exatamente uma Reunião Ministerial do G-20, naquela ocasião em Brasília – após um esforço quase heróico de sobrevivência e recomposição em Buenos Aires –, que deu o primeiro passo para a retomada das negociações. Em momentos especiais tivemos reuniões em Nova Delhi e nas cercanias de Islamabad.

Esperemos que o Rio de Janeiro nos inspire a encontrar, de forma imaginativa, as bases para o relançamento e conclusão desta Rodada de Desenvolvimento.

Muito obrigado.

## Segunda Conferência de Imprensa da Reunião de Alto Nível do G-20

*Palavras iniciais do Ministro das Relações Exteriores,  
Embaixador Celso Amorim, na segunda Conferência de  
Imprensa da Reunião de Alto Nível do G-20, Rio de  
Janeiro, 10 de setembro de 2006*

Pelo que ouvi dos participantes desta reunião, este exercício valeu a pena em todos os sentidos. Creio que valeu a pena dentro do G-20, pelo que nós já explicamos ontem, pelos nossos contatos com outros países em desenvolvimento, pela oportunidade de conversar com o Diretor-Geral da OMC e pelo diálogo que tivemos hoje de manhã, e que se prolongou pelo almoço, com nossos principais parceiros do mundo desenvolvido.

E o fato mesmo dessa reunião ter-se realizado, e de tantos Ministros terem vindo de tão longe, já é em si um fato político importante. A mensagem política é muito clara: nenhum de nós deseja que a Rodada fracasse e todos nós faremos todos os esforços para que ela seja bem-sucedida.

Tudo que nós ouvimos confirma isso. É óbvio, não se tratava de uma reunião de negociação, não se negociou, números foram às vezes mencionados mas de maneira puramente indicativa. Nós sentimos, da parte de todos, não apenas um desejo abstrato de continuar, mas um desejo que se expressa também pela disposição de sermos flexíveis.

Claro que cada um condiciona a sua flexibilidade à flexibilidade dos outros. Mas eu não ouvi ninguém dizer, em nenhum dos diálogos que mantivemos, que uma oferta fosse final e que não se avançaria. Isso é importante e oferece perspectivas.

Eu diria que há também uma consciência, e o

Peter Mandelson nos lembrou disso durante o almoço, do muito que já acumulamos. Isso é importante lembrar para a mídia porque eu quero, nesse ponto, me redimir da brincadeira que fiz, e fazer uma homenagem à importância da mídia do ponto de vista didático. E é importante lembrar que ela só pode ser didática se nós formos didáticos.

E é importante lembrar o que se acumulou nesses anos de negociação. Estamos falando de cortes efetivos, em apoio doméstico, estamos falando de data final, já com uma data fixa para eliminação de subsídios à exportação. Estamos falando de fórmulas de acesso a mercados que hoje estão próximas das propostas do G-20.

E, naturalmente, cada um saberá assinalar o seu ponto específico. A questão do tratamento especial diferenciado para países em desenvolvimento, que envolve a questão de produtos especiais, cada um saberá falar de seu ponto. Mas eu acho que muito se avançou e seria um enorme risco perdermos esse avanço.

Eu acho que todos que estiveram nessa reunião participaram com essa consciência. Portanto eu quero, acima de tudo, agradecer a todos por terem vindo. Tivemos uma ampla presença de Ministros, alguns tiveram que sair um pouco mais cedo, outros chegaram tarde, mas há uma demonstração muito forte de engajamento, de compromisso com a

Rodada.

E sobretudo, Pascal Lamy, quero mais uma vez agradecer sua presença entre nós, sua sempre lúcida orientação, sua capacidade de colocar propostas, mesmo que elas tenham que continuar sendo discutidas, porque esse caminho não é um caminho fácil.

Alguém me perguntava ontem se coisas que ocorreram recentemente na Suprema Corte

americana – ou algo que aconteceu na União Européia – não era uma ducha de água fria nas nossas esperanças. E eu digo que não, porque estamos acostumados com duchas de água fria. Atravessamos por muitas e vamos avançando.

Então, esse foi o sentimento que prevaleceu, esse é o sentimento com o qual nós concluímos essa reunião.

Muito obrigado.

## Visita Oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro da Índia

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cerimônia de Assinatura de Atos e Declaração à Imprensa, por ocasião da Visita Oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh, Palácio da Alvorada, Brasília, DF, 12 de setembro de 2006*

Excelentíssimo Senhor Manmohan Singh,  
Primeiro-Ministro da República da Índia,

Senhores Ministros e integrantes das  
delegações da Índia e do Brasil,

Senhoras e senhores jornalistas,

Meus amigos e minhas amigas,

Tenho a enorme satisfação de receber no Brasil o Primeiro-Ministro Singh. Esta é a primeira visita de um chefe de governo da Índia desde que, em 1968, Indira Ghandi veio ao nosso País. Esse fato é revelador da importância que nossos governos têm atribuído à renovação e ao aprofundamento das relações entre Índia e Brasil.

Desde os primeiros dias do meu governo, já em meu discurso de posse no Congresso Nacional, deixei claro que daríamos especial atenção às relações com os grandes países do Sul, em particular com a Índia. Sempre encontramos, do lado das autoridades indianas, grande entusiasmo com essa aproximação.

Minha viagem a Nova Delhi, em 2004, como convidado de honra para a cerimônia do Dia da República, sinalizou a disposição mútua de dar conteúdo e dinamismo renovados ao nosso relacionamento. Desde então, temos trabalhado intensamente, em diversas frentes, para aprofundar

nossa aliança política e econômica, que decidimos agora elevar à condição de parceria estratégica.

O Brasil é o maior parceiro comercial da Índia na América Latina. Para se ter uma idéia, em finais dos anos 90, nosso intercâmbio não passava de 400 milhões de dólares. Nós últimos anos, as trocas comerciais expandiram-se de maneira extraordinária. Em 2005, o volume total do nosso comércio chegou a 2 bilhões e 300 milhões de dólares.

Estamos conscientes de que nosso potencial é muito maior. Vamos trabalhar para aproximar ainda mais os nossos setores empresariais e para equilibrar e diversificar nossa balança comercial.

Desejamos ampliar o acordo de preferências comerciais entre Índia e Mercosul, com especial atenção aos interesses do Uruguai e Paraguai, sócios menores do bloco. Em julho último, ficou decidido que daremos seguimento às negociações para aumentar o número dos produtos incluídos.

Meu querido Primeiro-Ministro Singh,  
Brasil e Índia são duas grandes democracias do mundo em desenvolvimento, com muitos interesses em comum e afinidades em suas visões sobre os grandes problemas atuais. Nosso compromisso democrático tem se refletido também

nas posições que assumimos nos fóruns multilaterais, em favor de um sistema internacional mais equilibrado e equitativo.

Nossa coincidência de posições se expressa na parceria que construímos, com vistas à necessária atualização das Nações Unidas. Temos reiterado que nenhuma reforma da ONU estará completa sem uma ampliação do Conselho de Segurança que inclua países em desenvolvimento como membros permanentes.

Brasil e Índia também estão lado a lado nas negociações da OMC. Nossa atuação conjunta na criação do G-20 modificou a dinâmica das negociações comerciais e consolidou os países em desenvolvimento como interlocutores indispensáveis para o avanço da Rodada de Doha. Passamos a falar de igual para igual com os países ricos.

A recente reunião do G-20, no Rio de Janeiro, que foi muito positiva, mostrou que, apesar da suspensão das negociações, existe uma forte união entre os países em desenvolvimento e, também, espaço para iniciativas que possam ajudar a desbloquear as negociações.

A Índia também está ao nosso lado na iniciativa internacional de combate à fome e à pobreza. Coincidimos sobre a necessidade de promover e implementar mecanismos financeiros inovadores. Expressamos satisfação com o próximo lançamento da Central Internacional de Medicamentos, que possibilitará o acesso das populações dos países menos desenvolvidos a medicamentos contra AIDS, Malária e Tuberculose.

Senhoras e senhores,

O Primeiro-Ministro Singh e eu conversamos hoje sobre os principais temas da nossa agenda bilateral, e trocamos opiniões sobre questões centrais da ordem internacional. Nossos países enfrentam desafios semelhantes na promoção do desenvolvimento sustentável e na superação da pobreza extrema. Temos um enorme patrimônio de experiências e políticas sociais que podemos

intercambiar. Nossa cooperação educacional já é uma realidade.

Aprofundamos nossos vínculos nas áreas de pesquisa, ensino à distância e educação profissionalizante em nível de pós-graduação. No setor energético, estamos empenhados em promover uma estreita associação, sobretudo no setor de combustíveis renováveis, em particular o etanol. O Brasil está disposto a compartilhar a sua experiência nessa área e a desenvolver parcerias industriais e tecnológicas com a Índia. Estamos prontos para contribuir para os esforços do Governo Indiano na busca de alternativas energéticas sustentáveis.

Quero agradecer o apoio do Primeiro-Ministro Singh à iniciativa brasileira de reunir parceiros para a criação de um fórum internacional de discussões sobre os biocombustíveis. Com os atos que acabamos de assinar, daremos novo impulso à nossa aliança nos mais diversos campos, da pesquisa agrícola ao turismo, dos serviços aéreos ao sistema de defesa, da energia à cooperação científica e tecnológica, passando pelo reforço das atividades culturais.

A Índia é, reconhecidamente, uma das potências mundiais em matéria de inovação tecnológica. Estou convencido de que, ao nos associarmos nessa área, aumentaremos muito a nossa capacidade de desenvolver tecnologia de ponta, gerando benefícios concretos para nossas populações e nossos setores produtivos.

Estamos dando início a uma associação inédita entre a Petrobras e a Companhia Petroleira Indiana, para cooperação na exploração em águas profundas. Trabalharemos para desenvolver atividades conjuntas de produção e comercialização no Brasil, na Índia e em terceiros mercados.

Esta visita está marcada, também, por nossa decisão de reforçar a coordenação política entre os dois países. Pusemo-nos de acordo em lançar um diálogo estratégico bilateral, sobre temas regionais e globais de interesse comum, inclusive temas de segurança.

Estou convencido de que a visita do Primeiro-Ministro Singh ao Brasil reforça, de maneira muito especial, esse novo momento das relações entre os nossos países. Não poderia deixar de mencionar que a visita do Primeiro-Ministro da Índia se dá, igualmente, no marco do fortalecimento da parceria que nossos dois países estabeleceram com a África do Sul.

Amanhã, estaremos reunidos com o Presidente Mbeki, para enfrentar a aliança que estabelecemos no IBAS. Essa aliança, entre três grandes democracias, onde convivem distintas etnias e culturas, que se associaram na busca de um mundo mais justo e democrático.

Índia e Brasil estão se conhecendo cada vez mais e melhor: aumentam os contatos de alto nível entre os nossos governos, multiplicam-se as missões empresariais, criam-se novos canais de intercâmbio entre nossas sociedades. Estamos trabalhando com afinco para provar que nossa diversidade cultural não é algo que nos distancia, pelo contrário, é um trunfo e uma riqueza que nos une e que nos faz sentir parte de um mesmo projeto.

Meus amigos e minhas amigas,

Antes de encerrar as minhas palavras, queria dizer a todos vocês que a visita do Primeiro-Ministro Singh ao Brasil me causa a mesma sensação e a mesma emoção que eu tive quando, em 2004, visitei a Índia. Hoje, passados quase quatro anos de mandato, e passados praticamente dois anos da minha visita à Índia, eu lembro que, quando tomamos posse, em 2003, eu anunciava que iríamos ter uma relação privilegiada e estratégica com os países do Sul. E afirmava que o Brasil iria ter uma relação estratégica com a Índia. Ousamos ainda mais quando, em 2003, dizíamos que era possível, se os países do Sul se unificassem, se os países emergentes se unificassem e estabelecessem políticas de complementaridade entre eles, mudar a geografia econômica e comercial do mundo.

Lógico que ainda não conseguimos tudo o

que queremos e, certamente, não será fácil, porque temos parceiros que pensam diferente, temos adversários, gente que quer negociar com os outros de forma privilegiada, e não conosco. Entretanto, o que nós fizemos já foi um passo gigantesco e extraordinário: sair de 400 milhões de dólares para 2 bilhões e 300 milhões de dólares nas nossas relações comerciais, criar o G-20, criar o G-4 e dar a dinâmica que estamos dando à política internacional.

Certamente, não sei se na Índia, mas aqui no Brasil, ainda tem gente que acha que o Brasil deveria ficar apenas com seus parceiros tradicionais. Ora, a relação privilegiada com os Estados Unidos e com a União Européia nós queremos manter. Mas, sobretudo, queremos ser um país que olhe para o Planeta Terra como um todo e veja a existência de muito mais países do que apenas os países ricos. E descubra, em cada país, em função da sua potencialidade no campo científico e tecnológico, no campo industrial, no campo da agricultura, no campo da cultura, da educação, o máximo que nós pudermos estabelecer de acordos, que pudermos estabelecer de trocas, que pudermos estabelecer de parcerias entre as nossas empresas, entre os nossos governos, entre os nossos artistas.

Poderia dizer, Primeiro-Ministro Singh, que a sua visita ao Brasil é a coroação de uma coisa que há pouco tempo Índia e Brasil ousaram sonhar e ousaram acreditar que era possível. O oceano já não é mais adversário das nossas parcerias, as dificuldades econômicas, também não. A quantidade de gente que tem o Brasil e que tem a Índia também não é adversidade para as nossas negociações. Porque, contra todas as barreiras que se impuseram, do ponto de vista até da natureza, estabelecemos uma disposição política, determinação política de que, individualmente, seremos apenas mais um país no mundo mas, juntos, seremos mais que um país, seremos uma comunidade que envolve Índia, Brasil, China, África do Sul, Argentina e tantos outros países que resolveram levantar a cabeça e dizer ao mundo: “Nós queremos negociar, nós queremos comprar, nós

queremos vender”.

Mas, o que queremos, de verdade, é que o mundo dos negócios e do comércio seja mais justo, que nas nossas reuniões de negócios não esqueçamos jamais que há países pobres que não têm a força que nós temos, que não podem gritar como nós gritamos, que não podem se organizar como nós nos organizamos. E será exatamente essa coesão política entre os países que compõem o G-20, liderados pela Índia, pelo Brasil, pela China e pela África do Sul, que poderá garantir a todos nós, sonhadores, que o mundo será um mundo mais justo, mais humano, mais solidário, sem terrorismo, sem fome e sem miséria.

Esse mundo, Primeiro-Ministro Singh, está mais próximo de nós do que parece, porque, a primeira barreira nós já vencemos, a barreira do preconceito de que éramos fracos e de que

dependíamos dos ricos para darmos cada passo da nossa vida. Nós aprendemos a andar com as nossas próprias pernas e a construir a nossa independência do jeito que acreditamos que ela deva ser.

Por isso, quero dar-lhe os parabéns e agradecer a sua visita ao Brasil, dizendo que, definitivamente, a relação Índia-Brasil nunca mais será diminuída por obstáculos de distância, porque a vontade política do Brasil e a vontade política da Índia, a vontade política do seu governo e a vontade política do meu governo, a vontade política do povo da Índia e a vontade política do povo brasileiro, é que nós estejamos cada vez mais próximos e sejamos cada vez mais irmãos nessa empreitada da construção de um novo mundo.

Muito obrigado pela sua presença.

## I Cúpula do Fórum de Diálogo Índia- Brasil-África do Sul (IBAS)

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos durante a I Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), Palácio Itamaraty, Brasília, DF, 13 de setembro de 2006*

Meu querido companheiro e amigo Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki,

Meu querido amigo e companheiro Primeiro-Ministro da Índia, Primeiro-Ministro Singh,

Senhores ministros e representantes da delegação da África do Sul,

Senhores ministros e representantes das delegações da Índia,

Senhores ministros, companheiros e companheiras da delegação brasileira,

Nesses quase quatro anos de governo, tenho participado de muitas e muitas reuniões de trabalho. Aliás, todas as reuniões de que participei foram de trabalho. Mas quero dizer ao Primeiro-Ministro e ao Presidente que poucas vezes eu participei de uma reunião tão densa, com tantos assuntos e tão concentrada como a reunião que fizemos hoje. A ponto de o Itamaraty, que é conhecido mundialmente pelo tratamento cordial que dá aos convidados, ainda não nos ter dado almoço, numa demonstração de que o Primeiro-Ministro e o Presidente Mbeki vão sair daqui dizendo: “Palavras não enchem barriga”.

Mas a verdade é que possivelmente nem nós mesmos tenhamos a dimensão da grandeza desta reunião do IBAS. Primeiro porque são três países, cada um com a sua importância no seu continente. Representamos, dentro do bloco dos países

emergentes, pelo menos 1 bilhão e 250 milhões de habitantes. Somos três economias, cada uma com a sua particularidade e cada uma com a sua potencialidade. Nós decidimos – por uma proposta do Presidente Mbeki, feita em 2003, por ocasião da minha posse como Presidente da República – nos conhecer melhor e fortalecer a relação Sul-Sul, porque politicamente e economicamente estávamos habituados a uma relação Sul-Norte. E resolvemos, além de continuar fortalecendo a relação com o Norte, conhecer de perto o que a Índia, a África do Sul e o Brasil têm de oportunidades nos campos científico e tecnológico, do comércio, da indústria, da cultura e da agricultura, para que possamos nos inteirar mais, aumentar as nossas trocas, fazer as nossas parcerias e fazer com que as nossas empresas cresçam, dentro e fora de cada um dos nossos países.

E chegamos à conclusão de que, se tivéssemos feito há 20 anos o que estamos fazendo nesses últimos três anos, possivelmente os nossos países fossem mais desenvolvidos, possivelmente a nossa relação fosse muito mais forte e, possivelmente, nós já teríamos crescido economicamente muito mais do que crescemos. De qualquer forma, nunca é tarde para reparar os equívocos ou os erros históricos que fizemos nas nossas relações com países irmãos. E, urgentemente, pelos memorandos que assinamos

aqui, precisamos corrigir. Corrigir economicamente, politicamente e também do ponto de vista cultural.

Eu, meu caro Presidente Mbeki, meu caro Primeiro-Ministro Singh, ao terminar esta reunião, saio daqui com a convicção de que se colocarmos em prática o que decidimos do ponto de vista político, o que almejamos do ponto de vista econômico e comercial, o que sonhamos do ponto de vista cultural, não tenho dúvida de que, daqui a alguns anos, em menos anos do que a gente espera, a relação entre a Índia, a África do Sul e o Brasil estará em um nível tão elevado que muitos estudiosos poderão não acreditar como é que chegamos ao patamar de relação que estamos construindo. O Brasil tem muito a aprender com a Índia, o Brasil tem muito a aprender com a África do Sul, certamente a Índia tem muito a aprender com o Brasil e a África do Sul tem muito a aprender com o Brasil, e certamente todos nós temos muito a aprender e muito a ensinar.

E esta reunião, com a presença extraordinária de empresários dos três países, com a presença acadêmica dos três países, demonstra que finalmente nos descobrimos, finalmente compreendemos que temos importância. Importância que foi demarcada quando juntos criamos o G-20, em Cancún; importância que é demarcada a cada reunião nossa para discutir o Conselho de Segurança da ONU, aliança demarcada toda vez que nos reunimos para discutir a Organização Mundial do Comércio.

Certamente ainda não conseguimos todos os nossos intentos, mas, certamente, já conseguimos mais do que nos últimos 50 ou 60 anos, porque estávamos de costas uns para os outros, todos olhando para o mundo desenvolvido e ninguém olhando para o potencial de possibilidades que existe no exercício de uma política de complementaridade entre África do Sul, Índia e Brasil.

Como três já fizemos discursos e não cabe a mim fazer um terceiro discurso aqui, e a imprensa já está recebendo a “Declaração à Imprensa”, queria dizer aos dois amigos, Presidente Mbeki e Primeiro-Ministro Singh, muito obrigado pela confiança que vocês depositaram nesta reunião, muito obrigado pela participação efetiva das suas delegações. E podem sair do Brasil com a certeza de que, se depender do Brasil, o IBAS se tornará cada vez mais referência do multilateralismo que tanto acreditamos e que tanto queremos fortalecer.

Muito obrigado, de coração, Presidente Mbeki, muito obrigado, Primeiro-Ministro Singh, e muito obrigado Celso Amorim, por ter organizado esta reunião, e obrigado também a todos os ministros. Espero que agora, gentilmente, o Itamaraty nos convoque para um “almoço-jantar”, que é o que vai acontecer.

Muito obrigado a todos vocês e até outro dia.

## I Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS)

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão de Abertura da I Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), Palácio Itamaraty, Brasília, DF, 13 de setembro de 2006*

Excelentíssimo Primeiro-Ministro da Índia,  
Senhor Singh,

Excelentíssimo Presidente da África do Sul,  
Thabo Mbeki,

Meus amigos e minhas amigas,

É um enorme prazer receber, em Brasília, o Presidente da África do Sul e o Primeiro-Ministro da Índia para a Primeira Cúpula IBAS. A presença simultânea de dois líderes da importância de Mbeki e do Primeiro-Ministro Singh no Brasil marca a consolidação da iniciativa lançada em 2003 aqui neste mesmo Palácio do Itamaraty.

A idéia original de criar o IBAS foi do Presidente Mbeki, que, no dia de minha posse, sugeriu que grandes países em desenvolvimento deveriam se unir para dar novo impulso à cooperação Sul-Sul.

Pensamos em reunir um grupo pequeno de países, capazes de oferecer uma contribuição criativa para os desafios do mundo contemporâneo. Países democráticos, com irradiação regional e projeção global.

O IBAS é muito mais do que uma construção diplomática. É a expressão natural de identidades de visão sobre grandes temas internacionais. É também uma manifestação concreta de objetivos compartilhados por Brasil, Índia e África do Sul. Somos democracias plenamente consolidadas, que

dão exemplo de convivência harmônica entre as várias etnias e culturas que formaram nossas sociedades. Somos economias emergentes, destinadas a ter presença internacional sempre mais relevante. Somos, também, países que ainda enfrentam o desafio de combater a pobreza extrema e lograr um desenvolvimento sustentável.

Estamos determinados a avançar na construção de sociedades mais justas e prósperas por meio de políticas econômicas responsáveis e de um compromisso sem tréguas com a melhoria das condições de vida de nossas populações mais vulneráveis. Índia, África do Sul e Brasil também podem oferecer uma contribuição decisiva para a construção de uma ordem internacional mais justa, solidária e equilibrada. Estivemos juntos na origem do G-20, trabalhamos em conjunto na reforma das Nações Unidas. Nossa capacidade de irradiação positiva em nossas respectivas regiões – África, América Latina e Ásia – reforça o papel que cabe ao Sul nos principais debates e decisões internacionais.

Senhor Primeiro-Ministro, Senhor Presidente,

O Brasil, a Índia e a África do Sul coincidem no entendimento de que uma reforma urgente do Conselho de Segurança é essencial. Somente assim,

as Nações Unidas poderão responder de modo eficaz aos desafios da manutenção da paz, da segurança e da estabilidade no mundo. É necessário que o Conselho reflita o peso crescente dos países em desenvolvimento no cenário internacional. Sua atual composição representa um mundo que já não existe mais. Continuaremos a trabalhar por uma expansão do Conselho de Segurança que contemple países em desenvolvimento nas categorias de membros permanentes e não-permanentes. É fundamental chegarmos a uma decisão ainda em 2006. A ONU precisa estar preparada para poder atuar da forma que todos esperamos.

Os desafios da paz e da segurança internacional exigem, também, uma maior atenção aos problemas do desenvolvimento e do combate à pobreza. Para avançar nestes temas cruciais, a Rodada Doha é o teste do momento. Esperamos que os países desenvolvidos assumam plenamente suas responsabilidades. Não se pode mais aceitar que suas políticas agrícolas continuem a receber um tratamento especial e diferenciado. A abertura de seus mercados agrícolas e cortes efetivos nos seus imensos subsídios são indispensáveis para o êxito da Rodada.

Os países do G-20 reuniram-se no último final de semana, no Rio de Janeiro, para buscar alternativas para a retomada das negociações da Rodada. Estamos absolutamente engajados em relação a esse objetivo. Com resultados satisfatórios em agricultura, saberemos corresponder nas outras áreas da negociação.

Pelo seu extraordinário conteúdo simbólico, e pela sua expressão concreta de solidariedade Sul-Sul, quero também mencionar o Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza. O Fundo é um instrumento único e pioneiro de cooperação Sul-Sul, em benefício dos países de menor desenvolvimento relativo. Já estamos prestando apoio a projetos de desenvolvimento na Guiné-Bissau e no Haiti. Queremos seguir avançando com projetos na Guiana, no Laos, na Palestina e em outros países onde nossa cooperação possa fazer diferença.

Meu querido Primeiro-Ministro, meu querido Presidente,

A importância do IBAS não se esgota no papel internacional que podemos desempenhar. Este Fórum é também um poderoso instrumento para promover a cooperação trilateral em áreas de impacto concreto para nossos processos de desenvolvimento nacional. Nesta Primeira Reunião de Cúpula, teremos avanços importantes nas áreas de comércio, transporte, energia, agricultura e sociedade da informação.

A conclusão de um acordo trilateral de transportes marítimos, juntamente com o já existente acordo de serviços aéreos, permitirá conexões mais diretas entre o Brasil, a Índia e a África do Sul. Queremos, com isso, dinamizar o comércio entre nossos países que, em conjunto, já alcança 7 bilhões de dólares. Queremos também aproximar nossos povos e nosso intercâmbio cultural e turístico. O acordo de normas técnicas, que também concluímos, será outra ferramenta poderosa para a dinamização de nossas relações comerciais.

Partilhamos ainda o propósito de transformar o etanol, o biodiesel e outras fontes renováveis e limpas de energia em commodities com grande impacto sobre o mercado mundial de energia.

Senhoras e senhores,

Nosso engajamento no IBAS reflete a prioridade que sempre dei às relações entre países em desenvolvimento. Em 2005, realizamos a Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações, e a Primeira Reunião de Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e dos Países Árabes.

Ainda no final deste ano, participarei, na Nigéria, da primeira cúpula entre países da América do Sul e da África. Esses são passos fundamentais na superação das barreiras históricas, geográficas, culturais e mentais que sempre nos fizeram olhar mais para o Norte do que para o Sul.

O que queremos, com o IBAS e outras

iniciativas, é aproveitar melhor oportunidades de cooperação Sul-Sul antes inexploradas. Isso não quer dizer que o Brasil vá descuidar das relações com o mundo desenvolvido. Essas duas vertentes de nossa política externa não são jogos de soma zero. São complementares, uma reforça a outra.

Entre 2002 e 2005, o comércio exterior brasileiro cresceu vigorosamente. Nossas trocas com os países desenvolvidos aumentaram em ritmo sem precedentes. Mas com os países em desenvolvimento, elas aumentaram em ritmo ainda maior. E representam, hoje, mais de 53% das vendas do Brasil ao exterior. Isso prova que se pode crescer simultaneamente em diferentes direções.

Em 2000, o comércio bilateral com a Índia somou pouco mais de 500 milhões de dólares. Já em 2005, subiu para 2 bilhões e 300 milhões de dólares, montante quatro vezes superior ao de 2000. Com a África do Sul, o comércio bilateral cresceu de 530 milhões de dólares, para 1 bilhão e 700 milhões de dólares, no mesmo período.

O comércio com os países em desenvolvimento também é qualitativamente importante, pois envolvem produtos de maior valor agregado do que a média daqueles exportados pelo Brasil. No caso específico da Índia e da África do Sul, 87% das nossas vendas são de produtos

manufaturados. Nossos principais itens de exportação para a Índia são aviões e, para a África do Sul, automóveis.

Senhoras e senhores,

Por suas características singulares e únicas de reunir três grandes países em desenvolvimento, de três diferentes continentes, o IBAS simboliza de modo muito especial essa orientação da diplomacia brasileira, de uma busca mais ativa de parcerias com os países do Sul.

Gostaria, também, de fazer um registro muito positivo sobre o pleno engajamento das comunidades empresarial e acadêmica com a iniciativa do IBAS. A participação de nossas sociedades é indispensável para a consolidação do mecanismo.

Primeiro-Ministro Singh e Presidente Mbeki,

Suas presenças aqui têm grande significado para o Brasil. Elas refletem nosso compromisso político com a visão de mundo plural que inspirou a criação do IBAS. Estou certo de que teremos uma reunião muito produtiva. Continuaremos a construir, com determinação e com uma visão de futuro, um destino de aproximação cada vez maior entre o Brasil, a Índia e a África do Sul.

Muito obrigado.



## Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) com Empresários

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro dos Chefes de Estado e de Governo do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) com Empresários, Palácio Itamaraty, Brasília, DF, 13 de setembro de 2006*

Estou convencido, e penso que este é o convencimento do Primeiro-Ministro Singh e do Presidente Mbeki, de que é urgente que recuperemos o tempo perdido. A potencialidade das relações entre África do Sul, Índia e Brasil é de uma grandeza incomensurável e ainda não a descobrimos porque, durante décadas e décadas, estivemos voltados para uma relação muito forte com os países do Norte e deixamos num segundo plano – eu diria até quase no esquecimento – as relações Sul-Sul.

Pelo que tenho acompanhado sobre a África do Sul, sobre a Índia e, certamente, pelo que vocês têm acompanhado sobre o Brasil, nós temos uma política de complementaridade que ainda não foi exercitada. As coisas que podemos construir juntos, as coisas em que poderemos fazer parcerias, as atividades culturais que podemos criar juntos, os três países, além das atividades comerciais, podem dar um impulso extraordinário na economia de cada um dos nossos países e, quem sabe, despertar junto a outros países do Sul a necessidade de todos olharem um pouco mais forte para os seus parceiros, para os seus vizinhos, e tentar descobrir o que é possível fazer para que possamos nos desenvolver com a experiência dos outros, porque é importante fazermos com que essa troca de experiências e essa afinidade política se transformem em crescimento de riqueza

nos nossos países e, conseqüentemente, se transformem na melhoria da qualidade de vida dos nossos povos.

No final das contas, penso que é isso que o Presidente da África do Sul deseja, que o Primeiro-Ministro da Índia deseja, que eu desejo e que todos os Presidentes desejam: melhorar a vida do seu povo, trabalhar para que a economia cresça, trabalhar para que haja distribuição de renda, trabalhar para que tudo isso aconteça a partir de um trabalho que precisamos fazer, muito grande, para atrair investimentos para os nossos países, construindo parcerias entre os nossos empresários.

Eu ouvia o Primeiro-Ministro Singh falar sobre a necessidade de estabelecermos uma relação mais forte da nossa marinha mercante. O Brasil, só para os senhores terem uma idéia, na década de 80 e na década de 90, praticamente destruiu a indústria naval e a nossa marinha mercante. Agora, já recuperamos a indústria naval e vamos recuperar a nossa marinha mercante, porque acho que isso pode fortalecer muito a relação do Brasil com os países irmãos.

Para mim, essa reunião é um marco histórico. Não sei quantas vezes a Índia despertou tanto o interesse do Brasil, não sei quantas vezes a África do Sul despertou tanto o interesse do Brasil, e não sei quantas vezes o Brasil despertou tanto interesse

para a Índia e para a África do Sul. O fato de nós três estarmos aqui, representando os nossos países, com os nossos empresários e com membros do nosso governo, é a afirmação pública de que acreditamos na relação Sul-Sul e que o IBAS veio para ficar, se fortalecer e construir uma relação que possa ser definitiva entre Índia, África do Sul e Brasil.

Por isso, quero agradecer a presença de todos vocês, dizer mais uma vez da minha alegria e gostaria de ouvir um pouco os comentários do Presidente Mbeki e, depois, os comentários do Primeiro-Ministro Singh.

\*\*\*\*\*

Bem, eu queria agradecer ao Primeiro-Ministro da Índia e lembrar a vocês que o tempo é implacável e nós precisamos passar para a sessão

de abertura, mas antes eu queria, depois de ouvir os empresários e ouvir os ministros de cada país, eu quero fazer uma sugestão, que independentemente de outras reuniões, nós deveríamos decidir que, concomitante com a Cúpula do IBAS que vai acontecer no próximo ano, e a nossa querida África do Sul já se ofereceu para sediar a próxima reunião do IBAS, que houvesse uma cúpula empresarial também, que a gente pudesse, junto com a cúpula dos países, fazer uma cúpula empresarial, para que os nossos empresários pudessem contabilizar os negócios que foram feitos até a próxima cúpula, o que cresceu, e o que não cresceu, e eu acho que a relação entre os empresários também pode possibilitar esse desenvolvimento.

Então, eu quero agradecer a todos vocês e convidá-los para a sessão de abertura.

Muito obrigado.

## Reunião do Movimento dos Não-Alinhados

*Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,  
Embaixador Celso Amorim, por ocasião da Reunião do  
Movimento dos Não-Alinhados (17 de setembro de 2006)*

(versão em inglês)

Transcreve-se, a seguir, discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, proferido ontem, dia 16 de setembro, na XIV Conferência de Cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados:

Señor Presidente Raúl Castro, Presidente en ejercicio del Consejo de Estado de la Republica de Cuba y Presidente de la 14ª Cumbre del Movimiento de los No-Alineados,

Excelencias,

Distinguidos Delegados,

Señoras y Señores,

I am honoured to take part in this 14th Summit of the Non-Aligned Movement in the wonderful city of Havana.

I am grateful for the warm and friendly welcome I have received since my arrival from the Cuban authorities.

Let me express, on behalf of President Lula and the Brazilian people, our best wishes for a quick recovery to President Fidel Castro.

In the last few decades, there has been much talk among economists about a twin deficit. It refers of course to the situation of internal and external accounts.

I wish today to allude to another twin deficit that the world faces and that affects very much countries represented here: the twin deficit of democracy and development in the present international order.

Since its foundation, the Non-Aligned Movement has been advancing the aspirations and claims of developing countries in a spirit of dialogue and tolerance. Brazil has been supportive of these efforts and has coordinated closely with its members.

Non-Alignment has been an indispensable force for upholding multilateralism.

Brazil stands firm on its defense of established notions that have guided the attitudes of the Non-Aligned Movement, such as non-interference in domestic affairs and the peaceful settlement of disputes. In particular, we condemn every form of unilateral action, like embargoes and sanctions, let alone the use of force not authorized by the Security Council.

Increased interdependence calls for enhanced solidarity among nations. This is especially needed in the case of many places in Africa, where men, women and children are doomed to a life of poverty and despair.

Thus, President Lula has become an advocate for what we describe as an attitude of ‘non-indifference’.

In September 2004, President Lula, along with his Chilean, French, German and Spanish counterparts – and with the support of the UN Secretary-General –, launched the ‘Action against Hunger and Poverty’, an initiative that brought together more than fifty Heads of State and Government.

Our objective was to create an effective partnership to mobilize international support for financing development through innovative

mechanisms.

This goal is becoming a reality. Next Tuesday, President Lula – together with other leaders – will announce the official creation of the International Drug Purchase Facility to combat the three diseases that most seriously affect developing countries: HIV-AIDS, malaria and tuberculosis.

Mr. Chairman,

In the WTO, Brazil has joined forces with other poor countries to ensure that the Doha Development Agenda is true to its name.

As mentioned in the Statement adopted in the High Level Meeting of the G-20, held in Rio de Janeiro last weekend: ‘The livelihood and standards of living of the world’s poor are seriously jeopardized by the subsidies and market access barriers prevailing in international agricultural trade. Any round that would be faithful to its development dimension must urgently redress this situation’.

The challenges of our global society call for enlightened leadership. South-South cooperation, as supported by NAM and other groups such as the G-15, is an essential element of the path towards these solutions.

The Summit which just took place in Brasilia with India, Brazil and South Africa (IBSA, as we call it), involving three large democracies, one from each continent, opens new possibilities for South-South initiatives. The same goes for our relentless efforts towards South American and Latin American integration.

Mr. Chairman,

In the field of peace and security, inadequate responses undertaken outside the UN Charter present us with the urgent task of reforming our institutions. Let us heed the words by UN Secretary-General Kofi

Annan before this Conference: the narrow power base of the Security Council’s composition carries the risk of a progressive erosion of its authority and legitimacy. We fully agree when he speaks of a ‘democracy deficit’.

Threats posed by terrorism and weapons of mass destruction can only be successfully confronted with the democratization of the decision-making process within the UN system.

Following the establishment of the Human Rights Council and the Peace-Building Commission, the time has come to address the reform of the Security Council, with the expansion of the number of its members in both categories.

In Lebanon, I have witnessed the tragic effects of disproportionate use of force to solve problems which call for enduring political solutions.

The Palestinian people continues to face acute hardship, as the prospects for a peace settlement and a viable Palestinian State remain elusive.

In our region, Haiti has become a test case for peace-building through a UN-mandated collective effort. But we will need sustained international engagement to achieve lasting results.

The challenges we face require solidarity and a renewed capacity for dialogue.

We reject the view of an international order which favours the use of force and regards multilateralism as just one among many options in the menu, to be picked when it suits the objectives of the powerful. Our vision of peace presupposes social justice, democratic procedures and respect for international law.

We will continue to work closely with the Non-Aligned Movement to transform this shared vision into reality.

Thank you.

## Cerimônia de entrega do Prêmio “Estadista do Ano 2006”

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega do Prêmio “Estadista do Ano 2006”, Nova York, Estados Unidos, 19 de setembro de 2006*

É com imenso prazer que participo da cerimônia que promove a Fundação Apelo à Consciência. Desejo estender um agradecimento particularmente caloroso ao rabino Arthur Schneier, cuja dedicação às causas dos direitos humanos, da liberdade e da tolerância todos admiramos. O rabino Schneier é uma inspiração para aqueles que lutam contra os múltiplos desafios que defrontam a comunidade internacional: a fome e a pobreza, a exclusão social, a degradação do meio ambiente e as mudanças climáticas, os conflitos internos, as violações de direitos humanos, e as armas de destruição em massa.

Sua biografia e realizações são um testamento vivo aos valores e princípios que o prêmio enaltece. São as mesmas qualidades que distinguem as eminentes personalidades que, hoje e no passado, foram agraciadas pela Fundação. São homens e mulheres que, cada um a seu modo, contribuíram e contribuem para um mundo mais justo e pacífico.

Essa mesma convicção inspirou minha militância sindical e minha atuação política. Desde o primeiro dia de meu governo, assumi o compromisso de mobilizar as vastas riquezas de meu País e o espírito generoso e empreendedor de sua gente para transformar a dura realidade social brasileira.

Consolidada nossa estabilidade macroeconômica e sedimentada nossa democracia,

temos, hoje, motivos para renovar nossa confiança no futuro, num Brasil com mais igualdade e bem-estar, onde todos são cidadãos plenos.

Senhoras e senhores,

Num mundo globalizado, sabemos que nosso bem-estar e segurança são inseparáveis dos destinos da comunidade internacional como um todo. Devemos responder às ameaças com firmeza, mas jamais com a repressão aos direitos e valores que queremos proteger. Não podemos deixar a cultura do terror criar raízes em meio à desesperança dos que se sentem abandonados. No combate à violência irracional, nossas melhores armas são a cultura do diálogo, a promoção do desenvolvimento e a integração solidária dos povos.

Foi o que nos ensinou a nossa História. Forjado por ondas de imigração das mais diversas partes do Planeta, o Brasil aproximou pessoas das mais diferentes origens, credos e confissões e transformou a variedade numa identidade comum.

Foi com a mesma vocação para a paz, a tolerância e o respeito mútuo que meu País aprendeu a conviver com seus dez vizinhos. Hoje, estamos empenhados em organizar o espaço sul-americano em benefício dos interesses compartilhados por todos os atores regionais. Rechaçamos a violência, a diplomacia é sempre nossa opção. Regional e

globalmente, buscamos articular soluções que sejam fruto de consenso, que gozem da legitimidade que só as instituições multilaterais podem garantir.

Por isso, nos empenhamos para tornar mais representativas as Nações Unidas. Por isso, atribuímos importância primordial ao êxito da Rodada de Doha. Queremos que o comércio internacional seja fonte de esperança e de prosperidade para todos. No entanto, nossa consciência também nos diz que essas transformações estruturais nas engrenagens econômicas e políticas internacionais são lentas e difíceis. E sabemos que quem tem fome não pode esperar.

Vejo, por isso, com grande entusiasmo, os primeiros resultados da Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza, que um grupo de líderes mundiais lançou em 2004. Estamos estabelecendo mecanismos financeiros verdadeiramente inovadores, que fazem reacender a esperança no cumprimento das Metas do Milênio pelos países mais pobres. O crescente

apoio que essa iniciativa vem recebendo é sinal eloqüente da força do apelo da consciência individual, que não se deixa abater pelo ceticismo nem diluir pela indiferença.

Nossa tarefa coletiva está em canalizar essa generosidade e solidariedade em projetos e iniciativas economicamente eficazes e socialmente responsáveis. E é para vencermos esse desafio que quero convidar a todos os presentes.

Senhoras e senhores,

O prêmio “Estadista Mundial” que hoje me é concedido é uma conquista que não é só minha, é o reconhecimento daquilo que o conjunto da sociedade brasileira foi capaz de realizar. Portanto, quem hoje recebe a homenagem da Fundação Apelo à Consciência não é apenas o Presidente do Brasil, mas, sobretudo, os meus concidadãos brasileiros. Ao meu País e ao meu povo eu ofereço este prêmio.

Mais uma vez, muito obrigado a todos.

## Cerimônia de lançamento da Central Internacional de Compra de Medicamentos

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento da Central Internacional de Compra de Medicamentos, Nova York, Estados Unidos, 19 de setembro de 2006*

Caros Colegas,  
Senhoras e Senhores,

Há dois anos, nesta sede das Nações Unidas, tivemos a iniciativa de lançar a “Ação contra a Fome e a Pobreza”. Reunimos mais de cinquenta líderes, de todas as partes do mundo, para chamar a atenção para um problema que precisava, urgentemente, ser colocado no topo da agenda mundial. Partíamos de uma constatação elementar: não é possível que tanta gente passe fome em um mundo que produz tanta riqueza.

Não é possível ter paz e prosperidade em um mundo onde milhões de pessoas continuam a viver em situação de pobreza extrema. A guerra que temos que travar é contra a fome, a pobreza e outras formas de exclusão, como a falta de acesso a medicamentos essenciais. Procuramos mobilizar a comunidade internacional para aumentar a quantidade de recursos disponíveis para essa guerra. Mais do que isso, buscamos identificar fontes de financiamento inovadoras, que pudessem gerar fundos estáveis e previsíveis para aqueles países que mais necessitam.

A Central de Medicamentos que lançamos hoje é resultado concreto desse esforço. Terá como objetivo comprar medicamentos em larga escala para combater as três doenças que mais afetam os países pobres: a AIDS, a malária e a tuberculose.

Todos nós sabemos que a saúde é condição indispensável para o desenvolvimento humano. Sem uma boa saúde, não encontramos meios de melhorar de vida. Em muitos casos, a fome e a doença são os dois lados de uma mesma moeda. Dos seis milhões de indivíduos que precisam de tratamento contra a AIDS nos países em desenvolvimento, apenas um milhão tem acesso aos medicamentos.

A malária é uma doença que pode ser evitada, mas continua a matar uma criança a cada trinta segundos na África, e a tuberculose também tira a vida de quase dois milhões de pessoas a cada ano nos países pobres.

A Central de Medicamentos contribuirá para aliviar o sofrimento de milhões de pacientes. É uma iniciativa inovadora que fornece acesso direto a medicamentos essenciais aos países mais pobres, a preços reduzidos.

Não criaremos novas burocracias. Contaremos com o apoio de agências que já existem e que têm prestado enorme apoio à iniciativa. A Central constitui uma cooperação inédita entre países pobres e ricos e sua implementação transmite importante sinal político à comunidade internacional. Mostra que o combate à pobreza é uma questão urgente e que cada um pode fazer a sua parte.

A Central será baseada em fontes inovadoras

de financiamento, com recursos disponíveis de modo contínuo, no longo prazo. E não poderia ser de outra forma. Temos que assegurar tratamento pelo período que for necessário. A maior parte dos fundos da Central virá de uma contribuição solidária sobre passagens aéreas.

Até o momento, 18 países já se dispuseram a implementá-la. Trata-se de uma pequena contribuição, que não fará diferença para as pessoas que fazem viagens internacionais, mas fará, sim, uma

enorme diferença na vida das pessoas pobres sem acesso a medicamentos.

No Brasil, determinei a transferência de recursos orçamentários em valor equivalente ao que poderemos obter com a contribuição. A Central de Medicamentos é um passo importante no longo caminho que temos a trilhar e a vida de milhões de indivíduos depende de nossas ações.

Muito obrigado.

## Abertura do debate geral da LXI Assembléia Geral das Nações Unidas

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do debate geral da LXI Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova York, Estados Unidos, 19 de setembro de 2006*

Minhas senhoras e meus senhores,  
Chefes de Estado e de Governo,  
Senhora Sheika Haya Rashed Al-Khalifa,  
Presidente da 61ª Assembléia Geral das Nações Unidas,

Senhor Kofi Annan, Secretário-Geral das Nações Unidas,

Senhoras e senhores integrantes das delegações,

Ao falar pela primeira vez desta tribuna, em 2003, afirmei a necessidade de agirmos com urgência para combater o flagelo da fome e da pobreza no mundo. É o que estamos fazendo no Brasil. Aliamos crescimento e estabilidade econômica a políticas de inclusão social.

O nível de vida dos brasileiros melhorou, cresceram o emprego e a renda, aumentou o poder de compra do salário mínimo. Nossos recursos são escassos, mas mesmo assim conseguimos resultados surpreendentes. O programa Bolsa Família, carro-chefe do Fome Zero, garante uma renda mínima a mais de 11 milhões de famílias brasileiras. Com boa alimentação, as pessoas recuperam sua dignidade, têm mais saúde, aprendem melhor.

Destinar recursos para a área social não é gasto, é investimento. Se fizemos tanto no Brasil, imaginem o que não poderia ser feito em escala global, se o combate à fome e à pobreza fossem, de fato,

uma prioridade da comunidade internacional. Onde existe a fome não há esperança, há desolação e dor. A fome alimenta a violência e o fanatismo e um mundo de famintos nunca será um lugar seguro.

O gigantismo da tarefa não deve nos assustar, especialmente se não estamos sozinhos. Todos aqui sabem que cerca de 840 milhões de seres humanos, quase um em cada sete habitantes do Planeta, não têm o suficiente para comer. São necessários 50 bilhões de dólares adicionais por ano para atingir as Metas de Desenvolvimento do Milênio no prazo estipulado. A comunidade internacional pode fazer isso. Pensem, por exemplo, nas centenas de bilhões de dólares que foram investidos para levar adiante a plena integração dos países do Leste à União Européia. Pensem, também, nos custos das guerras e de outros conflitos.

Todos aqui também sabem que a segunda guerra do Golfo custou várias centenas de bilhões de dólares. Com muito menos poderíamos mudar a triste realidade de uma grande parcela da população mundial, poderíamos aliviar o sofrimento dessas pessoas, retirá-las da indigência e salvar milhões e milhões de vidas.

Que não se iludam os países ricos, por mais fortes que hoje sejam, pois ninguém está seguro num mundo de injustiças. A guerra jamais trará segurança, a guerra só gera monstros, rancor, a intolerância, o

fundamentalismo, a negação destrutiva das atuais hegemonias. É preciso dar aos pobres razões para viver, não para matar ou morrer. A grandeza dos povos não está no belicismo, mas no humanismo. E não há verdadeiro humanismo sem o respeito ao outro, ao que é, sim, diferente de nós, mas nem por isso menos digno, menos precioso, nem por isso com menos direito à felicidade, criatura que somos do mesmo criador. Só haverá segurança no mundo se todos tiverem direito ao desenvolvimento econômico e social. O caminho da paz é o desenvolvimento compartilhado. Se não quisermos globalizar a guerra, é preciso globalizar a justiça, por isso, digo com a serena convicção de um homem que dedicou a sua vida a lutar pacificamente pelos direitos do povo trabalhador: a busca de uma nova ordem mundial, mais democrática e justa, não interessa apenas aos países pobres ou às nações emergentes, interessa tanto ou mais aos países ricos, se tiverem olhos para ver e ouvidos para ouvir, se não cometerem o desatino de ignorar o terrível clamor dos excluídos.

Senhora Presidente,

Avançamos nos últimos anos. No encontro de líderes mundiais, em 2004, demos impulso à ação contra a fome e a pobreza. Juntos conseguimos uma forte mobilização internacional em torno do tema. Nosso esforço coletivo começou a dar frutos. Estamos colocando em prática mecanismos inovadores como a contribuição solidária sobre passagens aéreas internacionais.

A fome e a doença são irmãs gêmeas. Por isso, nos engajamos junto com outros governos na criação de uma central internacional de compra de medicamentos contra a AIDS, a tuberculose e a malária. Essa iniciativa irá criar novas fontes de recursos e facilitar o acesso aos medicamentos a custos mais baixos. Não podemos fugir de nossas obrigações. Por isso, saúdo os líderes de visão que estão engajados nessa guerra, a guerra contra a degradação do ser humano e a falta de esperança, a única guerra na qual a vitória final será de toda a humanidade.

Senhora Presidente,

A luta contra a fome e a pobreza passa também pela instauração de uma ordem mundial, que coloca o desenvolvimento econômico e social em primeiro plano. Soluções permanentes para a miséria só vão existir se os países mais pobres tiverem a oportunidade de progredir pelo seu próprio esforço. Desde que, livre e justo, o comércio internacional, será um valioso instrumento para gerar riqueza, distribuir renda e criar empregos.

É essencial nos libertarmos das amarras do protecionismo. Os subsídios dos países ricos, sobretudo na área agrícola, são pesados grilhões que imobilizam o progresso e relegam os países pobres ao atraso. Não me canso de repetir que enquanto o apoio distorcido dos países desenvolvidos alcança a indecorosa soma de 1 bilhão de dólares por dia, 900 milhões de pessoas sobrevivem com menos de 1 dólar por dia nos países pobres e em desenvolvimento.

Essa é uma situação política e moralmente insustentável. Pior do que a inação pela ignorância é a omissão pela conveniência. A velha geografia do comércio internacional precisa ser reformada em profundidade. O Brasil, juntamente com seus parceiros do G-20, está empenhado nessa tarefa.

A criação do G-20, na prática, mudou os padrões de negociações na Organização Mundial do Comércio. Até recentemente, os países em desenvolvimento tinham participação marginal nas negociações mais importantes. Eliminar as barreiras que travam o desenvolvimento dos países pobres é um dever ético para a comunidade internacional, e é também a melhor maneira de garantir prosperidade e segurança para todos.

Pela primeira vez na história do sistema GATT-OMC, a palavra desenvolvimento aparece no título de uma rodada de negociações comerciais, mas a agenda de desenvolvimento de Doha, que decidirá o futuro do Sistema Mundial de Comércio está em crise. Se bem-sucedidas, as negociações na OMC ajudarão a tirar milhões de pessoas da pobreza extrema.

Agricultores que não podem competir com os subsídios milionários, finalmente terão oportunidade de prosperar. Países pobres da África, que atualmente não exportam produtos agrícolas, poderão começar a fazê-lo. Se a Rodada fracassar, as conseqüências serão sentidas muito além da esfera comercial. A própria credibilidade do sistema da OMC ficará ameaçada, com repercussões negativas nos campos político e social. Males como o crime organizado, o narcotráfico e o terrorismo, encontrarão terreno fértil para proliferar. Tenho conclamado os líderes mundiais a assumirem a responsabilidade que lhes cabe. A importância dada a esse tema na última Cúpula do G-8 ainda não produziu resultado prático. Esta geração tem uma oportunidade única de mostrar ao mundo que os interesses egoístas não prevalecerão sobre o bem comum. A história não perdoará nossa omissão.

Senhora Presidente,

O comércio justo, assentado em bases sólidas, consensuais, e uma OMC transparente, sensível às necessidades dos países em desenvolvimento, constituem um dos pilares da nova ordem mundial que defendemos. Outro pilar no campo da paz e da segurança internacional é constituído pelas Nações Unidas. O Brasil é um firme defensor das organizações multilaterais como espaço de cooperação e diálogo. Não há modo mais efetivo de aproximar os estados, manter a paz, proteger os direitos humanos, promover o desenvolvimento sustentável e construir soluções negociadas para os problemas comuns.

Conflitos como o do Oriente Médio vêm desafiando as autoridades das Nações Unidas. A recente crise no Líbano expôs a Organização a uma perigosa erosão de credibilidade. A eficácia das Nações Unidas tem sido seriamente questionada. O Conselho de Segurança é acusado de morosidade, incapacitado de agir com a rapidez requerida. A opinião pública mundial se mostra impaciente diante de dificuldades que custa a entender. A morte de civis

inocentes, incluindo mulheres e crianças, choca a nossa sensibilidade.

No Brasil, milhões de árabes e israelitas convivem de maneira harmônica e integrada. O interesse do Brasil no Oriente Médio reflete assim uma realidade social objetiva e profunda no nosso País. O tema do Oriente Médio sempre foi tratado com exclusividade, além dos diretamente envolvidos pelas grandes potências. Até hoje não chegaram a uma solução. Cabe perguntar: não seria o momento de convocar uma ampla conferência sob a égide das Nações Unidas, com a participação de países de região e outros que poderiam contribuir, pela capacidade de experiência em conviver pacificamente com as diferenças? O Brasil acredita no diálogo. Por isso realizamos a Cúpula América do Sul/Países Árabes, em 2005.

Também mantemos boas relações com Israel, cujo nascimento, como Estado, ocorreu quando um brasileiro, Oswaldo Aranha, presidia a Assembléia Geral. Conflitos entre nações não se resolvem apenas com dinheiro e armas. Idéias, valores e sentimentos também têm seu lugar, sobretudo quando se fundam em experiências vividas.

Senhora Presidente,

Mais do que nunca as Nações Unidas precisam ver sua autoridade reforçada. Já tivemos avanços significativos com o processo de reforma administrativa e a criação do Conselho de Direitos Humanos e da Comissão de Construção da Paz. Mas a obra ficará incompleta sem mudanças no Conselho de Segurança, órgão encarregado de zelar pelos temas da paz. O Brasil, juntamente com os países do G-4, sustenta que a ampliação do Conselho deve contemplar o ingresso de países em desenvolvimento no seu quadro permanente. Isso tornaria o órgão mais democrático, legítimo e mais representativo. A grande maioria dos estados membros também concorda com essa visão e reconhece a urgência da matéria. Não podemos lidar com problemas novos, usando estruturas anacrônicas. Cedo ou tarde, senhora

Presidente, deveremos todos abrir caminho à democratização das instâncias decisórias internacionais, como disse o Secretário-Geral. Nós andamos pelo mundo ensinando a democracia aos outros, chegou a hora de aplicá-la a nós mesmos e mostrar que existe representação efetiva nos fóruns políticos das Nações Unidas.

Senhora Presidente,

A América do Sul é uma prioridade da política externa brasileira. Nossa região é a nossa casa. Estamos expandindo o Mercosul e fortalecendo a Comunidade Sul-Americana de Nações. O futuro do Brasil está vinculado ao de seus vizinhos. Uma América do Sul forte e unida contribuirá para a integração da América Latina e do Caribe.

Sentimo-nos também ligados por laços históricos e culturais ao continente africano. Por sermos a segunda maior população negra do mundo,

estamos comprometidos a partilhar os desafios e os destinos da África, mas as questões regionais são parte da problemática global que enfrentamos.

O combate à fome e à pobreza, a paralisia da Rodada de Doha e o impasse no Oriente Médio, são temas interligados. Seu bom caminho exige confiança nas soluções negociadas. Nesse momento, essa confiança está abalada, por isso, é extremamente grave. A ordem mundial que nos cabe construir, deve basear-se no critério de justiça e respeito ao direito internacional. Só assim poderá haver paz, desenvolvimento e uma genuína convivência democrática na Comunidade de Nações.

Não nos faltam recursos. Falta determinação política para aplicá-los nas áreas que podem ter um incalculável efeito transformador. Transformar o desespero em alegria e em razão de viver.

Muito obrigado.

## Encontro com representantes da comunidade libanesa

*Palavras do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião de encontro com representantes da comunidade libanesa no Clube Monte Líbano, São Paulo, 26 de setembro de 2006*

Governador do Estado de São Paulo, Doutor Cláudio Lembo;

Presidente do Clube Atlético Monte Líbano, Jorge Mofarresh Nicolau;

Senhor Embaixador do Líbano, Fouad al Khouri;

Professor Paulo Daniel Farah;

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa, Rodrigo Garcia;

Senhor Senador Romeu Tuma, prezado amigo;

Senhor Deputado Jamil Murad, igualmente meu prezado amigo;

Parlamentares;

Líderes religiosos,

Representantes das entidades líbano-brasileiras,

Meus amigos, colegas Embaixadores;

Senhora Lody Brais, organizadora do evento;

Minha mulher, Ana Maria;

Senhoras e senhores;

No avião, voando de Brasília para cá, vinha lendo um livro que contém uma citação do filósofo e historiador árabe do século XIV, Ibn Khaldun, na qual ele fala das agruras da busca da verdade na História. Entre as várias coisas que diz uma me pareceu importante. Diz o seguinte: “se a alma está contaminada com *parti pris* em favor de uma opinião

ou corrente ela aceita sem hesitação a informação que lhe é agradável. O preconceito e o *parti pris* obscurecem a faculdade crítica e impedem a investigação analítica. O resultado é que falsidades são aceitas e transmitidas.”

Esse pensamento, que é muito profundo em relação à História, também é muito profundo e real em relação a nossa capacidade de observar – talvez até com mais força – o mundo contemporâneo. É necessário muitas vezes que consigamos vencer todos os preconceitos e idéias que são freqüentemente impostos e repetidos para que percebamos a realidade das coisas.

Tive a felicidade – felicidade do ponto de vista humano – de ter podido observar de perto não só a realidade dos brasileiros que viviam no Líbano mas a própria realidade do Líbano. Em menos de três semanas, estive duas vezes na cidade turca de Adana, cidade sobre a qual tinha apenas vaga noção histórica, por que ali havia uma base turco-norte-americana durante a época da Guerra Fria e isso às vezes aparecia na imprensa.

A primeira vez foi para encontrar alguns dos brasileiros que tinham saído do Líbano no início do conflito com o objetivo de voltar para o Brasil. Já foi mencionado aqui o esforço feito pelo Governo brasileiro, por vários órgãos do Governo, e também por empresas privadas, sobretudo por empresas de

aviação. Também, especialmente, pelo Itamaraty. Não só pelo Ministro, mas pelos Embaixadores, pelos Cônsules, pelas pessoas que foram aos locais onde realmente eram necessárias, sem temor. Tivemos Cônsules que foram deslocados, inclusive de outros locais – que saíram de Paris, por exemplo –, para o Vale do Bekaa. Nosso Cônsul-Geral em Beirute também foi para o Vale do Bekaa, local que era freqüentemente bombardeado. Montamos praticamente um Consulado temporário em Adana para podermos receber os brasileiros.

Assim, pude ver de perto essa realidade e muitas cenas me comoveram. Primeiro, a gratidão. A gratidão é, talvez, de todos os sentimentos, por ser o mais raro, aquele que mais comove. Nesse caso, me senti muito comovido pelo sentimento de gratidão, não só em relação ao Itamaraty, ao Governo brasileiro, ou ao Governo do Presidente Lula, mas também ao que a comunidade e a sociedade brasileiras estavam fazendo.

Houve duas cenas que me impressionaram especialmente. Antes, abro um parêntese. Os brasileiros estavam distribuídos em vários hotéis em Adana, todos obviamente modestos, mas dignos. Isso foi algo que o Governo brasileiro fez questão que ocorresse. Aqueles que podiam pagar, pagavam. Quem não podia pagar tinha as diárias custeadas pelo Governo. Portanto, eram hotéis modestos, que chamaríamos de duas estrelas, mas dignos. Não foram todos colocados em estádios de futebol – o que talvez até pudesse ter ocorrido em uma emergência.

Assim, duas cenas me impressionaram especialmente. A primeira foi a de uma mãe de família, com cinco filhos – que, a julgar pela vestimenta, era provavelmente muçulmana –, que tinha vindo do sul do Líbano e tinha ficado por cinco dias no subsolo de uma escola até ter sido contatada pela Embaixada – ou sabido da possibilidade de contatar a Embaixada. Ela e a família foram para Adana, na Turquia, onde ficaram por alguns dias até serem evacuados pela Força Aérea. Lá, dizia ela, seus filhos

no início tiveram até dificuldades em se alimentar, a tal ponto estavam ainda chocados com a situação que haviam vivido. Mas, naquele momento, ela começava a recobrar a esperança. Era difícil ver aquela mãe com cinco filhos, o mais novo quase de colo, talvez dois anos, e uma menina talvez de doze, a mais velha, sem emocionar-me. Foi uma cena especialmente comovente na descrição do que havia ocorrido.

Outra cena também interessante foi a de uma Senhora que me disse a seguinte frase: “eu queria agradecer muito porque essa é a terceira guerra da qual eu fujo” – esperemos todos que não haja mais nenhuma guerra da qual ela tenha que fugir – “mas é a primeira vez que tenho apoio do Governo brasileiro.”

Isso provoca realmente uma sensação de que se está fazendo algo de útil, direto. Diplomacia muitas vezes é algo abstrato. Esse caso foi efetivamente muito comovente. Não sei onde está essa Senhora, gostaria de revê-la se fosse possível algum dia e espero que ela não tenha nunca mais de enfrentar o que enfrentou. Mas se porventura outra situação dessa ocorrer, o Governo brasileiro certamente não lhe faltará.

A operação de retirada dos brasileiros foi difícil, complexa. Nós nunca tínhamos feito isso. Nosso querido Doutor Farah mencionou que talvez essa tenha sido uma das maiores operações de resgate. Creio que foi a maior operação de resgate já empreendida pelo Governo brasileiro. Nós não tínhamos experiência. Era uma área de difícil acesso. O Brasil, ao contrário de outros países, não tem uma frota no Mediterrâneo, para colocar helicópteros ou barcas para retirar rapidamente as pessoas que desejarem. Como disse, tivemos que praticamente montar um Consulado temporário na Turquia.

Tivemos também que fazer inúmeras gestões diplomáticas sobre os mais variados aspectos. Para ilustrar, cito aqui duas. Tivemos que realizar gestões com as próprias autoridades israelenses, algumas vezes envolvendo até a Secretária de Estado dos

Estados Unidos, para ter certeza de que os comboios que vinham trazendo brasileiros e parentes de brasileiros não seriam atingidos por bombardeios – involuntários, possivelmente. Esse era um aspecto complexo da operação.

Outro aspecto relaciona-se ao fato de que muitos dos brasileiros tinham passaportes vencidos, alguns há mais de trinta anos. Tivemos que absolutamente flexibilizar as regras consulares e as regras de ação dos diplomatas para conceder a renovação na hora. No início houve até certa hesitação, mas assim que tomamos conhecimento desses fatos passamos a dar o passaporte imediatamente. Mais do que isso, também tivemos que fazer gestões diplomáticas, por exemplo, com as autoridades turcas, cuja cooperação, devo sempre ressaltar, foi integral, realmente muito importante. Não teria sido possível fazer grande parte dessa operação sem essa cooperação, como também não teria sido possível realizá-la sem a cooperação das autoridades sírias, que no caso até albergaram muitos dos brasileiros por conta própria.

No caso da Turquia, havia uma peculiaridade, que ganhava importância quando vinha um brasileiro acompanhado de familiares libaneses. Os brasileiros não precisavam de vistos para entrar na Turquia, porque há um acordo de isenção de visto, mas os libaneses, mãe, pai, filho, irmão, que muitas vezes não tinham passaportes brasileiros, não tinham a mesma facilidade. Por isso, nossos diplomatas que estavam em Adana tinham que ir até a fronteira e lá dar uma garantia às autoridades turcas. Com essa garantia, mesmo sem visto, os turcos permitiam a entrada.

Desse modo, foi uma operação – que vista de longe pode parecer uma operação bem executada, com algum esforço, mas relativamente simples – na verdade extremamente complexa, nos mais variados detalhes.

Houve um momento, por exemplo, em que tivemos que mandar um diplomata de Genebra – em uma situação muito difícil, arriscando a vida, sujeito

a ser bombardeado – levar dinheiro para o nosso Consulado no Líbano, porque não havia mais recursos para organizar os comboios. Naquele momento a parte eletrônica do sistema bancário libanês, que foi prejudicado, estava fora do ar. Felizmente, não por muito tempo, já que os libaneses são muito empreendedores e rapidamente resolveram os problemas.

Essas decisões, que são às vezes pequenas, envolvem inclusive até passar por cima de certas regras que são normais, porque na emergência, na guerra, você tem que usar um pouco do bom senso e do sentimento e não apenas aquilo que diz o manual consular. O manual consular em geral não prevê estas situações de emergência. Assim, esses são alguns exemplos de como foi possível realizar a operação.

Também queria dar testemunho de que isso tudo não ocorreu como se eu não tivesse recebido, o Itamaraty não tivesse recebido, o Presidente Lula não tivesse recebido, o forte estímulo da sociedade civil brasileira e, muito especialmente, da comunidade ligada aos países árabes e ligada ao Líbano. Recebi federações e associações ligadas ao Líbano no meu gabinete, que rapidamente demonstraram que certos aspectos dessa operação de resgate não poderiam ser realizados apenas pelos funcionários. Teria que haver um envolvimento profundo com a comunidade brasileira no Líbano. E isso foi feito. Graças a isso conseguimos retirar as pessoas dos locais mais difíceis.

Também recebemos o apoio do Congresso. O Senador Romeu Tuma, por exemplo, sabe disso. Quando estive no Senado Federal, na Comissão de Relações Exteriores, ele, o Senador Pedro Simon, o Senador Suplicy, muitos que estavam lá presentes – lembro apenas alguns – nos estimularam não só a continuar a operação para retirar os brasileiros, mas, mais importante, talvez porque menos óbvio, a nos envolvermos mais profundamente do ponto de vista político na construção de uma situação de paz no Líbano.

Nesse ponto, falando de uma maneira muito

resumida porque são assuntos extremamente complexos, passo para um outro aspecto dessa narrativa, ao qual o Doutor Jorge se referia: o envolvimento do Brasil na questão política do Líbano e, mais amplamente, do Oriente Médio.

Por orientação do Presidente viajei ao Líbano e fui o segundo Ministro de Relações Exteriores a visitar o país depois do cessar-fogo – o primeiro foi o Ministro italiano, Massimo D’Alema, que esteve no dia do cessar-fogo; eu estive no dia seguinte. Mas estávamos preparados, inclusive, com o apoio da nossa aeronáutica, a ir a Beirute mesmo durante as hostilidades, naturalmente procurando obter as garantias de Israel.

Lembro de um ditado chinês – poderia ter sido outra maneira de iniciar essa palestra – que diz algo como: uma imagem vale mais do que mil palavras. Nosso enviado especial ao Oriente Médio, o Embaixador Ouro-Preto, que foi Embaixador em Pequim durante muito tempo, me corrija se o ditado não for exatamente assim.

Cheguei a Beirute, vocês se recordam, levando donativos da comunidade e também do Governo brasileiro – e foi muito comovente – no segundo dia do cessar-fogo, com parte do aeroporto ainda comprometida. Felizmente era um avião Hércules C-130 que precisa de pouca pista. Era possível ver que a pista só era utilizada em parte.

A primeira imagem que tive ao chegar em Beirute, depois de me reunir no aeroporto com o meu colega, o Chanceler Salloukh, foi dos bairros xiitas no sul de Beirute que haviam sido violentamente bombardeados no domingo, já depois da resolução das Nações Unidas, mas antes da vigência do cessar-fogo.

Realmente foi uma visão que impressionou muito meu espírito, por vários motivos. Nunca tinha estado em uma situação de guerra. Por coincidências da vida, os brasileiros têm tido o privilégio de não viverem estas situações e mesmo como diplomata estive em vários países e nunca tinha estado em uma situação como essa, de guerra tão recente.

Ver aqueles prédios destruídos, prédios onde moravam muitas famílias, muitos deles reduzidos a pó e ao mesmo tempo a vida recomeçando, pessoas já voltando a seus afazeres. De maneira especialmente comovente, ver alguns com camisetas da seleção brasileira e outros até com bandeirinhas do Brasil.

Vi um libanês com uma bandeirinha do Brasil na bicicleta e confesso, não por egocentrismo, que pensei até que podia ter alguma coisa que ver com minha visita. Na realidade, porém, eram pessoas que normalmente usavam a camisa da seleção brasileira, que normalmente poderiam estar com a bandeirinha do Brasil na garupa da bicicleta.

Senti, então, de maneira muito forte, algo que o Ministro libanês me disse depois de feitas as doações, quando fomos para a sala VIP do aeroporto – que estava vazia, claro, no aeroporto só havia o avião brasileiro e, se não me engano, também um avião militar do Catar. Sentamos e ele me disse: “bem-vindo ao seu país”. O que ele estava dizendo é que o Brasil está no Líbano, o Brasil é parte do Líbano, e o Líbano é parte do Brasil. Vi isso, constatei isso.

Infelizmente, de maneira muito chocante, constatamos também bandeiras brasileiras no meio dos escombros, o que trouxe de maneira muito gráfica o fato de que esse conflito não nos é estranho. Nada da vida mundial deve nos ser estranho, porque mais cedo ou mais tarde – seja algo que ocorre na ex-Iugoslávia, na Coreia do Norte ou em qualquer outro lugar – vai ter implicações para nós. E isso não é uma constatação intelectual. É algo muito real, uma presença muito real de como aquele conflito nos diz respeito.

Assim, foi uma visita muito instrutiva para mim. Porque estive com todas as autoridades libanesas mais importantes, com o Primeiro-Ministro Fouad Siniora, com o Presidente Lahoud, com Nabih Berri, que é o Presidente da Assembléia Nacional, e naturalmente com meu colega o Ministro das Relações Exteriores, além de estar também com alguns brasileiros da comunidade.

Detendo-me na parte política da missão, todos estavam obviamente muito agradecidos com a visita do Chanceler do Brasil ao Líbano, menos de 24 horas depois de haverem caído as últimas bombas. Notei algumas coisas interessantes. Não vou fazer aqui nenhuma sociologia sobre o Líbano, todos aqui conhecem o Líbano muito melhor que eu, mas minha obrigação também é acompanhar a História. Notei um sentimento muito forte de que era importante preservar a unidade que havia sido, senão recuperada, pelo menos fortalecida em função do próprio conflito. Se algo de positivo se pode dizer do conflito, foi a retomada do sentimento de unidade, de que os libaneses formam um único país, um país independente, um país soberano e um país que tem que atuar em conjunto, independentemente das diferentes confissões e das diferentes tendências políticas. Isso foi algo positivo e gratificante.

Notei também, nessas várias conversas, um forte sentimento de reação ao que havia ocorrido. Até mesmo ressentimento com a demora da comunidade internacional em atuar. A demora para que o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotasse um resolução, pedida por tantos, inclusive pelo próprio Presidente Lula, que escreveu para todos os membros permanentes do Conselho de Segurança e outros líderes de países importantes pedindo cessar-fogo imediato.

Percebi ainda – e isso talvez seja uma característica do povo libanês, a capacidade de renascer das cinzas e das tragédias – uma fresta de otimismo. A visão de que talvez uma janela de oportunidade poderia surgir, em função, até mesmo, de uma certa exaustão do conflito.

Sempre, naturalmente, acompanhada da compreensão, da qual eu compartilho plenamente, de que a questão do Oriente Médio como um todo – e o Líbano, queiramos ou não, é parte do Oriente Médio – só pode ser resolvida se for solucionada a questão Palestina.

Não há solução para o Oriente Médio sem que se resolva a questão da Palestina. Uma Palestina

independente, um Estado economicamente viável e, de acordo com o que é a convicção do Governo brasileiro, no marco do convívio com o Estado de Israel, respeitando sua existência. Essa janela de oportunidade foi claramente apontada por alguns de meus interlocutores. Na História, muitas vezes países ou facções que estiveram em luta muito tempo se aproximam inicialmente não por um sentimento de amizade, mas por um sentimento de fadiga. Pela percepção da futilidade da persistência da opção militar, da opção da violência. O ideal é que eles venham a ser amigos, mas temos que aproveitar esses primeiros momentos, o momento da fadiga da violência e da opção militar.

Acho que isso talvez tenha sido percebido por todos na região nesse momento. Que esteja sendo sentido por todos. Ainda não tive a oportunidade de conversar mais profundamente com o Embaixador Ouro-Preto depois que ele retornou da região, mas sinto que há essa janela de oportunidade.

As pessoas às vezes não gostam de admitir, porque parece que admitiram uma fraqueza, mas já não é uma fraqueza. É a percepção e a consciência de que para chegar a uma situação em que todos possam viver em paz e segurança o diálogo é fundamental. Não é só por meio da repressão, da ocupação, de medidas violentas, que se garante a paz. É por meio do diálogo e o centro desse diálogo não pode deixar de ser a questão da Palestina, que certamente não é a única, mas é a central.

Por isso também, e termino com essas palavras, temos procurado, cada vez mais, demonstrar aos grandes parceiros internacionais e aqueles que têm mais influência, seja por estarem na região, seja por serem grandes potências, que o Brasil é um país que pode contribuir para a paz no Líbano e no Oriente Médio. Isso aliás é reconhecido tanto por árabes quanto por israelenses. O Brasil é um país que é exemplo de convívio das mais variadas confissões religiosas: judeus, cristãos, muçulmanos xiitas, sunitas. No Brasil, todos convivem de maneira exemplar, respeitando suas diferenças e procurando

trabalhar sobre aquilo que têm em comum, que é muito mais importante: o respeito ao ser humano e a compreensão de que é preciso construir uma civilização na base do humanismo, da tolerância e do respeito ao próximo.

Assim, com base nisso, o próprio Presidente Lula, no seu discurso na Assembleia Geral da ONU, comentou que durante muitos anos deixamos a questão do Oriente Médio só para as grandes potências, que não resolveram nada, e (sugeriu), quem sabe, não poderia ser realizada uma Conferência mais ampla, envolvendo naturalmente as grandes potências, que têm influência, e os países da região, que são diretamente afetados, mas também países como o Brasil. Não digo só o Brasil, mas países como o Brasil, onde há um convívio entre essas diferentes confissões e visões de mundo, que têm que ter em comum, como dizia, esse substrato de solidariedade e de humanismo, que são condições indispensáveis para a sobrevivência.

Essa não é uma tarefa só de governos. É uma tarefa certamente dos parlamentares, que podem ajudar muito, convidando parlamentares de vários países envolvidos na situação. É uma tarefa das sociedades civis e é uma tarefa cultural. Vamos levar agora para o Líbano, para ajudar nesse relançamento da vida no país, a bela exposição de fotografias AMRIK, que fizemos sobre a influência árabe na

América do Sul.

O Brasil, pela primeira vez, participou de uma conferência de doadores, em Estocolmo, na qual nosso representante foi o Embaixador Ouro-Preto. Aliás, eram duas conferências, uma sobre o Líbano e outra sobre a Palestina. Em ambas contribuimos com uma quantia relativamente modesta, 500 mil dólares para cada um. Para nós é bastante e, de qualquer maneira, é uma maneira de demonstrarmos nosso interesse, contribuirmos e estarmos presentes.

O potencial que o Brasil tem de ajudar o Líbano e o Oriente Médio – mas vamos nos deter novamente no Líbano – é muito maior do que aquilo que o Governo pode fazer. Nos mais variados setores, seja da cultura, dos negócios, da construção civil, no domínio da saúde, hospitalar. Em todos esses domínios, sem dúvida alguma, a comunidade brasileira pode colaborar de maneira notável.

Queria dizer que contamos muito com a comunidade libanesa, com a comunidade árabe, para continuarmos trabalhando em iniciativas como a da biblioteca e outras, que aproximam os povos, que fazem com que a gente vença esses preconceitos, aos quais se referia Ibn Khaldun, e que nos permitam compreender melhor qual é a verdade e ver sempre que a verdade não nos afasta, a verdade nos aproxima.

Muito obrigado.

## **Seminário “As Nações Unidas: Paz, Direitos Humanos e Desenvolvimento em um Novo Cenário Internacional”**

*Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura do Seminário “As Nações Unidas: Paz, Direitos Humanos e Desenvolvimento em um Novo Cenário Internacional”, por ocasião do 61º aniversário das Nações Unidas, Brasília, 24 de outubro de 2006*

Senhora Kim Bolduc, Representante do Sistema da ONU no Brasil,  
Senhoras Embaixadoras,  
Senhores Embaixadores,  
Membros do Corpo Diplomático,  
Representantes de organismos internacionais,  
Senhores Subsecretários, Embaixadores brasileiros, colegas,  
Senhoras e Senhores,  
Jovens, vejo alguns jovens entre nós, o que me alegra,

Creio que a própria presença da Senhora Kim Bolduc, aqui entre nós, representando o sistema da ONU, já é uma ilustração do que a ONU fez para mudar o mundo. A representante da ONU é uma mulher que nasceu no Vietnã, que cresceu, estudou e ganhou sua nacionalidade no Canadá, e que fez grande parte do seu trabalho em Moçambique. Acho que isso em si mesmo está entre nós representando as Nações Unidas. Isso já é uma demonstração do que as Nações Unidas têm feito para ajudar a mudar o mundo, não apenas por fora, mas dentro da consciência das pessoas, como dizia a carta da UNESCO.

Eu queira aproveitar esta ocasião em que

comemoramos os 61 anos da Carta de São Francisco e na qual realizaremos um seminário importante, para também deixar o registro do meu cumprimento muito especial ao Secretário-Geral Kofi Annan, um homem com que eu tive a oportunidade de trabalhar em vários momentos, momentos críticos. Lembro-me especialmente de um momento quando Kofi Annan voltava de uma viagem a Bagdá na expectativa de construir condições para que pudéssemos resolver pacificamente a questão do Iraque. Era logo depois da questão dos chamados “palácios presidenciais”. O Brasil na época era membro do Conselho de Segurança e atuou de maneira positiva nessa tentativa, que acabou sendo frustrada, mas que valeu pelo exemplo e que talvez valha para o futuro, de resolver pacificamente aquela difícil situação.

Quero também deixar uma palavra de felicitações, de cumprimentos, ao Senhor Ban Ki-moon, Ministro das Relações Exteriores da Coreia do Sul, recentemente eleito Secretário-Geral da ONU. Não será fácil a sua tarefa. Seguramente se eu fosse contabilizar os empregos mais difíceis no mundo, o de Secretário-Geral da ONU certamente seria um deles.

A Senhora Kim Bolduc listou muitos dos

aspectos em que a ONU tem nos ajudado, a nós no Brasil e ao mundo em geral. E nós todos muitas vezes fazemos também críticas à ONU e vemos suas limitações, até porque, por vezes, gostaríamos que a ONU fizesse aquilo que ela não tem meios nem poderes para fazer. E às vezes também porque a ONU revela limitações naquilo que esperaríamos que ela fizesse. São muitos os exemplos recentes. Independentemente do ponto de vista que possamos assumir sobre as causas do conflito, todos lamentamos a lentidão do Conselho de Segurança da ONU, por exemplo, no conflito do Líbano, permitindo que, para usar as palavras do próprio Secretário-Geral, a “matança” se prolongasse além do que deveria ter-se prolongado. Todos lamentamos que a questão do Iraque tenha sido resolvida pela força e sem aprovação do Conselho de Segurança. Lamentamos e condenamos a explosão atômica da Coreia do Norte, e também nisso talvez a ONU não tenha sido suficientemente ágil, não só a ONU mas outros instrumentos internacionais. E não só no que diz respeito à não-proliferação, mas no que diz respeito ao desarmamento, porque afinal o mundo que queremos, um mundo seguro que todos desejamos, não é apenas um mundo em que a Coreia do Norte ou outro país deixe de ter armas nucleares. É um mundo em que todos abdicuem de ter armas nucleares e de ter armas de destruição de massa. Esse é o mundo que desejamos. É esse o mundo que queremos que a ONU nos ajude a construir.

Eu queira fazer uma reflexão com meus colegas, e especialmente com os jovens colegas, e lembrei-me outro dia do título – não do conteúdo que não era tão bom –, mas do título de um ensaio do Herman Khan, um futurólogo como se dizia há 40 anos, que era “Pensando o Impensável”. Herman Khan, por sinal, é o mesmo que naquela época sugeria que a Amazônia fosse alagada, porque a maneira de olhar a Amazônia era diferente da de hoje. As receitas externas sempre vieram. Naquela época era para alagar a Amazônia, buscar os minérios na Amazônia, construir bases navais na Amazônia que pudessem

talvez ajudar a defender o Hemisfério Ocidental. Hoje vêem-se as coisas de outra maneira. Alguns pretendem comprar a Amazônia para salvá-la do desflorestamento. Não deixa de ser um progresso no conteúdo, embora a forma continue a ter um vício de origem. Mas o Herman Khan escreveu um artigo que tinha um bom título que era “Pensando o Impensável”. E pensar o impensável é tentar pensar o mundo de hoje sem as Nações Unidas. Nós listamos aquilo que as Nações Unidas fizeram ou o que elas ajudaram a evitar. Isso, apesar de ser muito impressionante em termos de números, em termos de ações concretas, é menos impressionante do que aquilo que podemos imaginar sobre o mundo sem as Nações Unidas.

Teríamos completado o processo de descolonização como nós completamos? Teríamos sido capazes de acabar com o “apartheid” como acabamos? Quero dizer isso sem pretensão, evidentemente cada um desses processos foi um processo nacional. No caso do “apartheid”, foi graças à ação do povo da África do Sul. Mas sem a ONU não teria sido muito mais difícil? Sem as sanções que a ONU, em determinado momento e de maneira correta, aplicou ao regime do “apartheid”, teria sido possível conseguir isso da maneira que foi conseguido? Talvez levasse mais dez anos, mais vinte anos, talvez tivesse exigido batalhas mais violentas. Teríamos conseguido terminar, ainda que com muita demora, as guerras civis que assolaram muitos dos países que emergiram do colonialismo? Guerras civis que, tantas vezes, decorrem de situações criadas pelo colonialismo, como foi o caso de Angola, onde a guerra civil se prolongou por muitos e muitos anos. Mas o que teria sido sem as Nações Unidas? Certamente, teria sido muito pior.

O Haiti que hoje vemos e o qual apoiamos sob o guarda-chuva da ONU – que é o único guarda-chuva que queremos usar. Como estaria sendo resolvida a questão do Haiti? Talvez por uma expotência colonial, por uma outra potência hemisférica. E graças aos esforços da humanidade, temos hoje

as Nações Unidas, que nos fornecem um quadro adequado para agirmos não apenas para preservar a paz, mas também para construir o futuro, construir o desenvolvimento. As pessoas criticam a ONU – às vezes eu também critico –, todos criticamos, porque todos queremos mais, e queremos mais agilidade, queremos que a ONU ajude a combater a fome de maneira mais eficaz, como o Presidente Lula pediu e como o apoiou o Secretário-Geral Kofi Annan. Todos queremos mais, mas pensemos, por um momento, em um mundo sem a ONU e teremos um panorama certamente muito mais sombrio que aquele em que vivemos. Até porque, como se disse várias vezes, é possível fazer a guerra sem a ONU – não é justo, mas é possível –, mas construir a paz sem a ONU não é possível. Todos temos a lembrança trágica do Sérgio Vieira de Mello tentando construir a paz em um Iraque destruído por uma guerra que a ONU não aprovou.

Eu me pergunto como é possível as pessoas pensarem que seria viável um mundo sem as Nações Unidas. Deixemos de lado, por um momento, essas questões que são fundamentais, da paz e da guerra, da segurança internacional, da não-proliferação, do desarmamento. Pensemos em outras questões que atingem a sociedade como um todo. E destaco uma delas que é a questão de gênero, que é a questão da mulher. Pensemos, também, na questão racial, na eliminação da discriminação racial. Pensemos nas questões de meio ambiente. Será que o Brasil teria hoje um Ministério do Meio Ambiente, um Ministério para a eliminação da discriminação racial, um Ministério para as questões da mulher, se não tivesse havido, também, essas conferências da ONU que ajudaram a difundir pelo mundo inteiro esses valores? Conferências que deram legitimidade a esses valores, que antes eram vistos e defendidos apenas por um punhado de idealistas?

Obviamente, há uma interação entre os processos internos e os processos internacionais e eu seria o último a desmerecer o esforço feito internamente – especificamente neste governo, mas

talvez também em outros – no sentido de se criarem estruturas nessas áreas, como, por exemplo, no combate a todas as formas de discriminação, seja ela contra a mulher, seja ela contra os negros ou contra os índios. Mas essa interação talvez levasse muito mais tempo para se materializar se não tivéssemos por trás as grandes conferências internacionais.

Eu servi na ONU e vi muitas vezes pessoas fazerem perguntas – a meu ver erradas – tais como: “Que resultado deu a Conferência do Rio sobre o meio ambiente?” “Que resultado deram outras conferências sobre desenvolvimento social, sobre discriminação racial, sobre a mulher e tantas outras?” Basta olhar para cada município brasileiro hoje em dia: ele terá um Secretariado do meio ambiente. Todos os países do mundo procuram ter uma Secretaria, um Ministério para a mulher, para o combate à discriminação racial. Assim, o êxito da ONU não se mede apenas por uma resolução que tenha sido cumprida à risca. A ONU ajuda a formar a consciência do mundo. E nisso ela é absolutamente insubstituível. Somos nós, dentro da ONU, que fazemos isso, mas é porque temos esse foro, temos esse palco onde todos são – pelos menos em alguns casos – iguais, e onde buscamos consenso que conseguimos mudar o mundo, mudar nossos países e mudar nossos municípios. Quando penso na ONU e penso nos municípios, lembro de uma frase do Themistocles Cavalcanti, ilustre jurista brasileiro – politicamente nem sempre concordei com suas idéias, mas ilustre jurista – que dizia: “O homem não vive na União, o homem vive no município”. Ele poderia dizer que o homem não vive nas Nações Unidas, o homem vive no município, mas é essa interação entre o local e o global que nos faz, verdadeiramente, avançar. Portanto, parabéns à ONU pelos seus 61 anos, com todas as limitações que vimos que ela tem – e me referi a algumas. Sem dúvida alguma, parabéns à ONU, como disse muito bem a minha amiga Kim Bolduc, parabéns a todos nós!

Mas que a ONU necessita de reformas não

há dúvidas. A ONU não pode ser a mesma ONU de sessenta anos atrás. E ela tem avançado. Algumas reformas tomam mais manchetes, merecem os holofotes e outras ficam um pouco mais escondidas nos processos internos das Nações Unidas, mas também são importantes. Não vou falar aqui sobre a parte administrativa, que acho que recebe talvez uma ênfase excessiva, porque a parte administrativa precisa ser reformada permanentemente, como em qualquer outra estrutura. Aqui no Itamaraty estamos tratando de reformar nossa parte administrativa – não é olhando apenas para corte de gastos, mas para colocar o Itamaraty capacitado a enfrentar os desafios que ele tem no mundo de hoje. E a ONU também tem que estar capacitada para enfrentar os desafios que ela tem no mundo de hoje. Querer uma ONU muito pequena é querer limitar os meios que nós, que somos todos cidadãos do mundo, queremos ter para enfrentar problemas como a fome, como a paz, como os direitos humanos, etc.

Queria me referir a dois ou três passos muito positivos que foram dados recentemente, impulsionados em grande parte pelo Secretário-Geral Kofi Annan. Um é a criação do Conselho de Direitos Humanos. Demos um salto, passamos de uma Comissão, que era subordinada a um outro Conselho, para criar um Conselho de Direitos Humanos. Ele tem mais peso, sua voz será mais ouvida e isso será muito importante. Claro que haverá necessidade, ainda, de tempo para que seus procedimentos se atualizem, para que ele deixe de pensar como Comissão e passe, efetivamente, a pensar como Conselho. Isso toma tempo e não é fácil. É preciso que nos libertemos daquela visão que é quase uma competição futebolística, ou esportiva, que é saber quem “ganhou”. Se determinado país teve 23 votos a favor é porque não tem problemas de direitos humanos, se tem 24 contra é porque tem problemas de direitos humanos. A vida não é assim, ela não se mede por um voto só.

O Conselho de Direitos Humanos tem que ajudar a todos a melhorar – a todos, sem distinção.

O Conselho de Direitos Humanos tem que examinar o mundo como um conjunto. O Brasil já fez essa proposta e tem continuado a defendê-la. Vejo que ela começa a ter um certo eco e a se desenvolver. Um relatório global de direitos humanos feito por uma comissão de sábios, de pessoas eminentes, de Prêmios Nobel, a nossa Representante Kim Bolduc mencionou um deles, mas há muitos que poderiam compor uma comissão que examinasse os ricos e os pobres, os poderosos e os fracos. E que todos nós nos abrissemos ao exame, como, aliás, o Brasil já fez.

O Brasil está aberto à visita de todos os relatores de direitos humanos. Gostaria que muitos países que se arvoram em defensores dos direitos humanos fizessem o que nós fizemos: que se abrissem para relatores sobre racismo, para relatores que examinam questões como imigração, como tortura, porque nós nos abrimos a todos esses – todos vêm ao Brasil, estão convidados permanentemente.

Como é que conseguiremos superar esses problemas a médio e longo prazo? Com um relatório global, um relatório que não discrimine. E todos terão que ser vistos. Podemos ter no Conselho de Direitos Humanos um sistema parecido – desculpem a comparação – com o da OMC e também com o da OIT. Ali, há uma revisão para a qual o país, voluntariamente, se apresenta, oferecendo-se para que haja uma revisão de suas práticas e das suas políticas. E então poderemos ver quem fala com sinceridade e quem fala para a platéia. Isso acho que é algo muito importante.

Estamos avançando. Criamos o Conselho. Criamos, também, uma Comissão de Construção da Paz. É uma idéia com a qual o Brasil esteve envolvido, de certa maneira, desde o início, preocupado, anos atrás, com a questão do Haiti, e preocupado ao ver que aquele tema era tratado ou pelo Conselho de Segurança, como uma questão exclusivamente relacionada à potencial ameaça – difícil de perceber, mas enfim – à potencial ameaça representada pelo Haiti, ou deixava de ser um tema de segurança e desaparecia da agenda internacional.

Questões como essa do Haiti – e outras como Serra Leoa, Burundi, muitas outras – devem ser objeto de atenção das Nações Unidas, de atenção multilateral. Não apenas nos clubes de doadores, mas uma atenção verdadeiramente multilateral, onde o país possa levar suas idéias, discutir, saber se não está havendo uma imposição descabida para suas necessidades. É para isso que criamos a Comissão de Construção da Paz e o Brasil se orgulha de ter contribuído bastante, em conversas, em temas – o nosso Embaixador Baena Soares levou idéias desse tipo quando participou da comissão criada pelo Secretário-Geral Kofi Annan. Então temos avançado sem dúvida alguma. Mas ainda há muitas coisas a fazer.

Temos que reforçar o poder do Conselho Econômico e Social. O ECOSOC, quando foi criado, era algo poderoso. Pessoas famosas como Mendès France iam lá debater. Hoje, ele virou órgão burocrático. Como é que se corrige? Mudando o estatuto? Não, não é mudando o estatuto, é mudando a vontade política. É fazendo que os países do G-8, por exemplo – que agora já está tendo alguma abertura porque de vez em quando convidam outros países em desenvolvimento para participar das discussões – vão lá e exponham, democraticamente, no ECOSOC, o que foi discutido no G-8. E achavam o mesmo que nós do G-77, do G-20 e de outros órgãos: que tenhamos um debate verdadeiramente inspirador sobre os temas econômicos. Porque é um falso dilema, uma falsa questão, quando se diz que o ECOSOC não pode dar ordens ao Banco Mundial ou ao FMI. Ninguém quer que o ECOSOC dê ordens ao Banco Mundial ou ao FMI. Quem quer dar ordens a banqueiro? Todo mundo sabe que é muito difícil, mas pode inspirar, pode servir de inspiração. É esse poder de inspiração que o ECOSOC tinha e aos poucos foi perdendo. E é preciso recuperar.

É bom que o Conselho de Direitos Humanos tenha sido criado, porque é menos um órgão para o ECOSOC ficar supervisionando. Então esses órgãos

todos talvez devessem se reportar diretamente à Assembléia Geral e deixar que o ECOSOC tratasse do que ele tem que tratar: de como deve ser o desenvolvimento econômico e social no mundo e inspirar os órgãos que realmente influem nisso, que são o Banco Mundial, o FMI e a OMC. Não é negociar, mas inspirar.

Esse é um aspecto. Outras coisas poderiam ser ditas sobre a Assembléia Geral, como reforçar seu poder, como ela pode lançar debates não apenas sobre temas como esse da não-proliferação e do desarmamento, mas agir também quando o Conselho de Segurança está paralisado, como, aliás, o fez no passado. O próprio caso da Guerra da Coréia foi um caso em que a Assembléia Geral – movida na época por uma das grandes potências, mas não necessariamente seria assim – atuou diante da paralisia do Conselho de Segurança. Há muitas coisas a fazer. E há, também, o Conselho de Segurança.

O Conselho de Segurança precisa ser reformado. Não podemos ter um Conselho de Segurança que basicamente, fora a adição de uns poucos membros não permanentes, é exatamente o mesmo Conselho de Segurança de 1945. O mundo mudou de maneira formidável, radical. O número de países se multiplicou por quatro. Continentes inteiros passaram a ter representação nas Nações Unidas. A atenção que o mundo presta hoje aos eventos é de outra natureza. Não é possível mais ter, hoje, o Conselho de Segurança com a estrutura de 1945. E há dois aspectos fundamentais que têm a ver com a reformas: um é o funcionamento e o outro é a questão da composição.

Na questão do funcionamento, o problema central é o problema do veto. Ele não vai ser resolvido rapidamente, ele não vai ser resolvido nesta década. Não sei quando será resolvido, mas ele não pode ser abandonado. Não que se deseje, a curto prazo, terminar com o veto, porque é irrealista. Estava lendo um livro muito importante, um ensaio muito importante, ao qual me referirei ao final, de um homem que foi Ministro das Relações Exteriores mas

sobretudo um pensador, San Tiago Dantas, sobre Dom Quixote. O livro se chama “Dom Quixote: um Apólogo da Alma Ocidental”. Aliás, é apropriado fazer uma homenagem a Dom Quixote e a Cervantes enquanto temos os ecos das comemorações do quarto centenário. Então, todos nós temos que ter realismo e saber que não adianta estarmos a enfrentar moinhos de vento – seremos derrotados fatalmente. Mas também não podemos desistir do idealismo, e se há algo que pode ser mexido no Conselho de Segurança é o veto. Não é uma coisa para agora – e talvez não seja para os próximos dez anos –, mas há bandeiras que não podem ser abandonadas; elas têm que estar ali. E há, também, possibilidade de atuação gradual.

Nós mesmos – o Embaixador Patriota me acompanhava nas Nações Unidas em muitas dessas reuniões – fizemos propostas. Propostas ligadas à auto-limitação. Ninguém quer, ninguém pode [...terminar com o veto...]. Talvez até devessem querer, mas não podem. Nenhum país vai abandonar o veto – um dos membros permanentes atuais – em questões que digam respeito à sua segurança mais próxima. Na realidade, o veto talvez tenha sido uma maneira que as Nações Unidas encontraram para evitar que certas situações pudessem levar até a uma guerra mundial. No tempo da bipolaridade, da Guerra Fria, uma decisão contra a União Soviética ou uma decisão contra os Estados Unidos, se quisessem implementar pela força teria levado a uma guerra mundial. Assim, o veto teve sua razão de ser. E compreendemos que ainda será muito difícil que, num assunto que diga respeito diretamente à segurança de alguns países, ou de algum país, se possa mexer no veto.

Mas o veto é usado muitas vezes de maneira quase fútil, em resoluções de caráter declaratório. Em resoluções que não têm uma implicação de ação imediata, que não afetam, diretamente, a segurança de um país ou de outro. O país poderia exercer uma auto-contenção e, quando usasse o veto, deveria, talvez, dar uma declaração dizendo por que acha que

aquela proposta fere a paz e a segurança internacional. Seria, pelo menos, uma responsabilidade moral, porque o veto hoje não se justifica: “levanta o dedinho e veto” e acabou! Então acho que devemos obrigar a essa responsabilidade moral. Não é uma grande reforma, mas é um passo.

Combinamos isso com uma outra idéia engenhosa na época, que, quem sabe, algum dia terá futuro: os membros permanentes do Conselho de Segurança só podem votar de três maneiras: sim, abstenção ou veto. Isto é, um membro permanente do Conselho de Segurança não pode votar “não” sem estar vetando. E, no fundo, com isso talvez estejamos tirando uma possibilidade de, em algumas situações, por uma questão de princípio ou por uma questão de precedente, um país queira votar “não”, mas, ao mesmo tempo, não quisesse vetar. Então um pequena reforma, que não exigiria, a rigor, nem uma reforma da Carta, mas uma certa interpretação, poderia permitir que o país, no caso em que achasse que algum princípio que defende estaria sendo violado (mas que não chegasse a ser uma ameaça à paz), pudesse votar “não”, mas não vetar. Vetar exigiria um ato adicional, um ônus adicional: justificar por que, naquele caso, estaria vetando. Parece complicado, mas não é. É muito simples. Na verdade, já se fez isso quando se estendeu a interpretação, porque a Carta da ONU não prevê abstenção. Na realidade houve uma interpretação da Carta da ONU, que diz que as decisões do Conselho de Segurança necessitam da concordância dos cinco membros permanentes. Mas se interpretou que abstenção não era veto. Então se poderia também interpretar que o “não”, mais suave, também poderia não ser veto. Isso seria, quem sabe, a minha idéia, apenas como um passo.

Mas há também o problema da composição. Todos nós sabemos que a composição [...do Conselho de Segurança...] da ONU hoje não responde às necessidades do mundo. A África não está representada entre os membros permanentes, a América Latina não está representada entre os

membros permanentes, os países em desenvolvimento da Ásia, com exceção da China, que é um caso de país em desenvolvimento um pouco especial, também não estão representados entre os membros permanentes. Há países hoje em dia muito poderosos, muito influentes, embora façam parte do mundo desenvolvido, que também poderiam estar presentes como membros permanentes.

Eu não vou discorrer a vocês sobre a proposta do G-4, que o Brasil ajudou a formular e à qual adere, porque ela é conhecida. Mas eu queria fazer duas ou três reflexões sobre o assunto. Uma porque comumente eu ouço, até mesmo aqui na América do Sul ou na América Latina, o raciocínio segundo o qual se poderia aceitar o Brasil como membro permanente se ele fosse representar não o Brasil, mas a América Latina e a América do Sul. Isso é quase axiomático. O Brasil não tem nenhum interesse em estar a defender apenas seu interesse nacional. Não creio que tenha havido um voto negativo do Brasil no Conselho de Segurança, ou mesmo uma abstenção, que não tenha estado ligado a uma visão mais global do mundo. Evidentemente, se algum dia nós viéssemos a ocupar um assento permanente, teríamos de fazer isso em consulta com a região, e teríamos de ter uma visão compartilhada com o conjunto da nossa região. Digo mais, até porque o Brasil não se sente suficientemente forte sozinho. A força do Brasil vem em grande parte da integração da América do Sul, da América Latina. Isso é verdade na ONU, na OMC, é verdade em vários foros internacionais.

As Nações Unidas como elas são hoje se chamam “Nações Unidas”, não se chamam “Regiões Unidas”. É possível até que mude, e daqui a dez, quinze, vinte anos, se por acaso a União Européia aceitar também que ela tenha um representante único para todo o agrupamento e se nós aqui na região tivermos avançado no nosso processo de transformar nossa Comunidade Sul-Americana – quem sabe uma Comunidade Latino-americana, mas para começar Comunidade Sul-Americana –, com opiniões de

política externa como a União Européia tenta ainda com dificuldades ter – porque não é fácil, a guerra do Iraque é um exemplo –, quem sabe nós poderíamos ter um assento também da região. Mas isso seria uma outra Nações Unidas, uma outra configuração internacional. Eu não vou falar da União Africana porque não quero me envolver em situações de outros continentes, mas falando aqui da América Latina é a maneira como vejo, e o Brasil não vê isso de maneira egoísta, como forma de se sobrepôr a outros países na região. Também não se acha melhor do que ninguém.

O fato é que não ter membro permanente no Conselho de Segurança enfraquece a região como um todo. Essa é a realidade, porque informação é poder e se você está lá por dois anos, você leva seis meses para aprender o que está se passando, durante um ano, mais ou menos, você sabe o que está ocorrendo, e depois já está na hora de sair. Então se um país não está lá de maneira mais ou menos permanente, ainda que sem veto, que é outra pergunta que se faz, ele não detém os instrumentos de informação, ele não conhece sequer as pessoas no Secretariado, que tomam as decisões. Se acharem que não deve ser o Brasil, se acharem que deve ser outro, vote-se, eu não vejo nenhum problema nisso. O Brasil se apresentou, o Brasil tem sido frequentemente mencionado, não só por ele próprio, o que não é vantagem, mas por outros. Mas também se se achar que há outro país que reúna maior apoio também se poderia caminhar para isso. Acho que o mesmo vale para a África, o mesmo vale para os países em desenvolvimento da Ásia. Agora o que não pode é ficar obstruindo isso eternamente. A ONU não resistirá, e ela já não resiste porque em alguns momentos como Embaixador junto às Nações Unidas assisti a situações em que países, por exemplo, da União Africana ou da Liga Árabe, não queriam aplicar certas sanções porque eles não sentiam que aquilo tinha legitimidade suficiente. Então é preciso pensar nisso.

Outro argumento que é usado frequentemente

contra essa reforma refere-se ao receio de não se criar outros privilégios, de não se criar outros membros eternos. Também não é necessário criar outros membros eternos. Aliás é um pouco como o poema de Vinícius de Moraes: “Que seja eterno enquanto dure”. O membro permanente não é para estar lá para sempre. Quando a Carta das Nações Unidas foi escrita em 1945 as pessoas realmente pensavam que ser membro permanente significava ser membro para toda a eternidade. Mas acho perfeitamente viável que tenhamos uma solução transitória, por um certo período e depois vamos ver o que fazemos. O que não pode é deixar como está. Acho que essa é uma tarefa para o Secretário-Geral Ban Ki-moon e é uma tarefa para todos nós.

Eu queria terminar – como mencionei aqui o San Tiago Dantas – com uma pequena reflexão, sobretudo para meus colegas mais jovens, por que nós sempre nos sentimos, quando lidamos em um organismo internacional, divididos entre dois impulsos. Um impulso primeiro, que deve ser sempre fundamental, que é o impulso nacional. Todos nós aprendemos a amar a pátria. Aliás, não há como amar a humanidade sem amar a pátria, sem amar a sua própria coletividade, que está mais próxima. Amar a pátria na sua integridade, dos mais ricos aos mais pobres, dos mais favorecidos aos mais sofridos. Então esse amor à pátria é fundamental. Se você não consegue amar a pátria você não vai amar a humanidade. Mas fica dividido entre o sentimento nacional e o sentimento internacional. As vezes até acho que existe uma certa visão simplificada da atuação do Brasil: de se dizer que o Brasil é uma espécie de construtor de consensos, um “consensus builder”, como se diz em inglês, que é válido desde que você esteja construindo consenso sem abrir mão das suas convicções. Acho que é isso que nos ajuda a ver que é perfeitamente possível conciliar a defesa do interesse nacional, interesse mais profundo, não

aquele superficial, mas o interesse da pátria verdadeira, daquela que quer a paz, que quer o desenvolvimento, que não quer se sobrepor a ninguém, com o interesse da humanidade.

San Tiago Dantas comparava as formas de heroísmo: a forma clássica, a forma antiga de heroísmo, que era basicamente realizar grandes feitos, ter muita coragem, intimidar os inimigos e que à vezes chegava quase a se confundir com a truculência; com a forma de heroísmo do Dom Quixote, que é o heroísmo de dar-se às pessoas, e dar-se ao mundo, e dar-se a uma idéia. Acho que é esse heroísmo que nós diplomatas queremos procurar, sem nos esquecermos de nossos interesses, sem nos esquecermos do Brasil, porque não precisamos nos esquecer dele. Mas sem sermos truculentos, sem procurarmos sempre ameaçar, ou sempre provar que somos mais fortes – não precisamos provar que somos mais fortes, até porque em muitos aspectos é óbvio, e em outros aspectos não é óbvio e nós não seremos mesmo. Então não temos que trabalhar para o consenso para sermos “bonitinhos”, para ganharmos a presidência de um Conselho ou para termos uma função em um determinado momento. Mas trabalhar pelo consenso dentro da convicção de que estamos trabalhando para um mundo melhor e mais justo, na OMC, na OIT, na UNESCO e nas Nações Unidas.

Então sobre essa consciência da humanidade eu vou ler uma frase. Desculpem-me, estou consciente da própria advertência que fazia San Tiago Dantas do risco que existe entre o sublime e o ridículo, mas vou fazer uma citação que achei bonita, do Dom Quixote se referindo à Dulcinéia, mas no caso vou me referir à humanidade. Diz ele assim: “Ella pelea en mí y vence en mí, y yo vivo y respiro en ella y tengo vida y ser”.

Muito obrigado.

## **Cerimônia de Apresentação da Redução do Índice de Desmatamento da Amazônia**

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cerimônia de Apresentação da Redução do Índice de Desmatamento da Amazônia, Brasília, DF, 26 de outubro de 2006*

Depois da exposição do nosso representante do INPE e da Marina, penso que o mais importante é a entrevista que a Marina, o Capobianco, o Sérgio Rezende e o pessoal do INPE vai dar aí embaixo, para entrar em detalhes técnicos com a curiosidade da imprensa.

Mas eu queria, Dilma, Marina, Sérgio Rezende e demais ministros, dizer para vocês uma coisa que me marcou muito quando eu chamei a Marina para ser Ministra do Meio Ambiente. É que ela disse a mim que o desafio que estava colocado para ela não era o de ser um instrumento, pura e simplesmente, da proibição, para dizer que não pode fazer. Ela me disse que iria trabalhar com sua equipe, propôs a criação dos instrumentos de transversalidade que, durante um tempo, virou uma palavra muito bonita entre nós aqui dentro.

E essa composição de treze Ministérios participando da discussão da Amazônia demonstra a seriedade com que tratamos a questão da Amazônia, ainda com o apoio das Forças Armadas brasileira. É extremamente significativo dizermos, Marina, que você está provando que é possível, ao invés de proibir, continuarmos ensinando como fazer as coisas corretas neste país. É mais barato, mais econômico e mais saudável para o futuro da nação, e será muito melhor reconhecido pelos nossos netos, nossos bisnetos, daqui a alguns anos, quando eles

perceberem que cuidar da Amazônia não foi uma decisão unilateral de um ambientalista, de um ministro ou de um Presidente da República, mas foi uma determinação de políticas públicas de um governo que tenta cuidar da nossa fauna, que tenta cuidar da nossa floresta, que tenta cuidar das nossas águas, tentando reparar, no menor espaço de tempo possível, o descuido que durante tanto e tanto tempo as pessoas tiveram.

A verdade é que durante muito tempo achamos que a Amazônia era inesgotável; achávamos que pelo fato de o Brasil ter uma quantidade enorme de rios, não se ia ter problema de água no Brasil, pensávamos que tinha uma fauna extraordinária e, portanto, ela nunca ia acabar. E o que descobrimos, muitas vezes ensinado pelas pessoas mais novas do que nós, é que se não cuidarmos, o que temos vai acabar. E quando acabar vai ser pior para todo mundo.

Hoje, poderíamos dizer para todo mundo uma coisa que acho importante, já tem estudos na Embrapa, um estudo comparativo entre o Brasil e outros países do mundo, sobretudo os países desenvolvidos. Eles têm pouco a nos dar conselho sobre como cuidar do meio ambiente, porque eles só foram descobrir que era necessário cuidar quando desmataram praticamente todo o seu território. Mesmo assim, com muitos dos protocolos

internacionais que são assinados para preservar o meio ambiente e diminuir a poluição emitida pelos países ricos, eles não querem concordar, ou seja, o que estamos vendo no mundo de hoje é que nas conferências internacionais tomam-se as mais belas decisões, mas depois grande parte delas não são implementadas porque as decisões são incompatíveis com a vontade ou a ganância do crescimento econômico que querem alguns países.

O Brasil, nesse momento, prova ao mundo que é possível fazer as duas coisas, que é possível termos crescimento mais ordenado, que é possível levarmos determinados tipos de empresas para regiões sensíveis como a Amazônia, menos poluentes, que é possível cuidarmos das nossas águas. Por isso aprovamos o Plano que cuida dos recursos hídricos no Brasil. Não sei quantos países já criaram, mas nós criamos e ele está aí. Sabemos da diferença entre ter as leis e elas serem cumpridas, porque muitas coisas feitas equivocadamente são feitas na clandestinidade, são feitas na base da bandidagem mesmo – temos que dizer em alto e bom som.

Os números que a Marina citou são números razoáveis de serem decorados pela população brasileira. Foram presas 379 pessoas – 71 pessoas eram servidores do Ibama, 19 pessoas eram servidores públicos e 289 madeireiros e lobistas. Ou seja, essa gente, para parar de fazer o que fizeram, o Estado tem que agir com todo o seu mecanismo de atuação, da Polícia Federal ao Ministério Público, do Ministério do Meio Ambiente ao Ministério da Defesa, porque senão não combatemos o desmatamento, não combatemos a poluição do meio ambiente.

Então, temos que afirmar, Marina, duas coisas fundamentais: primeiro, que é possível desenvolver a Amazônia com o cuidado com que precisa ser desenvolvida, porque lá também moram 25 milhões de seres humanos que querem ter acesso às coisas que tem nos grandes centros urbanos. É possível levar um desenvolvimento mais limpo para lá, é possível que qualquer desmatamento que possa ser feito, que

seja de forma ordenada, que se possa fazer como foi feito o projeto da BR-163, que pode servir de exemplo para o mundo. Está certo que tem muita gente nos criticando, mas não importa que as pessoas critiquem, vamos fazer o debate, o dado concreto é dormirmos tranquilos, sabendo que estamos propondo a coisa certa.

Se há incompreensões agora, amanhã deixará de haver incompreensões. Pagaremos um preço pelas críticas agora mas, amanhã, certamente alguém vai lembrar que houve um tempo neste país de um governo que não teve medo de brigar com um ou com outro para construir um país de futuro muito mais sólido, muito mais planejado do ponto de vista ambiental, muito mais cuidadoso do ponto de vista de não perder as coisas que a natureza nos deu.

Isso vem afirmar, definitivamente, que a Amazônia é brasileira, que o domínio soberano do nosso território é inquestionável, e quem quiser conhecer a Amazônia precisa pedir licença para o Brasil; quem quiser explorar tem que pedir licença para o Brasil porque nós não abrimos mão do controle soberano dessa reserva florestal extraordinária, a maior do planeta. Não abriremos mão.

Uma vez eu li um livro, eu acho que é no Mauá, em que dizem que um pesquisador americano, andando por aqui no século XVII ou no século XVIII, chegou à conclusão de que o rio Amazonas era uma extensão do Mississipi e, portanto, eles tinham direito à Amazônia. Eu acho que quanto mais a sociedade brasileira estiver convencida do ato soberano do Brasil em torno da Amazônia, mais o governo brasileiro estará comprometido em contribuir para, de um lado, preservar e, de outro lado, ajudar que aquela região se desenvolva sem agredir uma coisa sagrada que nós, seres humanos, tanto vamos precisar e que muitas vezes não nos damos conta do estrago que já foi feito.

Por isso, eu queria, Marina, em teu nome parabenizar os ministros que participaram disso, parabenizar a companheira Dilma pela coordenação, e dizer que agora você tem a incumbência de descer,

você, o Capobianco, o INPE, o Sérgio, e ir falar para a imprensa brasileira – aqui mesmo? Então nós é que temos que nos retirar – e fazer o grande debate. Se alguém tem dúvida, pode parar de ter dúvida

porque nós não aceitaremos sequer brincar que a Amazônia corre qualquer risco de não ser brasileira como ela sempre foi.

Muito obrigado, meus parabéns, Marina.



## Cerimônia de assinatura de atos com o Presidente do Peru

*Declaração do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à imprensa, por ocasião da cerimônia de assinatura de atos com o Presidente do Peru, Alan García, Palácio do Planalto, Brasília - DF, 09 de novembro de 2006*

Excelentíssimo Senhor Alan García,  
Presidente da República do Peru,

Senhoras e senhores Ministros de Estado e demais integrantes das comitivas do Peru e do Brasil,

Meus amigos, minhas amigas,

Representantes da imprensa,

Com grande satisfação recebo o Presidente Alan García, que volta ao Brasil para dar continuidade ao diálogo construtivo e mutuamente proveitoso entre nossos países.

Acabamos de presenciar a assinatura de novos acordos nas áreas de defesa, desenvolvimento social, energia, saúde, educação e cooperação técnica.

Eles refletem a vontade de associar o destino de duas nações vizinhas e amigas.

Nosso comércio bilateral segue crescendo, estimulado pelo bom desempenho das nossas economias.

É bem possível que, até o final deste ano, possamos chegar à cifra recorde de 2 bilhões de dólares, quadruplicando o volume das trocas desde 2001.

A assinatura de acordo comercial entre o Peru e o Mercosul também tem grande potencial para aumentar o intercâmbio de bens.

Vamos continuar trabalhando para estimular

as vendas de produtos peruanos em nosso mercado.

O Peru está hoje no horizonte estratégico das grandes empresas brasileiras dos setores de energia, mineração, siderurgia, construção civil e bens de consumo.

O acordo assinado entre a Petrobras e a Petroperu, por exemplo, abre novas oportunidades nas áreas de exploração de petróleo e refino de combustíveis.

Vamos trocar experiências bem-sucedidas na área social, como o “Bolsa Família” do Brasil e o “Juntos” do Peru.

Estamos, também, intensificando a cooperação na área de fronteira.

Queremos atuar conjuntamente no combate ao tráfico ilegal de madeiras e aumentar nossa capacidade de monitorar a região amazônica.

Acabamos de assinar um acordo inovador na área de defesa e estamos criando as condições operacionais para que o Peru tenha acesso aos sistemas do Sivam/Sipam.

Meu caro amigo Alan García,

A construção da Rodovia Interoceânica trará inegáveis benefícios ao Peru e ao Brasil. É, sobretudo, um passo importante na direção da verdadeira integração regional.

A integração física é ferramenta indispensável para levar os benefícios do desenvolvimento a populações e regiões historicamente distanciadas dos pólos dinâmicos de nossas economias.

A grande prioridade da política externa brasileira é unir esforços para a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera, que se guie pelos ideais da democracia e da justiça social.

Agora, temos a responsabilidade de determinar os próximos passos de nossa comunidade sul-americana.

Nosso desafio é criar os meios para garantir que nossas decisões sejam implementadas.

Temos, também, que definir prioridades e desenvolver mecanismos financeiros que estejam à altura de nossas ambições.

Amigas e amigos,

Brasil e Peru compartilham valores e uma visão comum sobre os desafios globais.

É por isso que temos defendido uma ampla reforma das Nações Unidas.

Uma reforma que só estará completa com uma ampliação do Conselho de Segurança.

Agradeço ao Presidente Alan García o apoio que o Peru tem dado à postulação brasileira.

Estamos lado a lado no Haiti na missão de estabilização da ONU, ajudando o povo haitiano em sua busca pelo desenvolvimento econômico e pela consolidação da democracia.

Quero saudar o retorno do Peru ao G-20. Juntos, estamos provando que é possível fazer com que o sistema multilateral de comércio se torne uma ferramenta de desenvolvimento. Brasil e Peru trabalharão juntos para ajudar a desbloquear as negociações na OMC.

Meu querido Presidente Alan García,

Não posso deixar de lembrar hoje as manifestações de amizade que recebi de sua parte ao longo de nossas vidas políticas.

Hoje, tenho a alegria de receber sua visita –

acompanhado de expressiva delegação ministerial – no momento em que o povo brasileiro reafirmou nas urnas sua esperança em um novo Brasil.

Tenho a certeza de que, ao construir uma relação ainda mais ampla e fraterna entre o Peru e o Brasil, estaremos respondendo aos anseios de nossos povos por um futuro de prosperidade e justiça para todos.

Meu caro amigo e Presidente do Peru, Alan García,

Esta sua visita ao Brasil, a primeira que eu recebo depois de reeleito Presidente da República, é a confirmação de que Brasil e Peru estão ligados a um só destino e a um só objetivo: fazer com que a democracia se fortaleça nos nossos países, fazer com que haja integração da América do Sul, fazer com que essa integração se estenda para a América Latina e, ao mesmo tempo, fazer com que as nossas economias cresçam, para que possamos fazer a distribuição de renda que os peruanos e brasileiros tanto necessitam, e fazer com que o nosso povo possa melhorar de vida.

Os acordos assinados aqui – eu nunca tinha visto a quantidade de acordos assinados com um só país – demonstram que Peru e Brasil estão definitivamente convencidos de que não existe saída individual para nenhum país da América do Sul. Se nós nos convenceremos de que somos países pobres, que temos muito ainda que evoluir e que, quanto mais trabalharmos juntos mais chances teremos de enfrentar este mundo globalizado, onde os ricos sempre têm levado vantagens sobre os países pobres, nós teremos a chance, você e eu, de ter mais quatro anos de convivência como governantes dos nossos países, de fazer evoluir, não apenas a relação Peru/Brasil, mas a relação na construção da Comunidade Sul-Americana de Nações, o fortalecimento do Mercosul e o fortalecimento de mecanismos e instrumentos multilaterais que possam garantir que nós não fomos apenas mais um Presidente peruano ou mais um Presidente brasileiro.

Eu penso que nós temos que aprender com as virtudes que aconteceram nos nossos países no século XX, temos que aprender com os erros que foram cometidos no século XX, para que a gente possa, no século XXI, concretizar o sonho da integração, sobretudo, concretizar o sonho, a aspiração e a esperança de milhões e milhões de peruanos e brasileiros que ainda precisam de um Estado forte, de um Estado indutor, para que possamos acabar com a pobreza nos nossos países e no nosso continente.

Eu tenho a convicção, Presidente Alan García, de que a sua chegada ao Governo do Peru, onde nós já tínhamos uma boa relação com o Presidente Toledo e tínhamos avançado bastante, nós poderemos aprender também com os nossos erros, erros brasileiros e erros peruanos, do que não fizemos nesse período, para que a gente possa corrigir e acertar muito mais do que errar, porque o povo nos deu uma chance e eu acho que nós precisamos concretizar essa chance na realização do sonho do povo peruano e do povo brasileiro. Mais desenvolvimento, mais emprego, mais política

educacional, e sobretudo, mais política social.

Eu tenho a convicção de que seremos parceiros nestes quatro anos e que o povo peruano e o povo brasileiro irão compreender que a construção da Interoceânica é o cordão umbilical que faltava para que a nossa relação se tornasse definitiva, ampla e poderosa para se inserir na construção da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Por isso eu quero agradecer a sua presença, e dos seus ministros, e dizer que temos muito a fazer. Os nossos empresários precisam se encontrar, os nossos governadores precisam se encontrar, os nossos sindicalistas precisam se encontrar, os nossos técnicos, especialistas e cientistas precisam se encontrar. Nós precisamos fazer curso de pós-graduação, de especialização em todos os países do mundo. Mas é importante que a gente comece, também, a frequentar as universidades do nosso continente, porque nós vamos aprender, quem sabe, muito mais do que estamos aprendendo sobre nós mesmos em outras universidades.

Meus parabéns e boa sorte.



## Inauguração da segunda ponte sobre o rio Orinoco

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a inauguração da segunda ponte sobre o rio Orinoco, na Venezuela, Ciudad Guayana, Venezuela, 13 de novembro de 2006*

Senhor Hugo Chávez, Presidente da República Bolivariana da Venezuela,

Senhores Ministros de Estado da Venezuela, Nicolás Maduro, das Relações Exteriores; José Khan, da Indústria Básica e Mineração; José Davi Cabello, da Infra-Estrutura; Rafael Ramírez, de Energia e Petróleo e Presidente da PDVSA,

Senhores Governadores da Venezuela, Senhores Governadores brasileiros, Ministros Celso Amorim, das Relações Exteriores; Silas Rondeau, de Minas e Energia,

Meus amigos Governadores Blairo Maggi, e Eduardo Campos, do estado de Pernambuco,

Senador Marcelo Crivella, Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras, Meu caro Emílio Odebrecht, Presidente da Odebrecht,

Meus amigos deputados, Embaixadores, Governador da China, Homens e mulheres da Venezuela, Meus amigos da imprensa, Meu companheiro Chávez,

Vou dispensar o meu discurso por escrito e vou falar um pouco do meu sentimento. Há pouco eu vinha no carro e o meu Ministro Celso Amorim me chamava a atenção para a coisa fantástica da semelhança entre o povo da Venezuela e o povo do

Brasil, estampada na beleza das pessoas, na cor das pessoas e, sobretudo, na alegria estampada no rosto de cada homem e de cada mulher.

Eu estava pensando que faz 10 dias que terminaram as eleições no Brasil e, graças à generosidade do povo brasileiro, fomos reeleitos com 61% dos seus votos. E isso aumenta a minha responsabilidade, não apenas para com o povo brasileiro, sobretudo para com o povo mais pobre do meu país, porque eu quero governar para todos, para ricos e pobres, mas os pobres terão que ter preferência nas ações do nosso governo. E por que estou dizendo isso aqui na Venezuela? É porque conheço um pouco a história deste país, porque conheço um pouco a trajetória política do Presidente Chávez e porque sei que aqui, como no Brasil, muitas vezes somos vítimas de incompreensões, de preconceitos de pessoas que governaram os nossos países durante séculos e séculos e que não aceitam que alguém que pense diferente, que alguém que queira cuidar do povo, seja governante. Eles se habituaram a governar o país para 30% ou 35% da população. Para muita gente na América do Sul e na América Latina, pobre é apenas um número estatístico, pobre não é levado em consideração na divisão da riqueza do país. Para nós, pobre não é um número estatístico, é um ser humano com alma, com consciência e com coração e que não reivindica

nada que não possa ser atendido. Os pobres, Presidente Chávez, querem ter o direito de trabalhar, querem ter o direito de estudar, querem ter o direito de acesso à saúde, querem ter o direito de acesso à habitação. Ou seja, querem apenas conquistar o elementar, que é a cidadania de homens e mulheres do nosso continente.

Durante séculos, isso foi negado. Milhares de pessoas já morreram neste continente porque acreditaram na liberdade, porque acreditaram na independência e porque queriam fazer justiça social. Agora, quis Deus que nós tivéssemos uma América Latina e uma América do Sul um pouco diferenciadas. Já não é apenas o companheiro Chávez, Presidente da Venezuela, já não é apenas o Presidente Lula, Presidente do Brasil. Outros Presidentes foram eleitos democraticamente. Poderia citar a nossa querida Michelle Bachelet, no Chile, poderia citar o nosso querido companheiro Kirchner, na Argentina, poderia citar Tabaré Vázquez, no Uruguai, poderia citar Nicanor, no Paraguai, poderia citar Evo Morales, na Bolívia, poderíamos citar tantos e tantos companheiros que vão sendo eleitos. E a mais recente eleição é a recondução da Frente Sandinista no Governo da Nicarágua. Lógico que a democracia que nos elege para Presidente nos impõe muita responsabilidade e exige muito de nós, porque quanto mais responsabilidade tem o povo, quanto mais democracia vive um povo, mais ele será exigente. Esteja certo, companheiro Chávez, que este povo que gosta muito de ti será muito mais exigente no segundo mandato do que foi no primeiro.

Tenho consciência de que o povo brasileiro, que me deu a segunda chance, será também muito mais exigente, e teremos que fazer muito mais por ele do que fizemos no primeiro mandato. Uma coisa quero que o povo da Venezuela compreenda, quero que os meus companheiros do Brasil compreendam e quero que o meu querido companheiro Chávez compreenda: não há saída para um país da América Latina sozinho. Ou acreditamos na integração de fato e de direito e trabalhamos para que essa integração

aconteça no âmbito da política, no âmbito da cultura, no âmbito do desenvolvimento tecnológico e científico... porque todos vocês adoram a palavra integração, mas nada fala mais alto do que a gente olhar a imagem extraordinária de uma ponte que significa desenvolvimento para a Venezuela, significa melhoria da qualidade de vida para o povo da Venezuela e significa muito mais esperança para o futuro.

Quero dizer ao meu companheiro Chávez que sei que tem eleições no dia 3. Eu não sou venezuelano, não posso dar palpite na política da Venezuela. Eu me lembro do discurso que você fez em Pernambuco, dizendo que não podia falar de política e falou, mas eu não vou falar. Eu não vou falar por uma questão muito simples: aqui neste país acontece exatamente o mesmo que acontece no Brasil. Eu conheço o tipo de crítica que fazem a você. É a mesma crítica que faziam a mim. Os banqueiros ganharam muito dinheiro no Brasil e, certamente, ganham muito dinheiro aqui na Venezuela. Alguns empresários ganham muito dinheiro aqui, como ganharam muito dinheiro lá. Mas, se tiverem que fazer uma opção entre você e um outro que seja mais próximo deles, não tenha dúvida de que o preconceito fará com que eles estejam do lado de lá. A nossa garantia é que o povo trabalhador, os estudantes e os empresários sérios de cada país sabem que, há muitos anos, o Brasil não tinha um governo para fazer as políticas sociais que fizemos. E não tenho dúvida de que aqui, na Venezuela, havia muitos e muitos anos que não tinha um governo que se preocupasse com a gente pobre como tu tens te preocupado.

Eu vim aqui em 2003, estive aqui junto com Chávez, com Emílio Odebrecht, com Celso Amorim; há três anos esta ponte estava apenas começando. Depois fui a Caracas, vi a televisão, e voltei para o Brasil dizendo a mim mesmo que jamais eu tinha visto um tipo de comportamento de um tipo de meio de comunicação, agredindo um Presidente da República, como tu foste agredido. Jamais imaginei que isso pudesse acontecer no Brasil, e aconteceu o

mesmo, querido companheiro. A coisa que mais consolidou a minha consciência de que estávamos certos é que o povo reagiu no momento certo. E o mesmo povo que elegeu a mim, que elegeu a Kirchner, que elegeu a Daniel Ortega, que elegeu a Evo Morales, certamente vai te eleger Presidente da República da Venezuela.

E, no segundo mandato, todos nós, Presidentes dos países da América do Sul e da América Latina, precisamos trabalhar a integração como jamais trabalhamos. Temos que fazer uma interligação entre as nossas estradas, temos que construir as ferrovias que precisam ser construídas, as empresas de petróleo de nossos países precisam trabalhar juntas. O Brasil precisa da Venezuela e a Venezuela precisa do Brasil. Os nossos empresários, Emílio, podem ajudar na transferência de tecnologia para a Venezuela. A Venezuela não pode ser eternamente um país exportador de petróleo e de gás, tem que ter indústria aqui, tem que ter conhecimento científico e tecnológico para que essa juventude tenha onde trabalhar e possa ter na Venezuela um paradigma de um modelo de desenvolvimento que dê oportunidade a todo mundo.

Saio hoje da Venezuela mais convencido do que quando vim aqui há alguns anos de que valeu a pena. Valeu a pena acreditar na aliança Brasil e

Venezuela; valeu a pena acreditar na integração da América do Sul; valeu a pena fazer parcerias. E não se incomode, Presidente Chávez, de vez em quando tentam fazer intrigas entre Chávez e Lula, tentam criar divergências entre nós. Aprendi, desde pequeno, a conhecer as pessoas boas, não apenas pelas palavras, mas pelos olhos e pelo coração. E eu acho que você, Chávez, demonstrou ao povo da Venezuela que é possível crescer economicamente fazendo justiça social, que é possível desenvolver a economia de forma justa para que todos participem.

Quero que saiba que o Brasil terá mais quatro anos de governo com os meus companheiros e que vou trabalhar com mais força, com muito mais ousadia, para que a integração possa se consolidar e um dia um sonho daqueles que lutaram por liberdade na América Latina, que acreditaram em construir uma grande nação na América Latina, possa ser concretizado. Mesmo que tu e eu não consigamos viver esse momento, dormiremos com a consciência tranqüila porque fizemos a nossa parte e os nossos filhos e os nossos netos poderão viver na América Latina sonhada por tanta gente que lutou.

Meu querido irmão, hoje o dia é teu, afinal de contas, a ponte é tua e a Venezuela não é tua, mas tu és da Venezuela.



## **Cerimônia comemorativa do XX aniversário do lançamento da Rodada Uruguai - Montevideu**

*Discurso do Ministro Celso Amorim por ocasião de cerimônia comemorativa do XX aniversário do lançamento da Rodada Uruguai - Montevideu (22 de novembro de 2006)*

(original em espanhol)

Querido Nin Novoa, Vicepresidente de la República, querido amigo Ministro Gargano, Ministro Mujica, Ministro Lepra, querido amigo Sergio Abreu. Felicito también todos los veteranos de otras rondas, algunos de los cuales siguen trabajando en la actual. Querido amigo Pascal Lamy, ex presidente Sanguinetti, bajo cuyo liderazgo se estableció la Ronda Uruguay, que hoy celebramos.

Es muy emocionante estar aquí hoy, en este sitio. Estar en Uruguay, en primer término, es siempre un placer, en un día maravilloso como hoy especialmente, pero también estar en este sitio en particular, que se llama el Edificio Mercosur. Eso en sí mismo demuestra como el mundo cambió desde el tiempo en que estábamos lanzando la Ronda Uruguay hasta los días de hoy. Y este edificio, que no sé cuantos años tiene, pero que como Edificio Mercosur tiene que tener como diez años, no sé, ya hizo mucha historia.

Para mencionar solamente un evento en que estuve aquí, en una reunión de Mercosur, se firmó aquí el acuerdo entre Mercosur y la Comunidad Andina, con lo cual creamos algo que parecía imposible, hace doce años, se acuerda seguramente Sergio, que es un área de libre comercio sudamericana. Eso es algo muy importante, y digo que es muy importante porque en realidad estoy

empezando por una digresión, pero creo que es una digresión válida en este caso. Es que en el mundo en que vivimos, y en el mundo en que vamos a vivir y que van a vivir nuestros hijos y nuestros nietos, países relativamente grandes, entre los cuales incluyo Brasil, o podría incluir Canadá, son relativamente pequeños en el mundo de bloques que se está conformando. Y por eso la unidad de Sudamérica es algo tan importante, por eso Mercosur es tan importante. Por eso defendemos tanto, y con tanto vigor, esa presencia de Mercosur en los mercados internacionales. Porque, si incluso un país como Brasil, es relativamente pequeño en la lucha del comercio mundial, seguramente lo mismo pasa con otros países de nuestra región.

Quería también agradecer mucho la invitación. Yo veo, mirando alrededor, muchos amigos, amigos nuevos, amigos antiguos, pero yo tuve el honor de estar en Punta del Este, no como jefe de la delegación, pero tratando ahí de la propiedad intelectual, y tratando un poco de evitar que fuera lejos demás, que no impidiera el desarrollo de los países en desarrollo, más tarde estuve con Sergio Abreu en Marrakech, cuando firmamos la Ronda Uruguay, creo que mi querido amigo Enrique Iglesias también estaba ahí, muchos otros. Y seguí por Seattle, Doha, Cancún Y Hong Kong, entonces ya tengo ahí muchas cicatrices de las negociaciones comerciales

internacionales, pero quiero, digamos, por eso mismo decir, porque tengo muchas cicatrices tengo también optimismo. El optimismo que reflejaba un poco Pascal Lamy en sus observaciones, y que también leo en el comunicado que no sé si es público pero que ha sido preparado con gran empeño. Y quiero realmente felicitar a Reinaldo Gargano, a Sergio Abreu, al CURI y a todos los uruguayos que han tomado la iniciativa, porque creo que uno de los grandes méritos de Uruguay, si me permiten decir, es que es un país realmente ciudadano del mundo, y que mira a sí mismo como ciudadano del mundo. Y que toma las iniciativas correctas en los momentos correctos. Y esa es, sin duda, una iniciativa muy importante en un momento crítico de la Ronda de Doha.

La Ronda Uruguay fue la más importante ronda de negociaciones multilaterales hasta hoy y resultó en la creación de la Organización Mundial de Comercio. Sólo eso sería suficiente para inscribir el nombre del país anfitrión en la historia del sistema multilateral de comercio.

La Ronda Uruguay, como ya se dijo, abarcó temas hasta entonces ausentes de las negociaciones multilaterales - algunos que hacían más bien parte de la agenda de los países más ricos, como servicios, medidas de inversión relacionadas al comercio y la propiedad intelectual. Pero también, para los países en desarrollo, se crearon oportunidades nuevas. Importante es el hecho de que la Ronda Uruguay reintegró al GATT dos sectores de su especial interés, de especial interés de los países pobres: los textiles y la agricultura.

Para dichos países, la Ronda Uruguay reflejaba una apuesta importante en la contribución potencial del sistema multilateral de comercio y, luego, de la liberalización comercial al desarrollo económico y social, la lucha contra la pobreza y la superación de las desigualdades.

Sin embargo, la Ronda Uruguay nos dejó como legado grandes desafíos. Al final, el contenido de “desarrollo” de la Ronda Uruguay resultó relativamente débil, sea en el texto de los propios

acuerdos o en la implementación de sus resultados. El alcance de los resultados en agricultura fue más limitado de lo que hubiéramos deseado. El propio Acuerdo sobre Agricultura ya reconocía la necesidad de realizar un esfuerzo adicional de liberalización. Continuaba el desafío de disciplinar el comercio agrícola internacional en bases más justas y equitativas, cuestión central para los países en desarrollo.

Muchas de las nuevas disciplinas adoptadas al final de la Ronda Uruguay, a su vez, revelaron con el pasar del tiempo - y sin que fuera posible preverlo - instrumentos al servicio del proteccionismo de los países desarrollados. Tal es el caso, por ejemplo, de las disciplinas demasiado flojas en lo que atañe a las medidas antidumping. El mecanismo de solución de diferencias, aunque más efectivo que el instrumento del GATT, es demasiado caro y complejo para la gran mayoría de los países en desarrollo. Además, el mecanismo en muchos casos tiene que limitarse, lo que es natural, a la aplicación de disciplinas que hacen parte de los acuerdos. Y esas disciplinas se basan, a su vez, en disciplinas ya negociadas por los miembros ricos (por ejemplo, los miembros de la OCDE), que reflejan más bien los intereses y condiciones de los países desarrollados.

Y doy un ejemplo, basado en la experiencia de Brasil, nuestra disputa con Canadá en relación a la aviación, entre Embraer y Bombardier. Lo que se leía en los acuerdos, sobretodo una lectura muy literal, era que aquello que los países ricos hacían era permitido, y aquello que los países pobres hacían o querían hacer no era permitido. Era un poco como la definición que Bernard Shaw hacía de la democracia: que la democracia era, en su época, el régimen que permitía a los ricos y a los pobres dormir bajo el puente. Entonces la cuestión es si, por ejemplo, los ricos podían dar garantías a la exportación, que obviamente que en un valor totalmente diferente la garantía a la exportación del Tesoro brasileño, del Tesoro argentino, del Tesoro uruguayo, del Tesoro indio y del Tesoro de Estados Unidos, del Tesoro de Canadá. Y eso sí, parecía permitido, y el apoyo

directo a la exportación era prohibido. Que era lo que, con instrumentos mucho más rudimentarios, era posible hacer.

Después las interpretaciones fueron cambiando, lo que demuestra también que aquí se hizo un homenaje a Julio Lacarte, no quiero referirme específicamente a este caso, no me acuerdo si ha estado involucrado en este caso, pero es muy importante que el órgano de apelación ha también tenido en cuenta de la marcha de los tiempos, que el órgano de apelación es un poco la Corte Suprema de Estados Unidos, tiene que interpretar e incorporar la historia.

Por todo ello, resultó absolutamente fundamental iniciar una nueva ronda de negociaciones multilaterales, volcada prioritariamente a los temas del desarrollo. Los temas agrícolas están en el centro de la Agenda del Desarrollo de Doha. Para los países en desarrollo, ampliar el acceso a los mercados de los países ricos a sus productos agrícolas es fundamental. Para lograrlo, se requiere, entre otras cosas, de la eliminación o reducción, según el caso, de los gigantescos subsidios que distorsionan el comercio agrícola internacional.

En ese sentido, ha sido fundamental la participación activa en la Ronda de Doha del Grupo de los 20, cuya creación estableció una nueva configuración de fuerzas en las negociaciones comerciales multilaterales. En comparación con la Ronda Uruguay, uno de los avances más importantes de la Ronda de Doha habrá sido un cambio significativo en el proceso de toma de decisiones, además es un cambio no escrito, pero es un cambio que ahora cuenta con mayor participación, y con una participación más efectiva de países en desarrollo, incluso de los países de menor desarrollo relativo.

El G-20 tiene hoy un rol central y constructivo en las negociaciones no solamente por presentar propuestas técnicamente consistentes, equilibradas y realistas, sino también por buscar consensos, acercamiento de posiciones y el impulso político necesario para garantizar los indispensables avances.

El G-20 es hoy un interlocutor esencial en el contexto de la Ronda Doha. Su relevancia para la articulación política entre los países en desarrollo y entre esos y los países desarrollados está fuera de cuestión. En julio pasado, como ha sido dicho por Pascal Lamy, dificultades en las negociaciones llevaron a la suspensión de los trabajos de la Ronda Doha.

Para los países en desarrollo, el cumplimiento del mandato de Doha es esencial para la consecución de los objetivos de la eliminación de la pobreza y de promoción del desarrollo.

El fracaso de las negociaciones no es una opción. Tendría consecuencias más allá del campo comercial. Su impacto se hará sentir en la seguridad y en la estabilidad mundial. Nos enfrentamos con el riesgo de que la OMC pueda transformarse en una entidad sin importancia, con graves consecuencias para la credibilidad del multilateralismo. Leía en una entrevista de Pascal Lamy, rápidamente, que los TLCs no son sustitutos para una ronda multilateral. Y por qué? Porque en los TLCs el peso de los fuertes vis à vis lo de los débiles es mucho más grande. Y en la OMC tenemos un equilibrio relativo de fuerzas, que puede no ser lo ideal, pero que sí, siempre logra imponer condiciones menos desfavorables.

Sin embargo, las condiciones para concluir de manera exitosa la Ronda Doha siguen dadas. No hay diferencias conceptuales insuperables, diferente de ocasiones pasadas, en que no se sabía si íbamos a incluir inversiones, servicios u otros temas, compras gubernamentales. Ahora no, no hay diferencias conceptuales. Lo que está en juego no es la inclusión o exclusión de uno u otro tema. En realidad, estamos hablando de cifras, y solamente de cifras. Claro que cifras son importantes, pero es mucho más simple negociar. La cifra de uno de los más importantes aspectos de las negociaciones agrícolas - los subsidios a la exportación - ésta ya la conocemos. La cifra es cero - y no cero en un tiempo indeterminado, sino cero dentro de poco más de cinco años. Eso es una ventaja, un beneficio formidable. En subsidios internos, se trata de algunos miles de millones de dólares, algo

entre seis y siete mil millones, más o menos, y la adopción de algún ajuste en las disciplinas. Parece mucho, seis mil millones de dólares, pero cuando pensamos que la realización de las metas del milenio, por ejemplo, demanda 50 mil millones al año, verificamos que no es tanto. Y es menos aún cuando se sabe que los cinco o seis, o siete o ocho mil millones no van a ser sacados de la agricultura, pero sencillamente tienen que ser sacados de subvenciones distorsionantes para otras formas de apoyo, para ciencia y tecnología, para irrigación, otras formas que no distorsionan el comercio internacional.

En acceso a mercados, estamos hablando, estoy hablando solamente de agricultura, pero en acceso a mercados estamos hablando de algunos pocos puntos porcentuales y del trato de excepciones, además del trato especial y diferenciado para países en desarrollo. Tampoco hay brechas insuperables en bienes industriales y servicios, siempre y cuando se respete el principio de la proporcionalidad, establecido en el párrafo 24 de la Declaración de Hong Kong.

Justamente porque estoy convencido de que estamos tan cerca de un resultado equilibrado, como además se dice en el comunicado que he leído, justamente porque estoy convencido de eso, el fracaso es aún menos aceptable. Pero para que seamos capaces de llegar al resultado que todos esperamos, dos condiciones se hacen necesarias: 1) que los países ricos tienen que demostrar su liderazgo y no permitir que intereses mezquinos y sectoriales, que no son los del conjunto de su población, se interpongan en el camino; y 2) que los países pobres - a empezar por los del G-20, pero también los de los menos desarrollados, especialmente los de África, tienen que mantener su unidad.

De eso depende no sólo el resultado de “una ronda más”, que viene a sumarse a muchas otras, entre las cuales la Ronda Uruguay que celebramos, sino el futuro mismo de un sistema multilateral de comercio que promueva el desarrollo, la justicia social y el fin de la pobreza en el mundo.

Muchas gracias.

## Conferência de imprensa conjunta com o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai

*Palavras iniciais do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em conferência de imprensa conjunta com o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Embaixador Rúben Ramíres, Assunção, Paraguai, 23 de novembro de 2006*

Meu querido amigo Rubén Ramirez,  
Senhores Embaixadores,  
Senhoras e senhores da imprensa,

Gostaria, primeiramente, de agradecer a hospitalidade dos membros do Governo paraguaio pelas oportunidades que nos ofereceram para contatos de trabalho. Creio ser útil que todos saibam da extensão desses contatos. Tivemos ontem um jantar de trabalho com cinco Ministros paraguaios e outras autoridades. Hoje, depois de uma longa conversa entre nós dois, os Chanceleres, tive a ocasião de ser recebido pelo Presidente Nicanor Duarte, a quem transmiti as mais calorosas saudações do Presidente Lula e a quem pude, também, como já havia feito antes com outros Ministros, expressar a filosofia que inspira o Presidente Lula em sua relação com o Paraguai - a visão de nossa relação com o Paraguai como uma relação verdadeiramente estratégica e o desejo de fazer com que essa relação siga sendo a melhor possível e que seja mutuamente benéfica.

Tive, também, a ocasião de estar com empresários e escutar diretamente deles algumas das frustrações que são parte importante de nossa agenda. Conhecer as preocupações e os problemas que têm de ser superados. Creio, nesse sentido, ter sido muito importante haver trazido representantes

de vários órgãos da administração pública brasileira e também de empresas privadas. Agradecemos aqui a presença da FIESP. Dentro de poucas semanas, haverá também uma Comissão de Comércio na qual muitas das questões aqui tratadas poderão ser aprofundadas.

Creio, meu querido amigo, que você já mencionou vários dos aspectos sobre os quais falamos. Certamente, a curiosidade dos jornalistas vai continuar depois de nossos discursos, porém eu gostaria de dizer uma coisa que sinto de maneira muito forte. Eu sou um diplomata de carreira e - talvez por casualidade - por duas vezes Chanceler, e tive uma grande experiência. E em relação à nossa região, vejo os diplomatas como pertencentes a duas gerações distintas. E a geração não tem somente a ver com a idade, mas sim com o momento histórico que cada um de nós viveu. No Brasil, diziam alguns colegas pouco mais novos que eu, e também minha mulher, que nasceu somente dois anos depois de mim, que há uma diferença de geração entre nós, pois eu havia votado para Presidente e eles não, no período de ditadura militar. Agora todos nós votamos, mas somos de gerações diferentes.

Em relação à nossa região, existem também duas gerações de diplomatas, de embaixadores e, talvez, de chanceleres: os que foram ativos na

diplomacia do Rio da Prata e os que foram ativos na diplomacia do Mercosul. E eu me sinto da geração do Mercosul. Não quero dizer que as duas coisas não coexistam, para esclarecer a nossos jornalistas. Por que há uma diferença? Porque naquela época a relação dos países seria como uma política de poder, seria uma política de buscar como fazer com que o Paraguai viesse mais para o lado do Brasil e menos para o lado da Argentina, ou que o Uruguai viesse mais para o lado do Brasil e menos para o da Argentina, e como o aspecto da rivalidade na relação entre o Brasil e a Argentina muitas vezes prevalecia sobre o aspecto da amizade, embora ele também existisse.

E eu me sinto da geração Mercosul. O que quer dizer isso? Quer dizer que os problemas que temos não devem ser vistos sob a ótica da rivalidade, da divergência (claro, há que se respeitar os interesses nacionais), mas sob a ótica da integração, sob a ótica de uma associação crescente. Creio que muitas vezes tive a oportunidade de dizer isso, mas quero repetir aqui para os jornalistas, sobretudo os jornalistas paraguaios, que devem estar entediados de escutar essas histórias. É muito importante que compreendam que o mundo em que estamos vivendo, e no qual vamos viver, é um mundo de grandes blocos, de grandes blocos econômicos, de grandes blocos comerciais, de grandes blocos políticos. Mesmo um país grande como o Brasil é, talvez, pequeno nesse mundo de blocos em que se têm, de um lado, os Estados Unidos, que é um bloco em si mesmo, a China, que é um bloco em si mesmo, a União Européia, que é um bloco, naturalmente. O Brasil pode ser, no máximo, um país médio, mas a América do Sul tem um peso muito grande, o Mercosul já tem um peso grande. E é claro que, nessas relações, algumas são mais estratégicas que outras.

A relação com o Paraguai é especialmente estratégica. Bastaria citar duas coisas que foram mencionadas durante o almoço e que são muito importantes: Itaipu, nosso projeto comum (vem de outra era, mas está aí), que responde por 25% da eletricidade consumida no Brasil; e os 400 mil

brasileiros no Paraguai - a segunda comunidade de brasileiros fora do Brasil. Isso, somente, serviria para demonstrar que a relação entre Brasil e Paraguai tem que ser estratégica. Mas, mais do que isso, sabemos também - muitas vezes digo isso inclusive no Brasil - que o Brasil freqüentemente se viu como um país menor do que realmente é - e em todos os sentidos. Ambicionava pouco no plano global e, por outro lado, não assumia a responsabilidade que tem como o maior país, como a maior economia no plano regional, para com seus sócios, que são economias menores.

Então, é com esse espírito que o Presidente Lula pensa a integração, pensa a nossa relação bilateral. E, por isso, para mim foi tão importante escutar não somente o Presidente Duarte, os propósitos que temos de integração, de seguir discutindo essa questão, de resolver rapidamente algumas delas (algumas não dependem somente de nós - embora, sim, dependam dos Governos), mas escutar, também, as queixas específicas dos empresários. Porque não é suficiente que os Presidentes, ou os Chanceleres, ou os outros Ministros, estejam impregnados do espírito de integração. É necessário, como dizemos no Brasil, que o “guarda do quarteirão” esteja impregnado do espírito de integração. E isso não quer dizer com respeito às normas, de maneira nenhuma. Queremos normas elevadas, queremos que os consumidores brasileiros e paraguaios sejam protegidos, e por isso temos nossa Agência de Vigilância Sanitária, por isso temos nosso Instituto de Meteorologia e por isso queremos cooperar com o Paraguai com nosso Instituto de Propriedade Intelectual, cujo representante não veio hoje, mas que, creio, vai estar na reunião do dia quatro. Por isso temos essas instituições, e por isso temos que cooperar. Mas também é necessário compreender que... Eu não sou jurista, mas há uma expressão latina, creio que é mais ou menos assim “*summum jus, summa injuria*”: a aplicação excessiva do direito cria injustiça. Levar uma regra ao extremo não é respeitar a lei, é feri-la, violá-la.

Com esse espírito é que vim aqui, com esse espírito tivemos nossas conversas, com esse espírito tive uma recepção não somente cordial, mas diria mesmo carinhosa, por parte do Presidente Duarte, que é um grande amigo do Brasil por quem o Presidente Lula tem grande afeto, e a quem quer apoiar - naturalmente, da maneira como se deve apoiar Chefes de Estado de nações independentes - para ajudar a que o Paraguai realize seus projetos de reforma social, de melhor integração.

Por que se mudou, hoje, a visão para as soluções imediatas, temporárias, para Ciudad del Este? Porque há dos dois lados um trabalho, há um esforço do Paraguai de formalizar esse trabalho. E a esse esforço deve também corresponder um esforço do Brasil para ajudar, para fazer que os produtores legítimos tenham mais facilidade em realizar seus intercâmbios. E há muitas outras coisas, há muitas regras no Mercosul. E creio que seria muito. Talvez cause tédio estar aqui dizendo todas essas coisas, mas, sim, quero dizer que esse é o espírito: a percepção de que as economias menores merecem um tratamento especial. E até agora tiveram um tratamento especial, mas no sentido inverso! O normal seria que o Paraguai e o Uruguai pudessem exportar mais ao Brasil - e à Argentina talvez, mas seguramente ao Brasil. Mas não foi isso que aconteceu. Então, temos que... Certa vez disse no Brasil que temos de ter um “new deal”, não uma nova

negociação, mas um novo entendimento entre nossos países e com esse objetivo. E fiquei muito contente de ver que, em que pese às reclamações - sobretudo no setor empresarial -, em que pese às expectativas frustradas, há, também, esperança e confiança. Creio que não é necessário dizer que não vim aqui para fazer promessas; vim aqui para ajudar a criar o quadro político para adiantar algumas negociações que já estão avançadas e para empurrar outras. E também para criar o ambiente para que as travas - como dizem vocês - ao comércio possam ser removidas quando se trate, de fato, de travas sem justificativa.

Isso era o que queria dizer. Essa é minha primeira visita como Chanceler, visita de Chanceler, digamos assim, fora de um quadro de reunião multilateral ou na companhia do Presidente. Primeira visita bilateral de chanceler que faço depois da eleição do Presidente Lula. Creio que isso demonstra, em si mesmo... Visita em retribuição à sua visita de três meses atrás - uma retribuição bem rápida, creio eu. Espero que possamos continuar assim e que em pouco tempo você possa também estar no Brasil. Quero dizer, novamente, a nossos amigos do Paraguai, que o Brasil vai fazer sua parte para garantir que o Paraguai possa obter todas as vantagens que esperava, desde o início, obter do Mercosul e de sua relação com o Brasil.

Muito obrigado.



### III Reunião de Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações - CASA

*Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na III Reunião de Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações - CASA, Santiago, Chile, 24 de novembro de 2006*

(versão para o português do original em espanhol)

Querido Ministro e amigo Alejandro Foxley,  
Colegas e amigos,  
Ministras e Ministros,  
Senhoras e Senhores,

Primeiramente gostaria de dizer que é uma grande alegria para mim estar em Santiago, estar no Chile, em uma reunião da Comunidade Sul-Americana de Nações.

O fato mesmo de já estarmos na terceira reunião de Chanceleres da Comunidade é a melhor demonstração de quanto avançamos desde que fizemos as preparações para Cusco e a grande fundação da Comunidade em Cusco. Creio que isso é muito positivo.

Tinha um texto aqui, que ademais de ser em português, pode ser que alguns não compreendam, mas faz parte do trabalho da Comunidade desenvolver um idioma comum, que se aproxime um pouco do “portunhol”. Então vou falar em meu “portunhol”, sem a pretensão de tentar abordar todos os temas, creio que muito dos temas foram já mencionados de maneira muito precisa por Alejandro.

Quero saudar também os representantes de organizações internacionais sul-americanas, latino-americanas, que estão aqui.

Vou limitar-me a algumas poucas reflexões sobre o sentido de nosso trabalho e talvez sobre

alguns rumos a seguir. A Comunidade Sul-Americana é uma dessas realidades cujo momento chegou, e cujo momento foi perseguido por nossos Chefes de Estado e culminou com a reunião de Cusco.

Não é necessário ter uma atitude apologética em relação à Comunidade Sul-americana de Nações. Essa é a primeira coisa que quero dizer, pois a cada vez que falamos da Comunidade Sul-Americana nossos amigos cubanos, mexicanos e alguns outros do Caribe perguntam se estão sendo excluídos. É óbvio que não, porém também é óbvio que têm sua Comunidade Centro-americana, têm sua comunidade do CARICOM e hoje o México fala em mesoamérica. E todos estamos bem, não se trata de sermos excludentes. Não há, assim, nenhuma razão para termos uma visão apologética em relação ao fato de que uma região do mundo, na realidade um continente, tenha sua própria Comunidade.

Na realidade creio que sim, temos de ser apologéticos perante nossa opinião pública por não havermos avançado suficientemente até hoje. Temos de fazer mais.

Dizem que na política deve-se sempre combinar a audácia e a prudência. Não são duas coisas que têm de caminhar juntas. Se há excesso de audácia talvez se perde o sentido da realidade, ou se criam conflitos. Mas também o excesso de prudência nos causa problemas. Creio que este é o balanço

que temos de fazer. Isso não é contra ninguém, é a nosso favor. Pelo contrário, uma Comunidade Sul-Americana forte vai ajudar na criação de uma Comunidade Latino-americana porque o Grupo do Rio, que tem o seu valor, nunca logrou firmar-se como uma organização latino-americana e caribenha porque não tem robustez suficiente. E creio que se temos uma Comunidade Sul-Americana forte, se algum dia chegamos a uma União Sul-americana, que devemos definir como será, criaremos vigor. É isso que queremos com a Comunidade Sul-americana, com a união dos povos sul-americanos.

Assim não há que se perguntar por que estamos avançando, qual é o objetivo. Há que se perguntar por que não o fizemos antes, e por que não fazemos mais, sem temores. E este, creio, é um desafio.

Outro grande desafio, também mencionado pelo Alejandro de maneira muito apropriada, é a questão da pluralidade. Todos nós defendemos a democracia, está mencionada aqui no documento várias vezes, e a democracia no plano internacional significa respeitar as opções de cada um, e assim deve ser. É parte da riqueza de nosso continente. Não gostaria de viver em um mundo com homogeneidade absoluta, nem neo-liberal nem de outro tipo que se queira fazer. Eu gosto de viver em um mundo de pluralidade, onde estamos sempre aprendendo, onde estamos buscando intercambiar experiências. O Chile pode ser um modelo para muitas coisas, mas também o Brasil, o Peru, a Argentina. E essa pluralidade da qual falava é muito importante, mas ela não deve ser, de maneira alguma, um obstáculo para nos acercarmos mais, que tenhamos mais institucionalidade, que tenhamos mais mecanismos de aproximação. Não sei se a palavra convergência cria problema para um ou outro, para mim não cria nenhum, pelo contrário, convergência não significa homogeneidade.

No documento há algo interessante, eu li rapidamente, que a aproximação deve criar algo mais que a soma dos processos de integração existentes.

A Comunidade Sul-Americana não é somente uma soma, uma adição, é mais que isso. Temos de dar uma personalidade política a nosso continente, que é um continente enorme, fantástico. Eu dizia isso também pensando na integração Brasil-Argentina há vinte, trinta anos. E com a América do Sul em seu conjunto isso é ainda mais verdade. Temos uma posição privilegiada, uma extensão geográfica com uma variedade muito rara no mundo. Vamos das águas quentes do Mar do Caribe às águas geladas da Antártida. Temos uma riqueza em água, em diversidade biológica, em energia, como não há em nenhum outro continente do mundo na mesma proporção que temos. Mesmo a antiga União Soviética, que era muito extensa em longitude, mas não em latitude, não tinha a diversidade climática e biológica que temos.

Em nossa região alguns têm fronteiras com muitos, outros com poucos, mas todos de alguma maneira estamos ligados aqui. O Brasil somente não tem fronteira com dois países: Chile e Equador. Há uma ligação natural da geografia, das afinidades culturais, de atitudes internacionais. Posso mencionar o G-20 por exemplo. E eu me pergunto por que tanta inibição, por que tanta necessidade de dar explicações. Se podemos ter uma Secretaria ibero-americana, por que não podemos ter uma Secretaria sul-americana? Eu me sinto muito ibero-americano, com uma avó espanhola e um avô português, mas sou também muito sul-americano e não tenho nenhuma dificuldade em dizer ao mundo que a América do Sul tem a sua personalidade. Por isso quando surgiu a idéia, entre outras, de se realizar uma reunião com os países árabes, que teve um grande êxito, decidimos fazer com a América do Sul, pois vimos a necessidade de desenvolver a consciência da América do Sul. E isso não nos faz menos latino-americanos, menos ibero-americanos, ou no caso do Brasil, menos membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, não nos faz menos cidadãos do mundo.

Mas temos de aproveitar essa riqueza. Temos

de fazer na América do Sul no século XXI o que a América do Norte fez no século XIX, pela integração física de nossa região, de nosso continente. Como os Estados Unidos na América do Norte, a América do Sul tem de ter capacidade de negociar no mundo. Alejandro mencionou isso, o Presidente Lula tem mencionado isso sempre – e eu modestamente repito o que o Presidente Lula diz – que no mundo de hoje, no mundo de amanhã, e não no mundo de depois de amanhã, teremos um mundo de grandes blocos. E digo com toda sinceridade, mesmo um país como o Brasil que é grande, mas em um mundo como esse o Brasil é um país pequeno. E nós sabemos disso.

Por isso temos trabalhado juntos no Mercosul, por isso temos impulsionado também a Comunidade Sul-Americana, porque ajudamos a criar com outras áreas que estão aqui, porque não temos capacidade de falar só. Porque não é que não se queira uma negociação com os Estados Unidos, com o Japão, com a União Européia, também temos a nossa. Mas teremos muito mais forças se estivermos unidos. E se não pudermos estar unidos de maneira absoluta, porque não temos, por exemplo, uma tarifa externa comum – e o Presidente Lagos costumava dizer que integração não pode ser uma questão de tarifa – se não podemos estar totalmente unidos podemos estar coordenados, isso ajudaria, nos fortaleceria a todos.

Tudo isso para dizer que temos que estar unidos. Do mar do Caribe até a Antártica. Do Atlântico ao Pacífico. É um continente que tem a possibilidade de uma enorme projeção no cenário internacional. Quanto mais unidos estejamos maior será essa projeção. Isso não é excludente, se vamos bem, América Central, México, Cuba, Caribe vão estar mais conosco, sem exclusão de outras relações.

Como conciliamos isso? Não podemos pensar em um arco do Pacífico que vá para um lado e um arco do Atlântico que vá para outro. Isso só nos debilita. Devemos ter um grande círculo sul-americano que nos dará forças nas negociações para o Pacífico e nas negociações para o Atlântico. E alguns

de vocês, Chile, Peru, Equador, e outros, terão muito mais força em ajudar-nos no Pacífico, da mesma maneira que Brasil, Argentina poderão ajudar vocês no arco do Atlântico, mas todos em uma única região. Essa deve ser nossa concepção.

Não vou falar do social pois você falou muito bem, e estou plenamente de acordo de que não faz nenhum sentido trabalhar pela integração sul-americana se disso não resulta uma melhora efetiva da vida do povo. Por isso também, me perdoem eu sou muito franco, me causa uma espécie de surpresa esse debate se falamos ou não de área de livre comércio. Não creio que falar de área de livre comércio seja uma submissão ao ideal neo-liberal. Primeiro porque há muitos tipos de áreas de livre comércio, e existem acordos desse tipo entre nós, como os acordos entre a Comunidade Andina e o Mercosul. A Guiana e o Suriname têm naturalmente um status especial por sua relação com o CARICOM. Claro que não queremos uma área de livre comércio que signifique uma liberalização que cause problemas sociais, exclusão social, que promova a desigualdade. Mas entre nossos países queremos que o comércio seja o mais livre possível, respeitadas as questões sociais. Nas negociações entre Mercosul e Peru, inicialmente, e depois entre Mercosul e Comunidade Andina, todas as assimetrias e sensibilidades foram levadas em conta. Tivemos algumas dificuldades em nossos países internamente, mas eu não me preocuparia excessivamente com isso. Temos de mostrar que se os outros realizam avanços nós também somos capazes. E vamos fazê-lo de maneira compatível com nossos interesses, com nossa diversidade e com nossas ambições.

Passo agora à parte institucional e, de uma maneira muito geral, gostaria de dizer que compreendo as preocupações de não se ter muitos gastos, de não se ter duplicações, de que devemos utilizar ao máximo as organizações existentes, isso tudo me parece muito claro. Mas tampouco dever haver uma inibição que nos impeça de dar essa personalidade. Creio, assim, ser muito importante

termos um Acordo Constitutivo e não vejo a quem temos de pedir licença. A América Central fez o seu acordo sem pedir licença, ninguém perguntou se estavam saindo da América Latina. Não é disso que se trata, se trata de ajudar a esse processo de integração que antigamente chamavam de “building-blocks”. Creio que devemos ter um Acordo Constitutivo de alguma maneira. Vamos discutir hoje mais tarde exatamente como o chamamos. Não é um acordo qualquer ou um acordo de complementação. É um acordo importante. Estamos criando uma Comunidade. Nossos Presidentes se reuniram em Cusco com grande solenidade, depois em Brasília, agora em Cochabamba. Então é algo que, se não pode ser agora, deve permanecer na agenda para estudarmos uma maneira de fazê-lo.

Outra coisa que também é importante é termos uma Comissão, se a chamamos de permanente ou não para mim é igual, mas que de maneira mais ou menos permanente se dedique aos temas, se queremos avançar, se queremos que alguém prepare idéias novas, que não dependa apenas dos encontros anuais dos Presidentes, dos Chanceleres. Parece-me importante que haja uma Comissão desse tipo, formada por nós. Não é algo supranacional, seria composta por nossos delegados.

Por último há a questão da Secretaria Permanente. Aí há a preocupação com gastos. Eu lhes digo francamente, iniciativas políticas têm algum custo. Mas se podemos ter uma Secretaria Permanente Ibero-americana, não compreendo porque não podemos ter uma Secretaria Permanente da América do Sul. Se o problema são os gastos, o Brasil se ofereceria para manter uma Secretaria em uma fase inicial e, ademais, não teríamos o Secretário. O Secretário poderia vir de alguma outra parte. Não estamos buscando cargos, mas temos um belo palácio no Rio de Janeiro que está subutilizado. O Rio de Janeiro é um lugar sempre agradável para se

reunir. Peço que pensem sobre isso.

Essas são as reflexões que queria fazer. Elas saem um pouco da linha oficial que eu havia preparado, mas foram motivadas por um desejo de refletir, de impulsionar, de caminhar, claro que com realismo. Vocês têm – digo vocês por causa da tradição hispânica, ibérica – o Quixote, e há que se ter um pouco de Sancho Pança, mas há que se ter também um pouco de Quixote, senão não vamos a lugar nenhum, vamos continuar sempre os mesmos. E como o mundo muda vamos ficar pior, pior e pior.

Essa é nossa visão. Há um ex-Chanceler brasileiro, um homem de negócios, que dizia que o Brasil estava condenado a ser um gigante solitário nas relações internacionais. Eu não creio nisso. Eu creio que o Brasil não tem existência plena sem estar unido. E acredito que o mesmo deve ser verdade para cada um de vocês. Ou pelo menos que cada um de vocês poderá ter uma existência melhor, mais forte, com voz mais alta, estando unidos. E há muitas coisas que talvez individualmente não possam fazer, que a Comunidade Andina não possa fazer, que o Mercosul não possa fazer, mas que a América do Sul possa mais facilmente conciliar. Em termos de política energética, de política de defesa, de política ambiental, em tudo isso temos de estar juntos, falar. E por isso creio que algo importante, ademais de toda essa institucionalidade, é a intensificação das reuniões ministeriais e setoriais. Temos que nos conhecer, temos de falar uns com os outros, Ministros de Meio Ambiente, de Energia, de Turismo. Eu sou uma pessoa que sempre me interessei muito por arte, mas a primeira vez que fui a Cusco foi em uma Reunião do Grupo do Rio. É uma vergonha, não? Por outro lado já havia ido várias vezes a Toledo, a Évora, a cidades italianas. Então temos de ter reunidos nossos Ministros de Turismo, de Integração... Bem paro por aqui.

Muito obrigado.

## Encontro Empresarial Latino-Americano

*Discurso do Ministro das Relações Exteriores,  
Embaixador Celso Amorim, no Encontro Empresarial  
Latino-Americano, Santiago, Chile, 27 de novembro de  
2006*

Caro Ministro Alejandro Foxley,  
Senhor Alfredo Moreno, Presidente do  
ICARE,

Estimado Professor Kenneth Rogoff,  
Meu querido amigo Mike Moore, a quem  
saúdo junto a todos os ex-Diretores-Gerais da  
OMC, sem a qual, digo sempre, não há salvação,

Senhores empresários chilenos e brasileiros,  
Empresários de outros países da América  
Latina,

Amigos,

Representantes da imprensa,

Para mim é um grande prazer e também uma  
grande honra estar aqui no Chile, com meu amigo  
Ministro Alejandro Foxley, na abertura deste  
importante encontro empresarial. Vejo esta  
qualificada lista de participantes já como garantia do  
êxito desta reunião. Vejo também o convite que me  
fez o Ministro como algo muito simbólico. É como  
se o Chile estivesse dizendo ao Brasil, e também a  
outros países atlânticos da América do Sul, “quando  
olharem para o mundo, não se esqueçam que por  
aqui há um caminho para a Ásia, um caminho para o  
Pacífico”.

Nós, na América do Sul, estivemos  
envolvidos em vários processos de integração: o  
Mercosul, do qual o Chile é um país associado; a  
Comunidade Sul-Americana de Nações, sobre a qual  
também falou Alejandro. É importante dizer, porque

muitas vezes não se percebe, que entre os países do  
Mercosul, da Comunidade Andina e Chile, entre  
todos eles há acordos de livre comércio que tornam  
realidade o fato de toda a América do Sul ser uma  
área de livre comércio, fora naturalmente os acordos  
importantes que mantemos com os demais países da  
América Latina.

Sob a liderança do Ministro Foxley, firmamos  
um importante Acordo sobre isenção de vistos e  
passaportes na América do Sul. Agora, com a simples  
apresentação de documento de identificação do país  
de origem, os viajantes podem cruzar as fronteiras.  
Creio que isso é muito importante também porque a  
dimensão humana é fundamental. Em um processo  
de integração não devem ser somente as mercadorias,  
os serviços e os capitais que podem mover-se  
livremente, mas também as pessoas.

Temos a convicção de que uma América do  
Sul unida, integrada, fortalecida e democrática terá  
um papel importante a desempenhar no cenário da  
globalização. Nossa insistência na integração da  
América do Sul se baseia na convicção de que, no  
mundo do século XXI, nenhum país, nem mesmo  
países aparentemente grandes, como é o caso do  
Brasil, poderá atuar isoladamente. Na era dos  
grandes blocos, necessitamos estar unidos para  
enfrentar a concorrência dos gigantes e atrair a  
atenção de outros grupos de países semelhantes aos  
nossos.

Alejandro mencionou também as negociações da OMC e a criação do G-20, que constitui outro exemplo de como é necessário associar-se para sermos capazes de verdadeiramente influir nas negociações. Está aqui o Diretor-Geral da OMC na época em que foi adotada a Rodada de Doha, e ele sabe muito bem que o padrão de negociação na OMC mudou com a criação do G-20. E ainda que sempre tenha havido um esforço do próprio Mike Moore, e de outros antes como Dunkel e Sutherland, para citar os que conheci, de envolver os países em desenvolvimento, nossa posição era sempre secundária. Era um pouco como se viéssemos para pôr o “icing on the cake”, quando já estava pronto o bolo, vínhamos pôr uma vírgula, um acento. Agora é diferente, entre os quatro ou seis grandes atores da OMC já é possível identificar países em desenvolvimento.

A projeção da América do Sul já é uma realidade. Em 2005, de forma inédita, realizamos em Brasília a Primeira Reunião de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e os Países Árabes. Há, por sinal, uma bela exposição em La Moneda sobre a influência da cultura árabe na realidade sul-americana. Mas isso não é somente de interesse cultural. Dentro de poucas semanas, o Mercosul vai firmar um importante acordo com o Conselho de Cooperação do Golfo. A idéia é de que se possa, com o tempo, abarcar não só bens, mas também serviços e investimentos. Não é necessário enfatizar a relevância econômica, financeira e comercial de um acordo com os países do Golfo

Em poucos dias mais, estaremos vários Presidentes e Chanceleres, inclusive a Presidente Bachelet, em Abuja, capital da Nigéria, onde realizaremos a Primeira Reunião de Chefes de Estado e de Governo entre países da América do Sul e da África. Isso, mais uma vez, pode parecer algo de interesse puramente acadêmico, no caso do Brasil um interesse cultural muito forte, mas não é assim. Vejam que hoje já quase 5% das exportações do Brasil vão para a África. Países como a Nigéria, a

África do Sul, países na África Sub-saariana, compram cada um mais de um bilhão de dólares de produtos brasileiros. São grandes compradores de alimentos e também de produtos industrializados.

Há novas oportunidades neste mundo global, que nós tentamos explorar de maneira pragmática. Os mercados dos países em desenvolvimento já representam, no caso do Brasil, 55% de nossas exportações. Há cinco anos era o inverso: para os países desenvolvidos destinavam-se 55% das nossas exportações, e para os países em desenvolvimento 45%. E isso em um contexto em que nossas exportações para os Estados Unidos e Europa também crescem. Não se trata de aumentar a participação enquanto outros diminuiriam, mas se trata de aumentar as exportações em um conjunto dinâmico. Isso somente para demonstrar que as oportunidades hoje estão em várias partes.

As relações entre Brasil e Chile não devem ser vistas isoladamente, e sim como uma aliança renovada, uma aliança que não é contra ninguém, pelo contrário, é em favor de todos, de toda a América do Sul, e aqui também da Ásia-Pacífico. A integração da América do Sul é, sem dúvida, uma prioridade para o Governo brasileiro. De modo ilustrativo, bastaria recordar que no ano passado o comércio do Brasil com a América do Sul, somente, alcançou quase 32 bilhões de dólares. Para este ano a previsão é a de alcançar 40 bilhões de dólares.

O Chile é o segundo sócio comercial do Brasil na América do Sul, terceiro em toda a América Latina. No ano passado, nosso comércio bilateral foi de cerca de 5 bilhões e meio de dólares. Este ano esperamos alcançar uma nova marca histórica, de aproximadamente 6 bilhões e meio de dólares. O Brasil é o terceiro fornecedor do Chile e também o sexto mercado para as exportações chilenas. Além do intercâmbio de bens e serviços podemos promover investimentos recíprocos.

Alegro-me em saber que o Brasil é o segundo destino dos investimentos chilenos no exterior, depois da Argentina, com um estoque acumulado de mais

de 5 bilhões de dólares. O Chile é pioneiro nos investimentos intra-regionais. No Brasil, por exemplo, investe nos setores mais variados, como os da energia, da metalurgia, da tecnologia da informação e muitos outros. Na integração física o papel do Chile é muito importante. Algumas companhias brasileiras mostram interesse nesse mercado, fundamental para o desenvolvimento do turismo, para os negócios, para quebrar o círculo vicioso de que não se faz negócios porque não se pode chegar. Falava com Alejandro das multinacionais, as multinacionais brasileiras dos mais variados setores, que estão presentes hoje em muitas partes do nosso – e fora do nosso continente também.

Dizia também que o Sul segue crescendo e hoje é mais importante para nossas exportações que os Estados Unidos. A América Latina como um todo é nosso maior mercado, absorve 25% das nossas exportações. Para o Chile, por exemplo, exportamos mais que para o Japão e para a Itália. E para a Venezuela exportamos mais que para o Reino Unido ou França. Para quem acompanha a economia brasileira, como acompanho há mais de 40 anos, quando entrei no serviço diplomático brasileiro, esta é uma mudança extraordinária, uma mudança qualitativa.

Do ponto de vista do Brasil – e isso justifica a presença de tantos empresários brasileiros aqui –, a América do Sul, no contexto mais amplo latino-americano, e a Ásia, estão entre as regiões para as quais nossas exportações mais crescem. A iniciativa para a infra-estrutura da América do Sul é algo que gostaria de mencionar aqui, porque aí também há oportunidades. Criaremos e estamos criando corredores inter-oceânicos, unindo o Atlântico ao Pacífico. Já existem alguns, pelo Chile, outros que se estão criando pelo Peru, outros mais serão criados. Irá ocorrer na América do Sul, no século XXI, algo que na América do Norte aconteceu no século XIX, que é a interconexão entre o Atlântico e o Pacífico. É mais que um desafio para os Governos, é também uma oportunidade para investimentos, inclusive em

setores como o financeiro, desde que se tenha uma visão de futuro.

É claro que isso vai facilitar ainda mais o comércio com a Ásia, que já é tão importante. O Brasil tem um comércio de 40 bilhões de dólares com a Ásia, dos quais 16 bilhões somente com a China. E além disso não é somente comércio de produtos primários – claro, os produtos primários têm uma importância muito grande em nossas exportações para a China –, mas é um comércio que começa a ser cada vez mais diversificado. Há poucos meses a empresa brasileira de aviões Embraer fechou um contrato de fornecimento de 100 aviões, jatos para vôos regionais na China, 50 dos quais produzidos no Brasil e os outros 50 na própria China, em regime de “joint-venture”.

Portanto, este desafio para o qual nos convidam nossos anfitriões, é um desafio que temos que enfrentar. E o Chile, assim como o Peru, a Colômbia e o Equador, devem ser pontes entre a América do Sul e a Ásia. Falava da interconexão regional. O Chile é uma ponte não somente para nós brasileiros, argentinos, venezuelanos, paraguaios, bolivianos, uruguaios, para exportar para a Ásia, mas também o inverso, porque como o Chile é membro associado do Mercosul, uma área de livre comércio em que 96% das alíquotas são zero, pode ser também uma grande plataforma para atrair investimentos da Ásia para o mercado do Mercosul e, de modo mais amplo, para o mercado da América do Sul.

Creio que estamos em um momento importante, que estamos na hora de convocar a todos os atores para introduzir esta nova peça na construção do nosso futuro, esta peça das relações da América do Sul, da América Latina e da Ásia-Pacífico: são os governos federais, locais, os empresários, os responsáveis pelos portos, pelas estradas, pelas companhias aéreas, e também nossos sócios asiáticos. Nós, os governos, podemos fazer as nuvens, mas não podemos fazer a chuva, a chuva quem faz são os empresários, os agentes econômicos diretamente. Por isso estou muito contente que tantos

empresários brasileiros estejam participando desta reunião, que é fundamental.

Quero, mais uma vez, agradecer a Alejandro por ter me convidado, a Alfredo Moreno por me incluir na abertura de um encontro tão importante. Teria, naturalmente, outras coisas para dizer, mas creio que Alejandro já disse quase todas, e provavelmente de uma maneira muito melhor que eu. Mas queria terminar dizendo, quem sabe como um comentário, comentário que tem a ver com a pesca das baleias, com a pesca em alto-mar, e aí volto um pouco ao que disse no início quando saudei Mike Moore.

Creio realmente que é bom que os países da Ásia-Pacífico estejam pensando em alternativas, é bom que a América do Sul também esteja pensando em integração, é bom que o Mercosul esteja falando com a União Européia. Mas tenho a convicção, e isso queria passar também aos empresários, que não há substituto para a Organização Mundial do Comércio. Não há substituto para o êxito da Rodada de Doha, e isso não é por uma preferência ideológica ou digamos, abstrata, teórica, pelo multilateralismo (sobre o qual haveria muito o que dizer), mas por

razões precisas que mencionou Alejandro – os fatores que mais distorcem o comércio mundial, começando naturalmente pelos subsídios agrícolas. Mas não somente esses, também as regras de anti-dumping, as regras em matéria de subsídios para produtos industriais, para bens industriais. Mike Moore conhece muito bem a luta que tivemos no caso do Brasil com alguns concorrentes no caso dos aviões, a luta que tivemos em busca de regras mais flexíveis em matéria de propriedade intelectual que não impedissem nossos países de seguir mantendo políticas, por exemplo, de combate à AIDS, de maneira muito enérgica, muito forte, mas não somente contra a AIDS, também contra a malária, a tuberculose. Isso não se consegue no plano bilateral, no plano regional, no plano birregional. Somente no plano global é possível alcançá-lo. Por isso quero dizer, trabalhem muito, trabalhem pela América do Sul, trabalhem pelas possibilidades de aproximação entre a América do Sul e a Ásia, mas não pensemos que isso pode ser um substituto, uma alternativa ao esforço maior, que é o de consolidar a Rodada de Doha.

Muito obrigado.

## Abertura da Cúpula África-América do Sul (AFRAS)

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura da Cúpula África-América do Sul (AFRAS), Abuja, Nigéria, 30 de novembro de 2006*

Minhas primeiras palavras são de agradecimento ao nosso anfitrião, ao seu governo e ao povo da Nigéria, pela calorosa acolhida.

Quando estive aqui, em 2005, o Presidente Obasanjo sugeriu a idéia de uma Cúpula África-América do Sul. Com visão de estadista, percebeu o potencial de cooperação e solidariedade entre nossas duas regiões.

Pouco depois, os Presidentes sul-americanos, reunidos em Brasília, apoiaram enfaticamente a realização desta Cúpula. Com igual entusiasmo, a União Africana, em Cartum, convocou o evento que hoje se torna realidade.

Saúdo todos os mandatários presentes e seus altos representantes. A partir de hoje, a união entre a África e a América do Sul é parte integrante da agenda diplomática de cada um de nossos países.

Caros colegas,

O Brasil tem com a África laços profundos, que definem nossa própria identidade. Somos a segunda maior nação negra do mundo.

Internamente, estamos tomando diversas iniciativas para valorizar a decisiva contribuição africana na construção da nação brasileira. E, acima de tudo, para superar as desigualdades raciais ainda existentes no País.

Em nossa atuação internacional, também temos um longo percurso comum com as nações africanas.

Defendemos, nas Nações Unidas, a causa da descolonização e o repúdio ao apartheid. Estivemos ao lado dos sócios africanos no processo de criação da Unctad. Sofremos, juntos, os períodos recessivos e a desordem da economia mundial, além dos efeitos perversos do protecionismo dos países ricos. Unimos nossas vozes por uma ordem econômica internacional mais justa e equitativa.

Hoje, a África é para o Brasil uma prioridade indiscutível. Desde o início de meu governo, visitei 17 países africanos e recebi 15 líderes da região. Tomei a iniciativa de abrir ou reativar doze embaixadas brasileiras em capitais deste continente.

O comércio com a região cresceu exponencialmente: aumentou 110% nos últimos quatro anos. A cooperação avançou. São muitos os projetos que temos em áreas como saúde e HIV-Aids, educação, agricultura e combate à fome e à pobreza.

Decidi, por exemplo, abrir em Gana um escritório da Embrapa, importante centro de pesquisa agrícola do Estado brasileiro, para reforçar nossa cooperação com o conjunto dos países africanos.

Há alguns meses, sediamos em Salvador, na Bahia, a segunda Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora. A sociedade brasileira respondeu com entusiasmo e, no meu segundo período de governo, vamos aprofundar ainda mais a parceria entre o Brasil e as nações africanas.

Caros amigos,

Nossas regiões compartilham o entendimento de que a integração é instrumento fundamental para a superação dos desafios do desenvolvimento. Uma das bases da parceria inter-regional que estamos construindo é a nossa Comunidade Sul-Americana de Nações. Em seu diálogo com o mundo, a América do Sul vai consolidando uma identidade própria. Tem como projeto um espaço de paz e democracia, com prosperidade econômica e justiça social.

A União Africana, por sua vez, já demonstrou a grande capacidade que tem de promover o diálogo e levar adiante projetos de envergadura. Os dirigentes africanos merecem o nosso aplauso por seus esforços na busca de soluções negociadas para suas diferenças.

Estou convencido de que podemos aprender muito uns com os outros. Sempre tivemos os olhos voltados para o Norte. E, muitas vezes, não percebemos que as respostas para os nossos problemas poderiam ser encontradas no diálogo com nossos pares.

Os biocombustíveis – o etanol, o biodiesel e o H-Bio – têm enorme potencial para fazer uma verdadeira revolução agrícola e energética em nossos continentes. Para a África, podem ser a chave de um novo modelo de desenvolvimento, pois diversificam a matriz energética, criam abundantes empregos, mantêm a população no campo e incidem positivamente sobre o comércio exterior dos países. Isso pode ser feito em parceria com países desenvolvidos. Há exemplos de um forte potencial de cooperação triangular com a África, que temos que expandir.

Senhoras e senhores,

Como diz o escritor e diplomata brasileiro Alberto da Costa e Silva, o vasto mar que nos separa é, na verdade, um simples rio – “um rio chamado Atlântico”. O que estamos fazendo aqui, hoje, é construir uma ponte entre as margens desse rio. Nossa ambição é ir além dos diálogos existentes e aproximar, em definitivo, os dois continentes.

Esta Cúpula abre um novo capítulo na história das relações Sul-Sul. Duas importantes regiões em desenvolvimento se reúnem por vontade política própria, sem intermediários.

Se queremos outra globalização – menos desigual, mais solidária – precisamos construir parcerias estratégicas que unam os países em desenvolvimento em torno dos mesmos objetivos e que atendam, sobretudo, os países mais pobres.

Uma nova geografia política e econômica mundial só será possível se atores com afinidades escolherem o diálogo direto e a ação conjunta nos foros internacionais.

Meus amigos e minhas amigas,

A geologia nos ensinou que, há milhões de anos, a África e a América do Sul estiveram unidas num só grande continente. Quem nunca se admirou ao ver nos mapas o encaixe quase perfeito que existe entre o Nordeste brasileiro e a costa do Golfo da Guiné?

A nova geografia que estamos construindo não moverá as placas tectônicas do Planeta, refazendo aquele território contínuo perdido, mas certamente ajudará a transformar a realidade política e econômica internacional, aproximando-nos política, econômica, social e culturalmente.

O que nos trouxe a Abuja foi o desejo de unir africanos e sul-americanos para fazer ouvir nossa voz. Vamos formar uma estreita aliança entre dois continentes que se ressentem da exclusão a que tem sido relegados por tanto tempo.

Não faltará quem manifeste seu ceticismo sobre esta reunião. Passamos por experiência semelhante quando organizamos a Cúpula América do Sul-Países Árabes. Alguns criticaram nossa iniciativa, movidos por preconceitos. Mostramos que eles estavam errados.

Desde então, as relações econômicas e comerciais entre a América do Sul e os países árabes aumentaram de forma extraordinária. Negociamos um acordo entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo. Avançamos em nossa

cooperação cultural e estamos nos conhecendo melhor. Estivemos mais atentos e presentes no acompanhamento dos problemas políticos que afetam o mundo árabe. Estou certo de que este nosso encontro renderá muito mais frutos ainda.

A associação entre nossas regiões nunca foi tão necessária, pois nosso mundo continua ainda marcado pela injustiça e pela desigualdade.

Persistem ameaças ao multilateralismo e à credibilidade do sistema internacional. Precisamos adaptar as instituições aos novos tempos. A reforma da ONU é vital para fazer frente aos novos desafios.

O Conselho de Segurança reflete uma ordem internacional que não existe mais. Sua ampliação, com novos assentos permanentes e não-permanentes para países em desenvolvimento, é a chave para torná-lo mais legítimo e democrático.

Exemplo do novo multilateralismo que buscamos é a iniciativa internacional de combate à fome e à pobreza. Já estamos colhendo os frutos de nossos esforços de implementar mecanismos financeiros inovadores. A recente instalação da Central Internacional de Medicamentos é um passo decisivo no combate à AIDS, malária e tuberculose, doenças que devastam os países mais pobres.

No campo econômico, africanos e sul-americanos também temos interesses comuns. Queremos ampliar o comércio de bens e serviços para promover o desenvolvimento. Mas as barreiras protecionistas e os bilionários subsídios agrícolas dos países ricos fecham os mercados aos nossos produtos. As negociações na OMC estão paralisadas. Isso afeta terrivelmente a todos nós. O fracasso da Rodada de Doha teria consequências graves. O sistema multilateral ficaria desacreditado. Milhões de agricultores nos países mais pobres seriam condenados à indigência, aumentando a espiral de desesperança e violência.

Meus queridos amigos,

Nosso objetivo principal hoje é fixar os alicerces de um novo paradigma de cooperação Sul-

Sul. Os documentos que vamos assinar refletem uma agenda rica e diversificada, que inclui temas de cooperação ambiental em recursos hídricos, energias renováveis e biodiversidade.

Estamos também renovando o compromisso com os princípios que orientaram a criação, em 1986, da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

Nosso principal desafio é evitar que essa enorme vontade política se esgote nos discursos e nas boas intenções. Seremos chamados a dar satisfação aos cidadãos e cidadãs de nossos países, que depositaram em nós suas esperanças.

Nossos povos desejam políticas sociais mais eficazes, maior intercâmbio científico e tecnológico, vínculos culturais mais sólidos e fortes correntes de comércio.

Nossas regiões estarão empenhadas, a partir de agora, em esquemas de cooperação em áreas como agricultura, energia, mineração, turismo, informática, saúde, educação, cultura e esporte. E podemos fazer muito mais. Podemos, por exemplo, aumentar a oferta de serviços de transporte aéreo e marítimo entre a África e a América do Sul. A propósito, meu caro amigo Obasanjo, é com alegria que verifico que uma companhia brasileira está prestes a abrir uma linha aérea regular entre o Brasil e a Nigéria.

Desejamos conversar sobre tudo o que nos toca mais diretamente, dos processos de integração aos dilemas que enfrentamos nas duas regiões. Vamos trabalhar lado a lado para superar os graves problemas sociais e econômicos que entravam o desenvolvimento das nações africanas e sul-americanas. Para que haja justiça social no mundo, cada um deve fazer a sua parte. Nós, os líderes da África e da América do Sul, temos uma missão inadiável: levar esperança às populações excluídas dos dois lados desse rio chamado Atlântico.

Quero, meu caro Obasanjo, ao terminar as minhas palavras, dizer que é uma alegria estar aqui outra vez na Nigéria, poder me encontrar com tantos líderes africanos, sul-americanos, e dizer a todos

vocês que depois de quatro anos na Presidência do Brasil, estou hoje muito mais convicto do que estava quatro anos atrás. Não existe saída para os nossos problemas econômicos, políticos e sociais se continuarmos a pensar que, sozinhos, haverá saída para algum país da África ou da América do Sul. Ou tomamos consciência de que a saída é coletiva, de que os projetos de cada Estado podem ser específicos, mas têm que estar vinculados a uma estratégia da África e da América do Sul, e com esse projeto estratégico formado, nós estabelecemos as negociações com o chamado mundo desenvolvido, para que nos trate com a justiça que nós merecemos, ou vai significar que no século XXI vamos continuar como terminamos o século XX: com os mesmos problemas econômicos, os mesmos problemas sociais e, por que não dizer, muitas vezes com os mesmos problemas políticos.

Por isso, eu quero terminar fazendo um chamamento a todos os líderes aqui presentes. Eu sei que muitas vezes as pessoas dizem que a reunião não aprovou nada, que a reunião não decidiu grandes coisas importantes para resolver o problema de cada país. Mas quem faz política sabe que só o fato de juntarmos aqui figuras importantes do continente

africano, figuras importantes da América do Sul, pessoas que deixaram os seus países, que atravessaram o Atlântico e viajaram horas e horas para estar aqui, só esse fato demonstra que o século XXI poderá ser muito melhor para a África e para a América do Sul do que foi o século XX, depende única e exclusivamente das nossas decisões políticas.

Se formos – eu diria – frágeis nas decisões e não analisarmos o que aconteceu com os nossos países no século passado, daqui a 40, 50, 60 anos nós teremos os filhos dos nossos filhos, de cada país, analisando o fracasso que nós cometemos quando dirigimos os nossos países.

O que nós estamos fazendo aqui hoje é um desafio, é um desafio à política mundial, é um desafio à política internacional. O que nós estamos dizendo é, pura e simplesmente, que existimos. Queremos respeitar todos os países, mas queremos ser respeitados e queremos partilhar um legado que a humanidade vem produzindo nos países.

Por isso, eu quero agradecer a presença de todos vocês e dizer ao Presidente Obasanjo, mais uma vez, muito obrigado pelo carinho e pela recepção que nos deu.

## Entrevista coletiva ao final da Reunião de Cúpula África-América do Sul

*Palavras introdutórias do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de entrevista coletiva ao final da Reunião de Cúpula África-América do Sul, Abuja, Nigéria, 30 de novembro de 2006*

Eu queria dizer para vocês que esta reunião da Cúpula América do Sul e África é mais uma coisa que eu considero histórica nas nossas relações internacionais. Foi assim com a criação do G-4, foi assim com a criação do IBAS, foi assim com a criação do G-20, foi assim com a criação da Comunidade Latino-Americana de Nações, e é assim agora com a criação dessa aliança entre países sul-americanos e africanos. E foi assim com o encontro entre o Brasil e os Países Árabes.

Assim, se nós formos analisar do ponto de vista simplesmente comercial, nós vamos perceber que, depois de nossa viagem, nossas nações, em alguns casos, triplicaram, em outros casos, duplicaram, e aqui, na África, foi 110% de incremento que aconteceu nas nossas relações comerciais. Mas, como nós não estamos pensando apenas nisso, nós estamos pensando que é preciso que os países do terceiro mundo, os países em desenvolvimento e os países pobres, estabeleçam entre si regras de relacionamento que possam permitir que cada um descubra o potencial de coisas que nós poderemos fazer juntos, de coisas que nós poderemos comercializar, da nossa afinidade cultural, da nossa afinidade política, mas, sobretudo, uma coisa que eu considero extremamente importante, que é a gente descobrir que, por mais pobre que seja um país, ele

tem potencial de vender alguma coisa, de comprar alguma coisa.

Os países maiores do nosso Continente precisam aprender a ver aquilo que os países europeus fizeram na década de 50, o que os Estados Unidos fazem há um século com os países pobres – política de investimentos, política de implantação de acordos científico-tecnológicos –, para que os países possam se desenvolver. Quanto mais eles se desenvolverem, mais serão países industrializados, mais serão países consumidores, e você cria uma dinâmica no comércio internacional, onde, efetivamente, todos possam participar.

No caso da África, o Brasil está implantando um centro da Embrapa, em Gana, para que a gente possa trazer para o continente Africano aquilo que foi o conhecimento tecnológico que levou à revolução da agricultura brasileira nos anos 70, nos 80 e nos anos 90.

E mais ainda. Eu, toda vez que falo no biodiesel, vocês sabem que eu sou um apaixonado pelo biodiesel, porque eu acho que será a matriz energética do século XXI, e ela pode gerar os milhões de empregos que nós precisamos, pode dinamizar a agricultura de vários países, e pode criar a independência e a soberania de vários países. Toda vez que eu penso no biodiesel, eu penso na África.

Eu não penso apenas no semi-árido nordestino, não penso apenas no Vale do Jequitinhonha, não penso apenas na soberania energética do Brasil, eu penso também nos países africanos que, durante séculos, em um primeiro momento serviram os países ricos, e o Brasil foi um beneficiário disso, de escravos, de trabalho escravo. Depois, serviram de seus minérios, de suas pedras preciosas, do seu petróleo.

E eu penso que o biodiesel é a possibilidade dos países ricos terem uma relação igual, mais justa, com os países africanos, em que eles podem produzir as oleaginosas, eles podem fazer o primeiro óleo bruto dentro de cada país, que pode ser refinado dentro da África ou no país que vai consumi-lo. É uma coisa extraordinária, do ponto de vista de criar oportunidades para que os países pobres tenham chance. Se vocês atentarem, para cada trabalhador que trabalha numa fábrica de transesterificação, ou seja, numa fábrica que vai transformar a oleaginosa em óleo combustível, você vai perceber o quê? Vai perceber que, para cada trabalhador na fábrica, precisa de mil no campo. Se você imaginar que no Brasil, em apenas dois anos, nós já conseguimos contratar 220 mil famílias que estão produzindo girassol, que estão produzindo mamonas, que estão produzindo soja, que estão produzindo pinhão manso, que estão produzindo algodão, imagina o potencial de desenvolvimento que isso pode trazer ao mundo africano.

Eu, na semana passada, fui a uma festa dos 50 anos da Mercedes-Benz. Lá eu conversava com a direção da Mercedes-Benz sobre a necessidade de que a Mercedes-Benz possa, com a tecnologia que ela tem, produzir motor 100% biodiesel. Ou seja, por quê? Porque esse motor tanto pode ser utilizado nos países que podem produzir biodiesel, como o motor mundial pode continuar a ser utilizado no mercado que precisa utilizar o óleo diesel.

Se não bastasse isso, a Petrobras fez um pouquinho mais que o biodiesel, ela fez o H-Bio, que é a mistura direta do óleo vegetal ao óleo diesel, refinado diretamente da refinaria, que dá um óleo

diesel sem enxofre, que é o que o mundo inteiro precisa para despoluir.

Então, quando eu venho a uma reunião como esta e consigo juntar, a convite do Presidente Obasanjo, esta quantidade de Presidentes africanos, eu saio convencido de que nós estamos dando um passo importante, um passo que pode levar cinco anos, pode levar dez anos, pode levar cinquenta. As coisas demoram, quando se trata de política internacional. Vejam que a União Européia ficou trinta anos para tentar chegar ao ponto que chegou, e ainda tem problemas sérios, e isso vai se resolvendo com o tempo.

Eu penso que o que o Brasil fez com o Oriente Médio, o que o Brasil fez com a América do Sul e o que o Brasil está fazendo com a África é uma demonstração inequívoca de que nós poderemos mudar a geografia comercial do mundo, na medida em que sejamos ousados, na medida em que tenhamos propostas, na medida em que queiramos construir parcerias além daquelas que, historicamente, nós construímos.

Ou seja, obviamente que todo mundo quer vender para os Estados Unidos, ou todo mundo quer vender para a Europa, para os países mais ricos ou para o Japão. Acontece que o potencial de compras desses países também tem limitação, eles também têm que produzir, também têm que vender. Então, o que nós precisamos, é brigar para criar outros mercados potenciais, que vão comprar dos europeus, que vão comprar dos Estados Unidos, mas que vão, entre si, fazer as trocas comerciais, que podem fazer a diferença dentro das necessidades econômicas de cada país.

Bem, além dessa questão da agricultura, eu acho que o Brasil pode dar uma contribuição inestimável aos países mais pobres. Nós somos um país que exporta tecnologia de ponta, como os aviões, por exemplo, da Embraer. Temos tentado convencer as pessoas de que o avião da Embraer é muito importante, inclusive aqui, na Nigéria. Estive na Argélia, que está precisando comprar avião. Se

vocês andarem por vários países da África, vocês vão encontrar ônibus da Marcopolo desfilando pelas estradas existente nesses países E mais ainda, vocês vão perceber que nós poderemos, não apenas ensinar aquilo que nós aprendemos do ponto de vista tecnológico, colocar mais tecnologia, como nós poderemos vender parte dos alimentos que o Brasil produz. Eu vou dar um exemplo para vocês: quando os Estados Unidos resolveram aumentar a produção do etanol e utilizar o milho como matriz para produzir etanol, o que aconteceu? Eles tiraram alguns milhões de toneladas de milho do mercado. Isso fez com que outros países que produzem milho já estejam, como o caso de alguns produtores do Brasil, vendendo o milho que vão plantar em 2008, ou seja, não é nem o que plantou em 2006, nem o que vai plantar agora em 2007, é o que eles vão plantar em 2008, ou seja, vendendo, fazendo “hedge” e, portanto, garantindo a tranqüilidade da sua produção de milho. Isso pode acontecer com o equilíbrio que o biodiesel pode criar na agricultura mundial, que é garantir que na hora em que você tenha déficit de produção, você utilize determinadas oleaginosas na produção de biodiesel, sem precisar colocá-las no mercado a um preço que não importa ao produtor.

Aconteceu, mais ou menos, com o que aconteceu com o álcool no Brasil. Todo mundo sabe que o álcool no Brasil aconteceu por acaso, ou seja, nós vendemos muito açúcar, o açúcar estava mil e 200 dólares no mercado internacional e, de repente,

o açúcar despenca e todo mundo tinha plantado cana, o que vai fazer? Toca álcool. Um programa que agora se auto-definiu com políticas públicas corretas, com políticas industriais corretas, na medida em que quase 75% dos carros vendidos no mercado interno são flexil, em que as pessoas podem utilizar qualquer tipo de combustível, seja álcool ou seja gasolina.

Bem, nós achamos que esta é a oportunidade, uma das grandes oportunidades para o continente africano, ou seja, é a necessidade da geração de empregos e da produção de coisas que possam garantir uma melhoria da qualidade de vida. Eu digo sempre para todos os dirigentes da América Latina e da África que encontro, que nós precisamos sempre olhar o século XX para a gente medir o que deu certo, o que não deu certo, para que a gente faça algo diferente no século XXI, para que a gente possa pensar alguma mais estruturante, e não aquelas políticas voluntaristas. De repente, um país rico cria uma política de incentivo à compra do remédio tal, que tem uma continuação até o Presidente estar no mandato. Quando ele sai, como não é política de Estado, acabou. Então, nós precisamos criar políticas estruturantes que sejam definitivas, que independam de quem esteja na presidência da República dos países, que possam fazer com que o continente Africano tenha no século XXI as oportunidades que ele não teve no século XX, no século XIX, no século XVIII e no século XVII. Então, a minha gratificação de poder ter participado desta reunião é exatamente essa.



## VI Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul

*Palavras do Ministro das Relações Exteriores,  
Embaixador Celso Amorim, por ocasião da VI Reunião  
de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul,  
Brasília, 05 de dezembro de 2006*

Caro Ministro Paulo Vannuchi,

Quero também saudar minha querida amiga,  
Ministra Matilde Ribeiro,

Eu queria, em primeiro lugar, dizer que me sinto muito contente de estar aqui, porque esta é uma reunião que envolve uma interseção, digamos assim, de dois temas em que pessoalmente estive muito envolvido. O tema da integração sul-americana – e do próprio Mercosul – e o tema dos direitos humanos no seu sentido mais amplo. E acho que a presença de vocês aqui demonstra que a nossa concepção de direitos humanos é uma concepção global.

Quero também dar as boas-vindas a todos e a todas as autoridades do Mercosul em direitos humanos. Eu acho que a primeira constatação importante a fazer, sendo esta já a sexta Reunião de Altas Autoridades, é que essa freqüente observação, de que o Mercosul não deve ser só comércio, que não deve ser só economia, ela está sendo levada a sério.

Na realidade, não faz muito sentido pensarmos numa maior abertura comercial se dessa maior abertura comercial não resultar uma melhora efetiva na vida das pessoas. Quando nós falamos da vida das pessoas, nós falamos da vida material, mas nós falamos também da vida espiritual. Independentemente das crenças que cada um possa

ter, o bem-estar, que é o que nós todos buscamos para todos os cidadãos e cidadãs, para as crianças, o bem-estar é o objetivo da política. É o objetivo da política nacional, deve ser também o objetivo da política internacional. E, sem dúvida, tem que ser o objetivo da integração.

Então, o fato de que haja uma reunião, já na sua sexta edição, de altas autoridades sobre direitos humanos, em muitos casos no nível de Ministério, é uma demonstração de que o Mercosul não só tem uma face humana, mas é profundamente impregnado dessa vertente humana, sem a qual na realidade não teria muito sentido.

Eu queria fazer aqui uma breve reflexão, rápida, eu vejo aqui os representantes da mídia, a quem eu não saudei, tudo que eu estou dizendo obviamente pode ser reproduzido, mas eu pediria que eles tomassem em conta o fato de que eu estou fazendo uma reflexão pelo ambiente amigável que temos aqui, mais do que fazendo declarações oficiais em nome do Governo sobre um tema ou sobre outro. Mas o Mercosul, é preciso que se diga, ele nasceu sob a era do neo-liberalismo. Na realidade, como uma oportunidade que muitos de nós percebemos naquela ocasião, quando se promovia uma liberalização comercial para todo mundo e era o momento de tentar torná-la mais profunda no caso

de alguns países da América do Sul e, com isso, reforçar a integração. Foi, na realidade, não um oportunismo, mas um senso de oportunidade. Que começou claramente como projeto de Estado, projeto que despertava, inclusive, desconfianças empresariais.

Curiosamente, sempre despertou interesse na sociedade civil, porque a sociedade civil percebia no Mercosul – até porque esses países vinham de processos de democratização – uma maneira de reforçar mutuamente os seus processos de avanço social e de avanço político. E uma das coisas que me deu alegria, daquele momento de criação do Mercosul, foi quando, vindo de uma viagem de Buenos Aires para Brasília, abri o jornal e havia um pequeno anúncio dizendo “Disque-Mercosul”. Então, aquilo era um sinal de que o Mercosul estava começando a passar para a população. Mas ainda era um “Disque-Mercosul” sob o aspecto comercial, sob o aspecto econômico. Eu acho que nós temos, que vocês estão criando isso, ao tratar dessa espécie de observatório de monitoramento dos direitos humanos, um “Disque-Mercosul” também de direitos humanos. Eu acho que isso é uma coisa muito importante.

O cidadão tem que estar ligado, ele tem que sentir que o Mercosul não é do Governo, que o Mercosul é dele. É do cidadão, dele e dela. E ele tem e ela tem o direito de cobrar do Mercosul benefícios, que não são apenas os benefícios imediatos de comércio, mas também os benefícios da melhoria das condições de vida, do respeito às mulheres, aos negros, aos índios, às minorias que muitas vezes são majorias nos nossos países, e também do respeito aos direitos civis e políticos.

Então eu acho que um dos temas que está aqui mencionado, de monitoramento dos direitos humanos, inclusive na dimensão social e cultural, que obviamente se tem que incluir, todas as formas de discriminação, é uma dimensão muito importante. É uma dimensão fundamental. E essa relação direta do cidadão com as entidades do Mercosul também tem

que ser muito importante, tem que ser desenvolvida, já que o que nós queremos é justamente isso, que o Mercosul passe mais e mais para a mão do cidadão. E que o cidadão cobre dos Governos aquilo que eles acham que deva ocorrer no Mercosul, e não o contrário, um projeto exclusivamente de Estado que vai traçando pautas para a sociedade.

Eu creio que nós estamos avançando, o fato de esta já ser a sexta reunião, o fato de incluir todos os países associados ao Mercosul, tudo isso é, evidentemente, de grande importância. Eu até faria uma sugestão, Paulo, eu não sei se nossos colegas de outros países concordariam, mas eu acho que não há por que, eu sei que há o Mercosul “*stricto sensu*”, de cinco países, mais os associados, mas eu acho até que nós deveríamos convidar a Guiana e o Suriname, nem que seja como observadores, porque aí é toda a América do Sul. E eu acho que seria um progresso para nós irmos avançando no sentido de termos uma América do Sul verdadeiramente integrada.

Eu acabo de vir de uma viagem à África, em que acompanhei o Presidente Lula, e foi muito interessante ver o Presidente Venetiaan, do Suriname, falar. Ele é o único Presidente negro da América do Sul. Bom, negro, obviamente negro, todos nós temos nossas raízes negras, indígenas, mas ele era indiscutivelmente. Ele mesmo chamou a atenção para isso, para os africanos verem que há, na América do Sul, uma forte dimensão africana. Então, eu acho que a incorporação mais plena da Guiana e do Suriname – no caso do Presidente da Guiana, país onde também há negros, o atual é mais de origem indiana –, mas é interessante mostrar essa nossa diversidade, essa nossa pluralidade.

Bem, eu queria falar do trabalho todo que nós temos feito. Fiquei muito feliz de você ter mencionado aqui a Comunidade Sul-americana de Nações, cujo pré-projeto de declaração nós assinamos há poucos dias em Santiago. Ela vai nessa direção, de mostrar que é uma Comunidade voltada para o cidadão, voltada para os direitos humanos no

seu sentido mais amplo, não apenas civis e políticos, mas também sociais, culturais, etc. E também voltada, como eu dizia a vocês, para a paz. Nós teremos uma Comunidade de paz. E houve até uma discussão grande sobre livre comércio, mas que acabou sendo resolvida, e eu vejo que é um tema também aqui da reunião, a primazia dos direitos humanos sobre o livre comércio. Eu acho que a primazia dos direitos humanos, nesse sentido amplo, de que nós estamos falando, tem que ser absoluta, porque na verdade ela não é só sobre o livre comércio, mas sobre todas as manifestações da integração. Ela é o objetivo último, é isso que nós queremos quando nós tratamos dessa temática.

O que eu quero dizer, em outras palavras, é o seguinte: os direitos humanos têm que ser uma vertente do nosso processo, mas não podem limitar-se a ser uma vertente. Tem que ser uma dimensão que está presente em todo o processo de integração. Então, mais do que, a meu ver, mais do que saber se há primazia sobre um tratado com relação ao outro, é a preocupação que a dimensão de direitos humanos esteja presente em todas nossas ações integradoras. Esta, pelo menos, é a visão que nos inspira.

E eu fico muito contente de ver que essa Declaração Presidencial da CASA, da Comunidade Sul-Americana, vai também nessa direção, com forte componente social, cultural, de direitos civis e políticos, respeito à democracia. Celebraram-se recentes eleições que nós queremos saudar aqui – no Equador, na Venezuela são as mais recentes –, pois constitui também essa dimensão de respeito à paz e à pluralidade. Isso também faz parte dos direitos humanos, compreender que o outro pode ter uma opção diferente da nossa, desde que nos respeite. Nós podemos ser uns mais socialistas, outros mais capitalistas, outros mais a favor da livre iniciativa, outros mais a favor da intervenção do Estado, mas respeitarmos as opções dos outros. Isso eu acho que é algo muito importante, isso faz parte de uma concepção mais profunda, creio eu, dos direitos humanos.

Eu não quero me estender muito, porque não seria justo eu sair e tomar todo o tempo, mas gostaria de fazer duas ou três observações. Uma, porque também é um tema aqui da agenda, que rapidamente percorri, é a questão da coordenação nos foros internacionais.

Eu vejo que nós temos feito um trabalho nesse sentido, em alguns temas importantes conseguimos uma posição unânime da América do Sul, o que é muito bom, em outros não. Eu queria sobre isso fazer alguns comentários sobre o Conselho de Direitos Humanos e um pouco o nosso trabalho. E eu acho que, digamos, mais que uma tentativa de fazer uma coordenação em temas específicos, que também pode ocorrer, mas acho que isso deve ser consequência, acho que nós temos que fazer uma reflexão sobre o próprio trabalho do Conselho de Direitos Humanos. Eu acho que a criação do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas foi um fato muito importante, porque deu um maior relevo ao tema dos direitos humanos no conjunto dos órgãos das Nações Unidas. Em vez de ser um órgão subordinado ao ECOSOC é hoje um Conselho, algum dia poderá ser um órgão considerado como dos órgãos principais da Carta. Todos desejamos que assim seja, embora muitas vezes se confunda talvez o mandato do Conselho dos Direitos Humanos com o mandato do Conselho Econômico e Social, sobretudo no que se refere também aos direitos econômicos e sociais. Mas, enfim, de qualquer maneira, é muito importante que haja essa elevação de nível. Isso permite uma discussão maior.

Agora, eu acho que há alguns aspectos que têm a ver com o método de trabalho do Conselho, onde eu acho que a evolução ainda foi pequena. E aí eu faço uma reflexão, que é pessoal, é claro que ela se inspira em outras ações, que não são originais minhas, nem mesmo especificamente só do Governo Lula, algumas coisas vêm de antes, embora tenham sido aprofundadas no Governo Lula, e queremos continuar fazendo assim, mas é a maneira de trabalhar do Conselho de Direitos Humanos.

Eu sou confrontado diariamente com dramas nas votações. Muitas vezes você vê que um voto para cá, um voto para lá, pode levar a uma decisão que poderia aparentemente inocentar um país ou uma situação de questões difíceis de direitos humanos, ou, ao contrário, incriminá-lo. Então, na realidade, aquele voto que deu uma vitória ou uma derrota não modifica, na prática, a situação dentro do país ou naquele local. Eu acho que nós temos que, mais profundamente, ver como nós podemos ter uma ação no Conselho de Direitos Humanos – e eu acho que deveria ser objeto de uma reflexão coletiva, que incluía também o nosso Ministério, mas sobretudo as autoridades de direitos humanos –, sobre como nós podemos fazer com que o Conselho seja mais eficaz. Não simplesmente em denunciar, mas em modificar as situações, em fazer com que a vida das pessoas efetivamente melhore. Efetivamente melhor.

Isso envolve muitas coisas, eu não tenho uma resposta para isso. Envolve muitas coisas. Uma delas, que nós temos defendido, é o relatório global sobre direitos humanos. Não parece justo, porque um país é pobre, pequeno, que ele seja objeto de uma resolução, e que um país rico, ou grande, ou que tem muita influência política, não possa ser objeto de uma resolução, não é? Então, há uma injustiça implícita nessa situação.

Eu vou contar um caso para vocês, que acho que é de interesse, que nem ocorreu neste Governo, ocorreu quando eu era Embaixador em Genebra, mas é muito ilustrativo. Eu acho que por volta de 1999, 2000, o Brasil propôs uma resolução, que até hoje se renova, que essencialmente dizia que o racismo era incompatível com a democracia. Uma resolução muito simples, uma resolução quase que declaratória. E a resistência foi enorme, de muitos países que são ou que se colocam como arautos dos direitos humanos, frequentemente. Por quê? Porque eles sabiam que o telhado deles era de vidro, e ficaram mais revoltados ainda porque nós propusemos a resolução sob o capítulo dos direitos civis e políticos. E eles achavam que os países em

desenvolvimento até podem falar desses temas, no capítulo dos direitos sociais, culturais, econômicos, mas direitos civis e políticos eram prerrogativa dos países desenvolvidos. Então, quando o Brasil, com o apoio de vários aqui, e de outros países, propôs uma resolução, dizendo uma coisa muito simples – o racismo é incompatível com a democracia –, isso despertou enormes desconfiças.

Alguns delegados de países desenvolvidos chegaram a nos perguntar quem nos havia pedido para fazer aquilo, como se o Brasil não tivesse o direito, o Brasil, ou a Argentina, o Uruguai, não tivesse o direito de apresentar uma resolução no capítulo de direitos civis e políticos. Esse era um terreno reservado para os países ricos. A verdade é que muitas vezes, no Conselho de Direitos Humanos, ocorre isso. Então, por exemplo – nós não precisamos citar nomes de países, eu quero evitar –, mas certos países, por exemplo, em certo momento uma grande potência está negociando um acordo comercial com aquele país, aí não entra na discussão dos direitos humanos. No ano seguinte, não tem a negociação comercial, ou a negociação comercial deu errado, aí entra. Esses fatos nós não podemos desconhecer.

Há maneira de se corrigir isso totalmente? Não há, a realidade é uma coisa imperfeita, a realidade é uma coisa que nós temos que trabalhar aos poucos. O que, a meu ver, mais nos aproximaria de uma discussão isenta, tanto quanto possível, clara e transparente? Um relatório global, um relatório global de direitos humanos, acompanhado de um sistema, semelhante ao que existe na OIT, existe até na OMC para comércio, só que em bases – creio eu – voluntárias para começar, no qual os países se submetam a uma espécie de “peer review” sobre direitos humanos. O Brasil, de certa maneira, já faz isso, todos os relatores sobre direitos humanos, temáticos, têm um convite permanente para vir ao País. Mas isso é algo que poderia contribuir.

Então esse “peer review” – e o relatório global – cobriria o Uzbequistão mas também cobriria o

Brasil, os Estados Unidos, a China, com um sistema de monitoramento, com um comitê de Prêmios Nobel da Paz, um comitê de altas personalidades de direitos humanos – pode até não ser mandatário. Eu não me preocupo muito com essas coisas mandatórias. Eu presidi o Conselho da OIT e eu vi a força que tem a mera possibilidade de um país ser acusado, isso pesa dentro de um país. Nós, que vivemos aqui durante o governo militar, sabemos que naquela época um movimento iniciado pelo Presidente Carter teve uma influência no Brasil. Então, eu acho que para procurarmos ser positivos, e ao mesmo tempo equilibrados, eu acho que a melhor maneira era caminhar para um relatório global sobre toda a situação, no mundo, de direitos humanos. E, ao mesmo tempo, algum tipo de revisão por país, inicialmente voluntária, e com o tempo, talvez, se alguém quisesse assinar o tratado, em vários tratados isso ocorre, em convenções inclusive, sobre racismo e outras, sobre tortura, então eu acho que essa seria uma maneira de tratar desse tema evitando esse drama.

Outro aspecto que eu queria mencionar, e é muito perceptível isso, na questão de direitos humanos há dois aspectos – há muitos outros, creio eu, mas há dois aspectos: o primeiro é você tentar ser eficiente, é você tentar efetivamente melhorar a situação daquelas pessoas, situação de discriminação política, de discriminação social, seja o que for; e o outro aspecto é, digamos, ficar bem com a própria consciência. E eu vejo que muitas vezes nesses Conselhos de Direitos Humanos a segunda predomina sobre a primeira. É mais importante chegar em casa e dizer “ah, eu você fiz um voto lá, condenei uma situação dos direitos humanos numa vila distante, num continente distante”. É mais importante que o esforço objetivo para melhorar a situação das pessoas.

Então, quando eu me refiro a essa situação, eu digo que é muito importante, não é que seja mandatário, mas é muito importante nós trabalharmos com as instâncias regionais. Por quê? Vamos pegar

aqui a nossa região, por exemplo. É muito mais fácil eu ouvir um conselho da Argentina, ou do Uruguai, ou do Paraguai, do que vir um representante europeu, com uma mentalidade de dizer o que eu tenho que fazer. É mais fácil, é mais natural. Isso ocorre na nossa região e ocorre na África, ocorre na Ásia, ocorre em toda a parte. Então daí um pouco o esforço, também, que nós temos feito de trabalhar com as diversas regiões, eu acho que isso é importante. É uma reflexão que eu gostaria de fazer.

Eu queria terminar mencionando a importância que nós temos dado a alguns temas que estão colocados aí, como a questão da criança, inclusive a questão da menina. E eu acho que é um desafio também para o Mercosul. Para dentro e para fora. Nós temos que trabalhar muito nesse campo, fico feliz de ver, agora temos uma Presidenta da nossa agência de turismo, que é uma mulher que fez do combate ao turismo sexual um elemento fundamental da política de turismo brasileira.

Uma coisa importante que acho que também podemos compartilhar, talvez outros países estejam mais avançados que nós, mas também para fora. Por exemplo, no combate ao trabalho infantil, sobretudo no trabalho das meninas, que muitas vezes se confunde com prostituição infantil, nós temos programas de cooperação com a África. Então, isso é uma maneira positiva e efetiva de contribuir para a realização dos direitos humanos. Eu diria que esse aspecto das discriminações de toda ordem, inclusive as discriminações de ordem racial, ou de ordem de gênero, e outras, mas essas são muito importantes, muito presentes ainda, às vezes de maneira disfarçada, porque é da própria característica, é da essência do preconceito que ele não se reconheça. É preciso estar trabalhando sempre e de alguma maneira denunciando sempre para melhorar essas situações.

Mas eu queria dizer, e com isso eu vou encerrar, que eu acho que a integração, na realidade, ela só faz sentido se ela contribuir para essa ampla realização dos direitos humanos. Direitos humanos

entendidos dessa forma global e integrada.

E eu me lembro, vejo como essas divisões às vezes são artificiais, direitos civis e políticos, direitos econômicos, sociais e culturais, na realidade esses direitos todos existem juntos. Eu não posso conceber direito civil e político se não existe direito econômico e social, e vice-versa. É a tese da indivisibilidade. E eu acho que somente afirmando esses direitos humanos e procurando afirmar de maneira coletiva na nossa região, na qual nós temos que atuar em

conjunto, e reforçando uns aos outros, é que nós poderemos, se nos permitem uma brevíssima citação, uma citação não, uma expressão, que eu acho que veio de Kant, mas que ele dizia que o objetivo de toda política é ampliar os espaços da liberdade. Acho que esse deve ser o nosso esforço, esse é o nosso trabalho a nível nacional e regional da América do Sul.

Muito obrigado.

## I Reunião de Chefes de Estado e de Governo dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA)

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da II Reunião de Chefes de Estado e de Governo dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), Cochabamba, Bolívia, 08 de dezembro de 2006*

Querido companheiro Evo Morales,  
Presidente da República da Bolívia,

Nossa querida Michelle Bachelet, Presidente da República do Chile,

Meus companheiros e amigos Presidentes dos demais países da América do Sul e da América Central,

Querido companheiro Daniel Ortega, recém-eleito Presidente da Nicarágua,

E nosso companheiro Rafael Correa, recém-eleito Presidente do Equador,

Amigos chanceleres,

Ministros,

Representantes dos movimentos sociais,

Amigos e amigas da América do Sul,

É uma honra abrir os trabalhos desta reunião da Comunidade Sul-Americana de Nações. Agradeço ao Presidente Evo Morales e ao povo boliviano pela hospitalidade com que nos receberam aqui, em Cochabamba. Este encontro é um momento decisivo em nosso processo de integração. As recentes eleições na região reafirmaram a vocação democrática do Continente Sul-Americano. Reafirmaram, também, o compromisso dos nossos povos com a construção de um destino comum de

paz, desenvolvimento e prosperidade para todos. Queremos uma América do Sul mais unida politicamente, mais forte e articulada no plano econômico e comercial, capaz de reduzir as assimetrias entre nossos países, mais próxima dos cidadãos e sensível à diversidade cultural do Continente. Acima de tudo, queremos uma América do Sul socialmente justa.

Caros colegas,

Às vezes me pergunto porque demoramos tanto em transformar a integração em realidade. Porque, em dois séculos de vida independente, somente nos últimos anos os chefes de Estado sul-americanos começaram a se reunir, tendo a integração como a preocupação central. A América do Sul é uma das últimas regiões do mundo a se articular politicamente em torno de um projeto de integração. Despertamos há pouco tempo, para a necessidade de unir o Atlântico ao Pacífico, o Caribe à Patagônia, integrando a Amazônia aos Andes, e o Altiplano do Grande Chaco ao Pantanal e à Bacia do Plata.

O mundo atual é cada vez mais complexo e competitivo. Não há espaço para o isolamento. Nenhum país, por maior que seja, por mais

expressiva que seja a sua economia, consegue promover seus objetivos nacionais isoladamente.

A construção da Comunidade Sul-Americana de Nações não é um projeto excludente. Nossa integração se dá em diferentes planos. Somos membros do Mercosul, do Tratado da Bacia do Plata e do Tratado de Cooperação Amazônia. Pertencemos ao Grupo do Rio e à ALADI. Temos afinidades históricas e estreitos vínculos econômicos com a Comunidade Andina de Nações. Somos solidários com o destino dos países centro-americanos e caribenhos.

A Comunidade Sul-Americana não substitui esses esforços. Devemos valorizar os mecanismos de integração existentes, com a plena participação de todos os países sul-americanos. Devemos, também, consolidar a atuação internacional da América do Sul. Fomos protagonistas de uma experiência inédita, ao realizar, em 2005, uma reunião de cúpula da América do Sul com o Mundo Árabe.

Há poucos dias, estivemos na Nigéria, assentando as bases de um novo relacionamento entre a África e a nossa região. E temos a ambição de realizar uma reunião de cúpula com a Ásia, com ênfase nas oportunidades de negócios.

Estamos ajudando nossos irmãos haitianos, sob a égide das Nações Unidas. Estamos dando ao mundo uma demonstração da nossa vontade coletiva, ao assumir responsabilidades no campo da paz e da segurança.

Da mesma forma, a participação de muitos países de nossa região que integram o G-20, se empenham em reconstruir as relações comerciais em bases mais justas e equilibradas. O fortalecimento de nossa coesão ampliará nosso peso negociador e nossa capacidade de inserção internacional.

Meus amigos e minhas amigas,

A América do Sul é hoje uma grande área de livre comércio. O acordo Mercosul-CAN, que entrou em vigor no ano passado, foi o primeiro passo e já mostra resultados. Nos dez primeiros meses de 2006,

só o comércio do Brasil com a América do Sul totalizou mais de 34 bilhões de dólares, o que é mais que em todo o ano passado. Temos que trabalhar na construção de mecanismos de cooperação regionais em novas áreas, incluindo serviços, investimentos, compras governamentais e política de concorrência. O livre comércio é um instrumento, não um fim em si mesmo. Ele abre novas oportunidades, reduz as assimetrias e combate a desigualdades sociais da região, cria mais empregos e melhores condições de vida para todos. Por isso, queremos um comércio que gere benefícios equilibrados.

O Brasil está empenhado em aumentar suas importações na América do Sul. Somos, também, favoráveis a estender, automaticamente, às economias menores da região, as concessões estabelecidas nos acordos comerciais firmados pelos países sul-americanos. Temos que fomentar um número maior de cadeias produtivas entre nossas empresas, criar cadeias produtivas regionais, que aproveitem as sinergias existentes, sobretudo em áreas estratégicas, como indústria aeronáutica, construção naval, medicamentos e de uso militar.

Gostaria de propor a realização, no primeiro semestre de 2007, de uma reunião de ministros de Indústria, para articular ações que permitam desenvolver indústrias e consórcios regionais nas áreas definidas como estratégicas. Precisamos, também, aumentar o volume de investimentos de nossas empresas na própria região. Entre 2003 e 2005, as empresas brasileiras realizaram investimentos diretos no valor de 16 bilhões de dólares na América do Sul. Em 2006, esses investimentos registraram uma expansão substancial. Também queremos receber, e temos recebido, mais investimentos de nossos vizinhos.

O principal déficit de integração em nossa região ainda é na área de infra-estrutura de transportes e comunicações. A América do Sul é um continente que ainda não se comunica de forma satisfatória. O Brasil tem procurado dar a sua contribuição. Com recursos do Banco do Brasil e

do BNDES, financiamos dezenas de projetos de infra-estrutura nos países vizinhos nos últimos anos. Estabelecemos, também, uma linha de financiamento do BNDES para desenvolver cadeias produtivas entre empresas brasileiras e empresas de outros países sul-americanos. Devemos desenhar, agora, com a participação das companhias aéreas, um programa sul-americano de fortalecimento de conexões aéreas, com atenção especial ao fomento do turismo e dos vôos regionais, tendo como base as condições da Segunda Reunião dos Ministros e das altas Autoridades do Turismo na América do Sul, recentemente realizada em Porto Alegre, Brasil.

Para construir uma efetiva infra-estrutura, precisaremos de instrumentos financeiros adequados. Proponho que se examine, o quanto antes, o estado de implementação dos projetos, para rever prioridades e obter os financiamentos necessários. Não faltam recursos em nossa região. Temos que canalizar a poupança regional, que hoje alimenta a ciranda financeira para os investimentos produtivos.

Precisamos desenvolver, com urgência, um sistema financeiro sul-americano, a partir da coordenação dos bancos nacionais e regionais de desenvolvimento e da valorização dos mecanismos já existentes, como o CAFI.

Precisamos, também, elaborar um mecanismo específico de garantias, que leve em consideração a situação particular das nossas economias, sobretudo as mais vulneráveis.

Temos que continuar estimulando iniciativas como as trocas comerciais em moedas nacionais. A experiência adquirida com esses ensaios de integração financeira, que devem ser graduais e conforme as possibilidades de cada país, contribuirá para a futura criação de um verdadeiro banco sul-americano de desenvolvimento.

Meus caros colegas,

A integração energética, ao lado da questão da infra-estrutura, será um dos motores da Comunidade Sul-Americana de Nações. Esses dois

pilares representam, para a América do Sul, o mesmo que o carvão e o aço significaram para a integração europeia nos anos 50.

Nossa região dispõe de uma das maiores reservas de recursos energéticos do mundo e está promovendo investimentos e associações estratégicas, que permitam sua utilização em termos justos e com benefícios para todos.

A integração energética sul-americana deve ter como fundamento a segurança de acesso, a justa remuneração, a preocupação com a preservação ambiental, a inclusão social e a estabilidade das relações jurídicas.

Será importante realizar, ainda em 2007, uma reunião extraordinária de chefes de Estado da Comunidade, para tomar as decisões estratégicas necessárias ao planejamento da integração energética. Nossa agenda poderia, inicialmente, incluir três metas fundamentais. Primeiro, coordenar esforços na exploração e distribuição de petróleo e gás; ampliar a interconexão elétrica entre nossos países; e aprofundar a cooperação em matéria de combustíveis renováveis, como o etanol, o biodiesel e o H-Bio.

Caros amigos e amigas,

A integração sul-americana somente terá sentido quando for abraçada por todos os cidadãos e se for estendida em sua dimensão humana e solidária, contribuindo para superar os grandes flagelos do nosso continente: a pobreza e a exclusão social.

Por essa razão, precisamos definir, como propõe o Presidente Evo Morales, uma vigorosa agenda social sul-americana, com metas específicas e mecanismos de acompanhamento de sua implementação. Quero repetir este texto: por essa razão, precisamos definir, como propõe o nosso companheiro Evo Morales, uma vigorosa agenda social sul-americana, com metas específicas e mecanismos de acompanhamento de sua implementação.

Precisamos caminhar rumo a uma cidadania

sul-americana, entendida em seu pleno sentido. O acordo sobre dispensa de vistos em passaportes, firmado em Santiago do Chile, é um passo importante nesse rumo. Um projeto tão amplo como o da nossa Comunidade tem que contar com instituições que permitam realizar nossos projetos.

Por isso, o Brasil apóia, com entusiasmo, as propostas elaboradas pela Comissão Estratégica de Reflexão, que trabalhou durante este ano, a nosso pedido, e que inspira grande parte de nossa decisão de hoje. Se queremos uma Comunidade forte, é preciso dotar-lhe dos instrumentos necessários. Cedo ou tarde deveremos assumir certo conteúdo de supranacionalidade no processo de integração. É por isso que vejo, com muito interesse, a idéia da criação de uma comissão permanente de altos funcionários, apoiada por uma secretaria que, durante o próximo ano, teria sede no Rio de Janeiro. Deposito grande expectativa no trabalho a ser encomendado aos grupos da comissão, nas áreas de infra-estrutura, energia, políticas sociais e integração financeira. Passo decisivo para o futuro dessa integração será a negociação de um acordo ou tratado constitutivo, que lhe dê consistência jurídica, densidade político-institucional e identidade internacional a nossa comunidade.

Espero que na próxima reunião de Cúpula possamos firmar esse tratado. Quero concluir, chamando a atenção para algo essencial em nosso projeto. A Comunidade Sul-Americana das Nações tem que construir uma estreita relação com os movimentos sociais, dialogando com os povos originários, com os afrodescendentes, com as mulheres e os jovens e, sobretudo, com os trabalhadores. São esses atores sociais e políticos que estão escrevendo a história atual da nossa América, abrindo um futuro de esperanças renovadas.

Meus amigos e minhas amigas,  
Sempre tenho uma preocupação quando fazemos um encontro entre sul-americanos, porque nem sempre os outros países sul-americanos

entendem português e nem sempre os brasileiros entendem os outros sul-americanos. E tenho consciência de que cometi um erro muito sério de não pedir para que houvesse um intérprete durante o meu discurso. Fico olhando para a cara do Chávez e sei que ele tem dificuldade para entender o português e, muitas vezes, fico conversando com o companheiro e não entendo todas as palavras em espanhol. Porém, queria dizer umas últimas palavras em português.

Chávez, fomos reeleitos Presidentes de nossos países. Por que quero dizer essas palavras? Porque todos nós, reeleitos Presidentes, temos uma vontade imensa de fazer muitas coisas e nos nossos encontros internacionais, nos encontros bilaterais, sentimos, às vezes, uma frustração, porque os acordos que são fáceis de fazer ficam paralisados em várias instâncias burocráticas, ou por questões de financiamento.

Chávez, eu e Uribe, que estamos eleitos, temos a obrigação política de aproveitar a experiência dos primeiros anos de mandato para não permitir que os acordos firmados entre os Presidentes sejam apenas mais um documento, que fique paralisado na mesa de um burocrata dos nossos países. Não. Não é possível. Às vezes os Presidentes decidem, falam com a imprensa e, um ano mais tarde, um ano depois, não aconteceu nada. Por quê? Porque têm mais artigos para proibir do que para permitir. E tive uma experiência com Chávez ontem, em Brasília. Há um ano redigimos um acordo para construir uma refinaria PDVSA-Petrobras. Quando nos reunimos, percebemos que os técnicos tinham mais divergências que concordâncias, mesmo quando já havia uma decisão dos dois Presidentes para evitar isso.

De agora em diante, cada acordo e cada documento da Comunidade Sul-americana, do Mercosul, bilateral, tem que ter um grupo executivo diretamente ligado às presidências da República para acompanhar a execução desse protocolo, caso contrário, não sai.

Por último, meu querido companheiro Evo Morales – como ele me chama de irmão mais velho,

vou chamá-lo de irmão mais novo – vinha, na viagem, com Rafael Correa. Me levantei e entrei na cabine do avião, antes que o avião pousasse no aeroporto de Cochabamba, e me dei conta de que a Bolívia é exatamente o centro da América do Sul. Fiquei pensando, imaginando como será fantástico o dia em que tivermos um parlamento da América do Sul (já temos a sede do Mercosul em Montevideu) ou um parlamento da América Latina em uma cidade como Cochabamba, porque o carinho demonstrado pela gente de Cochabamba nas ruas, quando vínhamos para essa reunião, demonstra claramente que o povo

boliviano é um povo que tem um sentimento de paz extraordinário. Por isso, espero que possamos construir esse sonho antes de terminar o nosso mandato e, quem sabe, possamos instalar esse parlamento.

Meus queridos companheiros e companheiros, meu querido Presidente, muito obrigado pelo carinho que vocês me dedicaram durante os primeiros quatro anos. Eu saberei retribuir o carinho durante os próximos quatro anos.

Muito obrigado.



## Encerramento da II Reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA)

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da II Reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), Cochabamba, Bolívia, 09 de dezembro de 2006*

Primeiro, queria, de público, agradecer o companheiro Evo Morales, o povo boliviano e o povo de Cochabamba pelo carinho que nos foi dado nesses dois dias. Desde a mais humilde funcionária do hotel até as pessoas nas ruas de Cochabamba. Penso que poucas vezes nós, Presidentes, vimos um tratamento tão carinhoso como o que recebemos aqui. Então, gracias, Evo, gracias ao povo da Bolívia e gracias ao povo de Cochabamba.

Segundo, dizer para vocês que a reunião da Comunidade Sul-Americana de Nações me dá a certeza de que temos muitas coisas para acertamos, temos muitas divergências, mas também temos muitas convergências. E podem ficar certos de que aqui, na América do Sul, nós não levaremos 50 anos, como levou a Europa, para se unificar. Vamos fazer em menos tempo, porque temos vontade política, temos necessidade e queremos transformar a América do Sul e, quiçá, a América Latina, em um pólo de desenvolvimento e de justiça social. Nós não perderemos o século XXI. Já perdemos o século XIX e o século XX. O século XXI tem que ser da América do Sul e vai depender da nossa capacidade.

Se a imprensa analisar corretamente, vai perceber que o povo da América do Sul está

produzindo mudanças mais rápido do que nós, os dirigentes. Ou seja, poucas pessoas no mundo acreditavam que em tão pouco tempo o povo elegeeria, na América do Sul, tanta gente comprometida com as causas populares. Penso que o desafio que está colocado para nós, depois de realizarmos uma reunião como esta que realizamos, é um só: nós, os Presidentes, que participamos hoje da governança da América do Sul, não temos o direito de falhar com os pobres deste Continente. Não temos o direito.

Todo mundo sabe que governamos para todos, mas que dentro da nossa política a preferência é para que os pobres conquistem cidadania, é para que os pobres possam estudar, e é para que os pobres possam ter acesso aos bens materiais produzidos por eles próprios.

Temos muito a fazer. Quero terminar dizendo a vocês que eu, particularmente, estou convencido (e tenho certeza de que todos os companheiros também estão) que não há saída individual para nenhum país da América do Sul ou da América Latina. Ou nos juntamos e fazemos da integração uma integração política; econômica; comercial; industrial; cultural, ou não temos muita possibilidade. O mundo

avançou e nós, durante muito tempo, retrocedemos.

Quem duvidar, quem tiver qualquer dúvida do avanço da América do Sul, deve apenas olhar para quem dirigia este Continente há dez anos atrás e quem dirige este Continente hoje. Houve uma mudança extraordinária feita pelo povo da América do Sul e isso nos obriga a sermos cada vez mais responsáveis e a pensarmos cada vez mais em uma política de inclusão social, de inclusão cultural, de

inclusão digital, e, sobretudo, de inclusão política para as maiorias da nossa sociedade.

Querido Evo, quero dizer que estou me retirando agora, quero pedir desculpas de não ir ao estádio, porque tenho um problema sério para resolver no Brasil, mas quando hablare com el povo de Cochabamba, transmita um abraço meu.

Gracias, querido, por tudo. Obrigado Chávez, obrigado Nicanor e até outro dia.

## II Reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA)

*Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na II Reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), Cochabamba, Bolívia, 09 de dezembro de 2006*

Primeiro, companheiro Evo, quero dizer que o fato de fazermos uma reunião de Presidentes numa região do interior do país não só é gratificante pela divulgação da região do país mas, sobretudo, porque a aprendemos com isso e o povo do interior, muitas vezes, é mais carinhoso que o das grandes cidades. Penso que o carinho que todos recebemos aqui, em Cochabamba, foi uma demonstração de que, embora o povo boliviano tenha suas necessidades, sofra os seus problemas sociais, a amizade e o respeito que eles demonstraram ontem à noite, por todos os Presidentes e pelo encontro aqui comprovam que a integração já está na cabeça da gente de Cochabamba.

Segundo, quero me dirigir a todos os Presidentes aqui, lamentando que Tabaré tenha viajado e que Alan Garcia já tenha saído. De vez em quando vejo recaída nas nossas reuniões. De vez em quando vejo que ficamos desesperados porque as coisas não acontecem. Isso acontece com cada dirigente político todo dia no seu país. Tenho certeza que tem dia que cada um de nós levanta, fica se perguntando por que somos Presidente? Está tudo muito difícil, está tudo muito complicado. E depois a gente, no dia-a-dia vai percebendo a importância das coisas que estamos fazendo.

Primeiro, reconheço a inquietude que todos nós temos; e alguns países de menor poder de desenvolvimento têm que ter mais angústia. E, portanto, penso que é importante que todas as vezes que nos reunamos, os Presidentes possam dizer claramente o que estão pensando. Aliás, o espaço é para isso mesmo. Agora, o fato de nós quisermos mais, o fato de nós termos mais ambição não nos obriga a negar os avanços que nós temos. Seria de todo muito mal se a gente achasse que apenas as coisas boas que vão acontecer são as coisas do futuro. E a gente não perceber que há avanços no cotidiano da nossa relação.

Há pouco tempo, o Presidente da Bolívia não conversava com o Presidente do Chile. Eu lembro que um dia juntei o Presidente da Bolívia e o Presidente do Chile e falei: não é possível que vocês estejam “pelando” por um problema do século XIX e não estejam pensando no século XXI.

Há pouco tempo, teve um problema entre Peru e Chile, por um pedaço do mar, um triângulo na divisa do Chile e Peru. E eu dizia aos companheiros, ainda Lagos Presidente, e ainda o Toledo Presidente, que não era possível que a gente transformasse essas divergências numa verdadeira declaração de guerra, porque partia do Congresso Nacional, quando a gente

deveria, da forma mais civilizada possível, encontrar uma solução. E as soluções são difíceis, elas são difíceis numa simples greve de trabalhadores numa fábrica, elas são difíceis numa simples greve de funcionários públicos com o governo, elas são difíceis num movimento social quando ocupa uma terra, quando ocupa um bairro, o fato é que nós temos que ter a paciência de tentar solucionar esses problemas com muita delicadeza.

Vejam, ontem, eu e o Chávez conversávamos sobre o problema da Argentina e Uruguai. O problema das papeleiras. Para mim, que estou no Brasil, é um problema fácil de solução. Para o Chávez, que está na Venezuela, é um problema fácil de solução. Mas, na prática, ele não é fácil, tem um componente que já extrapolou a política e somente com muita paciência e muita maturidade nós vamos chegar a um acordo sobre aquilo ali. Agora, esse tema foi proibido de discutir na mesa porque nós sempre queremos respeitar a sensibilidade de cada um.

E, mesmo assim, eu vejo de vez em quando no jornal: “Kirchner acaba de fazer um acordo com Evo Morales para aumentar o preço do gás.” Aí, no dia seguinte: “Índios da Bolívia fecham o gás que vai para a Argentina.” A imprensa vende aquilo como se fosse uma verdadeira guerra, quando, na verdade, certamente um telefonema entre os dois Presidentes resolvesse o problema. E temos que fazê-lo sem massacrar os índios que fecharam. Temos que fazê-lo da forma mais sensível possível, sem criar animosidade com aqueles que estão fazendo esse movimento, porque estão querendo defender os seus direitos.

Eu atravessei uma fase muito difícil com a Bolívia, e o Evo sabe disso, porque à direita brasileira e à imprensa brasileira só faltava pedir que eu declarasse guerra à Bolívia. Entretanto, em todo o período, inclusive em época eleitoral, eu jamais deixei de defender a razão de a Bolívia ser dona do seu gás, ser dona das suas riquezas minerais, nunca. E vou continuar fazendo porque eu acho que é isso que deve acontecer nos países que vão conquistando governos mais democráticos, governos mais

comprometidos na área social, e governos que tenham orgulho de defender a soberania de seu país.

Quantas vezes eu levantei de manhã e tinha manchete: “Brasil e Argentina divergem”, “Kirchner proíbe importação de tal produto”. Eu nunca dei uma declaração contestando a Kirchner. Eu dizia: a Argentina tem razão, porque a Argentina precisa se industrializar. O seu parque industrial foi demolido em tantos anos, que agora precisa se industrializar. E assim a nossa experiência com cada país, com cada companheiro, nas divergências que nós temos, nas angústias que nós temos. Agora, pensem uma coisa, o que eram as relações políticas na América do Sul há dez anos? Há dez anos, na América do Sul, a coisa mais importante era saber quem era mais amigo do Presidente dos Estados Unidos. Era saber se era Menem ou se era Fernando Henrique Cardoso que ia ser convidado, para ir para aonde mesmo? Para Camp David. Era saber quem recebia mais títulos “Dr. Honoris Causa”. Não tinha grandes divergências. Tinha o Ministro da Fazenda da Argentina que achava que era melhor do que o do Brasil; o do Brasil que achava que era melhor do que o da Argentina e cada um ficava brigando quem controlava mais a inflação.

Agora, vamos ver o que aconteceu na América Latina e na América do Sul nesses dez anos. Primeiro, Chávez eleito Presidente da Venezuela. Dois anos depois tomou um golpe pela cabeça; depois, o Brasil me elege. Depois a Argentina elege Kirchner; depois o Paraguai elege Nicanor; depois eu conheci Uribe; depois elegemos outros Presidentes. O Lucio Gutiérrez no Equador, naquele momento, era um homem que vinha de um movimento social. Agora temos Rafael Correa, temos o Daniel Ortega, temos a eleição do Peru com Alan Garcia, o Uribe está reeleito. Nós temos tudo para lamentar que não estamos fazendo tudo o que precisamos fazer e o que podemos fazer. Temos tudo para lamentar, mas temos o direito de reconhecer que nós construímos um novo patamar político neste continente. Nós temos que reconhecer. E não podemos negar as coisas que nós já fizemos.

Por exemplo, meu companheiro Alan Garcia não está aqui. Eu posso ter crítica a isso, mas eu não posso negar isso e dizer que a educação é a solução de tudo. Porque até para as pessoas estudarem precisa de rua, de estrada, precisa de transporte; ou seja, eu preciso fazer as duas coisas. Eu preciso fazer a infra-estrutura de energia, eu preciso fazer a infra-estrutura de “carretera”, fazer as pontes que temos que fazer e tem que cuidar da educação. Uma coisa não nega a outra. Não é possível.

Eu acho que não é a primeira vez que eu participo de uma reunião que o clima está para baixo. Eu quero dizer para vocês que eu continuo acreditando que nós não temos saída se não fizermos a integração política, física, cultural, educacional, de saúde da América do Sul. Não tenho nenhuma dúvida disso. Nós vivemos o século passado inteiro dependendo da compra que os Estados Unidos faziam ou da União Européia. O século inteiro, não foi um dia, foram 100 anos. Nós agora estamos apenas há seis anos no novo século. Ou seja, se você imaginar que o Chávez é o Presidente mais antigo do nosso grupo, agora, e tem oito anos, e que eu sou o segundo mais velho do nosso grupo e tenho apenas quatro anos. Quatro anos, num processo histórico, não é nada. Eu não quero tirar o direito de as pessoas ficarem angustiadas; é importante que fiquem, é importante que demonstrem de vez em quando a sua indignação com a demora, com a morosidade das coisas. Mas eu não aceito, em hipótese alguma, a negação das coisas que nós já fizemos.

E sabem os meus companheiros aqui, Nicanor, que eu viajo com ele, converso muito com ele e o Chávez, e de vez em quando eu sou angustiado. De vez em quando sou eu que estou angustiado, de vez em quando sou eu que estou criticando tudo e todos. De vez em quando eu digo ao Celso que não vou mais participar de reunião, porque eu prefiro ficar em casa a vir a uma reunião. Agora, eu não tenho o direito, enquanto Presidente de um país, de faltar a uma reunião, que se não der nenhum fruto, só o fato de eu conviver por pouco

tempo com vocês já valeu a pena a reunião, porque isso é fazer política, isso é integração.

Vejam o que aconteceu ontem. Todo mundo imaginava que poderia ter uma guerra entre Venezuela e Peru por causa das declarações na época eleitoral. O que aconteceu? Se não fosse essa reunião, Chávez e Alan García não teriam estabelecido esse diálogo, porque isso não se faz por telefone, isso se faz pessoalmente quando a gente tem oportunidade de conversar. E nós sabemos que o contato político é imprescindível. Não existe política sem contato pessoal.

Então, eu queria dizer para os companheiros o seguinte: eu penso que esta reunião de hoje nos leva a uma reflexão um pouco mais profunda do que fizemos até agora e acho que é normal que façamos uma reflexão do que fizemos até agora e do que podemos fazer daqui para a frente.

Para isso, eu concordo com a proposta do Alan Garcia: vamos estabelecer temas, vamos estabelecer que um Presidente assumira o compromisso de fazer uma proposta sobre energia, um Presidente assumira de fazer uma proposta sobre educação, um outro sobre comércio, e veja, nós não podemos negar que no fundo, no fundo, o resultado de tudo isso é facilitar o crescimento das nossas economias, aumentando o comércio entre nós, ou, entre nós e outros parceiros que não estão aqui, entre o mundo asiático, entre os Estados Unidos ou a Europa. No fundo, no fundo, é isso. Ou o Chávez vende o petróleo dele aqui, ou vende para os Estados Unidos, ou vende para a Ásia ou para a Europa. Ou o Brasil vende a sua soja aqui, ou vende para a Europa ou Ásia, ou não tem comércio. Não tendo comércio não vai ter o crescimento econômico que nós queremos. Esse é um dado concreto e nós não podemos negar.

Então, eu queria fazer uma sugestão: nós estudaríamos fazer, quem sabe, quando tivermos a reunião de energia, que poderemos marcar, ou quem sabe quando for ter a reunião do Mercosul, dia 18 de janeiro. Quem sabe a gente convocasse os Presidentes meio dia antes, fora da pauta normal,

para que só os Presidentes fizessem uma reflexão política do que nós desejamos para o futuro imediato. Meio dia, não precisa mais. Cada companheiro “solito”, sem imprensa, sem ninguém, se a gente pudesse desabafar entre nós o que acontece. Nós participamos da reunião e depois não gostamos dela. Nós decidimos e depois não gostamos. E, muitas vezes, como eu, acusamos a burocracia, mas sem a burocracia nós não chegaríamos sequer a fazer uma reunião como essa. Esse é um dado concreto. E respeitando as coisas de cada país. Cada país tem sua constituição, tem sua legislação, tem suas regras internas. O Brasil tem regras muito mais para impedir do que para ajudar. Então, é preciso tentar mudar.

Uma vez me ligou o Presidente do Senegal pedindo um avião para acabar com uma praga de gafanhotos. A praga de gafanhotos já estava próxima, mil ou algumas centenas de quilômetros, e ele precisava do avião. Eu achei que era simples, que era só mandar um avião. Sabe o que aconteceu? Eu pude mandar quatro meses depois, porque teve que passar pelo Congresso Nacional. E como não tinha praga de gafanhoto na fazenda dos senadores, dos congressistas, eles não estavam com o problema que estava o Presidente do Senegal. Levou quatro meses.

Eu estou dizendo isso, companheiros, porque eu acho que nós temos que sair dessa reunião com os nossos sentimentos próprios do jeito que a gente quiser sair, mas nós temos que sair dessa reunião com uma cara política para fora. Temos que sair com uma cara para fora. E a cara para fora, meus companheiros Michele, Chávez, Nicanor, a cara para fora é a gente valorizar o trabalho que os companheiros fizeram, aprovar as propostas do documento. E Evo Morales dá uma declaração para a imprensa, dizendo que isso aqui foi o que nós pudemos construir. E vamos construir diferente nas próximas vezes. Vamos nós, Presidentes, definir o que nós queremos que nossos assessores trabalhem.

Eu quero dizer que eu acho que a comissão de reflexão fez um trabalho profundo. Obviamente, pode ter faltado um ou outro tema, mas também não

é a primeira vez na vida que nós participamos de uma reunião onde um documento não contempla todos os assuntos. Mas eu queria que essa reunião terminasse bem e não que saíamos de uma reunião com a impressão de que tivemos mais divergência do que convergências, que apareçam para a opinião pública apenas as divergências. Não tenho dúvida de que alguns de nós retratam nesta reunião os problemas que a gente vive no nosso país. Eu sei como é que a imprensa de cada país trata as nossas reuniões, eu sei como é que a imprensa de cada país trata as relações bilaterais, trata o Mercosul. E nós não podemos ceder a essa pressão.

Não se fala mais em Alca. Por quê? Porque fomos eleitos. E porque criamos alternativas que precisam ser melhoradas, aperfeiçoadas. Se o Nicanor tivesse acesso aos meus discursos dentro do governo, ele iria perceber que eu sou tão defensor do Paraguai quanto ele. Não imagina o que é a loucura. E é uma tarefa. Eu tenho mais quatro anos de mandato e digo ao Celso Amorim que temos que mudar as coisas nesses próximos quatro anos. Por isso que ontem à noite eu disse que Chávez tem reeleição, eu tenho reeleição, o Uribe tem reeleição, daqui a pouco a Argentina tem reeleição, daqui a pouco a gente vai ter no Paraguai, mas eu não quero no segundo mandato sofrer todas as angústias que eu sofri no primeiro. Eu quero que as coisas andem com maior rapidez. A partir das nossas reuniões.

Por isso, Evo, eu quero, meu irmão, agradecer. Você sabe que eu estou com um problema sério nos aeroportos brasileiros, um movimento “operação padrão” dos nossos controladores nos aeroportos que já dura uns 60 dias, e eu necessito, quem sabe, ter uma reunião, hoje à noite, com o Comando, para ver como resolvemos isso, porque as pessoas estão ficando quatro horas nos aeroportos para poder embarcar num voo.

Muito obrigado, Evo, e felicidades pela organização e pelo tratamento carinhoso que nos foi dado nesta reunião.

## Descerramento de placa alusiva à instalação do MRE no prédio do MS

*Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião de descerramento, no Ministério da Saúde, de placa alusiva à instalação do MRE no prédio do MS no período de 1960 a 1964, Brasília, 13 de dezembro de 2006*

Meu caro Ministro da Saúde, Embaixadores, Ana, minha mulher, colegas do Ministério da Saúde e das Relações Exteriores,

Eu queria, numa cerimônia singela como essa, simplesmente assinalar alguns aspectos: um, de natureza histórica, porque ao compartilharmos esse Ministério nos anos iniciais da construção de Brasília foram também anos muito importantes. Lembrando principalmente dos primeiros anos, e sempre com o risco de omissões, entre outros, San Tiago Dantas, Afonso Arinos, Hermes Lima, Evandro Lins e Silva, Araújo Castro, tiveram que coabitar com seus colegas Ministros da Saúde daquela época, e certamente essa coabitação ensejou o início de uma cooperação muito frutífera e uma cooperação que continua nos dias de hoje.

Ainda há pouco mais de um ano nós assinamos um memorando de entendimento, com seu antecessor, de cooperação entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Saúde. Mas essas ações, que têm muita importância, e esse marco legal da nossa cooperação, que também é indispensável, ele muitas vezes não deixa perceber aspectos muito concretos dessa ação conjunta.

Para não me estender demais, eu citaria dois ou três aspectos importantes dessa cooperação: um diz respeito à maneira como nós temos tratado a

questão da propriedade intelectual e da saúde no campo internacional, sobretudo em relação ao comércio, e à maneira bem sucedida com que se conseguiu ao longo dos anos, se iniciou em outros governos mas se aprofundou nesse governo, garantir não só que os países em desenvolvimento possam recorrer aos medicamentos genéricos, e se necessário até por meio de licenças compulsórias para a produção por seus mercados, mas, mais recentemente até mesmo para exportar ou importar com esse objetivo.

Esse direito aos medicamentos que nós garantimos, através de negociações árduas e importantes na OMC, sempre em conjunto do Ministério da Saúde com o Ministério das Relações Exteriores, passou também pela Comissão de Direitos Humanos. Então, esse é um exemplo da cooperação importante que temos desenvolvido.

Mas eu quero dar outro exemplo ainda mais concreto porque, em uma das muitas viagens que fiz à África, em uma delas eu estive no Quênia e lá recebi, em uma reunião dirigida pelo Ministro Queniano do comércio, nessa reunião vieram vários representantes de diversos setores da sociedade, entre eles um padre católico que era até de nacionalidade norte americana que atendia uma região muito pobre. E ele mesmo tomou iniciativa de se referir a um projeto de

cooperação para o combate à AIDS em crianças. Ele me relatou que a cooperação que o Brasil dava naquela época significava, a diferença da cooperação era entre um índice anterior de mortalidade infantil naquela cidade, entre doze e vinte crianças por ano, a zero, que era o que tinha passado a ser depois da nossa cooperação.

Então, quando nós falamos da cooperação entre dois ministérios e essas coisas podem parecer supérfluas, na realidade elas são simbólicas de coisas muito reais. No primeiro caso que eu mencionei, a possibilidade da população brasileira ter acesso a medicação a preços acessíveis para vencer uma doença que é uma pandemia, e no segundo caso a cooperação concreta em benefício de um terceiro

país mais pobre do que nós e fazendo essa diferença entre a vida e a morte na realidade.

Eu, como tenho uma relação pessoal com a área de saúde porque estive muito envolvido, na minha última passagem por Genebra sobretudo, nessas questões de propriedade intelectual e saúde, mas também na questão do combate ao fumo, batalha difícil que nós levamos aqui dentro também em mais de um aspecto, eu me sinto muito gratificado em poder hoje através dessa pequena ação simbólica, poder agradecer do ponto de vista da nossa política externa a cooperação que temos tido do Ministério da Saúde e dizer o quanto ela é importante para o Brasil.

Muito obrigado.

## Cerimônia de abertura oficial da Cúpula Social do Mercosul

*Discurso do Ministro das Relações Exteriores,  
Embaixador Celso Amorim, por ocasião da cerimônia  
de abertura oficial da Cúpula Social do Mercosul,  
Brasília, 13 de dezembro de 2006*

Boa noite a todos,

Sr. Ministro Luiz Dulci, meu amigo Carlos Alvarez, Artur Henrique da Silva Santos, Ministros meus colegas, Ministro Vannuchi, Ministra Matilde, Secretários-Executivos, Professor Marco Aurélio, Embaixadores, Parlamentares.

Primeira incumbência, é uma incumbência menos agradável que é informá-los de que em virtude de um resfriado forte o Presidente Lula não poderá comparecer a essa cerimônia. Lamentamos muito, é sempre uma decepção, que já me ocorreu várias vezes ter que representar o Presidente, é uma honra mas é também uma grande decepção para todas as demais pessoas de modo que é um fato que ocorre, infelizmente não era nosso desejo. Eu vou falar muito poucas palavras, porque acho que hoje é um evento, uma festa e uma cerimônia muito mais da sociedade civil do que propriamente dos governos.

Em primeiro lugar, é um prazer para o Ministério das Relações Exteriores abrigar a abertura desse evento. Eu sei que o evento já se iniciou, que já houve trabalhos e discussões hoje que continuarão amanhã, envolvendo sindicalistas, ONGs, representantes dos mais variados setores da sociedade civil, parlamentares. Mas eu queria também assinalar um fato interessante: que essa Cúpula Social do Mercosul, que é continuação de vários outros

trabalhos, de várias outras reuniões que tinham como sentido principal envolver os vários setores da sociedade civil, vários que já vem de muito tempo e outros que se intensificaram mais recentemente na Cúpula de Córdoba, esse evento coincide com a instalação do Parlamento do Mercosul amanhã.

A coincidência desses dois eventos é muito feliz porque ela ilustra algo que de maneira resumida tentei dizer para a imprensa. O que significa esse momento? Significa que nós passamos da fase de um Mercosul exclusivamente dos Estados para uma fase do Mercosul dos povos. Eu acho que esse salto em direção a uma integração efetiva da população, dos ministros que estão encarregados de setores variados de governo, é que esse evento simboliza. Acho que é uma oportunidade ímpar para aprofundarmos o diálogo entre os vários setores da sociedade civil mas também da sociedade civil com o Governo, e agora com o Parlamento, num momento muito especial do Mercosul, num momento em que o Mercosul inclusive assume a sua posição verdadeira de um processo de integração, não só ao aprovar o Parlamento, mas também ao aprovar o Fundo de Convergência do Mercosul, um reconhecimento de que existe um fenômeno das assimetrias dentro do Mercosul, e que ele é um fenômeno que tem que ser considerado, com o qual temo que lidar. E esse

sentimento de que o Mercosul, como freqüentemente se diz, não pode ter como objetivo apenas o lado comercial. O lado comercial é importante, de alguma maneira, para usar uma expressão da moda, ele destrava as forças produtivas, faz com que as forças produtivas do Mercosul se multipliquem valendo-se das vantagens comparativas.

Obviamente o lado comercial é apenas uma alavanca, a verdadeira meta, o verdadeiro objetivo do Mercosul é fazer da sociedade dos nossos países uma comunidade verdadeiramente integrada, eu diria mesmo que uma sociedade única, que vai além da soma da sociedade individual de cada um dos nossos países. Eu acho que os contatos já são amplos, dos mais variados setores, trabalhadores, empresários, sociedade civil, e essa ocasião que inauguramos agora é, sem dúvida alguma, uma oportunidade especial.

Vamos celebrar em breve, já celebramos oficialmente a entrada da Venezuela, mas em breve os Parlamentos todos devem ratificar essa entrada,

teremos um Mercosul que irá do Caribe à Terra do Fogo. Isso dá uma vértebra sul-americana ao Mercosul, que antes era freqüentemente confundido apenas como um Mercado Comum do Cone Sul, coisa que nunca foi, mas que agora verdadeiramente impossível fazer essa confusão. E sobretudo um Mercosul que é um Mercosul dos povos.

Há dias tivemos um importante evento na área de direitos humanos, sei que muitos outros se desenvolvem com essa mesma característica de envolvimento das sociedades, das populações. Então eu queria cumprimentar o Ministro Dulci que é uma das forças motores, e certamente a principal dentro do governo brasileiro dessa iniciativa, dos demais integrantes da Mesa, Ministros, Parlamentares, quero mais uma vez agradecer a todos e dizer que, para nós, é uma grande alegria podermos sediar a abertura formal desse evento.

Muito obrigado.

## Sessão Solene de constituição do Parlamento do Mercosul

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão Solene de constituição do Parlamento do Mercosul, Senado Federal, Brasília - DF, 14 de dezembro de 2006*

Excelentíssimo senhor Presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros,

Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo,

Excelentíssimo senhor Presidente Pro Tempore da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, senador Sérgio Zambiasi,

Excelentíssimo senhor primeiro-secretário da Mesa do Congresso Nacional, deputado Inocêncio Oliveira,

Meu caro amigo Carlos Alvarez, Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul, nosso querido “Chacho” Alvarez,

Meu querido companheiro Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil,

Senhor Rubens Ramirez Lezcano, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai,

Senhor Reinaldo Gargano, Ministro das Relações Exteriores do Uruguai,

Nosso querido companheiro Luiz Dulci, Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Senador González Núñez, Presidente do Parlamento do Mercosul,

Meus amigos parlamentares, senadores, deputados e jornalistas,

É um privilégio e motivo de particular orgulho para o Brasil sediar esta sessão constitutiva do

Parlamento do Mercosul, durante a Presidência Pro Tempore do Mercosul. Esta cerimônia simboliza as novas possibilidades que se abrem para nosso bloco regional, que está buscando construir sua institucionalidade, ainda pequena.

Manifesto meu agradecimento muito especial aos Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados.

O apoio do senador Renan Calheiros e do deputado Aldo Rebelo foi decisivo para a aprovação pelo Congresso brasileiro, no último mês de setembro, do Protocolo que criou o Parlamento do Mercosul. Na pessoa deles, saúdo os parlamentos de todos os países do bloco.

Quero também agradecer ao senador Sergio Zambiasi, ao deputado Rosinha, aos demais membros da Sessão Nacional da Comissão Parlamentar Conjunta e às Sessões Nacionais de cada um dos Estados Partes. O empenho e a dedicação de todos foram fundamentais para chegarmos a este resultado.

Hoje, estamos tornando realidade a decisão dos chefes de Estado do Mercosul, expressa em dezembro de 2005, quando determinamos a instalação do Parlamento regional até o final de 2006.

Na Cúpula de Córdoba, na Argentina, quando o Brasil assumiu a Presidência Pro Tempore do Mercosul, afirmei que nos empenharíamos para a

sua instalação o quanto antes. Vejo que nosso esforço conjunto foi um sucesso.

Já disse em mais de uma ocasião, compartilhando a opinião de meus colegas Presidentes dos países membros do bloco, que os obstáculos que enfrentamos na construção do Mercosul só podem ser superados com mais diálogo, mais integração e mais Mercosul. É importante que nos esforcemos para que o Mercosul esteja mais próximo do dia-a-dia de nossas populações.

A criação deste Parlamento é uma iniciativa, talvez das mais relevantes, para realizar essa aproximação. Representa um marco histórico em nosso bloco. Aprofunda a dimensão política da integração. Contribui para a consolidação de uma cidadania regional, na medida em que enraíza o Mercosul em nossas sociedades. Reforça, assim, a identidade comum de nossa associação.

Como disse o senador Sergio Zambiasi, ao anunciar à sociedade brasileira a realização desta cerimônia, o Parlamento é o foro onde os povos se reúnem, se encontram, trocam suas experiências, debatem suas propostas e adotam suas decisões.

O Parlamento contribui, e muito, para a formação de um espaço comum que expresse o pluralismo político e a diversidade cultural da região. Consolida a democracia representativa e a legitimidade social de nossos esforços de integração.

Meus queridos amigos e amigas,

Sabemos que o Parlamento do Mercosul não terá, pelo menos inicialmente, função legislativa. Não vai se sobrepor aos Congressos Nacionais de cada Estado Parte. Mas terá papel decisivo para fazer avançar a harmonização das legislações nacionais em diversas áreas. E, quando for necessária aprovação legislativa, tornará mais ágil a incorporação das normas do Mercosul aos ordenamentos jurídicos internos. Servirá de laboratório político importante para avançarmos futuramente no plano da supranacionalidade, seguindo as grandes experiências de integração em curso no mundo.

É preciso ter presente que este é essencialmente um espaço de representação dos povos do Mercosul. Nessa condição, ele cumprirá as tarefas fundamentais de promover e defender a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento sustentável com justiça social. Deverá estimular a formação de uma consciência integracionista na sociedade civil dos países da região. Deverá ajudar a construir a integração sul-americana. Isso não é pouco.

Este órgão será uma verdadeira caixa de ressonância para os anseios e preocupações dos diversos setores de nossas sociedades. Um foro de discussão de nossos principais problemas econômicos, sociais e políticos.

Recentemente realizamos, aqui mesmo em Brasília, o 4º Encontro de Cortes Supremas do Mercosul. Essa é uma área com grande potencial para a integração.

Quem sabe não teremos, num futuro próximo, uma vertente judiciária do Mercosul? A representação dos três Poderes no Mercosul seria um passo importante rumo a um bloco cada vez mais coeso e equilibrado.

Meus amigos e minhas amigas,

Essa é mais uma demonstração da vitalidade do Mercosul, que desmente as vozes pessimistas que freqüentemente anunciam nossa crise, quando não a desaparecimento do bloco.

Nosso Parlamento regional já foi uma aspiração, um sonho. Hoje, graças ao trabalho de muitos que vejo aqui, tornou-se uma realidade, uma conquista da vontade coletiva dos cidadãos do Mercosul.

Meus amigos e minhas amigas,

Neste momento em que estamos fazendo um pouco da história da nossa região e criando o espaço do Parlamento do Mercosul, queria que houvesse a compreensão de que a integração é um momento extraordinário. Devemos debater as nossas divergências, as nossas convergências, e precisamos

ter consciência de que um país do tamanho do Brasil, que é a maior economia do bloco, precisa ter políticas generosas com os países economicamente menores na região.

Quero dizer isso, Presidente Renan e meu caro Sergio Zambiasi, porque muitas vezes lemos na imprensa, com certo desdém, sobre o bloco do Mercosul. Muitas vezes ouvimos, com certo desdém, sobre a nossa relação com o Uruguai, com o Paraguai, com a Argentina, com a Venezuela e, às vezes, até com a construção da Comunidade Sul-Americana de Nações, porque habitualmente o Brasil tinha uma tradição muito forte de uma relação privilegiada com os chamados blocos ricos do mundo, com os Estados Unidos e com a União Européia. Se nós quisermos que o Mercosul se transforme num espaço legítimo de aspiração do povo do Mercosul, o Brasil tem que assumir a responsabilidade de ajudar no desenvolvimento dos países menores.

E digo isso, Zambiasi, porque de vez em quando criamos problemas onde não deveríamos criar. Falamos das relações internacionais, muitas vezes, sem levar em conta a necessidade de generosidade dos dois maiores países do bloco, que são a Argentina e o Brasil, com os países menores. Se quisermos que a Bolívia entre no Mercosul, e certamente entrará no Mercosul, é preciso que tenhamos consciência de que precisamos ajudar a Bolívia, precisamos trabalhar projetos conjuntos, precisamos trabalhar o desenvolvimento porque, senão, esses países não encontrarão nenhuma razão para estar no Mercosul.

As vezes, ouvimos e lemos, na imprensa, vozes dizendo que é melhor fazer acordo com os Estados Unidos, que é melhor fazer acordo não sei com quem, porque eles não vêm na ação do Mercosul, a política de generosidade e a política de compreensão de que nós, como maior economia, temos que ter. As vezes temos problema com o gás, temos problemas com outros produtos. Lembro-me que estamos há mais de 40 dias para aprovar uma

água que temos que importar do Uruguai e essa água já foi testada 80 vezes e ainda não foi autorizada. Lembro-me que, de vez em quando, os arrozeiros do Rio Grande do Sul fazem movimento no Rio Grande do Sul para que a gente não importe arroz do Uruguai. Vejo, de vez em quando, na Ponte da Amizade, a verdadeira inimizade, com uma rigidez exagerada na relação política internacional.

Quer dizer, temos que ter compreensão, e daí a grandeza da criação do Parlamento, porque com os deputados e senadores debatendo esses assuntos cotidianamente, fica mais fácil aprovar a legislação que pode mudar as relações internacionais do Brasil.

Lembro-me que, logo no começo do governo, o Presidente do Senegal me telefonou pedindo um avião porque tinha uma praga de gafanhotos acabando com o milharal do Senegal. Achei que era uma coisa simples mandar um avião desses para lá, um avião pequeno, que custava pouco. Demoramos quase cinco meses para mandar o avião porque tem todo um processo de aprovação de lei, ou seja, quando o avião chegou lá, os gafanhotos já tinham comido o milho inteiro. Espero que ele nunca mais precise do avião, que não tenha mais praga de gafanhotos.

Com a criação do Parlamento do Mercosul, essas coisas vão ficar mais fáceis. Esses temas que parecem tão sensíveis vão ficar menos sensíveis e mais racionais, para que a gente possa fazer o bloco dar certo.

Tenho o privilégio de presidir o País num momento auspicioso do Mercosul. Lembro-me que quando tomei posse havia vozes e mais vozes dizendo que o Mercosul tinha acabado, haviam vozes e mais vozes dizendo que era preciso consolidar a Alca, porque o Mercosul não iria sobreviver. Hoje, se nós analisarmos bem, ninguém, a não ser algum saudosista, fala mais em Alca, ela desapareceu da imprensa brasileira, desapareceu das reuniões do Presidente e nós estamos consolidando um crescimento extraordinário na balança comercial dos

países do Mercosul. É importante, Zambiasi, que todos atentem para o crescimento da balança comercial entre Brasil e Argentina, entre Brasil e os outros países que compõem o Mercosul, entre Brasil e Venezuela, e entre os países também da América Latina, numa demonstração de que nós agimos corretamente quando não ficamos dependendo apenas de um país ou de um bloco de países.

O Mercosul tem que se abrir para o mundo e nós vamos trabalhar cada vez mais para que haja um acordo Mercosul-União Européia, para que possamos consolidar esse bloco e dinamizar a economia dos nossos países.

Quero, portanto, dizer para vocês que agradeço a Deus por ter vivido este momento histórico, de poder participar da criação do

Parlamento do Mercosul. É, uma coisa embrionária ainda que, diria até com muita humildade, nós estamos criando, mas quem de nós não nasceu pequeno, quem de nós não nasceu humilde, quem de nós não começou do zero? Portanto, quero parabenizar todos os deputados, os senadores, todos os países que fazem parte do Mercosul, todos os chanceleres, os nossos homens da diplomacia que permitiram que nós, no ano de 2006, pudéssemos cumprir uma das promessas feitas pelos chefes de Estado do Mercosul.

Meus parabéns, senador Renan Calheiros, meus parabéns, Aldo Rebelo, e meus parabéns a todos vocês.

Obrigado.

## Primeira Sessão da XXXI Reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC) do Mercosul

*Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da Primeira Sessão da XXXI Reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC) do Mercosul, Brasília, 15 de dezembro de 2006*

Ministros das Relações Exteriores, Ministros da Indústria, outros representantes aqui presentes, representantes do Fórum Econômico e Social, querido amigo Chacho Alvarez, amigos da Secretaria Técnica do Mercosul,

Eu queria muito rapidamente dar umas palavras de boas vindas, antes de passarmos diretamente à nossa agenda. Serei muito breve porque já tivemos um evento público, creio que a maior parte das coisas que eu queria dizer sobre o momento que nós estamos vivendo relativamente à importância do Parlamento do Mercosul, ao fortalecimento de sua personalidade externa, ao avanço do Mercosul sob o aspecto também social, com uma efetiva participação da sociedade civil, todas essas coisas foram na verdade ditas durante a breve cerimônia em que assinamos o acordo com a Rússia, que abre novas perspectivas também para o nosso relacionamento internacional.

Obviamente temos outras tarefas pela frente, algumas realizações importantes, além do aspecto político que já ressaltai, do Parlamento, que talvez seja de maior significado público, mas também é importante mencionar que começamos a implementar o FOCEM. O Brasil já depositou inclusive seus

recursos, estão disponíveis para os projetos, e creio que isso significa do ponto-de-vista dos recursos para projetos específicos, e claro, isso é o mais importante, mas tem também significado simbólico muito grande. Porque o FOCEM é essencialmente, é a materialização do reconhecimento das assimetrias, não é a única mas é certamente a materialização mais importante.

Eu queria dizer também que para nós é um prazer termos já a Venezuela atuando como membro pleno do Mercosul, embora os processos de ratificação não estejam totalmente prontos, no caso do Brasil não está, mas é, de qualquer maneira, muito importante termos a Venezuela conosco, tenho certeza que a sua contribuição pela vontade política de dar um impulso, de reforçar o Mercosul se fará sentir de maneira muito marcante, muito positiva. Eu queria dizer que é dessa maneira inclusive que nós interpretamos as palavras do Presidente Chávez na última reunião da Comunidade Sul-Americana, um desejo de avançar, de fazer avançar o Mercosul, sempre baseado no acervo de realizações que já temos, sem conformismo mas buscando sempre mais, sem nenhuma espécie de acomodação diante daquilo que nós já conseguimos.

Eu queria também mencionar o compromisso que temos sentido de todos os Presidentes, mas falando em nome do Presidente Lula, o compromisso pessoal do Presidente Lula na realização dos objetivos do Mercosul e a consciência de que a realização desses objetivos às vezes nos leva e leva a alguns Presidentes a terem de se ocupar dos mínimos detalhes. Quem estava ontem na abertura, na instalação do Parlamento do Mercosul, terá ouvido o Presidente Lula se referir à necessidade de terminar com os obstáculos, como por exemplo, Astori, para que hoje em vez de estarmos bebendo uma água mineral aqui, que não sei qual é, nós pudéssemos estar tomando uma água mineral Salus, do Uruguai, que nós continuamos a lutar para remover as barreiras do Mercosul. Esse caso da água mineral é assim como deixarmos de fumar, na opinião do Bernard Shaw. É tão fácil que já deixamos dez vezes. Então nós já liberamos a água mineral Salus dez vezes, mas até hoje ela não consegue entrar como deveria estar entrando. Nós temos consciência disso, é apenas para ilustrar como às vezes é necessário que o mais alto nível político se ocupe das questões mais comezinhas.

Conhecemos os obstáculos que existem na prática das nossas autoridades aduaneiras, que não o fazem por nenhum desígnio malévolo, mas por falta de recursos, mas nós sabemos também que temos que investir mais e mais no Mercosul. Da nossa parte, da parte do Brasil, sabemos que é necessário fazer com que a cultura do Mercosul não seja uma cultura limitada aos Chanceleres, que não seja uma cultura limitada aos Presidentes, aos Ministros da Economia, aos Ministros da Indústria, mas que seja uma cultura que chegue também aos inspetores aduaneiros, aos guardas de esquina. O que nós dizemos é que não basta que os líderes políticos sejam integracionistas, é preciso que o guarda da esquina seja integracionista. E somente quando isso ocorrer é que nós teremos uma verdadeira integração. Eu tenho, portanto, a satisfação de declarar aberta a XXXI sessão do Conselho do Mercado Comum, e com isso passaremos à outra etapa dos nosso trabalhos, e eu pediria apenas um momento para que as televisões que estejam nas salas possam se retirar.

Muito obrigado.

## Cooperação entre o Mercosul e a Federação da Rússia

*Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da Cerimônia de Assinatura de Memorando de Entendimento para Estabelecimento de um Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação entre o Mercosul e a Federação da Rússia, com a participação dos Ministros das Relações Exteriores dos países do Mercosul e do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Serguei Lavrov. Brasília, 15 de dezembro de 2006*

Ministro Serguei Lavrov, da Federação da Rússia, meus queridos amigos Ministros dos países membros e associados do Mercosul, Embaixadores, colegas, Senhoras e Senhores,

Este, naturalmente, é um momento de grande importância para o Mercosul. Ontem assistimos à instalação do Parlamento do Mercosul, momento sem dúvida alguma histórico na evolução da nossa instituição. Anteontem e ontem tivemos a primeira Cúpula Social do Mercosul, com ampla participação da sociedade civil dos países membros e associados. Hoje estamos firmando um memorando de entendimento que é, sem dúvida alguma, uma demonstração de interesse do Mercosul de operar, não só como uma União Aduaneira, não só como um Mercado Comum, não só como uma área em que o comércio interno é livre e o trânsito de pessoas, de capitais e de bens é livre, mas também como uma entidade que tem uma personalidade externa.

Há tempos já mantínhamos consultas com a Federação da Rússia mas agora corporificamos isso em um memorando de entendimento. E creio que esse memorando de entendimento, que firma as bases

para encontros periódicos, espelha muito bem o nosso desejo comum do Mercosul, enquanto bloco, e da Federação da Rússia, de mantermos um diálogo aprofundado na base daqueles princípios que são comuns: defesa da paz, do multilateralismo, dos princípios da autodeterminação e da não-intervenção da solução pacífica de controvérsias.

Pessoalmente, me é especialmente grato assinar esse documento junto com os meus colegas e amigos do Mercosul e com o Ministro Lavrov, porque como já tive ocasião de dizer ontem, durante a visita bilateral, mas é importante repetir aqui, tive a oportunidade de atuar juntamente com o Ministro Lavrov quando os dois países eram membros do Conselho de Segurança e ambos éramos Embaixadores em Nova York. E creio de que em mais de uma ocasião, no caso do Brasil sempre inspirado não apenas em interesses nacionais, mas numa visão de toda nossa região sul-americana e por que não a latino-americana, sempre tivemos a oportunidade de trabalhar ativamente pela paz, pelo multilateralismo e pela solução pacífica de controvérsias. Sinto-me, pois, muito orgulhoso, muito

contente, muito feliz, de poder estar aqui e proferir essas palavras, não só em meu próprio nome, mas em nome de todos os Chanceleres dos países do Mercosul, em um momento especialmente importante

da nossa maturação política como entidade interna, e como entidade internacional.

Muito obrigado.

## ATOS INTERNACIONAIS

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para apoiar atividades de Cooperação e Intercâmbio na Promoção e no Funcionamento de Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina. Nova Iorque, 9 de julho de 2006

Protocolo entre o Ministério da Educação da República Federativa do Brasil e o Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia da República Argentina para a Criação do Mecanismo Permanente Conjunto em Temas Educacionais. Buenos Aires, 19 de julho de 2006.

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para Cooperação na Área de Pesquisa Científica Ambiental no Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia. Washington, 20 de julho de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste, para Implementação do Projeto “Capacitação de Técnicos da Televisão de Timor-Leste”. Díli, 24 de julho de 2006

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde no Domínio da Proteção e Promoção dos Direitos Humanos e da Inclusão Social. Brasília, 28 de julho de 2006

Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Afeganistão. Brasília, 1º de agosto de 2006

Acordo Adicional que Altera o Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa. Brasília, 09 de agosto de 2006

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomático, Oficial e de Serviço. Brasília, 18 de agosto de 2006

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai na Área da Luta Contra a Discriminação e Promoção da Igualdade Racial. Brasília, 29 de agosto de 2006

Emenda, por troca de Notas, ao Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste para a Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento do Setor da Justiça em Timor-Leste”. Díli, 29 de agosto de 2006

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Brasil e a ONU, suas Agências Especializadas e a AIEA

para Implementar o Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis: Construindo Políticas Públicas Integradas na Cidade de São Paulo. Brasília, 30 de agosto de 2006

Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para o apoio à implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento do Setor da Justiça em Timor-Leste”. Díli, 30 de agosto de 2006

Ajuste Complementar, por troca de Notas ao Acordo sobre Regularização Migratória de 15/08/2005. La Paz, 06 de setembro de 2006

Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia no Campo da Luta Contra o Crime Organizado e outras Modalidades Delituosas. Brasília, 09 de setembro de 2006.

Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e Investimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador. Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2006

Acordo para o Estabelecimento de Comissão Mista Permanente de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue. Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2006

Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue. Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2006

Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa. Brasília, 11 de setembro de 2006

Acordo Complementar, por troca de Notas, ao Convênio para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Rio Grande, de 21/07/1987, para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Rio Grande para Cargas Transportadas por Rodovia. Brasília, 11 de setembro de 2006

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional de Polícia Criminal (OIPC-INTERPOL) sobre a Realização da Reunião do Comitê executivo e da 75ª Sessão da Assembléia Geral da OIPC-INTERPOL. Brasília, 11 de setembro de 2006

Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Índia. Brasília, 12 de setembro de 2006

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Índia em Cooperação Científica e Tecnológica. Brasília, 12 de setembro de 2006

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Índia para Cooperação na Área de Assentamentos Humanos. Brasília, 12 de setembro de 2006

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Índia com Vistas à Implementação das Semanas de Cultura Brasileira na Índia e das Semanas de Cultura Indiana no Brasil. Brasília, 12 de setembro de 2006

Ajuste Complementar para Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) ao Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica, de 29 de dezembro de 1964, para Implementação do Projeto de Capacitação e Treinamento do Corpo Técnico

do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e Disseminação da Cultura da Propriedade Intelectual no Brasil. Genebra, 13 de setembro de 2006

Memorando de Entendimento entre os Membros do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da África do Sul e o Governo da República da Índia, para Estabelecer Força-Tarefa Trilateral sobre Biocombustíveis. Brasília, 13 de setembro de 2006

Estrutura de Cooperação em Sociedade da Informação entre os Governos da República Federativa do Brasil, a República da África do Sul e a República da Índia. Brasília, 13 de setembro de 2006

Plano de Ação sobre Facilitação de Comércio em Normas, Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade entre os governos da República Federativa do Brasil, a República da Índia. Brasília, 13 de setembro de 2006

Acordo Trilateral entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da África do Sul e o Governo da República da Índia sobre Navegação Mercante e Outros Assuntos Relacionados ao Transporte Marítimo. Brasília, 13 de setembro de 2006

Memorando de Entendimento sobre Cooperação Trilateral em Agricultura e Áreas Afins entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República da África do Sul e da República da Índia no Âmbito do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS). Brasília, 13 de setembro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural e Educacional para o Reconhecimento de Títulos de Medicina Expedidos em Cuba. Havana, 15 de setembro de 2006

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Bilaterais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas. Nova Iorque, 20 de setembro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância, de 28/03/1966, para Implementar Ações de Cooperação Técnica com Vistas a Realizar Avaliação das Escolas Públicas do Ensino Básico a Partir dos Resultados da Prova Brasil. Brasília, 21 de setembro de 2006

Programa Executivo do Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Coreia para o Período de 2006-2009. Seul, 26 de setembro de 2006

Acordo de cooperação com a Polônia na luta contra o crime organizado e outras modalidades criminosas. Brasília, 9 de outubro de 2006

Memorando de Entendimento sobre Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo e o Governo da República da Nicarágua. Manágua, 17 de outubro de 2006

Acordo, por Troca de Notas, sobre Propriedade de Imóveis Diplomáticos e Consulares entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América. Brasília, 26 de outubro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Capacitação para o Uso de Tecnologia Sig na Análise e Edição de Cartografia geológica Digital em Cuba”. Havana, 27 de outubro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Estudo da Degradação Ambiental da Mineração na Região de Santa Lúcia no Ocidente de Cuba”. Havana, 27 de outubro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Utilização da Geoestatística para a Classificação de Recursos e Reservas Minerais em Cuba”. Havana, 27 de outubro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Diretrizes para a Validação de Métodos Alternativos para Detecção de Contaminantes Microbiológicos em Produtos de Interesse da Vigilância Sanitária e da Agricultura”. Havana, 27 de outubro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Gestão Integrada de Águas Litorâneas”. Havana, 27 de outubro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Odontologia no Brasil e em Cuba – Fase I”. Havana, 27 de outubro de 2006

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Fundado na Carta da Organização dos Estados Americanos, na

Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e no Acordo Básico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, para Implementação do Programa de Desenvolvimento Integrado do Maranhão – PRODIM. Brasília, 3 de novembro de 2006

Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Peru Brasília, 09 de novembro de 2006

Declaração sobre a Criação do Mecanismo de Consulta e Cooperação entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa da República do Peru. Brasília, 09 de novembro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Peru para Implementação do Projeto “Implementação e Adequação das Normas Técnicas da Estratégia Sanitárias Nacional de Combate à DST/HIV/AIDS”. Brasília, 09 de novembro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Peru para Implementação do Projeto “Gestão Descentralizada dos Programas Sociais”. Brasília, 09 de novembro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Peru para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Programa Nacional de Apoio direto aos mais Pobres”. Brasília, 09 de novembro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Peru para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Capacidade de Resposta dos Serviços de Saúde Frente a uma Pandemia de Influenza”. Brasília, 09 de novembro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Peru para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Regulamentação e Fiscalização em Saúde Pública no Processo de Descentralização dos Ministérios da Saúde do Brasil e do Peru”. Brasília, 09 de novembro de 2006

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Peru para Cooperação no consórcio Internacional para o Sequenciamento do Genoma da Batata. Brasília, 09 de novembro de 2006

Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Biotecnologia Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Peru. Brasília, 09 de novembro de 2006

Memorando de Entendimento sobre Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Peru. Brasília, 09 de novembro de 2006

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente em Matéria Energética, Geológica e de Mineração entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia e Minas da República do Peru. Brasília, 09 de novembro de 2006

Declaração dos Ministros da Defesa da República Federativa do Brasil e da República do Peru sobre

Cooperação em Matéria de Vigilância da Amazônia. Brasília, 09 de novembro de 2006

Memorando de Entendimento sobre a Luta contra a Pobreza e a Fome entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru. Brasília, 09 de novembro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Impacto Ambiental pelos Sistemas Agrícolas de Terras Baixas: o caso da Bacia da Lagoa Mirim”. Montevideu, 22 de novembro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Capacitação em Laboratório de Ensaios Físico-Mecânicos”. Montevideu, 22 de novembro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Produção Colaborativa de Informações Ambientais para a Conservação da Biodiversidade na Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim: Consolidação de Rede de Instituições Parceiras e Adequação de Base de Dados para SIG”. Montevideu, 22 de novembro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional das Assessorias Internacionais dos Ministérios da Saúde do Brasil e do Uruguai”. Montevideu, 22 de novembro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento Institucional do Conselho de Educação Técnico Profissional (CETP) da Universidade do Trabalho do Uruguai (UTU) nas Áreas de Indústria, Energia e Meio Ambiente”. Montevideu, 22 de novembro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Apoio Técnico para Implementação de Bancos de Leite Humano no Uruguai”. Montevideu, 22 de novembro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Cooperação Técnica em Melhoramento Genérico de Hortaliças”. Montevideu, 22 de novembro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Efeito de Diferentes Diretas e Raças para o Crescimento Animal, o Rendimento de Carcaça e Qualidade da Carne”. Montevideu, 22 de novembro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Capacitação em Educação Ambiental e Produção Colaborativa de Material didático para a

Conservação da Biodiversidade na Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim”. Montevideu, 22 de novembro de 2006

Comunicado Conjunto dos Ministros das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e da República do Paraguai. Assunção, 23 de novembro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para Implementação do Projeto “Apoio à Implantação e Implementação de Banco de Leite Humano no Paraguai”. Assunção, 23 de novembro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para Implementação do Projeto “Capacitação Técnica de Pesquisadores nas Principais Cadeias Produtivas do Agronegócio do Paraguai”. Assunção, 23 de novembro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para Implementação do Projeto “Desenvolvimento de Técnicas para a Produção de Matérias-Primas de Biocombustíveis no Paraguai”. Assunção, 23 de novembro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para Implementação do Projeto “Modelagem de Política Postal no Paraguai, com o Estabelecimento do Serviço Postal Universal”. Assunção, 23 de novembro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa

do Brasil e o Governo da República do Paraguai para Implementação do Projeto “Capacitação de Técnicos e Gestores Públicos em Desenvolvimento de Instrumentos de Políticas em Desenvolvimento de Instrumentos de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar/Campesina”. Assunção, 23 de novembro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional das Assessorias Internacionais dos Ministérios da Saúde do Brasil e do Paraguai”. Assunção, 23 de novembro de 2006

Memorandum Operativo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai Relativo à Cooperação Brasileira para a Revitalização da Cabeceira Paraguaia da Ponte da Amizade. Assunção, 23 de novembro de 2006

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a Cooperação em Matéria de Combate à Fabricação e ao Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, acessórios, Explosivos e outros Materiais Correlatos. Assunção, 23 de novembro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Manejo e Reconstituição da Cobertura Vegetal da Bacia do Mapou, Haiti”. Madri, 30 de novembro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da

República do Haiti para Implementação do Projeto “Construção de Cisternas Familiares e Validação Social de Cultivares de Hortaliças no Haiti”. Madri, 30 de novembro de 2006

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para Implementação do Projeto “Construção de Cisternas Familiares e Validação Social de Cultivares de Hortaliças no Haiti”. Madri, 30 de novembro de 2006

Termo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha para a Implementação do Projeto “Manejo e Reconstituição da Cobertura Vegetal da Bacia do Mapou, Haiti”. Madri, 30 de novembro de 2006

Termo Aditivo nº 2 ao Ajuste Complementar ao Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia Relativo ao Projeto “Apoio à Modernização do Sistema Fiscal Brasileiro”. Bruxelas, 1º de dezembro de 2006

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância e o Brasil, de 28/03/1966, para Ampliar Ações de Prevenção e de Atenção Integral a Mulheres Grávidas, Crianças e aos Adolescentes na Área do HIV/AIDS e outras DST no Brasil e em outros Países com os quais o Brasil Mantenha Acordos de Cooperação Técnica Aplicáveis. Brasília, 6 de novembro de 2006

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Intercâmbio e Cooperação Técnica na Área de Inclusão e Promoção dos Direitos Juvenis. Brasília, 8 de novembro de 2006

Agenda nº 2 ao Ajuste Complementar ao Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia Relativo ao Projeto BRA/B7-310/IB/1999/0057 “Apoio à Modernização do Aparelho do Estado – Eurobrasil 2000”. Bruxelas, 8 de novembro de 2006

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua de Tecnologia associada à Cooperação na Exploração na Exploração e Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos. Brasília, 14 de novembro de 2006

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Fundado na Carta da Organização dos Estados Americanos, na Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e no Acordo Básico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, para o Fortalecimento de Ações Agrometeorológicas do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) em Apoio ao Agronegócio. Brasília, 15 de novembro de 2006

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Fundado na Carta da Organização dos Estados Americanos, na Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e no Acordo Básico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, para o Fortalecimento da Capacidade Institucional do IBAMA para a Gestão de Tecnologias Ambientalmente Saudáveis (TAS). Brasília, 15 de novembro de 2006

Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e as Comunidades Européias, relacionado à Modificação das Concessões nas Listas de Compromissos da República Checa, República da Estônia, República do Chipre, República da Letônia, República da Lituânia, República da Hungria, República de Malta, República da Polônia, República da Eslovênia e República Eslovaca, no âmbito da adesão desses 10 novos membros às Comunidades Européias. Genebra, 18 de novembro de 2006

Ajuste Complementar de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia Relativo ao Projeto “Manejo Florestal, Apoio à Produção Sustentável e Fortalecimento da Sociedade Civil na Amazônia Brasileira”. Bruxelas, 20 de novembro de 2006

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, Fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA, de 29/12/1964, para Implementar o Projeto Fortalecimento do Sistema de Defesa Agropecuária da Região Norte do Brasil. Brasília, 29 de novembro de 2006

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação entre os Estados Partes e Estados Associados do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Federação da Rússia. Brasília, 15 de dezembro de 2006

## COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

### **Comunicado Conjunto - OMC - Genebra (1º de julho de 2006)**

G-20, G-33, Grupo ACP, PMDRs, Grupo Africano, Economias Pequenas-Vulneráveis (EPVs), NAMA-11, C-4 e CARICOM

(versão em português do original em inglês)

Dando continuidade à reunião histórica realizada em Hong Kong, em dezembro último, os Grupos de países em desenvolvimento reuniram-se em Genebra, em 1º de julho de 2006, para avaliar os últimos desenvolvimentos das negociações e coordenar esforços com vistas a assegurar que estas alcancem resultados consistentes com o mandato de desenvolvimento da Rodada de Doha.

O G-20, o G-33, o Grupo ACP, os Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs), o Grupo Africano, as Economias Pequenas, Vulneráveis (EPVs), o NAMA-11, o Algodão-4 (C-4) e o CARICOM reconheceram que a Agenda para o Desenvolvimento de Doha deve atender, em bases prioritárias, de maneira abrangente e significativa, as necessidades e preocupações dos países em desenvolvimento.

Os Grupos enfatizaram que as negociações devem respeitar integralmente o Mandato de Doha, assim como os entendimentos alcançados no Acordo-Quadro de Julho-2004 e na Declaração de Hong Kong. Qualquer tentativa de renegociar ou reescrever tais acordos não seria aceitável.

Os Grupos recordaram que a Agenda para o Desenvolvimento de Doha colocou as necessidades e os interesses dos países em desenvolvimento no coração do programa de trabalho e sublinharam que se garanta que os países em desenvolvimento,

especialmente os PMDRs, tenham assegurada uma parcela no crescimento do comércio mundial, compatível com suas necessidades de desenvolvimento econômico. Isso requer o fortalecimento do papel do comércio no desenvolvimento e na redução da pobreza.

Os Grupos renovaram seu compromisso em alcançar um acordo de modalidades plenas em agricultura e NAMA até o final deste mês. Reconheceram a necessidade de tratamento adequado das questões em apoio doméstico e acesso a mercados em agricultura, assim como em NAMA, mas enfatizaram que os elementos desse triângulo não são iguais. Os resultados mais substantivos devem ser alcançados nas áreas em que existem as maiores distorções, em especial no que se refere a subsídios distorcivos de comércio em agricultura, que deslocam produtos de países em desenvolvimento e ameaçam os meios de subsistência de centenas de milhares de agricultores pobres. Tais distorções estão proibidas para bens industriais há várias décadas. O acesso a mercados deverá ser componente importante de uma Rodada exitosa, mas a abertura de mercados em países em desenvolvimento deve levar em conta suas realidades sociais e econômicas. Uma Rodada para o desenvolvimento não deve conduzir à desindustrialização do mundo em desenvolvimento. A prioridade reside em reduzir as barreiras para o acesso a mercados em países desenvolvidos, com vistas a criar oportunidades para os produtos de exportação dos países em desenvolvimento.

O sucesso da Rodada não pode depender primordialmente dos esforços de países em desenvolvimento. A maior contribuição deve vir dos

países desenvolvidos, que precisam mostrar liderança nesse processo. Os países em desenvolvimento estão preparados para contribuir de forma proporcional às suas capacidades e em linha com o Mandato.

Os Grupos reiteraram a importância de tratamento especial e diferenciado (S&D) em todas as áreas da negociação. Nesse contexto, ressaltaram a importância de flexibilidades em NAMA, com vistas ao desenvolvimento industrial dos países em desenvolvimento, bem como o papel dos produtos especiais (SPs) e do mecanismo de salvaguarda especial (SSM) para atender à segurança alimentar, ao desenvolvimento rural e às preocupações quanto aos meios de subsistência de países em desenvolvimento.

Os Grupos reconheceram a necessidade de atender às expectativas dos PMDRs a fim de tornar operacional a Decisão Ministerial de Hong Kong sobre acesso a mercados livre de tarifas e quotas, bem como a simplificação das regras de origem. Reafirmaram a necessidade de atender o tema do algodão de forma ambiciosa, expedita e específica, em seus aspectos relacionados ao comércio e ao desenvolvimento. Concordaram igualmente com a necessidade de apresentar respostas adequadas aos temas relacionados ao comércio levantados pelos EPVs e pelos países em desenvolvimento de acesso recente à OMC. Reconheceram também a necessidade de tratar adequadamente a questão dos produtos tropicais e dos produtos de particular importância para a diversificação da produção. Reconheceram a importância das preferências comerciais históricas e a necessidade de tratar o tema da erosão de preferências.

Os Grupos enfatizaram a necessidade de um processo negociador transparente, abrangente e que provenha da contribuição dos Membros (“bottom-up”), como condição necessária para alcançar resultados que correspondam às necessidades de todos os Membros.

Os Grupos reafirmaram seu compromisso com a conclusão exitosa da Rodada até o final de 2006.

### **Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Venezuela - Caracas, 4 de julho de 2006 (03 de julho de 2006)**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita à Venezuela, no dia 4 de julho de 2006, a convite do Presidente Hugo Chávez, para participar da cerimônia de assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul. Foram igualmente convidados os Presidentes da Argentina, Paraguai e Uruguai, além do Presidente da Bolívia.

A cerimônia de assinatura terá início às 18:00h, no Teatro Teresa Carreño, em Caracas. Nos termos do Protocolo de Adesão, a Venezuela assume de imediato as obrigações do Tratado de Assunção e dos Protocolos de Ouro Preto e Olivos. Nos próximos quatro anos, deverá estar completa a adoção pela Venezuela da Tarifa Externa Comum e dos demais instrumentos que integram o acervo normativo do Mercosul.

O Protocolo estabelece os prazos de desgravação tarifária referentes ao programa de liberalização comercial entre a Venezuela e os Membros originários do Mercosul. O programa de desgravação reconhece as assimetrias entre os membros do Mercosul e estabelece prazos diferenciados em favor das economias menores do bloco. Nesse sentido, os principais produtos de exportação do Paraguai e Uruguai foram contemplados com desgravação total e imediata.

Ainda conforme o Protocolo, a Venezuela doravante participará das negociações externas do Mercosul com outros países e regiões.

Além de seu significado nos planos político, econômico e social, a adesão da Venezuela ao Mercosul terá impacto especial no que se refere à integração física e energética entre os países da região.

Com a entrada da Venezuela, o bloco passa a ter mais de 250 milhões de habitantes, uma área de 12,7 milhões de km<sup>2</sup>, um PIB superior a US\$ 1 trilhão e um comércio global superior a US\$ 300 bilhões.

### **Reunião Plenária do Grupo-Piloto sobre Mecanismos Inovadores de Financiamento do Desenvolvimento (04 de julho de 2006)**

Sob a presidência do Brasil, com a participação de representantes de mais de 40 países e de diversos organismos internacionais, terá lugar em Brasília, nos dias 6 e 7 de julho, a Primeira Reunião Plenária do Grupo-Piloto sobre Mecanismos Inovadores de Financiamento do Desenvolvimento.

Desde a Reunião de Líderes Mundiais para uma Ação contra a Fome e a Pobreza, promovida por iniciativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Nova York, em setembro de 2004, a discussão sobre mecanismos inovadores de financiamento do desenvolvimento ganhou impulso na agenda internacional, sendo hoje objeto de debate nas Nações Unidas, no Banco Mundial e no FMI.

Durante a Reunião de Brasília, será dada especial atenção à implementação de uma Central Internacional para Compra de Medicamentos (CICOM), a preços reduzidos, contra a AIDS, a malária e a tuberculose – as três doenças que mais afetam os países em desenvolvimento. A CICOM será custeada por contribuição solidária sobre passagens aéreas internacionais e outros mecanismos similares. A contribuição sobre bilhetes aéreos já está sendo implementada pela França e vem sendo estudada por vários outros países, inclusive o Brasil.

A Reunião de Brasília incluirá discussões técnicas interativas sobre outros mecanismos inovadores de financiamento, que abrangem desde uma taxa sobre fluxos financeiros e formas de combate à evasão fiscal até contribuições voluntárias. Serão igualmente discutidas propostas de emissão de novos Direitos Especiais de Saques no FMI para custear o desenvolvimento e de estímulo ao uso produtivo das remessas de migrantes, bem como iniciativa de um Mecanismo Financeiro Internacional para Imunização (IFFIm).

A reunião do Grupo-Piloto reflete a crescente convergência internacional em torno da necessidade de aumento do montante de fundos de assistência

aos países em desenvolvimento, em bases adicionais, previsíveis e sustentáveis. Os mecanismos inovadores visam a complementar as fontes tradicionais de recursos, tendo em vista, particularmente, o cumprimento das Metas do Milênio para o Desenvolvimento, no prazo previsto, que se estende até 2015.

A Reunião de Brasília será aberta às 9:00 horas do dia 6 pelo Ministro Celso Amorim. Está prevista a cobertura de imprensa (texto e imagem) na abertura do evento.

### **Testes de Mísseis pela República Popular e Democrática da Coreia (06 de julho de 2006)**

O Governo brasileiro recebeu com grande preocupação a notícia da realização de testes de mísseis pela República Popular e Democrática da Coreia (RPDC), no dia 5 de julho corrente. Ao reiterar sua postura em favor do desarmamento e da não-proliferação de armas de destruição em massa, o Governo brasileiro condena o ato de Pyongyang, que agrega tensão a um quadro regional já instável em função dos poucos avanços registrados nas negociações sobre segurança na Península Coreana.

O Governo brasileiro conclama a RPDC a restabelecer a moratória de testes de mísseis de 1999, reafirmada em 2002, e retornar com espírito construtivo às negociações hexapartites. Esse mecanismo representa foro adequado para lograr entendimentos que levem em conta, de forma equilibrada, as preocupações de segurança dos Estados que dele participam, inclusive da RPDC.

O Brasil continuará a acompanhar com atenção os desdobramentos da recente ação do Governo de Pyongyang, em linha com a postura brasileira de apoio aos esforços diplomáticos orientados a uma solução pacífica e duradoura da questão da Península Coreana.

### **Visita ao Brasil do Presidente de Gana, John Agyekum Kufuor (07 de julho de 2006)**

Visitará o Brasil no dia 10 de julho o Senhor John Agyekum Kufuor, Presidente da República de

Gana. A visita do Presidente ao Brasil indica a importância crescente das relações entre os dois países, estabelecidas em 1960, pouco após a independência de Gana.

Nos últimos três anos, Gana ascendeu à condição de um dos dez mais importantes parceiros comerciais do Brasil na África e mantém-se nessa posição de modo sustentado, em pauta comercial que vem registrando progressiva diversificação.

A cooperação técnica bilateral tem como ponto alto a agricultura. Desde 2003, vêm-se ampliando as ações nesse campo, que atualmente abrange desde o melhoramento genético e novas modalidades de plantio da mandioca, até a fruticultura e o processamento de frutas tropicais e o aprimoramento genético de gado e animais de pequeno porte para a alimentação humana.

Durante a visita do Presidente Kufour, será assinado o Acordo Sede de Instalação, em Acra, do primeiro escritório da EMBRAPA na África. A escolha da capital ganense como sede daquele escritório deveu-se não apenas às bem-sucedidas experiências brasileiras de cooperação técnica bilateral em matéria de agricultura, mas também ao fato de que Gana conta com funcionários de sólida formação e tem dado continuidade a políticas econômicas e sociais voltadas para o desenvolvimento do país.

Novas ações de cooperação serão examinadas, durante a visita, nas áreas de tecnologia de extração e exploração do sal e de intercâmbio em matéria de tecnologia da informação e da comunicação.

O diálogo político bilateral é fluido, baseado em estreita coordenação nos foros multilaterais. Cabe ressaltar a atuação concertada que os dois países vêm mantendo na questão da reforma das Nações Unidas e do Conselho de Segurança.

O Presidente de Gana chegará a Brasília na manhã do dia 10. Terá reunião privada com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seguida de cerimônia de assinatura de atos e de declaração à imprensa. O Presidente Kufuor será também

homenageado em almoço no Palácio Itamaraty. Na tarde do mesmo dia, o Presidente de Gana participará de reunião empresarial bilateral com a finalidade de explorar novas fórmulas para a dinamização do comércio entre os dois países.

Nos dias 11 e 12, o Presidente John Agyekum Kufuor estará em Salvador para as atividades da II Conferência de Intelectuais Africanos e da Diáspora – CIAD.

### **Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica (07 de julho de 2006)**

Será realizada, em Berlim, nos dias 10 e 11 de julho, a XXXIII Reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica.

A reunião permitirá a discussão de temas como as negociações MERCOSUL-UE, a Rodada Doha da OMC, fontes alternativas de energia, biocombustíveis, financiamento e seguro de crédito a exportações, cooperação em pesquisa e educação, e propriedade intelectual.

Criada em 1974, a Comissão de Cooperação Econômica vem se reunindo anualmente. A Comissão Mista possui também amplo escopo político e constitui foro privilegiado para a troca de informações sobre temas de interesse comum da agenda bilateral.

Na década de 80, as reuniões da Comissão passaram a realizar-se em conjunto com o Encontro Empresarial. A fusão dos dois eventos criou o Encontro Econômico Brasil-Alemanha, que representa o principal foro para o relacionamento entre os dois países. Constitui-se também em mecanismo privilegiado para o tratamento dos temas da pauta econômico-comercial das relações Brasil-Alemanha, através da reunião anual de representantes do mais alto nível dos setores público e privado dos dois países.

O volume de comércio entre o Brasil e a Alemanha ultrapassou, em 2005, 11 bilhões de dólares. Nos últimos anos, registrou-se crescimento constante das exportações brasileiras para a Alemanha (US\$ 3,13 bilhões em 2003, US\$ 4,03 bilhões em 2004 e US\$ 5,02 bilhões em 2005).

### **Reunião Plenária do Grupo-Piloto sobre Mecanismos Financeiros Inovadores - Resumo do Presidente (07 de julho de 2006)**

A Reunião Plenária do Grupo-Piloto sobre Mecanismos Financeiros Inovadores ocorreu em Brasília, nos dias 6 e 7 de julho de 2006. A Sessão de Abertura foi presidida pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, e contou com a participação do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, do Diretor do Departamento de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França, Jacques Lapouge, e do Presidente da Associação Brasileira de ONGs (ABONG), Jorge Durão. Estiveram presentes à Reunião quarenta países, além de organismos internacionais e organizações não-governamentais, conforme lista em anexo.

A Reunião realizou-se em nova etapa da Ação contra a Fome e a Pobreza, lançada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em setembro de 2004. Esta nova fase caracteriza-se pela definição de ações concretas para arrecadar recursos e orientá-los à promoção do desenvolvimento econômico e social.

A Reunião Plenária demonstrou o crescente consenso sobre a função que mecanismos inovadores podem exercer no aumento do montante de fundos disponíveis para os países em desenvolvimento, como forma de complementar as fontes tradicionais de recursos e cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até 2015.

Em menos de dois anos, conseguimos aumentar a conscientização internacional para a questão da fome e da pobreza e atingir progressos significativos. Atualmente, o tema encontra-se na agenda das principais organizações internacionais.

O amadurecimento do debate e das avaliações sobre mecanismos financeiros inovadores já permite a adoção de projetos específicos e concretos, como comprova a Conferência de Paris, realizada em fevereiro e março deste ano por iniciativa do Presidente Jacques Chirac. Naquela

ocasião, a proposta de estabelecimento de uma contribuição solidária sobre passagens aéreas recebeu amplo apoio.

Na presente reunião, realizaram-se mesas redondas, nas quais representantes governamentais, da sociedade civil e da iniciativa privada aprofundaram o debate em torno dos mecanismos financeiros inovadores e das vantagens de sua implementação.

Foram apresentados estudos sobre o potencial de arrecadação de recursos da taxa sobre transações financeiras internacionais, sobretudo diante dos avanços do processo de globalização e o aumento dessas transações. Por outro lado, considerou-se importante conferir maior atenção ao tema da evasão fiscal, que corrói a base tributária de vários países, reduzindo os recursos disponíveis para o combate à fome e à pobreza. Nesse contexto, vários participantes sugeriram que as instituições internacionais dedicadas ao tema ampliassem a ação em favor dos países em desenvolvimento e propuseram a realização de uma conferência específica sobre evasão fiscal.

Aprofundou-se, igualmente, o debate sobre a emissão de direitos especiais de saque para projetos de desenvolvimento.

Os participantes também chamaram a atenção para o papel que o Mecanismo Financeiro Internacional poderia ter na antecipação do desembolso dos recursos necessários para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. É promissor, portanto, o lançamento, a curto prazo, de projeto-piloto vinculado ao financiamento de vacinação em países em desenvolvimento.

No tocante às remessas de migrantes, considerou-se que, embora não sejam um mecanismo inovador propriamente dito, propiciam significativos recursos aos países em desenvolvimento. Entre os obstáculos a serem vencidos, estariam o excessivo custo das transferências, a carência de cobertura geográfica e a ausência de cultura bancária. Seria necessário, ainda, incrementar o impacto das remessas sobre o desenvolvimento dos países

destinatários, respeitando, no entanto, o caráter privado das transferências.

Além disso, os participantes consideraram importante estimular cada vez mais as contribuições voluntárias, por intermédio de organismos internacionais, de organizações não-governamentais e da iniciativa privada. A sociedade civil também tem relevante papel a desempenhar no monitoramento da utilização de recursos, tornando a implementação dos projetos mais eficaz e transparente.

A Reunião confirmou o amplo apoio à proposta de contribuição solidária sobre passagens aéreas e ensejou o intercâmbio de informações sobre modalidades que serão implementadas. O projeto-piloto sobre o tema já está em fase de execução em diversos países. Os participantes reiteraram a legitimidade da contribuição, baseada em setor que não sofre com grande carga tributária. Enfatizaram também que a taxação teria impacto mínimo sobre os setores de transporte e de turismo.

A Reunião promoveu, ainda, avanços decisivos na proposta de criação da Central Internacional para Compra de Medicamentos. Com os recursos provenientes da contribuição solidária, esta Central terá importante papel na luta contra a AIDS, a malária e a tuberculose.

Foram analisadas questões relativas à estrutura de governança, verificando-se amplo consenso sobre a necessidade de assegurar participação da sociedade civil nos processos decisórios. Neste sentido, a reunião ensejou consultas com representantes da sociedade civil, que fizeram sugestões sobre diversos aspectos da iniciativa. Durante a reunião, adotou-se um calendário preciso de encontros até o início da Assembléia Geral das Nações Unidas, quando será oficializado, em alto nível político, a criação da Central.

A Reunião serviu, igualmente, para identificar outros projetos inovadores, cumprindo, assim, uma função essencial do Grupo-Piloto. Como indicaram as mesas redondas, alguns desses projetos já estão rendendo frutos, como a Bolsa de Valores Sociais e

o Fundo Global de Solidariedade Digital. Outros são muito promissores, como a loteria humanitária.

Os representantes da Espanha e do Chile apresentaram propostas para novos projetos-piloto, relativos, respectivamente, a remessas e a desnutrição infantil. Essas propostas poderão ser desenvolvidas no trabalho do Grupo ao longo dos próximos meses.

A representante da Guiana informou que seu país, na qualidade de Presidente Pro Tempore do Grupo do Rio, tenciona organizar workshop sobre mecanismos financeiros inovadores.

O representante da Noruega, país que assumirá a Presidência rotativa do grupo em setembro próximo, anunciou a intenção de realizar reunião técnica com organizações internacionais, ONGs e o meio acadêmico, que deverá servir como subsídio para o encontro do Grupo Piloto, a realizar-se em Oslo no início de 2007.

Animados pelos avanços alcançados na presente Reunião, os participantes manifestaram a expectativa de que, à medida que novos projetos-piloto sejam adotados, outros países decidam associar-se ao Grupo e aderir aos mecanismos financeiros inovadores, fortalecendo, assim, as ações concretas e aumentando os recursos disponíveis para o combate à fome e à pobreza.

\*\*\*\*\*

Reunião Plenária do Grupo-Piloto sobre Mecanismos Financeiros Inovadores (Brasília, 6 e 7 de julho de 2006)

**Países Participantes da Reunião (40):**

- Argélia
- África Do Sul
- Alemanha
- Argentina
- Áustria
- Bélgica
- Brasil
- Cabo Verde

- Cameroon
- Chile
- Congo
- Coréia Do Sul
- Costa Do Marfim
- Croácia
- Espanha
- França
- Gabão
- Guatemala
- Guiana
- Guiné
- Guiné Bissau
- Haiti
- Índia
- Itália
- Líbano
- Luxemburgo
- Marrocos
- Maurício
- México
- Moçambique
- Namíbia
- Nicarágua
- Nigéria
- Noruega
- Reino Unido
- República Dominicana
- Suíça
- Tailândia
- Tunísia
- Uruguai

**Organizações internacionais participantes da Reunião (12):**

- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO
- Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID
- Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola IFAD/FIDA
- Fundo Monetário Internacional – FMI
- Fundo Global – FG

- Nações Unidas – ONU
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD
- Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV/AIDS – UNAIDS
- Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF
- Fundo das Nações Unidas para População – UNFPA
- Banco Mundial – BIRD
- Organização Mundial de Saúde - OMS

**ONGs participantes da Reunião (19):**

- Abia/Repríp (Brasil)
- ABONG (Brasil)
- Acción AG (Chile)
- Act Up (França)
- AIDES (França)
- ALOP (Brasil)
- ATTAC (Finlândia)
- ASC (Canadá)
- Fundação Clinton
- Coordination SUD (França)
- Fundação Friedrich Ebert
- GAPA (Brasil)
- Fundo Global de Solidariedade Digital (Suíça)
- MSF
- ORIT (Colômbia)
- Stamp Out Poverty (Reino Unido)
- Tax Justice Network
- UNAFISCO
- WEED (Alemanha)

Cerca de 150 participantes individuais

**Mensagem do Presidente da República ao Primeiro-Ministro de Timor-Leste (10 de julho de 2006)**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva transmitiu hoje, 10 de julho, a seguinte mensagem ao Primeiro-Ministro de Timor Leste, José Ramos-Horta:

“Formulo a Vossa Excelência votos de êxito por sua designação para o cargo de Primeiro-Ministro

da República Democrática de Timor-Leste.

Desejo reiterar o sentimento de solidariedade que externei ao Presidente Xanana Gusmão, em carta de 31 de maio último, em razão do difícil momento por que passa esse país-irmão.

Tenho plena confiança em que, sob a liderança de Vossa Excelência, o Governo de Timor-Leste encontrará os caminhos para a rápida restauração da ordem interna e para a construção de um Estado próspero, estável e democrático.

Conforme assinalado por missão diplomática por mim enviada a esse país recentemente, o Brasil está disposto a prestar toda a colaboração nos esforços do Governo timorense com vistas à retomada do processo de paz e ao desenvolvimento nacional.

Mais alta consideração,

**Luiz Inácio Lula da Silva**

Presidente da República Federativa do Brasil.”

### **Explosões em Mumbai, Índia (11 de julho de 2006)**

O Governo brasileiro recebeu com profunda consternação a notícia de que várias explosões em estações ferroviárias e trens de passageiros ocasionaram, hoje, a morte de mais de uma centena de pessoas. Ao lamentar a perda de vidas inocentes, o Governo e o povo brasileiros apresentam condolências às famílias das vítimas, bem como ao Governo da Índia.

O Governo brasileiro reitera seu repúdio a essa ação terrorista e renova apelo para que não se recorra à violência contra a população civil.

### **Situação na Fronteira Israel-Líbano (12 de julho de 2006)**

O Governo brasileiro condena com veemência os ataques perpetrados pelo movimento libanês Hezbollah contra áreas ao norte de Israel, que feriram e vitimaram vários soldados das Forças de Defesa de Israel e resultaram no seqüestro de

dois militares israelenses. O Governo brasileiro exorta que sejam evitadas novas agressões e que sejam observadas as Resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Governo brasileiro acompanha, com apreensão, a escalada da violência na região, que poderá comprometer seriamente as perspectivas de retomada do processo de paz. O Brasil lamenta a incursão das Forças de Defesa de Israel no sul do Líbano e o ataque a instalações locais e reitera sua oposição a atos desproporcionais de represália que possam contribuir para deteriorar ainda mais o já delicado quadro político e humanitário regional. O Governo brasileiro conclama todas as partes envolvidas a envidar o máximo esforço possível de auto-contenção e diálogo, evitando engajar-se em novo ciclo de enfrentamentos, cujas primeiras vítimas serão as respectivas populações civis.

O Governo brasileiro apresenta suas mais sinceras condolências aos familiares das vítimas e apela em favor da pronta e incondicional libertação dos militares israelenses.

### **Vítimas Brasileiras de Ações Militares no Líbano (13 de julho de 2006)**

O Governo brasileiro recebeu com profunda consternação a notícia do falecimento de quatro cidadãos brasileiros da mesma família, entre os quais duas crianças, na cidade de Srifa, vítimas de ações militares no Líbano.

O Brasil condena o ataque perpetrado pelas forças de Israel, que constituiu reação desproporcional e levou à perda de vidas inocentes entre a população civil. O Brasil reitera sua oposição a atos de represália que apenas contribuem para deteriorar a delicada situação na região. O Brasil conclama ao diálogo todas as partes envolvidas e apóia os esforços das Nações Unidas em favor de um cessar-fogo, bem como da libertação dos soldados israelenses seqüestrados.

O Ministro Celso Amorim instruiu o Cônsul-Geral do Brasil em Beirute a enviar agente consular

ao local de falecimento dos cidadãos a fim de obter informações adicionais e prestar todo o apoio necessário. A Embaixada e o Consulado-Geral do Brasil em Beirute estão igualmente de prontidão para dar assistência aos nacionais brasileiros residentes no Líbano.

O Governo brasileiro apresenta suas mais sinceras condolências aos familiares das vítimas.

### **Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Primeiro-Ministro da Índia (13 de julho de 2006)**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva dirigiu a seguinte mensagem ao Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh:

“Senhor Primeiro-Ministro,

Tomei conhecimento com grande pesar dos atentados terroristas realizados em 11 de julho contra alvos civis em Srinagar e Mumbai. Ao condenar severamente toda e qualquer forma de terrorismo, quero expressar a Vossa Excelência e à nação indiana a solidariedade e simpatia do povo e do Governo brasileiro. Queira transmitir, em meu nome e no de todos os brasileiros, os sentimentos de compaixão às famílias vitimadas por esses atos.

Mais alta consideração,

**Luiz Inácio Lula da Silva**

Presidente da República Federativa do Brasil.”

### **Assistência a Brasileiros no Líbano (15 de julho de 2006)**

O Governo brasileiro continua a acompanhar com atenção particular, por meio do Consulado-Geral e da Embaixada do Brasil em Beirute, a situação de segurança dos cidadãos brasileiros que se encontram no Líbano. Entre outras providências, foi autorizada missão de retirada daqueles que assim o desejarem.

Hoje, 15 de julho, ônibus com 17 brasileiros chegou a Adana, na Turquia. Em Adana, foram atendidos por funcionários da Embaixada em Ancara,

que se encontram no local.

O Consulado-Geral do Brasil em Beirute organizará novo deslocamento terrestre, em ônibus fretado, para a cidade de Adana, Turquia. Da cidade de Adana, avião da Força Aérea Brasileira fará o transporte desses cidadãos para o Brasil.

Informações sobre horário e local de partida para Adana poderão ser obtidas diretamente com o Consulado-Geral em Beirute pelos seguintes telefones:

A) 00 xx (961) 70-934921;

B) 00 xx (961) 70-935718

O plantão da Divisão de Assistência Consular do Itamaraty, exclusivo para questões relativas a atendimento a brasileiros no exterior, poderá ser alcançado pelo telefone 0 xx (61) 99768205. Solicitações da imprensa deverão ser dirigidas ao plantão da Assessoria de Imprensa do Itamaraty, pelo telefone 0 XX (61) 9976-8208.

Recorda-se que o Líbano está 6 (seis) horas à frente do fuso horário de Brasília.

### **África do Sul, Brasil, China, Índia, México e República do Congo - Documento de Posição (16 de julho de 2006)**

#### **Introdução**

Os atuais desafios globais nas áreas de segurança energética, educação e doenças infecciosas só podem ser devidamente enfrentados por meio de uma coordenação e cooperação internacional mais intensa. A esse respeito, reiteramos nossa proposta, apresentada em Gleneagles no ano passado, de um novo paradigma internacional de cooperação, centrado na consecução de resultados concretos e devidamente avaliados, levando plenamente em conta as perspectivas e necessidades dos países em desenvolvimento. A crescente participação dos países em desenvolvimento nos processos decisórios do sistema das Nações Unidas e de outras organizações internacionais é essencial para assegurar resultados mais equilibrados e legítimos.

2. Além dos tópicos a serem examinados pela Cúpula (segurança energética, educação e doenças infecciosas), gostaríamos de chamar a atenção também para a importância da mobilização de recursos financeiros para o desenvolvimento, por meio de mecanismos inovadores que venham suplementar os compromissos assumidos na Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Financiamento ao Desenvolvimento. Reafirmamos a importância da Agenda de Doha para o Desenvolvimento como um elemento-chave para permitir que os países em desenvolvimento se beneficiem mais plenamente do comércio internacional, especialmente no que tange à agricultura.

3. Para a abordagem das questões que ocuparão a atenção do G-8, ressaltamos a necessidade de seguimento do programa de trabalho sobre a África, lançado em Gleneagles. Ao focalizarmos as questões constantes da pauta da Cúpula, concordamos que é preciso considerar cuidadosamente as necessidades especiais da África.

4. Reconhecemos que a África atravessa um período de renovada esperança, baseada na visão de seus líderes da necessidade de maior integração regional para assegurar o desenvolvimento socioeconômico do continente. É de crucial importância a resolução dos conflitos violentos que, há décadas, vêm tolhendo o potencial africano. Enfatizamos a necessidade de atacar pela raiz as causas de instabilidade, que estão intimamente ligadas à pobreza, à desigualdade social e à exclusão.

5. A comunidade internacional deve continuar a cooperar com os países africanos em sua busca de paz, desenvolvimento e justiça social. É preciso estabelecer uma verdadeira parceria, que leve em conta a opinião e as necessidades dos países e dos povos africanos. A cooperação Sul-Sul assume um valor particular nesse sentido.

### **Segurança energética**

6. A segurança energética constitui uma

questão vital e estratégica tanto para os países produtores quanto para os consumidores. Fontes disponíveis e seguras de energia são requisitos básicos para um desenvolvimento socioeconômico sólido e para a paz e a estabilidade mundiais. A comunidade internacional precisa esforçar-se para criar condições justas e equitativas, conducentes à sustentabilidade e à previsibilidade de longo prazo do fornecimento de energia a preços razoáveis e competitivos. A segurança energética pode ser intensificada pela exploração, de maneira sustentável, dos recursos disponíveis localmente. É necessário acelerar, com intensidade ótima, o desenvolvimento de todo o potencial hidroelétrico viável.

7. Manifestamos nossa preocupação com o impacto negativo que os preços cada vez mais altos exercem sobre nossos esforços de desenvolvimento nos últimos anos. Somos favoráveis ao estabelecimento de uma ordem energética internacional que seja justa, equitativa, segura e estável, em benefício de toda a comunidade internacional. Apoiamos um diálogo inclusivo sobre energia, capaz de criar um clima político que leve à solução pacífica de divergências por meio de consultas. Desse diálogo devem participar exportadores, consumidores e o Fórum Energético Internacional. Nesse sentido, aplaudimos a iniciativa da realização de duas Mesas-Redondas em Nova Delhi, em janeiro e fevereiro do ano passado, que reuniram os principais consumidores asiáticos e importantes produtores regionais.

8. A integração global e regional é um elemento fundamental do debate sobre segurança energética. Frisamos a importância de marcos reguladores mais consistentes e equilibrados, em nível tanto regional como global. A expansão da cooperação regional poderá facilitar um desenvolvimento mais rápido de recursos energéticos, mediante o compartilhamento das melhores práticas e a promoção do comércio energético regional.

9. Enfatizamos a importância da cooperação

tecnológica para a pesquisa e desenvolvimento energético, a fim de aumentar e diversificar o suprimento de energia mediante o desenvolvimento de tecnologias energéticas mais eficientes, acessíveis e redutoras de custo, inclusive tecnologias de combustíveis fósseis e de energia renovável, visando à produção e ao consumo de energia, o que levaria a um maior grau de eficiência. Queremos mais acesso a essas tecnologias e nos comprometemos a cooperar com os países desenvolvidos e em desenvolvimento no compartilhamento de conhecimentos e perícia relativos a elas. Nesse contexto, enfatizamos ainda a necessidade de desenvolver novas formas de cooperação em matéria de energia nuclear.

10. A diversificação é um elemento central em qualquer definição de segurança energética. Incentivamos o desenvolvimento e o uso de fontes alternativas de energia, a fim de reforçar a sustentabilidade. Novas formas de energia limpa e economicamente eficiente devem ser plenamente exploradas. Nesse sentido, o etanol, o biodiesel e outros biocombustíveis poderão desempenhar um papel maior na diversificação da matriz energética global, bem como na redução da emissão de gases causadores do efeito-estufa provenientes de fontes antropogênicas.

11. A segurança energética não é um fim em si mesmo. Temos de dirigir o olhar além da segurança energética, fixando-o em objetivos mais amplos de desenvolvimento, a fim de conseguir sinergias bem-sucedidas entre a segurança energética, o desenvolvimento e o meio ambiente. À medida que nossas economias crescerem, nosso consumo de energia inevitavelmente aumentará, o que exigirá, por sua vez, esforços individuais e coletivos para assegurar a sustentabilidade econômica e ambiental.

### **Educação**

12. Conclamamos toda a comunidade internacional, os membros do G-8, a UNESCO e todos os organismos internacionais para intensificar a cooperação para atingir as Metas de

Desenvolvimento do Milênio e as Metas de Dacar. Nesse contexto, aplaudimos e apoiamos o Plano de Ação Global da UNESCO, destinado a atingir os objetivos centrais de “Educação para Todos”, e reconhecemos a importância da Declaração de Monterrey emitida pelos países do E-9.

13. Reconhecemos a necessidade de que o sistema educacional dissemine o respeito à diversidade em termo de raça, cultura e religião. Os governos têm um papel primordial a desempenhar para assegurar um ambiente condizente e melhorar a cooperação a esse respeito.

14. Incentivamos o compartilhamento de boas práticas entre os países do Norte e do Sul, bem como entre os países em desenvolvimento, a fim de acelerar a consecução do objetivo de Educação para Todos. O emprego das Tecnologias da Informação e Comunicação tem-se revelado essencial para melhorar os sistemas educacionais. Instamos os países desenvolvidos a compartilhar sua perícia e a transferir tecnologias e recursos, permitindo assim que os países em desenvolvimento possam empregar tecnologias mais avançadas.

15. Aplaudimos a criação de mecanismos como o cancelamento, a reestruturação e a conversão de dívidas. Iniciativas internacionais, como a “Fast Track Initiative” e o “International Funding Facility”, gozam de amplo apoio político e já demonstraram sua utilidade. No entanto, é preciso que os países doadores incrementem sua assistência, com vistas à consolidação de apoio financeiro previsível e de longo prazo.

### **Doenças infecciosas**

16. As doenças infecciosas e crônicas são um inimigo comum da humanidade. Insistimos na urgência de encarar as doenças infecciosas como uma questão estratégica, que afeta o crescimento econômico e a estabilidade social em âmbito mundial. Devemos, por meio de uma parceria global, esforçar-nos para prestar uma contribuição decisiva aos esforços internacionais de prevenção e tratamento

de doenças infecciosas.

17. Enquanto as doenças transmissíveis colocam um desafio particular a países em desenvolvimento, a importância crescente das doenças crônicas precisa ser reconhecida. Além disso, atenção deve ser dada para monitorar e conter a gripe humana e outras doenças evitadas por vacinas.

18. Doenças infecciosas como HIV/AIDS, tuberculose, malária e gripe aviária constituem desafios aterradores, que devem ser enfrentados por meio de uma cooperação mais eficiente e de maiores recursos financeiros, de acordo com as Metas de Desenvolvimento do Milênio. Nenhuma nação é invulnerável e nenhuma doença pode ser eficazmente controlada sem a cooperação internacional. Faz-se necessária uma resposta abrangente para pôr fim à inaceitável escala de mortalidade, particularmente elevada nos países em desenvolvimento.

19. Reiteramos a necessidade de reduzir as barreiras comerciais, a fim de facilitar o acesso a vacinas, remédios, diagnósticos e tecnologias de qualidade e acessíveis, destinadas a prevenir e controlar doenças infecciosas. As flexibilidades contidas no Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio e na Declaração Ministerial de Doha sobre TRIPS e Saúde Pública devem ser plenamente aproveitadas para proteger a saúde pública.

20. Uma resposta global eficaz requer um sistema de monitoramento global que ajude a prevenir, identificar e controlar a propagação de doenças infecciosas. Incentivamos os países do G-8 a ajudar na criação de uma plataforma para o compartilhamento e intercâmbio de informações e melhores práticas de prevenção e controle de doenças infecciosas. Instamos os líderes do G-8 a colaborar com os países em desenvolvimento no aprimoramento de suas capacidades em matéria de serviços de saúde e de acesso a tratamento e pesquisa, dando especial atenção à África.

21. Aplaudimos a Declaração Política adotada pela Reunião de Alto Nível de 2006 sobre

o HIV/AIDS “Unindo o Mundo contra a AIDS”. Reafirmamos nosso compromisso com o objetivo de acesso universal, até 2010, a programas abrangentes de prevenção, tratamento, assistência e apoio voltados para pessoas afetadas por HIV/AIDS.

22. Manifestamos nosso apoio e instamos os países doadores a manter e, se possível, aumentar o financiamento contínuo e oportuno em benefício de iniciativas tais como o Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária, o Fundo Global de Combate à Poliomielite e a Rede Global de Alerta e de Resposta a Epidemias, que ajudam a combater, prevenir e controlar outras doenças infecciosas. Aplaudimos a proposta de lançamento de um programa internacional para a compra de remédios, a chamar-se UNITAID, fruto de esforços para a obtenção de maiores recursos por meios inovadores. Ao combater doenças infecciosas, esses esforços devem levar em conta a importância de distinguir os grupos vulneráveis, a fim de atacar as doenças por meio de ações intensivas, como por exemplo, as voltadas para TB e AIDS, TB/AIDS e Usuários de Drogas Injetadas, TB/AIDS e Pobreza.

23. Frisamos a necessidade de mecanismos adequados, por meio dos quais os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, possam receber apoio de organizações e fontes de financiamento internacionais para fortalecer seus sistemas de vigilância epidemiológica, desenvolver recursos humanos e propiciar treinamento, produzir e manter acessíveis as vacinas, os remédios e os insumos necessários para controlar doenças infecciosas.

### **Comércio e Agenda de Doha para o Desenvolvimento**

24. Estamos comprometidos com o fortalecimento do sistema multilateral de comércio e vemos com grande preocupação as tendências de aumento do protecionismo nos países desenvolvidos. A Organização Mundial de Comércio é o único foro para o estabelecimento de regras de comércio global

e sua liberalização. A maioria dos membros da OMC consiste em países em desenvolvimento e seus interesses devem ocupar uma posição central na atual rodada de negociações comerciais. A Rodada Doha oferece a melhor oportunidade para conquistarmos a abertura dos mercados mundiais, nivelar o campo de ação, partilhar a riqueza e gerar empregos. Esta é uma Rodada do Desenvolvimento e ela deve abrir novas oportunidades para o mundo em desenvolvimento.

25. Além de imperativos de ordem ética e econômica, a redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento são essenciais a uma econômica mundial estável. É preciso que todas as nações, particularmente as mais pobres, se beneficiem das oportunidades geradas pelo comércio internacional. Uma redução substancial dos subsídios agrícolas e um maior acesso dos produtos agrícolas e de outros produtos aumentarão a competitividade e melhorarão o padrão de vida dos países em desenvolvimento.

26. Os subsídios, as altas tarifas, os picos tarifários, a escalada de tarifas e outras barreiras comerciais nos países desenvolvidos produzem distorções no mercado agrícola mundial que afetam o modo de vida e as necessidades de sobrevivência de milhões de pessoas em todo o mundo, particularmente nos países pobres altamente dependentes da agricultura. A eliminação dessas práticas não pode ser adiada indefinidamente. A comunidade internacional está cada vez mais consciente de que os subsídios agrícolas nos países desenvolvidos são não apenas imorais, mas também freqüentemente ilegais. Ao conservarem tais privilégios para si próprios, os países ricos estão exportando mais pobreza para países que já são pobres. Além da eliminação dos subsídios à exportação, é urgente que os membros desenvolvidos assumam compromissos efetivos tanto em suporte doméstico quanto em acesso a mercados para destravar a rodada. Nas negociações, a questão dos membros em desenvolvimento recentemente admitidos deveria ser encaminhada de forma apropriada e efetiva.

27. Prazos têm sido estabelecidos e reiteradamente desrespeitados. Algumas ofertas sobre a mesa ficam aquém do nível de ambição e do princípio de proporcionalidade constantes do mandato de Doha. Um consenso só será possível se o desenvolvimento constituir o cerne da Rodada de negociações, o que respeitaria os princípios de tratamento especial e diferenciado.

28. É ilusório pensar que as concessões feitas pelos países em desenvolvimento irão destravar as negociações como num passe de mágica. Para que a Rodada atinja seus objetivos de desenvolvimento, os países desenvolvidos precisam assumir sua responsabilidade no avanço do processo. A chave para pôr fim às distorções está nas mãos dos que as produzem. Os pobres do mundo devem ser os principais beneficiários de um resultado justo, equilibrado e abrangente. Nossa visão é de um acordo final segundo o qual os países ricos farão maiores concessões, os países em desenvolvimento contribuirão também com importantes esforços e nenhuma concessão será esperada dos países menos desenvolvidos. Adicionalmente, os membros desenvolvidos deveriam implementar tratamento livre de taxas e quotas para os membros menos desenvolvidos o mais cedo possível.

29. Várias questões urgentes precisam ser abordadas nas próximas semanas. O tempo está acabando. Faz-se urgentemente necessário o envolvimento direto dos líderes mundiais para romper o impasse. Um novo impulso precisa ser dado às negociações que estão em andamento em todas as áreas. Todas as partes precisam estar dispostas a enxergar além de seus interesses estreitos. As partes precisam atuar juntas para assegurar que o comércio internacional se baseie em regras claras, equitativas e não-discriminatórias. Instamos os líderes participantes desta Cúpula a esforçar-se por um nível elevado de ambição, com resultados justos e equitativos para a Rodada Doha em 2006, que cumpram os imperativos de desenvolvimento dos países em desenvolvimento.

### **Mobilização de Recursos Financeiros**

30. A Cúpula do Milênio representa o ápice de um processo histórico para incluir a luta contra a pobreza como uma prioridade-chave na agenda internacional. Em consonância com o espírito da Declaração do Milênio, a Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento, realizada em Monterrey, em 2002, focalizou a implementação em tempo hábil das Metas de Desenvolvimento do Milênio, de suma importância para a consecução da estabilidade, da segurança e da paz mundial.

31. Um dos resultados dos compromissos assumidos pela comunidade internacional no Consenso de Monterrey foi o progresso realizado para a consecução das Metas de Desenvolvimento do Milênio, particularmente em matéria de (i) eliminação da dívida de alguns países pobres altamente endividados; (ii) aumento dos fluxos de assistência oficial para o desenvolvimento; e (iii) melhor e maior coordenação entre as instituições multilaterais com vistas à consecução das Metas de Desenvolvimento do Milênio.

32. Maiores esforços são necessários para atingirmos as Metas de Desenvolvimento do Milênio nos prazos originalmente acordados em 2000. A Ação contra a Fome e a Pobreza, lançada pelos Chefes de Estado e de Governo do Brasil, do Chile e da França e apoiada por um número significativo de países desde setembro de 2004, identificou e acordou desenvolver possíveis mecanismos inovadores de financiamento do desenvolvimento. A fim de avançar mais, a Conferência de Paris sobre Financiamento Inovador do Desenvolvimento, realizada em março último, considerou diferentes opções de mecanismos novos e inovadores de financiamento. Tais mecanismos devem visar à mobilização de fontes públicas, privadas, internas e externas, para aumentar e suplementar aquelas que foram identificadas pelo Consenso de Monterrey.

33. A consecução bem-sucedida e em tempo hábil das Metas de Desenvolvimento do Milênio constitui o ponto de partida para a definição de

estratégias de desenvolvimento de longo prazo, suscetíveis de levar à eliminação definitiva da fome e da pobreza. É real e urgente a necessidade de atingirmos a meta de 0,7% do PIB para assistência oficial para o desenvolvimento.

34. Novos esforços com vistas a acordos internacionais sobre financiamento do desenvolvimento devem observar critérios diferentes daqueles que se referem exclusivamente ao PIB total, visto que em países de renda média e em outros menos desenvolvidos, que não se enquadram na iniciativa para os países pobres altamente endividados, a pobreza e a fome muitas vezes ainda continuam a afetar amplos segmentos da população. Ao mesmo tempo, entende-se que esforços especiais devem ser direcionados aos países menos desenvolvidos.

35. A necessidade de intensificar os esforços para obter recursos financeiros adicionais ao desenvolvimento é relevante para o debate sobre os tópicos na agenda da Cúpula do G-8 em São Petersburgo. Para vencer a luta contra a fome e a pobreza, as doenças infecciosas e a educação inadequada, precisamos assumir nossa parcela de responsabilidade na busca de mecanismos suscetíveis de canalizar os recursos necessários para a consecução de objetivos comuns de desenvolvimento.

### **Morte de Jean Charles de Menezes - Missão de altos funcionários a Londres (16 de julho de 2006)**

Por instrução do Ministro Celso Amorim, missão de altos funcionários brasileiros, chefiada pelo Diretor do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior do Itamaraty, Embaixador Manoel Gomes Pereira, estará em Londres na próxima segunda-feira, 17 de julho. A missão tem por objetivo acompanhar decisão a ser proferida pela Promotoria Pública britânica a respeito da morte do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes, ocorrida em julho de 2005, bem como manter encontros com autoridades britânicas.

O Governo brasileiro tem acompanhado o caso com atenção, tanto por meio de suas representações no Reino Unido, quanto por meio do envio de missões oficiais àquele país.

### **Retirada de brasileiros do Líbano (16 de julho de 2006)**

O Governo brasileiro continua a acompanhar a difícil situação no Líbano, com especial atenção à segurança dos cidadãos brasileiros naquele país.

O Consulado-Geral do Brasil em Beirute está organizando o deslocamento, por via terrestre, para a cidade de Adana, Turquia, em ônibus fretados, de brasileiros que desejarem retornar ao Brasil. Avião da Força Aérea Brasileira fará o transporte para o território nacional a partir de Adana. A partida dos ônibus está prevista para as 6 horas da manhã (horário de Beirute) de segunda-feira, a partir da sede do Consulado-Geral do Brasil naquela cidade.

Maiores informações poderão ser obtidas diretamente com o Consulado-Geral em Beirute pelos seguintes telefones:

A) 00 xx (961) 70-934921;

B) 00 xx (961) 70-935718

O plantão da Divisão de Assistência Consular do Itamaraty, exclusivo para questões relativas a atendimento a brasileiros no exterior, poderá ser alcançado pelo telefone 0 xx (61) 99768205. Solicitações da imprensa deverão ser dirigidas ao plantão da Assessoria de Imprensa do Itamaraty, pelo telefone 0 XX (61) 9976-8208.

### **Caso Jean Charles de Menezes: decisão do CPS (17 de julho de 2006)**

A Procuradoria-Geral do Reino Unido (CPS) divulgou hoje, 17 de julho, sua decisão sobre as circunstâncias que levaram à morte do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes, ocorrida em 22 de julho de 2005, em Londres.

O CPS informou não ter encontrado indícios suficientes para incriminar individualmente quaisquer dos policiais envolvidos no assassinato.

Não obstante, nos termos do “Health and Safety Act”, de 1974, o CPS vai processar criminalmente o Gabinete do Chefe da Polícia de Londres, Ian Blair, como “empregador” dos policiais e, portanto, responsável por sua conduta na operação.

O Governo brasileiro lamenta a decisão do CPS, por tornar impossível a punição dos agentes que participaram do assassinato de Jean Charles de Menezes.

A missão enviada a Londres pelo Ministro Celso Amorim continuará a buscar esclarecimentos adicionais sobre a decisão do CPS, a fim de poder fazer avaliação final sobre ela.

### **Retirada de brasileiros do Líbano (17 de julho de 2006)**

O comboio de ônibus organizado pelo Consulado-Geral do Brasil em Beirute, Líbano, que partiu hoje pela manhã daquela cidade com 122 passageiros, encontra-se na Turquia e deverá chegar à cidade de Adana nas próximas horas. Avião da Força Aérea Brasileira já decolou de Adis Abeba, Etiópia, com destino a Adana, para o transporte dos cidadãos brasileiros interessados em retornar ao território nacional. O horário de partida para o Brasil está previsto para as 21h15, horário de Brasília.

Recorda-se que o plantão da Divisão de Assistência Consular do Itamaraty, exclusivo para questões relativas a atendimento a brasileiros no exterior, poderá ser alcançado pelos telefones 0 XX (61) 9983-0157 / 9983-0137 / 9983-0164 / 9976-8205. Solicitações da imprensa deverão ser dirigidas ao plantão da Assessoria de Imprensa do Itamaraty, pelo telefone 0 XX (61) 9976-8208.

### **Nova vítima brasileira de ações militares no Líbano (18 de julho de 2006)**

O Governo brasileiro recebeu com grave consternação a notícia do falecimento de mais um cidadão brasileiro, o menor Bassel Tormos, de oito anos de idade, vítima de ações das Forças de Defesa de Israel na localidade de Tallousa, no Sul do Líbano.

Segundo informações recebidas do Consulado-Geral em Beirute, a mãe e o irmão do menor falecido, nascido em Foz do Iguaçu, estariam feridos.

O Brasil reitera sua condenação à represália militar desproporcional do Governo de Israel, que tem levado à perda de vidas inocentes e a pesados danos na infra-estrutura libanesa, com conseqüências de longo prazo para a população civil.

Ao lamentar o falecimento dessa nova vítima brasileira e ao apresentar suas mais sinceras condolências a seus familiares, o Governo brasileiro renova seu apoio às iniciativas diplomáticas em curso e, em especial, à Missão de Alto Nível enviada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, com vistas à obtenção de um imediato cessar-fogo na região.

#### **Assistência a brasileiros no Líbano, Jordânia e Síria (18 de julho de 2006)**

Além do Consulado-Geral do Brasil em Beirute, cujos números de telefone foram divulgados na nota nº 426, de 17 de julho corrente, os cidadãos brasileiros no Líbano que se encontrem em áreas com dificuldade de acesso àquela cidade, ou que já partiram para países limítrofes, poderão também entrar em contato com as Embaixadas do Brasil em Aman, Jordânia, e em Damasco, Síria.

Os contatos daquelas representações diplomáticas são os seguintes:

Embaixada do Brasil em Aman:

Tels: 00 XX (9626) 592-3941 / 3942

Fax: 00 XX (9626) 593-1098

Plantão: 00 XX (9627) 9629-3535

e-mail: jorbrem@wanadoo.jo

Embaixada do Brasil em Damasco:

Tels: 00 XX (963 11) 612-4551 / 4552 / 4557 / 4559

Fax: 00 XX (963 11) 612-4553

Plantão: 00 XX (963 93) 213-438

e-mail: braemysr@net.sy

Recorda-se que o plantão da Divisão de Assistência Consular do Itamaraty, exclusivo para questões relativas a atendimento a brasileiros no exterior,

poderá ser alcançado pelos telefones 00 XX (61) 9983-0157 / 9983-0137 / 9983-0164 / 9976-8205.

É importante ter presente que os países acima referidos estão 6 (seis) horas à frente do fuso horário de Brasília.

#### **XXX Reunião do Conselho do Mercado Comum e Cúpula dos Presidentes do Mercosul - Córdoba, Argentina, 19 a 21 de julho de 2006 (18 de julho de 2006)**

Será realizada em 19 e 20 de julho a XXX Reunião do Conselho do Mercado Comum, em Córdoba, Argentina - país que exerce atualmente a Presidência Pro Tempore do Mercosul. O Conselho do Mercado Comum é o órgão responsável pela condução política do processo de integração e pela tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção.

Dentre os temas da agenda, destacam-se:

a) Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM): os Estados Partes discutirão formas de acelerar procedimentos para a apresentação de projetos-piloto no âmbito do FOCEM, instrumento de fomento de investimentos nas regiões menos desenvolvidas do bloco;

b) Relacionamento Externo: serão passadas em revista as negociações em curso entre o Mercosul e outros países e blocos. Prevê-se a assinatura de acordos com Cuba e Paquistão e o exame de aspectos relativos aos acordos firmados com a União Aduaneira da África Austral (SACU) e a Índia. Será também avaliado o estado das negociações com a União Européia, Israel, Conselho de Cooperação do Golfo, Marrocos e China;

c) Venezuela: será avaliado o processo de adesão da Venezuela ao Mercosul e terá início a revisão de instrumentos jurídicos do bloco, como o Protocolo de Olivos, com o objetivo de ajustá-lo ao ingresso do novo membro;

d) Adoção da “Estratégia Mercosul de Crescimento do Emprego”: o Conselho do Mercosul deverá aprovar Decisão que estabelece a “Estratégia

Mercosul de Crescimento de Emprego”, documento que tem como focos o combate ao desemprego e a promoção do emprego de qualidade como uma das diretrizes do processo de integração;

e) Eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC): serão discutidos os aspectos concernentes à segunda etapa da eliminação da dupla cobrança da TEC. Esse mecanismo permite que um bem que já tenha sofrido a incidência da TEC possa transitar livremente pelo bloco.

À XXX Reunião do CMC se seguirá a Cúpula dos Presidentes do Mercosul, no dia 21 de julho.

Durante o diálogo com os demais Presidentes em Córdoba, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá reiterar o compromisso do Brasil com o fortalecimento institucional e econômico do Mercosul e com a redução das assimetrias dentro do bloco. Deverá reafirmar, ainda, o propósito de lograr novos avanços durante a Presidência Pro Tempore brasileira, que será exercida no segundo semestre do corrente ano.

#### **Situação no Líbano (19 de julho de 2006)**

O Governo brasileiro continua a acompanhar com extrema preocupação a escalada do conflito militar em curso no Líbano. Ao reiterar seu repúdio ao terrorismo, não importa sob que justificativa, o Brasil condena, nos termos mais veementes, o uso da força contra a população civil, que provocou a morte de pelo menos sete cidadãos brasileiros, entre eles três crianças.

O Governo brasileiro nota, com consternação, que a ação militar israelense no Líbano já ocasionou mais de duas centenas de vítimas e de quatrocentos feridos entre a população civil, além de danos materiais de enorme magnitude a instalações de infra-estrutura no País, hoje virtualmente isolado por terra, mar e ar. O Governo brasileiro exorta Israel a evitar medidas desproporcionais de represália capazes de contribuir para a deterioração da situação humanitária no território libanês. O Governo brasileiro reitera os termos da Resolução 1559 do Conselho de Segurança

das Nações Unidas, que pede o desmantelamento de todas as milícias presentes no Líbano.

O Brasil renova seu apoio às iniciativas diplomáticas em andamento para a obtenção de um cessar-fogo imediato, em particular aos esforços da Missão de Alto Nível enviada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas à região. O Governo brasileiro exorta a comunidade internacional a assumir sua responsabilidade com vistas a restabelecer um ambiente de paz e estabilidade na região, e conclama as partes diretamente envolvidas a adotar medidas que possam, desde já, contribuir para uma solução duradoura do conflito.

#### **Situação dos Cidadãos brasileiros no Líbano (20 de julho de 2006)**

Na noite de ontem, 19 de julho, o Ministro Celso Amorim conversou por telefone com o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, e, na manhã de hoje, com a Secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, para tratar da crise no Líbano e da situação dos cidadãos brasileiros naquele país. A ambos, expressou a importância de um cessar-fogo imediato.

O Ministro Amorim salientou o caráter desproporcional da reação militar de Israel. Especificamente em relação à situação de brasileiros, solicitou colaboração para assegurar, junto às autoridades israelenses, contenção em ações militares, de forma a diminuir o risco de que nacionais brasileiros sejam atingidos.

Também hoje, o Ministro Amorim manteve contato com o Ministro das Relações Exteriores da Turquia, Abdullah Gul, a quem agradeceu o apoio dado pelas autoridades turcas para a retirada de brasileiros da região.

O Ministro Celso Amorim convocou a seu Gabinete, ainda na manhã de hoje, a Embaixadora de Israel no Brasil, Tzipora Rimon, a quem manifestou grande preocupação com a escalada do conflito militar no Líbano e com a situação dos cidadãos brasileiros naquele país. A propósito,

solicitou que as forças militares israelenses não ataquem áreas identificadas como de grande concentração de brasileiros ou por onde passem comboios levando nacionais que estejam sendo retirados do Líbano.

O Itamaraty, em articulação com o Gabinete de Segurança Institucional e outros órgãos do Governo, além de lideranças da comunidade libanesa no Brasil, continua a atuar com o objetivo de retirar cidadãos brasileiros da região.

### **Retirada de brasileiros do Líbano (20 de julho de 2006)**

O comboio de ônibus organizado pelo Consulado-Geral do Brasil em Beirute, Líbano, partirá na sexta-feira, 21 de julho, com destino a Adana, Turquia. Avião da Força Aérea Brasileira partirá de Adana, com destino ao Brasil, às 8h de domingo, 23 de julho, horário local.

Na Turquia, terão prioridade de embarque no vôo da FAB aqueles que não possuem bilhetes para retorno ao Brasil. Detentores de passagens terão auxílio do Escritório de Apoio Consular do Itamaraty em Adana para remarcação dos bilhetes junto às respectivas companhias aéreas.

Um segundo avião da FAB partirá para Adana no sábado, dia 22, para buscar, preferencialmente, aqueles que não possuem passagens aéreas.

Continuam tratativas com outros Governos para identificação de alternativas, particularmente a via marítima, a fim de acelerar a retirada dos cidadãos brasileiros que queiram deixar o Líbano.

Recorda-se que o plantão da Divisão de Assistência Consular do Itamaraty, exclusivo para questões relativas a atendimento a brasileiros no exterior, poderá ser alcançado pelos telefones 0 XX (61) 9983-0157 / 9983-0137 / 9983-0164 / 9976-8205.

### **Maremoto na Indonésia (20 de julho de 2006)**

O Governo brasileiro manifesta seu profundo pesar ao Governo e ao povo da Indonésia, pelas

perdas humanas e materiais provocadas pelo ‘tsunami’, em 17 de julho, na ilha de Java.

A Embaixada do Brasil em Jacarta mantém-se em contato com as autoridades policiais e com os hospitais locais, com o objetivo de prestar assistência a cidadãos brasileiros, caso seja necessário. Até o momento, não há registro de ocorrência com brasileiros.

Solicitações de informações poderão ser dirigidas a:

a ) Divisão de Assistência Consular, nos dias úteis, entre 9h00 e 19h00, pelo telefone (061) 3411-6999 ou pelo endereço eletrônico: dac@mre.gov.br;

b ) Plantão Consular - telefone: (061) 99768205, fora do horário de expediente, bem como nos finais de semana e feriados ;

c ) Embaixada do Brasil em Jacarta - telefone: 00 xx 6221 526 5656 / 57 / 58; pelo celular de plantão: 00 xx 62 811 800 662 ; ou pelo endereço eletrônico: embrasil@cbn.net.id (recorda-se que a Indonésia está 10 (dez) horas à frente do fuso horário de Brasília).

### **Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados partes do Mercosul (21 de julho de 2006)**

(texto original em espanhol)

Comunicado Conjunto de los Presidentes de los Estados partes del Mercosur

1. Se realizó en la ciudad de Córdoba, los días 20 y 21 de julio de 2006, la XXX Reunión del Consejo del Mercado Común del MERCOSUR, con la presencia de los Presidentes de Argentina, Néstor Kirchner; del Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; del Paraguay, Nicanor Duarte Frutos; del Uruguay, Tabaré Vázquez Rosas y de Venezuela, Hugo Chávez Frías.

2. Los Presidentes saludaron la participación de los Presidentes de Bolivia, Evo Morales; de Chile, Michelle Bachelet; del Vicepresidente del Ecuador, Alejandro Serrano Aguilar; del Canciller del Perú,

Oscar Maurtua; y del representante del Presidente de Colombia, como muestra del interés y la voluntad política del MERCOSUR y de los Estados Asociados en estrechar sus lazos de integración económica, comercial y política.

3. Expresaron también su satisfacción por la presencia del Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros de Cuba, Fidel Castro Ruz; del Canciller de México, Luis Ernesto Derbez; y del Ministro de Comercio de Pakistán, Humayun Katar; en calidad de invitados especiales.

4. Saludaron la presencia del Secretario General de la Asociación Latinoamericana de Integración, del Presidente Ejecutivo de la Corporación Andina de Fomento y de los representantes del Consejo Andino y del Banco Interamericano de Desarrollo.

5. Ratificaron su compromiso con los objetivos y principios del Tratado de Asunción y con la concreción de sus metas y fines.

6. Se congratularon por la suscripción, el 4 de julio de 2006, del Protocolo de Adhesión de la República Bolivariana de Venezuela al MERCOSUR. Destacaron que la incorporación de Venezuela como miembro pleno constituye un hito histórico en la consolidación del proceso de integración, reafirmando el carácter del bloque como instrumento para promover el desarrollo integral, enfrentar la pobreza y la exclusión social, basado en la complementación, la solidaridad y la cooperación, y como medio para fomentar la integración productiva y la inserción de sus economías en el contexto internacional.

7. Coincidieron en que la incorporación de Venezuela al MERCOSUR como miembro pleno contribuirá a dinamizar la agenda del bloque, constituyéndose en un catalizador de debates y acuerdos sobre importantes temas, que representan desafíos pendientes para la profundización del proceso de integración regional y el logro de mayor bienestar y progreso para nuestros pueblos.

8. Expresaron su respaldo a la candidatura de la República Bolivariana de Venezuela, como

miembro no permanente del Consejo de Seguridad de la Organización de las Naciones Unidas, para el período 2007-2008, con la convicción de que promoverá el respeto irrestricto a los principios y normas del Derecho Internacional y contribuirá al equilibrio necesario en el tratamiento de los temas de su competencia.

9. En consonancia con las pautas del Programa de Trabajo 2004-2006, evaluaron los temas de atención prioritaria durante este semestre en lo relativo al perfeccionamiento del MERCOSUR, en los ámbitos económico-comercial, institucional, social, cultural, político y energético.

10. En tal sentido y en lo que respecta a la profundización de la Unión Aduanera, expresaron su satisfacción por la implementación de la primera etapa de la Decisión CMC N° 54/04, relativa a la eliminación del doble cobro del Arancel Externo Común. Teniendo en cuenta los objetivos fijados para la segunda etapa de dicha norma, instruyeron a continuar los trabajos de cara a la definición del mecanismo de distribución de la renta aduanera, conforme al cronograma previsto y los términos de esa misma Decisión.

11. En ese mismo marco, se congratularon por los acuerdos arribados en torno a las definiciones y lineamientos del Código Aduanero del MERCOSUR, que constituyen un paso significativo para la redacción del texto del Código, a partir del segundo semestre de 2006.

12. Expresaron su satisfacción por los avances verificados en lo que atañe a los regímenes aduaneros especiales de importación, con la aprobación de dos Decisiones que, respectivamente, definen los regímenes nacionales que permanecerán vigentes en razón de su limitado impacto económico y finalidad no comercial e identifican sectores para el establecimiento de regímenes comunes.

13. Manifestaron la necesidad de avanzar hacia la definición de mecanismos de examen del impacto de las políticas públicas en el comercio intrazona y en la localización de inversiones.

14. Resaltaron los progresos de los trabajos previos a la implementación del Fondo para la Convergencia Estructural del MERCOSUR (FOCEM), que constituye un avance significativo en el tratamiento de las asimetrías, la promoción de la cohesión social y el fortalecimiento del proceso de integración. En este sentido, reconocieron los avances en la elaboración del anteproyecto de primer presupuesto, que contemplará recursos destinados a la ejecución de proyectos piloto con fuerte impacto en los ciudadanos del MERCOSUR. Se comprometieron, asimismo, a realizar los mayores esfuerzos para concretar la puesta en marcha del FOCEM durante 2006, e instaron a los Parlamentos a concluir el trámite de aprobación legislativa de la Decisión CMC N° 18/05.

15. Expresaron su interés por la pronta implementación del “Programa de Acción MERCOSUR Libre de Fiebre Aftosa” (PAMA), que contribuirá a mejorar la situación de la salud animal y propiciará condiciones de comercialización más favorables para los productos agropecuarios del MERCOSUR. En este mismo marco, tomaron nota de los progresos registrados en la definición del Proyecto Piloto, a financiar a través del FOCEM.

16. Estimaron positivamente el progreso verificado en materia de contrataciones públicas en el MERCOSUR, a través de la adopción del Protocolo de Contrataciones Públicas, que permitirá que empresas de la región reciban un trato no discriminatorio en las licitaciones públicas.

17. Expresaron su beneplácito por la conclusión de la VI Ronda de Negociaciones para la Liberalización del Comercio de Servicios, que incrementa la transparencia y mejora las condiciones de acceso del comercio de servicios. En el mismo marco, valoraron los avances en la armonización de normas que facilitan el intercambio en la materia, en particular en las que posibilitan la inscripción de empresas de un Estado Parte en otro y las que agilizan el movimiento de personas físicas.

18. Recibieron con agrado la propuesta

argentina, presentada en la Reunión de Ministros de Economía y Presidentes de Bancos Centrales, de crear un Banco de Desarrollo del MERCOSUR para financiar proyectos de infraestructura y, a su vez, consolidar una estrategia financiera para la región. En tal sentido, alentaron a proseguir los trabajos en torno a esa iniciativa.

19. Asimismo, se congratularon por los avances alcanzados en el proyecto de interconexión gasífera Gran Gasoducto del Sur, propuesta de alianza entre las operadoras energéticas nacionales en el marco de la iniciativa Petrosur. En tal sentido manifestaron su beneplácito por la incorporación de Uruguay, Paraguay y Bolivia a este proyecto, así como por todas aquellas iniciativas que buscan consolidar la red de gasoductos Sur-Sur, y que servirán como plataforma para la integración energética, política y social de los pueblos de la región.

20. Tomaron nota de los trabajos realizados en el seno del Grupo de Alto Nivel sobre Reforma Institucional (GANRI) en el marco del proceso de reforma institucional del MERCOSUR y manifestaron su compromiso para continuar avanzando en esta tarea, con el objeto de dotar al MERCOSUR de una mayor institucionalidad, paralelo al progreso de la integración hacia los objetivos del Tratado de Asunción.

21. Remarcaron los esfuerzos realizados por los Estados Partes para acelerar el proceso de incorporación de las normas MERCOSUR a sus ordenamientos jurídicos nacionales. Reconocieron, asimismo, la prioritaria atención que merece continuar con esa tarea, esencial para la consolidación jurídica, política y económica del MERCOSUR.

22. Teniendo en cuenta los compromisos adoptados en el Protocolo de Ushuaia, manifestaron su beneplácito por el afianzamiento de los procesos democráticos en la región, marco propicio para mejor coordinar políticas y superar desafíos, cumpliendo con las expectativas de nuestros pueblos respecto al MERCOSUR.

23. Expresaron su satisfacción por la labor de la Comisión Parlamentaria Conjunta durante el

primer semestre, en relación a la agenda de instalación del Parlamento del MERCOSUR. En este sentido, coincidieron en que su puesta en marcha constituirá un hito fundamental para consolidar la integración y la vigencia de los valores democráticos del MERCOSUR, contribuyendo a generar una amplia base de participación ciudadana y a reafirmar la legitimidad, la pluralidad y el equilibrio institucional del bloque. Alentaron, asimismo, a la Comisión Parlamentaria Conjunta a continuar trabajando para dar cumplimiento al objetivo de que el Parlamento del MERCOSUR sea instalado antes del 31 de diciembre de 2006 tal cual se ha establecido en su Protocolo Constitutivo.

24. Celebraron la suscripción del Acta Declarativa entre la Comisión Parlamentaria Conjunta y la Comisión Europea sobre el “Proyecto de Apoyo a la Instalación del Parlamento del MERCOSUR”, que constituye una iniciativa de cooperación técnica destinada a apoyar el establecimiento del Parlamento del MERCOSUR. Asimismo, evaluaron la relevancia que está tomando la cooperación de Japón para el MERCOSUR y formularon votos para que la misma continúe diversificándose y creciendo a favor de la integración regional. También expresaron su satisfacción por la aprobación, por parte del Banco Interamericano de Desarrollo, de los Proyectos de Cooperación solicitados por el MERCOSUR.

25. Expresaron su satisfacción por los avances obtenidos en el marco del MERCOSUR político, en áreas como cultura, desarrollo social, migraciones, seguridad pública, educación, salud, medio ambiente y promoción de los derechos humanos, para la generación de políticas dirigidas a favorecer el progreso y el bienestar de los pueblos del MERCOSUR.

26. Teniendo en cuenta los consensos expresados en ocasión de la V Reunión de Ministros de Medio Ambiente del MERCOSUR, resaltaron la importancia de continuar coordinando y armonizando políticas que garanticen la protección del ambiente y los recursos naturales en la región.

27. Reafirmaron la prioridad de definir una Agenda Social Integral y Productiva, orientada a desarrollar iniciativas y políticas activas, para reducir el déficit social, promover el desarrollo humano integral y la integración productiva. En este sentido, reconocieron la importancia de elaborar un Plan Estratégico de Acción Social para identificar medidas destinadas a impulsar la inclusión social y asegurar condiciones de vida más dignas para nuestros pueblos. A esos efectos, instruyeron a los Ministros con competencia en la temática social a elaborar lineamientos estratégicos que dotarán de contenido a dicho Plan.

28. Asimismo, reafirmaron su voluntad de avanzar hacia la integración productiva regional con desarrollo social con énfasis en la promoción de emprendimientos productivos regionales que incluyan redes integradas, especialmente por PYMES y Cooperativas. A estos fines los Presidentes instruyeron a los Ministros de las áreas vinculadas con la producción a definir las pautas que conformarán el Plan de Desarrollo e Integración Productiva Regional. Reconocieron la urgencia de que el MERCOSUR adelante una acción articulada para promover el desarrollo social y productivo y, en ese sentido, instruyeron a sus Ministros a presentar sus aportes durante la próxima Cumbre del MERCOSUR.

29. Se congratularon por la adopción de la Estrategia para el Crecimiento del Empleo en la región, elaborado en el seno del Grupo de Alto nivel Estrategia MERCOSUR para el Crecimiento del Empleo (GANEMPLÉ), que está integrado por los Ministerios responsables de las políticas económicas, industriales, laborales y sociales de los Estados Partes y que contó con el aporte de las organizaciones económicas y sociales integrantes del Foro Consultivo Económico y Social y de la Comisión Sociolaboral del MERCOSUR. Dicha Estrategia permitirá colocar la cuestión del empleo en todas las instancias institucionales, cuyas decisiones tengan implicancia en esta materia.

30. Destacaron la adopción de acciones concretas para la incorporación del uso de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación para la construcción de un “MERCOSUR digital”. En ese sentido, se felicitaron por la aprobación de las normas que consagran la voluntad del MERCOSUR de avanzar hacia la creación de un dominio de internet de primer nivel regional y el reconocimiento de la eficacia jurídica de la “firma electrónica avanzada”, que constituyen importantes herramientas en la promoción y reafirmación de la identidad tecnológica del bloque y en la garantía de la autoría e integridad de los documentos digitales en el ámbito del MERCOSUR.

31. Celebraron los avances en las tareas de la Reunión Especializada de Promoción Comercial Conjunta del MERCOSUR (REPCCM), con el objetivo de incrementar la exportación de productos del MERCOSUR a los diversos mercados externos. En este sentido, manifestaron su pleno apoyo a la amplia agenda de trabajo prevista para el año en curso.

32. Reiteraron el empeño del MERCOSUR en expandir e intensificar sus lazos comerciales con diferentes países y grupos de países de otras regiones, como forma de obtener la apertura de nuevos mercados y mayor proyección del bloque como actor en el escenario internacional y de contribuir para sus respectivos proyectos de desarrollo. Dichas negociaciones deben implicar beneficios concretos en términos de creación de comercio, con especial atención para los intereses de las economías menores del MERCOSUR.

33. Consideraron la evaluación formulada a nivel Ministerial en Viena, en el mes de mayo de 2006, sobre el estado de las negociaciones para un Acuerdo de Asociación entre el MERCOSUR y la Unión Europea. En este sentido, reiteraron la necesidad de que la UE tome en consideración las demandas del bloque en materia de flexibilidad y trato más favorable, a fin de retomar a la brevedad el proceso negociador, con el objetivo de alcanzar un Acuerdo que resulte beneficioso para ambos bloques.

34. Celebraron la suscripción, el día de ayer en la ciudad de Córdoba, de un Acuerdo de Complementación Económica entre el MERCOSUR y Cuba, que establece un programa de liberalización comercial basado en la multilateralización de las preferencias arancelarias otorgadas en los acuerdos bilaterales que los países del bloque mantenían vigentes con Cuba y aspectos normativos referidos al acceso a los mercados, destinados a otorgar seguridad jurídica a los operadores comerciales.

35. Expresaron su beneplácito por la suscripción, también formalizada en oportunidad de esta Cumbre, del Acuerdo Marco de Comercio entre el MERCOSUR y la República Islámica de Pakistán, que fija las bases para iniciar negociaciones comerciales tendientes al incremento de los flujos bilaterales de comercio, a través de un acceso efectivo a los mercados, por medio de concesiones mutuas.

36. Tomaron nota de los progresos verificados, durante el semestre pasado, en las negociaciones para el acuerdo de libre comercio entre el MERCOSUR e Israel, que permitieron avanzar en la discusión y definición de los aspectos normativos del acuerdo y en el intercambio de listas de productos.

37. Señalaron el deseo de impulsar y concluir en el corto plazo las negociaciones para un Acuerdo de Libre Comercio con el Consejo de Cooperación de los Estados Árabes del Golfo (CCG). Igualmente, enfatizaron la importancia de los entendimientos para la expansión del acuerdo preferencial con India y la ampliación del acuerdo con la Unión Aduanera del África Austral (SACU), así como el interés de examinar, con ambas contrapartes, las modalidades de una futura área de libre comercio trilateral.

38. Destacaron la importancia del Sistema Multilateral de Comercio regulado por la OMC y de la conclusión exitosa de la actual Ronda del Desarrollo. Con tal fin reafirmaron que resulta necesario alcanzar un resultado ambicioso en agricultura que contemple una reducción sustancial de los subsidios domésticos, la eliminación de los subsidios a la exportación y la apertura del acceso al

mercado de los países desarrollados. Expresaron que, al mismo tiempo, es necesario asegurar que los compromisos asumidos en las demás áreas sean equilibrados y faciliten la sustentabilidad de las políticas económicas e industriales de los países en desarrollo.

39. Señalaron su preocupación sobre la falta de coincidencias hasta el momento para alcanzar esos objetivos. Instaron a los países desarrollados a mostrar la necesaria voluntad política y flexibilidad a fin de superar las diferencias y concluir las negociaciones antes de finalizar el año 2006.

40. Remarcaron la conclusión exitosa del examen del MERCOSUR en el ámbito del Comité de Acuerdos Comerciales Regionales de la OMC, en el que la Presidencia Pro Tempore Argentina expuso, en representación del MERCOSUR, acerca de los avances en el proceso de integración desde 1997.

41. Destacaron la tarea desarrollada por la Comisión de Representantes Permanentes del MERCOSUR y tomaron nota de la aprobación de sendas Decisiones propuestas por la Presidencia CRPM, que contemplan la creación del Instituto Social del MERCOSUR y el establecimiento de un Grupo de Alto Nivel para el diseño del Instituto MERCOSUR para la capacitación de los Funcionarios de las Administraciones Públicas.

42. Reconocieron la relevancia de las cooperativas y demás empresas y organizaciones de la economía social, cuya promoción consagra la Recomendación 193 de la OIT, en el desarrollo de los países y la búsqueda de la cohesión social. En este sentido y a los efectos de coadyuvar al desarrollo cooperativo, manifestaron su compromiso de promover la internalización de la mencionada Recomendación en los respectivos ordenamientos jurídicos nacionales.

43. Celebraron la consolidación del Programa SOMOS MERCOSUR y enfatizaron que la participación social es central para profundizar el proceso de integración. Manifestaron, asimismo, su

beneplácito por la realización del Iº Encuentro por un MERCOSUR Productivo y Social, desarrollado en el marco de esta Cumbre y señalaron la importancia de la necesaria continuidad de esta iniciativa de fomento a la participación social. A su vez, remarcaron la importancia de fortalecer las estrategias de difusión y capacitación sobre los aspectos positivos del proyecto regional.

### **Comunicado Conjunto dos Presidentes do Mercosul e Estados Associados (21 de julho de 2006)**

(original em espanhol)

Comunicado Conjunto de los Presidentes del Mercosur y Estados Asociados

Los Presidentes del MERCOSUR y Estados Asociados, reunidos en la ciudad de Córdoba, el 21 de julio de 2006, en ocasión de la XXX Reunión del Consejo del Mercado Común, reiteraron su firme compromiso con los valores de la integración, la paz, el fortalecimiento del multilateralismo, el desarrollo, la democracia y los derechos humanos, y manifestaron su satisfacción por el progreso que evidencia el bloque regional, tanto por la incorporación de Venezuela como Estado Parte como por los avances sectoriales de cada una de las dimensiones de la integración.

En este contexto los Presidentes:

1. Expresaron su satisfacción por la suscripción del Protocolo de Adhesión al MERCOSUR de la República Bolivariana de Venezuela.

2. Saludaron la reciente realización de los procesos electorales en Chile, Colombia y Perú, así como el Referéndum Autonómico y la elección de Representantes para la Asamblea Constituyente en Bolivia.

3. Reafirmaron el rol central de Naciones Unidas en el ámbito internacional, y el apoyo de sus Gobiernos para el fortalecimiento y reforma integral de esta Organización, especialmente la Asamblea

General, el Consejo de Seguridad y el Consejo Económico y Social, que los haga más eficientes, democráticos, representativos y transparentes, considerando esencial que Naciones Unidas pueda dar respuestas efectivas para el mantenimiento de la paz y seguridad internacionales, así como para la promoción del desarrollo económico y social y la erradicación de la pobreza extrema y el hambre.

Reiteraron su determinación en continuar fortaleciendo y defendiendo la democracia a partir de los propósitos y principios contenidos en la Carta de la OEA y en la Carta Democrática Interamericana, así como en adoptar acciones que permitan dar respuesta a los problemas de la pobreza y el desempleo y que promuevan el desarrollo integral de sus poblaciones.

Coincidieron, en ese sentido, en la firme voluntad de sus gobiernos de continuar avanzando en una labor conjunta, tanto a nivel hemisférico como regional, para asegurar la prosperidad y el funcionamiento de las instituciones democráticas, ofreciendo a todos sus ciudadanos más oportunidades para beneficiarse del desarrollo sostenible con equidad e inclusión social. Se congratularon por la Declaración adoptada por la reciente Asamblea General de la OEA, reiterando la voluntad política de concluir exitosamente las negociaciones de la Carta Social de las Américas y de su Plan de Acción.

4. Reiteraron el compromiso de sus gobiernos con la protección y promoción de los derechos humanos. En este sentido, celebraron la primera sesión del Consejo de Derechos Humanos de las Naciones Unidas, en la que se aprobó por consenso la Convención Internacional para la Protección de Todas las Personas contra las Desapariciones Forzadas. Asimismo, se congratularon por la aprobación de las resoluciones dedicadas a las libertades y garantías fundamentales, adoptadas en la última Asamblea General de la OEA.

En particular, destacaron los avances alcanzados en el marco de la “IV Reunión de Altas

Autoridades competentes en derechos humanos y Cancillerías del MERCOSUR y Estados Asociados.

5. Destacaron su compromiso por llevar adelante un Programa de Regulación Migratoria en todo el territorio del MERCOSUR y Estados Asociados para sus nacionales. En este sentido agradecieron a la República Argentina por la puesta en marcha unilateral del Acuerdo de Residencia del MERCOSUR, “Programa Patria Grande” que surgiera de la negociación llevada a cabo en el seno de la Reunión de Ministros del Interior.

6. Subrayaron la importancia del Acuerdo para la Concesión de un Plazo de 90 días de Permanencia a los Turistas Nacionales de los Estados Partes y Asociados, negociado en la Reunión del Foro Migratorio.

7. Expresaron su satisfacción por la aprobación del Acuerdo para la Verificación de Documentación de Ingreso y Egreso de Menores entre los Estados Partes y Asociados del MERCOSUR, dada la importancia de procurar instrumentos jurídicos de cooperación que posibiliten un mayor control y resguardo de los menores, nacionales o residentes.

8. Señalaron la relevancia del Acuerdo Marco sobre Cooperación en materia de Seguridad Regional que persigue optimizar los niveles de seguridad de la región, promoviendo la más amplia cooperación y asistencia recíproca en la prevención y represión de las actividades ilícitas, especialmente las transnacionales, tales como: el tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias psicotrópicas, el terrorismo internacional, el lavado de activos, el tráfico ilícito de armas de fuego, municiones y explosivos, el tráfico ilícito de personas, el contrabando de vehículos y los delitos ambientales.

9. Se congratularon por el alto grado de coordinación logrado en el marco de la VIII y de la IX Reunión del Grupo de Armas de Fuego del MERCOSUR y Estados Asociados, que permitió el establecimiento de una posición común e identificó las prioridades de nuestra región en el marco de la

Primera Conferencia de Revisión del Programa de Acción de las Naciones Unidas contra el Tráfico Ilícito de las Armas Pequeñas y Livianas (UNPOA) que tuvo lugar entre los días 26 de junio y 7 de julio pasado.

10. Reafirmaron el decidido compromiso de sus gobiernos en la lucha contra la trata de personas, así como la determinación de promover acciones eficaces de prevención y combate de este delito. Expresaron su satisfacción por la decisión adoptada a iniciativa de la Reunión Especializada de la Mujer del MERCOSUR, relativa a la realización de una campaña regional de información y prevención en el ámbito del MERCOSUR y Estados Asociados

11. Destacaron la trascendencia de los logros obtenidos en las Reuniones de Ministros de Educación, de las cuales surgen:

El Mecanismo para el Reconocimiento de Estudios de Nivel Primario y Medio no Técnico, que tiene por objeto establecer las denominaciones equivalentes de los niveles de educación en cada uno de los Estados Partes, armonizar los mecanismos administrativos que faciliten el desarrollo de lo establecido y resolver aquellas situaciones que no fuesen contempladas por las Tablas de Equivalencias.

El Reglamento interno del Sector Educativo del MERCOSUR, con la finalidad de obtener una estructura acorde con los nuevos desafíos planteados en materia educativa de mayor funcionalidad y que facilite la gestión continua del Sector Educativo del MERCOSUR, estableciendo cuáles son las instancias orgánicas para tomar decisiones sobre los aportes que pueda hacer la gestión educativa al desarrollo de las políticas del MERCOSUR.

La publicación de materiales conjuntos sobre educación, memoria y derechos humanos de docentes víctimas de terrorismo de Estado durante los regímenes dictatoriales en la región.

12. Se congratularon por la designación de la República Argentina como Sede Permanente del MERCOSUR Cultural. En este sentido se aceptó el ofrecimiento de la UNESCO para que la Villa

Ocampo se constituya en el “Centro de Referencia del MERCOSUR Cultural”.

13. Valoraron los avances del Programa “La Voz de los sin Voz”, que busca promover y recuperar las expresiones de música y danza de profunda raíz cultural que integran el patrimonio inmaterial de los pueblos originarios de América Latina. En este sentido, a la vez que insistieron en la profundización de trabajos de recuperación patrimonial a nivel continental y su eventual incorporación a la educación, recibieron con beneplácito el anuncio de la muestra de estas expresiones artísticas, que tendrá lugar en Argentina en diciembre de 2006, en la que estarán presentes los exponentes representativos que se encuentren fuera del circuito comercial masivo del MERCOSUR.

14. Reiteraron que la cultura debe situarse en el primer plano de los esfuerzos por la búsqueda de la integración del MERCOSUR y renovaron su apoyo a iniciativas regionales como el Gran Camino Principal Andino y el Centro Regional para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial, fundamentales para la preservación y promoción de la diversidad cultural de nuestros países.

15. Expresaron su satisfacción por la realización de la X Reunión Especializada de Autoridades de Aplicación en Materia de Drogas, Prevención de su Uso Indebido y Rehabilitación de Drogodependientes del MERCOSUR (RED), y se congratularon por los avances efectuados en la misma, lo que permitirá profundizar la cooperación entre los países de la región, en pos de afrontar decididamente y bajo el principio de la responsabilidad compartida, con un enfoque equilibrado en el tratamiento de sus diversos aspectos, el problema mundial de las drogas, que constituye una grave amenaza a nuestras poblaciones.

16. Asumieron el compromiso por un MERCOSUR con rostro humano y perspectiva social, impulsando un proyecto inclusivo que contribuya a superar la pobreza y la exclusión, promoviendo el bien común y la igualdad de

oportunidades para el desarrollo humano en nuestros pueblos, con una lógica de protección y promoción social, respeto por la diversidad étnica y cultural, fortaleciendo el núcleo familiar y garantizando el ejercicio de derechos y deberes de la persona humana.

17. En el camino hacia una integración plena es preciso asumir la centralidad y la profundización de la cuestión social. En este sentido, saludamos a la publicación “La Dimensión Social del MERCOSUR” como un ejemplo de esfuerzo y trabajo mancomunado que constituye una reafirmación en la jerarquización de lo social en el bloque regional.

18. Valoraron la designación de Puntos Focales de la Iniciativa Cascos Blancos en los Estados Parte, para la conformación de la Red Regional de Voluntariado Humanitario, como una herramienta valiosa para la lucha contra el hambre y la pobreza y la gestión de riesgos, conforme las Resoluciones de las Asambleas Generales de la OEA y la ONU, y convinieron en dar seguimiento en las próximas reuniones a esta Iniciativa y a otros mecanismos existentes en la región.

19. Resaltaron los resultados de la vigésima y de la quinta Reunión de los Ministros de Salud y de Medio Ambiente del MERCOSUR y Estados Asociados que adoptaron una Declaración Conjunta reafirmando, entre otros conceptos, el compromiso con el proceso de integración regional, y también que la coordinación de las políticas de salud y medio ambiente es una herramienta para mejorar la calidad de vida y garantizar el bienestar de nuestros pueblos.

20. Reafirmaron la relevancia de la cooperación en materia consular, destacando los avances en la misma, como el funcionamiento del Mecanismo de Asistencia y Protección Consular y la suscripción del Acuerdo sobre Gratuidad de Visados para Estudiantes y Docentes del MERCOSUR.

21. Destacaron la realización de la I Reunión Especializada de Ministerios Públicos del MERCOSUR y la importancia de intercambiar experiencias y de profundizar la cooperación respecto a las investigaciones penales en el marco

del Estado de Derecho.

22. Resaltaron los logros en la Reunión de Ministros de Justicia del MERCOSUR, y los avances realizados en el Segundo Encuentro del Foro de Autoridades Centrales, así como el seguimiento de la aplicación y difusión de los convenios en la materia.

23. Destacaron la realización del Primer Encuentro de Entidades Gubernamentales para Nacionales en el Exterior, que se desarrollará en Santiago, Chile, los días 25 y 26 de julio próximo, para analizar principios que inspiren políticas públicas destinadas a la defensa y promoción de los derechos humanos de los migrantes, en el marco de los acuerdos y tratados internacionales vigentes.

24. Renovaron su compromiso con la Declaración de los Presidentes de los Estados Partes del MERCOSUR y de la República de Bolivia y la República de Chile, firmado el 25 de junio de 1996 en Potrero de los Funes, denominada “Declaración sobre Malvinas”, reafirmando su respaldo a los legítimos derechos de la República Argentina en la disputa de soberanía referida a la cuestión de las Islas Malvinas. Asimismo, recordaron el interés hemisférico en que la prolongada disputa de soberanía entre la República Argentina y el Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte sobre las Islas Malvinas, Georgias del Sur, Sandwich del Sur y los espacios marítimos circundantes, alcance una pronta solución de conformidad con las resoluciones de las Naciones Unidas y las declaraciones de la Organización de los Estados Americanos.

25. Se congratularon con los resultados obtenidos en la Reunión sobre Trata de Personas en el marco de la OEA, que se llevó a cabo en la isla de Margarita, Venezuela, del 14 al 16 de marzo de este año.

26. Destacaron los avances en el ámbito del relacionamiento externo del bloque durante el presente semestre, particularmente la III Reunión del Diálogo Político sobre temas de interés común desarrollados con la Federación de Rusia, así como la elaboración del Memorandum de Entendimiento tendiente a

institucionalizar el Mecanismo de Diálogo Político.

27. Recibieron con agrado el fuerte interés de los países integrantes del Visegrad (Polonia, República Checa, Eslovaquia y Hungría) por impulsar las relaciones con el MERCOSUR mediante el establecimiento de un diálogo político.

28. Reafirmaron su compromiso con la Comunidad Sudamericana de Naciones basada en el diálogo político, la convergencia de los mecanismos comerciales y la integración física y energética, a partir del fortalecimiento de los bloques regionales preexistentes -MERCOSUR y CAN- más Chile, Guyana y Surinam, y del cumplimiento de las etapas previstas por éstos para alcanzar una cada vez más sólida y completa integración regional, que supere las asimetrías y promueva la cohesión social, considerando las múltiples dimensiones económicas, políticas y sociales. Destacaron la realización de la Segunda Reunión de Jefes de Estado de la Comunidad Sudamericana de Naciones que tendrá lugar este año en Santa Cruz de la Sierra, Bolivia. Al respecto, el Gobierno de Bolivia reiteró su invitación para que dicha Cumbre se efectúe los días 8 y 9 de diciembre de 2006.

29. Resaltaron la importancia de que todos los países en desarrollo puedan alcanzar los Objetivos de Desarrollo del Milenio. Subrayaron en ese sentido, la necesidad de contar con proyectos y recursos regulares y previsibles de cooperación, de mayor acceso de sus productos de exportación a los mercados internacionales, así como de la creación de mecanismos financieros innovadores. Igualmente señalaron la trascendencia de la propuesta de una contribución solidaria sobre los pasajes aéreos internacionales para la creación de una central internacional de compra de medicamentos contra el HIV-Sida, la malaria y la tuberculosis.

### **Primeiro aniversário da morte de Jean Charles de Menezes (22 de julho de 2006)**

Completa-se hoje, 22 de julho, um ano da data da morte de Jean Charles de Menezes, ocorrida

durante operação anti-terrorista da Polícia Metropolitana de Londres no metrô daquela capital.

Desde que ocorreu o trágico incidente, o Governo brasileiro prestou todo o apoio à família Menezes. O Ministro Celso Amorim enviou, em agosto de 2005, em janeiro e em julho de 2006, missão de altos funcionários governamentais para acompanhar as diferentes investigações feitas pela Comissão Independente de Queixas contra a Polícia (IPCC) e a Procuradoria-Geral (CPS) do Reino Unido.

O primeiro aniversário da morte de Jean Charles segue de poucos dias a decisão de 17 de julho último, pela qual o CPS decidiu não processar os policiais envolvidos na morte, mas o Gabinete do Chefe da Polícia de Londres.

Embora lamentando profundamente esta decisão, que não acarretou a punição daqueles policiais, o Governo brasileiro continuará buscando a responsabilização dos culpados e acompanhando os desdobramentos do caso, a fim de permitir que a família Menezes venha a obter completa satisfação pela perda que sofreu.

### **Situação dos brasileiros no Líbano (23 de julho de 2006)**

Em Genebra, onde se encontra para participar de reuniões sobre a Rodada Doha da OMC, o Ministro Celso Amorim continua a acompanhar de perto a situação dos brasileiros no Líbano, empenhado em que lhes seja prestada toda a assistência possível.

O Ministro Amorim manteve contatos com as representações brasileiras em Beirute, Damasco e Ancara, com o objetivo de facilitar a retirada de cidadãos brasileiros e de seus familiares de outras nacionalidades.

Além das vias de transporte terrestre e aérea que já vêm sendo utilizadas, a via marítima permitiu hoje a saída de setenta e três brasileiros em navio canadense, em direção à Turquia, como decorrência de gestões do Ministro Celso Amorim junto ao

Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá. O Ministro Amorim manteve contatos com autoridades israelenses e com as embaixadas em Tel Aviv e Ottawa de forma a buscar garantir que o porto de Beirute permaneça aberto para a evacuação de pessoas.

O Ministro Amorim conversou também, por telefone, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Síria, Wallid Al Mouallen, a quem solicitou colaboração para facilitar a entrada e o alojamento dos brasileiros residentes no Vale do Bekaa, cuja retirada em direção àquele país está prevista para ter início amanhã, com a partida de comboio com cerca de 500 pessoas.

Como consequência das gestões empreendidas pelo Ministro Celso Amorim, e da atuação do Grupo de Trabalho de Apoio aos Brasileiros no Líbano, já foram retirados daquele país, até a data de hoje, 545 pessoas, entre cidadãos brasileiros e familiares seus de outras nacionalidades.

#### **Retirada de brasileiros do Líbano (23 de julho de 2006)**

O vôo da Força Aérea Brasileira que partiu de Adana, na Turquia, com destino ao Brasil, trazendo 150 passageiros oriundos do Líbano, está previsto para aterrissar amanhã, 24 de julho, às 11:30 horas, no Aeroporto Internacional de Guarulhos. De lá, seguirá viagem para a Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro, aonde deverá chegar às 14:15 horas.

#### **Comunicado de Imprensa do G-20\* - Genebra, 24 de julho de 2006 (24 de julho de 2006)**

O G-20 lamenta que não tenha sido possível completar a negociação das modalidades para a negociação em agricultura. É agora praticamente certo que a OMC não completará a Rodada de Doha ao final de 2006, conforme decidido na Reunião Ministerial de Hong Kong.

O impasse é um revés para as perspectivas para o desenvolvimento contidas nesta Rodada. Constitui uma oportunidade perdida para cortar os

volumosos subsídios distorcivos ao comércio, despendidos com largueza pelos países desenvolvidos nos seus setores agrícolas. Essas políticas que há muito deslocam os produtores dos países em desenvolvimento - tanto nos mercados domésticos, como internacionais - continuarão a ameaçar os meios de vida dos agricultores do mundo em desenvolvimento.

O G-20 tem sido uma força importante nesta Rodada. Ele foi criado para apoiar o Mandato de Doha e para promover a perspectiva do desenvolvimento nas negociações agrícolas. Seu compromisso e engajamento nunca faltaram. Suas propostas são tecnicamente sólidas e politicamente factíveis. Essas propostas permanecem como a melhor base para um compromisso justo e equilibrado.

O trabalho substantivo técnico e político até agora desenvolvido não pode ser jogado fora. Ele oferece uma plataforma sólida para a possível retomada das negociações. O que se requer é que as expressões de flexibilidade no mais alto nível se traduzam em novas propostas.

O Grupo permanece unido no seu propósito e está preparado para retomar nas negociações a qualquer momento, contribuindo, assim, para o fortalecimento do sistema multilateral de comércio.

\* África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cuba, Egito, Filipinas, Guatemala, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Tailândia, Tanzânia, Uruguai, Venezuela e Zimbábue

#### **Comunicado Conjunto de Imprensa - Primeiro Encontro da Comissão Conjunta Brasil-Estados Unidos sobre Cooperação Científica e Tecnológica - Washington, 21 de julho de 2006 (24 de julho de 2006)**

Em 21 de julho de 2006, realizou-se em Washington o primeiro Encontro da Comissão Conjunta Brasil-Estados Unidos sobre Cooperação Científica e Tecnológica. A delegação dos EUA contou com 48 integrantes e foi chefiada pelo Assessor de Ciência e Tecnologia da Casa Branca,

John Marburger. A delegação brasileira, com 27 integrantes, foi chefiada pelo Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Dr. Luís Manuel Rebelo Fernandes.

Os participantes do encontro representaram ministérios e instituições da área de ciência e tecnologia em ambos os países. O evento realizou-se no quadro do Acordo Brasil-EUA de 1984 sobre Cooperação em Ciência e Tecnologia (emendado e ampliado em 1994) e conforme diretriz dos Presidentes Lula e Bush no comunicado conjunto divulgado quando de seu encontro de novembro de 2005 em Brasília.

Na ocasião, os Presidentes “comprometeram-se a intensificar os diálogos e a cooperação existentes em ciência e tecnologia, educação, meio ambiente e promoção do comércio e do investimento.” Sua decisão de “reforçar atividades de médio e longo prazo em áreas como ciências da terra, do ar e do espaço, saúde, biodiversidade e agricultura” constituiu o impulso para este primeiro encontro da Comissão Conjunta.

De 24 a 26 de abril, realizou-se simpósio preparatório no Rio de Janeiro, em que se trataram questões de pesquisa biomédica, saúde pública, observação da terra, padrões tecnológicos e medições, ciências da terra, tecnologias da informação e comunicações, educação e intercâmbio, e outras áreas.

A Comissão Conjunta revisou a cooperação científica e tecnológica em curso entre os dois países, e ressaltou os avanços significativos que essa cooperação proporcionou para o progresso da pesquisa científica, para estabelecer contatos de trabalho entre pesquisadores, e para proporcionar benefícios tangíveis a sociedade. Esses benefícios, observou-se, não se limitavam a Brasil e Estados Unidos, mas estendiam-se também a terceiros países.

A colaboração entre Brasil e Estados Unidos permitiu melhor compreensão do clima da terra, a melhoria da previsão meteorológica, estreitou a coordenação para o tratamento de doenças

infecciosas, a conformação de padrões metrológicos e contribuiu para a pesquisa científica básica em grande variedade de setores.

Brasil e Estados Unidos concordaram em buscar maneiras de desenvolver programas já existentes, promover seminários sobre diversos temas e discutir novos caminhos para a cooperação. Áreas potenciais incluem tecnologias da informação e comunicações, bioinformática, agricultura, energia, saúde pública e observação da terra. As duas partes concordaram em realizar novos encontros técnicos para explorar esses temas.

Os dois países concordaram que a realização desse primeiro encontro da Comissão Conjunta Brasil-Estados Unidos de Cooperação Científica e Tecnológica abre novo e promissor capítulo no diálogo e cooperação entre ambos.

#### **Notas do Ministro Celso Amorim na sessão do Comitê de Negociações Comerciais da OMC - Genebra (24 de julho de 2006)**

Senhor Presidente,

Há exatamente uma semana, em São Petersburgo, na segunda-feira, dia 17 de julho, os líderes dos países do G-8 reuniram-se com os Chefes de Estado e de Governo de cinco países em desenvolvimento, além do Presidente da União Africana. Naquela ocasião, os líderes reforçaram seu compromisso com uma conclusão bem sucedida da Rodada do Desenvolvimento de Doha. Em seguida, os ministros do G-6 se dirigiram a Genebra com mandatos que deveriam permitir superar as diferenças entre as posições negociadoras.

Os ministros do G-6 reuniram-se ontem. Nós todos conhecemos qual o resultado daquela reunião. Esse resultado é profundamente perturbador. A flexibilidade anunciada pelos líderes em São Petersburgo não se materializou. Em menos de 24 horas, as discussões do G-6 terminaram com um impasse.

Tal fracasso causa perplexidade, para dizer o mínimo. Há somente uma explicação possível para

um colapso tão rápido e categórico: não havia vontade política.

O presidente Lula indicou em São Petersburgo que a liderança não é necessária em épocas de paz. A liderança é necessária nos períodos de crise. Temos uma enorme crise diante de nós e não temos liderança clara.

Agora, não basta dizer que não apreciamos o que está sobre a mesa. Não basta minimizar perdas e bater em retirada. Não basta responsabilizar outros, acusando-os de falta de flexibilidade, nem nos escondermos atrás de nossas próprias limitações internas. Este é o momento para a verdadeira liderança emergir, imaginando soluções criativas, aceitando os custos de reforma e engajando-se no processo negociador.

O sistema multilateral de comércio da OMC está enfrentando a crise mais grave desde seu estabelecimento. Podemos contemplar passivamente a erosão progressiva de sua credibilidade e legitimidade. Podemos igualmente tomar a decisão de persistir, não aceitar o fracasso. Podemos reconhecer que milhões de vidas no mundo inteiro, especialmente nos países em desenvolvimento, podem ser melhoradas em consequência desta Rodada do desenvolvimento. O Brasil certamente escolhe essa segunda opção.

Foram necessários quase 60 anos para que o termo “desenvolvimento” aparecesse no título de uma rodada. O acordo do GATT de 1947 não menciona sequer a palavra “desenvolvimento” em seu preâmbulo. Não podemos falhar diante do desafio de reformar o sistema multilateral de comércio, de fazê-lo mais responsivo às necessidades dos pobres e de remover as distorções que terminam por promover a exportação da miséria e da desesperança.

Mas para persistir, para manter viva a Agenda de Doha, devemos escolher com cuidado caminho à frente. Primeiramente, devemos ajustar nossas expectativas para a retomada das negociações no futuro próximo, não no distante. O tempo não joga

em nosso favor.

Em segundo lugar, nós não podemos recuar. Esta deve ser uma pausa para refletir sobre enfoques criativos e sobre como conferir o ímpeto político necessário para prosseguir. Acima de tudo, isso não deve ser usado como desculpa para reduzir o nível de ambição da Rodada. Qualquer “manobra fácil” somente se daria às custas dos países em desenvolvimento. O Brasil e seus parceiros do G-20 não seguirão esse trajeto e estarão vigilantes para que outros não sintam que esta é uma opção viável.

Devemos reter os textos e os mandatos atuais, tudo o que está na mesa. É o resultado de trabalho duro e doloroso, e constitui uma base sólida para negociações futuras. O que necessitamos é de flexibilidade dentro da estrutura existente; não necessitamos negociar uma base inteiramente nova para negociações.

Os membros devem continuar engajados nas discussões sobre como avançar o processo. Tais conversas podem acontecer em diversos formatos e modos: bilaterais, plurilaterais e multilaterais; em Genebra ou em outro lugar. Nós devemos refletir sobre possíveis soluções e avanços nas negociações. Os enfoques incrementais não serão suficientes, mas tampouco há espaço para demandas irrazoáveis que negligenciam inteiramente as realidades dos outros parceiros.

Os membros devem continuar o trabalho em todos os níveis. Brasil, por exemplo, continuará a estimular as discussões dentro do G-20, do NAMA-11, do Grupo de Cairns, e em todos os outros fóruns em que participamos. Não teríamos chegado tão longe nesta Rodada do Desenvolvimento sem a contribuição de grupos como o G-20, que sempre tabulou propostas tecnicamente sólidas, politicamente realistas e legítimas. O trabalho do G-20 continuará direcionado no sentido de uma convergência possível, que seja equilibrada, ambiciosa e voltada ao desenvolvimento.

O Diretor-Geral tem um papel crucial em manter o processo em movimento, mas nós também

temos essa função. Este é um processo dirigido por membros em uma organização dirigida por membros. A sobrevivência da rodada do desenvolvimento depende de nós.

A Agenda de Doha não está limitada a negociações comerciais. Ela engloba questões como a luta contra a fome e a pobreza, governança política, segurança e desenvolvimento econômico com justiça social. Estes são elementos essenciais para a paz, que transcendem esta Organização e são do interesse direto a outros Organismos, em particular as Nações Unidas. Talvez possamos considerar a possibilidade de incluir o Secretário-Geral Kofi Annan no esforço para conferir ímpeto político com vistas a superar os desafios que enfrentamos agora.

Muito obrigado.

#### **Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Primeiro-Ministro da Itália (24 de julho de 2006)**

O Presidente da República transmitiu hoje, 24 de julho, a seguinte mensagem ao Primeiro-Ministro da Itália, Romano Prodi:

“Tomei conhecimento da reunião convocada por seu Ministro das Relações Exteriores, Massimo D’Alema, para considerar a escalada de violência no Líbano. Gostaria de cumprimentá-lo pela importante iniciativa, neste momento em que a comunidade internacional precisa atuar unida em favor da paz e de uma solução diplomática para o presente conflito.

O Brasil tem acompanhado com extrema preocupação a situação no Líbano. Repudiamos o terrorismo, não importa sob que justificativa, mas não podemos deixar de condenar, nos termos mais veementes, o uso indiscriminado da força, que resultou na morte de grande número de civis inocentes, inclusive mulheres e crianças, e na destruição da infra-estrutura do Líbano.

Ao mesmo tempo em que reitera apoio a todas as Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Brasil acompanha com interesse

as iniciativas diplomáticas em andamento para a obtenção de um cessar-fogo imediato. Destacamos, nesse contexto, os apelos do Secretário-Geral das Nações Unidas e de Sua Santidade o Papa Bento XVI.

O Governo brasileiro considera que a comunidade internacional deve assumir sua responsabilidade de restabelecer um ambiente de paz e estabilidade na região. Nesse sentido, congratulome com a iniciativa de seu Governo e desejo êxito nas conversas em Roma.

Mais alta consideração,

**Luiz Inácio Lula da Silva**

Presidente da República Federativa do Brasil”.

#### **Mensagem do Ministro Celso Amorim ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália (24 de julho de 2006)**

O Ministro Celso Amorim enviou hoje a seguinte mensagem ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, Massimo D’Alema:

“Junto-me ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que enviou mensagem ao Primeiro-Ministro Romano Prodi, para felicitá-lo pela iniciativa de convocar reunião para considerar a escalada de violência no Líbano. Gostaria de ressaltar a importância desse gesto, neste momento em que a comunidade internacional precisa atuar unida em favor da paz e de uma solução diplomática para o presente conflito.

O Brasil tem acompanhado com extrema preocupação a situação no Líbano. Repudiamos o terrorismo, não importa sob que justificativa, mas não podemos deixar de condenar, nos termos mais veementes, o uso indiscriminado da força, que resultou na morte de grande número de civis inocentes, inclusive mulheres e crianças, e na destruição da infra-estrutura do Líbano.

Ao mesmo tempo em que reitera apoio a todas as Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Brasil acompanha com interesse

as iniciativas diplomáticas em andamento para a obtenção de um cessar-fogo imediato. Destacamos, nesse contexto, os apelos do Secretário-Geral das Nações Unidas e de Sua Santidade o Papa Bento XVI.

O Governo brasileiro considera que a comunidade internacional deve assumir sua responsabilidade de restabelecer um ambiente de paz e estabilidade na região. Nesse sentido, congratulamo-nos com a iniciativa de seu Governo e desejo êxito nas conversas em Roma.

Mais alta consideração,

**Celso Amorim**

Ministro das Relações Exteriores”

### **Visita da Representante de Comércio dos Estados Unidos, Susan Schwab, ao Brasil - Rio de Janeiro, 29 de julho de 2006 (26 de julho de 2006)**

A Representante de Comércio dos Estados Unidos, Susan Schwab, realizará visita ao Brasil em 29 de julho.

A Representante de Comércio Susan Schwab deverá encontrar-se com o Ministro Celso Amorim na manhã do dia 29, no Hotel Copacabana Palace. O encontro será seguido de almoço de trabalho.

O Ministro Celso Amorim e a Representante de Comércio Susan Schwab deverão tratar de temas comerciais de interesse mútuo, em particular as perspectivas das negociações da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio.

### **Morte de observadores militares da ONU no Líbano (26 de julho de 2006)**

O Governo brasileiro manifesta a mais profunda consternação pela morte de quatro observadores militares da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) como resultado de ataques das Forças de Defesa de Israel.

O Governo brasileiro enfatiza a importância da proteção ao pessoal das Nações Unidas e, por intermédio do Secretário-Geral Kofi Annan, expressa

seu sincero pesar aos Governos e às famílias das vítimas.

O Governo brasileiro exorta as autoridades de Israel a criar as condições para uma investigação que esclareça cabalmente as circunstâncias desse grave episódio.

O Governo brasileiro reitera sua firme condenação ao uso indiscriminado da força, que resulta inevitavelmente em vítimas na população civil.

O Brasil junta-se a todos aqueles na comunidade internacional que têm defendido a imediata cessação das hostilidades.

### **Conferência de Doadores para o Haiti - Porto Príncipe, 25 de julho de 2006 (27 de julho de 2006)**

Realizou-se, em Porto Príncipe, em 25/07/2006, a Conferência Internacional de Doadores para o Haiti. A reunião, à qual compareceram 15 países e 21 agências internacionais, foi o primeiro encontro a ser realizado na capital haitiana, ao contrário das reuniões anteriores dessa natureza, ocorridas em Washington e Bruxelas. A delegação do Brasil foi chefiada pelo Subsecretário-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior do MRE, Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira.

A Conferência foi considerada extremamente bem-sucedida pelas autoridades haitianas, tendo em vista que as expectativas de doações internacionais para o Haiti, inicialmente previstas no montante de US\$ 500 milhões, atingiram, para o período de agosto de 2006 a setembro de 2007, cerca de US\$ 750 milhões.

Para tanto, as autoridades haitianas, e em particular o Primeiro-Ministro Jacques Alexis, destacaram a iniciativa brasileira de convocar reunião preparatória ao encontro de Porto Príncipe, realizada em Brasília, em 23 de maio deste ano, a qual constituiu a primeira ocasião em que o Governo legitimamente eleito do Haiti pôde apresentar suas prioridades para a recuperação da economia haitiana aos países doadores e às agências internacionais de fomento.

No decorrer da Conferência, a delegação brasileira reafirmou seu compromisso em agilizar as ações de apoio à recuperação da economia haitiana, que se traduzem em 12 projetos de cooperação técnica, nas áreas de agricultura, reflorestamento, saúde, meio ambiente, coleta de lixo e capacitação profissional. Alguns destes projetos ocorrem no quadro da Iniciativa IBAS (Brasil, Índia e África do Sul) e em ações inéditas de cooperação trilateral realizadas em parceria com o Canadá, Espanha e Banco Mundial.

#### **Ratificação do Tratado de Extradicação entre o Brasil e a Ucrânia (28 de julho de 2006)**

Realizou-se, hoje, 28 de julho, no Palácio Itamaraty, cerimônia de troca dos instrumentos de ratificação do Tratado de Extradicação entre o Brasil e a Ucrânia.

O Tratado, que entrará em vigor no próximo dia 27 de agosto, possibilitará aos dois países extraditar pessoas que respondam a processo penal ou tenham sido condenadas por autoridades judiciárias de uma das partes e que se encontrem no território da outra parte, para julgamento ou execução de pena que consista em privação de liberdade.

#### **Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Primeiro-Ministro do Líbano (30 de julho de 2006)**

O Presidente da República transmitiu hoje, 30 de julho, a seguinte mensagem ao Primeiro-Ministro do Líbano, Fuad Siniora:

“Senhor Primeiro-Ministro,

Estou profundamente chocado, indignado e consternado com os violentos bombardeios israelenses deste domingo, 30 de julho, na localidade de Qana, no sul do Líbano, que vitimaram a população civil, incluindo dezenas de crianças, mulheres e idosos.

O Governo brasileiro reitera a sua oposição a atos de violência indiscriminada e ao uso de força

militar contra alvos civis por quem quer que seja.

Estou instruindo o Ministro das Relações Exteriores no sentido de que o Governo brasileiro apóie o apelo de Vossa Excelência para que o Conselho de Segurança das Nações Unidas imponha cessar-fogo imediato ao conflito.

Mais alta consideração,

**Luiz Inácio Lula da Silva**

Presidente da República Federativa do Brasil”.

#### **Assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação Técnica Brasil-Afeganistão (1º de agosto de 2006)**

O Ministro Celso Amorim assinou hoje com o Embaixador Said Tayeb Jawad, do Afeganistão, o Acordo-Quadro de Cooperação Técnica Brasil-Afeganistão, instrumento que dará aos dois países a moldura jurídica necessária à implementação da cooperação bilateral.

O Acordo-Quadro, o primeiro assinado pelo Brasil com o Afeganistão, concretiza o oferecimento do Governo brasileiro de cooperar com o Governo afegão, tal como anunciado pelo Ministro Celso Amorim, em sua intervenção na Conferência Internacional sobre o Afeganistão, em Londres, no dia 31 de janeiro do corrente ano.

Said Tayeb Jawad, Embaixador do Afeganistão junto ao Brasil, residente em Washington, participará de uma série de encontros em Brasília com o objetivo de discutir possibilidades de cooperação bilateral em áreas como recenseamento, combate ao narcotráfico, capacitação institucional em matéria de promoção comercial e agricultura. Os dois lados procurarão, ainda, identificar oportunidades de incremento do intercâmbio bilateral.

#### **Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente de Cuba (1º de agosto de 2006)**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou hoje, 1º de agosto, a seguinte mensagem ao

Presidente Fidel Castro:

“Querido Presidente e amigo,

Em nome da amizade que nos une e da luta que travamos em favor do desenvolvimento e da igualdade entre os povos, quero transmitir-lhe os votos de pronta recuperação.

Estou aqui expressando, caro Presidente, meu sentimento pessoal, o de meu Governo e o de seus muitos amigos no Brasil”.

### **Visita do Ministro Celso Amorim à Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal (1º de agosto de 2006)**

O Ministro Celso Amorim comparecerá à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal para examinar temas relativos ao conflito no Oriente Médio e à Rodada Doha da OMC.

A visita terá lugar amanhã, quarta-feira, 2 de agosto, às 10h00, no Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Ala Senador Alexandre Costa, plenário no. 7).

### **Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Brasil e o Haiti sobre telecomunicações (2 de agosto de 2006)**

O Presidente da Anatel, Plínio de Aguiar Júnior, e o Diretor-Geral do Conselho Nacional das Telecomunicações do Haiti (CONATEL), Montaigne Marcelin, assinaram, em 13 de julho último, Memorando de Entendimento relativo ao estabelecimento de um mecanismo de cooperação técnica e institucional no domínio das telecomunicações.

A assinatura do Memorando dá-se na sequência dos entendimentos iniciados por ocasião da visita do Ministro Celso Amorim ao Haiti, em setembro de 2005.

Trata-se de iniciativa pioneira, uma vez que este é o primeiro acordo internacional assinado por aquela instituição haitiana com uma congênera estrangeira. O evento recebeu significativa cobertura da imprensa local.

A cooperação a ser desenvolvida abrangerá,

entre outras, as seguintes atividades: controle do estabelecimento da prestação de serviços, elaboração e expedição de normas e padrões, defesa e proteção dos direitos dos usuários, planejamento estratégico, avaliação de tarifas e preços, elaboração de propostas de metas de universalização e de qualidade e realização de atividades de suporte administrativo.

### **Cartas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a situação no Líbano (3 de agosto de 2006)**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou hoje, 3 de agosto, carta ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, sobre a situação no Líbano, com o seguinte texto:

“Senhor Secretário-Geral,

O povo brasileiro vem acompanhando com extrema preocupação os acontecimentos no Líbano. Como Vossa Excelência sabe, o Brasil congrega o maior número de libaneses e seus descendentes fora daquele país. No Líbano, reside expressiva comunidade de nacionais brasileiros. Igualmente, há importante comunidade judaica no Brasil, bem como numerosos brasileiros em Israel. É para nós motivo de orgulho e satisfação a convivência harmoniosa entre judeus e árabes em nosso país.

O Brasil se sente diretamente atingido pela violência contra civis na região, que vitimou sete cidadãos brasileiros, inclusive crianças. Repudiamos o terrorismo, não importa sob que justificativa, mas não podemos deixar de condenar, nos termos mais veementes, a reação desproporcional e o uso excessivo da força que tem resultado na morte de grande número de civis, inclusive mulheres e crianças, e na destruição da infra-estrutura do Líbano.

Foram igualmente motivo de profunda consternação os ataques que levaram à morte de quatro observadores da UNIFIL. Aproveito a oportunidade para transmitir meus sentimentos de pesar e solidariedade com as famílias das vítimas e todo o pessoal das Nações Unidas.

Associo-me a seus apelos por um cessar-fogo

imediatamente, como condição necessária para que se possa buscar um acordo que forneça as bases para uma paz negociada, justa e duradoura entre Líbano e Israel.

É fundamental que o Conselho de Segurança aja com celeridade com vistas a pôr fim ao conflito.

O Brasil estende seu apoio a iniciativas diplomáticas que contribuam para a cessação imediata das hostilidades. O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, está mantendo contatos com diversos interlocutores sobre o tema. Estou enviando para alguns países da região o Embaixador Extraordinário do Brasil para o Oriente Médio, Affonso Celso de Ouro-Preto, com vistas a expressar o apoio brasileiro a uma solução para o conflito.

Aproveito para renovar meus votos de elevada estima e distinta consideração”.

Cartas de teor semelhante foram também enviadas pelo Presidente Lula aos Chefes de Estado ou de Governo dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia), bem como dos dois membros não-permanentes que representam, no momento, a região da América Latina e Caribe (Argentina e Peru).

#### **Reunião de Alto Nível dos Países Integrantes do G-20 (4 de agosto de 2006)**

Tendo presente a recente suspensão das negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) relativas à Rodada Doha, o Brasil organizará, nos dias 9 e 10 de setembro próximo, no Rio de Janeiro, reunião de alto nível dos países integrantes do G-20. A reunião terá o propósito de discutir a situação atual da Rodada e alternativas que favoreçam a retomada das negociações.

Estão sendo também convidados para participar do encontro outros países em desenvolvimento, em particular os que, neste momento, coordenam agrupamentos regionais ou temáticos na OMC. O Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy, foi igualmente convidado e indicou que pretende comparecer ao evento.

O impasse existente nas negociações sobre agricultura é particularmente prejudicial aos países em desenvolvimento, visto que o setor, onde esses países são em geral competitivos, continua a padecer de graves distorções e desequilíbrios que afetam negativamente o comércio internacional.

No curso da Rodada Doha, o G-20 vem atuando de modo relevante e eficaz nas negociações agrícolas, com legitimidade, solidez técnica e realismo. O G-20 continuará a atuar de maneira a aproximar posições e contribuir para a retomada dos trabalhos e negociações da Rodada Doha no mais breve prazo possível.

#### **Contencioso Brasil-EUA sobre subsídios ao algodão - Eliminação do subsídio “step 2” (4 de agosto de 2006)**

O Governo brasileiro tomou nota da revogação, em 1º de agosto corrente, do programa “Step 2”, condenado pelo Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC no contencioso movido pelo Brasil contra os Estados Unidos com relação aos subsídios concedidos à produção e à exportação de algodão. A revogação prospectiva do programa “Step 2”, a partir de 1º de agosto, estava prevista em legislação aprovada pelo Congresso norte-americano em 1º de fevereiro de 2006.

O Governo brasileiro reconhece que a efetiva revogação do programa representa passo positivo em direção ao cumprimento das decisões adotadas pelo OSC e constitui medida tendente a reduzir as graves distorções existentes no comércio agrícola mundial, neste caso particular no que se refere ao algodão.

No entanto, o Governo brasileiro entende que a revogação do programa “Step 2”, bem como outras medidas de natureza administrativa adotadas pelo Governo norte-americano em relação a certos programas de garantias de crédito à exportação, não são suficientes para dar cumprimento integral às determinações do OSC no contencioso do algodão. Os principais programas de apoio interno mantidos

pelos Estados Unidos continuam em plena operação, assegurando níveis artificialmente elevados de produção e exportação de algodão por parte dos produtores norte-americanos. Como resultado, os produtores de algodão no Brasil, assim como nos demais países produtores do mundo em desenvolvimento, em especial africanos, continuam sofrendo com os baixos preços internacionais do produto.

Nesse contexto, o Ministério das Relações Exteriores informará os Ministros integrantes da CAMEX, na reunião a ocorrer dia 8 de agosto corrente, de que a Delegação Permanente do Brasil em Genebra será instruída a solicitar, na próxima reunião do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, no dia 1 de setembro de 2006, a constituição de painel de implementação, que avaliará se os EUA efetivamente cumpriram com as decisões da OMC no contencioso sobre subsídios ao algodão movido pelo Brasil.

### **Informações de Apoio**

Recomendações do Órgão de Solução de Controvérsias e medidas norte-americanas de implementação

### **(A) SUBSÍDIOS PROIBIDOS**

#### **Step 2**

O Órgão de Solução de Controvérsias determinou que, na parte do programa que exige a exportação de algodão para o recebimento do subsídio, o “Step 2” viola os artigos 3.1(a) e 3.2 do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias-ASMC (proibição de subsídios condicionados à exportação). Além disso, o “Step 2” para exportadores constitui subsídio à exportação nos termos do artigo 9.1(a) do Acordo sobre Agricultura. Como o algodão é produto em relação ao qual os Estados Unidos não inscreveram compromisso em matéria de subsídios à exportação, qualquer concessão de pagamento a esse título para a “commodity” resulta em infração aos artigos 3.3 e

8 daquele Acordo.

Quanto ao outro ramo do programa, que vincula o subsídio ao uso do algodão norte-americano pela indústria têxtil local, o painel julgou tratar-se de subsídio proibido à luz dos artigos 3.1(b) e 3.2 do ASMC (proibição de subsídios condicionados ao uso de bens domésticos em detrimento de bens importados).

O OSC determinou prazo de até 1º de julho de 2005 para a retirada do subsídio, conforme o disposto no artigo 4.7 do ASMC. Em 1º de fevereiro de 2006, o Congresso norte-americano aprovou legislação que extinguiu o programa “Step 2”, com efeitos a partir de 1º de agosto do corrente ano.

Garantias de Crédito à Exportação (a demanda brasileira, neste tópico, não se restringe a algodão, abarcando, na verdade, todos os produtos agrícolas beneficiários de tais garantias)

O Órgão de Solução de Controvérsias determinou, com base na alínea (j) do Anexo I ao ASMC e em seus artigos 3.1(a) e 3.2, que as garantias de crédito à exportação constituem subsídios proibidos, uma vez que os prêmios cobrados pelo Governo norte-americano para concedê-las são inadequados para cobrir os custos e perdas dos programas no longo prazo.

Além disso, as garantias de crédito à exportação oferecidas sob os programas “General Sales Manager 102” (GSM 102), “General Sales Manager 103” (GSM 103) e “Supplier Credit Guarantee Program” (SCGP) constituem subsídios à exportação que resultam, no sentido do artigo 10.1 do Acordo sobre Agricultura, em tentativa por parte dos Estados Unidos de evadir-se dos compromissos relativos a subsídios à exportação, o que os torna automaticamente incompatíveis também com o artigo 8 daquele Acordo. Essa decisão é aplicável a (i) algodão, (ii) outros produtos beneficiados pelas garantias, em relação aos quais os Estados Unidos não inscreveram, ao final da Rodada Uruguai, compromissos relativos ao valor e quantidade máximos que poderiam receber subsídios à exportação (como soja e milho), e (iii) arroz (produto

em relação ao qual as autoridades norte-americanas concederam subsídios à exportação em valor superior ao qual se haviam comprometido).

O OSC determinou prazo de até 1º de julho de 2005 para a retirada do subsídio, conforme o disposto no artigo 4.7 do ASMC. Em 30 de junho de 2005, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos anunciou mudanças nos programas de garantia de crédito à exportação - nova escala de prêmios para os programas GSM 102 e SCGP e suspensão do programa GSM 103.

### **(B) SUBSÍDIOS ACIONÁVEIS**

O Órgão de Solução de Controvérsias determinou que os subsídios “Marketing Loan”, “Step 2”, “Market Loss Assistance” e “Counter-Cyclical Payments” causam prejuízo grave ao Brasil, pelo significativo efeito depressivo sobre o preço internacional do algodão, em violação aos artigos 5 e 6.3(c) do ASMC. Tais programas, diretamente vinculados ao nível de preços, isolam o produtor norte-americano dos sinais de mercado e levam à produção artificial de excedentes, que, uma vez colocados no mercado mundial, provocam quedas nas cotações ou impedem que os preços subam tanto quanto deveriam. Os subsídios em questão montaram a cerca de US\$12,5 bilhões entre 1999 e 2002. O valor da safra norte-americana de algodão produzida nesse mesmo período de 4 anos foi de \$13,9 bilhões de dólares, o que constitui taxa média de subsídios de 89,5%.

O OSC determinou prazo de até 21 de setembro de 2005 para a retirada dos subsídios ou eliminação dos efeitos adversos por eles causados, conforme o disposto no artigo 7.8 do ASMC. Com relação a essa determinação, os Estados Unidos efetuaram somente a retirada do “Step 2”.

Pedidos de autorização para adotar contramedidas

No que se refere aos subsídios proibidos, o Brasil circulou, no dia 5 de julho de 2005, pedido de autorização para adotar contramedidas sob o Artigo 4.10 do ASMC e para suspender concessões e

obrigações para com os Estados Unidos sob o Artigo 22.2 do Entendimento sobre Solução de Controvérsias (ESC). Segundo propôs o Brasil, com relação aos programas de garantias de crédito à exportação, o montante das contramedidas seria calculado com base nos pedidos apresentados por exportadores norte-americanos durante o ano fiscal anterior. No que tange ao “Step 2”, o valor das contramedidas seria equivalente aos desembolsos realizados sob o programa durante o ano safra encerrado mais recentemente. Para fins ilustrativos, o valor das contramedidas relativas aos dois conjuntos de subsídios, com base em dados do ano fiscal e do ano safra de 2004, montaria a cerca de 3 bilhões de dólares.

No dia 6 de outubro de 2005, o Brasil circulou novo pedido de autorização - desta vez relativo aos subsídios acionáveis - para adotar contramedidas sob o Artigo 7.9 do ASMC e para suspender concessões e obrigações sob o Artigo 22.2 do ESC. Nesse segundo pedido, o montante de contramedidas proposto pelo Brasil foi de 1,037 bilhão de dólares. Esta cifra corresponde ao valor médio anual dos excedentes produzidos pelos Estados Unidos como resultado da concessão dos subsídios em tela entre os anos-safra de 1999 e 2002, e resulta da multiplicação do excedente anual médio – estimado em estudo econométrico apresentado pelo Brasil durante o contencioso – pelos preços internacionais vigentes naquele período.

### **Descrição dos Programas Questionados**

- “Marketing Loan Program”: garante aos produtores renda de 52 centavos de dólar por libra-  
peso da produção de algodão. Se os preços ficarem abaixo desse nível, o Governo norte-americano completa a diferença. É o mais importante subsídio doméstico concedido pelo Governo norte-americano ao algodão;

- “Counter-Cyclical Payments” (Lei agrícola de 2002)/ “Market Loss Payments” (leis orçamentárias de 1998 a 2001): realizados tendo

como parâmetro o preço de 72,4 centavos de dólar por libra-peso. Tais recursos custeiam a diferença entre os 72,4 centavos de dólar por libra-peso (“target price”) e o preço praticado no mercado ou o valor de 52 centavos de dólar por libra-peso (“loan rate”), o que for mais alto;

- “Direct Payments” (Lei agrícola de 2002)/ “Production Flexibility Contract” (Lei agrícola de 1996): garantem renda de 6,67 centavos de dólar por libra-peso para produtores com histórico de produção de algodão - produção histórica;

- “Crop Insurance”: dá garantia aos produtores norte-americanos de algodão, com prêmios subsidiados, contra perdas resultantes de condições climáticas adversas, doenças e preços baixos;

- “Step 2”: pagamentos feitos a exportadores e a consumidores (indústria têxtil) norte-americanos de algodão para cobrir a diferença entre os preços domésticos do algodão, mais altos, e os preços do produto no mercado mundial, aumentando dessa forma a competitividade do algodão norte-americano;

- “Export Credit Guarantees”: facilitam a obtenção de crédito por importadores não-americanos, aumentando a competitividade do produto norte-americano, em detrimento dos demais competidores naquele mercado importador;

- “Cottonseed Payments”: recursos destinados a auxiliar a indústria do algodão norte-americana a cobrir os custos com o beneficiamento do algodão.

Versões eletrônicas do relatório do Órgão de Apelação e do relatório do painel podem ser obtidas, respectivamente, nos endereços:

[http://www.wto.org/english/tratop\\_e/dispu\\_e/267abr\\_e.pdf](http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/267abr_e.pdf)

<http://docsonline.wto.org/DDFDocuments/t/WT/DS/267R.doc>

Cronograma indicativo para as próximas etapas do contencioso

### **Painel de implementação**

1º/set/2006 Pedido de estabelecimento do

painel de implementação.

6 meses Adoção do relatório do painel, caso não haja apelação.

9 meses Adoção do relatório do Órgão de Apelação, caso Brasil e/ou Estados Unidos apelem das decisões do painel

### **Arbitragem sobre retaliação**

60 a 90 dias Prazo aproximado, encerrado o exame das medidas de implementação, para a divulgação do relatório dos árbitros, com o montante e forma autorizados para a aplicação de medidas de “retaliação”.

### **Comparecimento da Primeira-Dama à Posse do Presidente da Colômbia (4 de agosto de 2006)**

A Primeira-Dama, Senhora Marisa Letícia Lula da Silva, visitará a Colômbia no dia 7 de agosto corrente para assistir, como representante do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, às cerimônias de posse do Presidente Alvaro Uribe Vélez.

A presença da Primeira-Dama na posse do Presidente colombiano reflete a importância que o Brasil atribui ao diálogo com a Colômbia e o interesse em seguir aprofundando as relações bilaterais.

### **Visita Oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro de Portugal - 8 a 11 de agosto de 2006 (7 de agosto de 2006)**

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa, realizará visita oficial ao Brasil no período de 8 a 11 de agosto corrente.

Será a primeira visita ao Brasil do Chefe do Governo de Portugal. Farão parte da comitiva do Primeiro-Ministro José Sócrates diversos Ministros e autoridades governamentais, além de importante delegação empresarial. O Primeiro-Ministro cumprirá programação em Brasília (dias 8 e 9), São Paulo (dia 10) e Rio de Janeiro (dia 11). Na capital federal, manterá reunião de trabalho, no dia 9, com o Presidente Lula, e encontros com os Presidentes

do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.

A visita do Primeiro-Ministro José Sócrates dará continuidade ao diálogo político no mais alto nível e ao aprofundamento das áreas de cooperação entre Brasil e Portugal. Em suas conversações, o Presidente Lula e o Primeiro-Ministro português passarão em revista temas da agenda bilateral e discutirão também assuntos da pauta regional e internacional. Os dois mandatários avaliarão as relações econômicas luso-brasileiras, à luz do incremento da corrente de comércio bilateral, que alcançou mais de US\$ 1,2 bilhão em 2005, e do aumento dos investimentos portugueses no Brasil, cujo estoque é atualmente superior a US\$ 8 bilhões. Discutirão também as perspectivas que se abrem para a ampliação dos investimentos brasileiros em Portugal.

Em São Paulo, o Primeiro-Ministro José Sócrates deverá participar de seminário na FIESP e visitar a EMBRAER, em São José dos Campos, entre outras atividades. No Rio de Janeiro, visitará plataforma da Petrobras e receberá integrantes das comissões encarregadas da organização das comemorações do bicentenário da transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil (8 de março de 2008).

### **Cartas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro Celso Amorim sobre a situação no Líbano (8 de agosto de 2006)**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro Celso Amorim enviaram hoje, 8 de agosto, cartas sobre a situação no Líbano a autoridades do Egito, da Síria e da Turquia, bem como ao Secretário-Geral da Liga de Estados Árabes. As cartas reiteram, em linhas gerais, o teor das recentes mensagens dirigidas ao Secretário-Geral das Nações Unidas e a diversos Chefes de Estado e de Governo, em apoio aos esforços diplomáticos para a cessação imediata das hostilidades e a consecução de uma paz negociada, justa e duradoura entre Israel e o Líbano.

As cartas reafirmam ser fundamental que o

Conselho de Segurança das Nações Unidas aja com celeridade com vistas a pôr fim ao conflito. Informam que o Ministro Celso Amorim está mantendo contatos com diversos interlocutores sobre o tema, e que o Embaixador Extraordinário para o Oriente Médio, Affonso Celso de Ouro-Preto, foi enviado para países da região.

Nas cartas endereçadas às autoridades sírias e turcas, é também transmitido o profundo agradecimento do Governo e povo brasileiros pela inestimável e pronta ajuda que vem sendo recebida na operação de retirada de cidadãos brasileiros do Líbano tanto a partir de Damasco, na Síria, como de Adana, na Turquia.

A carta dirigida ao Secretário-Geral da Liga de Estados Árabes manifesta igualmente a expectativa de que as conclusões a que chegaram os Ministros das Relações Exteriores da Liga Árabe, na Reunião Extraordinária realizada em 7 de agosto corrente, em Beirute, possam contribuir significativamente para pôr fim à atual escalada de violência no Líbano.

### **Eleição do Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (9 de agosto de 2006)**

Será realizada, no período de 6 a 9 de novembro próximo, a eleição do novo Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), em sessão especial do Conselho Executivo da Organização. O Conselho recomendará o nome mais votado à aprovação da Assembléia Mundial da Saúde, que se reunirá, em caráter extraordinário, no dia 9 de novembro.

Até o momento, foram apresentadas sete candidaturas. O Brasil, um dos 34 Estados Membros do Conselho Executivo da OMS, decidiu apoiar a candidatura do Dr. Alfredo Palacio, Presidente do Equador.

Alfredo Palacio, médico cardiologista e professor universitário, é fundador e Diretor do Instituto Nacional de Cardiologia que leva seu nome, tendo sido Ministro da Saúde do Equador no período

de 1994 a 1996. No exercício da Vice-Presidência e, atualmente, da Presidência da República, o Dr. Alfredo Palacio tem conferido prioridade à elaboração e à implementação de políticas de aperfeiçoamento e universalização do direito à saúde pública. No âmbito internacional, tem apoiado firmemente a OMS, em particular no que se refere à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio relacionados à saúde, bem como à prevenção e controle de pandemias.

### **Visita do Ministro Celso Amorim ao Líbano (10 de agosto de 2006)**

O Ministro Celso Amorim realizará visita a Beirute, no dia 15 de agosto corrente, com o objetivo de manter diálogo com autoridades locais e trocar impressões sobre as perspectivas de solução do conflito no Líbano.

O Ministro Amorim será recebido pelo Presidente Emile Lahoud, pelo Primeiro-Ministro Fuad Siniora, pelo Chanceler Fawzi Salloukh e pelo Presidente da Assembléia Nacional, Nabih Berri.

O Ministro Amorim fará entrega às autoridades libanesas de doação humanitária brasileira de 2,5 toneladas de medicamentos, que incluem antiretrovirais, antibióticos e 16 kits de farmácia básica, suficientes para o atendimento das necessidades emergenciais de 145 mil pessoas.

O Ministro Amorim deverá igualmente visitar a Embaixada e o Consulado-Geral do Brasil em Beirute, a fim de manifestar seu reconhecimento à atuação dos funcionários daquelas repartições nas operações de assistência e retirada de cidadãos brasileiros do Líbano.

### **Situação no Oriente Médio (14 de agosto de 2006)**

O Governo brasileiro acolheu com satisfação a adoção, por unanimidade, na noite de 11 de agosto, da Resolução 1701 (2006) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que insta o fim das hostilidades entre Israel e o Hezbollah. Saudamos,

com sentimento de alívio e esperança, a entrada em vigor do cessar-fogo, ocorrida às 2h00 de hoje, horário de Brasília.

O Brasil espera que a adoção da Resolução 1701 (2006), aprovada pelo Conselho de Ministros do Líbano, em 12 de agosto, e pelo Gabinete israelense, em 13 de agosto, abra caminho seguro e promissor para a consecução de uma paz negociada, justa e duradoura entre Israel e o Líbano.

Desde o início do conflito, o Governo brasileiro, em linha com nossa tradição em favor da solução pacífica de controvérsias, apoiou o esforço diplomático para a obtenção de um cessar-fogo. Embora não integre atualmente o Conselho de Segurança, o Brasil acompanhou de perto as negociações nas Nações Unidas.

Em 3 de agosto, o Senhor Presidente da República enviou cartas ao Secretário-Geral das Nações Unidas, aos Chefes de Governo ou de Estado dos países membros permanentes do Conselho de Segurança e dos membros eleitos latino-americanos do CSNU (Argentina e Peru). Em 8 de agosto, dirigiu cartas ao Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes e aos Presidentes do Egito e da Turquia. O Senhor Ministro de Estado enviou cartas aos Chanceleres do Egito, da Turquia e da Síria.

O Ministro Celso Amorim, que visitará Beirute em 15 de agosto, transmitirá mensagem de solidariedade do Governo e do povo brasileiros com a nação irmã do Líbano e expressará nossa aspiração de que, na seqüência dos trágicos acontecimentos do último mês, sejam redobrados os esforços da comunidade internacional e das partes diretamente envolvidas em busca de uma solução abrangente para os conflitos do Oriente Médio.

### **Centro Regional de Inteligência (15 de agosto de 2006)**

Deverá entrar em funcionamento, nas próximas semanas, nas dependências da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, o Centro Regional de Inteligência (CRI), integrado por

funcionários do Brasil, da Argentina e do Paraguai.

O Centro contribuirá para os esforços do Governo brasileiro no combate aos ilícitos praticados na região da Tríplice Fronteira, por meio do aprofundamento da cooperação entre os órgãos de segurança pública do Brasil, da Argentina e do Paraguai.

A instalação do CRI corresponde a compromisso assumido pelo Brasil no âmbito do “Grupo 3+1 sobre a Segurança da Tríplice Fronteira”. O Grupo é integrado também por Argentina, Paraguai e Estados Unidos.

#### **Núcleo de Apoio à Presidência Pro-Tempore do Mercosul - NAPPTB (15 de agosto de 2006)**

A Presidência do Conselho do Mercado Comum é exercida por rotação dos Estados Partes, em ordem alfabética, pelo período de seis meses.

Em agosto de 2006, a Presidência do Mercosul passou a ser exercida pelo Brasil, em mandato que culminará na XXXI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum e na Cúpula de Presidentes do Mercosul, em dezembro próximo.

O objetivo último de cada Presidência Pro-Tempore é o de contribuir, nos planos econômico, comercial, social e político, para a implementação das metas de integração regional traçadas pelo Tratado de Assunção, de 1991, que criou o Mercosul.

Para colaborar com os trabalhos da Presidência Pro-Tempore Brasileira do Mercosul (PPTB), foi constituído, no âmbito da Subsecretaria-Geral da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores, o Núcleo de Apoio à PPTB, localizado no Palácio Itamaraty, com os seguintes números telefônicos e de fac-símile, e endereço eletrônico:

Núcleo de Apoio à Presidência Pro-Tempore do Mercosul – NAPPTB

Esplanada dos Ministérios, Palácio Itamaraty  
Brasília - DF 70.170-900

Telefones: 55 61 3411-9641/43/45 Fax: 55  
61 3411 9627

E-mail: NAPPTB@mre.gov.br

Na página [www.mercosul.gov.br](http://www.mercosul.gov.br), já se encontram disponíveis informações e “links” relevantes para o acompanhamento dos trabalhos do Mercosul durante a PPTB, tais como o calendário de reuniões do semestre, a lista de autoridades do Mercosul, recentes documentos oficiais e conexão para o “site” da Secretaria do Mercosul, que contém, entre outras informações relevantes, todas as normas aprovadas pelo Mercosul desde sua criação.

#### **Visita oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Botsuana, Mompoti Meraphe (16 de agosto de 2006)**

Encontra-se em visita oficial ao Brasil o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Botsuana, Tenente-General Mompoti Meraphe. O Ministro Meraphe iniciou sua programação no dia 16, em São Paulo, e partirá de Brasília no próximo dia 19.

A visita do Ministro Meraphe traduz o bom momento das relações entre o Brasil e Botsuana. Em julho de 2005, o Presidente de Botsuana, Festus Mogae, visitou o País; em fevereiro de 2006, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou visita oficial a Botsuana. Contribuiu para a dinamização do relacionamento bilateral ao longo dos últimos dois anos a assinatura de importantes atos bilaterais, como o Acordo Básico de Cooperação Técnica e instrumentos específicos para o desenvolvimento de projetos nas áreas do combate ao HIV/AIDS e de esporte. O Brasil abrirá Embaixada residente em Gaborone ainda no segundo semestre de 2006.

O revigoramento das relações Brasil-Botsuana reflete-se no crescente interesse de empresários dos dois países em explorar as diversas oportunidades de negócios já detectadas. Com esse objetivo em mente, o Ministro Meraphe presidiu em São Paulo, no dia 16, um fórum empresarial organizado conjuntamente pela Associação Comercial de São Paulo e pela “Botswana Export Development and Investment Authority” (BEDIA), com apoio do Itamaraty e do Governo de São Paulo. Trata-se de seguimento do seminário de negócios

organizado pelo Itamaraty em Gaborone, no dia 10 de fevereiro de 2006, véspera da visita do Presidente Lula a Botsuana.

Em São Paulo, o Ministro Meraphe será recebido pelo Governador Cláudio Lembo. No dia 17, já em Brasília, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Botsuana cumprirá programa de trabalho na EMBRAPA, para explorar possíveis projetos de cooperação conjunta na área de pesquisa agrícola.

No dia 18, o Ministro Celso Amorim receberá seu homólogo para encontro de trabalho, seguido de almoço no Palácio Itamaraty.

### **Renovação do Mandato da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti - MINUSTAH (16 de agosto de 2006)**

O Governo brasileiro recebeu, com satisfação, a decisão do Conselho de Segurança de estender, por meio da Resolução 1702 (2006), de 15 de agosto corrente, o mandato da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) até 15 de fevereiro de 2007, com a intenção de renová-lo por períodos subsequentes.

Trata-se da primeira resolução aprovada pelo Conselho de Segurança após a realização das eleições gerais no Haiti e a posse do Presidente René Préval. A resolução enfatiza a atuação da missão em apoio ao novo Governo, em especial na manutenção da ordem e da segurança, no fortalecimento institucional do Estado e no desenvolvimento sócio-econômico do país.

A prorrogação do mandato da MINUSTAH demonstra que a comunidade internacional continua comprometida com a estabilização e a reconstrução do Haiti. O Brasil, maior contribuinte de tropas da missão, envidou esforços, juntamente com outros países da América Latina, para que o novo mandato correspondesse às necessidades haitianas e contribuísse para a consolidação da paz no país.

### **Concurso Itamaraty para o Cinema Brasileiro – Abertura de inscrições (17 de agosto de 2006)**

Estão abertas, até 24 de setembro de 2006,

as inscrições para a edição do Concurso Itamaraty para o Cinema Brasileiro, que visa a incentivar a produção cinematográfica no País e sua promoção no exterior, por meio da concessão de prêmio aos melhores filmes inscritos. A premiação se realiza no contexto do VIII Festival Internacional de Cinema de Brasília (VIII FIC Brasília). Poderão participar do Concurso quaisquer filmes de curta e longa metragens produzidos no Brasil em 2005 ou 2006 e ainda não lançados em circuito comercial na Capital Federal.

Os filmes selecionados receberão prêmios de R\$ 10.000,00 (Melhor Curta-Metragem) e R\$ 25.000,00 (Melhor Longa-Metragem). A Comissão Julgadora divulgará os resultados finais na cerimônia de encerramento e de premiação de VIII FIC Brasília, em 12 de novembro de 2006, ocasião em que representante do Ministério das Relações Exteriores entregará os prêmios mencionados acima.

O regulamento completo do Concurso está disponível no endereço eletrônico [www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br).

### **Operação de retirada de brasileiros do Líbano (17 de agosto de 2006)**

Com a chegada ontem, 16 de agosto, de vôo da VARIG com 270 passageiros, a operação de retirada dos brasileiros do Líbano já trouxe para o Brasil 2.576 pessoas.

Cento e dez brasileiros ainda se encontram em Adana, Turquia. Avião da FAB deverá partir amanhã, dia 18, para aquela cidade e retornar ao Brasil (aeroporto de Guarulhos) na segunda-feira, dia 21.

Incluindo as pessoas que regressaram ao Brasil por meios próprios, a operação de retirada de brasileiros do Líbano logrou evacuar 2.950 pessoas da zona de conflito.

### **Caso Damião Ximenes Lopes (18 de agosto de 2006)**

A Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) divulgou ontem a decisão relativa ao Caso Damião

Ximenes Lopes, em tramitação naquele Tribunal Internacional. O Caso se refere à morte de Damião Ximenes, portador de transtorno mental, falecido em 4 de outubro de 1999, vítima de maus-tratos quando internado em um hospital psiquiátrico privado conveniado ao Sistema Único de Saúde, no Município de Sobral, Estado do Ceará.

A Corte determinou ao Estado brasileiro o pagamento, no prazo de um ano, de indenização pecuniária a familiares da vítima por danos materiais e imateriais, e que garanta, em um prazo razoável, a conclusão do processo judicial interno destinado a julgar os responsáveis pela morte de Damião. O Tribunal ainda dispôs que o Brasil deverá continuar a desenvolver programas de formação e capacitação de profissionais envolvidos no atendimento à saúde mental.

O teor da decisão reconhece os avanços ocorridos no sistema de atenção à saúde mental no país, que passou a enfatizar os direitos humanos dos portadores de transtornos mentais, especialmente após a aprovação e implementação da Lei nº 10.216/2001, que trata da Reforma Psiquiátrica. A Política Nacional de Saúde Mental promoveu uma importante reorientação do modelo centrado no hospital para uma rede de serviços extra-hospitalares, de base comunitária. E o Município de Sobral, onde ocorreram os fatos, é atualmente referência nacional em políticas de saúde mental.

O Estado brasileiro já está estudando as formas necessárias para dar pleno cumprimento a todos os itens da sentença da Corte. No que diz respeito, especificamente, à garantia de maior celeridade à ação penal, está sendo constituído grupo, que deverá ser integrado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Conselho Nacional de Justiça, Ministério das Relações Exteriores e Advocacia-Geral da União, para agilizar este e outros processos judiciais internos cujos objetos estão sob consideração dos órgãos internacionais de proteção e promoção dos direitos humanos.

### **Comunicado Conjunto da visita do Tenente-General Mompoti Merafhe, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional de Botsuana, ao Brasil entre 16 e 18 de agosto de 2006 (18 de agosto de 2006)**

1. A convite do Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o Tenente General Mompoti Merafhe, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional de Botsuana, visitou o Brasil, em caráter oficial, no dia 18 de agosto de 2006. Desde sua chegada ao Brasil, no dia 16 de agosto, o Ministro Merafhe encontrou-se com autoridades brasileiras e representantes de diferentes setores.

2. Durante sua estada em São Paulo, foi recebido pelo Governador do Estado de São Paulo, Senhor Cláudio Lembo, e abriu oficialmente fórum empresarial organizado em conjunto com a Câmara de Comércio de São Paulo.

3. Em encontro de trabalho ocorrido no dia 18 de agosto, os Ministros Amorim e Merafhe passaram em revista áreas de interesse mútuo, com especial ênfase nos temas da cooperação bilateral. Concordaram em que a visita do Ministro Merafhe ofereceu excelente oportunidade para que ambos os Governos trocassem impressões sobre o notável fortalecimento das relações entre o Brasil e Botsuana, desde que o Presidente Festus Mogae visitou o Brasil em 26 de julho de 2005, e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Botsuana em 11 de fevereiro de 2006.

4. Conversaram sobre as ações já iniciadas ou em vias de se iniciarem, em consonância com o Acordo de Cooperação Técnica assinado em 2005, assim como o Protocolo de Intenções sobre Cooperação na Área de HIV/AIDS e o Memorando de Entendimentos na Área do Esporte, ambos assinados em 2006.

5. Os Ministros expressaram sua satisfação ante a almejada cooperação de ambos os Governos no campo da pesquisa agrícola. Nesse contexto, o Ministro Merafhe visitou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) no dia 17 de agosto, e

assinou Memorando de Entendimentos que ensejará ações de colaboração envolvendo aquela instituição brasileira e o Ministério da Agricultura de Botsuana.

6. O Ministro Merafhe ressaltou que as relações comerciais entre o Brasil e Botsuana são particularmente promissoras, como evidenciado pelo fórum empresarial por ele presidido em São Paulo, no dia 16 de agosto, no qual empresários de Botsuana e do Brasil discutiram oportunidades de negócios a serem exploradas. O evento em São Paulo deu seguimento a seminário empresarial ocorrido em Gaborone, em 10 de fevereiro de 2006, que reuniu empresários de ambos os países, um dia antes da chegada do Presidente Lula a Botsuana para sua visita oficial.

7. O Ministro Amorim concordou plenamente com seu homólogo sobre o aumento potencial das correntes de comércio e de investimentos entre os dois países. Aludindo à estabilidade política e econômica de que Botsuana tem consistentemente desfrutado ao longo dos anos, expressou sua confiança quanto à capacidade do mercado botsuanês de captar investimentos do Brasil.

8. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil também ressaltou que as negociações comerciais em curso entre o MERCOSUL e a SACU abrem novas possibilidades para a expansão do volume de comércio entre o Brasil e Botsuana. O Ministro Merafhe concordou com os comentários de seu colega brasileiro a esse respeito.

9. O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Botsuana comemorou a decisão do Governo brasileiro de abrir Embaixada residente em Gaborone. O Ministro Amorim, em resposta, agradeceu ao Governo botsuanês a anuência para a abertura da Embaixada brasileira.

10. Ambos os Ministros coincidiram em que a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) deveriam engajar-se em conversações com vista ao possível estabelecimento

de ligações formais entre as duas agências.

11. Reafirmaram a necessidade de fortalecimento do multilateralismo e de reforma das Nações Unidas, particularmente o Conselho de Segurança, de modo a aumentar sua representatividade, ao assegurar participação mais efetiva de países em desenvolvimento. O Ministro Amorim expressou profunda gratidão pelo apoio aberto de Botsuana ao pleito do Brasil de ser parte do Conselho como membro permanente.

12. Os Ministros discutiram problemas relativos ao relacionamento entre países ricos e pobres, com ênfase em questões relacionadas à Organização Mundial do Comércio. A esse respeito, lamentaram a recente suspensão das negociações e instaram a comunidade internacional a retomá-las, no espírito dos compromissos já acordados na Rodada de Doha.

13. Reafirmaram sua firme determinação de trabalhar em parceria, de modo a mobilizar apoio internacional para a luta contra a fome e a pobreza. Nesse contexto, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Botsuana saudou a Ação Contra a Fome e a Pobreza, proposta pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o intuito de auxiliar os países mais pobres a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

14. Os ministros trocaram impressões sobre a Cúpula África – América do Sul, prevista para os dias 30 de novembro e 1 de dezembro de 2006, em Abuja, Nigéria, e coincidiram quanto a sua relevância para impulsionar o relacionamento entre as duas regiões.

15. Ao final de sua visita, o Ministro Mompoti Merafhe manifestou sua gratidão pela calorosa acolhida e generosa hospitalidade reservadas pelo Governo brasileiro a ele e sua delegação e estendeu convite ao seu homólogo para visitar Botsuana em data a ser acordada pelos canais diplomáticos. O Ministro Celso Amorim agradeceu e aceitou prontamente o convite.

Brasília, 18 de agosto 2006.

### **Visita do Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL, Carlos Chacho Alvarez (18 de agosto de 2006)**

O Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM), Carlos Chacho Alvarez, realizará visita de trabalho a Brasília nos próximos dias 21, 22 e 23 de agosto.

Chacho Alvarez se entrevistará com altas autoridades brasileiras com vistas a estabelecer programa de trabalho a ser desenvolvido durante a Presidência Pro Tempore brasileira do MERCOSUL, à luz das Decisões adotadas pelo Conselho do Mercado Comum.

Entre as ações a serem implementadas no semestre em curso, com o apoio da CRPM, encontram-se, entre outras, a criação do Instituto Social do MERCOSUL, a criação de um “Instituto MERCOSUL para Capacitação de Funcionários das Administrações Públicas” e a criação do “Observatório Democrático do MERCOSUL”.

O Governo brasileiro atribui alta prioridade a tais iniciativas, que contribuirão para o aperfeiçoamento do processo de integração regional e o aprofundamento da dimensão cidadã do MERCOSUL.

### **Gasoduto Brasil-Bolívia (21 de agosto de 2006)**

O Governo brasileiro está acompanhando com grande atenção as negociações em curso entre o Ministro do Desenvolvimento Rural da Bolívia, Hugo Salvatierra, e as lideranças da comunidade indígena Guarani que, na noite do dia 19 de agosto, ocupou uma das estações de controle do gasoduto Yacuíba-Rio Grande, operado pela empresa Transierra, que é administrada pela Petrobras e também conta com participação acionária da empresa argentino-espanhola Andina e da francesa Total.

O gasoduto Yacuíba- Rio Grande é um dos trechos alimentadores do Gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL). Não houve interrupção do fluxo de gás boliviano para o Brasil.

O Governo brasileiro confia que as

negociações permitirão a pronta desocupação da estação e o restabelecimento das condições necessárias ao funcionamento normal do gasoduto.

### **Operação de retirada de brasileiros do Líbano (22 de agosto de 2006)**

Com a chegada ontem, 21 de agosto, do vôo da Força Aérea Brasileira (FAB), procedente de Adana, com 102 passageiros a bordo, concluíram-se as atividades de retirada de brasileiros do Líbano, iniciadas em 18 de julho passado.

Ao todo, foram retiradas 2.950 pessoas, sendo que, destas, 2.678 foram transportadas em quatorze vôos da FAB e em quatro vôos efetuados pelas companhias aéreas brasileiras TAM, GOL, BRA e VARIG.

A diferença de 272 pessoas refere-se àqueles que retornaram ao Brasil por meios próprios ou decidiram permanecer nas regiões fora da zona de conflito para retornar posteriormente ao Líbano.

A operação de retirada de brasileiros do Líbano foi acompanhada de assistência humanitária, tendo sido enviadas 4,2 toneladas de medicamentos do Ministério da Saúde e 5,2 toneladas de mantimentos e alimentos coletados pela comunidade libanesa de São Paulo. Esta ajuda foi transportada pela FAB, inclusive no vôo que conduziu o Ministro Celso Amorim a Beirute, no último dia 15. Além disso, cerca de 3,2 toneladas de doações da comunidade libanesa foram transportadas pela VARIG.

O Consulado-Geral em Beirute continua mobilizado para prestar a assistência consular de praxe para os brasileiros que permaneceram no Líbano.

### **Entrega do Relatório do Conselho Brasil-Japão para o Século XXI ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (23 de agosto de 2006)**

Os membros brasileiros do Conselho Brasil-Japão para o Século XXI entregaram ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 22 de agosto, relatório preparado com o lado nipônico com sugestões para o encaminhamento das relações bilaterais com o

Japão, numa perspectiva de longo prazo.

A cerimônia sucedeu àquela que teve lugar em 26 de julho passado, em Tóquio, quando o documento foi entregue pelos membros do Conselho ao Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi.

O relatório do Conselho Brasil-Japão para o Século XXI compõe-se de sete capítulos, os quais incluem desde temas tradicionais da agenda bilateral, como os fluxos bilaterais de comércio e investimentos, quanto novas frentes de cooperação: assistência à comunidade brasileira no Japão; preparação das festividades do centenário da imigração japonesa no Brasil, em 2008; cooperação em torno do etanol; implantação de projetos sob a modalidade do mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL); revitalização da cooperação científica e tecnológica, dentro da qual se inclui a adoção do sistema de TV digital japonês no Brasil; e intensificação do intercâmbio cultural e desportivo entre as duas sociedades.

Criado por ocasião das visitas do Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi ao Brasil, em setembro de 2004, e do Presidente Lula ao Japão, em maio de 2005, o Conselho Brasil-Japão para o Século XXI é integrado por personalidades da vida civil dos dois países, com o mandato de elaborar relatório com propostas para as relações Brasil-Japão no século XXI.

#### **Visita da Presidente da Câmara de Conselheiros do Parlamento do Japão (Dieta) (23 de agosto de 2006)**

A Presidente da Câmara de Conselheiros do Parlamento japonês (Dieta), Conselheira Chikage Oogi, visitou Brasília no dia 22 de agosto corrente, ocasião em que foi recebida pelo Senhor Presidente da República, pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e pelo Ministro das Relações Exteriores.

Durante os encontros, foi discutida a intensificação e diversificação da agenda bilateral, com destaque para a cooperação no campo do etanol e as perspectivas na área científico tecnológica, de que é exemplo a introdução do sistema de TV digital japonesa no Brasil.

Em 2008, terão lugar as festividades do centenário da imigração japonesa no Brasil. Hoje, vive no Japão a terceira maior comunidade brasileira no exterior, com mais de 300 mil pessoas. Por sua vez, a comunidade japonesa no País, atualmente em sua quinta geração, soma mais de 1,5 milhão de pessoas.

#### **Visita do Vice-Presidente da Bolívia, Alvaro García Linera, ao Brasil (23 de agosto de 2006)**

O Vice-Presidente da Bolívia, Alvaro García Linera, fará visita de trabalho ao Brasil no dia 24 de agosto de 2006.

Durante sua permanência em Brasília, deverá encontrar-se com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, com o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, com o Ministro das Minas e Energia, Silas Rondeau, com o Assessor Especial da Presidência da República, Professor Marco Aurélio Garcia, e com o Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli.

O Vice-Presidente García Linera será homenageado pelo Ministro Celso Amorim com almoço no Palácio Itamaraty. Em seguida, proferirá palestra no Auditório Wladimir Murтинho sobre os desafios do novo Governo boliviano.

#### **Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores do Peru, José Antonio García Belaunde (24 de agosto de 2006)**

O Ministro das Relações Exteriores do Peru, Embaixador José Antonio García Belaunde, visitará o Brasil nos dias 25 e 26 de agosto. O Chanceler peruano será recebido pelo Ministro Celso Amorim, que o homenageará com almoço no Palácio Itamaraty, e proferirá palestra no Instituto Rio Branco. No dia 26, o Ministro García Belaunde participará de encontro com empresários em São Paulo.

A visita do Chanceler peruano tem como um dos principais objetivos a preparação da visita de Estado do Presidente Alan García ao Brasil, dias 9 e 10 de novembro próximo. Será também ocasião para que os dois Chanceleres passem em revista os principais

temas da agenda bilateral, regional e multilateral.

O Brasil e o Peru estabeleceram uma parceria estratégica desde o início do Governo do Presidente Lula. Os dois países também têm unido esforços na promoção da integração sul-americana. A Comunidade Sul-americana de Nações foi constituída em Cusco, em dezembro de 2004. A primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade realizou-se em Brasília, em setembro de 2005. Os Presidentes do Brasil e do Peru lançaram, no ano passado, a pedra fundamental da Rodovia Interoceânica, que permitirá a interconexão direta entre o Estado do Acre e os portos de Ilo, San Juan e Matarani, no Oceano Pacífico, no litoral sul do Peru.

O Peru é também Estado Associado ao Mercosul, com o qual assinou acordo de livre comércio. As exportações brasileiras alcançaram no ano passado US\$ 932 milhões e as importações, US\$ 458 milhões. De janeiro a julho de 2006, as exportações brasileiras já chegaram a US\$ 723 milhões e as importações, a US\$ 412 milhões.

Empresas brasileiras mantêm importantes investimentos no Peru, especialmente nos setores de energia e mineração. Os Presidentes Lula e Alan Garcia pretendem, ainda, promover uma “associação estratégica” entre a Petrobras e a PetroPerú.

### **Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) (25 de agosto de 2006)**

Será celebrada em Brasília, em 13 de setembro de 2006, a I Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), com a presença do Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh, e do Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki. A primeira reunião de cúpula do IBAS reflete a consolidação desse mecanismo inovador, que congrega três grandes democracias do mundo em desenvolvimento, com visões convergentes sobre grandes temas da agenda internacional.

Criado em 2003, o IBAS promove a concertação política entre o Brasil, a Índia e a África do Sul, fortalecendo, desse modo, a voz dos países

em desenvolvimento. O IBAS busca, também, promover a cooperação trilateral em áreas de interesse comum. Para tanto, foram criados doze grupos de trabalho trilaterais: Agricultura, Ciência e Tecnologia, Comércio e Investimento, Cultura, Defesa, Educação, Energia, Saúde, Sociedade da Informação, Temas Sociais, Transportes e Turismo.

Durante reunião de Pontos Focais do IBAS, em Brasília, nos dias 17 e 18 de agosto, foram repassadas áreas de cooperação em que poderão ser assinados, ou anunciados, por ocasião da I Reunião de Cúpula, acordos ou entendimentos trilaterais Índia-Brasil-África do Sul.

No contexto da I Reunião de Cúpula do IBAS, será realizado, no dia 12 de setembro, um seminário empresarial, organizado conjuntamente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e por suas contrapartes indiana, a Confederação de Indústrias da Índia (“Confederation of Industries of India” - CII) e sul-africana, a Unidade de Negócios da África do Sul (“Business Unity of South Africa” – BUSA). Também está sendo organizado, pelo Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais do Itamaraty (IPRI), um seminário acadêmico com ênfase em ciência, tecnologia e inovação; políticas públicas e desenvolvimento social; e democracia e diversidade cultural.

Durante o encontro, será ainda repassada a situação do Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza, por meio do qual o Brasil, a Índia e a África do Sul promovem ações de cooperação junto a países de menor desenvolvimento relativo. Já estão em andamento projetos de desenvolvimento da agricultura e da pecuária na Guiné-Bissau e de coleta de lixo no Haiti.

### **Visita do Ministro das Relações Exteriores da Tailândia (25 de agosto de 2006)**

O Ministro das Relações Exteriores da Tailândia, Kantathi Suphamongkhon, visitará Brasília no próximo dia 28 de agosto, ocasião em que será recebido pelo Ministro das Relações Exteriores,

Embaixador Celso Amorim.

Na área bilateral, os dois Ministros examinarão as perspectivas de cooperação, em particular nas áreas de tecnologia da informação, saúde, agricultura e produção de etanol. O Chanceler tailandês aproveitará sua visita ao Brasil para conhecer de perto os projetos desenvolvidos pela Embrapa.

Os Ministros Amorim e Suphamongkhon analisarão também formas de aumentar a corrente do comércio entre os dois países, que cresceu mais de 100% nos últimos três anos, havendo passado de US\$ 677 milhões em 2003 para US\$ 1,4 bilhão em 2005.

Os dois Chanceleres passarão ainda em revista temas da agenda internacional, com destaque para o processo de reforma das Nações Unidas e as perspectivas da Rodada Doha.

### **Visita ao Brasil do Presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional da República Popular da China, 29 de agosto a 3 de setembro de 2006 (29 de agosto de 2006)**

A convite dos Presidentes do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, o Presidente do Comitê Permanente da Assembléia Nacional Popular da República Popular da China, Senhor Wu Bangguo, fará visita ao Brasil no período de 29 de agosto a 3 de setembro.

Além de Presidente do Comitê Permanente da Assembléia Nacional, o Senhor Wu Bangguo acumula as funções de Vice Primeiro-Ministro do Conselho de Estado, membro do Comitê Permanente do Gabinete Político do Partido Comunista Chinês e membro do Grupo de Líderes do Partido.

A comitiva do Presidente do Comitê Permanente contará com aproximadamente cem pessoas, entre os quais o Vice-Ministro de Relações Exteriores e outras autoridades governamentais e parlamentares. No período da visita, importante delegação empresarial, de cerca de oitenta representantes das principais empresas chinesas, estará também em Brasília e São Paulo, para contatos

com o setor privado brasileiro.

Na manhã do dia 30, em Brasília, o Senhor Wu Bangguo visitará o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, ocasião em que manterá reuniões de trabalho com os Presidentes das duas Casas parlamentares. Na oportunidade, será assinado o Memorando de Entendimento de Cooperação entre os Parlamentos da China e do Brasil. O Senhor Wu Bangguo receberá do Presidente da Câmara dos Deputados a Medalha do Mérito Legislativo.

Também no dia 30 de agosto, o Senhor Wu Bangguo manterá reunião de trabalho com o Vice-Presidente José Alencar, seguido de almoço em sua homenagem no Itamaraty. Na sequência, será recebido em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seguida de cerimônia de assinatura de atos.

Na manhã do dia 31 de agosto, participará da abertura dos trabalhos da reunião do Conselho Empresarial Brasil-China, no Itamaraty, e pronunciará conferência no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados.

O Presidente do Comitê Permanente da Assembléia Nacional Popular da República Popular da China viajará, no dia 1º de setembro, para São Paulo, onde fará visita ao Parlatino e manterá reunião com o Governador do Estado. Nos dias 2 e 3 de setembro, estará em Manaus, para encontro com o Governador do Amazonas e visita a empresa chinesa instalada naquela capital.

### **Contratos e acordos assinados por ocasião da visita do Presidente do Comitê Permanente da Assembléia Nacional da República Popular da China, Senhor Wu Bangguo (30 de agosto de 2006)**

Na sequência da audiência concedida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente do Comitê Permanente da Assembléia Nacional da República Popular China, Senhor Wu Bangguo, foram assinados hoje, 30 de agosto, os seguintes contratos e acordos:

- Dois contratos de aquisição, pela HNA

Airlines, de 50 unidades do ERJ 190, fabricadas pela Embraer no Brasil, e de 50 unidades do ERJ 145, fabricadas pela joint venture Harbin Embraer Aircraft Industry (HEAI), na cidade de Harbin, China. Os contratos totalizam US\$ 2,7 bilhões.

- Acordo para a ampliação do escopo da joint venture entre a EMBRAER e a AVIC II na construção de aeronaves em Harbin.

- Memorando de Entendimento entre a “Eletronorte” e o “Grupo CITIC”, com vistas à cooperação no que tange a construção de central hidrelétrica no rio Madeira;

- Memorando de Entendimento entre a “ZTE Corporation” e a “Evadin Indústrias Amazônia”, para a fabricação de aparelhos de telefonia celular em Manaus; e

- Memorando de Entendimento entre a “ZTE Corporation” e a “Brasil Telecom” para cooperação estratégica entre as duas empresas.

A assinatura dos contratos e acordos ressalta a importância da parceria estratégica entre o Brasil e a China, que ganhou impulso com as visitas do Presidente Lula a Pequim e do Presidente Hu Jintao a Brasília, em 2004.

Em 2005, o intercâmbio comercial entre os dois países ultrapassou US\$ 12 bilhões e até julho deste ano alcançou US\$ 8,8 bilhões. A China é atualmente o terceiro maior parceiro comercial do Brasil.

### **Contribuição do Governo brasileiro para assistência humanitária no Líbano (31 de agosto de 2006)**

Por iniciativa do Governo da Suécia, foi realizada, hoje, 31 de agosto, em Estocolmo, a Conferência Internacional de Doadores para o Líbano. A delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador Extraordinário para o Oriente Médio, Affonso Celso de Ouro-Preto.

A Conferência teve como objetivo a mobilização da comunidade internacional para as necessidades humanitárias e financeiras decorrentes da situação pós-conflito naquele país.

Ao reiterar a plena solidariedade do Governo e do povo brasileiros com a nação libanesa, o Governo brasileiro anunciou contribuição de US\$ 500 mil para assistência humanitária ao Líbano, por intermédio das Nações Unidas.

A delegação brasileira informou, também, que deverá ir proximamente ao Líbano missão multidisciplinar para identificar áreas em que a cooperação técnica brasileira possa ser imediatamente utilizada em benefício dos esforços libaneses de reconstrução.

### **Contribuição do Governo brasileiro para projetos humanitários nos territórios Palestinos ocupados (31 de agosto de 2006)**

Terá lugar amanhã, 1º de setembro, em Estocolmo, Suécia, a Conferência Internacional sobre a Situação Humanitária nos Territórios Palestinos Ocupados (TPOs). A Conferência, organizada em parceria com os governos da Espanha e da Noruega, terá como foco a grave situação humanitária nos TPOs, em particular na Faixa de Gaza.

Durante a Conferência, a delegação do Brasil, chefiada pelo Embaixador Extraordinário para o Oriente Médio, Affonso Celso de Ouro-Preto, anunciará contribuição de US\$ 500 mil para projetos humanitários das Nações Unidas nos Territórios Palestinos Ocupados.

### **Comunicado Conjunto dos Ministros presentes na Reunião de Ministros da Fazenda dos Estados-Partes e Associados do Mercosul (1º de setembro de 2006)**

Realizou-se no dia 1º de setembro de 2006, no Rio de Janeiro, Palácio Itamaraty. A “Reunião dos Ministros da Fazenda dos Estados Partes e Associados do Mercosul”, no âmbito da Presidência pró-tempore brasileira. Participaram do evento o Ministro da Fazenda do Brasil, Guido Mantega, a Ministra de Economia e Produção da Argentina, Felisa Miceli, o Ministro da Fazenda da Bolívia, Luis Alberto Arce Catacora, o Ministro da Fazenda do

Paraguai, Ernst Bergen Schmidt, o Ministro de Economia e Finanças do Uruguai, Danilo Astori, e o vice-ministro da Venezuela Julio Viloria.

Três temas específicos foram abordados no evento:

a) cooperação no comércio regional com moedas locais;

b) balanço comercial dentro do Mercosul e países associados, fluxos atuais e desafios do comércio intra-bloco; e

c) atuação dos países do Mercosul e países associados em organismos multilaterais.

A discussão dos referidos temas efetuou-se com particular ênfase nos progressos já obtidos pelo Bloco e associados nas melhoras necessárias à maior integração das economias regionais e nas ações conjuntas visando ao adequado fomento do desenvolvimento sustentável das respectivas economias.

Os Ministros da Fazenda dos Estados Partes e Associados do Mercosul reafirmaram, ao final do encontro, o compromisso de seus respectivos países com a busca de denominadores comuns nas áreas econômica, financeira e social rumo à consolidação, aprofundamento e expansão do Mercosul. Um dos elementos foi a discussão sobre as possibilidades de comércio na região em moeda local. Nesse sentido, Brasil e Argentina, por meio de seus respectivos bancos centrais iniciarão discussões com vistas a apresentar um projeto-piloto, ao qual poderão futuramente agregar-se os demais países, na Reunião de Presidentes do Mercosul prevista para o dia 15 de dezembro de 2006.

Ressaltaram o importante papel de convergência de regimes de política econômica, inclusive na coordenação da política macroeconômica objetivando a consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável da região e de inserção competitiva na economia global.

Reconheceram a particular importância de iniciativas conjuntas para consolidação de estratégias financeiras no bloco, inclusive na coordenação e/ou aproveitamento do uso de organismos de

financiamento ao desenvolvimento multilaterais, regionais e nacionais, cuja atuação permita potencializar a complementaridade das cadeias produtivas regionais e o desenvolvimento de projetos de infra-estrutura conexos, em prol da eficiência econômica da região, melhorando, inclusive, o nível de desenvolvimento das respectivas economias.

Reafirmaram, por derradeiro, a confiança no Mercosul como instrumento indutor do crescimento econômico sustentável com distribuição de renda e de fortalecimento das instituições democráticas regionais.

### **Visita ao Brasil da Ministra das Relações Exteriores da Colômbia, María Consuelo Araujo Castro (5 de setembro de 2006)**

A Ministra das Relações Exteriores da Colômbia, María Consuelo Araujo Castro, fará visita ao Brasil no próximo dia 6 de setembro, quando manterá reunião de trabalho com o Ministro Celso Amorim e será homenageada com jantar no Palácio Itamaraty. No dia 7, assistirá às comemorações do Dia da Independência.

A visita representará oportunidade para ressaltar a importância da cooperação bilateral em diferentes áreas e o interesse de ambos os países no processo de integração sul-americano. Será também ocasião para tratar do incremento do comércio bilateral, cujas cifras passaram de US\$ 846 milhões, em 2003, para US\$ 1,54 bilhão, em 2005. De janeiro a junho de 2006, o intercâmbio entre o Brasil e a Colômbia já ultrapassou a marca de US\$ 1 bilhão.

A Ministra Araujo Castro será também recebida pela Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ellen Gracie Northfleet.

### **Aprovação do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL pela Câmara dos Deputados (5 de setembro de 2006)**

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no último dia 5 de setembro, o Projeto de Decreto Legislativo que incorpora ao ordenamento jurídico brasileiro o Fundo de Convergência Estrutural

do MERCOSUL (FOCEM). Seu objetivo é reduzir as assimetrias entre os países do bloco, preocupação central do Governo brasileiro na condução do processo de integração regional.

O projeto de Decreto Legislativo será agora encaminhado à apreciação do Senado Federal.

O FOCEM será constituído por contribuições não-reembolsáveis dos quatro Estados Partes, as quais serão destinadas ao aumento da competitividade das economias menores e das regiões de menor desenvolvimento, à promoção da coesão social e ao fortalecimento da integração física por meio de obras de infra-estrutura.

O Paraguai e o Uruguai já incorporaram a Decisão que cria o FOCEM ao seu ordenamento jurídico. A tramitação do projeto encontra-se em estágio avançado no Congresso argentino. A Venezuela, por seu turno, já manifestou interesse em ser integrada o mais rapidamente possível ao programa.

### **Mensagens de felicitações pelo nascimento do filho do Príncipe Akishino e da Princesa Kiko, do Japão (6 de setembro de 2006)**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva transmitiu, hoje, dia 6 de setembro, as seguintes mensagens de congratulações ao Imperador Akihito e à Imperatriz Michiko e ao Príncipe Akishino (o segundo filho do Imperador Akihito) e à Princesa Kiko, pelo nascimento do Príncipe Imperial.

Segundo as regras de sucessão do trono japonês, o filho do Príncipe Akishino e da Princesa Kiko passa a ocupar a terceira posição na linha sucessória do Imperador – após seu tio, o Príncipe Herdeiro Naruhito (cuja única filha é a Princesa Aiko, de 5 anos), e seu pai, o Príncipe Akishino.

“A Suas Majestades o Imperador Akihito e a Imperatriz Michiko

Majestades,

Recebam, em meu nome e no do Governo brasileiro, as mais calorosas felicitações pelo nascimento do Príncipe Imperial, no dia 6 do corrente

mês. Gostaria também de transmitir minhas congratulações aos demais membros da família do recém-nascido e ao povo do Japão.

Neste momento de grande alegria, todos nós, brasileiros, compartilhamos do entusiasmo da nação japonesa, que tanto contribuiu para a formação da identidade do Brasil.

Mais alta estima e consideração,

**Luiz Inácio Lula da Silva**

Presidente da República Federativa do Brasil”.

“A Suas Altezas Imperiais os Príncipes Akishino e Kiko

Altezas,

Em meu nome e no do Governo brasileiro, desejo parabenizá-los pelo nascimento do Príncipe Imperial, em 6 de setembro corrente. O povo brasileiro irmana-se ao japonês neste momento de grande felicidade e recorda com especial satisfação da visita que Vossa Alteza, Príncipe Akishino, fez ao Brasil em 1988, por ocasião das comemorações dos 80 anos da imigração japonesa.

Mais alta estima e consideração,

**Luiz Inácio Lula da Silva**

Presidente da República Federativa do Brasil”.

### **Aprovação do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) no Senado Federal (6 de setembro de 2006)**

O Senado Federal aprovou ontem, 5 de setembro de 2006, em sessão especial, o Projeto de Decreto Legislativo que incorpora ao ordenamento jurídico brasileiro o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM). Seu objetivo é reduzir as assimetrias entre os países do bloco, preocupação central do Governo brasileiro na condução do processo de integração regional.

O FOCEM será constituído por contribuições não-reembolsáveis dos quatro Estados

Partes, que serão destinadas ao aumento da competitividade das economias menores e das regiões de menor desenvolvimento, à promoção da coesão social e ao fortalecimento da integração física por meio de obras de infra-estrutura.

O Paraguai e o Uruguai já incorporaram a Decisão que cria o FOCEM ao seu ordenamento jurídico. A tramitação do projeto encontra-se em estágio avançado no Congresso argentino. A Venezuela manifestou interesse em se integrar o mais rapidamente possível à iniciativa.

### **Aprovação do Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL (6 de setembro de 2006)**

O Senado Federal aprovou ontem, 5 de setembro de 2006, em sessão especial, o Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL (Decreto Legislativo PDC 2266/2006).

A instalação do Parlamento do Mercosul contribuirá para reforçar a dimensão político-institucional e cidadã do processo de integração, ao facilitar o processo de internalização, nos ordenamentos jurídicos dos Estados Partes, da normativa Mercosul. Embora as competências do Parlamento do Mercosul, conforme definidas no Protocolo Constitutivo, não se equiparem às dos Legislativos Nacionais, caberá ao novo órgão zelar pela preservação da ordem institucional e dos direitos humanos na região.

Prevê-se, ainda, que o Parlamento acompanhará de perto o processo de integração, emitindo pareceres, recomendações e relatórios sobre as normas em elaboração e sobre as negociações internacionais de que participe o Mercosul. O Parlamento terá sua sede em Montevideu.

### **Visita do Presidente Tabaré Vázquez - Porto Alegre, 8 de setembro de 2006. (8 de setembro de 2006)**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva se encontra no dia de hoje, 8 de setembro, em Canoas,

Rio Grande do Sul, com o Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez.

Os dois Presidentes visitarão a Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP).

Os dois Presidentes tratarão igualmente de questões relativas às relações bilaterais e ao Mercosul.

Acompanham o Presidente Vázquez membros de seu governo, entre os quais o Secretário da Presidência, Dr. Gonzalo Fernández, o Presidente e o Vice-Presidente da ANCAP (“Administración Nacional de Combustibles, Alcohol y Portland”), Daniel Martínez e Raúl Sendic.

### **Visita ao Brasil do Chanceler Ruben Ramírez - Brasília, 11 de setembro de 2006 (8 de setembro de 2006)**

O Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Embaixador Ruben Ramírez Lezcano, fará visita oficial a Brasília, no dia 11 de setembro.

Os Ministros Celso Amorim e Ruben Ramírez examinarão questões relativas às relações bilaterais e ao Mercosul. Esta será a primeira visita do Ministro Ramírez ao Brasil, desde que assumiu suas funções no final de agosto.

Dentre os principais temas de conversação estarão as ações a serem promovidas durante a Presidência Pro Tempore Brasileira do Mercosul ao longo deste semestre, as quais incluem atenção prioritária às necessidades das economias menores do bloco em matéria de facilitação de comércio, promoção de investimentos e definição de projetos a serem financiados pelo Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul - FOCEM.

Os dois Chanceleres também passarão em revista questões de interesse nas principais áreas de cooperação bilateral, dentre as quais os projetos comuns nas áreas de energia, transportes, comércio fronteiriço, proteção ambiental, cooperação técnica, questões migratórias e cooperação na área militar, inclusive no que se refere à participação do Paraguai na MINUSTAH.

### **Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Índia (8 de setembro de 2006)**

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh, fará visita oficial ao Brasil no período de 11 a 14 de setembro corrente. Será a primeira visita bilateral ao Brasil de um Chefe de Governo da Índia em 38 anos, desde a visita de Indira Gandhi, em 1968. O Presidente Lula, por sua vez, esteve na Índia em janeiro de 2004, como convidado de honra do Governo indiano para as comemorações do Dia da República.

Farão parte da comitiva do Primeiro-Ministro indiano o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Ministro do Comércio e Indústria, o Secretário de Segurança Nacional e outras autoridades governamentais, além de importante delegação empresarial.

O Primeiro-Ministro Singh deverá manter encontro com o Presidente Lula no dia 12, no Palácio da Alvorada, ocasião em que examinarão temas da agenda bilateral e assuntos da pauta regional e internacional, bem como a coordenação de posições em foros multilaterais, com especial ênfase nas Nações Unidas e na Organização Mundial do Comércio. O encontro será seguido de cerimônia de assinatura de atos, declaração à imprensa e almoço em homenagem ao Chefe de Governo indiano.

A visita do Primeiro-Ministro Singh dará continuidade ao diálogo político no mais alto nível e aprofundará a cooperação entre o Brasil e a Índia em diversos setores, como ciência e tecnologia, agricultura, educação, cultura, turismo, energia, transportes e desenvolvimento social.

Na véspera da visita do Primeiro-Ministro Singh, o Ministro Celso Amorim deverá manter reunião de trabalho com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Índia, Anand Sharma.

No dia 13 de setembro, o Primeiro-Ministro da Índia deverá participar da I Reunião de Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS).

### **Intervenção do Ministro Celso Amorim na abertura da Reunião de Alto Nível do G-20 (9 de setembro de 2006)**

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 2006

Senhores e Senhoras Ministros, Senhores e Senhoras Chefes de Delegação,

Em nome do Presidente Lula, dou as boas-vindas a todos os Ministros e Chefes de Delegação que aqui representam os países do G-20, bem como os Ministros que coordenam outros grupos de países em desenvolvimento: o Grupo Africano, o “Cotton-4”, os Países ACP, os Países de Menor Desenvolvimento Relativo e o G-33. Agradeço profundamente terem aceitado meu convite e vindo (alguns de bem longe) ao Rio de Janeiro para esta reunião de alto nível do G-20.

De maneira muito especial, quero saudar os Ministros de Peru e Equador, países que hoje se incorporam ao G-20.

Este encontro nos oferece oportunidade especialmente importante. Trata-se da primeira vez, desde a interrupção dos trabalhos da Rodada Doha, que um grupo expressivo e representativo de membros da OMC se reúne, em elevado nível de representação, para avaliar o estado atual e as perspectivas de retomada do processo negociador.

O simples fato de estarmos aqui reunidos demonstra o nosso engajamento com as negociações. O que estamos dizendo ao mundo é que para nós, países em desenvolvimento que necessitamos de mais acesso e menos distorções, o fracasso simplesmente não é uma opção.

Qualquer interrupção do processo negociador inspira cuidados. A retomada nunca é automática. Resulta de conversações intensas que confirmam o necessário impulso político. A diferença é que, desta vez, países em desenvolvimento - e em particular o G-20 - estão no centro do processo. Esta reunião oferece-nos ocasião ímpar para colocar a Rodada Doha de volta nos trilhos.

O relançamento da Rodada não pode ocorrer em detrimento dos progressos até aqui obtidos. Nem pode perder de vista o fato essencial de que esta é

uma Rodada de e para o desenvolvimento. Não aceitaremos a saída fácil de retroceder face às divergências ou de reduzir o nível de ambição. Muito menos aceitar resultados desequilibrados que mais uma vez penalizem os países em desenvolvimento.

Todos sabemos que as distorções e restrições impostas pelos países ricos em agricultura são elemento central do impacto negativo que aflige o comércio internacional.

Esta foi a razão do nascimento do G-20 e da continuidade de sua luta. No curso da Rodada, o G-20 vem atuando de modo relevante e eficaz, com legitimidade, solidez técnica e realismo, sobretudo em momentos críticos. Na Conferência Ministerial de Cancún o G-20 se opôs a um acordo bisonho, incapaz de modificar a face do comércio agrícola mundial. No pós-Cancún o Grupo foi co-artífice da movimentação que culminou no “Acordo Quadro de Julho” de 2004. Mais à frente, apresentou propostas que são hoje referência para a conclusão das negociações em agricultura.

Graças em grande parte ao G-20 e outros países em desenvolvimento aqui representados, temos a partir de Hong Kong uma data para a eliminação total de subsídios e outras formas de apoio à exportação. Concordamos que os subsídios internos devem ser objeto de cortes efetivos – e não apenas nominais. Acordamos que deve haver proporcionalidade entre as concessões em produtos industriais pelos países em desenvolvimento e em produtos agrícolas pelos países desenvolvidos. Reconhecemos a especificidade dos produtos especiais e a necessidade de salvaguardas especiais para países em desenvolvimento.

Partimos de uma situação em que éramos demonizados como o grande obstáculo que impedia um acordo que obviamente não nos convinha, para outra em que somos vistos por todos como o interlocutor indispensável e, mesmo, como o único grupo capaz de oferecer um ponto de equilíbrio entre posições conflitantes. Por isso mesmo, somos procurados pelas grandes potências comerciais que, hoje, vêem no diálogo

com o G-20 e os outros grupos de países em desenvolvimento uma condição sine qua non para a conclusão exitosa das negociações.

Os senhores representam, aqui, a quase totalidade do mundo em desenvolvimento. Ainda hoje, teremos conosco o Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy. Amanhã, nos visitarão ministros dos EUA, da União Européia e do Japão. Trata-se de demonstração muito bem-vinda de interesse pelo sistema multilateral de comércio e pela Rodada de Doha, uma Rodada que deve fazer jus a sua denominação de “Rodada do Desenvolvimento”.

Vale recordar que, após o impasse de Cancún, foi exatamente uma reunião ministerial do G-20, naquela ocasião em Brasília – após um esforço quase heróico de sobrevivência e recomposição em Buenos Aires –, que deu o primeiro passo para a retomada das negociações. Em momentos especiais tivemos reuniões em Nova Delhi e nas cercanias de Islamabad. Esperemos que o Rio de Janeiro nos inspire a encontrar, de forma imaginativa, as bases para o relançamento e conclusão desta Rodada de Desenvolvimento.

Muito obrigado.

### **Reunião de Alto Nível do G-20 com coordenadores de grupos de países em desenvolvimento - Comunicado de Imprensa (9 de setembro de 2006)**

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 2006

Nós, Ministros e Altos Funcionários do G-20 e, como convidados especiais, os coordenadores do G-33, dos ACPs, dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs), do Grupo Africano, das Economias Pequenas Vulneráveis, do Algodão-4 (C-4) e NAMA-11, reunimo-nos no Rio de Janeiro, Brasil, em 9 de setembro de 2006, para considerar a situação das negociações da Rodada Doha. Lamentamos profundamente que as negociações da Agenda para o Desenvolvimento tenham sido suspensas. Trata-se de um revés para a Rodada que deveria trazer o desenvolvimento e a

agricultura para o centro do sistema multilateral de comércio. Não apenas a Rodada encontra-se ameaçada, mas o próprio sistema multilateral de comércio enfrenta agora uma séria crise. Essa é uma situação inaceitável para todos os países em desenvolvimento.

2. A agricultura está no centro da Agenda de Doha para o Desenvolvimento. A maioria dos pobres do mundo faz da agricultura seu meio de vida. Suas condições de subsistência e seu padrão de vida encontram-se seriamente ameaçados pelos subsídios e pelas restrições de acesso a mercados que prevalecem no comércio agrícola internacional. Uma Rodada fiel à dimensão do desenvolvimento deve com urgência corrigir essa situação.

3. Nessa conjuntura crítica, reafirmamos nossa determinação de juntar esforços com o propósito de assegurar que as negociações agrícolas da OMC estejam em conformidade com os compromissos contidos no Mandato de Doha. Com isso, seriam gerados resultados que assegurem uma redução substancial e efetiva no apoio doméstico distorcivo vinculado com as necessárias disciplinas que evitem migração de apoio entre caixas e entre produtos; melhoria substancial em acesso a mercados; e eliminação expedita de todas as formas de subsídios à exportação.

4. Reiteramos a importância do Tratamento Especial e Diferenciado (S&D) para os países em desenvolvimento em todas as áreas de negociação. Nesse contexto, sublinhamos a proporcionalidade global nos compromissos de redução e o papel vital dos Produtos Especiais (SP) e do Mecanismo de Salvaguarda Especial (SSM) na promoção da segurança alimentar, do desenvolvimento rural e dos meios de subsistência dos países em desenvolvimento. Reiteramos nossa determinação de obter um resultado equilibrado e proporcional com nível comparavelmente alto de ambição em agricultura e nas negociações sobre acesso a mercados sobre produtos não-agrícolas (NAMA), tal como acordado no Parágrafo 24 da Declaração

Ministerial de Hong Kong.

5. Renovamos o apelo feito em Doha no sentido de colocar os interesses e necessidades dos países em desenvolvimento, especialmente os dos países menos desenvolvidos entre eles, no centro da Rodada. Reiteramos nosso interesse comum em um resultado a favor da promoção do desenvolvimento na Rodada, e realçamos a indivisibilidade da agenda do desenvolvimento, em particular, a necessidade de preservar um nível de ambição equilibrado e proporcional.

6. Reconhecemos também a necessidade urgente de tornar operacional a Decisão Ministerial de Hong Kong sobre acesso a mercados livre de quotas e tarifas para os Países de Menor Desenvolvimento Relativo, bem como sobre simplificação das regras de origem a eles aplicáveis. Reafirmamos a necessidade de tratar do tema do algodão de modo ambicioso, expedito e específico, nos seus aspectos relacionados ao comércio e ao desenvolvimento. Sublinhamos a necessidade de tratar as preocupações dos países em desenvolvimento de acesso recente e as questões relacionadas ao comércio suscitadas pelas economias pequenas vulneráveis. Reconhecemos ainda a necessidade de tratar o tema dos produtos tropicais e dos produtos de importância específica para a diversificação da produção. Reconhecemos plenamente a importância das preferências históricas e a necessidade de tratar adequadamente o tema da erosão de preferências.

7. Saudamos as recomendações da Força-Tarefa da OMC para a operacionalização da iniciativa “Aid for Trade” que enfatiza, inter alia, a necessidade de contar com financiamentos adicional, previsível, sustentável, incondicional e efetivo. Instamos, assim, aos membros da OMC que considerem, de modo expedito, a implementação das recomendações da Força-Tarefa em canal separado e de modo isolado nos níveis nacional, regional e global. Instamos também o Diretor Geral a continuar suas consultas com a comunidade dos doadores para assegurar

recursos financeiros adicional sob a iniciativa “Aid for Trade”.

Sublinhamos que o único resultado aceitável será aquele que estiver em conformidade com os compromissos de Doha, tal como complementados pelo Acordo-Quadro de Julho e pela Declaração Ministerial de Hong Kong. Nesse sentido, qualquer tentativa de renegociar ou de reescrever tais marcos será inaceitável.

9. Os Membros desenvolvidos, particularmente os maiores atores do comércio global, possuem responsabilidade especial e específica em relação ao resultado da Rodada. Eles devem demonstrar sua disposição de implementar medidas que eliminem distorções ao comércio e promovam a abertura significativa de seus mercados. Suas posições atuais não oferecem base adequada para conclusão bem sucedida das negociações. Devem, portanto, melhorar significativamente suas propostas, em especial, nas duas áreas centrais de apoio interno e acesso a mercados em agricultura, bem como estar preparados para atender a dimensão do desenvolvimento na Rodada.

10. Notamos que o substancial trabalho político e técnico desenvolvido até o momento oferece uma plataforma sólida para eventual retomada das negociações. Reafirmamos o compromisso de nossos países com resultado ambicioso, equilibrado e pró-desenvolvimento para a Rodada e estamos preparados para contribuir para esse fim. Esse propósito fortalecerá o sistema multilateral de comércio e inscreverá o desenvolvimento em seu centro. Confirmamos nossa disposição em retomar as negociações imediatamente e de trabalhar para sua pronta retomada.

11. Os Ministros e Altos Funcionários instam o Diretor-Geral da OMC a intensificar o processo de consultas entre os países-membros, de forma participativa e transparente, para permitir a pronta retomada das negociações, com vistas a alcançar tanto um acordo de modalidades plenas quanto compromissos finais que seja ambicioso, equilibrado e em favor do desenvolvimento.

### **Visita Oficial do Chanceler Rubén Ramírez Lezcano - Brasília, 11 de setembro de 2006 - Comunicado Conjunto (11 de setembro de 2006)**

Atendendo a convite do Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Embaixador Celso Amorim, o Ministro das Relações Exteriores da República do Paraguai, Embaixador Rubén Ramírez Lezcano, realizou visita oficial ao Brasil, no dia 11 de setembro do corrente ano.

No transcurso desta visita, ambos os Ministros congratularam-se pelo nível de entendimento em que se encontram as relações bilaterais e confirmaram a natureza estratégica de sua associação, cujo contínuo aprofundamento constitui elemento fundamental para assegurar a plena vigência dos propósitos integracionistas que animam suas respectivas sociedades.

Considerando-se o anteriormente mencionado, os Chanceleres decidiram emitir o seguinte comunicado conjunto:

1. Os Ministros de Relações Exteriores aproveitaram a ocasião para tratar dos principais temas da importante agenda comum, como as diferentes propostas apresentadas nas negociações que se desenvolvem no âmbito da Itaipu Binacional; as iniciativas em curso para a intensificação da cooperação técnica entre os dois países; as medidas impulsadas no marco do Mecanismo de Monitoramento Bilateral destinadas a incrementar o intercâmbio comercial bilateral, principalmente para aumentar e facilitar as exportações paraguaias ao Brasil; as ações em matéria de integração fronteiriça, especialmente na zona de Ciudad del Este e Foz de Iguazu, que incluem a execução do Plano de Contingência e a construção da segunda ponte sobre o Rio Paraná, bem como a definição das condições necessárias para o tratamento adequado das questões necessárias em matéria de migrações, entre outros temas de especial interesse.

2. Os Ministros conversaram, também, sobre a situação do MERCOSUL e a necessidade de estimular um diálogo positivo sobre os desafios do

bloco e de impulsionar ações para a consecução de seus propósitos e objetivos. O Ministro Celso Amorim reiterou que durante o exercício da Presidência Pró-Témpore, o Brasil dará prioridade aos trabalhos tendentes à redução das assimetrias do MERCOSUL. Nesse sentido, ressaltou a recente aprovação parlamentar do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM). Igualmente, a PPT brasileira enfatizará a promoção simultânea das dimensões política, social e de desenvolvimento do processo de integração. Nesse contexto, os dois Chanceleres manifestaram sua satisfação pela recente aprovação, pelo Congresso brasileiro, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL.

3. Ambos Ministros reafirmaram sua convicção sobre a necessidade de se renovar a vontade política para se alcançarem os objetivos definidos no Tratado de Assunção e, nesse contexto, da importância de se construir uma integração que beneficie cada um dos membros do bloco regional, destacando a necessidade de consolidar a estabilidade política, o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável. Para tanto, consideraram indispensável obter resultados que levem a uma real e livre circulação de bens e de fatores produtivos, e que contribuam para a superação das dificuldades circunstanciais que afetem o comércio entre os países do bloco, permitam a integração industrial e consolidação de investimentos produtivos.

4. Os dois Chanceleres destacaram, igualmente, o crescente interesse e os avanços que o MERCOSUL está realizando nos temas sociais da região. Nesse sentido, enfatizaram a recente adoção da “Estratégia de Políticas de Emprego para o MERCOSUL”, a proposta de estabelecer uma “Estratégia Comunicacional do MERCOSUL”, bem como a proposta de criação do Instituto Social do MERCOSUL.

5. Ambos os Ministros se congratularam pelos resultados da Reunião de Alto Nível dos Países do G-20, realizada sob os auspícios pelo Governo do Brasil, que teve lugar na cidade do Rio de Janeiro,

nos dias 9 e 10 de setembro, onde se alcançaram importantes entendimentos para uma pronta retomada das negociações da Rodada Doha da OMC.

6. Examinaram as perspectivas de se intensificar a tradicional cooperação em temas militares e de defesa entre os dois países, nos planos bilateral, regional e internacional. Nesse sentido, saudaram a incorporação de um contingente militar do Paraguai para integrar as Forças de Paz da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), como parte do contingente brasileiro, com o apoio financeiro e operacional do Brasil. Indicaram, ademais, sua satisfação pela assinatura da Declaração Conjunta dos Ministros de Defesa dos dois países que cria o Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa.

7. No âmbito da segurança regional e hemisférica, ao reconhecerem o direito soberano de cada Estado de identificar suas próprias prioridades nacionais de segurança, mantendo uma capacidade que corresponda a suas legítimas necessidades de defesa e segurança, reafirmaram a importância de se promover a transparência na aquisição de armamentos e de levar em conta o desenvolvimento harmônico e pacífico de todos os países da região.

8. Ao reconhecer a importância vital da Itaipu Binacional para o desenvolvimento econômico e social de ambos países, manifestaram seu compromisso de concluir no mais breve prazo, as negociações em curso com o objetivo de uma solução justa e adequada.

9. No marco do Plano de Contingência de Ciudad del Este – Foz do Iguaçu, receberam com satisfação os avanços alcançados até o momento pelo Grupo de Trabalho Bilateral criado para avançar na proposta de estabelecimento de um regime especial de comércio nessa zona de fronteira que leve em consideração a situação da região e especial em matéria comercial e social.

10. Reconheceram a importância da contribuição dos imigrantes para a formação e desenvolvimento de seus países, mediante a segura

e harmoniosa integração desses indivíduos ao país que os acolheu, sempre de acordo com sua legislação e com o espírito de reciprocidade e integração que inspira o MERCOSUL. Nesse âmbito, os Chanceleres acordaram a criação de dois Grupos de Trabalho, com o mandato de examinar e apresentar propostas, em nível bilateral, sobre a cooperação em temas migratórios e de desenvolvimento rural, respectivamente.

11. Ratificaram sua determinação de promover e intensificar a cooperação para prevenir, combater e eliminar todas as manifestações do crime organizado transnacional.

12. Coincidiram, igualmente, em continuar fortalecendo a cooperação bilateral nas áreas policial e judicial e avançar no diálogo bilateral sobre questões relacionadas à concessão de refúgio.

13. Destacaram a importância da assinatura, hoje, do Acordo de Cooperação, entre os dois Governos, para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa, e do Estatuto da Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia, no marco do referido acordo, que possibilitará a ambos os países coordenarem uma gestão integrada, sustentável e integral, para o melhor aproveitamento dos recursos da região.

14. Igualmente, congratularam-se pela assinatura, nesta data, do Acordo por Troca de Notas que estende ao Paraguai a possibilidade de utilização do Depósito Franco no Porto de Rio Grande para carregamentos transportados por via rodoviária.

15. Finalmente, o Chanceler Celso Amorim, em atenção a convite recebido de seu homólogo, o Chanceler Rubén Ramírez, aceitou visitar o Paraguai neste ano, em data a ser acertada.

Brasília, 11 de setembro de 2006

### **Ajuda humanitária ao Equador (12 de setembro de 2006)**

O Governo do Equador solicitou ao Governo brasileiro o envio de assistência humanitária em decorrência da erupção do vulcão Tungurahua, que

ocasionou o deslocamento de mais de 19 mil pessoas, sobretudo nas províncias de Tungurahua, Bolívar e Chimborazo.

Um avião cargueiro C-130, da Força Aérea Brasileira, partirá amanhã, dia 13 de setembro, da Base Aérea de Porto Velho (RO), transportando 11 toneladas de medicamentos doados pelo Ministério da Saúde e 3,3 toneladas de alimentos dos estoques que a Defesa Civil mantém junto à CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento).

O Governo brasileiro enviará também duas especialistas em saúde ambiental. Sob a coordenação das autoridades equatorianas, as especialistas brasileiras trabalharão na identificação de situações de risco decorrentes dos impactos ambientais causados pela erupção vulcânica sobre a saúde da população, sobretudo no que se refere à água para consumo humano e à contaminação do solo e do ar.

### **Visita do Ministro Celso Amorim a Cuba (12 de setembro de 2006)**

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, realizará visita a Cuba de 14 a 16 de setembro corrente. Em Havana, o Ministro Amorim manterá contatos bilaterais e chefeará a Delegação do Brasil a dois eventos multilaterais: a XIII Cúpula do Grupo dos 15 e a XIV Conferência de Cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados.

Criado em setembro de 1989, o G-15 reúne anualmente os representantes de alguns dos mais expressivos países em desenvolvimento. O Grupo apresenta duas vertentes de ação: a) concertação em temas da agenda econômica internacional; e b) cooperação Sul-Sul, como mecanismo de fortalecimento da cooperação técnica entre seus membros. A Presidência atual do G-15 é ocupada pela Argélia.

O Movimento dos Não-Alinhados é composto por 115 membros que representam os interesses e as prioridades dos países em desenvolvimento. O Brasil participa das reuniões dos

Não-Alinhados na qualidade de observador e estará presente na XIV Cúpula atendendo a convite do Governo cubano.

Ainda durante sua estada em Cuba, o Ministro Amorim manterá conversações com autoridades do Governo cubano, com vistas a uma troca de impressões sobre as relações bilaterais e temas da atualidade internacional. Deverá ser assinado Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Brasil e Cuba.

De Havana, o Ministro Amorim seguirá para Nova York, onde participará da abertura dos trabalhos da Assembléia Geral das Nações Unidas.

### **Visita Oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro da República da Índia, Manmohan Singh - Comunicado Conjunto (12 de setembro de 2006)**

1. A convite de Sua Excelência o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor Manmohan Singh, Primeiro-Ministro da Índia, acompanhado de delegação de alto nível, efetuou visita oficial ao Brasil no período de 11 a 14 de setembro de 2006.

2. Na reunião bilateral, que teve lugar no dia 12 de setembro, os dois líderes recordaram a visita histórica do Presidente Lula à Índia, em janeiro de 2004, na qualidade de principal convidado para as cerimônias do Dia da República. Desde então, as relações bilaterais têm-se intensificado e aprofundado. Os dois mandatários registraram o significado e a importância da visita bilateral ao Brasil de um Primeiro-Ministro da Índia após intervalo de 38 anos. O Brasil e a Índia reconhecem que suas relações atingiram o nível de uma parceria estratégica.

3. O Presidente Lula e o Primeiro-Ministro Singh passaram em revista a pauta bilateral e trocaram opiniões sobre diversos temas da agenda internacional, bem como sobre a situação política e econômica em suas respectivas regiões. Reafirmaram seu compromisso de trabalhar em prol do incremento

qualitativo do amplo relacionamento bilateral entre duas grandes democracias de caráter multicultural e pluralista e aspirações comuns de desenvolvimento.

4. Importante resultado da reunião foi a decisão de iniciar diálogo estratégico bilateral sobre temas regionais e globais de interesse mútuo, como segurança energética e a situação de segurança internacional, inclusive a ameaça de terrorismo. O exercício será conduzido pelo Assessor de Segurança Nacional da Índia e pelas autoridades correspondentes no Governo brasileiro.

5. Os dois líderes registraram com satisfação o crescimento do comércio e do investimento entre a Índia e o Brasil. Expressaram satisfação com o aumento do volume de comércio bilateral nas duas direções e decidiram criar ambiente favorável ao aprofundamento e à diversificação do intercâmbio em comércio, investimento e tecnologia. Com esse objetivo, serão promovidas, de maneira concertada, a troca de delegações empresariais, a crescente participação em eventos comerciais nos dois países, a facilitação de investimentos mútuos e a formação de “joint ventures”. Os dois lados encorajarão igualmente o estabelecimento de vínculos empresariais no setor bancário e de serviços. Comprometeram-se a estimular os setores público e privado de seus respectivos países a aumentar e diversificar os fluxos bilaterais de bens e serviços.

6. Enfatizaram a importância da cooperação tecnológica bilateral em todos os aspectos da pesquisa e do desenvolvimento em matéria energética, com o objetivo de aprimorar e diversificar as fontes de suprimento de energia, bem como desenvolver tecnologias em energia mais eficientes, acessíveis e de custos reduzidos. Nesse sentido, encorajaram o desenvolvimento sustentável e uso de fontes alternativas de energia, especialmente de biocombustíveis, e reafirmaram que novas formas de energia que sejam limpas, seguras e economicamente eficientes devem ser totalmente exploradas. Para este fim, concordaram em criar um Comitê Conjunto de Biocombustíveis.

7. O Presidente Lula e Primeiro-Ministro Singh celebraram a assinatura do Programa de Intercâmbio sobre Cooperação em matéria de Educação, durante a Reunião da Comissão Mista em janeiro de 2006, e reafirmaram que deve ser dada prioridade à cooperação em áreas como pós-graduação, pesquisa, educação profissional e cursos de educação à distância. Registraram com satisfação o fortalecimento das relações entre as universidades dos dois países, o qual será aprimorado na primeira reunião do Grupo de Trabalho Conjunto, que terá lugar ainda no ano em curso.

8. Índia e Brasil anunciaram que abrirão proximamente Centros Culturais em São Paulo e em Nova Delhi. Além disso, tal como previsto no Memorando de Entendimento firmado na ocasião, foi acordada a organização, em 2007, de Semanas de Cultura Indiana no Brasil e Semanas de Cultura Brasileira na Índia. Os dois países irão igualmente cooperar na promoção do intercâmbio em matéria de futebol e de treinamento de jogadores e técnicos indianos. Os dois lados buscarão estimular, de forma sistematizada, os contatos pessoais e os vínculos institucionais e acadêmicos.

9. Os dois lados concordaram em designar Adidos de Defesa em suas respectivas capitais. O Presidente Lula manifestou sua intenção de nomear prontamente o Adido de Defesa brasileiro. Concordaram, ainda, em estabelecer Comitê Conjunto de Defesa, em conformidade com o previsto no Acordo de Defesa assinado em dezembro de 2003, tão logo estejam finalizados os procedimentos internos para a entrada em vigor do mencionado instrumento.

10. O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e o Laboratório Nacional de Física da Índia (NPLI) acordaram texto de Memorando de Entendimento sobre cooperação científica e tecnológica nas áreas de Física, Química e Engenharia de Medição. Ambas as partes manifestaram intenção de assinar o documento à margem da Reunião do Bureau

Internacional de Pesos e Medidas, que terá lugar em Paris, ainda no corrente ano.

11. O Presidente Lula e o Primeiro-Ministro Singh reafirmaram sua convicção de que o terrorismo constitui uma das maiores ameaças à paz e à segurança e enfatizaram a necessidade de ações concertadas e coordenadas pela comunidade internacional, com o objetivo final de erradicar o terrorismo em todas as suas formas e manifestações. Reafirmaram seu total apoio à implementação de todas as medidas de combate ao terrorismo definidas nas resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e enfatizaram que a cooperação internacional para o combate ao terrorismo deve ser conduzida em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas, do direito internacional e das convenções internacionais pertinentes.

12. O Presidente Lula e o Primeiro-Ministro Singh sublinharam a prioridade que os dois Governos atribuem à reforma das Nações Unidas, de modo a tornar a Organização mais efetiva e conforme à realidade contemporânea. A Índia e o Brasil continuarão a trabalhar conjuntamente no âmbito do G-4, com vistas a concretizar sua aspiração comum de atuarem como membros permanentes em um Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado e expandido, para torná-lo mais democrático, representativo e adaptado à nova ordem mundial.

13. Reafirmaram ainda seu compromisso com o combate à fome e à pobreza, a promoção dos valores democráticos e o fomento do desenvolvimento econômico, e enfatizaram a importância de que sejam implementados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Apoiaram, nesse sentido, a promoção dos mecanismos inovadores de financiamento destinados a complementar, de maneira estável e previsível, os fluxos de ajuda ao desenvolvimento existentes. Em particular, expressaram satisfação com o lançamento da Central Internacional de Compra de Medicamentos (CICOM/UNITAID), mecanismo

baseado em financiamento inovador e em outras fontes de financiamento de longo prazo, como meio de melhorar o acesso das populações pobres dos países em desenvolvimento a medicamentos contra a AIDS, a malária e a tuberculose, a preços acessíveis.

14. O Presidente Lula e o Primeiro-Ministro Singh manifestaram sua intenção de continuar o trabalho conjunto no âmbito do G-20 em prol da retomada das negociações da Rodada Doha. Concordaram em que o trabalho substantivo, político e técnico desenvolvido até o presente constitui plataforma sólida para a continuidade das discussões na OMC e expressaram sua confiança em que os membros da Organização mostrarão disposição em retomar as negociações no futuro próximo.

15. O Presidente Lula e o Primeiro-Ministro Singh expressaram a visão de que o FMI deve ser reformado para refletir a realidade contemporânea da economia global, o que inclui uma reforma do sistema de quotas para que haja maior alocação de quotas aos países em desenvolvimento, de modo a assegurar sua participação mais efetiva nos processos de decisão do FMI. Quaisquer mudanças propostas devem ser baseadas nesses princípios.

16. O encontro transcorreu em atmosfera de amizade calorosa e de confiança, tendo como objetivo aprofundar as relações de amizade e a cooperação multifacetada entre os dois países. A próxima reunião da Comissão Mista, que será sediada pela Índia em Nova Délhi, possibilitará a revisão dos avanços obtidos no fortalecimento do intercâmbio bilateral e o exame das possibilidades de cooperação em áreas como defesa civil, assistência legal mútua, recursos hídricos e desenvolvimento rural.

17. Durante a visita, foram firmados os seguintes atos bilaterais:

- a) Acordo Bilateral de Cooperação Científica e Tecnológica;
- b) Acordo sobre Serviços Aéreos;
- c) Memorando de Entendimento sobre Cooperação em matéria de Assentamentos Humanos;

d) Memorando de Entendimento sobre Proteção Fitossanitária;

e) Memorando de Entendimento sobre as “Semanas de Cultura Indiana no Brasil” e “Semanas de Cultura Brasileira na Índia”;

f) Memorando de Entendimento entre a ABNT e o “Bureau of Indian Standards”;

g) Memorando de Entendimento entre a “Bharat Earth Movers” e a Companhia de Comércio e Construções (CCC);

h) Memorando de Entendimento entre a Petrobras e a “ONGC-OVL”.

18. Os Acordos e Memorandos de Entendimento ora assinados refletem o desejo mútuo de dar maior ímpeto ao fortalecimento dos laços bilaterais, com o objetivo de concretizar a totalidade do potencial das relações entre os dois países.

19. Sua Excelência o Primeiro-Ministro Manmohan Singh formulou convite a Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil para realizar visita à Índia.

### **I Reunião de Cúpula do IBAS - 13 de setembro de 2006, Brasília - Comunicado de Imprensa (13 de setembro de 2006)**

1. O Primeiro-Ministro da Índia, S.Ex.<sup>a</sup>. Manmohan Singh, o Presidente do Brasil, S.Ex.<sup>a</sup> Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da África do Sul, S.Ex.<sup>a</sup> Thabo Mbeki, reuniram-se em Brasília em 13 de setembro de 2006, para a histórica I Reunião de Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS). Eles manifestaram seu profundo contentamento com a consolidação do Fórum de Diálogo IBAS.

2. Os três líderes reafirmaram seu compromisso com a promoção da paz, da segurança e do desenvolvimento socioeconômico sustentável no mundo e em suas respectivas regiões. Reafirmaram seu compromisso com o multilateralismo e com o papel das Nações Unidas. Discutiram também a reforma das Nações Unidas e do Conselho de

Segurança das Nações Unidas, bem como a conclusão bem-sucedida da Rodada Doha na OMC, com a dimensão do desenvolvimento no cerne de seus resultados.

3. Os Chefes de Estado e de Governo reiteraram seu apoio a uma reforma abrangente das Nações Unidas e aplaudiram o estabelecimento da Comissão de Construção da Paz e o Conselho de Direitos Humanos. Reiteraram a necessidade de uma decisão acerca da expansão do Conselho de Segurança, tanto na categoria de membros permanentes como na de membros não-permanentes, de modo a refletir as realidades atuais e a torná-lo mais democrático, legítimo, representativo e responsivo. Reafirmaram seu compromisso de continuar a buscar conjuntamente uma decisão sobre essa expansão do Conselho de Segurança em regime de urgência.

4. Os Chefes de Estado e de governo condenaram inequivocamente o terrorismo em todas as suas formas e manifestações. Foram unânimes em opinar que a comunidade internacional precisa intensificar mais ainda seus esforços e a cooperação para combater esse flagelo. Conclamaram todos os estados-membro a trabalhar seriamente para a pronta conclusão do texto de uma convenção abrangente sobre o terrorismo internacional.

5. Os Presidentes do Brasil e da África do Sul expressaram também sua revolta contra os bárbaros ataques terroristas de 11 de julho em Mumbai e em outras partes da Índia. Conclamaram toda a comunidade internacional a tomar todas as medidas necessárias para levar a julgamento os autores, colaboradores e patrocinadores desses e de outros atos de terrorismo, bem como aqueles que incitam seus autores a cometê-los.

6. Os Chefes de Estado e de Governo reiteraram seu firme compromisso para com a Iniciativa de Ação contra a Fome e a Pobreza e, em particular, para com a Declaração do Milênio e o Resultado da Cúpula Mundial de 2005. Notaram com satisfação o progresso com vistas à criação de

um Programa Internacional de Compra de Medicamentos para enfrentar os desafios da AIDS, da malária e da tuberculose.

7. Comprometeram-se também a intensificar mais ainda a cooperação trilateral em matéria de HIV/AIDS, malária e tuberculose e a explorar as possibilidades de concluir um instrumento trilateral de colaboração entre os três países, voltado para a pesquisa e desenvolvimento de ferramentas de diagnóstico, drogas e vacinas para combater HIV/AIDS. Isso somaria as capacidades significativas que existem em cada um dos países do IBAS.

8. A Índia, o Brasil e a África do Sul, eleitos para o recém-criado Conselho de Direitos Humanos, têm uma visão comum da promoção e proteção dos direitos humanos e da reafirmação da universalidade, indivisibilidade, interdependência e inter-relação de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, inclusive da realização e operacionalização do direito ao desenvolvimento e a proteção dos direitos de grupos vulneráveis.

9. A Índia, o Brasil e a África do Sul partilham ainda uma visão comum da importância de conseguir o desenvolvimento sustentável, particularmente mediante a erradicação da pobreza, a promoção do crescimento econômico e a proteção do meio ambiente. Eles instam os países doadores a atingir suas metas de Assistência Oficial para o desenvolvimento e a mobilizar novos recursos financeiros adicionais.

10. O Primeiro-Ministro da Índia e os Presidentes do Brasil e da África do Sul fizeram uma avaliação da situação de segurança global, no que diz respeito ao desarmamento e à não-proliferação de Armas de Destruição em Massa (ADM). Os líderes reiteraram seu compromisso com o objetivo de total eliminação das armas nucleares. Enfatizaram a necessidade de dar início à negociação de um programa escalonado para a total eliminação das armas nucleares de maneira abrangente, não-discriminatória e verificável, com um cronograma definido.

11. Os Chefes de Estado e de Governo reafirmaram o direito inalienável de todos os Estados à utilização pacífica da energia nuclear, em conformidade com suas obrigações jurídicas internacionais. Concordaram em explorar abordagens de cooperação em matéria de uso da energia nuclear para fins pacíficos, ao amparo das salvaguardas pertinentes da AIEA. Concordaram ainda que a cooperação civil internacional na esfera nuclear, ao amparo das salvaguardas pertinentes da AIEA, entre países comprometidos com os objetivos de objetivos desarmamento nuclear e de não-proliferação poderia ser intensificada por meio de abordagens voltadas para o futuro, coerentes com suas respectivas legislações nacionais e obrigações internacionais.

12. Os Chefes de Estado e de Governo lamentaram profundamente a suspensão das negociações da OMC sobre a Agenda do Desenvolvimento de Doha. A não conclusão das negociações, em conformidade com o mandato, privará os países em desenvolvimento de condições justas e equitativas para a plena realização de seu direito ao desenvolvimento. As distorções que afetam o comércio e a produção agrícola devem ser prontamente eliminadas e a agricultura deve ser plenamente incorporada nas regras do sistema multilateral de comércio. Eles conclamaram os países que ainda não o fizeram a reduzir substancial e efetivamente seus gastos com subsídios agrícolas. A Índia, o Brasil e a África do Sul não pouparão esforços para reativar as negociações suspensas.

13. Os Chefes de Estado e de Governo reiteraram seu compromisso para com um sistema global de comércio mais justo, que beneficie os países em desenvolvimento. Nesse sentido, e levando em conta o espírito da Declaração de Brasília, aplaudiram o progresso já alcançado na Rodada de São Paulo do Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC).

14. O Primeiro-Ministro da Índia, o Presidente do Brasil e o Presidente da África do Sul

passaram em revista as iniciativas voltadas para a cooperação setorial trilateral. Expressaram sua profunda satisfação com os novos resultados concretos da I Cúpula do IBAS nas áreas de energia, agricultura, transporte, comércio, ciência, tecnologia e sociedade da informação e decidiram continuar a explorar novas possibilidades de cooperação trilateral.

15. Os Chefes de Estado e de Governo expressaram sua profunda satisfação com a assinatura, durante a I Cúpula IBAS, do Plano de Ação IBAS para a facilitação de comércio em normas, regulamentação técnica e verificação de conformidade.

16. Expressaram seu total apoio e compromisso com o pronto estabelecimento de um Grupo de Trabalho para estudar as modalidades para a pretendida Área de Livre Comércio Trilateral Índia-Mercosul-SACU.

17. Reafirmaram, além disso, a importância de dar continuidade às negociações entre a Índia e o Mercosul e entre o Mercosul e a SACU, destinadas a ampliar e aprofundar os Acordos de Tarifas Preferenciais.

18. Os três países manifestaram sua satisfação com a presença de delegações empresariais de alto nível da Índia, do Brasil e da África do Sul na “Cúpula Empresarial Índia-Brasil-África do Sul”, organizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com o apoio da ASOCHAM, CII, FICCI da Índia, e da BUSA, da África do Sul. Os Chefes de Estado e de Governo tiveram também uma reunião com as delegações empresariais dos três países e tiveram um intercâmbio proveitoso de pontos de vista a respeito das perspectivas e dos desafios para a expansão do comércio entre os países IBAS.

19. Os Chefes de Estado e de Governo expressaram sua profunda satisfação com a assinatura, durante a Cúpula do IBAS, de um Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis, com a decisão de criar uma Força-Tarefa Trilateral para trabalhar em áreas específicas de interesse comum.

20. O Primeiro-Ministro da Índia e o Presidente da África do Sul elogiaram a iniciativa internacional sobre o etanol, lançada pelo Brasil, e convieram quanto à necessidade de um trabalho conjunto para promover e intensificar o uso de etanol e de biodiesel.

21. Os Chefes de Estado e de Governo concordaram que o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Trilateral em Agricultura e Áreas Correlatas, assinado durante a Cúpula do IBAS, será um instrumento importante para promover o desenvolvimento socioeconômico e a cooperação Sul-Sul.

22. Os Chefes de Estado e de Governo aplaudiram a assinatura do Acordo Trilateral do IBAS sobre a Navegação Comercial e outras Matérias Relacionadas com o Transporte Marítimo.

23. Enfatizaram também a importância da implementação do Memorando de Entendimento sobre Aviação Civil o mais prontamente possível, mediante o estabelecimento de serviços aéreos regulares ligando a Índia, o Brasil e a África do Sul e incentivaram as companhias aéreas a continuar trabalhando para esse fim.

24. Os Chefes de Estado e de Governo expressaram sua satisfação com a assinatura do Acordo-Quadro do IBAS para Cooperação sobre Sociedade da Informação, que estabelece a base para futuro trabalho trilateral com vistas a reduzir a disparidade digital em suas sociedades.

25. Os Chefes de Estado e de Governo ressaltaram o fato de que o Programa do Fundo do IBAS constitui uma iniciativa pioneira e ímpar em cooperação Sul-Sul. A esse respeito, manifestaram sua satisfação com as iniciativas na Guiné-Bissau e Haiti. O Primeiro-Ministro da Índia e os Presidentes do Brasil e da África do Sul reafirmaram seu compromisso de destinar pelo menos US\$ 1 milhão por ano para o Programa do Fundo IBAS. Os membros do IBAS incentivam os países em desenvolvimento, especialmente os Países de Menor Desenvolvimento, a submeter projetos ao Fundo IBAS.

26. Os Chefes de Estado e de Governo expressaram sua satisfação com o fato de que a 4ª Reunião da Comissão Mista trilateral será realizada na Índia, no primeiro trimestre de 2007. Além disso, eles consideraram a possibilidade de realizar a II Reunião de Cúpula do Fórum de Diálogo IBAS, na África do Sul, em data a ser acertada pelos canais diplomáticos.

### **I Reunião de Cúpula do IBAS - Declaração Conjunta (13 de setembro de 2006)**

(Tradução não oficial do original em inglês)

1. O Primeiro Ministro da Índia, S. E. Manmohan Singh, o Presidente do Brasil, S.E. Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da África do Sul, S.E. Thabo Mbeki, reuniram-se em Brasília em 13 de setembro de 2006 para a 1ª Reunião de Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS).

2. Criado em 2003, o Fórum de Diálogo IBAS desempenha papel cada vez mais importante nas políticas exteriores da Índia, Brasil e África do Sul. Tornou-se instrumento útil para a promoção de coordenação cada vez mais estreita sobre temas globais entre três grandes democracias multiculturais e multirraciais da Ásia, América do Sul e África, e contribuiu para dar relevo à cooperação trilateral Índia-Brasil-África do Sul em áreas setoriais.

3. A importância do Fórum de Diálogo IBAS se estende além de seu impacto positivo nas relações Índia-Brasil-África do Sul. O Fórum, composto por três grandes países em desenvolvimento, proporciona uma estrutura que conferirá ímpeto adicional a novos contatos entre países em desenvolvimento da Ásia, América do Sul e África, contribuindo assim para o fortalecimento da cooperação Sul-Sul.

4. Os Chefes de Estado e de Governo já se haviam encontrado no formato IBAS em oportunidades anteriores, tais como as reuniões em 2003 e 2005, em Nova York. Reuniões Ministeriais da Comissão Trilateral foram realizadas em Nova Delhi, em 2004, na Cidade do Cabo, em 2005, e no

Rio de Janeiro, em março de 2006. Foram criados grupos de trabalho trilaterais nas áreas de Agricultura, Cultura, Defesa, Educação, Energia, Saúde, Sociedade da Informação, Comércio e Investimento, Temas Sociais, Ciência e Tecnologia, Turismo e Transportes.

5. Os Chefes de Estado e Governo da Índia, Brasil e África do Sul expressaram sua profunda satisfação pela consolidação do Fórum de Diálogo IBAS. A Primeira Cúpula IBAS, realizada hoje em Brasília, reafirma o compromisso dos três países com o fortalecimento dessa iniciativa inovadora. Os Chefes de Estado e de Governo resolveram dar máxima prioridade à consecução de novos progressos no Fórum de Diálogo IBAS, prosseguindo o trabalho de reuniões ministeriais anteriores da Comissão Trilateral e reuniões dos grupos de trabalho.

6. Os Chefes de Estado e de Governo deram ênfase a sua visão compartilhada de que a participação de suas sociedades nesta iniciativa diplomática deve desempenhar papel fundamental no futuro do IBAS. Portanto, notaram com profunda satisfação os Seminários Acadêmicos e de Negócios realizados em Brasília em 12 de setembro de 2006. O Primeiro Ministro Singh, o Presidente Lula e o Presidente Mbeki instaram as sociedades civis da Índia, do Brasil e da África do Sul a dar relevo a contato e cooperação mútuos. Instruíram seus Governos a apoiar iniciativas com esse objetivo. Nesse particular, acolheram com satisfação o lançamento do website IBAS como instrumento adicional e útil para o prosseguimento da promoção do Fórum de Diálogo IBAS com setores interessados na Índia, Brasil e África do Sul.

#### CONSULTAS POLÍTICAS E COOPERAÇÃO EM TEMAS GLOBAIS

7. O Primeiro Ministro da Índia, o Presidente do Brasil e o Presidente da África do Sul reafirmaram seu compromisso com a promoção da paz, da segurança e do desenvolvimento econômico e social

sustentável no mundo e em suas respectivas regiões. Reafirmaram seu compromisso com o multilateralismo e com o papel preeminente das Nações Unidas. A Índia, o Brasil e a África do Sul continuarão a trabalhar conjuntamente para reforçar o sistema multilateral, particularmente por meio de instituições como as Nações Unidas e a Organização Mundial do Comércio, a fim de prosseguir na promoção desse objetivo. Nesse espírito, os Chefes de Estado e de Governo da Índia, Brasil e África do Sul debateram desafios globais relevantes com que se defronta a comunidade internacional, especialmente a reforma das Nações Unidas e do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a conclusão bem sucedida da Rodada Doha na Organização Mundial do Comércio, com a dimensão do desenvolvimento no cerne de seus resultados, temas do meio-ambiente, em particular a melhoria do acesso a tecnologias de fontes renováveis de energia, e a implementação efetiva da Convenção sobre Diversidade Biológica, especialmente os direitos dos países de origem sobre seus próprios recursos genéticos assim como a proteção do conhecimento tradicional pertinente.

8. Os Chefes de Estado e de Governo reafirmaram a abordagem pragmática compartilhada pela Índia, Brasil e África do Sul no debate dos temas globais. Notaram também que as atitudes comuns da Índia, Brasil e África do Sul reforçam a voz dos países em desenvolvimento e sua capacidade de contribuir para decisões globais que têm impacto sobre suas populações. O Fórum IBAS contribui, portanto, para o objetivo de uma ordem mundial justa e equitativa.

9. A esse respeito, os Chefes de Estado e de Governo reafirmaram seu apoio às propostas conjuntas feitas pelos Governos do Brasil, China, Índia, México, República do Congo e África do Sul em seu Documento de Posição dado a conhecer por ocasião da recente Reunião de Cúpula do G-8 na Rússia. Reafirmou o compromisso dos “Outreach Partners” de trabalhar em conjunto com os Estados membros do G-8 no tratamento de temas de interesse

mútuo. O Documento de Posição tratou de alguns desafios nas áreas de energia, educação e doenças infecciosas, entre outros tópicos. Realçou a importância de mobilizar recursos financeiros para o desenvolvimento por meio de mecanismos inovadores que suplementem os compromissos assumidos na Conferência Internacional das Nações Unidas para o Financiamento do Desenvolvimento; enfatizou a necessidade de acompanhamento do programa de trabalho sobre a África lançado na Reunião de Cúpula do G-8 em Gleneagles, Reino Unido, em 2005; reiterou a importância da cooperação tecnológica na pesquisa e desenvolvimento energético, pediu melhoria no acesso a tecnologias energéticas renováveis e sublinhou a disposição de trabalhar com países desenvolvidos e em desenvolvimento para compartilhar conhecimento e saber especializado no desenvolvimento dessas tecnologias; conclamou a comunidade internacional a reforçar a cooperação em busca da realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio, em especial a Meta 8 para a construção de parcerias globais para o desenvolvimento e para a promoção da realização do Direito ao Desenvolvimento, e as Metas de Dacar no campo da educação; reiterou a necessidade de reduzir as principais barreiras comerciais a fim de facilitar acesso a novas vacinas, remédios, diagnósticos e tecnologias de qualidade e a preços acessíveis, assinalando que as flexibilidades contidas no Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, reconhecidos pela Declaração Ministerial de Doha sobre TRIPS e Saúde Pública deveriam ser integralmente utilizadas para a proteção da saúde pública.

#### REFORMA DAS NAÇÕES UNIDAS E DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

10. Os Chefes de Estado e de Governo reiteraram seu apoio à reforma abrangente das Nações Unidas e acolheram com satisfação a criação

da Comissão para a Construção da Paz e do Conselho de Direitos Humanos, assim como o progresso obtido nas áreas de desenvolvimento e gestão. Reafirmaram a necessidade de uma decisão sobre a expansão do Conselho de Segurança, sem a qual nenhuma reforma das Nações Unidas será completa. Reiteraram sua convicção de que o Conselho de Segurança deve ser ampliado a fim de incluir países da África, Ásia e América Latina tanto na categoria permanente quanto na não-permanente, de modo a refletir as realidades contemporâneas e torná-lo mais democrático, legítimo, representativo e reativo. Reafirmaram seu compromisso a continuar a buscar conjuntamente uma decisão sobre a expansão do Conselho de Segurança até o final do ano. Esse compromisso será buscado de maneira urgente.

#### TERRORISMO INTERNACIONAL

11. Os Chefes de Estado e de Governo condenaram inequivocamente o terrorismo em todas as suas formas e manifestações. Enfatizaram que não pode haver justificação, seja qual for, para qualquer ato de terrorismo. Compartilharam a opinião de que a comunidade internacional deve intensificar ainda mais os esforços e a cooperação para combater esse flagelo.

12. Os Chefes de Estado e Governo recordaram que a Cúpula Mundial de 2005 conclamara os estados membros da ONU a concluir uma convenção abrangente sobre terrorismo internacional durante a 60ª Assembléia Geral das Nações Unidas. Conclamaram todos os Estados-membros a trabalhar com seriedade em prol de uma rápida finalização do texto da convenção.

13. Os Presidentes do Brasil e da África do Sul expressaram seu repúdio aos bárbaros ataques terroristas realizados em 11 de julho de 2006 em Mumbai e outras partes da Índia. Ao expressar sua condenação a esses hediondos atos nos termos mais veementes, reiteraram suas mais profundas condolências às vítimas e suas famílias e exprimiram

sua solidariedade ao Governo e povo da Índia. Conclamaram a comunidade internacional a tomar todas as medidas necessárias para levar à justiça os perpetradores, colaboradores e patrocinadores desses e outros atos de terrorismo, assim como aqueles que incitam os perpetradores a cometê-los. Reafirmaram sua decisão de intensificar ainda mais as medidas para combater o flagelo do terrorismo que constitui uma gravíssima ameaça à humanidade e à paz e segurança internacionais.

#### METAS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO INICIATIVA DE AÇÃO CONTRA A FOME E A POBREZA

14. O progresso na realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio tem sido excepcionalmente lento e isso pode ser primordialmente atribuído ao fato de que o atual apoio internacional aos países em desenvolvimento é inadequado para atender a suas necessidades. O incremento dos níveis de Assistência Oficial ao Desenvolvimento, o apoio à liberalização do comércio, e a eliminação, pelos países desenvolvidos, dos subsídios a produtos de interesse dos países em desenvolvimento, continuam a ser objetivos essenciais na promoção do desenvolvimento e no combate à fome e à pobreza. No entanto, a magnitude do desafio torna necessário buscar maneiras adicionais para que os países mais pobres realizem as Metas de Desenvolvimento do Milênio, em particular a Meta 1 de reduzir à metade até 2015 a proporção das pessoas que passam fome. A esse respeito, os Chefes de Estado e de Governo reiteraram seu enérgico compromisso com a Iniciativa de Ação Contra a Fome e a Pobreza e, em particular, a Declaração do Milênio e o Resultado da Cúpula Mundial de 2005. Reafirmaram a importância de procurar mecanismos financeiros inovadores a fim de gerar fluxos suplementares de renda que sejam constantes e confiáveis. A busca atual de fontes novas e inovadoras de financiamento para o desenvolvimento é crítica

para superar os embaraços financeiros que limitam o progresso em direção aos objetivos do desenvolvimento.

15. Os Presidentes da África do Sul e do Brasil e o Primeiro Ministro da Índia notaram com satisfação o progresso obtido com um projeto piloto baseado em pequenas contribuições solidárias sobre a compra de bilhetes aéreos, cuja renda será canalizada para a criação de uma Instituição Internacional de Compra de Remédios a fim de enfrentar os desafios da AIDS, malária e tuberculose. Numa reunião realizada em Brasília, em 6-7 de julho de 2006, conseguiram-se importantes avanços na preparação do projeto, que se espera seja formalmente lançado por ocasião da 61ª Assembléia Geral das Nações Unidas.

#### DIREITOS HUMANOS

16. Índia, Brasil e África do Sul, eleitos para o recém-constituído Conselho de Direitos Humanos, compartilham visões comuns sobre a promoção e promoção dos direitos humanos. Este novo Fórum permite que temas de direitos humanos sejam tratados em nível elevado adequado, como é o caso dos temas da paz e segurança internacionais e desenvolvimento. Esse Conselho se beneficiará de contribuições coordenadas da Índia, Brasil e África do Sul com seu entendimento comum a respeito da agenda e estrutura do Conselho. Os três países compartilham uma visão comum para a reafirmação da universalidade, indivisibilidade, interdependência e inter-relacionamento de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, inclusive a realização e operacionalização do Direito ao Desenvolvimento e a especial proteção dos direitos de grupos vulneráveis.

17. Índia, Brasil e África do Sul acolheram com satisfação a recente bem sucedida conclusão de negociações e a adoção do projeto de Convenção sobre os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências, pela 8ª Sessão da Comissão Ad-hoc para um Projeto de Convenção Internacional Integral sobre a Proteção e Promoção dos Direitos e

Dignidade das pessoas Portadoras de Deficiências, em Nova York, em 25 de agosto de 2006. Os três países esperam a pronta entrada em vigor dessa convenção e trabalharão em favor de sua rápida assinatura e depósito dos respectivos instrumentos de ratificação.

#### DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

18. Índia, Brasil e África do Sul compartilham opiniões comuns sobre a importância da consecução de desenvolvimento sustentável, particularmente por meio da erradicação da pobreza, da promoção do crescimento econômico e da proteção do meio-ambiente. Nesse contexto, os países do IBAS desejam reiterar seu comprometimento comum com a ação conjunta em busca do objetivo de assegurar que o desenvolvimento sustentável se realize em escala global, especialmente no mundo em desenvolvimento.

19. Os Chefes de Estado e de Governo reafirmaram que os princípios constantes da declaração do Rio, particularmente o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas e das aptidões respectivas deve continuar a orientar as negociações multilaterais em temas ambientais. Nesse contexto, sublinharam a importância de tratar dos desafios da mudança climática de forma urgente, sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima e seu Protocolo de Quioto. Conclamaram os países que ainda não o fizeram a ratificar o Protocolo e estimularam todos os países que têm metas de redução com base no Protocolo de Quioto a envidarem seus máximos esforços para seu cumprimento e a fornecerem apoio a países em desenvolvimento afetados pela mudança climática, inclusive na área de capacitação.

20. Índia, Brasil e África do Sul enfatizam que um passo crítico para a realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio e do desenvolvimento sustentável em escala global é o fornecimento adequado de recursos financeiros e a transferência de tecnologias a preços justos e acessíveis,

particularmente por parte dos países doadores. A esse respeito, os países do IBAS instam os países doadores a preencher suas metas de Assistência Oficial para o desenvolvimento e a mobilizar recursos financeiros novos e adicionais, assim como a fomentar a transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis a fim de implementar integralmente os resultados da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD), realizada em Joanesburgo. Nesse sentido, enfatizaram que a cooperação internacional é um importante instrumento para atingir os objetivos fixados na Agenda 21 e seu Plano de Implementação, assim como em foros específicos, tais como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança de Clima.

#### DESARMAMENTO E NÃO-PROLIFERAÇÃO

21. O Primeiro Ministro da Índia e os Presidentes do Brasil e da África do Sul reafirmaram a opinião de que o foco principal sobre o desenvolvimento humano, a luta contra a pobreza, e as medidas para promover melhor qualidade de vida devem sustentar e proporcionar maiores garantias de paz e estabilidade internacionais. Avaliaram a situação da segurança global relativa ao desarmamento e à não-proliferação de Armas de Destruição em Massa (WMD).

22. Os líderes reiteraram seu compromisso com o objetivo da completa eliminação das armas nucleares e expressaram preocupação com a falta de progresso na realização desse objetivo. Enfatizaram que o desarmamento nuclear e a não-proliferação são processos que se reforçam mutuamente e exigem progresso contínuo e irreversível em ambas as frentes, e reafirmaram a esse respeito que o objetivo da não-proliferação seria melhor servido pela eliminação sistemática e progressiva das armas nucleares de maneira abrangente, universal, não-discriminatória e verificável. Recordaram que abordagens semelhantes levaram ao estabelecimento de instrumentos internacionais juridicamente vinculantes que

eliminaram as armas químicas e biológicas e estão contribuindo para a eliminação total dessas armas e reafirmaram seu compromisso de esforçar-se nos foros multilaterais relevantes em busca de um instrumento universal para proibir as armas nucleares e realizar sua completa eliminação. Enfatizaram a necessidade de iniciar negociações sobre um programa em etapas para a completa eliminação das armas nucleares dentro de uma estrutura temporal especificada para eliminar as armas nucleares, proibir seu desenvolvimento, produção, aquisição, armazenamento, transferência, uso ou ameaça de uso, e determinar sua destruição.

23. Nesse contexto, igualmente expressaram preocupação com a falta de progresso na Conferência do Desarmamento (CD), o único foro negociador multilateral de desarmamento. Notaram que diversas propostas haviam sido feitas na CD a esse respeito e reiteraram seu compromisso de trabalhar conjuntamente com todos os Estados membros para chegar a um consenso levando em consideração as preocupações de todos os estados membros. Nesse contexto, reiteraram que a proposta dos Cinco Embaixadores tal como revista em 2003 ainda permanecia sendo uma base viável para um programa de trabalho.

24. Os Chefes de Estado e de Governo sublinharam a necessidade de reduzir a importância das armas nucleares nas doutrinas estratégicas e expressaram seu apoio a arranjos internacionais eficazes para garantir Estados não nuclearmente armados contra o uso ou ameaça de uso de armas nucleares.

25. Os líderes debateram a ameaça de aquisição de armas nucleares ou materiais e tecnologias a elas relacionados por parte de atores não-estatais ou terroristas. Reafirmaram seu compromisso de contribuir para os esforços internacionais no sentido de contra-arrestar essas ameaças e promover a cooperação nesse sentido. A esse respeito, acolheram com satisfação a adoção da Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear. Expressaram a

convicção de que a melhor maneira de impedir que atores não estatais ou terroristas adquiram armas nucleares é a eliminação total dessas armas.

#### USOS PACÍFICOS DE ENERGIA NUCLEAR

26. Os Chefes de Estado e de Governo reafirmaram o direito inalienável de todos os Estados às aplicações pacíficas da energia nuclear, de forma coerente com sua obrigação jurídica internacional. Pediram uma solução diplomática para a questão nuclear iraniana no contexto da AIEA.

27. Tomaram nota com satisfação da contínua cooperação positiva entre seus países na AIEA e outros foros, com o objetivo de assegurar o crescimento e desenvolvimento desimpedidos dos usos pacíficos da energia atômica, mediante o fornecimento de tecnologia, equipamento e material, sob salvaguardas adequadas, e reafirmaram seu propósito de intensificar essa cooperação.

28. Os Presidentes da África do Sul e do Brasil e o Primeiro Ministro da Índia reiteraram a importância de assegurar que quaisquer decisões multilaterais relativas ao ciclo da energia nuclear não prejudiquem o direito inalienável dos Estados de buscar energia nuclear para finalidades pacíficas em conformidade com suas obrigações jurídicas internacionais.

29. Os líderes enfatizaram a necessidade de assegurar o fornecimento de fontes seguras, sustentáveis e não poluentes de energia, a fim de enfrentar a crescente demanda global de energia, particularmente nos países em desenvolvimento. Nesse contexto concordaram em que a energia nuclear pode desempenhar papel importante. Concordaram em explorar abordagens de cooperação em usos pacíficos de energia nuclear sob as salvaguardas apropriadas da AIEA. Concordaram ainda em que a cooperação nuclear civil internacional, sob as salvaguardas apropriadas da AIEA, entre países comprometidos com o desarmamento nuclear e os objetivos da não-proliferação, pode ser realçada por meio de abordagens aceitáveis, voltadas para o

futuro, consistentes com as respectivas obrigações, nacionais e internacionais.

## LÍBANO

30. Índia, Brasil e África do Sul acolheram com satisfação a adoção unânime, em 11 de agosto, da Resolução 1701 do CSNU. Expressaram a esperança de que a aprovação da resolução 1701 pelo Conselho de Ministros do Líbano em 12 de agosto e pelo Gabinete israelense em 13 de agosto possa abrir uma via promissora para a negociação de uma solução, duradoura, permanente e sustentável para o conflito. Não obstante, afirmaram sua profunda consternação e crescente preocupação pelo impacto produzido pela escalada de violência no Oriente Médio. Condenaram nos termos mais veementes o uso excessivo e às vezes indiscriminado da força que resultou na morte de grande número de civis, inclusive mulheres e crianças, e na destruição da infraestrutura do Líbano, em flagrante violação dos princípios do Direito Internacional Humanitário. Expressaram também sua disposição de trabalhar em parceria com a comunidade internacional a fim de proporcionar imediato alívio humanitário ao povo do Líbano e a empreender esforços conjuntos para apoiar a reconstrução da infraestrutura libanesa. Pediram a implementação integral de todas as resoluções relevantes do Conselho de Segurança. Enfatizaram que a comunidade internacional tem de agir decisivamente para impedir a renovação das hostilidades e sublinharam a necessidade de uma rápida retomada do diálogo para a solução de todos os temas pendentes. Sublinharam ainda que a segurança e a estabilidade regional permanente somente será alcançada por meio de uma solução justa, duradoura e abrangente do conflito árabe-israelense em todas as suas dimensões, no mais breve prazo possível.

## ISRAEL-PALESTINA

31. Os Chefes de Estado e de Governo expressaram grave preocupação com a espiral de

violência que está ocorrendo nos Territórios Palestinos Ocupados e reafirmaram a esperança de que a Autoridade Nacional palestina e o governo israelense possam manter conversações diretas com o objetivo de retomar, tão logo possível, as negociações de paz conforme estabelecidas pelo Mapa do Caminho para a Paz. Reafirmaram que devem ser feitos todos os esforços para o objetivo de um fim imediato da violência atual, da retomada da cooperação para a segurança e de um engajamento político tanto entre os palestinos quanto com Israel. Instaram ambas as partes a abster-se de qualquer ato ou medida que possa colocar em risco o processo de paz na região em direção a uma solução que contemple dois Estados segundo o Mapa do Caminho, que leve ao estabelecimento de um Estado da Palestina viável, soberano e independente, vivendo lado a lado em coexistência pacífica com o estado de Israel. Os participantes afirmaram que o objetivo principal de ambas as partes tem de ser a proteção da sociedade civil e a necessidade de abster-se, em qualquer situação, do recurso à punição coletiva e ataques contra civis. Profundamente preocupados com a crescente deterioração das condições de vida da população palestina, enfatizaram, em particular, a importância de uma expansão imediata do mecanismo internacional temporário para doadores estabelecido sob a direção do Quarteto, da observância por parte de Israel do Acordo sobre Movimentação e Acesso de novembro de 2005 e ação em outros passos para aliviar o sofrimento humanitário do povo de Gaza e da Margem Ocidental. Nesse contexto, os participantes garantiram sua disposição de examinar o lançamento de projetos de cooperação técnica em Gaza e na Margem Ocidental, possivelmente com a utilização de recursos do Fundo IBAS.

## FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

32. Os Chefes de Estado e de Governo expressaram a visão de que a legitimidade do FMI depende de uma reforma fundamental de quotas e voz que seja mais representativa dos países em

desenvolvimento. A reforma deve efetivamente reduzir o grave desequilíbrio entre a ampla maioria de poder de voto ora detida pelas economias avançadas e a participação insatisfatória dos países em desenvolvimento.

#### RODADA DOHA

33. Os Chefes de Estado e de Governo lamentaram profundamente a suspensão das negociações da Agenda Doha para o Desenvolvimento, da Organização Mundial do Comércio. Este é um grave revés para as promessas da Rodada relativas ao desenvolvimento e uma decepção para os países em desenvolvimento. A falta de conclusão das negociações em conformidade com o mandato privará os países em desenvolvimento de condições justas e equitativas para a realização integral do Direito ao Desenvolvimento e de suas vantagens comparativas na agricultura, indústria e serviços.

34. O comércio e a produção agrícola continuam a ser prejudicados, particularmente quanto aos produtos de interesse exportador para os países em desenvolvimento, por toda sorte de barreiras e distorções, por meio de uma combinação de medidas não-tarifárias e tarifas elevadas, apoio doméstico e subsídios à exportação que exportam a pobreza e a fome. Tais distorções devem ser rapidamente eliminadas e a agricultura firmemente incorporada nas regras do sistema multilateral de trocas comerciais.

35. O Primeiro Ministro da Índia e os Presidentes do Brasil e da África do Sul conclamaram os países que ainda não o fizeram a reduzir substancial e efetivamente suas despesas com subsídios agrícolas. É essencial que os principais subsidiadores melhorem suas propostas sobre apoio doméstico e suas atuais ofertas sobre acesso a mercados a fim de estabelecer uma base adequada e equitativa para atingir os resultados para os quais todos concordamos em nos empenhar.

36. Como membros do G-20, grupo cuja identidade está profundamente ligada à dimensão desenvolvimentista da Rodada Doha, a Índia, o Brasil e a África do Sul estão unidos em torno do objetivo

de eliminar as políticas que distorcem o comércio. Os países IBAS, que são também membros do NAMA-II, estão integralmente comprometidos com o fortalecimento do sistema multilateral de comércio de uma maneira mais consentânea com o desenvolvimento, dirigida à promoção do crescimento econômico e do emprego e à redução da pobreza.

37. A Índia, o Brasil e a África do Sul recordaram os resultados da Reunião de Alto Nível do G-20, no Rio de Janeiro, em 9-10 de setembro, e reiteraram que não pouparão esforços para retomar as negociações em prazo breve, e não tardio. No caminho que falta percorrer, o progresso até agora obtido tem de ser integralmente preservado. Não podemos recuar. O nível de ambição da Agenda Doha de Desenvolvimento precisa ser mantido. As necessidades e aspirações dos países em desenvolvimento somente serão realizadas com um resultado ambicioso da Rodada que reduza o protecionismo e elimine as distorções.

#### SISTEMA GLOBAL DE PREFERÊNCIA COMERCIAIS ENTRE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO (GSTP)

38. Os Chefes de Estado e de Governo reiteraram seu compromisso em busca de um sistema mais justo de trocas comerciais globais, em benefício dos países em desenvolvimento. A esse respeito, e levando em conta o espírito da declaração de Brasília, acolheram com satisfação o progresso alcançado até o momento na Rodada São Paulo do Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (GSTP). O GSTP tem um papel crucial a desempenhar na nova geografia comercial, na qual o comércio Sul-Sul é reconhecido como importante força dinâmica. O GSTP pode contribuir decisivamente para impelir novos fluxos de comércio, suplementar os atuais arranjos regionais, e promover a diversificação de produtos e mercados de exportação. O GSTP pode ser particularmente eficaz no envolvimento dos LDCs no sistema global de comércio, proporcionando-lhes acessos preferencial

e imaginando outras medidas possíveis em seu apoio. Esses países estão chamados a juntar-se às negociações, a fim de beneficiar-se com a máxima amplitude possível do acesso preferencial a outros mercados de países em desenvolvimento.

39. O sistema foi fortalecido pela recente solicitação de acessão de oito novos participantes e pela acessão de um bloco comercial, o Mercosul, que está prestes a finalizar seu procedimento de ratificação e tornar-se ator na Rodada São Paulo. O Fórum IBAS apóia integralmente a Rodada São Paulo, enfatizando a importância do GSTP como importante instrumento para expandir os fluxos de comércio Sul-Sul, tornando o comércio mundial mais inclusivo e equitativo.

#### PROPRIEDADE INTELECTUAL

40. Os Chefes de Estado e de Governo sublinharam a importância de incorporar a dimensão do desenvolvimento aos debates internacionais relativos à propriedade intelectual, como forma de fazer contribuição significativa aos aspectos econômicos e sociais nos países em desenvolvimento e preservar espaços políticos necessários para assegurar o acesso ao conhecimento, promover objetivos públicos nos campos da saúde e da cultura e um meio-ambiente sustentável. Nesse contexto, acolheram com satisfação o lançamento de uma “Agenda para o Desenvolvimento na Organização Mundial de Propriedade Intelectual” e reafirmaram a importância da continuação desses debates a fim de assegurar a incorporação efetiva da dimensão desenvolvimentista em todos os seus órgãos.

41. Reafirmaram também a necessidade de alcançar uma solução para o problema suscitado pela atribuição de direitos de propriedade intelectual a recursos biológicos e/ou conhecimento tradicional a eles vinculados, sem a devida observância das disposições pertinentes da Convenção sobre Diversidade Biológica. A esse respeito, enfatizaram com grande satisfação a apresentação na OMC da proposta co-patrocinada, entre outros, pelos três

países IBAS para emenda do Acordo TRIPS mediante introdução de uma exigência compulsória para a revelação da origem de recursos biológicos e/ou conhecimento tradicional a eles vinculado usados em invenções para as quais requerimentos de direitos de propriedade intelectual tenham sido apresentados.

42. Os Chefes de Estado e de Governo notaram com profunda preocupação o aumento de casos de apropriação indevida de recursos biológicos por meio da concessão errônea de patentes ou registro de marcas comerciais irregulares e concordaram, por conseguinte, em estabelecer um mecanismo informal consultivo trilateral para troca de informações sobre esses temas.

#### COOPERAÇÃO TRILATERAL ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL

43. O Primeiro Ministro da Índia, o Presidente do Brasil e o Presidente da África do Sul passaram em revista iniciativas para a cooperação setorial trilateral. A cooperação Sul-Sul é um elemento-chave para a promoção do desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto o Fórum de Diálogo IBAS proporciona valiosa estrutura para fomento da cooperação trilateral entre três dos mais importantes países em desenvolvimento do mundo. Os Chefes de Estado e de Governo expressaram profunda satisfação com os novos e concretos resultados obtidos durante a 1ª Cúpula IBAS nas áreas de Energia, Agricultura, Transportes Aéreos e Marítimos, Comércio, Ciência e Tecnologia e Sociedade da Informação. Resolveram explorar novas oportunidades adicionais de cooperação trilateral. Nesse sentido, tomaram nota e apoiaram o lançamento de um Grupo de Trabalho sobre Administração Pública.

#### COMÉRCIO

44. Os Chefes de Estado e de Governo expressaram sua profunda satisfação pela assinatura, durante a 1ª Cúpula IBAS, do Plano de Ação IBAS sobre Facilitação Comercial para Padrões,

Regulamentação Técnica e Avaliação de Conformidade. Notaram que o Plano de Ação, que é um elemento de objetivos mais amplos para facilitação do comércio, é um elemento importante para a criação de uma base concreta para o incremento de fluxos de comércio entre os países IBAS. Reiteraram também o compromisso de realçar o comércio trilateral por meio da vislumbrada conclusão de acordos bilaterais de cooperação aduaneira.

45. Os Chefes de Estado e de Governo expressaram seu total apoio e compromisso para o estabelecimento expedito de um grupo de trabalho para focalizar as modalidades para o vislumbrado Acordo Trilateral de Livre Comércio Índia-Mercosul-SACU (T-FTA). Expressaram a visão de que o T-FTA terá impacto significativo em relação à consolidação do Fórum de Diálogo IBAS como mecanismo eficaz para promover relações mais estreitas entre a Índia, o Brasil e a África do Sul, assim como entre suas respectivas regiões. Registraram também que a crescente cooperação entre a Índia, o Mercosul e o SACU no campo comercial poderá contribuir fortemente para um novo cenário no comércio internacional, consentâneo com seus respectivos objetivos de desenvolvimento.

46. Reafirmaram, paralelamente, a importância das negociações em curso Índia-Mercosul e Mercosul-SACU com o objetivo de ampliar e aprofundar Acordos de Preferências tarifárias existentes. Notaram, também, as próximas negociações Índia-SACU sobre preferências tarifárias e sublinharam que todos esses esforços constituem passo importante em direção ao projetado Acordo de Livre Comércio Índia-Mercosul-SACU.

47. Os três países expressaram sua satisfação com o fato de que delegações importantes de negócios da Índia e da África do Sul participaram da 1ª Reunião de Cúpula IBAS. Importantes homens de negócios dos três países compareceram também à “Cúpula de Negócios Índia, Brasil e África do Sul”, organizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) com apoio da ASSOCHAM, CII E FICCI

da Índia e da BUSA, da África do Sul. Além disso, os Chefes de Estado e de Governo realizaram uma reunião com delegações comerciais dos três países e tiveram frutífera troca de opiniões sobre perspectivas e desafios para a expansão do comércio entre os países IBAS.

#### ENERGIA

48. Os Chefes de Estado e de Governo trataram do tema do desafio duplo e vinculado de atender às necessidades energéticas e alcançar crescimento econômico sustentado e desenvolvimento sustentável. Notaram sua satisfação com o progresso do diálogo trilateral sobre cooperação energética e expressaram profunda satisfação pela assinatura, durante a atual Cúpula, de um Memorandum de Entendimento sobre Energias Renováveis, com a decisão de criar uma Força-Tarefa Trilateral sobre Biocombustíveis a fim de trabalhar em áreas concretas de interesse comum.

49. Os Chefes de Estado da Índia e da África do Sul louvaram a iniciativa lançada pelo Brasil – o Fórum de Biocombustíveis – de articular e consolidar objetivos comuns inclusive a transformação do bioetanol em produto energético básico. Concordaram sobre a necessidade de trabalhar em conjunto a fim de promover e estimular o uso do etanol e biodiesel como combustível para veículos a fim de aumentar a segurança energética e disseminar benefícios ambientais e sociais, assim como econômicos.

#### AGRICULTURA

50. Os Chefes de Estado e Governo reiteraram a relevância da agricultura para os três países e acolheram com satisfação a reunião de Ministros da Agricultura IBAS à margem da Conferência da FAO em novembro de 2005, em Roma, assim como a reunião de Altos Funcionários em janeiro de 2006, em Nova Delhi. Concordaram em que o Memorandum de Entendimento sobre Cooperação Trilateral em Agricultura e Campos Correlatos, assinado

durante a Cúpula IBAS, será um importante instrumento para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico e cooperação Sul-Sul.

#### TRANSPORTES

51. Os Chefes de Estado e de Governo acolheram com satisfação a conclusão do Acordo IBAS de Transporte Marítimo, que marca uma nova fase na cooperação entre as autoridades pertinentes e cria a estrutura para o aperfeiçoamento da logística e o fomento de fluxos trilaterais de comércio.

52. Enfaizaram também a importância da implementação, tão pronto possível, do Memorandum de Entendimento sobre Aviação Civil, por meio do estabelecimento de serviços aéreos regulares que liguem a Índia, o Brasil e a África do Sul. Estimularam as empresas aéreas dos três países a continuar a trabalhando em direção a esse objetivo. Além disso, compartilharam a convicção de que novos debates sobre arranjos cooperativos em outras áreas relacionadas com a aviação seriam de grande benefício para seus países.

53. A esse respeito, também enfatizaram a necessidade de que as autoridades responsáveis pelo setor de transportes desenvolvam um plano de ação, com resultados e cronogramas claros, como forma de acelerar a implementação dos compromissos formalizados nos acordos assinados.

#### CIÊNCIA E TECNOLOGIA

54. Os Chefes de Estado e de Governo recordaram o papel da Ciência e Tecnologia na formação do futuro das sociedades nos três países, especialmente mediante o fornecimento de instrumentos para redução da pobreza, promoção da inclusão social e contribuição para a consecução das Metas de Desenvolvimento do Milênio. Notaram com satisfação as oportunidades para cooperação científica e tecnológica entre instituições de pesquisa e desenvolvimento nos três países, em áreas como HIV/AIDS medicamentos e desenvolvimento de vacinas, malária, tuberculose, biotecnologia,

nanociências e oceanografia. Notaram com profunda satisfação o progresso realizado com a implementação do Programa de Trabalho 2005-2007 aprovado pela Declaração do Rio sobre Ciência e Tecnologia, assinada durante a II Reunião Ministerial de Ministros de Ciência e Tecnologia, em junho de 2005. Reafirmaram seu forte apoio e compromisso com o objetivo de continuar a cooperar nessa e outras áreas de interesse comum.

55. Os Chefes de Estado e de Governo também se comprometeram a prosseguir enfatizando a cooperação trilateral no campo do HIV/AIDS e a explorar a possibilidade de conclusão de um acordo trilateral para colaboração entre os três países para pesquisa e desenvolvimento de instrumentos de diagnóstico, medicamentos e vacinas para AIDS. Isso reuniria as significativas capacidades existentes nos países IBAS.

#### SAÚDE

56. Os Chefes de Estado e de Governo acolheram com satisfação a reunião do Grupo de Trabalho de Saúde, realizada no Brasil, de 6 a 10 de fevereiro de 2006. Nessa reunião, o Grupo de Trabalho desenvolveu um Plano de Ação do IBAS em Saúde, focalizando em laboratórios de saúde pública, vigilância em saúde, medicamentos tradicionais e regras de controle sanitário. Identificou também modalidades para troca de experiências e exploração de soluções para atender às necessidades de saúde. A esse respeito, concordaram em que os Ministros da Saúde irão reunir-se em breve para adotar o plano e trabalhar conjuntamente em temas globais, de modo a alcançar o desenvolvimento sustentável sócio-econômico para acabar com a pobreza, a fome e o subdesenvolvimento.

#### SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

57. O Primeiro Ministro da Índia e os Presidentes do Brasil e da África do Sul sublinharam a importância de trabalhar conjuntamente em direção a uma Sociedade da Informação centrada nas pessoas,

inclusiva e orientada para o desenvolvimento e renovaram seu apoio aos resultados da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS), realizada em Genebra e em Tunis, em 2003 e 2005, respectivamente. Concordaram em continuar a coordenar posições para os mecanismos de acompanhamento do WSIS, assim como para os outros fóros e organizações relacionadas com a Sociedade da Informação e Tecnologias de Comunicação (ICTs).

58. Os Chefes de Estado e de Governo enfatizaram a necessidade de promover a realçar estreita cooperação trilateral e capacitação entre os três países nas áreas de inclusão digital, ICTs para o desenvolvimento assim como governo e governança eletrônicos como forma de reduzir o hiato digital em suas sociedades. Notaram com satisfação o progresso alcançado na realização desse objetivo, particularmente a assinatura de uma Moldura IBAS sobre Cooperação em matéria da Sociedade de Informação, que proporciona a base para futura ação trilateral com o objetivo de reduzir o hiato digital em suas sociedades.

#### DESENVOLVIMENTO SOCIAL

59. Os Chefes de Estado e de Governo acolheram com satisfação a criação do grupo de trabalho sobre Desenvolvimento Social. Em sua primeira reunião, realizada no Rio de Janeiro, de 12 a 14 de junho de 2006, o grupo de trabalho focalizou os principais desafios que a Índia, o Brasil e a África do Sul terão de superar nesse campo. Identificou também novas maneiras de trocar experiências e explorar soluções para enfrentar suas necessidades de desenvolvimento social. O Fundo IBAS para redução da Pobreza e Fome trabalhará em estreito relacionamento com o grupo de trabalho sobre Desenvolvimento Social a fim de identificar novas oportunidades de cooperação Sul-Sul.

#### FUNDO IBAS PARA COMBATE À POBREZA E À FOME

60. Os Chefes de Estado e de Governo enfatizaram o fato de que o Fundo IBAS constitui

uma iniciativa pioneira e original na cooperação Sul-Sul. Tomaram nota das realizações relativas ao Fundo e acolheram com satisfação a renovação dos compromissos de sua Junta Diretora para a consecução de seus objetivos. Demonstraram igualmente grande apoio ao papel da Unidade de Cooperação Sul-Sul do PNUD. Reiteraram que a finalidade do Fundo é disponibilizar os melhores práticas desenvolvidas em países IBAS para o combate à pobreza e à fome, e especialmente proporcionar uma contribuição do IBAS às modalidades de cooperação Sul-Sul.

61. A esse respeito, expressaram satisfação pelas iniciativas na Guiné Bissau e no Haiti e estimularam ações adicionais para a identificação de novos projetos, particularmente os contemplados pela o Laos e a Palestina. Sublinharam que o sucesso na implementação desses projetos iniciais, junto com o aumento na mobilização de recursos, são elementos essenciais para a consolidação do Fundo IBAS como mecanismo essencial e viável da cooperação Sul-Sul.

62. O primeiro Ministro da Índia e os Presidentes do Brasil e da África do Sul sublinharam o compromisso de seus países de destinar pelo menos US\$ 1 milhão anuais ao Fundo IBAS, compromisso assinalado no Comunicado Ministerial do Rio de Janeiro, dado a conhecer em 30 de março de 2006, por ocasião da Terceira Reunião da Comissão Trilateral do Fórum de Diálogo IBAS. A Índia, o Brasil e a África do Sul se empenharão também na busca de outras fontes de financiamento.

63. Os membros do IBAS estimulam os países em desenvolvimento, especialmente os Países Menos Desenvolvidos, a apresentar projetos ao Fundo IBAS. A Índia, o Brasil e a África do Sul continuarão a procurar beneficiários potenciais do Fundo.

64. Os Chefes de Estado e de Governo expressaram sua satisfação com a decisão do Ministro de Estado para Assuntos Externos da Índia, S.E. Anand Sharma, do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, S.E. Celso Amorim, e do Ministro dos Assuntos Estrangeiros da África do Sul,

S.E. Nkosazana Dlamini-Zuma, na 3ª Reunião da Comissão Trilateral do Fórum de Diálogo IBAS, realizada no Rio de Janeiro em 30 de março de 2006, de convocar a 4ª Reunião da Comissão Trilateral, a realizar-se na Índia, no primeiro trimestre de 2007. Além disso, consideraram a possibilidade de realizar a 2ª Cúpula do Fórum de Diálogo IBAS, na África do Sul, em data a ser fixada pelos canais diplomáticos.

**Atos assinados por ocasião da I Reunião de Cúpula Índia – Brasil – África do Sul - Brasília 13 de setembro de 2006 (13 de setembro de 2006)**

***Memorando de Entendimento entre os Membros do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da África do Sul e o Governo da República da Índia, para Estabelecer Força-Tarefa Trilateral sobre Biocombustíveis***

O Governo da República Federativa do Brasil, O Governo da República da África do Sul e O Governo da República da Índia (doravante denominados “Partes”),

Considerando a criação, em 2003, do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) como um mecanismo de alto nível para consultas políticas e coordenação, bem como para o aperfeiçoamento das relações econômicas entre as Partes;

Considerando a necessidade de fortalecimento da cooperação Sul-Sul em áreas estratégicas, incluindo energia;

Reconhecendo os interesses comuns compartilhados pelas Partes em relação ao desenvolvimento de fontes energéticas seguras, renováveis e ambientalmente sustentáveis;

Considerando que, no Plano de Ação de 2004, as Partes se comprometeram a intensificar o diálogo existente e a promover a cooperação conjunta em áreas selecionadas do setor de energia, incluindo biocombustíveis (etanol e biodiesel);

Tendo em vista os instrumentos bilaterais

sobre cooperação na área de biocombustíveis assinados pelas Partes, como o Memorando de Entendimento referente à cooperação tecnológica na área de mistura de etanol em combustíveis para transportes, assinado pela Índia e pelo Brasil em 2002;

Desejando expandir a produção e o consumo mundial de biocombustíveis com vistas a estabelecer um mercado mundial para biocombustíveis, em particular etanol e biodiesel;

Reconhecendo os benefícios para o meio ambiente e para o desenvolvimento de comunidades rurais decorrentes do uso de fontes alternativas de energia, tais como os biocombustíveis;

Considerando a importância estratégica de parceria Sul-Sul no campo de biocombustíveis, em particular em relação a etanol, biodiesel e tecnologias relacionadas;

Alcançaram o seguinte entendimento:

**ARTIGO I**

**Estabelecimento de Força-Tarefa**

1. As Partes deverão, com base nos conceitos de benefício comum, igualdade e reciprocidade, estabelecer Força-Tarefa para explorar possibilidades de cooperação na área de biocombustíveis e suas tecnologias, de acordo com suas prioridades nacionais. A Força-Tarefa funcionará sob a égide do Grupo de Trabalho de Energia do IBAS.

2. Cada Parte deverá designar um Ponto Focal e informar as outras Partes por via diplomática. A composição da Força-Tarefa poderá incluir:

a) pela República Federativa do Brasil, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

b) pela República da Índia, o Ministério de Fontes Não-Convencionais de Energia, o Ministério da Energia, o Ministério do Petróleo e Gás Natural, o Ministério da Agricultura, o Ministério do

Desenvolvimento Rural e o Ministério de Ciência e Tecnologia, e

c) pela República da África do Sul, o Departamento de Minerais e Energia, o Departamento de Negócios Exteriores, o Departamento de Ciência e Tecnologia, o Departamento de Agricultura e o Departamento de Comércio e Indústria.

3. Outras agências poderão participar, caso as Partes considerem apropriado.

## ARTIGO II

### Áreas Focais

A Força-Tarefa referida no Artigo I deverá:

a) facilitar a transferência tecnológica e a promoção da produção e do consumo de biocombustíveis com vistas a estabelecer um mercado mundial de biocombustíveis, em particular etanol e biodiesel;

b) promover marcos compatíveis para produção, uso, distribuição e venda de biocombustíveis;

c) desenvolver programas de cooperação técnica, incluindo aspectos operacionais downstream (transporte, armazenamento, mistura e distribuição) de etanol e biodiesel;

d) compartilhar informações sobre a formulação de políticas e desenvolvimento tecnológico para o setor de biocombustíveis, inclusive para a criação de um mercado;

e) promover capacitação em todos os aspectos da produção sustentável de biocombustíveis, incluindo avaliação de impacto ambiental, uso da terra, configuração de usinas, uso de resíduos, eliminação e reciclagem de resíduos, infra-estrutura de distribuição, logística etc;

f) promover a comercialização do etanol nos principais mercados mundiais de commodities;

g) estimular programas conjuntos de pesquisa sobre produção e uso de biocombustíveis, e

h) promover o intercâmbio de informações entre as Partes sobre o desenvolvimento de motores

de automóveis para promover o uso de biocombustíveis.

## ARTIGO III

### Entrada em Vigor e Vigência

1. O presente Memorando entrará em vigor quando todas as Partes tenham sido notificadas, por via diplomática, sobre o cumprimento de seus respectivos procedimentos legais internos. Este Memorando permanecerá em vigor por um período de dois (2) anos, sendo automaticamente renovado por igual período de dois (2) anos.

2. Qualquer das Partes poderá revogar este Memorando em qualquer momento mediante notificação escrita às demais Partes com o mínimo de três (3) meses de antecedência. O término da vigência do Memorando não afetará as atividades em execução.

Assinado em Brasília, em 13 de setembro de 2006, em três exemplares originais, em português e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

Pelo Governo da República  
Federativa do Brasil

Pelo Governo da República da  
África do Sul

Pelo Governo da República da Índia

### ***Memorando de Entendimento sobre Cooperação Trilateral em Agricultura e Áreas Afins entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República da África do Sul e da República da Índia no Âmbito do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS)***

#### Preâmbulo

Os Governos da República Federativa do Brasil (doravante denominado “Brasil”), da República da África do Sul (doravante denominado “África do Sul”) e da República da Índia (doravante denominado

“Índia”), doravante denominados “Partes” e, no singular, “Parte”,

Levando em consideração a “Declaração de Brasília” de 6 de junho de 2003, após a Reunião de Ministros de Relações Exteriores do Brasil, África do Sul e Índia;

Reconhecendo que esses três países de pensamento convergente, de três continentes, representam grandes e vibrantes democracias com economias fortes e ricas em recursos humanos e naturais;

Convencidos de que a cooperação trilateral em agricultura irá prover o caminho para se utilizar a sinergia potencial entre as partes e contribuirá para a revitalização da cooperação Sul-Sul;

Reconhecendo que o texto e o espírito da Declaração de Brasília requerem que seja posto em atividade um processo de discussão e ação conjunta a fim de que se identifiquem áreas e métodos para cooperação mútua em agricultura e se iniciem ações para concretizar tal cooperação, Acordaram o seguinte:

#### ARTIGO 1

##### Propósito

1. O propósito deste Memorando de Entendimento é estabelecer um quadro para se fortalecer a cooperação na área de agricultura entre as Partes.

2. Dependendo da disponibilidade de fundos, as Partes devem empenhar-se para tomar todos os passos necessários com vistas a trabalhar conjunta e individualmente, através de consultas mútuas, para garantir que os resultados da pesquisa e desenvolvimento e das experiências adquiridas pela implementação de programas em agricultura e áreas afins sejam partilhados e amplamente disseminados em suas respectivas regiões, para melhoramento da agricultura e áreas afins, incluindo desenvolvimento rural e mitigação da pobreza.

#### ARTIGO 2

##### Autoridades Competentes

Para efeito de implementação deste

Memorando de Entendimento, as autoridades competentes serão:

i) representando a Índia, o Ministério da Agricultura;

ii) representando o Brasil, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e

iii) representando a África do Sul, o Ministério da Agricultura.

#### ARTIGO 3

##### Áreas de Cooperação

Com base nas disposições gerais do Artigo 1 e no que dispõe o Artigo 4, as Partes devem estabelecer a cooperação trilateral em áreas específicas, incluindo:

i) pesquisa e capacitação técnica;

ii) comércio agrícola, incluindo temas sanitários e fitossanitários;

iii) desenvolvimento rural e mitigação da pobreza;

iv) outras áreas afins, mutuamente acordadas pelas Partes.

#### ARTIGO 4

##### Gerência

1 As Partes deverão estabelecer um Grupo de Trabalho Conjunto (doravante denominado “GTC”), que deverá ser constituído pelo número de representantes de cada uma das Partes que for mutuamente acordado.

2. O GTC poderá também convidar especialistas para comparecer às reuniões para propósitos específicos, mediante acordo prévio entre as Partes.

3. O GTC deverá reunir-se ao menos uma vez a cada ano, em sistema de rodízio entre Brasil, África do Sul e Índia, e será presidido por um representante designado por cada uma das Partes, em sistema de revezamento.

4. O Secretariado e o apoio organizacional para as Reuniões do GTC serão providos pela Parte anfitriã.

5. A coordenação e os contatos necessários

para as reuniões do GTC, incluindo a preparação de uma agenda acordada, deverão ser conduzidos pela Parte que presidiu a reunião anterior do GTC. Cada Parte designará um ponto focal para coordenação e contatos.

#### ARTIGO 5

##### Responsabilidades do GTC

O GTC deverá ser responsável por:

- i) delinear um Programa de Ação com vistas à realização de atividades previstas no Artigo 3;
- ii) revisar o progresso da implementação da cooperação no âmbito do Memorando de Entendimento;
- iii) reavaliar as áreas de cooperação identificadas no Artigo 3 e emendá-las, mediante acordo prévio;
- iv) manifestar-se nas matérias concernentes à cooperação trilateral em agricultura e áreas afins, de acordo com as indicações dos Governos nacionais e do GTC, e
- v) tomar as iniciativas que sejam consistentes com o Memorando de Entendimento.

#### ARTIGO 6

##### Obrigações Financeiras

1. As Partes deverão, periodicamente, tomar decisões sobre arranjos financeiros, com vistas a dar cumprimento às prescrições do Memorando de Entendimento.

2. Sem prejuízo do que dispõe o parágrafo 1 deste Artigo e até que as Partes cheguem a um arranjo diferente, todas as despesas relativas a viagens aéreas deverão ser custeadas pelos visitantes, enquanto os custos pertinentes à organização das reuniões, isto é, transporte local terrestre e aluguel das salas, deverão ser incorridos pela Parte anfitriã do evento.

3. As Partes deverão intercambiar documentos, livros, jornais, para impulsionar o Memorando de Entendimento, sem custos para os destinatários.

#### ARTIGO 7

##### Obrigações Internacionais

Este Memorando de Entendimento será aplicado sem prejuízo das obrigações nacionais e internacionais das Partes.

#### ARTIGO 8

##### Obrigações em Relação a Outros Acordos

Este Memorando de Entendimento deverá ser aplicado sem prejuízo dos direitos e das obrigações das Partes estabelecidos por acordos bilaterais e/ou de outra natureza para cooperação na área da agricultura.

#### ARTIGO 9

##### Solução de Controvérsias

1. Qualquer controvérsia entre as Partes decorrente da interpretação ou da implementação deste Memorando de Entendimento deverá ser resolvida por meio de discussões no GTC.

2. Caso a controvérsia não seja resolvida por meio de discussões no GTC, as Partes poderão chegar a uma decisão por meio de consultas adicionais e comunicações, a serem acordadas entre si.

#### ARTIGO 10

##### Emendas

Este Memorando de Entendimento poderá ser emendado, por consentimento mútuo das três Partes, por troca de Notas entre as Partes, por via diplomática.

#### ARTIGO 11

##### Entrada em Vigor, Duração e Término

1. Este Memorando de Entendimento entrará em vigor na data em que cada Parte houver notificado as outras Partes por escrito, por via diplomática, do cumprimento de seus respectivos procedimentos constitucionais necessários para sua implementação. A data da entrada em vigor será a data da última notificação.

2. Qualquer das Partes poderá expressar às outras Partes sua intenção de denunciar o presente

Memorando de Entendimento, por via diplomática. A denúncia por uma das Partes deverá efetivar-se três meses após a data da notificação e não deverá afetar a implementação deste Memorando de Entendimento pelas outras Partes.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram o presente Memorando de Entendimento, em três exemplares originais nos idiomas português, hindi e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de dúvida quanto à interpretação, a versão em inglês deverá prevalecer.

Feito em Brasília, no dia 13 de setembro de 2006.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Pelo Governo da República da África do Sul

Pelo Governo da República da Índia

***Estrutura de Cooperação em Sociedade da Informação entre os Governos da República Federativa do Brasil, a República da África do Sul e a República da Índia***

**Preâmbulo**

Os Governos da República Federativa do Brasil, da República da África do Sul e da República da Índia (doravante denominados, no singular, “Parte” e, conjuntamente, “as Partes”),

Reconhecendo a emergência e a consolidação da sociedade global da informação e com o propósito de fortalecer a cooperação Sul-Sul, os três países reconhecem que os esforços comuns e a colaboração os posicionarão como atores ativos no direcionamento da sociedade global da informação para os valores democráticos, desenvolvimento e inclusão social;

Destacando o papel estratégico das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) na promoção do desenvolvimento social e

econômico;

Desejando promover a cooperação em sociedade da informação e desenvolvimento, de acordo com suas respectivas legislações nacionais e com base na igualdade e no benefício mútuo;

Reconhecendo a necessidade da cooperação diversificada no campo das TIC;

Considerando as TIC como ferramentas essenciais à criação de trabalho, ao crescimento econômico e à erradicação da pobreza;

Considerando que o desenvolvimento das TIC promoverá e contribuirá para o comércio e para o intercâmbio trilateral de tecnologias, assim como para o desenvolvimento econômico e social dos três países;

Como o propósito de promover e trocar experiências e reforçar a cooperação estreita no campo das TIC;

Considerando que o fortalecimento das indústrias nacionais de TIC é essencial para promover a competitividade das três economias nacionais e para impulsionar potencialidades nacionais no comércio internacional;

Enfatizando a necessidade urgente de ação conjunta no combate ao rápido crescimento do hiato digital, não somente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, mas também no interior dos próprios países, e reconhecendo que o hiato digital amplia outras divisões sociais, como a de renda, a educacional, a científica e a cultural;

Levando em consideração o resultado da Reunião de Brasília de 12 e 13 fevereiro de 2004; a Agenda para a Cooperação e o Plano de Ação, adotados na primeira Reunião da Comissão Trilateral do Fórum de diálogo IBAS (Nova Delhi, 4 e 5 março de 2004); e o Comunicado Ministerial da Segunda Reunião da Comissão Trilateral do Fórum de Diálogo IBAS (Cidade do Cabo, 10 e 11 março de 2005), Acordam o seguinte:

**ARTIGO 1**

**Objetivos e Autoridades Competentes**

1. A finalidade desta Estrutura é promover a cooperação entre os três países nas questões

relacionadas à sociedade da informação e às TIC.

2. As autoridades competentes, responsáveis por coordenar a implementação das ações desta Estrutura, são:

a) pela República de Índia, o Ministério das Comunicações e Tecnologia da Informação;

b) pela República Federativa do Brasil, todos os Ministérios e Agências Governamentais envolvidos diretamente com a Sociedade da Informação e as TIC, sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores; e

c) pela República da África do Sul, o Ministério das Comunicações.

## ARTIGO 2

### Campos de Cooperação

A cooperação trilateral e a capacitação nos três países serão promovidas nas seguintes áreas de projeto:

#### 1) Inclusão Digital

a) Promover o desenvolvimento de políticas públicas relativas a centros comunitários auto-sustentáveis, para finalidades diversificadas, de acesso público e a projetos de televisão e rádio comunitários;

b) promover a disponibilidade de equipamentos a baixo custo;

c) desenvolver soluções inovadoras direcionadas à ampliação do acesso público a computadores e capacitação das populações de baixa renda para o uso de TIC; e

d) desenvolver estruturas, assim como ferramentas e aplicações de TIC, voltadas à promoção da produção de conteúdo local.

#### 2) Governo eletrônico e governança

a) Desenvolver estruturas de governo eletrônico, assim como ferramentas e aplicações de TIC, voltadas ao aperfeiçoamento da administração pública nos diferentes níveis de governo, gerenciamento de tributos, finanças públicas e prestação de serviços públicos;

b) cooperação e troca de experiências e conhecimentos para reforçar as capacidades nacionais

para enfrentar os desafios políticos e regulatórios crescentes que enfrentam os três países; e

c) ampliar a capacidade de formuladores de políticas e funcionários públicos dos três países nos temas relacionados à sociedade da informação.

#### 3) TIC para o desenvolvimento

a) Ampliar a capacidade dos três países no emprego e desenvolvimento de diferentes modelos de software, inclusive software livre e de código-fonte aberto;

b) utilizar as TIC para ampliar a alfabetização;

c) empregar tecnologias de interação entre pessoas e computadores para equacionar desafios do desenvolvimento, especialmente aqueles relacionados ao analfabetismo e aos portadores de deficiências;

d) conduzir pesquisas sobre conectividade a custos aceitáveis, inclusive tecnologias sem fio e de satélite, para estender o acesso às TIC, especialmente para populações de baixa renda e situadas em áreas rurais e remotas;

e) aproveitar tecnologias como grid and cluster computing, computação de alta performance e redes de comunicação em banda larga para pesquisa avançada, desenvolvimento e competitividade;

f) conduzir pesquisa sobre o uso das TIC, no intuito de superar barreiras lingüísticas entre e no interior dos três países;

g) conduzir pesquisa sobre estruturas interoperáveis para permitir a troca segura e rápida de dados, doméstica e entre os três países; e

h) conduzir pesquisa sobre o uso das TIC para desenvolver a prestação e o acesso a serviços de saúde pública, educação e assistência às pequenas, médias e microempresas.

#### 4) Cúpula Mundial da Sociedade da Informação

Os três países devem continuar a coordenar posições nos mecanismos de acompanhamento para a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, assim como para outros foros e organizações relacionadas à sociedade da informação e às TIC.

### ARTIGO 3

#### Modalidades de Cooperação

Esta Estrutura será implementada por meio das seguintes modalidades de cooperação:

- a) coordenação de iniciativas;
- b) compartilhamento de experiências e capacitação técnica por meio, entre outros, de intercâmbio de missões técnicas e informações;
- c) troca de informações relativas à avaliação de projetos e ao desenvolvimento de indicadores de TIC e ao planejamento e implementação de projetos;
- d) desenvolvimento de recursos humanos nas áreas identificadas de cooperação, e
- e) compartilhamento de informação entre técnicos, cientistas, centros de pesquisa e instituições acadêmicas.

### ARTIGO 4

#### Promoção de Parcerias

Na cooperação trilateral, serão promovidas parcerias multissetoriais com a participação do setor privado e da sociedade civil dos três países, particularmente de institutos de pesquisa, operadores, indústria, prestadores de serviço e outras agências relacionadas.

### ARTIGO 5

#### Comitê Conjunto

1. Com o propósito de aumentar a eficiência da cooperação, será estabelecido um Comitê Trilateral Conjunto de Cooperação em Sociedade da Informação (doravante denominado “Comitê”), do qual operadores, indústria, provedores de serviços e outros interessados serão convidados participar, quando apropriado.

2. O Comitê se responsabilizará por:
- a) implantar um Programa de Ação Conjunta;
  - b) implantar procedimentos de supervisão e execução das ações conjuntas planejadas;
  - c) examinar as possibilidades para a expansão e a diversificação do campo das TIC entre os três países; e

d) discutir e supervisionar todos os assuntos relacionados a esta Estrutura.

3. O Programa de Ação Conjunta, que é considerado parte integrante deste documento, definirá iniciativas específicas a serem tomadas nos campos de cooperação previstos por esta Estrutura.

4. O Comitê deverá reunir-se, de forma alternada, na Índia, no Brasil ou na África do Sul, conforme convier.

### ARTIGO 6

#### Propriedade Intelectual

1. As Partes adotarão as medidas necessárias para assegurar proteção dos direitos de propriedade intelectual, em conformidade com a legislação em vigor em cada país e com os acordos internacionais vigentes nos territórios das Partes.

2. As condições para a aquisição, manutenção e exploração comercial de direitos de propriedade intelectual sobre produtos e/ou processos que poderão ser obtidos no âmbito desta Estrutura serão definidas em programas, contratos e planos de trabalho específicos, aprovados pelas Partes.

3. Na falta de consentimento por escrito de outra Parte, as Partes não deverão divulgar informação que possa comprometer a aquisição, manutenção e exploração comercial de direitos de propriedade intelectual obtidos no âmbito desta Estrutura.

4. Os programas, contratos e planos de trabalho específicos estabelecerão as regras e os procedimentos a respeito de solução de controvérsias em matéria de propriedade intelectual relativas à presente Estrutura.

### ARTIGO 7

#### Solução de Controvérsias

Qualquer controvérsia entre as Partes decorrente da interpretação desta Estrutura será resolvida de forma amigável por meio de consultas e negociações entre as Partes.

## ARTIGO 8

### Emendas

Esta Estrutura poderá ser emendada por consentimento das Partes mediante troca de notas por via diplomática.

## ARTIGO 9

### Entrada em Vigor e Denúncia

1. Esta Estrutura entrará em vigor na data em que a terceira Parte tiver notificado às demais Partes, por escrito, por via diplomática, o preenchimento dos requisitos constitucionais necessários à sua implementação.

2. Esta Estrutura deverá permanecer em vigor exceto se denunciada por consentimento das Partes por meio de troca de notas entre as Partes por via diplomática. A data efetiva da cessação das obrigações se dará seis (6) meses após a data da última nota.

Em testemunho do que, os abaixo assinados, estando devidamente autorizados pelos respectivos Governos, firmam esta Estrutura de Cooperação em dois originais nos idiomas português e inglês, todos os textos sendo igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, o texto em inglês deverá prevalecer.

Feito em Brasília, em 13 de setembro de 2006.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Pelo Governo da República da África do Sul

Pelo Governo da República da Índia

### ***Plano de Ação sobre Facilitação de Comércio em Normas, Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade***

1. O Brasil, a África do Sul e a Índia, doravante denominados “Partes”, reconhecem a importância da cooperação na área de normas, regulamentos técnicos e avaliação da conformidade para identificar, prevenir e eliminar barreiras técnicas

ao comércio, com o objetivo de aumentar os fluxos de comércio entre si.

2. As Partes concordam em promover a cooperação técnica na área de normas, regulamentos técnicos e avaliação da conformidade.

3. Para alcançar os objetivos mencionados acima, o Subgrupo de Normas, Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade do IBAS, criado pela 3a Comissão Mista Trilateral do IBAS, no Rio de Janeiro, em 30 de março de 2006, conforme indicado no Relatório dos Grupos de Trabalho da referida Comissão Trilateral, manterá contato regular para consultas sobre temas de interesse comum. Desenvolverá procedimentos comuns e programas de trabalho para implementar as ações mencionadas no parágrafo.

4. O Subgrupo tomará as medidas cabíveis para realizar as seguintes atividades:

a) Estabelecer um mecanismo para o intercâmbio de informações e experiências entre as Partes em assuntos regulatórios, inclusive barreiras técnicas ao comércio, reais e potenciais, que possam resultar da aplicação de regulamentos técnicos, normas e procedimentos de avaliação da conformidade. O objetivo desse intercâmbio é identificar, prevenir e encontrar formas de reduzir ou eliminar as barreiras técnicas ao comércio, sempre que possível.

b) Organizar seminários e oficinas de trabalho setoriais sobre regulamentos técnicos e avaliação da conformidade. Na escolha desses setores, serão levadas em consideração áreas-chave do comércio. O Subgrupo disponibilizará no sítio eletrônico do IBAS informações sobre os regulamentos técnicos e procedimentos de avaliação da conformidade das Partes.

c) Tomar medidas no sentido de estabelecer cooperação entre organismos indianos, brasileiros e sul-africanos nas áreas de regulamentação, acreditação, normalização e metrologia, bem como acordar um programa de cooperação para fortalecer o diálogo entre esses órgãos. Ademais, esses órgãos explorarão a possibilidade de formar posições

comuns e assistir-se mutuamente em atividades internacionais de estabelecimento de normas, dada a importância de longo prazo dessas atividades.

d) Explorar medidas de confiança para soluções mutuamente aceitáveis em temas de regulamentos técnicos, normas e avaliação da conformidade e, com base em níveis significativos de comércio, avançar no desenvolvimento de Acordos de Reconhecimento Mútuo em procedimentos de avaliação da conformidade entre Brasil, Índia e África do Sul para benefício mútuo, e respeitando os objetivos legítimos de cada país, conforme estabelecido no Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio da Organização Mundial do Comércio.

e) Identificar possibilidades de harmonizar normas para facilitar o comércio, quando viável.

5. O Subgrupo iniciará imediatamente as atividades nas áreas acima mencionadas. O progresso dessas atividades será revisto em conjunto pelas Partes após doze meses.

Feito em Brasília, em 13 de setembro de 2006, em três originais, nas línguas portuguesa e inglesa, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de dúvida ou divergência de interpretação, entretanto, o texto em inglês prevalecerá.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Pelo Governo da República da África do Sul

Pelo Governo da República da Índia

***Acordo Trilateral entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da África do Sul e o Governo da República da Índia sobre Navegação Mercante e Outros Assuntos Relacionados ao Transporte Marítimo***  
Preâmbulo

O Governo da República Federativa do Brasil,

O Governo da República da África do Sul

e

O Governo da República da Índia

(doravante denominados “Partes” e no singular “Parte”),

Conscientes das relações amistosas existentes entre as Partes;

Desejosos de estabelecer cooperação efetiva entre os três países, com base em seus declarados interesses por suas soberanias nacionais e respeito aos princípios de direito internacional e igualdade soberana dos Estados;

Convencidos de que o fortalecimento e desenvolvimento das relações na navegação mercante e assuntos de transporte marítimo contribuirão para o crescimento das relações econômicas e comerciais trilaterais entre os três países,

Por este instrumento concordam o seguinte:

## ARTIGO I

### Definições

Neste Acordo, exceto quando o contexto indique de outra forma,

a) “autoridade competente” significa:

i) com relação ao Governo da República da Índia, o Ministro da Navegação, Transporte Rodoviário e Rodovia ou funcionários investidos de seus poderes total ou parcialmente;

ii) com relação à República Federativa do Brasil, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério dos Transportes;

iii) com relação ao Governo da República da África do Sul, o Ministro dos Transportes, Entidades Públicas ou funcionários investidos de seus poderes total ou parcialmente;

b) “legislação doméstica” significa a legislação nacional do país de uma Parte, inclusive estatutos, regulamentações, leis complementares e direito consuetudinário etc.;

c) “membro da tripulação do navio” significa o Comandante e qualquer pessoa empregada a bordo do navio durante uma viagem no desempenho de funções relativas à administração, operação e manutenção do navio e qualquer outra pessoa cujo nome conste da lista de tripulantes desse navio;

d) “Empresa Nacional de Navegação” significa qualquer empresa de navegação registrada junto à autoridade marítima competente de cada Parte;

e) “navio” e “navio de uma Parte” significa qualquer navio mercante registrado como tal no registro marítimo daquela Parte e que arvore sua bandeira de acordo com sua legislação doméstica, porém não inclui:

i) embarcações usadas exclusivamente pelas Forças Armadas; e qualquer embarcação não utilizada em atividades comerciais;

ii) embarcações usadas para pesquisa e supervisão hidrográfica, oceanográfica e científica;

iii) embarcações destinadas à cabotagem entre os portos de cada Parte;

iv) embarcações utilizadas para navegação hidroviária interior;

v) embarcações destinadas a fornecer serviços portuários e auxiliares, inclusive pilotagem, reboque, assistência e salvamento no mar;

vi) barcos de pesca;

vii) embarcações de turismo.

## ARTIGO II

### Âmbito

1. Este Acordo se aplica ao transporte internacional marítimo de mercadorias entre os portos das Partes, sujeito à legislação interna das Partes, e não se aplica a:

a) cabotagem e transporte hidroviário interior;

b) as atividades e o transporte de carga que, segundo a legislação de cada País, estejam reservadas a suas próprias empresas nacionais de navegação ou cidadãos, incluindo especialmente o transporte de cabotagem, salvamento, reboque e outros serviços portuários;

c) legislação e regulamentos de pilotagem, obrigatórios para navios estrangeiros; e

d) legislação e regulamentos relativos à cobrança da Tarifa de Utilização de Faróis.

2. O disposto neste Acordo não impedirá que embarcações de terceiras bandeiras participem do

transporte internacional de mercadorias entre os portos das Partes.

3. O transporte marítimo de bens entre as Partes será realizado com base nos princípios de acesso livre, igualitário e não discriminatório às cargas, sujeito às leis domésticas e práticas domésticas prevalentes.

4. No transporte marítimo mencionado no parágrafo anterior, o frete e suas condições serão livremente negociados entre fornecedores e usuários de serviços de transporte marítimo.

## ARTIGO III

### Desenvolvimento e Cooperação

1. As Partes cooperarão entre si a fim de desenvolver um relacionamento mutuamente vantajoso no campo da Navegação Mercante e outros assuntos marítimos correlatos, com base na igualdade soberana e reciprocidade.

2. As Partes:

a) estimularão e facilitarão o desenvolvimento das relações marítimas entre suas organizações e empresas de transporte marítimo e também cooperarão estreitamente na tarefa de intensificar e estimular o crescimento sustentado do tráfego marítimo entre seus países;

b) estimularão e facilitarão o intercâmbio e treinamento de funcionários e alunos de diferentes estabelecimentos marítimos, como as Instituições de Educação Marítima;

c) estimularão e facilitarão o intercâmbio de informações necessárias para acelerar e facilitar o fluxo de mercadorias comerciais no mar e nos portos e estimularão o fortalecimento da cooperação entre frotas mercantes, sujeito aos dispositivos das respectivas legislações domésticas relativas ao sigilo fiscal;

d) procurarão eliminar obstáculos e outras situações que possam impedir o desenvolvimento da cooperação marítima mútua;

e) estimularão e/ou facilitarão seus setores privados a colaborar entre si no campo do transporte marítimo e outros assuntos marítimos correlatos.

## ARTIGO IV

### Tratamento a ser Dado aos Navios nos Portos

1. Cada Parte, sujeita a sua legislação doméstica vigente, concederá aos navios das outras Partes, em seus portos, o mesmo tratamento dado a seus próprios navios no tocante ao acesso aos portos, à liberdade de entrada, permanência e partida do porto, à utilização de instalações portuárias e todas as demais facilidades por ela asseguradas em relação à navegação e operações comerciais dos navios.

2. Cada Parte concederá aos navios de outra Parte tratamento não discriminatório em relação às tarifas e aos encargos portuários.

3. No âmbito da legislação doméstica em vigor em seus países, cada Parte fará todos os esforços para reduzir tanto quanto possível o tempo de permanência de navios em seus portos e simplificará o cumprimento das formalidades administrativas, aduaneiras e sanitárias vigentes nesses portos.

4. As Partes concordam que as disposições de todas as Convenções e Códigos marítimos internacionais ratificados e acordados pelas Partes, assim como a legislação internacional apropriada, são obrigatórios entre elas.

5. As disposições deste Acordo não afetarão os direitos e obrigações decorrentes de quaisquer acordos e convenções internacionais sobre navegação mercante e outros assuntos de transporte marítimo acordados pelas respectivas Partes.

6. A taxa ou isenção de impostos de renda e de lucros resultantes de negócios no campo do transporte marítimo dentro do território de outra Parte obedecerá aos respectivos Acordos bilaterais para evitar a bitributação.

## ARTIGO V

### Proteção Ambiental

1. Os navios das Partes estarão sujeitos à legislação doméstica vigente nas Partes com relação à proteção ambiental.

2. Os navios de cada Parte adotarão medidas preventivas para evitar causar poluição ou danos

ambientais às águas territoriais de outra Parte.

3. Na eventualidade de qualquer ocorrência de poluição ou dano ambiental decorrente de violação do disposto no parágrafo 2, o navio infrator será responsável por aquela poluição ou dano ambiental, nos termos da legislação doméstica pertinente e das convenções internacionais acordadas pela Parte.

## ARTIGO VI

### Reconhecimento de Documentos

1. Cada Parte reconhecerá a nacionalidade dos navios conforme indicado nos documentos de bordo dos navios e emitidos pela Autoridade Marítima competente da outra Parte, de acordo com a legislação doméstica vigente em seu país.

2. Os demais documentos de bordo emitidos ou reconhecidos por uma Parte serão reconhecidos pelas demais Partes em relação aos navios daquela Parte.

3. Os certificados de tonagem emitidos pela Autoridade Marítima competente de uma Parte serão reconhecidos nos portos das demais Partes, desde que, na eventualidade de uma controvérsia, as autoridades competentes do país no qual o porto esteja situado possam solicitar a um supervisor que emita uma decisão segundo a legislação doméstica ou, se necessário, segundo o Artigo 12 da Convenção Internacional da IMO sobre Aferição de Tonagem de Navios, de 1969.

4. Cada Parte reconhecerá os documentos de identidade emitidos pelas autoridades responsáveis de outra Parte para os membros de sua tripulação. Cada Parte fornecerá às demais Partes a lista desses documentos de identidade.

## ARTIGO VII

### Legislação Doméstica

Todos os navios de uma Parte, assim como todas as mercadorias, passageiros e membros da tripulação desses navios estarão sujeitos, quando em águas territoriais e internas de outra Parte, à legislação doméstica pertinente em vigor no território dessa outra Parte e em particular às medidas de segurança do

tráfego, segurança marítima, controle de fronteiras e imigração, alfândega, moeda estrangeira, medidas sanitárias, veterinárias e fitossanitárias.

### ARTIGO VIII

#### Direitos de Trânsito e Permanência de Membros da Tripulação

1. Os membros da tripulação portadores dos documentos de identidade mencionados no Artigo VI e que tenham instruções de serviço para incorporar-se a um navio num porto de uma Parte gozarão do direito de trânsito sempre que se incorporarem a esse navio.

2. Todas as pessoas a bordo, com exceção daquelas mencionadas no parágrafo 1, terão de obter o visto apropriado da outra Parte. As Partes procurarão facilitar o rápido processamento das solicitações de visto.

3. Quando um membro da tripulação a bordo do navio de uma Parte, portador dos documentos de identidade mencionados no Artigo VI acima, desembarcar num porto de outra Parte por motivos de saúde, objetivo de serviço ou outros motivos considerados válidos pelas autoridades responsáveis, estas últimas darão a necessária autorização para que a pessoa em apreço permaneça em seu território em caso de hospitalização, para retornar a seu país de origem ou para seguir a outro porto de embarque por quaisquer meios de transporte de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis no território das demais Partes.

4. A legislação doméstica em vigor nos países das Partes relativa a entrada, permanência, movimentação e remoção de estrangeiros permanecerá aplicável.

5. As Partes se reservam o direito de proibir o acesso a seus respectivos países de qualquer pessoa que possua documentos de identidade que elas considerem indesejáveis.

6. Um membro da tripulação de um navio de uma Parte em porto de outra Parte, que esteja de posse de documento de identidade válido

mencionado no Artigo VI, poderá desembarcar de seu navio e terá acesso, de acordo com a legislação doméstica pertinente em vigor nos respectivos países, à cidade onde o porto está situado, desde que a lista da tripulação seja entregue à autoridade responsável pertinente, em observância aos regulamentos aplicáveis naquele porto. Tais pessoas obedecerão aos controles regulamentares tanto para descer à terra quanto para regressar a bordo dos navios.

7. Todas as mudanças na tripulação de um navio serão registradas nos documentos do navio com devida referência à data e motivo de tais mudanças e serão comunicadas às autoridades portuárias do país em cujo território está o navio.

8. Se um crime for alegadamente cometido contra ou por um membro da tripulação ou por um indivíduo de nacionalidade de uma Parte, a bordo de um navio de outra Parte ou em qualquer navio, independentemente de sua bandeira, em águas territoriais de outra Parte, a Parte que tiver jurisdição investigará e agirá prontamente segundo sua legislação nacional e convenções internacionais acordadas por essa Parte, assegurando a agilidade da justiça. A Parte investigadora cooperará integralmente e fornecerá o relatório da investigação e outros documentos pertinentes à Parte interessada.

### ARTIGO IX

#### Obrigações Especiais sobre Escala de Navios

Os navios das Partes têm obrigação de abster-se de qualquer ato que possa afetar a paz, a ordem e a segurança das Partes, assim como de qualquer atividade que não esteja diretamente relacionada com sua missão.

### ARTIGO X

#### Navios em Dificuldades

1. Se um navio de uma Parte estiver em dificuldade na região de busca e salvamento de outra Parte, esta última prestará a mesma assistência e proteção a esse navio que prestaria a seus próprios navios.

2. Todas as mercadorias descarregadas ou salvas por uma Parte de um navio de outra Parte em dificuldade não estarão sujeitas a taxa alfandegária desde que tais mercadorias não sejam destinadas ao consumo ou uso no país da primeira Parte.

#### ARTIGO XI

##### Comissão Marítima

1. As Partes estabelecem por este instrumento uma Comissão Marítima (doravante denominada “Comissão”) com o objetivo de promover cooperação sustentável entre as Partes no campo da navegação mercante e assuntos relacionados ao transporte marítimo e de aprimorar a implementação deste Acordo mediante recomendações feitas às Partes.

2. A Comissão será composta por três representantes (cada Parte nomeará um) e será estabelecida o mais rápido possível, após a assinatura deste Acordo.

3. A Comissão se reunirá nas datas e locais acordados pelas Partes.

4. A Comissão decidirá seus próprios procedimentos e quórum.

#### ARTIGO XII

##### Consultas e Solução de Controvérsias

1. A Comissão deverá ser consultada sobre qualquer controvérsia decorrente da interpretação ou implementação deste Acordo.

2. Caso a controvérsia não seja dirimida após as consultas à Comissão, deverá ser submetida às autoridades competentes para negociações diretas.

3. Caso a controvérsia não possa ser dirimida por meio de negociações diretas entre as autoridades competentes das Partes, estas recorrerão aos canais diplomáticos.

#### ARTIGO XIII

##### Pagamento de Encargos e Taxas

1. O pagamento de encargos portuários e de encargos ou taxas de atracação por um navio de uma Parte em porto de outra Parte será feito em moeda livremente conversível segundo a legislação doméstica

pertinente relativa ao controle de câmbio.

2. Sujeito à legislação doméstica em vigor nos respectivos territórios das Partes, as receitas e rendas recebidas no território de uma Parte por empresas marítimas registradas no território de outra Parte poderão ser usadas para pagamento de quaisquer custos e taxas no território da primeira Parte ou poderão ser transferidas de acordo com as disposições aplicáveis em matéria de transações monetárias e controle de câmbio da segunda Parte.

#### ARTIGO XIV

##### Emendas

Este Acordo poderá ser emendado mediante acordo por escrito entre as Partes.

#### ARTIGO XV

##### Entrada em Vigor

Este Acordo entrará em vigor na data em que cada Parte notificar as outras Partes, por escrito, por via diplomática, do cumprimento das exigências constitucionais necessárias para a sua implementação. A data de entrada em vigor será a data da última notificação.

#### ARTIGO XVI

##### Duração e Denúncia

Este Acordo permanecerá em vigor por um período inicial de cinco (5) anos, após o qual será renovado automaticamente por períodos sucessivos de um (1) ano, a menos que seja denunciado por qualquer das Partes que notifique, por escrito, com seis (6) meses de antecipação, por via diplomática, de sua intenção de denunciar este Acordo.

Em testemunho do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram este Acordo, em três originais nos idiomas português, hindi e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

Feito em Brasília, no dia 13 de setembro de 2006.

Pelo Governo da República  
Federativa do Brasil

Pelo Governo da República  
da África do Sul

Pelo Governo da República da Índia

**Lançamento da Central Internacional para a  
Compra de Medicamentos contra AIDS, malária  
e tuberculose (UNITAID) (19 de setembro de  
2006)**

Sob o patrocínio do Brasil, Chile, França, Noruega e Reino Unido, será realizada hoje, 19 de setembro, na sede das Nações Unidas em Nova York, cerimônia para lançamento da Central Internacional para a Compra de Medicamentos contra AIDS, malária e tuberculose (UNITAID). O evento contará com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Presidente da França, Jacques Chirac, do Primeiro-Ministro da Noruega, Jens Stoltenberg, do Ministro das Relações Exteriores do Chile, Alejandro Foxley, e do Vice-Ministro para o Desenvolvimento do Reino Unido, Gareth Thomas. Deverão também participar da cerimônia o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, o Presidente da União Africana, Sassou-Nguesso, e o ex-Presidente dos Estados Unidos da América, Bill Clinton.

A UNITAID constitui resultado concreto da iniciativa lançada em 2004 pelo Presidente Lula para o estabelecimento de Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza. O objetivo da Central é facilitar o acesso a medicamentos contra as três doenças que mais afetam os países em desenvolvimento: a AIDS, a malária e a tuberculose.

A UNITAID atuará por meio de compras em larga escala e negociará preços reduzidos junto a fabricantes de medicamentos. Funcionará ao abrigo da Organização Mundial da Saúde (OMS) e contará com o apoio de instituições como o UNICEF, a UNAIDS, a Fundação Clinton e o Fundo Global contra AIDS, malária e tuberculose. Além da compra,

distribuição e controle da qualidade dos medicamentos, a Central investirá também em programas de pré-qualificação da OMS, como forma de aumentar a competição no mercado e favorecer a entrada de novos produtores.

Os principais beneficiários dos medicamentos da UNITAID serão os países de menor desenvolvimento relativo. Países de renda média com elevada incidência das três doenças também poderão beneficiar-se.

Em um primeiro momento, a UNITAID concentrará sua atuação em áreas prioritárias como o fornecimento de medicamentos de segunda linha e de uso pediátrico contra AIDS, novas drogas para o combate à malária e medicamentos pediátricos contra a tuberculose. A partir de 2007, incluirá programas para a interrupção da transmissão vertical (mãe-filho) da AIDS e a compra de medicamentos contra formas resistentes de tuberculose.

A Central será custeada por fontes inovadoras de financiamento – entre as quais contribuição sobre passagens aéreas, com a qual 18 países já se comprometeram – e aportes de recursos orçamentários. A participação do Brasil terá como parâmetro a estimativa anual de embarque de passageiros em vôos internacionais a partir de aeroportos brasileiros.

**Visita do Ministro Celso Amorim ao Haiti (20  
de setembro de 2006)**

O Ministro Celso Amorim visitará o Haiti dia 21 de setembro corrente, em seu retorno da reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York. Na ocasião, manterá encontros com o Presidente René Préval, com o Embaixador Edmond Mulet, representante do Secretário-Geral das Nações Unidas no Haiti e com o General José Elito Siqueira, Comandante Militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

A visita do Chanceler brasileiro ao Haiti se dá no contexto da participação do Brasil no processo de estabilização da democracia haitiana. Além de

comandar a vertente militar da MINUSTAH, o Brasil presta intensa cooperação técnica a instituições haitianas e envida esforços nos vários foros internacionais, com vistas, a garantir o fluxo regular de recursos para a reconstrução do Haiti. Esta é a quarta visita do Ministro Celso Amorim a Porto Príncipe.

#### **Situação na Tailândia (20 de setembro de 2006)**

O Governo brasileiro acompanha com preocupação a evolução do quadro político da Tailândia, após os acontecimentos ocorridos ontem, dia 19, dos quais resultaram a revogação da Constituição, a dissolução do Gabinete e da Corte Constitucional bem como censura à imprensa escrita e falada.

O Governo brasileiro espera que a ordem democrática seja prontamente restabelecida, de modo a permitir a manutenção da estabilidade institucional naquele país.

#### **Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Primeiro-Ministro do Japão (20 de setembro de 2006)**

O Presidente da República transmitiu hoje, 26 de setembro, a seguinte mensagem ao Primeiro-Ministro do Japão, Shinzo Abe:

“Senhor Primeiro-Ministro,

É com grande satisfação que recebo a notícia de sua eleição para o cargo de Chefe do Governo do Japão. Queira aceitar minhas mais calorosas congratulações e meus sinceros votos de saúde, felicidade e êxito profissional.

Estou certo de que, em seu mandato, o diálogo e a cooperação entre nossos países continuarão a intensificar-se em todas as frentes. O Governo e o povo brasileiros nutrem grande entusiasmo e confiança na capacidade de avançarmos conjuntamente nos diversos temas que compõem nossa agenda bilateral e em novos empreendimentos, notadamente nos campos da ciência e tecnologia, dos combustíveis renováveis e da promoção do desenvolvimento sustentável.

Unidos em torno de valores como a democracia, os direitos humanos e a solução pacífica dos conflitos, o Brasil e o Japão podem prestar importante colaboração à construção de uma ordem internacional mais estável, justa e solidária. Espero que esta comunhão de sentimentos continue a orientar nossos esforços, ao lado de Índia e Alemanha, em prol da necessária reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em 2008, nossas nações celebrarão o primeiro centenário da imigração japonesa no Brasil. A comunidade nipônica no Brasil, da ordem de 1,7 milhão de pessoas, acha-se perfeitamente integrada à sociedade nacional, à qual tem prestado valioso exemplo de disciplina e de capacidade empreendedora. Por sua vez, orgulhamo-nos de ter no Japão a maior comunidade de nikkeis em todo o mundo - 300 mil pessoas - que, com espírito pacífico e laborioso, contribuem para o bem-estar e a prosperidade da sociedade japonesa.

O Brasil terá imensa satisfação com uma próxima visita de Vossa Excelência, em data a ser acordada por via diplomática, para juntos aprofundarmos as já excelentes relações que unem nossos dois países.

Mais alta consideração,

**Luiz Inácio Lula da Silva**

Presidente da República Federativa do Brasil”.

#### **Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Ex-Primeiro-Ministro do Japão (26 de setembro de 2006)**

O Presidente da República transmitiu hoje, 26 de setembro, a seguinte mensagem ao ex-Primeiro-Ministro do Japão, Junichiro Koizumi:

“Senhor Primeiro-Ministro, caro amigo,

No momento em que Vossa Excelência deixa o Governo do Japão, não poderia deixar de expressar, em meu nome e no do povo brasileiro, todo nosso agradecimento por sua amizade e seu empenho pessoal em favor do fortalecimento das

relações nipo-brasileiras. Recordo com grande satisfação nossos agradáveis e produtivos encontros durante sua visita ao Brasil, em setembro de 2004, e de minha viagem ao Japão, em maio de 2005.

Após cinco anos de inestimável contribuição ao bem-estar do povo japonês, espero que lhe seja agora possível desfrutar de merecido repouso, antes da retomada de suas atividades parlamentares. O Brasil, onde Vossa Excelência poderá continuar a contar com seus inumeráveis amigos, espera ter a honra de recebê-lo novamente no futuro.

Mais alta consideração,

**Luiz Inácio Lula da Silva**

*Presidente da República Federativa do Brasil*”.

### **Incidente com garimpeiros na Venezuela (26 de setembro de 2006)**

Na manhã de hoje, 26 de setembro, o Consulado do Brasil em Ciudad Guayana, Venezuela, informou a ocorrência de incidente, na região de San José de Tamburán, em razão do qual teriam sido vitimados um total de sete garimpeiros, dois dos quais seriam brasileiros.

O Ministério das Relações Exteriores instruiu a Embaixada do Brasil em Caracas a obter, do Governo venezuelano, informações detalhadas sobre o incidente. Por sua vez, o Consulado em Ciudad Guayana está em contato permanente com as autoridades locais, no aguardo da confirmação da nacionalidade das vítimas, a fim de prestar a assistência consular necessária.

### **Morte de Garimpeiros na Venezuela (27 de setembro de 2006)**

O Consulado do Brasil em Ciudad Guayana, Venezuela, confirmou, na noite de hoje, 27 de setembro, o falecimento do cidadão brasileiro Nivaldo Sanches, radicado naquele país, juntamente com outros garimpeiros em San José de Tamburán, Venezuela. O Consulado brasileiro entrou em contato com a família para oferecer o apoio de assistência consular.

O Consulado em Ciudad Guayana e a Embaixada em Caracas continuam averiguando se outros cidadãos brasileiros teriam perdido a vida na ocasião.

O Governo brasileiro tomou conhecimento da notícia consternado e está acompanhando com atenção a apuração dos fatos por parte das autoridades venezuelanas, tendo em vista a responsabilização de culpados.

### **Contencioso Brasil-EUA sobre subsídios ao algodão - Solicitação de painel de implementação (28 de setembro de 2006)**

Em resposta a pedido formulado pelo Brasil, o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC, em reunião realizada hoje, decidiu pelo estabelecimento de um painel de implementação, ao amparo do Artigo 21.5 do Entendimento sobre Solução de Controvérsias, para avaliar se os Estados Unidos cumpriram as decisões da OMC no contencioso sobre subsídios ao algodão. O pedido brasileiro já havia sido considerado na reunião anterior do OSC, realizada em 1o de setembro, ocasião em que os Estados Unidos exerceram seu direito de recusar o estabelecimento do painel. De acordo com as regras do Entendimento sobre Solução de Controvérsias, a possibilidade de recusa não existe quando o pedido aparece na agenda do OSC pela segunda vez.

O Brasil decidiu solicitar a constituição de painel específico para examinar a implementação das decisões do OSC por entender que as medidas até o momento adotadas pelos Estados Unidos – limitadas à revogação do programa “Step 2” e a ajustes de natureza administrativa em certos programas de garantias de crédito à exportação – são insuficientes para dar cumprimento integral às determinações emanadas da OMC. Enquanto os principais programas de apoio interno condenados pelo painel original – “Marketing Loan” e Counter-Cyclical Payments” - não sofreram qualquer alteração, os programas de garantias de crédito à exportação mantidos pelo Governo norte-americano

continuam, na avaliação brasileira, a ser inconsistentes com a normativa da OMC.

De acordo com os relatórios do painel e do Órgão de Apelação, adotados pelo OSC em 21 de março de 2005, os Estados Unidos tinham até 1º de julho e até 21 de setembro de 2005 para cumprir as decisões relativas, respectivamente, aos subsídios proibidos e aos subsídios acionáveis julgados incompatíveis com as regras multilaterais.

### **Morte de garimpeiros brasileiros na Venezuela (28 de setembro de 2006)**

Foram reconhecidos, na tarde de hoje, dia 28, por amigos, os corpos de dois outros garimpeiros brasileiros vitimados em San José de Tamburán, na Venezuela. São eles Elieser Alves Bastos e Raimundo, cuja identidade completa está sendo objeto de busca pelo Consulado do Brasil em Ciudad Guayana.

O Governo brasileiro está empenhado em obter todas as informações sobre as circunstâncias que levaram à morte de três cidadãos brasileiros e aguarda o desdobramento das investigações que vêm sendo conduzidas pelo Governo venezuelano, com o fim de apurar responsabilidades, bem como individualizar e punir os culpados.

### **II Fórum Brasil-Coréia (3 de outubro de 2006)**

Realizou-se, em Seul, nos dias 27 e 28 de setembro, o II Fórum Brasil-Coréia.

O Fórum foi criado por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Coréia, em maio de 2005, com o objetivo de examinar as relações bilaterais, explorar novas oportunidades e propor medidas para aprofundar a cooperação entre os dois países.

Foram discutidos, entre outros, temas afetos ao comércio e investimentos bilaterais; cooperação em ciência e tecnologia; e intercâmbio acadêmico e cultural. Dedicou-se especial atenção às políticas sociais em curso no Brasil e na Coréia.

Foram discutidos programas de cooperação em ciência e tecnologia, entre os quais os decorrentes

do Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério do Comércio, Indústria e Energia da Coréia; bem como do Memorando de Entendimento entre a Fundação Coreana de Ciência e Engenharia (KOSEF) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Nas áreas cultural e acadêmica, três tópicos mereceram destaque: (1) intercâmbio em artes visuais entre as Bienais de São Paulo e de Gwangju; (2) designação de professores brasileiros visitantes; e (3) cooperação entre o Korea Film Council (KOFIC) e a Agência Nacional do Cinema (ANCINE). Em maio de 2007, deverá realizar-se em Brasília o Primeiro Encontro sobre Estudos Coreanos, a ser organizado pela Universidade de Brasília.

Os dois países resolveram criar grupo de trabalho com vistas à preparação das comemorações do 50º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Coréia, a celebrar-se em 2009.

A próxima reunião do Fórum Brasil-Coréia terá lugar no Brasil, no segundo semestre de 2007.

### **Anúncio de teste nuclear da República Democrática e Popular da Coréia (4 de outubro de 2006)**

O Governo brasileiro recebeu com grande preocupação o anúncio por parte da República Democrática e Popular da Coréia de que se prepara para a realização de teste nuclear. Ao reiterar sua posição em favor do desarmamento e da não-proliferação de armas de destruição em massa, em particular as armas nucleares, o Governo brasileiro condena o anúncio de Pyongyang, que agrega tensão ao quadro regional e internacional.

O Governo brasileiro conclama a RDPC a aderir à norma internacional sobre testes nucleares e observar a atual moratória. Exorta, também, a Coréia do Norte a reintegrar-se plenamente ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e a retornar com espírito construtivo às negociações

hexapartites, visando a entendimentos que levem em conta, de forma equilibrada, as preocupações de segurança internacionais e dos países da região.

O Brasil continuará a acompanhar com atenção os desdobramentos da situação, em linha com a posição brasileira em prol do desarmamento e não-proliferação nucleares e de apoio aos esforços diplomáticos orientados a uma solução pacífica e duradoura da questão da Península Coreana.

#### **Retirada israelense do sul do Líbano (4 de outubro de 2006)**

O Governo brasileiro acolheu com satisfação a conclusão do processo de retirada das Forças de Defesa de Israel do sul do Líbano, em 1º de outubro corrente, em conformidade com a Resolução 1701 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, adotada em 12 de agosto passado.

O Governo brasileiro expressa a esperança de que a retirada das tropas israelenses do sul do Líbano e o deslocamento de forças da UNIFIL e de tropas do exército libanês para aquela área contribuam para os esforços de reconstrução do Líbano e constituam estímulo para o processo de paz no Oriente Médio.

#### **Visita ao Brasil do Presidente-Eleito do México, Felipe Calderón (5 de outubro de 2006)**

O Presidente eleito do México, Felipe Calderón, realizará visita ao Brasil no dia 6 de outubro corrente.

Em Brasília, o visitante será recebido em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e manterá encontros com o Ministro Celso Amorim, o Ministro Luiz Fernando Furlan e o Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli de Azevedo. O Presidente eleito será, ainda, homenageado pelo Ministro Celso Amorim com almoço no Itamaraty (cobertura de imprensa na chegada, às 13h00).

A visita de cortesia do Presidente eleito do México tem por objetivo estabelecer seus primeiros contatos pessoais com o Presidente Lula e outras autoridades brasileiras. O aprofundamento do diálogo

e da cooperação no plano bilateral será um dos principais pontos a serem tratados durante a visita.

#### **Acidente aéreo (6 de outubro de 2006)**

O Ministro Celso Amorim, em seu nome e no de todos os funcionários do Ministério das Relações Exteriores, expressou sentimento de profundo pesar pelo trágico acidente aéreo ocorrido com o voo 1907, em cartas dirigidas aos familiares e amigos das vítimas e à empresa Gol Linhas Aéreas Inteligentes.

O Ministro Celso Amorim agradece, em nome do Governo brasileiro, as inúmeras mensagens de solidariedade que tem recebido de outros países. O teor dessas mensagens está sendo transmitido aos familiares e amigos das vítimas e à empresa aérea.

#### **Divulgação de listas da UE sobre proteção de propriedade intelectual (6 de outubro de 2006)**

O Governo brasileiro recebeu, com desagrado, a divulgação pela Comissão Européia, em 5 de outubro corrente, de listas sobre a situação da proteção dos direitos de propriedade intelectual em países terceiros, nas quais o Brasil foi identificado como um dos países com alegados problemas na matéria. A divulgação das listas insere-se no contexto da “Estratégia da UE para o Combate à Pirataria e Contrafação”, lançada em 2004.

Desde 2004, o Brasil tem manifestado às instâncias comunitárias e a diferentes países membros da UE que a identificação do Brasil é inadequada e inoportuna, por ter a Comissão Européia deliberadamente desconhecido os padrões de proteção à propriedade intelectual consagrados na legislação brasileira, bem como todos os esforços que vêm sendo empreendidos pelo Governo e sociedade brasileiros no combate aos delitos contra a propriedade intelectual.

Diferentemente da divulgação anterior de listas de países alegadamente “problemáticos”, de 2004, a publicação do dia 5 de outubro não inclui qualquer dado sobre volume ou valor de alegados prejuízos comerciais decorrentes de suposta violação

de direitos de propriedade intelectual no Brasil. Caberia levar em conta, no entanto, que as remessas de divisas do Brasil para a União Européia a título de propriedade intelectual têm demonstrado crescimento significativo e continuado desde a assinatura do Acordo TRIPS, em dezembro de 1994. Não procedem, portanto, as alegações de perdas no mercado brasileiro. No decênio 1994-2004, as remessas de divisas para a UE relativas a direitos de propriedade intelectual (direitos autorais e propriedade industrial) aumentaram em 1070,89%; direitos autorais em 1145,62%; e propriedade industrial (marcas e patentes) em 480,60%.

A decisão da Comissão Européia de identificar o Brasil não guarda correspondência com a realidade da proteção à propriedade intelectual no Brasil e desconhece os padrões de proteção consagrados na legislação nacional, plenamente compatível com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil nos foros multilaterais, como a Organização Mundial da Propriedade Intelectual e a Organização Mundial do Comércio, em especial o Acordo TRIPS da OMC.

### **Manifesto de apoio à Central Internacional de Compra de Medicamentos contra a AIDS, malária e tuberculose (UNITAID) (6 de outubro de 2006)**

O Governo brasileiro recebeu manifesto subscrito por 112 entidades, organizações não-governamentais, especialistas e personalidades na área da saúde pública, provenientes de todas as regiões do mundo, em apoio à iniciativa da Central Internacional para a Compra de Medicamentos contra a AIDS, malária e tuberculose (UNITAID).

São elogiadas a liderança e a criatividade que demonstraram os Governos do Brasil, Chile, França, Noruega e Reino Unido na concepção da UNITAID, cujo lançamento ocorreu em 19 de setembro último, na sede das Nações Unidas, em Nova York.

O manifesto demonstra a excelente acolhida na sociedade civil da UNITAID, como mecanismo

inovador de financiamento do combate às três doenças que mais atingem os países em desenvolvimento.

### **Anúncio de teste nuclear da República Democrática e Popular da Coréia (9 de outubro de 2006)**

O Governo brasileiro condena veementemente o teste nuclear que a República Democrática e Popular da Coréia anunciou haver realizado. A decisão contrapõe-se à Declaração Presidencial sobre o assunto emitida pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 6 de outubro corrente.

O Governo brasileiro exorta a RDPC a reintegrar-se, sem condições e como país não nuclearmente armado, ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Conclama, igualmente, a Coréia do Norte a aderir, no mais breve prazo, ao Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT) e a observar estritamente a moratória de testes nucleares enquanto o CTBT não entrar em vigor. Exorta, ainda, a RDPC a retornar com espírito construtivo às negociações hexapartites, visando à solução da questão nuclear na península coreana e a entendimentos que levem em conta, de forma equilibrada, as preocupações de segurança internacionais e dos países da região.

Ao somar-se mais uma vez aos esforços da comunidade internacional em favor da não-proliferação das armas nucleares, o Brasil reitera também sua visão de que passos significativos e urgentes devem ser dados no sentido da eliminação de todos os arsenais atômicos.

### **Acordo de cooperação com a Polônia na luta contra o crime organizado e outras modalidades criminosas (9 de outubro de 2006)**

Em cerimônia realizada, hoje, 9 de outubro, no Itamaraty, o Ministro Celso Amorim e o Embaixador da Polônia, Pawel Kulka-Kulpiowski, assinaram acordo de cooperação na luta contra o

crime organizado e outras modalidades criminosas.

O acordo prevê a realização de atividades como intercâmbio de informações, assistência recíproca e cooperação técnica, científica e de capacitação entre as autoridades competentes de cada país.

O acordo expressa o compromisso do Brasil e da Polônia com a erradicação de práticas como o tráfico ilícito de entorpecentes e delitos conexos, terrorismo e seu financiamento, tráfico de migrantes, lavagem de dinheiro e demais ramos do crime organizado.

### **I Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto Brasil-Japão sobre TV Digital - Brasília, 10 a 12 de outubro de 2006 (9 de outubro de 2006)**

Será realizada, nos dias 10 a 12 de outubro corrente, no Palácio Itamaraty, a I Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto Brasil-Japão sobre TV Digital (GTC). O GTC foi instituído para permitir o diálogo e a cooperação entre representantes dos dois países sobre a implantação do Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre (SBTVD-T), baseado no padrão ISDB-T, e à cooperação para o desenvolvimento da respectiva indústria eletroeletrônica brasileira.

Nesta primeira reunião, o GTC deverá examinar proposta de Plano de Trabalho, que incluirá extensa pauta de discussões técnicas sobre cooperação tecnológica, padronização, cooperação industrial, desenvolvimento de recursos humanos, propriedade intelectual, financiamento e cooperação sobre radiodifusão.

Um dos objetivos do GTC será considerar as tecnologias inovadoras, desenvolvidas e propostas pelo lado brasileiro, que ambos os países reconheçam como sendo técnica e economicamente viáveis. O GTC também permitirá aos vários agentes brasileiros envolvidos no tema a receber informações técnicas de propriedade da Associação de Indústrias e Empresas de Radiodifusão (ARIB), com a finalidade de facilitar as especificações necessárias ao SBTVD-T.

A condução dos trabalhos caberá, pelo lado

brasileiro, ao Dr. Roberto Pinto Martins, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações. Pelo lado japonês, a Delegação terá 24 pessoas, incluindo representantes do Governo e de empresas privadas, e será liderada pelo Senhor Hidehiro Yokoo, Diretor da Divisão de Informação e Comunicação Eletrônica do Ministério da Economia, Comércio e Indústria.

Também participam, pelo lado brasileiro, representantes da Casa Civil e dos Ministérios de Relações Exteriores, Comunicações, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ciência e Tecnologia, Fazenda, Educação, além de pesquisadores e empresários ligados à Câmara Executiva do Fórum SBTVD criada pela Portaria da Casa Civil nº 571, de 8 de agosto de 2006.

A cooperação nipo-brasileira em matéria de TV Digital oferece oportunidade para a dinamização da cooperação bilateral em ciência e tecnologia entre o Brasil e o Japão, que ocorre ao amparo do Acordo sobre Cooperação no Campo da Ciência e da Tecnologia, em vigor desde 1984.

Haverá cobertura de imagem ao início do evento, no dia 10 de outubro, às 10h00, na Sala San Tiago Dantas, Palácio Itamaraty.

### **Missão brasileira de cooperação ao Líbano (11 de outubro de 2006)**

O Ministério das Relações Exteriores enviará missão de cooperação ao Líbano, no período de 16 a 18 de outubro corrente. A missão buscará identificar áreas em que o Governo brasileiro pode contribuir para os esforços de reconstrução do país, tal como solicitado pelo Primeiro-Ministro Fouad Siniora ao Ministro Celso Amorim, por ocasião da visita do Chanceler brasileiro ao Líbano, em 15 de agosto último.

A delegação será chefiada pelo Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Embaixador Luiz Henrique Pereira da Fonseca, e contará com a participação do Departamento de Promoção Comercial e do Departamento Cultural do Itamaraty. A missão

incluirá, também, representantes da EMBRAPA, do SENAI, do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, do Ministério de Minas e Energia e da Caixa Econômica Federal.

A EMBRAPA poderá contribuir com sua experiência no desenvolvimento de agricultura de frutas tropicais e semi-árido. O SENAI tem capacidade para oferecer cursos de formação profissional em áreas como carpintaria, marcenaria e hidráulica, por meio do seu Programa de Ações Móveis. O Ministério da Educação buscará identificar atividades no âmbito do Programa Executivo de Cooperação Educacional entre o Brasil e o Líbano. O Ministério da Saúde oferecerá apoio na área de vigilância epidemiológica, para prevenir surtos de doenças transmitidas por meio de ar e água. O Ministério de Minas e Energia poderá apoiar a instalação e manejo de estações móveis de energia. A Caixa Econômica Federal poderá fornecer capacitação nas áreas de desenvolvimento urbano, gerenciamento de resíduos sólidos, saneamento básico, políticas de habitação social e tecnologia bancária voltada à programas de transferência de renda.

Representantes de empresas e de associações comerciais brasileiras que mantêm vínculos com o Líbano também participarão da missão, com o objetivo de estimular o comércio bilateral e identificar áreas prioritárias de investimentos.

A missão deverá, ainda, oferecer ao Governo libanês vagas para estudantes libaneses nos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação e Pós-Graduação, bem como a criação de Leitorado brasileiro em universidade libanesa.

### **Negociações para um Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo (11 de outubro de 2006)**

Foi concluída com êxito a reunião negociadora Mercosul-Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), realizada em Riade, em 9 e 10 de outubro. Durante o encontro, foram aprovados os Termos de Referência para um Acordo de Livre Comércio entre

os dois blocos, cobrindo bens, serviços e investimentos.

O objetivo de negociar um Acordo de Livre Comércio entre os dois agrupamentos foi estabelecido durante o encontro de cúpula América do Sul-Países Árabes, realizado em Brasília, em maio de 2005.

Foi decidido na reunião de Riade que a negociação referente a bens (desgravação tarifária e aspectos correlatos como regime de origem, salvaguardas e solução de controvérsias) deverá ser concluída ainda em 2006. Os trabalhos referentes a serviços e investimentos poderão estender-se a 2007, embora não esteja afastada a possibilidade de concluí-los também no ano em curso.

Para bens, acordou-se esquema de desgravação que deverá cobrir 100% do universo tarifário, excluindo-se apenas, por parte do CCG, produtos com importação proibida no Golfo.

O mecanismo conterá: a) uma cesta de desgravação quando da entrada em vigor do Acordo, que cobrirá a maior parte do comércio bilateral atual; b) uma cesta de desgravação progressiva em 4 anos; e c) uma cesta de desgravação progressiva em 8 anos, para grupo muito pequeno de produtos especialmente sensíveis.

As ofertas de desgravação, com base nesse esquema, serão intercambiadas em 15 de novembro próximo. Até aquela data, o CCG apresentará propostas simplificadas de textos normativos (disposições gerais, acesso a mercados em bens, origem etc.), com base nos instrumentos da OMC. Nova reunião se realizará em Riade, na segunda quinzena de novembro.

Com um Acordo de Livre Comércio Mercosul-CCG, os exportadores brasileiros terão acesso, com tarifa zero, a mercado amplo, diversificado, sofisticado e em rápida expansão, com espaço para vendas tanto de cereais e granito quanto de automóveis, aviões e instrumentos eletrônicos. As empresas brasileiras também terão facilitada sua participação em grandes obras de construção, na prestação de serviços de software e gerenciamento,

projetos de engenharia e muitas outras áreas. Ao mesmo tempo, ficará garantido o acesso do CCG para realizar investimentos no Brasil nas áreas de manufaturas, energia, mineração e agricultura – elemento de grande importância para atrair os investidores do Golfo, que estão entre os maiores exportadores de capital do mundo e procuram diversificar suas aplicações.

O Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) é um bloco comercial formado pela Arábia Saudita, Kuaite, Bareine, Catar, Emirados Árabes Unidos e Omã. A exemplo do Mercosul, o CCG pratica uma Tarifa Externa Comum (com exceções para alguns produtos) e mantém política comercial comum frente a terceiros países. O CCG vem atraindo o interesse das principais potências comerciais, e está negociando acordos de livre comércio também com a União Européia, a Índia e o Japão, entre outros.

O grupo tem PIB conjunto superior a US\$ 600 bilhões e vem totalizando importações da ordem de US\$ 200 bilhões por ano. Trata-se do segundo maior importador de produtos agrícolas do mundo (depois da União Européia) e de mercado em rápida expansão para investimentos em áreas como construção civil, informática, transportes e infra-estrutura.

### **IX Reunião da Comissão de Vizinhança e Integração Brasil-Colômbia (13 de outubro de 2006)**

Realizou-se em Bogotá, nos últimos dias 5 e 6 de outubro, a IX Reunião da Comissão de Vizinhança e Integração Brasil-Colômbia. A delegação brasileira, chefiada pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, foi composta por representantes do Itamaraty e de diversos outros órgãos federais. A delegação colombiana foi presidida pelo Vice-ministro das Relações Exteriores, Embaixador Camilo Reyes Rodriguez.

Foram tratados, entre outros temas, a cooperação fronteiriça em matéria de educação, saúde, cultura e meio ambiente, integração comercial

entre Tabatinga e Letícia, comércio bilateral, cooperação técnica e científica, combate ao narcotráfico e ao tráfico de armas e cooperação em matéria policial.

Os principais resultados foram os seguintes:

- criação de Grupo de Trabalho sobre facilitação de trâmites consulares;
- negociação de Acordo para dispensa do uso de passaporte;
- negociação de mecanismo para atendimento de urgência de cidadãos brasileiros em instituições de saúde da Colômbia;
- realização de seminário sobre ensino do português e do espanhol na região de fronteira;
- realização de estudo para aquisição, pelo Brasil, de energia excedente de Letícia;
- assinatura de acordos de cooperação em matéria de energia renovável e informação tecnológica;
- constituição de grupo de trabalho técnico sobre integração comercial entre as cidades de Tabatinga e Letícia;
- elaboração de proteção da fauna silvestre e combate à extração ilegal de madeiras e minérios;
- e
- criação de grupo de trabalho sobre o monitoramento hidrológico.

Foi constituída a seção colombiana do Conselho Empresarial bilateral.

A reunião da Comissão de Vizinhança foi precedida da V Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Colômbia e do Seminário “Como dinamizar as relações comerciais entre Brasil e Colômbia”.

A próxima reunião da Comissão de Vizinhança e Integração ocorrerá em Tabatinga, no próximo ano.

### **Indicação do Secretário-Geral das Nações Unidas (13 de outubro de 2006)**

O Governo brasileiro saúda a indicação, por aclamação, pela Assembléia Geral das Nações

Unidas, do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Coreia do Sul, Ban Ki-moon, para ocupar o cargo de Secretário-Geral da Organização, em mandato de cinco anos, a partir de 1o de janeiro de 2007. O Chanceler Celso Amorim transmitiu, em conversa telefônica no último dia 6, a satisfação do Governo brasileiro ante a perspectiva de vê-lo à frente das Nações Unidas e o pleno compromisso do Brasil com o fortalecimento da ONU.

A ampla experiência diplomática do Chanceler Ban Ki-moon e sua sólida formação intelectual levam o Governo brasileiro a acreditar que, como Secretário-Geral, poderá liderar a Organização com equilíbrio e firmeza, respondendo aos complexos desafios aos quais se confronta a ONU atualmente.

O Governo brasileiro atribui importância central à reforma das Nações Unidas, de molde a adaptá-la às profundas mudanças ocorridas na ordem internacional nas últimas décadas. Entende também que a renovação do sistema da ONU só estará completa com uma reforma do Conselho de Segurança que o torne mais representativo, transparente e legítimo.

### **Declaração do Presidente do Grupo de Supridores Nucleares sobre a República Democrática e Popular da Coreia - Viena, 12 de outubro de 2006 (13 de outubro de 2006)**

Em reação ao anúncio feito pela República Democrática e Popular da Coreia de que realizou um teste nuclear, em 9 de outubro do corrente, o Presidente do Grupo de Supridores Nucleares (NSG), Embaixador José Artur Denot Medeiros (Brasil), por ocasião da reunião do Grupo Consultivo do NSG, em Viena:

Expressa profundo pesar e grave preocupação com o anúncio feito pela República Democrática e Popular da Coreia de que realizou um teste nuclear e recorda a Resolução 1695 (2006) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que afirma que a proliferação de armas nucleares, químicas e

biológicas, assim como seus meios de disseminação, constitui ameaça à paz e à segurança internacionais. Também recorda a Declaração do Presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 6 de outubro de 2006, e o Comunicado Conjunto dos membros do Grupo de Negociações Hexapartites, de 19 de setembro de 2005, sobre a questão;

- Expressa apoio às negociações hexapartites e exorta à sua pronta retomada com vistas a que se logre desnuclearização passível de verificação da Península Coreana, de forma pacífica, mantendo a paz e a estabilidade na Península Coreana e no nordeste da Ásia. Também exorta a República Democrática e Popular da Coreia a cumprir as obrigações do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares e cumprir as obrigações relativas às salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica;

- Reitera o chamado do Comunicado de Imprensa divulgado na Reunião Plenária de Busan do NSG (2003), no sentido de que todos os seus membros exerçam extrema vigilância para assegurar que nenhuma de suas exportações de bens e tecnologias contribua para o programa de construção de armas nucleares da República Democrática e Popular da Coreia;

- Finalmente, prontifica-se a submeter ao NSG qualquer solicitação de assistência por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas e afirma que continuará a manter consultas sobre o assunto no âmbito do Grupo.

\*\*\*\*\*

O Grupo de Supridores Nucleares (NSG) foi criado em 1974, com o objetivo de garantir que as transferências internacionais de material nuclear, bem como de equipamentos de uso duplo relacionados, sejam apenas realizadas para fins pacíficos. Todos os Estados que compõem o NSG fazem parte do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

São hoje membros do NSG os seguintes

países: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bielorrússia, Bélgica, Brasil, Bulgária, Canadá, Cazaquistão, China, Chipre, Coreia do Sul, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Rússia, Suécia, Suíça, Turquia e Ucrânia.

A Presidência do NSG é atualmente exercida pelo Embaixador José Artur Denot Medeiros, Representante Especial para Desarmamento e Não-Proliferação do Governo brasileiro, investido no cargo por decisão da última Reunião Plenária do Grupo, realizada em maio de 2006, em Brasília. Seu mandato durará até a próxima Reunião Plenária, a ser realizada em meados de 2007.

### **Medidas Provisórias da Corte Interamericana de Direitos Humanos (20 de outubro de 2006)**

Em 28 de setembro último, o Estado brasileiro, em audiência pública concedida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, em São José da Costa Rica, forneceu informações sobre o processo de desocupação completa da Penitenciária “Dr. Sebastião Martins Silveira”, em Araraquara, São Paulo, que incluiu a relação dos presídios para onde foram transferidos os quase 1600 presos que ali se encontravam e as providências tomadas com respeito aos detentos enfermos. Naquela oportunidade, o Estado brasileiro se voluntariou a apresentar informações adicionais, sempre que a Corte assim deliberasse, sobre a situação dos ex-detentos de Araraquara.

Em decorrência, a Corte anunciou, em 17 de outubro corrente, a decretação de medidas provisórias sobre o caso. As medidas provisórias dão ensejo a que o Estado possa prestar informações adicionais, no prazo de 30 dias.

### **61 anos das Nações Unidas (23 de outubro de 2006)**

A ONU existe formalmente desde 24 de outubro de 1945, quando entrou em vigor a Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco, em 26 de junho de 1945. O Brasil é um dos 51 membros fundadores. As Nações Unidas, com seus atuais 192 Estados membros, representam, no plano político, a unidade, a solidariedade e a igualdade entre os Estados.

O Brasil tem sido membro ativo das Nações Unidas desde sua fundação. É o país que ocupou, ao lado do Japão, o maior número de mandatos (nove) como membro não-permanente no Conselho de Segurança, inclusive o mandato inicial, 1946-47; o último mandato do Brasil ocorreu no biênio 2004-05. O Brasil exerceu, também, quinze mandatos no Conselho Econômico e Social (ECOSOC), onde tem estado presente de forma quase ininterrupta desde 1970. O Brasil ocupou a presidência da II Sessão Regular da Assembleia Geral das Nações Unidas (1947), na pessoa do Chanceler Oswaldo Aranha.

A partir da IV Sessão Regular da Assembleia Geral (1949), firmou-se o costume de conceder ao Brasil o primeiro lugar entre os oradores no debate geral que se realiza a cada abertura de sessão. Esse costume passou a simbolizar o vínculo especial entre o Brasil e a ONU.

A partir dos anos 60, com a fundação da UNCTAD e do G-77, a ONU fortaleceu as ações internacionais em prol do desenvolvimento. O tema tomou novo impulso nos anos 70, com a série de grandes conferências das Nações Unidas sobre temas econômicos e sociais (meio ambiente, direitos humanos, situação da mulher, população, desenvolvimento social, assentamentos humanos, igualdade racial, financiamento do desenvolvimento). A Ação contra a Fome e a Pobreza, que inclui a identificação de fontes inovadoras de financiamento para o desenvolvimento, colocou o Brasil na vanguarda da mobilização diplomática internacional pelo cumprimento das Metas de Desenvolvimento

do Milênio.

O Brasil tem histórico de relevante contribuição aos esforços de manutenção da paz e segurança internacionais por meio de consistente participação nas operações de paz das Nações Unidas. Desde a missão precursora das operações de paz das Nações Unidas, que acompanhou o encerramento da guerra civil na Grécia em 1945-7, temos integrado contingentes de missões em várias partes do mundo. No total, o Brasil já participou de mais de 30 missões, tendo cedido cerca de 17 mil homens. Mais de 1200 militares e policiais brasileiros participam em nove das quinze missões de paz atualmente mantidas pela ONU: Haiti (MINUSTAH – na qual o Brasil possui o maior contingente e exerce o comando militar), Timor-Leste (UNMIT), Guiné-Bissau (UNOGBIS), Côte d'Ivoire (UNOCI), Kosovo (UNMIK), Libéria (UNMIL), Sudão (UNMIS), Chipre (UNFICYP) e Etiópia-Eritreia (UNMEE).

O sentimento de que a ONU precisa adaptar-se a novos tempos e a novas realidades geopolíticas ganhou forte impulso nos últimos anos. É hoje amplamente reconhecido que a Organização deverá ser fortalecida e reformada para enfrentar antigos e novos desafios interrelacionados em matéria de segurança, desenvolvimento e direitos humanos.

A 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas tem pela frente o desafio de dar continuidade ao processo de reformas. O Brasil atribui grande importância a esse esforço, que já resultou na criação da Comissão de Construção da Paz, para a qual o Brasil foi eleito por aclamação, e do Conselho de Direitos Humanos, que o Brasil passou a integrar após ter recebido a maior votação entre os países da América Latina e do Caribe.

O Brasil mantém-se firmemente empenhado em corrigir o déficit de democracia do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de forma a dar-lhe maior legitimidade e eficácia. Conforme assinalou o Secretário-Geral Kofi Annan, nenhuma reforma da ONU estará completa sem a expansão do Conselho

e a atualização de seus métodos de trabalho. Ao lado de seus parceiros do G-4 (Alemanha, Índia e Japão), o Brasil persevera nos esforços por uma ampliação do Conselho de Segurança que assegure a entrada de novos membros permanentes, inclusive do mundo em desenvolvimento.

### **Resultados da Missão Multidisciplinar Brasileira ao Líbano (25 de outubro de 2006)**

Com base no firme compromisso do Governo brasileiro com os esforços de recuperação do Líbano, o Ministério das Relações Exteriores organizou, no período de 16 a 18 de outubro corrente, missão multidisciplinar brasileira àquele país, com ênfase nos segmentos de cooperação técnica e promoção comercial.

Anunciada pelo Governo brasileiro por ocasião da Conferência Internacional sobre o Líbano (Estocolmo, 31/08/2006), a missão foi composta, no plano técnico, pelos Ministérios da Educação e da Saúde, EMBRAPA e SENAI. O segmento empresarial foi integrado por representantes do setor de construção civil e empresários da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira e da Câmara de Comércio Brasil-Líbano.

Os integrantes da missão multidisciplinar brasileira mantiveram audiências de trabalho com o Chanceler Fawzi Salloukh; o Ministro da Economia e Comércio, Sami Haddad; e o Ministro da Educação, Khaled Kabbani; além de reuniões técnicas nos Ministérios da Saúde, Agricultura e Energia do Líbano. Da mesma forma, o segmento empresarial da missão manteve encontros no Conselho para o Desenvolvimento e a Reconstrução do Líbano, órgão vinculado diretamente ao Conselho de Ministros, e na Associação de Industriais daquele país.

A missão brasileira apresentou resultados promissores: no campo da agricultura, a EMBRAPA enviará proximamente técnicos para a identificação de ações imediatas nas áreas de irrigação aplicada à fruticultura; pecuária leiteira; e horticultura. Na área

da saúde, será realizado, no Brasil, treinamento para capacitação de especialistas libaneses em tratamento e monitoramento da água; e resposta rápida a surtos e epidemias.

Com relação à formação profissional, o SENAI deverá receber a visita de técnico libanês para discutir a aplicação dos programas de capacitação da entidade, que despertaram grande interesse das autoridades locais. Por sua vez, o MEC auxiliará na recuperação de laboratórios científicos em escolas públicas libanesas.

No plano empresarial, foram discutidas as modalidades para uma participação substantiva das empresas brasileiras nos esforços de reconstrução da infra-estrutura do Líbano, em particular na feira “Rebuild Lebanon”, a realizar-se em fevereiro de 2007. Acordou-se, ademais, a vinda de missão de exportadores libaneses ao Brasil, em curto prazo, com vistas ao incremento do fluxo bilateral de comércio e à redução do desequilíbrio ora existente na balança comercial entre os dois países.

### **Estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República do Montenegro (25 de outubro de 2006)**

Em 20 de outubro corrente, foram estabelecidas relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República de Montenegro.

O Brasil havia reconhecido a independência de Montenegro em 14 de junho último, na sequência do referendo de 21 de maio que determinou a dissolução da união de Estados entre as Repúblicas da Sérvia e de Montenegro.

### **Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco de 2006 - “Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia” (27 de outubro de 2006)**

Estão abertas, de 23 de outubro a 3 de novembro de 2006, as inscrições para o processo seletivo do “Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco – Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia” de 2006, dirigido a Afro-descendentes

(negros). A seleção obedecerá às normas estabelecidas pelo Edital de 19 de outubro de 2006, publicado no Diário Oficial da União de 20 de outubro de 2006 e disponível nos endereços eletrônicos do Instituto Rio Branco (<http://www.irbr.mre.gov.br>) e do CESPE ([www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br)).

O Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco é resultado de convênio firmado com o Ministério da Ciência e Tecnologia/Fundação CNPq, e tem contado com o apoio do Ministério da Cultura/Fundação Palmares, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Secretaria Especial de Direitos Humanos e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Cada candidato selecionado receberá bolsa no valor total de R\$ 25.000,00, a ser desembolsada parceladamente até junho de 2007, para custear despesas com professores, cursos e livros, voltadas para a preparação ao concurso de admissão à carreira diplomática.

Para concorrer à Bolsa-Prêmio, os candidatos devem preencher as seguintes condições: ser afro-descendente (negro) e brasileiro nato, estar em dia com as obrigações eleitorais e com o serviço militar (para candidatos do sexo masculino), além de ter concluído ou estar habilitado a concluir, até o final do primeiro semestre de 2007, curso superior reconhecido pelo MEC. As inscrições devem ser feitas via SEDEX e a aceitação das candidaturas estará condicionada à observância dos requisitos descritos no referido Edital.

O processo seletivo será realizado em duas etapas. A primeira, que consistirá de Prova Objetiva com questões de Língua Portuguesa, História do Brasil e Geografia, e de Prova de Redação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa, ocorrerá nos dias 25 e 26 de novembro de 2006, em Brasília e 22 capitais estaduais. A segunda etapa, a ser realizada em Brasília, consistirá da análise da documentação enviada pelo candidato e de entrevista técnica.

Com a publicação do Edital de 19 de outubro de 2006, inicia-se a quinta versão do Programa de

Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco. Entre 2002 e 2005, foram concedidas 112 Bolsas-Prêmio. Já estão integrados à Carreira de Diplomata do Serviço Exterior brasileiro sete ex-bolsistas, três dos quais aprovados no Concurso de Admissão de 2006. Dessa forma, o Programa tem cumprido o objetivo de propiciar maior igualdade de oportunidade de acesso à carreira diplomática.

### **Conclusão de negociações com a União Européia relativas à exportação de carnes de aves (27 de outubro de 2006)**

Após cinco rodadas de negociações, foi concluído ontem, dia 26, na OMC, em Genebra, entendimento com a União Européia (UE), relativo à exportação de carnes de aves brasileiras.

O entendimento prevê a alocação de quotas-tarifárias para os produtos frango salgado, peru processado e frango processado, nos seguintes valores: a) frango salgado: de uma quota global de 264.245 toneladas, 170.807 toneladas foram destinadas ao Brasil; b) peru processado: de uma quota global de 103.896 toneladas, 92.300 toneladas foram destinadas ao Brasil; e c) frango processado: de uma quota global de 230.453 toneladas, 73.000 toneladas foram destinadas ao Brasil.

Os valores das quotas-tarifárias alocadas ao Brasil asseguram perspectivas de crescimento para as exportações brasileiras ao mercado europeu, na comparação com os anos de melhor desempenho exportador de nossa indústria.

Foram estabelecidos mecanismos que permitirão uma administração transparente das quotas-tarifárias, conforme pleiteavam os exportadores brasileiros. O Governo brasileiro emitirá certificados de origem para todas as exportações efetuadas no âmbito da quota-tarifária, os quais serão apresentados no momento da entrada da mercadoria no mercado comunitário. Assim, os exportadores brasileiros saberão antecipadamente se a venda será efetuada com base nas tarifas “intra-quota” ou “extra-quota”, o que lhes garantirá preço mais justo.

Os volumes negociados para as quotas poderão ser aumentados em função de liberalização adicional no âmbito da Rodada Doha da OMC.

### **Negociações hexapartites sobre a desnuclearização da Península Coreana (31 de outubro de 2006)**

O Governo do Brasil recebeu com satisfação a notícia de que a República Democrática e Popular da Coreia manifestou sua disposição de retornar às negociações hexapartites para tratar da desnuclearização da Península Coreana.

O Governo brasileiro reafirma seu entendimento de que as questões relativas à paz e segurança internacionais devem ser resolvidas pela via do diálogo e da negociação diplomática. Nesse sentido, exorta a RDPC a participar com espírito construtivo das negociações hexapartites e ressalta a importância de que se levem em conta, de forma equilibrada, as preocupações de segurança internacionais e dos países da região. Insta também todos os envolvidos no processo negociador a absterem-se de atos que comprometam o espírito positivo do esforço diplomático.

Ao somar-se mais uma vez aos esforços da comunidade internacional em favor da não-proliferação das armas nucleares, o Brasil reitera sua visão de que passos significativos e urgentes devem ser dados no sentido da eliminação de todos os arsenais atômicos.

### **Eleição no Conselho de Segurança (2 de novembro de 2006)**

O Governo brasileiro recebeu com grande satisfação a notícia de que a Guatemala e a Venezuela chegaram a um entendimento em relação à candidatura da América Latina e do Caribe para um assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas para o período 2007-2008. Guatemala e Venezuela decidiram retirar suas candidaturas em favor de um terceiro país, o Panamá.

O Brasil apoiou a candidatura da Venezuela

durante o processo de votação na Assembléia Geral. Tendo ficado claro que nenhum dos dois candidatos alcançaria os dois terços necessários para sua eleição, o Brasil defendeu que se chegasse a uma candidatura de consenso no âmbito latino-americano e caribenho, a partir de um entendimento entre os dois países.

O Brasil acompanhou atentamente a evolução do assunto ao longo das últimas semanas. O Ministro Celso Amorim manteve contatos frequentes com diversos Chanceleres, entre os quais o Ministro Nicolás Maduro, da Venezuela, e o Ministro Gert Rosenthal, da Guatemala.

O Brasil congratula a Venezuela e a Guatemala pelo espírito de cooperação que inspirou a decisão de abdicar de suas justas postulações a uma vaga eletiva no Conselho de Segurança. O Brasil congratula também o Panamá pela pronta disposição de colaborar para o consenso e está seguro de que o país oferecerá contribuição positiva para os trabalhos do Conselho de Segurança.

O Brasil considera que a superação do impasse reforça a unidade da América Latina e Caribe.

### **Participação do Brasil na XVI Cúpula Ibero-americana (3 de novembro de 2006)**

O Ministro Celso Amorim viajará a Montevideu, de 3 a 5 de novembro de 2006, para participar da XVI Cúpula Ibero-americana.

A Cúpula deste ano terá como tema central “Migrações e Desenvolvimento”. Será discutida a aprovação do documento “Compromisso de Montevideu dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Ibero-americana sobre Migrações e Desenvolvimento”.

Também deverá ser adotada uma Carta Cultural, com o objetivo de valorizar o acervo cultural comum e a riqueza de suas origens, destacando a cultura como elemento essencial para a dignidade do cidadão e a superação da pobreza e da desigualdade.

Está prevista, ainda, Declaração que recolherá os resultados das reuniões ministeriais e setoriais da Conferência Ibero-americana, além de

Comunicados especiais sobre questões de interesse dos países membros.

A Conferência de Chefes de Estado e Governo Ibero-americanos foi lançada em 1991 no marco da comemoração dos 500 anos do chamado “Encontro de Dois Mundos”. O diálogo entre os países ibero-americanos inclui temas afetos à centralidade do desenvolvimento econômico e social, ao respeito ao direito internacional e à promoção da educação e da cultura, além do fortalecimento da cooperação.

São os seguintes os países membros da Conferência: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Paraguai, Portugal, Principado de Andorra, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

### **Eleições na Nicarágua (2 de novembro de 2006)**

Atento à evolução da democracia na América Latina, o Governo brasileiro acompanha com interesse o desenrolar do processo eleitoral na Nicarágua.

Informações obtidas pela Embaixada do Brasil em Manágua e avaliações de observadores internacionais como a OEA e o Conselho de Peritos Eleitorais Latino-americanos (Ceela) dão conta de que o pleito transcorreu de forma livre, pacífica e em conformidade com a lei, sem incidentes ou fatores que possam comprometer seus resultados. Registram, também, o maciço comparecimento às urnas.

Essa avaliação positiva foi confirmada pessoalmente, hoje, por telefone, ao Ministro Celso Amorim pelo ex-Presidente dos EUA, Jimmy Carter, que se encontra em Manágua à frente de missão observadora do Centro Carter.

### **Eleição do Panamá ao Conselho de Segurança (8 de novembro de 2006)**

O Governo brasileiro acolheu com grande satisfação a decisão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 7 de novembro corrente, de eleger o Panamá para mandato no Conselho de Segurança

no biênio 2007-2008.

O Brasil acompanhou atentamente as deliberações e contribuiu para a escolha de um representante de consenso da América Latina e do Caribe. O Ministro Celso Amorim manteve contatos com vários Chanceleres da região, entre os quais os Ministros das Relações Exteriores do Panamá, da Venezuela e da Guatemala.

O Governo brasileiro congratula o Panamá pela disposição de assumir as elevadas responsabilidades que lhe caberão no Conselho de Segurança e faz votos de grande êxito no cumprimento de seu mandato.

#### **Acessão do Vietnã à OMC (8 de novembro de 2006)**

O Governo brasileiro recebeu com grande satisfação a notícia de que foi aprovada ontem, dia 7 de novembro, pelo Conselho-Geral da Organização Mundial de Comércio (OMC), a acessão do Vietnã àquela Organização, após 11 anos de preparação e negociações no âmbito do “Grupo de Trabalho sobre Acessão do Vietnã à OMC”.

Após o Governo vietnamita ratificar a decisão do Conselho-Geral e comunicar o cumprimento dessa formalidade à OMC, o Vietnã será o 150º membro da Organização. A expectativa é de que a acessão se materialize até meados de janeiro.

O Brasil, ao saudar a entrada do Vietnã na OMC, deseja que sua acessão, além de contribuir para a prosperidade e o bem-estar do povo vietnamita, possa fortalecer as relações bilaterais e incrementar os fluxos de comércio entre os dois países.

#### **Situação na Faixa de Gaza (8 de novembro de 2006)**

O Governo brasileiro tem acompanhado com profunda apreensão a operação militar “Nuvens de Outono” das Forças de Defesa de Israel em Gaza, que vem vitimando dezenas de civis na última semana, tendo hoje, dia 8, levado à morte de 18 cidadãos palestinos, inclusive mulheres, crianças e idosos.

O Brasil tem exortado o Governo de Israel a

exercer o máximo de contenção e a fazer todo o possível para proteger a vida de civis inocentes. O Brasil tem instado, ainda, a que se evitem ações que possam contribuir para uma escalada da violência na região. O Governo brasileiro espera que a iniciativa do Governo israelense de apurar as ações militares desproporcionais em Beit Hanoun leve à justiça os responsáveis pela perpetração do ataque.

O Brasil conclama os militantes palestinos a cessar os ataques contra alvos civis israelenses e reitera seu apelo para que o Cabo Gilad Shalit seja prontamente libertado, o que contribuiria para um ambiente mais propício ao diálogo.

O Brasil exorta as partes israelense e palestina a sustarem a espiral de violência, de modo a garantir as condições para a retomada das negociações de paz, em conformidade com os parâmetros fixados pelo “Mapa do Caminho”.

#### **Visita de Estado ao Brasil do Presidente do Peru, Alan García - 9 e 10 de novembro de 2006 (8 de novembro de 2006)**

O Presidente peruano, Alan García, fará Visita de Estado ao Brasil, nos dias 9 e 10 de novembro. Estará acompanhado dos Ministros das Relações Exteriores, José António García Belaúnde; do Comércio Exterior e Turismo, Mercedes Aráoz; da Defesa, Allan Wagner; de Energia e Minas, Juan Valdivia; dos Transportes, Verónica Zavala; da Habitação e Saneamento, Hernán Garrido-Lecca; e do Trabalho e Promoção do Emprego, Susana Pinilla.

Além de manter encontro com o Presidente Lula, que o homenageará com almoço no Palácio Itamaraty, o Presidente Alan García será recebido em Sessão Solene do Congresso Nacional.

No dia 10, manterá encontros com representantes do setor privado na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, na capital paulista.

O Brasil e o Peru têm interesse em reforçar e ampliar a aliança estratégica, lançada em 2003, com ênfase no processo de integração regional.

No plano comercial, as trocas bilaterais têm

aumentado de maneira consistente nos últimos anos. O volume comercial entre o Brasil e o Peru passou de US\$ 653 milhões, em 2002, para R\$ 1,5 bilhão, nos primeiros nove meses de 2006 - o que equivale a incremento de 129% no total do comércio.

Por ocasião da visita, deverão ser firmados acordos com vistas à ampliação da cooperação bilateral nas áreas social, energética, educacional, de biotecnologia, de saúde e de defesa.

#### **Eleições na Nicarágua (8 de novembro de 2006)**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva congratulou-se hoje com o Presidente-eleito da Nicarágua, Daniel Ortega, por sua vitória nas urnas.

O Presidente Lula expressou seu desejo de continuar a trabalhar para o maior estreitamento das relações entre os dois países.

#### **Atos assinados por ocasião da visita de Estado do Presidente do Peru, Alan García, ao Brasil - Brasília, 9 de novembro de 2006 (9 de novembro de 2006)**

##### ***Memorando de entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para cooperação no consórcio internacional para o seqüenciamento do genoma da batata***

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru (doravante denominados “Partes”),

Movidos pelo desejo de promover e ampliar a cooperação entre os dois países, de desenvolver e reforçar ainda mais as relações amistosas entre os povos do Brasil e do Peru;

Conscientes da constante necessidade de um intercâmbio de experiências nas áreas de cooperação técnica e desenvolvimento científico e tecnológico da agricultura mediante o estabelecimento de contatos bilaterais regulares;

Reafirmando a intenção de desenvolver alternativas de trabalho que incluam não apenas assuntos de interesse bilateral, mas também temas

regionais e internacionais de interesse comum;

Convencidos de que o desenvolvimento de trabalhos conjuntos e da cooperação na área em referência poderão significar um grande e estratégico impulso à cooperação Sul-Sul;

Tomando em consideração que as Partes já são membros do Consórcio Internacional para o Seqüenciamento do Genoma da Batata, doravante PSGC (da sigla em Inglês: Potato Sequencing Genome Consortium), iniciativa internacional que tem por objetivo decifrar por completo o genoma da batata e que reúne países de todos os continentes, atualmente liderada pela Universidade e Centro de Pesquisa de Wageningen, nos Países Baixos, que compartilhem a responsabilidade pelo Seqüenciamento de um cromossomo;

Convencidos de que a participação no PSGC, permitirá às Partes o acesso à informação essencial e de altíssima relevância para o desenvolvimento de novos cultivares de batata, com alta produtividade, maior valor nutricional e resistência a estresses bióticos e abióticos, incluindo tolerância ao calor e à seca, que se configuram como desafios urgentes em um cenário de aquecimento global;

Respaldados nos termos do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, assinado por ambos em 08 de outubro de 1975;

Acordaram o seguinte:

1. As Partes estabelecem o entendimento de desenvolver, em conjunto, esforços no sentido de promover a participação mútua no PSGC com as seguintes finalidades:

a) alcançar uma participação ativa no PSGC por meio da união de esforços próprios e da articulação de parcerias apropriadas com outros governos nacionais, organismos bilaterais, internacionais e multilaterais, instituições financeiras e/ou de fomento nacionais e internacionais e do setor privado, que mostrem interesse em cooperar e apoiar essa iniciativa;

b) desenvolver projetos, prestar assistência técnica e formar recursos humanos em áreas conexas

a essa iniciativa, com vistas a garantir não apenas a participação exitosa das Partes no PSGC, mas também a utilização plena da informação proveniente do seqüenciamento do genoma da batata, em prol do desenvolvimento sustentável da agricultura, tendo por objetivo elevar e melhorar a capacidade produtiva das Partes, respondendo a suas prioridades no que se refere a combater a fome, mitigar a pobreza, promover a segurança alimentar e a utilização racional de sua biodiversidade, neste caso especial do germoplasma silvestre da batata, e proteger o meio ambiente.

2. No caso de transferência de material biológico, deverão ser observadas estritamente as legislações vigentes nos dois países referentes ao acesso aos recursos genéticos.

3. As Partes adotarão as medidas adequadas para proteger os direitos de propriedade intelectual, de conformidade com as respectivas legislações nacionais e os acordos internacionais em vigor em seus territórios.

4. As condições para a aquisição, manutenção e exploração comercial dos direitos de propriedade intelectual sobre possíveis produtos e/ou processos obtidos sob o presente Memorando serão definidas em projetos específicos, aprovados pelas Partes.

5. Nenhuma das Partes poderá, sem o consentimento escrito da outra parte, revelar e/ou divulgar informações que ponham em risco a aquisição, manutenção e exploração comercial dos direitos de propriedade intelectual sobre possíveis produtos e/ou processos obtidos sob o presente Memorando.

6. Os projetos estabelecerão as regras e procedimentos concernentes à solução de controvérsias em matéria de propriedade intelectual sob o presente Memorando.

7. Qualquer controvérsia que possa surgir sobre a interpretação, implementação ou aplicação do presente Memorando de Entendimento, será dirimida pelas Partes por via diplomática.

8. O presente Memorando de Entendimento terá uma duração de 2 anos, renovável automaticamente por períodos de 1 ano.

9. Qualquer Emenda se fará por mútuo consentimento das Partes, mediante intercâmbio de

Notas diplomáticas, seguindo o mesmo procedimento que o presente Memorando de Entendimento, para sua entrada em vigor.

10. O presente Memorando de Entendimento poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes mediante notificação à outra, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito três meses depois de ser efetuada a notificação.

11. O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de recebimento da última notificação em que as Partes comuniquem o cumprimento dos procedimentos legais exigidos por seus respectivos ordenamentos constitucionais, para sua entrada em vigor.

Feito em Brasília, em 9 de novembro de 2006, em dois exemplares originais, nos idiomas português e castelhano, sendo ambos textos igualmente autênticos e válidos.

.....

***Memorando de entendimento sobre cooperação em biotecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru***

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru (doravante denominados “Partes”),

Considerando:

O interesse da República Federativa do Brasil e da República do Peru de promoverem o uso sustentável dos recursos naturais, com vistas a alcançar a complementariedade regional, por meio do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, em particular da biotecnologia;

O Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, assinado em 8 de outubro de 1975;

O Memorando de Entendimento sobre Integração Física e Econômica entre o Brasil e o Peru, assinado pelos Ministros das Relações Exteriores, em 25 de agosto de 2003, e especialmente seu

parágrafo 13, segundo o qual se decidiu estudar a possibilidade de estabelecer vínculos de cooperação entre o Centro de Biotecnologia da Amazônia e universidades, centros de pesquisas e setor produtivo peruanos, com o fim de promover a inovação tecnológica a partir dos processos e produtos da biodiversidade amazônica, com o conseqüente fortalecimento da bioindústria para a exportação,

Chegaram ao seguinte entendimento:

#### ARTIGO I

As Partes subscrevem o presente Memorando de Entendimento e designam a SUFRAMA/CBA, pelo Brasil, e o CONCYTEC, pelo Peru, como suas agências executoras, com o propósito de:

a) contribuir conjuntamente para a formação de recursos humanos qualificados em biotecnologia, recorrendo, conforme o caso, a agências de ensino para tanto capacitadas;

b) dar suporte a empresas dos dois países, de transformação e industrialização de produtos naturais farmacêuticos, cosméticos, bioinseticidas para a agricultura, indústria de alimentos, corantes, aromatizantes e óleos essenciais, entre outros, e

c) realizar de forma conjunta, direta e indiretamente, pesquisas e desenvolvimento de produtos de origem vegetal e animal, terrestres e aquáticos, com especial referência a espécies agrícolas e florestais de interesse comum e, conforme o caso, com a participação de instituições de pesquisa de ambos os países.

#### ARTIGO II

As Partes acordam fomentar a cooperação científica por intermédio das seguintes ações:

a) planejamento e execução de projetos conjuntos de pesquisa para desenvolvimento de produtos e processos em biotecnologia;

b) intercâmbio de experiências e conhecimentos, tanto científicos como tecnológicos, em matéria de biotecnologia;

c) intercâmbio de pessoal especializado;

d) realização de seminários, oficinas, simpósios

e colóquios de elevado nível científico e cultural, e

e) intercâmbio de informação científica, publicações, amostras e outros materiais de pesquisa.

#### ARTIGO III

1. A execução do presente Memorando será efetuada por meio do desenvolvimento de projetos específicos de cooperação aprovados pelas Partes, com amparo em Ajustes Complementares ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, assinado em 8 de outubro de 1975.

2. A aprovação dos projetos será acordada pelas Partes. Os documentos mencionados deverão conter o detalhamento e a duração das atividades a serem desenvolvidas, a designação de pesquisadores participantes, a determinação de custos e distribuição de benefícios e compromissos de financiamento de ambas as Partes, assim como disposições sobre modalidade, sigilo e publicações.

3. No caso de transferência de material biológico, deverão ser observadas estritamente as legislações vigentes nos dois países referentes ao acesso aos recursos genéticos.

#### ARTIGO IV

1. As agências executoras avaliarão periodicamente o progresso e os resultados obtidos pelos projetos, em conformidade com os regulamentos de seus respectivos países.

2. Do mesmo modo, informarão ao Grupo de Trabalho de Cooperação Científica e Técnica Brasil-Peru os resultados obtidos no âmbito deste Memorando de Entendimento.

#### ARTIGO V

1. As Partes adotarão as medidas adequadas para proteger os direitos de propriedade intelectual, de conformidade com as respectivas legislações nacionais e os acordos internacionais em vigor em seus territórios.

2. As condições para a aquisição, manutenção

e exploração comercial dos direitos de propriedade intelectual sobre possíveis produtos e/ou processos obtidos sob o presente Memorando serão definidas em projetos específicos, aprovados pelas Partes.

3. Nenhuma das Partes poderá, sem o consentimento escrito da outra Parte, revelar e/ou divulgar informações que ponham em risco a aquisição, manutenção e exploração comercial dos direitos de propriedade intelectual sobre possíveis produtos e/ou processos obtidos sob o presente Memorando.

4. Os projetos estabelecerão as regras e procedimentos concernentes à solução de controvérsias em matéria de propriedade intelectual sob o presente Memorando.

#### ARTIGO VI

1. Ambas as Partes promoverão o intercâmbio dos centros de informação e documentação, fomentando o intercâmbio de informações científicas, tecnológicas, publicações e bases de dados bibliográficos, factuais e referenciais. Os termos destes intercâmbios serão definidos de acordo com as facilidades e restrições aplicáveis a cada instituição.

2. As informações de que trata o presente Artigo serão classificadas, por critérios mutuamente acordados, como: livres ou públicas; de circulação restrita; e sigilosas.

#### ARTIGO VII

O presente Memorando de Entendimento poderá ser modificado mediante mútuo entendimento entre as Partes, por troca de Notas diplomáticas, consultadas as respectivas autoridades nacionais competentes. A modificação entrará em vigor, salvo disposições em contrário, na data da sua formalização.

#### ARTIGO VIII

Qualquer divergência quanto à interpretação, implementação e/ou execução do presente Memorando de Entendimento será resolvida mediante negociação amistosa entre as Partes, de acordo com a normativa que as rege.

#### ARTIGO IX

O presente Memorando terá duração de cinco (5) anos, renovável por iguais períodos, salvo denúncia.

#### ARTIGO X

1. Qualquer das Partes poderá dar por terminado o presente Memorando de Entendimento a qualquer momento, mediante notificação à outra, por via diplomática, com antecedência de 90 dias contados a partir da recepção da respectiva notificação pela outra Parte.

2. A denúncia do presente Memorando de Entendimento não afetará os projetos em execução, salvo mútuo acordo entre as Partes.

#### ARTIGO XI

O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura.

Feito em Brasília, em 9 de novembro de 2006, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e castelhana, sendo ambos os textos igualmente autênticos e válidos.

.....

#### ***Memorando de entendimento sobre cooperação educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru***

O Governo da República Federativa do Brasil e O Governo da República do Peru (doravante denominados “Partes”),

Conscientes do desejo de aprofundar a cooperação bilateral no campo da educação e tendo em conta sua importância fundamental para o estreitamento dos laços de amizade e de cooperação entre os dois países, e Considerando o acordado no âmbito do Convênio de Intercâmbio Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, firmado em 14 de julho de 1973 na cidade de Lima, do Protocolo Complementar ao Acordo de Intercâmbio Cultural firmado na cidade de Lima em 26 de junho de 1981 e do Programa Executivo Cultural e Educativo

firmado em 21 de novembro de 2003,

Manifestam sua determinação de implementar uma associação para a educação nos seguintes termos:

## 1. Áreas de interesse

1.1. As Partes definem como áreas e objetivos prioritários:

a) educação básica regular (educação infantil, ensino fundamental e médio) aprimoramento da qualidade educacional, formação de docentes, estatísticas educacionais, metodologias de avaliação e tratamento intercultural;

b) educação profissional e tecnológica: formação de docentes e desenvolvimento de currículo;

c) educação de jovens e adultos;

d) educação especial;

e) educação à distância: tecnologias de informação e comunicação aplicadas à educação; e

f) educação superior: intercâmbio acadêmico entre as Instituições de Ensino Superior e de informações sobre o reconhecimento de graus acadêmicos e títulos profissionais pelos organismos ou instituições federais de cada país.

1.2. As Partes incentivarão as autoridades dos dois países a promover o ensino do idioma Português no Peru e do idioma Castelhana no Brasil, com especial atenção para as zonas fronteiriças.

## 2. Mecanismos e Instituições:

2.1. As Partes procurarão estimular e facilitar relações estreitas entre as respectivas instituições educacionais e entre escolas e universidades e entre organismos nacionais de educação superior, com o conhecimento do Ministério de Educação do Brasil e do Ministério da Educação do Peru.

2.2. A cooperação poderá incluir:

a) intercâmbio e aperfeiçoamento de professores, estudantes e gestores educacionais; estágios para o intercâmbio, análise e avaliação de experiências para a tomada de decisão que permita o alcance dos fins da educação;

b) realização conjunta de seminários e eventos;

c) intercâmbio de informações sobre sistemas e políticas educacionais, conteúdos curriculares e experiências e programas específicos; e

d) elaboração de projetos de cooperação técnica;

## 3. Financiamento

Os custos das atividades que se realizem em virtude do presente Memorando de Entendimento serão cobertos nos termos mutuamente acordados pelas instituições educacionais responsáveis pelos projetos específicos. A implementação estará sujeita à disponibilidade de fundos destinados nos respectivos países, para o qual as Partes realizarão os esforços necessários.

## 4. Solução de Controvérsias

Qualquer controvérsia que possa surgir sobre a interpretação, implementação e/ou aplicação do presente Memorando de Entendimento será solucionada pelas Partes por via diplomática.

## 5. Duração

O presente Memorando de Entendimento terá duração de quatro anos e será renovável automaticamente por iguais períodos.

## 6. Emenda

Qualquer Emenda se fará por mútuo consentimento das Partes, mediante troca de Notas diplomáticas, seguindo o mesmo procedimento que o presente Memorando de Entendimento para sua entrada em vigor.

## 7. Denúncia

O presente Memorando de Entendimento poderá ser denunciado por qualquer das Partes mediante notificação à outra, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito três meses depois de recebida a referida notificação.

## 8. Entrada em Vigor

O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de recebimento da última notificação em que uma das Partes comunique à outra o cumprimento dos procedimentos legais exigidos por seus respectivos ordenamentos constitucionais, para sua entrada em vigor.

Feito em Brasília, em 9 de novembro de 2006, em dois exemplares originais, nos idiomas português e castelhano, sendo ambos os textos igualmente autênticos e válidos.

.....

### ***Acordo quadro sobre cooperação em matéria de defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru***

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru (a seguir referidos como as “Partes” e separadamente como a “Parte”),

No marco dos compromissos de alto nível entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Peru, contidos nos Comunicados Conjuntos dos Chefes de Estados e dos Chanceleres de ambos países, de 25 de agosto de 2003 e de 10 de fevereiro de 2004, respectivamente;

Guiados por uma aspiração compartilhada a favor do desenvolvimento, da cooperação e do fortalecimento de suas relações de amizade e mútuo entendimento; conscientes que a dinâmica dos eixos de integração e desenvolvimento vinculará e complementará ainda mais suas sociedades e economias; desejosos de fomentar a paz e a segurança internacionais em conformidade com a Carta das Nações Unidas, a Carta da Organização dos Estados Americanos, a Declaração Constitutiva da Comunidade Sul-americana de Nações e o Tratado de Cooperação Amazônica;

Tendo em conta os valores identificados e os propósitos acordados na Cúpula do Milênio, na Declaração do México sobre Segurança Hemisférica, assim como em diversos entendimentos políticos no âmbito sul-americano orientados à construção da

Comunidade Sul-americana de Nações, em cujo espírito se celebra o presente Acordo;

Firmemente convencidos que a cooperação propiciará um nível superior de proteção e defesa de seus territórios, particularmente o amazônico, auxiliando a integração dos três componentes do desenvolvimento sustentável na Amazônia – desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção do meio ambiente – e, em concordância com os resultados da Cúpula do Milênio;

Alentados pelos satisfatórios resultados obtidos por meio do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa e das Rodadas de Conversações de Altos Comandos Militares de ambos os países,

Acordam o seguinte:

## ARTIGO 1

### Objeto

A cooperação entre as Partes, regida pelos princípios da igualdade, da reciprocidade e do interesse mútuo, em consonância com as respectivas legislações nacionais e pelas obrigações internacionais assumidas, tem como objetivos:

a) desenvolver uma visão compartilhada de defesa, identificando temas e interesses comuns no âmbito global, hemisférico e regional;

b) intercambiar informação em inteligência estratégica em coordenação com os organismos de defesa de cada país;

c) compartilhar conhecimentos e experiências adquiridas no campo de operações, utilização de equipamento militar de origem nacional e estrangeira, assim como o cumprimento de operações internacionais de manutenção da paz;

d) promover ações conjuntas de treinamento e instrução militar, exercícios militares combinados e de ações cívicas, assim como o correspondente intercâmbio de informações;

e) cooperar na área da indústria militar, assim como na das ciências e tecnologias, para a investigação e desenvolvimento relacionados com o equipamento e sistemas militares, apoio logístico,

aquisição de produtos e serviços de defesa; e  
f) cooperar em outras áreas no domínio da defesa que possam ser de interesse mútuo.

## ARTIGO 2

### Âmbito da Cooperação

A cooperação entre as Partes em matéria de Defesa compreenderá, entre outras:

- a) visitas mútuas de delegações de alto nível e entidades civis e militares;
- b) reuniões de pessoal e reuniões técnicas;
- c) reuniões entre as instituições de defesa equivalentes;
- d) intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares;
- e) participação em cursos teóricos e práticos, minicursos, seminários, debates e simpósios em entidades militares, assim como em entidades civis e de interesse da defesa e outras de comum acordo entre as Partes;
- f) visitas de unidades navais, navios de guerra, a portos marítimos e fluviais, as quais se realizarão conforme o estabelecido na legislação de cada uma das Partes;
- g) eventos culturais e desportivos;
- h) facilitar a aquisição de equipamento e armamento relacionado com a defesa; e
- i) implementar e desenvolver programas e projetos de investigação e tecnologia em matéria de defesa, com a possibilidade de participação de entidades militares e civis de interesse estratégico para as Partes.

## ARTIGO 3

### Responsabilidades Financeiras

1. Cada Parte será responsável por seus respectivos gastos:
  - a) os custos de transporte;
  - b) os relativos ao pessoal de cada uma das Partes, incluindo os de alimentação e hospedagem; e
  - c) os relativos ao tratamento médico, dental, remoção ou evacuação do pessoal enfermo, ferido ou falecido.

2. Ainda assim, todos os custos derivados das atividades incluídas no presente Acordo, estarão sujeitos as disponibilidades orçamentárias das Partes.

## ARTIGO 4

### Assistência Médica

Sem prejuízo do disposto na alínea “c” do precedente Artigo 3, a Parte receptora deverá prover o tratamento médico daquelas enfermidades que exigem tratamento de emergência do pessoal da Parte visitante, durante o desenvolvimento de atividades no âmbito de programas bilaterais de cooperação em matéria de defesa, em estabelecimentos das Forças Armadas e, em caso necessário, em outros estabelecimentos. A Parte visitante será a responsável pelos custos que advenham do tratamento desse pessoal.

## ARTIGO 5

### Responsabilidade Civil

1. Uma Parte não impetrará nenhuma ação cível contra a outra Parte ou membro das Forças Armadas da outra Parte, por danos causados no exercício das atividades previstas no âmbito do presente Acordo.
2. Quando membros das Forças Armadas causarem perda ou dano a terceiros, por imprudência, imperícia ou negligência, na execução de suas obrigações oficiais, a Parte envolvida será responsável pela perda ou dano, conforme a legislação vigente da Parte anfitriã.
3. A indenização correspondente será estabelecida em conformidade com a legislação da Parte anfitriã.
4. Se as Forças Armadas de ambas as Partes forem responsáveis pela perda ou dano causado a terceiros, ambas serão responsáveis, solidariamente, na compensação ou indenização cabível.

## ARTIGO 6

### Segurança de Matérias Classificadas

A proteção de informação classificada objeto

de um entendimento específico entre as Partes. Enquanto isso, toda a informação classificada que seja trocada entre as Partes será protegida de acordo com os seguintes princípios:

a) a Parte destinatária não proverá a terceiros países qualquer equipamento militar, tecnologia ou difundirá informação sigilosa, obtida durante a vigência do presente Acordo, sem a prévia autorização da Parte remetente;

b) a Parte destinatária procederá à classificação de igual grau de confidencialidade ao atribuído pela Parte remetente e tomará, conseqüentemente, as necessárias medidas de proteção;

c) a informação sigilosa apenas será usada para a finalidade para a qual foi provida ou obtida;

d) o acesso à informação sigilosa é limitado às pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que, no caso de informação sigilosa classificada como confidencial ou superior, estejam habilitadas com a adequada credencial, emitida pela autoridade competente;

e) as Partes informarão, mutuamente, sobre as alterações ulteriores dos graus de classificação da informação sigilosa transmitida;

f) as Partes não poderão diminuir o grau de classificação de segurança sem prévia autorização escrita da Parte remetente; e

g) as responsabilidades e obrigações relativas à segurança e proteção da informação classificada continuarão aplicáveis não obstante a eventual denúncia do presente Acordo.

#### ARTIGO 7

##### Ajustes Complementares/Emendas/Revisão/Programas

1. Com o consentimento das Partes, Ajustes Complementares poderão ser assinados em áreas específicas de cooperação de defesa, envolvendo entidades civis e militares, nos termos deste Acordo.

2. Os programas de atividades derivados do presente Acordo ou dos referidos Ajustes Complementares serão elaborados, desenvolvidos e

implementados por pessoal autorizado do Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e do Ministério da Defesa da República do Peru, respectivamente.

3. Este Acordo pode ser emendado ou revisado com o consentimento das Partes, por intermédio de troca de Notas, por via diplomática.

4. Essas modificações não afetarão a execução de projetos e programas iniciados durante a vigência do Acordo original, salvo se as Partes acordarem o contrário.

5. O início da negociação dos Ajustes Complementares, das Emendas ou das revisões deverá ocorrer sessenta (60) dias após a assinatura. As Emendas entrarão em vigor conforme o disposto no Artigo 10 e as revisões na data de sua formalização.

#### ARTIGO 8

##### Resolução de Controvérsias

Qualquer controvérsia relativa à interpretação, implementação e/ou execução deste Acordo será dirimida por intermédio de consultas diplomáticas entre as Partes.

#### ARTIGO 9

##### Vigência e Denúncia

1. Este Acordo terá duração indefinida.

2. Qualquer das Partes poderá notificar, por via diplomática, em qualquer momento, sua decisão de denunciar o presente Acordo. A denúncia surtirá efeito noventa (90) dias após a recepção da respectiva notificação.

3. Os Projetos e Programas em curso se manterão vigentes até que sejam concluídos, a menos que as Partes decidam de outro modo.

#### ARTIGO 10

##### Entrada em Vigor

O presente Acordo entrará em vigor no trigésimo (30) dia após a data de recepção da última notificação entre as Partes, por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos os respectivos requisitos internos necessários para sua entrada em vigor.

Em fé do que, os representantes das Partes, devidamente autorizados para tal, firmam o presente Acordo, em dois originais, nos idiomas português e castelhano, sendo ambos textos igualmente autênticos.

Feito em Brasília, em 9 novembro de 2006.

.....

***Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para implementação do projeto “implementação e adequação das normas técnicas da estratégia sanitária nacional de combate à DST/HIV/AIDS”***

O Governo da República Federativa do Brasil e O Governo da República do Peru (doravante denominados “Partes Contratantes”),

Considerando que as relações de cooperação têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, assinado em Brasília, em 8 de outubro de 1975;

Tomando em conta que a cooperação técnica na área de saúde reveste-se de especial interesse para as Partes Contratantes;

Ressaltando a importância das ações na área da saúde para a consolidação e o fortalecimento de um Estado democrático e para a superação da pobreza no país,

Ajustam o seguinte:

**ARTIGO I**

1. O presente Ajuste Complementar tem por objetivo a implementação do Projeto “Implementação e Adequação das Normas Técnicas da Estratégia Sanitária Nacional de Combate à DST/HIV/AIDS” (doravante denominado “Projeto”), cuja finalidade é fortalecer as ações de prevenção e controle do HIV, por meio de Normas e Diretivas atualizadas e eficientes, adequadas a cada país.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as

atividades, os resultados e o orçamento.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

**ARTIGO II**

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE) e a Assessoria Internacional do Ministério da Saúde como instituições responsáveis pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar, e

b) o Ministério da Saúde como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

2. O Governo da República do Peru designa:

a) a Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI) e o Escritório-Geral de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde como instituições responsáveis pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar, e

b) o Ministério da Saúde como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

**ARTIGO III**

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver no Peru as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) apoiar os técnicos enviados pelo Governo peruano, disponibilizando instalações e infra-estrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto, e

c) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto

2. Ao Governo da República do Peru cabe:

a) designar e enviar técnicos peruanos para desenvolver no Brasil as atividades de cooperação

técnica previstas no Projeto;

b) apoiar os técnicos enviados pelo Governo brasileiro, disponibilizando instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) zelar para que seja dada continuidade e sustentabilidade às ações desenvolvidas pelos técnicos brasileiros enviados ao Peru; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

#### ARTIGO IV

Os custos de implementação do presente Ajuste Complementar serão compartilhados por ambas as Partes Contratantes, com base nos detalhes contidos no documento do Projeto.

#### ARTIGO V

Na execução das atividades previstas no projeto objeto do presente Ajuste Complementar, as Partes Contratantes poderão dispor, i. a., de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais.

#### ARTIGO VI

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República do Peru.

#### ARTIGO VII

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios anuais sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados aos órgãos coordenadores.

2. Os documentos elaborados e resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto a que se refere o presente Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes Contratantes. A

versão oficial dos documentos de trabalho será elaborada no idioma do país de origem do trabalho. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes Contratantes ser expressamente consultadas, científicadas e mencionadas no corpo do documento objeto da publicação.

#### ARTIGO VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação e/ou implementação do presente Ajuste Complementar que surja de sua execução será dirimida pelas Partes Contratantes por via diplomática.

#### ARTIGO IX

Qualquer Emenda deverá ser expressa mediante troca de Notas diplomáticas, com consentimento de ambas as Partes Contratantes, e entrará em vigor conforme o mesmo procedimento estabelecido para a entrada em vigor do Ajuste Complementar.

#### ARTIGO X

Qualquer das Partes Contratantes poderá notificar, por via diplomática, a qualquer momento, a sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar. A denúncia somente surtirá efeito três meses após o recebimento da respectiva notificação pela outra Parte Contratante. Cabe, então, às Partes Contratantes decidir sobre a continuidade ou não das atividades que se encontrem em execução.

#### ARTIGO XI

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data do recebimento da última notificação, pela qual uma das Partes Contratantes comunique à outra, por via diplomática, o cumprimento dos requisitos exigidos por seus ordenamentos jurídicos internos necessários para sua entrada em vigor.

#### ARTIGO XII

O presente Ajuste Complementar terá

duração de dois anos, renováveis automaticamente, até o cumprimento dos seus objetivos, salvo denúncia das Partes Contratantes.

#### ARTIGO XIII

Para os assuntos não previstos no presente Ajuste Complementar, serão aplicadas as disposições do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru.

Feito em Brasília, em 9 de novembro de 2006, em dois exemplares originais, nos idiomas português e castelhano, sendo ambos os textos igualmente válidos e autênticos.

.....

#### ***Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para implementação do projeto “Gestão descentralizada dos programas sociais”***

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru (doravante denominados “Partes Contratantes”),

Considerando que as relações de cooperação têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, assinado em Brasília, em 8 de outubro de 1975;

Tomando em conta que a cooperação técnica na área de desenvolvimento social reveste-se de especial interesse para as Partes Contratantes;

Reafirmando a relevância da descentralização dos programas sociais para o fortalecimento institucional do governo federal, bem como dos governos regionais e municipais;

Ressaltando a importância da articulação do Ministério da Mulher e do Desenvolvimento Social com outros setores do Peru para a consolidação e

fortalecimento de um Estado democrático e para a superação da pobreza no país,

Ajustam o seguinte:

#### ARTIGO I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objetivo a implementação do Projeto “Gestão Descentralizada dos Programas Sociais” (doravante denominado “Projeto”), cuja finalidade é contribuir para o fortalecimento das capacidades dos funcionários da área de desenvolvimento social por meio da descentralização dos programas sociais.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades, os resultados e o orçamento.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

#### ARTIGO II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar, e

b) o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

2. O Governo da República do Peru designa:

a) a Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar, e

b) o Ministério da Mulher e do Desenvolvimento Social (MIMDES) como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

#### ARTIGO III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos brasileiros para desenvolver no Peru as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto, e

b) apoiar os técnicos enviados pelo Governo peruano, disponibilizando instalações e infra-estrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República do Peru cabe:

a) designar técnicos peruanos para receber treinamento;

b) apoiar os técnicos enviados pelo Governo brasileiro, disponibilizando instalações e infra-estrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) zelar para que seja dada continuidade e sustentabilidade às ações desenvolvidas pelos técnicos brasileiros enviados ao Peru, e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

#### ARTIGO IV

Os custos de implementação do presente Ajuste Complementar serão compartilhados por ambas as Partes Contratantes, com base nos detalhes contidos no documento do Projeto.

#### ARTIGO V

Na execução das atividades previstas no projeto objeto do presente Ajuste Complementar, as Partes Contratantes poderão dispor, i. a., de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais.

#### ARTIGO VI

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República do Peru.

#### ARTIGO VII

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios anuais sobre os resultados obtidos no projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados aos órgãos coordenadores.

2. Os documentos elaborados e resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto a que se refere o presente Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes Contratantes. A versão oficial dos documentos de trabalho será elaborada no idioma do país de origem do trabalho. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes Contratantes ser expressamente consultadas, científicas e mencionadas no corpo do documento objeto da publicação.

#### ARTIGO VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação e/ou implementação do presente Ajuste Complementar que surja de sua execução será dirimida pelas Partes Contratantes por via diplomática.

#### ARTIGO IX

Qualquer Emenda deverá ser expressa mediante troca de Notas diplomáticas, com consentimento de ambas as Partes Contratantes, e a mesma entrará em vigor conforme o mesmo procedimento estabelecido para a entrada em vigor do Ajuste Complementar.

#### ARTIGO X

Qualquer das Partes Contratantes poderá notificar, por via diplomática, a qualquer momento, a sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar. A denúncia somente surtirá efeito três meses após o recebimento da respectiva notificação pela outra Parte Contratante. Cabe, então, às Partes Contratantes decidir sobre a continuidade ou não das atividades que se encontrem em execução.

## ARTIGO XI

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data do recebimento da última notificação, pela qual uma das Partes Contratantes comunique à outra, por via diplomática, o cumprimento dos requisitos exigidos por seus ordenamentos jurídicos internos necessários para sua entrada em vigor.

## ARTIGO XII

O presente Ajuste Complementar terá duração de dois anos, renováveis automaticamente, até o cumprimento dos seus objetivos, salvo denúncia das Partes Contratantes.

## ARTIGO XIII

Para os assuntos não previstos no presente Ajuste Complementar, serão aplicadas as disposições do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru.

Feito em Brasília, em 9 de novembro de 2006, em dois exemplares originais, nos idiomas português e castelhano, sendo ambos os textos igualmente válidos e autênticos.

.....

### ***Memorando de entendimento para o estabelecimento de uma comissão mista permanente em matéria energética, geológica e de mineração entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia e Minas da República do Peru***

O Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia e Minas da República do Peru (doravante denominados as "Partes"),

Conscientes de que o desenvolvimento econômico e social sustentável depende do suprimento assegurado e confiável de energia, em condições competitivas e tecnologicamente adequadas;

Seguros de que a integração energética é iniciativa de especial relevância para a concretização

da integração física entre os países da América do Sul;

Igualmente conscientes da importância do setor de geologia, mineração e transformação mineral para suas respectivas economias;

Convencidos de que o desenvolvimento de uma efetiva cooperação nas áreas acima mencionadas conduzirá a uma concertação e diálogo político mais profundos entre os dois países, contribuindo também para melhorar a eficiência econômica e a proteção do meio ambiente, em benefício de seus povos;

Levando em consideração o Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área Energética entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, assinado em 23/10/1997,

Tendo presente, ademais, o Memorando de Entendimento entre a Petrobras, Perupetro S.A e Petroperu para o Desenvolvimento de Investimentos em Exploração, Produção, Transporte, Transformação e Distribuição de Hidrocarbonetos, assinado em 27/09/2006,

Acordaram o seguinte:

1. Criar uma Comissão Mista Permanente para estabelecer um Programa de Cooperação entre Brasil e Peru nas áreas energética, geológica e de mineração.

2. A Comissão será co-presidida pelos respectivos Ministros responsáveis pelos setores de energia, geologia e mineração dos dois países ou por quem por eles seja designado para tal efeito.

3. A Comissão poderá reunir-se também em nível executivo e técnico, com a participação de representantes de órgãos governamentais e de empresas estatais de cada país, vinculados às áreas de competência da Comissão.

4. A Comissão será composta em nível executivo por representantes de:

a) Pela República Federativa do Brasil:

Ministério de Minas e Energia:

- Secretaria de Energia Elétrica;

- Secretaria de Geologia, Mineração e

Transformação Mineral;  
- Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis;  
- Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético;  
ELETROBRÁS;  
PETROBRAS;  
CPRM (Serviço Geológico do Brasil);  
Departamento Nacional de Produção Mineral;  
Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;  
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;  
Ministério de Relações Exteriores:  
- Departamento de Energia;  
- Departamento da América do Sul;  
b) Pela República do Peru:  
Ministério de Energia e Minas:  
- Diretoria-Geral de Hidrocarbonetos;  
- Diretoria-Geral de Mineração;  
- Diretoria-Geral de Eletricidade ;  
INGEMMET;  
Ministério de Relações Exteriores:  
- Subsecretaria para Assuntos de América;  
- Subsecretaria de Assuntos Econômicos;  
Ministério da Produção:  
- Diretoria-Geral de Indústria;  
PETROPERU;  
PROINVERSION;  
PERUPETRO.

5. A Comissão se reunirá, em qualquer nível que se decida, uma vez a cada dois anos, alternadamente em cada país. Poderá haver, ainda, reuniões extraordinárias, propostas por qualquer das Partes quando for necessário.

6. O país anfitrião ou proponente de uma reunião anual ou extraordinária deverá apresentar, por via diplomática, projeto de agenda com antecedência exequível.

7. Depois de cada reunião será lavrada ata na qual se registrarão as recomendações acordadas

e as propostas de ações a serem desenvolvidas.

8. Os gastos com passagens e diárias originados pela Comissão serão financiados independentemente por cada Parte.

9. Os gastos com projetos, assessorias, consultorias e outros deverão ser cobertos pela parte que os tenha solicitado, a menos que a Comissão determine outra forma de financiamento.

10. A Comissão poderá criar Grupos de Trabalho ad hoc a fim de tratar de temas específicos sobre energia, geologia e mineração. As conclusões e recomendações desses Grupos serão submetidas à aprovação da Comissão e incorporadas à agenda desta uma vez aprovadas.

11. Dentre as funções permanentes da Comissão, incluem-se os seguintes:

a) deliberar sobre assuntos energéticos, geológicos e de mineração de interesse comum, incluídos na agenda bilateral e regional;

b) promover atividades de cooperação, associação e ação comum nos campos da geologia, da mineração, hidrocarbonetos e afins, incluindo Gás Natural Comprimido e Micro GNL, fertilizantes e petroquímica, biocombustíveis, energia elétrica e outras fontes alternativas de energia renovável, como a energia eólica, energia solar ou térmica, assim como identificar oportunidades e apoiar a participação de empresas dos dois países em empreendimentos e atividades comerciais e de investimento conjuntos nas áreas acima mencionadas, seja em seus territórios ou em terceiros países;

c) estimular concretamente o desenvolvimento tecnológico e a aplicação de novas tecnologias às ações e atividades a que se refere a alínea “b” acima e aquelas destinadas a melhorar a eficiência energética e conservação de energia;

d) definir ações de apoio, incluindo, se necessário, o desenvolvimento de instrumentos legais e regulatórios, e estudar formas de financiamento que permitam facilitar e promover os projetos empresariais e governamentais conjuntos nas áreas de hidrocarbonetos, dos biocombustíveis, de

geologia, de mineração e de energia elétrica, dentro de seus territórios e em terceiros países;

e) definir o programa anual de trabalho da Comissão;

f) promover a integração e disseminação dos Sistemas de Informações Energéticas da América Latina; e

g) intercambiar informação nos foros de integração energética regional.

12. Este Memorando entrará em vigor a partir de sua assinatura e terá vigência até que uma das Partes notifique a outra, por escrito, de sua decisão de denunciá-lo, com seis meses de antecedência. A denúncia do presente Memorando não afetará os projetos que, em seu âmbito, estejam porventura ainda em curso.

13. Qualquer das Partes poderá apresentar, por escrito, propostas de modificação ao presente Memorando de Entendimento. As modificações aprovadas pelas Partes entrarão em vigor em data mutuamente acordada.

Feito em Brasília, em 9 de novembro de 2006, em dois exemplares originais nos idiomas português e castelhano, sendo os dois textos igualmente autênticos.

.....

***Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para implementação do projeto “fortalecimento institucional do programa nacional de apoio direto aos mais pobres”***

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru (doravante denominados “Partes Contratantes”),

Considerando que as relações de cooperação têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, assinado em Brasília, em 8 de outubro de 1975;

Tomando em conta que a cooperação técnica na área de desenvolvimento social reveste-se de especial interesse para as Partes Contratantes;

Reafirmando a relevância do intercâmbio de informações e experiências dos Programas Bolsa Família, do Brasil, e Juntos, do Peru, para o desenvolvimento de capacidades nos processos de validação, monitoramento e avaliação das ações de redução da pobreza;

Ressaltando a importância da articulação de estratégias conjuntas visando a elevação da qualidade de vida das populações em situação de extrema pobreza, inclusive nas zonas de fronteira,

Ajustam o seguinte:

**ARTIGO I**

1. O presente Ajuste Complementar tem por objetivo a implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Programa Nacional de Apoio Direto aos Mais Pobres” (doravante denominado “Projeto”), cuja finalidade é intercambiar conhecimentos e experiências relativos ao Programa Bolsa Família, do Brasil, e Juntos, do Peru, a fim de desenvolver estratégias para a consolidação de ações de redução da pobreza inclusive em regiões da fronteira.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades, os resultados e o orçamento.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

**ARTIGO II**

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar, e

b) o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

2. O Governo da República do Peru designa:
- a) a Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI) como responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar, e
  - b) o Programa Nacional de Apoio Direto aos Mais Pobres como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

#### ARTIGO III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

- a) designar e enviar técnicos brasileiros para desenvolver no Peru as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto, e
- b) apoiar os técnicos enviados pelo Governo peruano, disponibilizando instalações e infra-estrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;
- c) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República do Peru cabe:

- a) designar técnicos peruanos para receber treinamento;
- b) apoiar os técnicos enviados pelo Governo brasileiro, disponibilizando instalações e infra-estrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;
- c) zelar para que seja dada continuidade e sustentabilidade às ações desenvolvidas pelos técnicos peruanos enviados ao Brasil, e
- d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

#### ARTIGO IV

Os custos de implementação do presente Ajuste Complementar serão compartilhados por ambas as Partes Contratantes, com base nos detalhes contidos no documento do Projeto.

#### ARTIGO V

Na execução das atividades previstas no projeto objeto do presente Ajuste Complementar, as Partes Contratantes poderão dispor, i. a., de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais.

#### ARTIGO VI

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República do Peru.

#### ARTIGO VII

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios anuais sobre os resultados obtidos no projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados aos órgãos coordenadores.

2. Os documentos elaborados e resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto a que se refere o presente Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes Contratantes. A versão oficial dos documentos de trabalho será elaborada no idioma do país de origem do trabalho. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes Contratantes ser expressamente consultadas, científicas e mencionadas no corpo do documento objeto da publicação.

#### ARTIGO VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação e/ou implementação do presente Ajuste Complementar que surja de sua execução será dirimida pelas Partes Contratantes por via diplomática.

#### ARTIGO IX

Qualquer Emenda deverá ser expressa

mediante troca de Notas diplomáticas, com consentimento de ambas as Partes Contratantes, e a mesma entrará em vigor conforme o mesmo procedimento estabelecido para a entrada em vigor do Ajuste Complementar.

#### ARTIGO X

Qualquer das Partes Contratantes poderá notificar, por via diplomática, a qualquer momento, a sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar. A denúncia somente surtirá efeito três meses após o recebimento da respectiva notificação pela outra Parte Contratante. Cabe, então, às Partes Contratantes decidir sobre a continuidade ou não das atividades que se encontrem em execução.

#### ARTIGO XI

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data do recebimento da última notificação, pela qual uma das Partes Contratantes comunique à outra, por via diplomática, o cumprimento dos requisitos exigidos por seus ordenamentos jurídicos internos necessários para sua entrada em vigor.

#### ARTIGO XII

O presente Ajuste Complementar terá duração de dois anos, renováveis automaticamente, até o cumprimento dos seus objetivos, salvo denúncia das Partes Contratantes.

#### ARTIGO XIII

Para os assuntos não previstos no presente Ajuste Complementar, serão aplicadas as disposições do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru.

Feito em Brasília, em 9 de novembro de 2006, em dois exemplares originais, nos idiomas português e castelhano, sendo ambos os textos igualmente válidos e autênticos.

.....

#### *Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para implementação do projeto “fortalecimento da regulamentação e fiscalização em saúde pública no processo de descentralização dos ministérios da saúde do Brasil e do Peru”*

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru (doravante denominados “Partes Contratantes”),

Considerando que as relações de cooperação têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, assinado em Brasília, em 8 de outubro de 1975;

Tomando em conta que a cooperação técnica na área de saúde reveste-se de especial interesse para as Partes Contratantes;

Ressaltando a importância das ações na área da saúde para a consolidação e o fortalecimento de um Estado democrático e para a superação da pobreza no país,

Ajustam o seguinte:

#### ARTIGO I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objetivo a implementação do Projeto “Fortalecimento da Regulamentação e Fiscalização em Saúde Pública no Processo de Descentralização dos Ministérios da Saúde do Brasil e do Peru (doravante denominado “Projeto”), cuja finalidade é contribuir para o fortalecimento dos serviços de regulamentação e fiscalização dos serviços de saúde pública durante o processo de descentralização do Ministérios da Saúde do Brasil e do Peru.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades, os resultados e o orçamento.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

## ARTIGO II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE) e a Assessoria Internacional do Ministério da Saúde como instituições responsáveis pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar, e

b) o Ministério da Saúde como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

2. O Governo da República do Peru designa:

a) a Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI) e o Escritório-Geral de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde como instituições responsáveis pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar, e

b) o Ministério da Saúde como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

## ARTIGO III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver no Peru as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto,

b) apoiar os técnicos enviados pelo Governo peruano, disponibilizando instalações e infra-estrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) zelar para que seja dada continuidade e sustentabilidade às ações desenvolvidas pelos técnicos peruanos enviados ao Brasil; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República do Peru cabe:

a) designar e enviar técnicos peruanos para desenvolver no Brasil as atividades de cooperação

técnica previstas no Projeto;

b) apoiar os técnicos enviados pelo Governo brasileiro, disponibilizando instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) zelar para que seja dada continuidade e sustentabilidade às ações desenvolvidas pelos técnicos peruanos enviados ao Brasil; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

## ARTIGO IV

Os custos de implementação do presente Ajuste Complementar serão compartilhados por ambas as Partes Contratantes, com base nos detalhes contidos no documento do Projeto.

## ARTIGO V

Na execução das atividades previstas no projeto objeto do presente Ajuste Complementar, as Partes Contratantes poderão dispor, i. a., de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais.

## ARTIGO VI

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República do Peru.

## ARTIGO VII

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios anuais sobre os resultados obtidos no projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados aos órgãos coordenadores.

2. Os documentos elaborados e resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto a que se refere o presente Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes Contratantes. A

versão oficial dos documentos de trabalho será elaborada no idioma do país de origem do trabalho. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes Contratantes ser expressamente consultadas, científicas e mencionadas no corpo do documento objeto da publicação.

#### ARTIGO VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação e/ou implementação do presente Ajuste Complementar que surja de sua execução será dirimida pelas Partes Contratantes por via diplomática.

#### ARTIGO IX

Qualquer Emenda deverá ser expressa mediante troca de Notas diplomáticas, com consentimento de ambas as Partes Contratantes, e entrará em vigor conforme o mesmo procedimento estabelecido para a entrada em vigor do Ajuste Complementar.

#### ARTIGO X

Qualquer das Partes Contratantes poderá notificar, por via diplomática, a qualquer momento, a sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar. A denúncia somente surtirá efeito três meses após o recebimento da respectiva notificação pela outra Parte Contratante. Cabe, então, às Partes Contratantes decidir sobre a continuidade ou não das atividades que se encontrem em execução.

#### ARTIGO XI

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data do recebimento da última notificação, pela qual uma das Partes Contratantes comunique à outra, por via diplomática, o cumprimento dos requisitos exigidos por seus ordenamentos jurídicos internos necessários para sua entrada em vigor.

#### ARTIGO XII

O presente Ajuste Complementar terá duração de dois anos, renováveis automaticamente, até o cumprimento dos seus objetivos, salvo denúncia das Partes Contratantes.

#### ARTIGO XIII

Para os assuntos não previstos no presente Ajuste Complementar, serão aplicadas as disposições do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru.

Feito em Brasília, em 9 de novembro de 2006, em dois exemplares originais, nos idiomas português e castelhano, sendo ambos os textos igualmente válidos e autênticos.

.....

#### *Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para implementação do projeto “fortalecimento da capacidade de resposta dos serviços de saúde frente a uma pandemia de influenza”*

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru (doravante denominados “Partes Contratantes”),

Considerando que as relações de cooperação têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, assinado em Brasília, em 8 de outubro de 1975;

Tomando em conta que a cooperação técnica na área de saúde reveste-se de especial interesse para as Partes Contratantes;

Ressaltando a importância das ações na área da saúde para a consolidação e o fortalecimento de um Estado democrático e para a superação da pobreza no país,

Ajustam o seguinte:

#### ARTIGO I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objetivo a implementação do Projeto “Fortalecimento da Capacidade de Resposta dos Serviços de Saúde Frente a uma Pandemia de Influenza” (doravante denominado “Projeto”), cuja finalidade é contribuir

para o fortalecimento dos serviços de saúde para o manejo e cuidados adequados de casos de influenza na eventualidade de uma pandemia.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades, os resultados e o orçamento.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

#### ARTIGO II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar, e

b) o Ministério da Saúde como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

2. O Governo da República do Peru designa:

a) a Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI) como responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar, e

b) o Ministério da Saúde como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

#### ARTIGO III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos brasileiros para desenvolver no Peru as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto, e

b) apoiar os técnicos enviados pelo Governo peruano, disponibilizando instalações e infra-estrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República do Peru cabe:

a) designar técnicos peruanos para receber treinamento;

b) apoiar os técnicos enviados pelo Governo brasileiro, disponibilizando instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) zelar para que seja dada continuidade e sustentabilidade às ações desenvolvidas pelos técnicos brasileiros enviados ao Peru, e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

#### ARTIGO IV

Os custos de implementação do presente Ajuste Complementar serão compartilhados por ambas as Partes Contratantes, com base nos detalhes contidos no documento do Projeto.

#### ARTIGO V

Na execução das atividades previstas no projeto objeto do presente Ajuste Complementar, as Partes Contratantes poderão dispor, i. a., de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais.

#### ARTIGO VI

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República do Peru.

#### ARTIGO VII

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios anuais sobre os resultados obtidos no projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados aos órgãos coordenadores.

2. Os documentos elaborados e resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto a que se refere o presente Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes Contratantes. A versão oficial dos documentos de trabalho será

elaborada no idioma do país de origem do trabalho. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes Contratantes ser expressamente consultadas, científicas e mencionadas no corpo do documento objeto da publicação.

#### ARTIGO VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação e/ou implementação do presente Ajuste Complementar que surja de sua execução será dirimida pelas Partes Contratantes por via diplomática.

#### ARTIGO IX

Qualquer Emenda deverá ser expressa mediante troca de Notas diplomáticas, com consentimento de ambas as Partes Contratantes, e entrará em vigor conforme o mesmo procedimento estabelecido para a entrada em vigor do Ajuste Complementar.

#### ARTIGO X

Qualquer das Partes Contratantes poderá notificar, por via diplomática, a qualquer momento, a sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar. A denúncia somente surtirá efeito três meses após o recebimento da respectiva notificação pela outra Parte Contratante. Cabe, então, às Partes Contratantes decidir sobre a continuidade ou não das atividades que se encontrem em execução.

#### ARTIGO XI

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data do recebimento da última notificação, pela qual uma das Partes Contratantes comunique à outra, por via diplomática, o cumprimento dos requisitos exigidos por seus ordenamentos jurídicos internos necessários para sua entrada em vigor.

#### ARTIGO XII

O presente Ajuste Complementar terá duração de dois anos, renováveis automaticamente,

até o cumprimento dos seus objetivos, salvo denúncia das Partes Contratantes.

#### ARTIGO XIII

Para os assuntos não previstos no presente Ajuste Complementar, serão aplicadas as disposições do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru.

Feito em Brasília, em 9 de novembro de 2006, em dois exemplares originais, nos idiomas português e castelhano, sendo ambos os textos igualmente válidos e autênticos.

.....

#### ***Declaração dos Ministros da Defesa da República Federativa do Brasil e da República do Peru sobre cooperação em matéria de vigilância da Amazônia***

Reunidos em Brasília, em nove de novembro de 2006, os Ministros da Defesa do Brasil, Doutor Waldir Pires, e do Peru, Embaixador Allan Wagner, decidiram criar um Grupo de Trabalho Binacional, que iniciará seus trabalhos em 30 dias, com o propósito de iniciar o processo de integração do Peru ao Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), bem como a fim de empreender alguns projetos prioritários no âmbito do Memorando de Entendimento entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Peru sobre Cooperação em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia, assinado em 25 de agosto de 2003.

#### **Visita de Estado do Presidente Alan García Perez ao Brasil - Brasília - Comunicado Conjunto (9 de novembro de 2006)**

“BRASIL–PERU: Ampliando os horizontes de uma Parceria Estratégica”

A convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República do Peru, Senhor Alan García Perez, fez visita de Estado ao Brasil, em 9 de

novembro de 2006, acompanhado dos Ministros das Relações Exteriores, José António García Belaúnde, da Defesa, Allan Wagner, do Trabalho e da Promoção do Emprego, Susana Pinilla, do Comércio Exterior e Turismo, Mercedes Araújo, de Energia e Minas, Juan Valdivia, dos Transportes e Comunicações, Verónica Zavala, e da Habitação, Construção e Saneamento, Hernán Garrido-Lecca.

2. Durante a sua visita de Estado, o Presidente Alan García foi homenageado em Sessão Solene do Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal.

3. Os Presidentes Lula da Silva e Alan García passaram em revista os principais temas da agenda bilateral e da conjuntura regional e internacional e assinalaram as amplas coincidências de posições entre os dois países na defesa dos valores e objetivos compartilhados de promoção da paz, da democracia, do desenvolvimento econômico com justiça social, da superação da fome e da pobreza, da integração regional, do respeito pelos direitos humanos e a diversidade cultural.

4. Os dois Presidentes reafirmaram os sólidos laços que unem os dois países, o elevado nível de entendimento político entre seus Governos e o propósito comum de promover a prosperidade e a justiça social em benefício de suas populações.

5. Reiteraram nesse sentido o compromisso de seguir aprofundando a Aliança Estratégica entre os dois países através do diálogo político e de iniciativas de cooperação nos campos econômico, comercial e de integração física, assim como nas áreas de políticas sociais, defesa, ciência e tecnologia, cooperação energética, meio ambiente, educação, cultura e turismo.

6. Os dois Presidentes reafirmaram o seu compromisso com o fortalecimento da integração sul-americana.

7. Ressaltaram a importância de continuar o processo de institucionalização da Comunidade Sul-americana de Nações, criada em Cusco, no dia 8 de dezembro de 2004, e de avançar na implementação

de seu Programa de Ação, especialmente no que se refere à intensificação do diálogo político em defesa da democracia e da estabilidade regional, cooperação em políticas de inclusão e coesão social, convergência dos mecanismos regionais de integração comercial e complementação econômica, promoção da diversidade cultural, da livre circulação de pessoas e da integração física e energética da América do Sul por meio de instrumentos adequados e eficazes de financiamento.

8. Nesse sentido, destacaram a importância que terá a II Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-americana de Nações (Cochabamba, 8 e 9 de dezembro de 2006).

9. Ressaltaram também a necessidade de acelerar o processo de convergência do Mercosul com a Comunidade Andina, para que a partir de ambos, com plena participação do Chile, da Guiana e do Suriname, se consolide a integração sul-americana.

10. Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Alan García reiteraram sua satisfação com a entrada em vigor do Acordo Mercosul-Peru ACE-58, em 1º de janeiro de 2006, que reforça a expectativa de incremento das trocas comerciais e integração de cadeias produtivas entre o Peru e os Estados Membros do Mercosul. Registraram, com satisfação, os resultados da I Reunião da Comissão Administradora do ACE-58, realizada em Lima, nos dias 17 e 18 de outubro de 2006.

11. Reiteraram sua satisfação com o seguimento das decisões da Cúpula América do Sul - Países Árabes, e com a realização em Abuja, Nigéria, nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro deste ano, da Cúpula América do Sul – África. Os dois Presidentes endossaram também a sugestão de realização em futuro próximo de uma reunião de Cúpula América do Sul – Ásia.

12. Em conjunto com o Capítulo Peruano do Conselho Assessor Empresarial do APEC (ABAC-Peru), o Presidente Alan Garcia convidou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para participar

como Expositor Central na Cúpula Empresarial da Ásia Pacífico (CEO SUMMIT 2008), que terá lugar no âmbito da XVI Cúpula de Líderes Econômicos do Fórum de Cooperação Econômica da Ásia Pacífico, a ser realizada na cidade de Lima, em novembro de 2008. A Cúpula Empresarial é o maior encontro celebrado anualmente pelo setor privado que atua na Bacia do Pacífico.

13. Os dois Presidentes reafirmaram o compromisso de seus Governos com o fortalecimento do multilateralismo, com a reforma das Nações Unidas e com a democratização das instâncias decisórias internacionais.

14. Nesse sentido, salientaram a importância de seguir envidando esforços no sentido de promover a necessária reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), tornando-o mais democrático, transparente e representativo, com o ingresso de países em desenvolvimento como membros permanentes.

15. Destacaram igualmente a necessidade de aperfeiçoar a metodologia dos trabalhos da Assembleia Geral e do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, com vistas a fortalecer suas funções e torná-los mais eficientes.

16. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu a reiteração pelo Presidente Alan García do apoio peruano à postulação brasileira de ocupar assento de membro permanente num Conselho de Segurança ampliado.

17. Os dois Presidentes destacaram a importância da participação regional na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), e reiteraram o compromisso de seus Governos com a manutenção de seus respectivos contingentes, cuja ação e presença têm contribuído, junto com outras nações, para criar um ambiente mais seguro em benefício da população haitiana e auxiliar na reconstrução do Estado.

18. Reiteraram também seu apoio aos esforços da Organização dos Estados Americanos no processo de normalização da ordem institucional

no Haiti, no fortalecimento das instituições democráticas do país, e na promoção de políticas de desenvolvimento econômico e social.

19. Os dois Presidentes comprometeram-se a continuar a envidar esforços para o fortalecimento do sistema multilateral de comércio e destacaram a importância do G-20 como instrumento de atuação coordenada na defesa dos interesses dos países em desenvolvimento, especialmente no que se refere à liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas, e na busca de soluções negociadas que permitam o avanço da Rodada de Doha.

20. Os dois Presidentes renovaram seu apoio às atividades no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica e reafirmaram a responsabilidade soberana dos países amazônicos na promoção do desenvolvimento sustentável, na melhoria da qualidade de vida de suas populações e na defesa do imenso e rico patrimônio natural da Amazônia. Nesse sentido, reafirmaram sua decisão de seguir intensificando, juntamente com os demais países amazônicos, o diálogo político e cooperação nas áreas de defesa e segurança integral da Amazônia, proteção da biodiversidade e propriedade intelectual, recursos hídricos, comércio, integração física e navegação, educação, saúde, cultura, turismo, e promoção dos direitos das populações indígenas.

21. Os dois Presidentes reafirmaram seu compromisso de contribuir para o êxito da Cúpula América Latina e Caribe - União Européia, que o Peru sediará em 2008.

22. Os dois Presidentes registraram o significativo aumento do fluxo comercial bilateral nos últimos anos, e manifestaram a intenção dos dois Governos de continuar buscando um maior equilíbrio na pauta exportadora dos dois países, inclusive no contexto das iniciativas propostas no Memorando de Entendimento para Implementação do Programa de Substituição Competitiva de Importações, firmado pelo Brasil e Peru em 17 de fevereiro de 2006.

23. Ressaltaram a alta prioridade atribuída por seus Governos ao processo de integração da

infra-estrutura física, com ênfase no fortalecimento da aproximação das regiões vizinhas dos dois países. Nessa linha, concordaram em apoiar a conclusão das obras da Estrada Interoceânica, que interconectará o Acre aos portos do sul do Peru; da Rodovia Bioceânica, obra integrante do complexo multi-modal que ligará o norte peruano ao Estado do Amazonas; e o acesso rodoviário entre as cidades de Cruzeiro do Sul e Pucallpa.

24. Os dois Presidentes reafirmaram seu compromisso com a elaboração, no âmbito da OTCA, de um regulamento fluvial amazônico que contemple o desenvolvimento de hidrovias dos rios amazônicos a fim de fortalecer o componente fluvial das iniciativas de integração física e dinamizar o comércio entre os países, particularmente entre o Brasil e o Peru. Para isso, concluíram que se deve retomar, em breve, as negociações técnicas realizadas em Lima, nos dias 27 e 28 de abril de 2006.

25. Registraram, com satisfação, a assinatura, nesta data, do “Memorando de Entendimento entre os Ministérios de Minas e Energia do Brasil e Energia e Minas do Peru”, que estabelece um mecanismo de consulta e cooperação bilateral em matéria energética, geológica e de mineração. Registraram, igualmente, a importância do “Memorando de Entendimento para o desenvolvimento de investimentos em exploração, produção, transporte, transformação e distribuição de hidrocarbonetos”, firmado em 27 de setembro de 2006, entre a Petroperú, a Perúpetro e a Petrobrás.

26. Comprometeram-se a impulsionar a cooperação bilateral no plano da defesa, e registraram a assinatura, nesta data, do “Acordo-Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa”, que estabelece os objetivos e o alcance desse importante componente da agenda bilateral. Salientaram, também, a subscrição da Declaração dos Ministros das Relações Exteriores e de Defesa, que cria um Mecanismo de Consulta e Cooperação entre os Ministérios das Relações Exteriores e de Defesa dos dois países, que possibilitará a realização de reuniões periódicas para abordar assuntos de defesa.

27. Acordaram também dar impulso ao acesso progressivo do Peru a informações geradas pelo sistema de vigilância da Amazônia operado no âmbito do CINDACTA 4 (Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo), de conformidade com o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia, firmado em março de 2006. Salientaram igualmente os avanços da cooperação bilateral com os recentes entendimentos para a realização de trabalhos conjuntos na área de hidrologia e de sensoriamento remoto na fronteira dos dois países. Para ambos aspectos de cooperação, serão executados os trabalhos técnicos necessários para a incorporação do Peru ao Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM).

28. Assinalaram que a cooperação no campo social constitui elemento essencial nas relações entre os dois países e reiteraram o firme interesse dos Governos do Brasil e do Peru em aprofundar o intercâmbio de experiências e informações nessa área, sobretudo no que diz respeito ao Projeto Bolsa Família e ao “Programa Nacional de Apoyo Directo a los Más Pobres – Juntos”, com vistas ao aperfeiçoamento das políticas públicas para o combate à pobreza e a inclusão social.

29. Nesse sentido, saudaram a celebração, nesta ocasião, do Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, do Brasil, e o Ministério da Mulher e do Desenvolvimento Social, do Peru, além dos Ajustes Complementares ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e o Peru, de 8 de outubro de 1975, para implementação do “Projeto de Fortalecimento Institucional do “Programa Nacional de Apoyo Directo a los Más Pobres – Juntos”, bem como do Programa de Gestão Descentralizada dos Programas Sociais.

30. Reafirmaram o desejo dos Governos do Brasil e do Peru de ampliar a cooperação técnica bilateral, registrando-se os resultados positivos alcançados na V Reunião do Grupo de Trabalho de

Cooperação Técnica Brasil- Peru, realizada em Lima, nos dias 30 e 31 de maio de 2006, ocasião em que foram firmados novos programas de cooperação.

31. Congratularam-se pela assinatura do Memorando de Entendimento entre os Governos do Brasil e do Peru em matéria de biotecnologia, a ser executado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus, por meio do Centro de Biotecnologia da Amazônia (SUFRAMA/CBA) e pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CONCYTEC), do Peru.

32. Congratularam-se igualmente pela celebração do Memorando de Entendimento para cooperação no seqüenciamento do genoma da batata, cujos órgãos executores serão a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e o “Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología” (CONCYTEC) do Peru.

33. Registraram igualmente a ampliação da cooperação no plano da saúde entre os dois países, consubstanciada na celebração, nesta data, dos seguintes Ajustes Complementares ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica: a) “Fortalecimento da Regulamentação e Fiscalização em Saúde Pública no Processo de Descentralização nos Ministérios de Saúde do Brasil e do Peru; b) “Fortalecimento da Capacidade de Resposta dos Serviços de Saúde frente a pandemia de influenza; e c) Implementação e adequação de normas técnicas da Estratégia Sanitária Nacional de DST/HIV/AIDS.

34. Reiteraram o compromisso dos Governos do Brasil e do Peru de intensificar as ações e esforços conjuntos no combate às atividades ilícitas na região de fronteira entre os dois países, sobretudo no que se refere à repressão ao desmatamento ilegal. Coincidiram igualmente na necessidade de conferir segurança às comunidades indígenas que habitam as áreas lindeiras.

35. Decidiram dar impulso ao desenvolvimento e à integração das áreas de fronteira nas quais existe maior interação entre as populações de ambos os países e instruíram as Chancelarias para

que intensifiquem esforços intersetoriais que permitam dispor, no curto prazo, de planos e projetos conjuntos e complementares para o desenvolvimento sustentável nas bacias do rio Javari (Benjamin Constant-Brasil e Islândia-Peru), do rio Purús (Santa Rosa-Brasil e Puerto Esperanza-Peru) e do rio Acre (Assis Brasil-Brasil e Iñapari-Peru).

36. Reafirmaram, nesse sentido, a relevância dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho Brasil-Peru sobre Cooperação Ambiental Fronteiriça (GCAF), exortando seus integrantes a avançar no tratamento dos numerosos temas ambientais.

37. Convieram ainda impulsionar os estudos para estabelecer um marco jurídico adequado para a criação de postos de controle integrado de fronteira entre os dois países.

38. Coincidiram em que o terrorismo e o narcotráfico constituem graves ameaças à segurança, à democracia e ao Estado de Direito. Expressaram o desejo dos seus Governos de dinamizar a cooperação bilateral, particularmente nas áreas com problemas de segurança fronteiriça, e o intercâmbio de experiências sobre a vigilância nas zonas de fronteira. Salientaram o firme empenho dos dois Governos em cooperar no combate ao narcotráfico e delitos conexos, dentro de uma perspectiva integral e equilibrada, e reafirmaram sua intenção de executar os dispositivos do “Acordo Bilateral sobre Cooperação em matéria de Prevenção ao Consumo, Reabilitação, Controle da Produção e do Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas e Delitos Conexos”, em vigor desde 2002.

39. Destacaram os esforços envidados pelo setor privado de ambos países para o fortalecimento da vinculação econômica, que constitui um dos pilares da Aliança Estratégica, e, nesse sentido, congratularam-se pela realização do Seminário Empresarial de que participará o Presidente Alan García na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, no dia 10 de novembro.

40. Manifestaram igualmente a expectativa

quanto à entrada em vigor da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e a Evasão Fiscal, firmada em 17 de fevereiro de 2006, que está em consideração pelos Congressos de ambos países e que deverá, uma vez em vigor, contribuir para o incremento dos investimentos produtivos recíprocos, além de proporcionar maior controle fiscal pelos dois países.

41. Registraram a necessidade de incrementar o turismo mediante a realização de apresentações de produtos e destinos turísticos nos dois países, promovendo, em particular, roteiros turísticos binacionais. Manifestaram também a intenção de aperfeiçoar o Acordo bilateral sobre Serviços Aéreos, com vistas ao aumento do número de frequências semanais ofertadas à cada um dos dois países, proporcionando incremento do turismo e comércio bilateral. O Presidente Alan García transmitiu a seu homólogo brasileiro a decisão peruana de habilitar o aeroporto da cidade de Iñapari para ser utilizado em conjunto pelas populações fronteiriças de Assis Brasil e Iñapari.

42. No importante marco do intercâmbio cultural como instrumento de cooperação e integração entre os povos de ambos os países, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiterou o apoio brasileiro às iniciativas do Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina (CRESPIAL), instituído pelo Acordo firmado entre o Governo do Peru e a UNESCO, em outubro de 2005. O Presidente Alan García agradeceu o interesse do Brasil em participar das atividades do CRESPIAL, manifestado formalmente junto à Diretoria-Geral da UNESCO, em setembro de 2006.

43. O Presidente brasileiro registrou a importância da inauguração em data próxima da exposição peruana “Tesouros do Senhor de Sipán: Esplendor da Cultura Mochica”, na Pinacoteca do Estado de São Paulo.

44. Os Presidentes ressaltaram a importância dos temas culturais e educacionais na agenda bilateral e congratularam-se pela assinatura, nesta data, do Memorando de Entendimento sobre Cooperação

Educacional.

45. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestou sua enorme satisfação em receber o Presidente Alan García, cuja presença reforça e amplia a aliança estratégica entre o Brasil e o Peru.

46. O Presidente do Peru, Alan García, estendeu cordial convite ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para visitar o Peru, em data a ser determinada por via diplomática.

47. O Presidente do Peru, Alan García, agradeceu, em nome próprio e de sua comitiva, a hospitalidade e o afeto da sociedade e do Governo brasileiros durante sua visita de Estado.

### **Cooperação entre Brasil, Alemanha, Índia e Japão sobre reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas - Genebra (9 de novembro de 2006)**

Altos Representantes de Brasil, Alemanha, Índia e Japão reuniram-se em Genebra em 9 de novembro para uma avaliação dos desenvolvimentos relativos à expansão do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) durante a 59ª e 60ª Sessões da Assembléia Geral das Nações Unidas (AGNU). Em preparação para o próximo Debate no Plenário da AGNU em 11 de dezembro sobre reforma do CSNU, formularam estratégias e comprometeram-se a continuar a trabalhar com outros países no futuro imediato com vistas a uma decisão sobre o assunto durante a atual Sessão da Assembléia Geral.

### **Declaração do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à imprensa, por ocasião da cerimônia de assinatura de atos com o Presidente do Peru, Alan García, Palácio do Planalto, Brasília-DF, 9 de novembro de 2006**

Excelentíssimo Senhor Alan García,  
Presidente da República do Peru,

Senhoras e senhores Ministros de Estado e demais integrantes das comitivas do Peru e do Brasil,  
Meus amigos, minhas amigas,  
Representantes da imprensa,

Com grande satisfação recebo o Presidente Alan García, que volta ao Brasil para dar continuidade ao diálogo construtivo e mutuamente proveitoso entre nossos países.

Acabamos de presenciar a assinatura de novos acordos nas áreas de defesa, desenvolvimento social, energia, saúde, educação e cooperação técnica.

Eles refletem a vontade de associar o destino de duas nações vizinhas e amigas.

Nosso comércio bilateral segue crescendo, estimulado pelo bom desempenho das nossas economias.

É bem possível que, até o final deste ano, possamos chegar à cifra recorde de 2 bilhões de dólares, quadruplicando o volume das trocas desde 2001.

A assinatura de acordo comercial entre o Peru e o Mercosul também tem grande potencial para aumentar o intercâmbio de bens.

Vamos continuar trabalhando para estimular as vendas de produtos peruanos em nosso mercado.

O Peru está hoje no horizonte estratégico das grandes empresas brasileiras dos setores de energia, mineração, siderurgia, construção civil e bens de consumo.

O acordo assinado entre a Petrobras e a Petroperu, por exemplo, abre novas oportunidades nas áreas de exploração de petróleo e refino de combustíveis.

Vamos trocar experiências bem-sucedidas na área social, como o “Bolsa Família” do Brasil e o “Juntos” do Peru.

Estamos, também, intensificando a cooperação na área de fronteira.

Queremos atuar conjuntamente no combate ao tráfico ilegal de madeiras e aumentar nossa capacidade de monitorar a região amazônica.

Acabamos de assinar um acordo inovador na área de defesa e estamos criando as condições operacionais para que o Peru tenha acesso aos sistemas do Sivam/Sipam.

Meu caro amigo Alan García,

A construção da Rodovia Interoceânica trará inegáveis benefícios ao Peru e ao Brasil. É, sobretudo, um passo importante na direção da verdadeira integração regional.

A integração física é ferramenta indispensável para levar os benefícios do desenvolvimento a populações e regiões historicamente distanciadas dos pólos dinâmicos de nossas economias.

A grande prioridade da política externa brasileira é unir esforços para a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera, que se guie pelos ideais da democracia e da justiça social.

Agora, temos a responsabilidade de determinar os próximos passos de nossa comunidade sul-americana.

Nosso desafio é criar os meios para garantir que nossas decisões sejam implementadas.

Temos, também, que definir prioridades e desenvolver mecanismos financeiros que estejam à altura de nossas ambições.

Amigas e amigos,

Brasil e Peru compartilham valores e uma visão comum sobre os desafios globais.

É por isso que temos defendido uma ampla reforma das Nações Unidas.

Uma reforma que só estará completa com uma ampliação do Conselho de Segurança.

Agradeço ao Presidente Alan García o apoio que o Peru tem dado à postulação brasileira.

Estamos lado a lado no Haiti na missão de estabilização da ONU, ajudando o povo haitiano em sua busca pelo desenvolvimento econômico e pela consolidação da democracia.

Quero saudar o retorno do Peru ao G-20. Juntos, estamos provando que é possível fazer com que o sistema multilateral de comércio se torne uma ferramenta de desenvolvimento. Brasil e Peru trabalharão juntos para ajudar a desbloquear as negociações na OMC.

Meu querido Presidente Alan García,  
Não posso deixar de lembrar hoje as manifestações de amizade que recebi de sua parte ao longo de nossas vidas políticas.

Hoje, tenho a alegria de receber sua visita – acompanhado de expressiva delegação ministerial – no momento em que o povo brasileiro reafirmou nas urnas sua esperança em um novo Brasil.

Tenho a certeza de que, ao construir uma relação ainda mais ampla e fraterna entre o Peru e o Brasil, estaremos respondendo aos anseios de nossos povos por um futuro de prosperidade e justiça para todos.

Meu caro amigo e Presidente do Peru, Alan García,

Esta sua visita ao Brasil, a primeira que eu recebo depois de reeleito Presidente da República, é a confirmação de que Brasil e Peru estão ligados a um só destino e a um só objetivo: fazer com que a democracia se fortaleça nos nossos países, fazer com que haja integração da América do Sul, fazer com que essa integração se estenda para a América Latina e, ao mesmo tempo, fazer com que as nossas economias cresçam, para que possamos fazer a distribuição de renda que os peruanos e brasileiros tanto necessitam, e fazer com que o nosso povo possa melhorar de vida.

Os acordos assinados aqui – eu nunca tinha visto a quantidade de acordos assinados com um só país – demonstram que Peru e Brasil estão definitivamente convencidos de que não existe saída individual para nenhum país da América do Sul. Se nós nos convenceremos de que somos países pobres, que temos muito ainda que evoluir e que, quanto mais trabalharmos juntos mais chances teremos de enfrentar este mundo globalizado, onde os ricos sempre têm levado vantagens sobre os países pobres, nós teremos a chance, você e eu, de ter mais quatro anos de convivência como governantes dos nossos países, de fazer evoluir, não apenas a relação Peru/Brasil, mas a relação na construção da Comunidade Sul-Americana de Nações, o fortalecimento do

Mercosul e o fortalecimento de mecanismos e instrumentos multilaterais que possam garantir que nós não fomos apenas mais um Presidente peruano ou mais um Presidente brasileiro.

Eu penso que nós temos que aprender com as virtudes que aconteceram nos nossos países no século XX, temos que aprender com os erros que foram cometidos no século XX, para que a gente possa, no século XXI, concretizar o sonho da integração, sobretudo, concretizar o sonho, a aspiração e a esperança de milhões e milhões de peruanos e brasileiros que ainda precisam de um Estado forte, de um Estado indutor, para que possamos acabar com a pobreza nos nossos países e no nosso continente.

Eu tenho a convicção, Presidente Alan García, de que a sua chegada ao Governo do Peru, onde nós já tínhamos uma boa relação com o Presidente Toledo e tínhamos avançado bastante, nós poderemos aprender também com os nossos erros, erros brasileiros e erros peruanos, do que não fizemos nesse período, para que a gente possa corrigir e acertar muito mais do que errar, porque o povo nos deu uma chance e eu acho que nós precisamos concretizar essa chance na realização do sonho do povo peruano e do povo brasileiro. Mais desenvolvimento, mais emprego, mais política educacional, e sobretudo, mais política social.

Eu tenho a convicção de que seremos parceiros nestes quatro anos e que o povo peruano e o povo brasileiro irão compreender que a construção da Interoceânica é o cordão umbilical que faltava para que a nossa relação se tornasse definitiva, ampla e poderosa para se inserir na construção da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Por isso eu quero agradecer a sua presença, e dos seus ministros, e dizer que temos muito a fazer. Os nossos empresários precisam se encontrar, os nossos governadores precisam se encontrar, os nossos sindicalistas precisam se encontrar, os nossos técnicos, especialistas e cientistas precisam se encontrar. Nós precisamos fazer curso de pós-

graduação, de especialização em todos os países do mundo. Mas é importante que a gente comece, também, a freqüentar as universidades do nosso continente, porque nós vamos aprender, quem sabe, muito mais do que estamos aprendendo sobre nós mesmos em outras universidades.

Meus parabéns e boa sorte.

### **Posição do Brasil sobre não-proliferação e desarmamento nuclear (10 de novembro de 2006)**

O Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, participou ontem, 9 de novembro, do VI Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, no Rio de Janeiro.

Ao responder a pergunta de um dos presentes sobre o tema nuclear, o Secretário-Geral recordou que a Constituição do Brasil determina que toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos, em consonância com os anseios da população brasileira. Nesse contexto, recordou que o Brasil é membro do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), bem como de vários outros tratados de desarmamento e não-proliferação, os quais respeita escrupulosamente. O Secretário-Geral não afirmou, em nenhum momento, ser intenção do Brasil retirar-se do TNP.

O Ministério das Relações Exteriores reafirma o inabalável compromisso do Brasil com a não-proliferação e a eliminação total de armas nucleares.

### **Visita do Ministro Celso Amorim ao Chile (10 de novembro de 2006)**

O Ministro Celso Amorim viajará a Santiago do Chile para participar, no dia 24 de novembro, de Reunião de Chanceleres de países da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). A reunião terá o objetivo de preparar a II Reunião de Chefes de Estado da Comunidade, que se realizará em Cochabamba, Bolívia, nos dias 8 e 9 de dezembro.

No dia 27 de novembro, o Ministro Amorim participará, também em Santiago, do Encontro

Empresarial Latino-americano – ELA 2006. O evento terá como tema “América Latina e Ásia – Pacífico: oportunidades e tarefas pendentes”, e contará com a participação dos Presidentes do Chile, Michelle Bachelet, e da Colômbia, Álvaro Uribe, além do Chanceler chileno Alejandro Foxley

### **Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Ciudad Guayana, Venezuela (11 de novembro de 2006)**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita oficial à Venezuela, no dia 13 de novembro corrente, para participar, em Puerto Ordaz, Ciudad Guayana, da cerimônia de inauguração da segunda ponte sobre o Rio Orinoco.

A ponte, construída por empresa brasileira, integrará importante corredor de transportes, que facilitará o acesso às regiões central e oriental da Venezuela. Contribuirá para incrementar o comércio bilateral, que ultrapassou US\$ 3 bilhões no período de janeiro a setembro de 2006, e para estabelecer rota de exportação ligando Boa Vista e Manaus ao Mar do Caribe.

O Presidente Lula também participará de ato que celebra o fim das fases de quantificação e certificação das reservas petrolíferas de Carabobo 1 - operações realizadas conjuntamente pelas empresas Petrobras e PDVSA - na Faixa do Orinoco. O evento incluirá a visita dos dois Presidentes a uma sonda de perfuração. A exploração conjunta de Carabobo 1 reflete entendimentos mantidos no âmbito da Aliança Estratégica entre o Brasil e a Venezuela.

### **Indicação de Luiz Carlos da Costa como Representante Especial Alternado das Nações Unidas para o Haiti (14 de novembro de 2006)**

O brasileiro Luiz Carlos da Costa, funcionário de carreira do Secretariado das Nações Unidas, foi designado, em 11 de novembro corrente, Representante Especial Alternado do Secretário-Geral das Nações Unidas no Haiti. Luiz Carlos da Costa

deverá assumir suas funções em 15 de novembro corrente.

Em nota à imprensa, Kofi Annan assinalou a notória carreira de Luiz Carlos da Costa nas Nações Unidas, iniciada em 1969. Na sua mais recente função, serviu, de setembro de 2005 até o presente momento, como Representante Especial Alterno para Operações e Estado de Direito na Missão de Paz das Nações Unidas na Libéria (UNMIL). Entre outros cargos, foi Diretor da Divisão de Apoio Logístico do Departamento de Operações de Paz e Diretor de Administração da Missão da Autoridade Transitória das Nações Unidas no Kosovo.

O Governo brasileiro acolheu com grande satisfação a designação de Luiz Carlos da Costa. Sua experiência e credenciais no exercício de relevantes funções nas Nações Unidas lhe permitirão prestar, como altno do ilustre Embaixador guatemalteco, Edmond Mullet, Representante Especial de Kofi Annan para o Haiti, valiosa contribuição aos esforços da comunidade internacional em apoio àquele país.

O Brasil mantém-se empenhado em contribuir para a segurança, fortalecimento institucional e reconstrução sócio-econômica do Haiti.

### **Eleição do Embaixador Gilberto Vergne Saboia para a Comissão de Direito Internacional (17 de novembro de 2006)**

O Embaixador Gilberto Vergne Saboia foi eleito membro da Comissão de Direito Internacional (CDI), em eleições realizadas ontem, 16 de novembro, na sede das Nações Unidas, em Nova York. O candidato brasileiro recebeu o apoio de 170 dos 190 países votantes. Trata-se de reconhecimento inequívoco das elevadas qualificações do Embaixador Saboia e do histórico de contribuição do Brasil para o direito internacional.

O Embaixador Saboia possui grande experiência em fóruns multilaterais e é especialista em questões jurídicas e políticas, em particular em matéria de direitos humanos. Atual Embaixador do

Brasil nos Países Baixos e Representante Permanente junto à Organização para a Proibição das Armas Químicas, o Embaixador Saboia, entre outras funções relevantes, presidiu o Comitê de Redação da Conferência Mundial para os Direitos Humanos, em Viena (1993); chefiou a Delegação brasileira na Conferência para o Estabelecimento do Tribunal Penal Internacional, em Roma (1998); foi Secretário de Estado para os Direitos Humanos, entre 2000 e 2001; e Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty, entre 2002 e 2003.

A Comissão de Direito Internacional tem como função contribuir para o desenvolvimento progressivo do direito internacional e a sua codificação. Discute, atualmente, assuntos de grande importância para o Brasil, tais como recursos naturais transfronteiriços, reservas a tratados, responsabilidade de organizações internacionais, efeitos de conflitos armados sobre tratados e expulsão de estrangeiros.

O Embaixador Saboia, que ocupará assento na CDI entre 2007 e 2011, dará continuidade à valiosa contribuição do Embaixador João Clemente Baena Soares, membro da Comissão entre 1997 e 2006.

### **Cancelamento das dívidas de Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Nicarágua junto ao BID (17 de novembro de 2006)**

O Grupo “ad hoc” de Governadores, criado durante a Assembléia Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em abril último, na cidade de Belo Horizonte, concluiu hoje seus trabalhos e obteve consenso em torno do cancelamento das dívidas de Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Nicarágua para com aquele organismo.

Trata-se de importante contribuição do BID para o desenvolvimento da região. A engenharia financeira estabelecida pelo Grupo “ad hoc” beneficiará aqueles cinco países, sem comprometer a sustentabilidade dos instrumentos financeiros do Banco. A iniciativa soma-se a outras em favor do

alívio e perdão da dívida de países pobres severamente endividados, as quais têm contado com o apoio e o incentivo do Brasil.

O Presidente Lula manteve contatos sobre o assunto com Chefes de Estado e de Governo interessados. O Ministro Celso Amorim também conversou nos últimos dias com o Presidente do BID, Luis Alberto Moreno, e a Secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, com vistas ao encaminhamento final da questão.

### **Falecimento de cidadão brasileiro em Timor-Leste (19 de novembro de 2006)**

O Ministério das Relações Exteriores tomou conhecimento, com grande consternação, do falecimento, hoje, 19 de novembro, em Díli, Timor-Leste, do cidadão brasileiro Edgard Gonçalves Brito. Missionário da Igreja Assembléia de Deus, o Senhor Edgard Gonçalves Brito foi atacado por um grupo de desconhecidos e faleceu a caminho do hospital. O missionário brasileiro estava em Timor-Leste nos últimos dois anos.

A Embaixada do Brasil em Díli está em contato com a irmã da vítima, que também se encontra naquela cidade, para prestar-lhe toda assistência.

O Governo brasileiro está acompanhando com atenção a apuração dos fatos. A Embaixada do Brasil mantém-se em contato com as autoridades timorenses, que se dispuseram a prestar o apoio necessário, e com a Polícia das Nações Unidas, responsável pela condução das investigações.

### **Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, Karel de Gucht (20 de novembro de 2006)**

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, Karel de Gucht, realizará visita oficial ao Brasil no dia 21 de novembro. O Ministro de Gucht manterá reunião de trabalho com o Ministro Celso Amorim às 12 horas (com cobertura de imagem ao início), seguida de almoço e, às 14h30, conferência conjunta de imprensa no Itamaraty.

O Ministro Karel de Gucht será também recebido, no dia 21, pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros. No dia 22, cumprirá programação em São Paulo, que incluirá reunião com empresários da Câmara de Comércio Brasil-Bélgica-Luxemburgo.

Durante o encontro com o Ministro Celso Amorim, serão repassados temas das agendas multilateral, birregional e bilateral. Deverão ser discutidas formas de aprofundar o diálogo político e analisados, entre outros temas, o aumento dos investimentos, as possibilidades de parcerias no setor de biocombustíveis, o aprofundamento da cooperação na área nuclear, a colaboração no combate ao crime organizado e ao narcotráfico, e a cooperação em matéria penal.

A visita do Ministro da Bélgica dará seguimento aos temas tratados durante a visita ao Brasil, em novembro de 2005, do Príncipe Philippe, que veio acompanhado de expressiva delegação empresarial. Naquela ocasião, foram firmados Carta de Intenções relativa à criação de Fundo de Investimento para fomentar o comércio exterior de pequenas e médias empresas e Ajuste Complementar na área nuclear entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e sua contraparte belga, o Centre d'Étude de l'Énergie Nucléaire.

### **Reunião do Ministro Celso Amorim com o Grupo dos Embaixadores Árabes em Brasília (20 de novembro de 2006)**

O Ministro Celso Amorim recebeu hoje, 20 de novembro, o Grupo dos Embaixadores Árabes em Brasília, que solicitou entrevista para examinar a situação nos Territórios Palestinos Ocupados. Compareceram à reunião os Chefes de Missão do Sudão, Líbano, Síria, Argélia, Tunísia, Marrocos, Palestina, Kuwait, Jordânia, Arábia Saudita, Iraque, Egito, Líbia e da Liga Árabe.

O Embaixador do Sudão transmitiu a preocupação do Grupo com os graves incidentes ocorridos nas últimas semanas na Faixa de Gaza, que

levaram à morte de vários cidadãos palestinos, inclusive mulheres, crianças e idosos. Expressou, também, em conjunto com a Embaixadora da Palestina, apreço pela posição do Governo brasileiro.

O Ministro Celso Amorim reafirmou o compromisso do Brasil de contribuir para uma solução negociada que leve à criação de um Estado Palestino independente, tendo presente a Iniciativa de Paz Árabe de 2002. Recordou, entre outros pontos, a sugestão do Presidente Lula, na abertura da LXI Assembléia Geral da ONU, de convocar uma ampla conferência sobre o Oriente Médio, sob a égide das Nações Unidas, com a participação de países da região e outros interessados, em particular países em desenvolvimento. O Ministro Celso Amorim sugeriu novo encontro com o Grupo para examinar, de forma abrangente, o relacionamento do Brasil com os países árabes.

Ao final da reunião, o Embaixador libanês transmitiu o agradecimento de seu governo pela posição e pelas ações do Brasil em relação ao Líbano.

#### **Visita do Ministro Celso Amorim a Montevidéu (21 de novembro de 2006)**

O Ministro Celso Amorim participará, no dia 22 de novembro, em Montevidéu, das comemorações do XX aniversário do lançamento da Rodada Uruguai do GATT. O evento está sendo organizado pelo Governo uruguaio e deverá contar com a presença do Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy. Foram também convidados ex-Presidentes da Conferência Ministerial da Rodada Uruguai, negociadores-chefes da Rodada, bem como dignitários estrangeiros e outras autoridades.

Os participantes deverão refletir sobre as negociações e os resultados da Rodada Uruguai e instar a comunidade internacional a imprimir impulso às negociações da Rodada Doha, tendo em vista o fortalecimento do sistema multilateral de comércio.

O Ministro Celso Amorim foi Representante Permanente do Brasil junto ao GATT durante a

Rodada Uruguai e, já como Chanceler do Brasil, assinou, em 14 de abril de 1994, a Declaração Ministerial de Marraqueche, que criou a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Durante a visita do Ministro Celso Amorim a Montevidéu, deverão ser assinados acordos bilaterais com o Uruguai nas áreas de meio ambiente, saúde, educação, agricultura e pecuária.

#### **Assassinato do Ministro da Indústria do Líbano, Pierre Gemayel (21 de novembro de 2006)**

O Governo brasileiro recebeu com profunda consternação a notícia do falecimento do Ministro da Indústria do Líbano, Pierre Gemayel, vítima de atentado cometido em Beirute, nesta terça-feira, 21 de novembro. O Governo brasileiro condena com veemência mais esse ato de violência contra uma alta autoridade da nação libanesa.

O Ministro Pierre Gemayel, filho do ex-Presidente Amine Gemayel, integrante destacado do Partido Falangista e membro da comunidade cristã maronita libanesa, desempenhava importante papel no processo de busca de entendimento entre as diversas forças políticas do Líbano, no âmbito do chamado “Diálogo Nacional”.

O Governo brasileiro espera que os culpados sejam identificados e levados à justiça. Espera, também, que a morte do Ministro Gemayel não comprometa as perspectivas de estabilidade e paz no Líbano.

O Governo brasileiro manifesta seu profundo sentimento de solidariedade aos familiares e amigos do Ministro Gemayel.

#### **Visita do Ministro Celso Amorim ao Paraguai (21 de novembro de 2006)**

O Ministro Celso Amorim visitará o Paraguai nos dias 22 e 23 de novembro para discutir temas da agenda bilateral, com ênfase no fortalecimento do comércio entre os dois países. Tratará também de iniciativas relativas a investimentos brasileiros, tendo em vista o processo de integração do Mercosul.

No dia 23 de novembro, o Ministro Amorim

será recebido em audiência pelo Presidente Nicanor Duarte Frutos e manterá encontro com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Rubén Ramírez.

Acompanharão o Ministro Celso Amorim o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e os Presidentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), bem como representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do BNDES e da FIESP.

Durante a visita, serão organizados, em Assunção, encontros paralelos de representantes do Governo e do setor privado brasileiro com autoridades e empresários do Paraguai.

### **III Reunião de Chanceleres da CASA (22 de novembro de 2006)**

O Ministro Celso Amorim participará, no dia 24 de novembro de 2006, em Santiago do Chile, de Reunião de Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). A Reunião deverá ultimar os preparativos para a II Reunião de Chefes de Estado da Comunidade, que terá lugar em Cochabamba, Bolívia, nos dias 8 e 9 de dezembro.

Os Chanceleres deverão examinar a atividade desenvolvida pela CASA desde a realização, em setembro de 2005, em Brasília, da I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade. Também darão continuidade ao diálogo sobre o fortalecimento e consolidação da CASA, com base nas conclusões da Comissão Estratégica de Reflexão sobre o Processo de Integração Sul-Americano. A Comissão Estratégica é constituída por representantes pessoais dos doze Presidentes dos países sul-americanos.

Os Chanceleres discutirão o projeto de Declaração Presidencial que será submetido à consideração dos Chefes de Estado, em Cochabamba. Entre os principais temas a serem tratados, estão o reforço do diálogo e coordenação política no âmbito regional, a convergência dos processos de integração regional existentes, a integração de infra-estrutura de

transporte e mecanismos sul-americanos de financiamento, a integração energética e a definição de uma agenda sul-americana na área social.

Os Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações deverão firmar, em Santiago, Acordo sul-americano sobre dispensa de passaportes e vistos para o trânsito de turistas nacionais dos países da região.

Após a reunião de Chanceleres, o Ministro Celso Amorim manterá encontro com o Ministro das Relações Exteriores do Chile, Alejandro Foxley, para examinar temas da agenda bilateral e regional, no contexto da “Aliança Renovada” entre os dois países, lançada por ocasião da visita da Presidente Michelle Bachelet ao Brasil em abril passado.

### **Seminário sobre o Mercosul para Jornalistas (23 de novembro de 2006)**

A Presidência Pro Tempore Brasileira do Mercosul (PPTB) e o Ministério das Relações Exteriores organizarão no dia 5 de dezembro próximo, no Palácio Itamaraty, Seminário sobre o Mercosul voltado para jornalistas.

O Seminário tem por objetivo propiciar aos jornalistas informação sobre a situação atual do Mercosul bem como discutir temas específicos de interesse dos profissionais de imprensa que deverão cobrir a próxima Cúpula dos Presidentes do Mercosul.

Participarão como palestrantes do Seminário especialistas nos temas que serão apresentados na forma de exposições com duração de 20 minutos, seguidos de 10 minutos de perguntas.

Os jornalistas interessados deverão solicitar sua inscrição no mais tardar até o dia 1º de dezembro próximo, com envio de carta em papel timbrado, assinado pela chefia de redação, dirigida ao Chefe da Assessoria de Imprensa do Gabinete, Embaixador Ricardo Neiva Tavares (fax: 3411-8017; e-mail: aig\_credenciamento@yahoo.com).

Será o seguinte o programa do Seminário:  
5 de dezembro, terça-feira

9h30 Chefe da Divisão do Mercosul - DMC, do Ministério das Relações Exteriores, Ministro Vilmar Coutinho

“Histórico e Evolução do Mercosul”

10h00 Coordenadora Nacional do CT 1 e CT 3, Doutora Rosária Costa Batista

“Comércio no Mercosul”

10h30 Chefe da Assessoria Internacional do MEC, Conselheiro Alessandro Candeas

“A Educação no Mercosul”

11h00 “Coffee break”

11h30 Coordenadora Nacional do SGT-11, Doutora Enir Guerra Macedo de Hollanda

“Perspectivas da Saúde no Mercosul”

12h00 Coordenador Nacional do SGT-10, Doutor Nilton Freitas

“A Estratégia Mercosul de Crescimento do Emprego”

12h30 Coordenador da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, Doutor Antonio Costa

“O Parlamento do Mercosul”

### **Comunicado Conjunto dos Ministros das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e da República do Paraguai (23 de novembro de 2006)**

A convite do Ministro das Relações Exteriores da República do Paraguai, Embaixador Rubén Ramírez Lezcano, o Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Embaixador Celso Amorim, acompanhado de importante comitiva, realizou visita oficial ao Paraguai, nos dias 22 e 23 de novembro de 2006.

Durante sua visita, o Chanceler Celso Amorim foi recebido em audiência pelo Presidente da República do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos, a quem transmitiu mensagem de apreço e de respeito do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

Em suas conversas, os dois Chanceleres revisaram o amplo espectro das relações bilaterais,

que julgaram altamente positivas. Reiteraram a disposição de seus Governos em aprofundá-las e fortalecê-las ainda mais, no entendimento de que uma relação harmoniosa beneficiará a ambos os povos, os quais compartilham um destino comum por serem países vizinhos e por participarem dos mesmos esforços de integração regional. Ao término do encontro, ambos os Ministros acordaram o seguinte:

1. Destacaram a necessidade de estimular a radicação de maiores investimentos produtivos de empresas brasileiras no Paraguai e a formação de cadeias produtivas entre ambos os países. Ressaltaram, nesse sentido, a importância dos mecanismos de apoio a investimentos e de financiamento que reforcem a competitividade dos sócios menores do MERCOSUL. Concordaram, igualmente, que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) poderá cumprir um papel de grande relevância no financiamento de investimentos e de empreendimentos no Paraguai por meio da melhoria de suas linhas de crédito, que já possibilitaram investimentos no valor de US\$ 2.500.000 em unidades de armazenamento de grãos em Yguazú, Departamento de Alto Paraná, e o financiamento da construção da Ruta 10, no valor de US\$ 77.000.000.

2. Os Chanceleres acordaram, com esse objetivo, apoiar e impulsionar iniciativa apresentada pelo Ministro da Indústria e Comércio do Paraguai, José Maria Ibañez, de organizar, no primeiro semestre de 2007, seminário empresarial Brasil-Paraguai sobre investimentos e integração de cadeias produtivas na área de biocombustíveis. O Chanceler do Brasil manifestou, a esse respeito, a disposição do seu Governo de emprestar apoio a essa importante iniciativa e de procurar, para esse fim, obter a cooperação do BNDES e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), entre outras instituições brasileiras relevantes.

3. Ao reconhecer a importância das cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, ambos os Chanceleres congratularam-se pelos progressos

alcançados até o momento na implementação do Plano de Contingência de 1º de abril de 2005. Reafirmaram seu compromisso de concluir, até dezembro de 2006, as negociações para o estabelecimento de um regime especial de comércio naquela região de fronteira, que leve em consideração a situação da região, particularmente em matéria comercial e social. Destacaram igualmente a cooperação oferecida pelo Brasil para facilitar as obras de reforma da cabeceira paraguaia da Ponte da Amizade, as quais contribuirão para agilizar o trânsito naquela passagem fronteiriça.

4. O Chanceler do Brasil manifestou que seu Governo se associa ao interesse do Governo do Paraguai de promover medidas concretas que propiciem o desenvolvimento industrial e turístico naquela zona de fronteira.

5. Ressaltaram a necessidade de continuar a implementar ações tendentes a equilibrar e a dinamizar o comércio bilateral mediante a adoção de medidas concretas que promovam o aumento das exportações de produtos paraguaios para o Brasil. Expressaram, nesse sentido, sua satisfação pelos trabalhos realizados pela Comissão de Monitoramento do Comércio entre o Brasil e o Paraguai, a qual se revelou instrumento eficaz de facilitação do comércio bilateral. No âmbito da Comissão, foram obtidos resultados em questões como: I) a autorização para exportação de carne paraguaia com osso para o Brasil; II) o restabelecimento do fornecimento de matéria prima para a TRAFOPAR; III) a assinatura do Acordo bilateral para o trânsito rodoviário de mercadorias pelo Porto de Rio Grande; IV) o restabelecimento de embarques de soja transgênica pelo Porto de Paranaguá; V) a manutenção da sucursal do Banco do Brasil em Ciudad del Este; VI) a assinatura do Memorando de Entendimento entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Ministério de Agricultura e Pecuária do Paraguai; VII) a realização de dois seminários empresariais em São Paulo e em Assunção respectivamente; e VII) a

apresentação de um estudo do mercado brasileiro para confecções paraguaias.

6. Reafirmaram a importância vital da Itaipu Binacional para o desenvolvimento econômico e social de ambos os países e, ao mesmo tempo, reiteraram seu compromisso de concluir com a possível brevidade as negociações em curso, com vistas a uma solução justa e adequada.

7. Levando em consideração a importância da cooperação na luta contra a febre aftosa, tanto para o Brasil quanto para o Paraguai, os dois Chanceleres recordaram os esforços de cooperação em curso com vistas à prevenção da febre aftosa na zona de fronteira entre os dois países. Expressaram, a esse respeito, sua satisfação pelos acordos assinados em novembro de 2005, entre as autoridades sanitárias do Brasil e dos Estado do Mato Grosso do Sul e do Paraná e as autoridades sanitárias do Paraguai para o estabelecimento de um plano de ação conjunto de combate e erradicação da febre aftosa na fronteira. O Chanceler paraguaio recordou, da sua parte, que, nessa matéria, o Paraguai apresentou à Chancelaria brasileira uma proposta de Convênio de Cooperação sobre Saúde Animal na Área da Fronteira. Os dois Chanceleres estimaram que esse Acordo permitirá avançar na adoção de ações coordenadas neste tema.

8. Em matéria de integração fronteiriça, acordaram dar prosseguimento à análise de um Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, conforme o modelo elaborado pelo Grupo Ad Hoc de Integração Fronteiriça do MERCOSUL.

9. Os Chanceleres ressaltaram a importância das tarefas a serem desenvolvidas pelos Grupos de Trabalho estabelecidos por ocasião da visita oficial do Chanceler Rubén Ramírez Lezcano ao Brasil em setembro de 2006, a fim de examinar e apresentar propostas em nível bilateral sobre cooperação em temas migratórios e de desenvolvimento rural, respectivamente. Acordaram, nesse sentido, que os referidos Grupos de Trabalho se reúnam no primeiro semestre de 2007.

10. Destacaram a importância dos trabalhos realizados pelos Comitês de Fronteira Foz do Iguazu-Ciudad del Este, Guairá/Mundo Novo-Salto del Guairá, Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e reiteraram a conveniência de que os Governos busquem atender às demandas e às recomendações emanadas daqueles importantes foros bilaterais. Recomendaram, igualmente, examinar a possibilidade de instituir Comitês de Fronteira na região entre o Estado do Mato Grosso do Sul e o Departamento do Alto Paraguai.

11. Celebraram a decisão do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) de ceder, gratuitamente, imagens do Satélite de Recursos Terrestres CBERS à Secretaria do Ambiente e de capacitar os técnicos dessa instituição no uso e manipulação das imagens do referido satélite.

12. Reiteraram seu compromisso com o incremento da cooperação técnica bilateral e ressaltaram a importância da assinatura dos Ajustes Complementares ao Acordo de Cooperação Básica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a implementação dos seguintes projetos de cooperação: a) Modelagem de Política Postal no Paraguai, com o Estabelecimento do Serviço Postal Universal; b) Capacitação de Técnicos e Gestores Públicos em Desenvolvimento de Instrumentos de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar/Campesina; c) Desenvolvimento de Técnicas para a Produção de Matérias Primas de Biocombustíveis no Paraguai; d) Capacitação Técnica de Pesquisadores nas Principais Cadeias Produtivas do Agronegócio do Paraguai; e) Apoio à Implantação e Implementação do Banco de Leite Humano no Paraguai; e f) Fortalecimento Institucional das Assessorias Internacionais dos Ministérios da Saúde do Brasil e do Paraguai.

13. Congratularam-se pelos bons resultados obtidos no Centro de Formação e Capacitação Profissional situado na cidade de Hernandarias, programa desenvolvido conjuntamente pelo Serviço Nacional de Promoção Profissional (SNPP), o Serviço

Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e acordaram a ampliação da vigência do referido Acordo para uma terceira etapa na área de capacitação naquele Centro de Formação para o trabalho.

14. A esse mesmo respeito, e considerando o êxito do Projeto na cidade de Hernandarias, que, em quatro anos de atividades, formou mais de 4.700 alunos e registrou um taxa de reinserção profissional no mercado de trabalho de cerca de 65% dos egressos, o Chanceler do Paraguai indicou o interesse de seu Governo em estender cooperação assemelhada a outros Centros de Capacitação no país.

15. Sublinharam a importância do estabelecimento de uma ampla agenda de diálogo e cooperação entre ambos os países em matéria de propriedade intelectual. Recordaram, da mesma forma, as reuniões bilaterais regulares que se celebram sobre o tema. Destacaram, igualmente, a importância do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Grupo Bilateral de Inteligência Brasil-Paraguai na esfera da Pirataria, da Falsificação e do Contrabando de Produtos Pirateados e Falsificados, assinado em 20 de junho de 2005, e incentivaram a pronta entrada em vigor do referido instrumento.

16. Acordaram impulsionar as relações educacionais e culturais entre ambos os Estados, particularmente o intercâmbio de artistas, estudantes e docentes. Convieram, para esse fim, convocar reunião da Comissão Mista Cultural e Educacional, a qual se poderia celebrar na cidade de Brasília, durante a primeira quinzena do mês de março de 2007, e cuja agenda será acordada por via diplomática, com vistas a canalizar e aprofundar a nutrida cooperação na matéria.

17. No que se refere à cooperação em temas militares e de defesa, reiteraram que a paz constitui um elemento essencial para o desenvolvimento dos países e o processo de integração regional, para o que é indispensável que prevaleçam a democracia, a justiça, o respeito aos direitos humanos, a solidariedade e o cumprimento das normas do Direito

Internacional. Nesse sentido, guiados pela aspiração comum de fortalecer os já tradicionais laços de amizade e entendimento mútuo, os Ministros concordaram na necessidade de intensificar a cooperação bilateral na área de defesa.

18. Expressaram sua intenção de adotar, com a possível brevidade, um Acordo Marco de Cooperação em Matéria de Defesa que permita o desenvolvimento de uma visão comum e constitua o marco referencial para todas as atividades de cooperação e intercâmbio em questões de defesa, em consonância com as respectivas legislações nacionais e obrigações internacionais assumidas.

19. Destacaram as iniciativas recentes, especialmente a criação do Grupo de Trabalho Bilateral sobre Defesa e o financiamento brasileiro da repotencialização de veículos blindados do Exército paraguaio, e a incorporação de militares paraguaios no contingente brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). Celebraram, também, a recente prorrogação do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai relativo à Cooperação Militar, por um novo período a partir de 24 de outubro de 2006 e até 23 de outubro de 2011.

20. Ratificaram sua determinação de promover e intensificar a cooperação para prevenir, combater e eliminar todas as manifestações do crime organizado transnacional, em especial o tráfico ilícito de entorpecentes e de armas pequenas e leves, munições e material explosivo. Destacaram a importância da assinatura, na presente data, do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para a Cooperação em Matéria de Combate à Fabricação e ao Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Acessórios Explosivos e Outros Materiais Correlatos.

21. Coincidiram, igualmente, sobre a importância de se continuar fortalecendo a cooperação jurídica bilateral em todos os âmbitos, com ênfase na área penal, e em particular no que se refere à investigação

e ao combate aos atos passíveis de punição de caráter transnacional. Expressaram, nesse sentido, a necessidade de aprofundar a cooperação recíproca na área policial e entre os Ministérios Públicos.

22. O Chanceler do Brasil tomou nota da posição que lhe foi manifestada pelo Chanceler do Paraguai a respeito da concessão de refúgio, pelo Comitê Nacional de Refugiados (CONARE) do Brasil, a Juan Francisco Arrom Suhurt, Anuncio Martí Méndez y Victor Antonio Colmán Ortega.

23. Registraram com satisfação a assinatura do Acordo para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná, assinado em 8 de dezembro de 2005, pelo qual se determina que a obra será financiada com recursos do Tesouro do Brasil. Acordou-se a conveniência de se acelerarem os trâmites legislativos necessários para a correspondente ratificação e para a continuidade dos trabalhos da respectiva Comissão Mista.

24. Reiteraram a convicção de seus Governos quanto à importância da Hidrovia Paraguai-Paraná como eixo estratégico de desenvolvimento sócio-econômico regional e emprestaram seu mais amplo apoio aos trabalhos que se realizam no marco do Comitê Intergovernamental da mencionada Hidrovia.

25. Determinaram que, segundo o previsto no Artigo XXV do Protocolo Adicional ao Acordo para a Conservação da Fauna Aquática nos Cursos dos Rios Limítrofes, se celebre, no primeiro semestre de 2007, sob a coordenação de ambas as Chancelarias, reunião para avaliar a execução do mencionado Acordo e de seu Protocolo Adicional, e sugerir as ações apropriadas com vistas a fortalecer e incrementar a cooperação nessa matéria.

26. No âmbito do MERCOSUL, reconheceram que a superação das assimetrias é responsabilidade compartilhada e reafirmaram sua determinação de continuar promovendo a consolidação e o aperfeiçoamento do bloco, de forma a expandir os benefícios a todos os seus membros, com especial atenção para as necessidades das economias menores do bloco. Congratularam-

se, nesse sentido, pela entrega feita pelo Chanceler Celso Amorim, na presente data, da notificação oficial do Governo brasileiro pela qual comunica haver completado a incorporação em sua legislação nacional da Decisão CMC nº 18-05 “Integração e Funcionamento do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento da Estrutura Institucional do MERCOSUL (FOCEM)”. Ressaltaram, igualmente, a importância de que esse inovador mecanismo entre prontamente em funcionamento.

27. Expressaram satisfação pelos avanços registrados nas dimensões política e social do MERCOSUL e, nesse sentido, destacaram os resultados da XLV Reunião do Foro de Consulta e Concertação Política do MERCOSUL e Estados Associados, celebrada em Brasília, em 25 e 26 de outubro de 2006, e comprometeram-se com seu fortalecimento. Sublinharam, por outro lado, a importância da entrega, na presente data, para fins de depósito, do Instrumento de Ratificação do Brasil ao Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL.

28. Enfatizaram a importância da coordenação entre os Estados Parte do MERCOSUL nas negociações comerciais internacionais, em particular na Organização Mundial do Comércio (OMC). Reconheceram a urgente necessidade de completar as negociações da Rodada Doha para fortalecer um sistema multilateral de comércio que contribua mais efetivamente para o desenvolvimento. Os Ministros reiteraram seu compromisso de continuar trabalhando de maneira conjunta no âmbito do G20.

29. Expressaram sua satisfação pelos resultados alcançados no âmbito da Comunidade Sul-Americana de Nações e destacaram seu compromisso com os objetivos de promover o aprofundamento do diálogo político em apoio à estabilidade e à democracia na região, bem como a convergência dos mecanismos de integração comercial e a integração física entre os países da América do Sul.

O Ministro das Relações Exteriores da

República Federativa do Brasil manifestou seu sincero reconhecimento pelas demonstrações de simpatia e amizade do Governo e do povo da República do Paraguai durante sua visita.

Feito na cidade de Assunção, em 23 de novembro de 2006, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e espanhola.

**Celso Amorim**

Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

**Rubén Ramírez Lezcano**

Ministro das Relações Exteriores da República do Paraguai

**Assassinato do Ministro da Indústria do Líbano, Pierre Gemayel – Mensagens do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro Celso Amorim 23 de novembro de 2006)**

Transcreve-se, a seguir, o teor de mensagens de condolências enviadas pelo Presidente da República ao Primeiro-Ministro do Líbano, Fouad Siniora, e pelo Ministro Celso Amorim ao Governo libanês, em razão do assassinato do Ministro da Indústria libanês, Pierre Gemayel:

“Senhor Primeiro-Ministro,

Tomei conhecimento, com profunda consternação, do atentado que custou a vida do Ministro da Indústria Pierre Gemayel, no último dia 21 de novembro.

Neste momento em que o Líbano se encontra em meio a mudanças que deverão trazer importantes definições para seu futuro político, a recorrência de episódios de violência causa grande preocupação. O Governo brasileiro espera que as lamentáveis circunstâncias da morte de Pierre Gemayel não comprometam as perspectivas de estabilidade e paz no Líbano, país com o qual o Brasil guarda laços históricos e fraternais. O Governo brasileiro solidariza-se plenamente com o empenho de Vossa Excelência em fortalecer o diálogo político no Líbano.

Apresento, em nome do Governo brasileiro e em meu próprio, as mais sentidas condolências ao Governo do Líbano e aos familiares do Ministro Pierre Gemayel.

**Luiz Inácio Lula da Silva**

Presidente da República Federativa do Brasil”

“Tomei conhecimento, com profunda consternação, do atentado que custou a vida do Senhor Pierre Gemayel, Ministro da Indústria do Líbano, em Beirute, no último dia 21 de novembro.

Neste momento em que o Líbano se encontra em meio a processo que deverá trazer importantes definições para o seu futuro político, a recorrência de episódios de violência é motivo de grande preocupação. O Governo brasileiro espera que as lamentáveis circunstâncias da morte de Pierre Gemayel não comprometam as perspectivas de estabilidade e paz no Líbano.

Apresento, em nome do Governo brasileiro e em meu próprio, as mais sentidas condolências ao Governo do Líbano e aos familiares do Ministro Pierre Gemayel.

**Celso Amorim**

Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil”

**Conferência de Imprensa dos Ministros Celso Amorim e Rubén Ramírez - Assunção (23 de novembro de 2006)-**

Palavras iniciais dos Chanceleres:

Ministro Rubén Ramírez:

Excelentísimo señor Ministro y amigo, Don Celso Amorim:

Constituye para mi motivo de especial satisfacción y honra recibirlo en esta ocasión como Canciller Nacional y tener la oportunidad de abordar con Vuestra Excelencia los relevantes temas de la dinámica y provechosa relación que paraguayos y

brasileños supimos construir para beneficio de nuestras naciones.

Soy un convencido, Señor Ministro, de que estos encuentros de alto nivel agilizan y profundizan las relaciones internacionales, por lo que no podemos sino congratularnos por este acontecimiento, que indudablemente testimonia el excelente nivel de nuestras relaciones bilaterales.

El Paraguay y el Brasil han tenido la grata posibilidad, en todos estos años, de desarrollar una positiva experiencia de fructífero interrelacionamiento, que hoy facilita la búsqueda de un mejor aprovechamiento de aquellas oportunidades de beneficios mutuos, así como la comprensión y el necesario ajuste de políticas o acciones que pudieran dificultar nuestro avance en ese sentido.

La profundización de nuestros lazos de amistad y cooperación, así como los niveles de diálogo, coordinación e intercambio comercial que hemos alcanzado, descubren un promisorio abanico de desafíos y oportunidades para ambas partes, por lo que vuestra presente visita, apreciado Ministro, ha constituido una invalorable oportunidad para efectuar, en primer lugar, un repaso de los principales temas que nutren nuestra rica agenda bilateral, a fin de evaluar su marcha, y, en su caso, identificar acciones que signifiquen su nuevo impulso o rectificación, y asimismo, intercambiar los pareceres de nuestros gobiernos, acerca de importantes aspectos regionales e internacionales, de interés mutuo.

El Brasil y el Paraguay no solamente son países fronterizos, sino verdaderos socios para el desarrollo. Emprendimientos como los del MERCOSUR, Itaipú, el Puente de la Amistad y el proyectado 2° Puente, son una muestra de ello, entrelazando nuestros destinos y proponiéndonos nuevos desafíos, para su mejor gestión y aprovechamiento.

En este sentido, celebramos la voluntad de llevar adelante las negociaciones en curso, en relación a la Binacional Itaipú, emprendimiento emblemático y de vital importancia para el desarrollo económico y social de nuestros pueblos. Es el deseo de la

República del Paraguay de llegar a una solución justa y adecuada a los planteamientos presentados.

También, en este contexto, nos place que hayamos reafirmado la determinación de continuar promoviendo la consolidación y el perfeccionamiento de nuestro proceso de integración regional, MERCOSUR, de forma a expandir los beneficios para todos sus miembros, con especial atención a las necesidades de las economías menores del bloque. A este respecto, el Paraguay considera de suma importancia que todos los países miembros del bloque ratifiquen prontamente el Fondo para la Convergencia Estructural del MERCOSUR (FOCEM), a fin de que ese innovador mecanismo de desarrollo pueda entrar a la brevedad en funcionamiento.

Señor Ministro,

Un producto tangible de nuestra buena vecindad constituye, sin dudas, la integración fronteriza de nuestras ciudades, y esta realidad reclama de nuestros gobiernos soluciones de comprensión y creatividad a las problemáticas de su dinámico y creciente interrelacionamiento.

Deseo manifestar mi especial satisfacción por los avances hasta ahora alcanzados en la implementación del Plan de Contingencia del 1° de abril de 2005, que me cupiera acordar, entonces, en mi carácter de Viceministro de Relaciones Económicas e Integración. Para mi país, es de suma importancia la reafirmación del compromiso de implementar a la brevedad posible, lo acordado por el Grupo de Trabajo Bilateral para el establecimiento de un régimen especial de comercio en dicha zona fronteriza, que tome en consideración la situación de la región, particularmente en materia comercial y social, así como la cooperación comprometida por el Brasil para facilitar las obras de reforma de la cabecera paraguaya del Puente de la Amistad, lo cual contribuirá significativamente a la agilización del tránsito en dicho paso fronterizo.

Nos congratula, asimismo, que el gobierno del Brasil se asocie al interés paraguayo de impulsar

medidas concretas que promuevan el desarrollo industrial y turístico en dicha zona fronteriza. Tengo la certeza de que la firma del Acuerdo para la Construcción del Segundo Puente Internacional sobre el Río Paraná en diciembre del 2005, cuya financiación estará a cargo del Brasil, será parte relevante y beneficiará este proceso.

El fenómeno de la búsqueda de articulación de nuestras ciudades de fronteras demuestra que nuestro relacionamiento se multiplica en diferentes esferas, no solo geográficas, sino, asimismo, de estructuras de poder regional.

En materia económica y comercial aspiramos a una mayor apertura del mercado brasileño a la producción paraguaya, que coadyuve a equilibrar el intercambio comercial entre nuestros países. En tal sentido, el establecimiento de la Comisión de Monitoreo del Comercio entre Paraguay y Brasil, creada en octubre de 2005, ha constituido un instrumento eficaz para articular soluciones a los inconvenientes que impiden el incremento y la fluidez del comercio bilateral, como lo demuestra el avance en cuestiones tales como la autorización para la exportación de carne paraguaya con hueso al Brasil, el restablecimiento en la provisión de materia prima a TRAFOPAR, la suscripción del Acuerdo bilateral para el tránsito carretero de mercaderías por el Puerto de Río Grande, el restablecimiento de embarques de soja transgénica por el Puerto de Paranaguá, el mantenimiento de la sucursal del Banco do Brasil en Ciudad del Este, y la suscripción del Memorando de Entendimiento MAG-EMBRAPA, entre otros temas.

En ese horizonte, debo destacar el hecho de que hayamos consensuado la necesidad de estimular la radicación de mayores inversiones productivas de empresas brasileñas en el Paraguay y la formación de cadenas productivas entre ambos países, en la perspectiva de corregir las asimetrías de nuestro intercambio comercial.

Señor Ministro,

Permítame manifestarle, igualmente, mi

complacencia por la firma de los Ajustes Complementarios al Acuerdo de Cooperación Básica entre Paraguay y Brasil para la implementación de Proyectos de Cooperación, que comprenden la modelación de la Política Postal en el Paraguay con el establecimiento del Servicio Postal Universal; la Capacitación de Técnicos y Gestores Públicos en Desarrollo de Instrumentos de Políticas Públicas para la Agricultura Familiar/Campesina; el Desarrollo de Técnicas para la Producción de materias primas de Biocombustible en Paraguay; y la Capacitación Técnica de Investigadores en las principales Cadenas Productivas del Agro negocio en Paraguay; entre otras.

En este esquema de cooperación bilateral, hemos de resaltar asimismo, como ejemplos exitosos de colaboración, los excelentes resultados obtenidos en el Centro de Formación y Capacitación Profesional en Hernandarias, programa desarrollado conjuntamente entre el Servicio Nacional de Promoción Profesional (SNPP) y la Agencia Brasileña de Cooperación (ABC). Tal fue el éxito de esta experiencia que manifestamos nuestro interés en extender una cooperación similar a otro centro, al momento de festejar el Acuerdo tercera etapa, en el área de capacitación en el Centro de formación laboral, en Hernandarias.

Como un fenómeno nuevo de la globalización, el crimen organizado también se ha transnacionalizado y se ha vuelto una amenaza real para todos los estados y sus propias sociedades, por lo que resulta de especial relevancia el Memorandum de Entendimiento bilateral para la Cooperación en Materia de Combate al Tráfico Ilícito de Armas de Fuego, Municiones, Accesorios Explosivos y Otros Materiales Relacionados, que acabamos de firmar.

A ello debemos sumar nuestra decisión de continuar fortaleciendo la cooperación bilateral en el área (judicial) penal, de manera a contribuir a una mejor comprensión de la legislación y de los procesos judiciales de ambos países, especialmente en el ámbito de la persecución penal y los hechos punibles de carácter transnacional. Hemos reafirmado la

importancia de avanzar en el diálogo bilateral sobre cuestiones relacionadas a la concesión del refugio y, en este sentido, el Paraguay ya ha presentado a la Cancillería brasileña una propuesta de “Acuerdo sobre Tratamiento a Procesados o Condenados por el Crimen de Secuestro de Personas”.

Apreciado colega,

El Paraguay aprecia en su justa medida el importante gesto de vuestra visita. Permítame manifestarle, asimismo, mis expresiones de gratitud por cuanto hemos tenido la oportunidad de mantener un provechoso diálogo y realizar un apretado balance de nuestra agenda bilateral. Muchos son los logros alcanzados en estos últimos años. Ellos están marcados por el gran dinamismo que caracteriza a las relaciones entre nuestros países, en donde la fraternidad, la confianza, la solidaridad y el respeto mutuo constituyen el marco de referencia de nuestra interacción bilateral. Pertenecemos a una geografía y somos socios en un destino común, regional y geopolítico. Hago votos para que estos principios continúen estableciendo el norte que guíe nuestras acciones en los años venideros, a fin del mayor beneficio y bienestar de nuestros pueblos, brasileiro y paraguayo.

Muchas gracias.

\*\*\*\*\*

Ministro Celso Amorim:

Meu querido amigo Rubén Ramirez,

Senhores Embaixadores,

Senhoras e senhores da imprensa,

Gostaria, primeiramente, de agradecer a hospitalidade dos membros do Governo paraguaio pelas oportunidades que nos ofereceram para contatos de trabalho. Creio ser útil que todos saibam da extensão desses contatos. Tivemos ontem um jantar de trabalho com cinco Ministros paraguaios e outras autoridades. Hoje, depois de uma longa conversa entre nós dois, os Chanceleres, tive a ocasião de ser recebido pelo Presidente Nicanor Duarte, a quem transmiti as mais calorosas

saudações do Presidente Lula e a quem pude, também, como já havia feito antes com outros Ministros, expressar a filosofia que inspira o Presidente Lula em sua relação com o Paraguai – a visão de nossa relação com o Paraguai como uma relação verdadeiramente estratégica e o desejo de fazer com que essa relação siga sendo a melhor possível e que seja mutuamente benéfica.

Tive, também, a ocasião de estar com empresários e escutar diretamente deles algumas das frustrações que são parte importante de nossa agenda. Conhecer as preocupações e os problemas que têm de ser superados. Creio, nesse sentido, ter sido muito importante haver trazido representantes de vários órgãos da administração pública brasileira e também de empresas privadas. Agradecemos aqui a presença da FIESP. Dentro de poucas semanas, haverá também uma Comissão de Comércio na qual muitas das questões aqui tratadas poderão ser aprofundadas.

Creio, meu querido amigo, que você já mencionou vários dos aspectos sobre os quais falamos. Certamente, a curiosidade dos jornalistas vai continuar depois de nossos discursos, porém eu gostaria de dizer uma coisa que sinto de maneira muito forte. Eu sou um diplomata de carreira e – talvez por casualidade – por duas vezes Chanceler, e tive uma grande experiência. E em relação à nossa região, vejo os diplomatas como pertencentes a duas gerações distintas. E a geração não tem somente a ver com a idade, mas sim com o momento histórico que cada um de nós viveu. No Brasil, diziam alguns colegas pouco mais novos que eu, e também minha mulher, que nasceu somente dois anos depois de mim, que há uma diferença de geração entre nós, pois eu havia votado para presidente e eles não, no período de ditadura militar. Agora todos nós votamos, mas somos de gerações diferentes.

Em relação à nossa região, existem também duas gerações de diplomatas, de embaixadores e, talvez, de chanceleres: os que foram ativos na diplomacia do Rio da Prata e os que foram ativos na diplomacia do Mercosul. E eu me sinto da geração

do Mercosul. Não quero dizer que as duas coisas não coexistam, para esclarecer a nossos jornalistas. Por que há uma diferença? Porque naquela época a relação dos países seria como uma política de poder, seria uma política de buscar como fazer com que o Paraguai viesse mais para o lado do Brasil e menos para o lado da Argentina, ou que o Uruguai viesse mais para o lado do Brasil e menos para o da Argentina, e como o aspecto da rivalidade na relação entre o Brasil e a Argentina muitas vezes prevalecia sobre o aspecto da amizade, embora ele também existisse.

E eu me sinto da geração Mercosul. O que quer dizer isso? Quer dizer que os problemas que temos não devem ser vistos sob a ótica da rivalidade, da divergência (claro, há que se respeitar os interesses nacionais), mas sob a ótica da integração, sob a ótica de uma associação crescente. Creio que muitas vezes tive a oportunidade de dizer isso, mas quero repetir aqui para os jornalistas, sobretudo os jornalistas paraguaios, que devem estar entediados de escutar essas histórias. É muito importante que compreendam que o mundo em que estamos vivendo, e no qual vamos viver, é um mundo de grandes blocos, de grandes blocos econômicos, de grandes blocos comerciais, de grandes blocos políticos. Mesmo um país grande como o Brasil é, talvez, pequeno nesse mundo de blocos em que se têm, de um lado, os Estados Unidos, que é um bloco em si mesmo, a China, que é um bloco em si mesmo, a União Européia, que é um bloco, naturalmente. O Brasil pode ser, no máximo, um país médio, mas a América do Sul tem um peso muito grande, o Mercosul já tem um peso grande. E é claro que, nessas relações, algumas são mais estratégicas que outras.

A relação com o Paraguai é especialmente estratégica. Bastaria citar duas coisas que foram mencionadas durante o almoço e que são muito importantes: Itaipu, nosso projeto comum (vem de outra era, mas está aí), que responde por 25% da eletricidade consumida no Brasil; e os 400 mil brasileiros no Paraguai – a segunda comunidade de brasileiros fora do Brasil. Isso, somente, serviria para

demonstrar que a relação entre Brasil e Paraguai tem que ser estratégica. Mas, mais do que isso, sabemos também – muitas vezes digo isso inclusive no Brasil – que o Brasil freqüentemente se viu como um país menor do que realmente é – e em todos os sentidos. Ambicionava pouco no plano global e, por outro lado, não assumia a responsabilidade que tem como o maior país, como a maior economia no plano regional, para com seus sócios, que são economias menores.

Então, é com esse espírito que o Presidente Lula pensa a integração, pensa a nossa relação bilateral. E, por isso, para mim foi tão importante escutar não somente o Presidente Duarte, os propósitos que temos de integração, de seguir discutindo essa questão, de resolver rapidamente algumas delas (algumas não dependem somente de nós – embora, sim, dependam dos Governos), mas escutar, também, as queixas específicas dos empresários. Porque não é suficiente que os Presidentes, ou os Chanceleres, ou os outros Ministros, estejam impregnados do espírito de integração. É necessário, como dizemos no Brasil, que o “guarda do quarteirão” esteja impregnado do espírito de integração. E isso não quer dizer com respeito às normas, de maneira nenhuma. Queremos normas elevadas, queremos que os consumidores brasileiros e paraguaios sejam protegidos, e por isso temos nossa Agência de Vigilância Sanitária, por isso temos nosso Instituto de Meteorologia e por isso queremos cooperar com o Paraguai com nosso Instituto de Propriedade Intelectual, cujo representante não veio hoje, mas que, creio, vai estar na reunião do dia quatro. Por isso temos essas instituições, e por isso temos que cooperar. Mas também é necessário compreender que... Eu não sou jurista, mas há uma expressão latina, creio que é mais ou menos assim “*summum jus, summa injuria*”: a aplicação excessiva do direito cria injustiça. Levar uma regra ao extremo não é respeitar a lei, é feri-la, violá-la.

Com esse espírito é que vim aqui, com esse espírito tivemos nossas conversas, com esse espírito tive uma recepção não somente cordial, mas diria

mesmo carinhosa, por parte do Presidente Duarte, que é um grande amigo do Brasil por quem o Presidente Lula tem grande afeto, e a quem quer apoiar – naturalmente, da maneira como se deve apoiar Chefes de Estado de nações independentes – para ajudar a que o Paraguai realize seus projetos de reforma social, de melhor integração.

Por que se mudou, hoje, a visão para as soluções imediatas, temporárias, para Ciudad del Este? Porque há dos dois lados um trabalho, há um esforço do Paraguai de formalizar esse trabalho. E a esse esforço deve também corresponder um esforço do Brasil para ajudar, para fazer que os produtores legítimos tenham mais facilidade em realizar seus intercâmbios. E há muitas outras coisas, há muitas regras no Mercosul. E creio que seria muito. Talvez cause tédio estar aqui dizendo todas essas coisas, mas, sim, quero dizer que esse é o espírito: a percepção de que as economias menores merecem um tratamento especial. E até agora tiveram um tratamento especial, mas no sentido inverso! O normal seria que o Paraguai e o Uruguai pudessem exportar mais ao Brasil – e à Argentina talvez, mas seguramente ao Brasil. Mas não foi isso que aconteceu. Então, temos que... Certa vez disse no Brasil que temos de ter um “new deal”, não uma nova negociação, mas um novo entendimento entre nossos países e com esse objetivo. E fiquei muito contente de ver que, em que pese às reclamações – sobretudo no setor empresarial –, em que pese às expectativas frustradas, há, também, esperança e confiança. Creio que não é necessário dizer que não vim aqui para fazer promessas; vim aqui para ajudar a criar o quadro político para adiantar algumas negociações que já estão avançadas e para empurrar outras. E também para criar o ambiente para que as travas – como dizem vocês – ao comércio possam ser removidas quando se trate, de fato, de travas sem justificativa.

Isso era o que queria dizer. Essa é minha primeira visita como Chanceler, visita de Chanceler, digamos assim, fora de um quadro de reunião multilateral ou na companhia do Presidente. Primeira

visita bilateral de chanceler que faço depois da eleição do Presidente Lula. Creio que isso demonstra, em si mesmo... Visita em retribuição à sua visita de três meses atrás – uma retribuição bem rápida, creio eu. Espero que possamos continuar assim e que em pouco tempo você possa também estar no Brasil. Quero dizer, novamente, a nossos amigos do Paraguai, que o Brasil vai fazer sua parte para garantir que o Paraguai possa obter todas as vantagens que esperava, desde o início, obter do Mercosul e de sua relação com o Brasil.

Muito obrigado.

**Acordo entre os Estados Membros da Comunidade Sul-Americana de Nações sobre dispensa da exigência de visto de turista e habilitação de documento de identidade para ingresso e trânsito em seus respectivos territórios (24 de novembro de 2006)**

Foi assinado no dia 24 de novembro de 2006, em Santiago, por ocasião da III Reunião de Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações, o Acordo entre os Estados Membros da Comunidade Sul-Americana de Nações sobre Dispensa de Visto de Turista e Habilitação de Documento de Identidade para Ingresso e Trânsito em seus Respectivos Territórios. Assinaram o Acordo a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Suriname e Uruguai.

O Acordo tem por objetivo facilitar e promover o intercâmbio de pessoas entre os países da Comunidade Sul-Americana de Nações(CASA).

Os nacionais de qualquer das partes, na condição de turista, poderão ingressar, transitar e sair do território dos demais Estados com a utilização de documento de identidade, sem necessidade de visto.

Este Acordo é o primeiro ato jurídico internacional produzido no âmbito da Comunidade Sul-Americana de Nações e sua assinatura representa passo concreto no sentido de avançar na construção de uma cidadania sul-americana.

**XLV Reunião do Grupo Mercado Comum - Informação à imprensa (24 de novembro de 2006)**

Transmite-se, a seguir, informação à imprensa da XLV Reunião do Grupo Mercado Comum realizada em Brasília, nos dias 23 e 24 de novembro corrente:

“O Grupo Mercado Comum (GMC) celebrou sua XLV Reunião Ordinária em Brasília, nos dias 23 e 24 de novembro em curso, para dar seqüência ao trabalho do segundo semestre do corrente ano. O GMC deliberou, entre outras, sobre questões relacionadas com o tratamento das assimetrias no Mercosul, o desenvolvimento e a integração produtiva e o Mercosul Social. Procedeu ainda ao acompanhamento dos trabalhos da Comissão de Comércio, dos Subgrupos de Trabalho e de outros Foros da União Aduaneira.

A Presidência Pro Tempore Brasileira recordou haver submetido à consideração dos Estados Partes a proposta de convocação da XXXI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC). Para permitir a aprovação ainda em 2006 dos projetos de normativas elevados ao Conselho durante o semestre, além da entrada em operação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul e da instalação do Parlamento do Mercosul, a Presidência Pro Tempore propôs celebrar a sessão do Conselho nos dias 14 e 15 de dezembro próximo, com a participação exclusiva dos Estados Partes. A agenda do CMC será preparada pelo Grupo Mercado Comum na reunião que se celebrará nos dias 11 a 13 de dezembro próximo, e submetida à aprovação do Conselho.

Dada a impossibilidade de agenda para a realização ainda em dezembro da Cúpula do Mercosul, a Presidência Pro Tempore Brasileira propôs igualmente a reconvocação do Conselho no dia 18 de janeiro de 2007, seguida da celebração da Cúpula no dia 19 – ambos com a participação também dos Estados Associados e Convidados.

Brasília, 24 de novembro de 2006.”

### **Eleições no Equador (27 de novembro de 2006)**

O Governo brasileiro acompanhou com grande interesse as eleições no Equador. Conforme atestado pela Missão de Observação Eleitoral da OEA e por outros observadores, o pleito transcorreu de forma pacífica e permitiu ao povo equatoriano expressar livremente sua vontade.

O Governo brasileiro felicita os Doutores Rafael Correa e Lenin Moreno, futuros Presidente e Vice-Presidente da República do Equador.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenciona manter contato com o Doutor Rafael Correa para apresentar-lhe os melhores votos de êxito.

### **Cúpula África–América do Sul (AFRAS) (28 de novembro de 2006)**

Atendendo a convite do Presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará da Cúpula África–América do Sul (AFRAS), nos próximos dias 29 e 30 de novembro, em Abuja, Nigéria. O evento reunirá Chefes de Estado e de Governo de ambas as regiões.

A reunião é oportunidade ímpar para a intensificação do diálogo entre as duas regiões, que compartilham, em larga medida, história, percepções de mundo e interesses estratégicos comuns. Somadas, a América do Sul e a África reúnem 65 países, com população total superior a 1 bilhão de habitantes, e ocupam cerca de 32% da superfície terrestre. A América do Sul é a região no mundo que abriga as maiores populações descendentes da diáspora africana. Ambas as regiões têm visões convergentes em amplo leque de temas internacionais, com destaque para comércio internacional, paz e segurança, meio ambiente, energia, direitos humanos, combate à fome e à pobreza e reforma dos organismos multilaterais.

A Cúpula AFRAS tem entre seus objetivos intensificar parcerias entre as duas regiões, de forma a estabelecer dinâmica sustentável de cooperação Sul–Sul. Tal processo deverá envolver governos, setor privado e sociedade civil. Deverão resultar da

reunião uma Declaração Final, um Plano de Ação e uma Estratégia de Implementação dos compromissos acordados. Do ponto de vista sul-americano, a reunião de Abuja articula-se com o esforço de aproximação com outras regiões em desenvolvimento de que foi exemplo, a Cúpula América do Sul–Países Árabes (ASPA), ocorrida em Brasília, em maio de 2005.

O fortalecimento das relações entre o Brasil e o continente africano reflete-se no expressivo aumento do intercâmbio comercial nos últimos anos. De US\$ 5 bilhões, em 2002, o comércio total entre ambos os lados subiu para US\$ 6 bilhões em 2003, US\$ 10,4 bilhões em 2004 e US\$ 12,6 bilhões em 2005. No período de janeiro a outubro de 2006, o comércio entre o Brasil e a África superou US\$ 12,8 bilhões.

### **Cessar-fogo na Faixa de Gaza (28 de novembro de 2006)**

O Governo brasileiro recebeu com satisfação o anúncio do resultado positivo das conversações entre o Primeiro-Ministro israelense Ehud Olmert e o Presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas, que resultaram na suspensão das operações militares das Forças de Defesa de Israel na Faixa de Gaza. Em contrapartida, haveria compromisso de grupos de militantes palestinos de suspender o lançamento de foguetes contra o território israelense e de evitar ataques contra a população civil.

O Governo brasileiro considera que a decisão de impor um cessar-fogo em Gaza constitui passo fundamental para restaurar a confiança e o diálogo direto entre as partes e, assim, facilitar a retomada das negociações de paz, de acordo com os critérios estabelecidos no Mapa do Caminho, com vistas a uma solução justa, abrangente e duradoura do conflito.

O Brasil conclama ambas as partes a respeitarem estritamente o acordo de cessar-fogo e a trabalharem com afinco para que seus termos possam ser estendidos, com a brevidade possível, ao território da Cisjordânia.

### **Trabalho forçado no Brasil (29 de novembro de 2006)**

O Governo brasileiro recebeu, com preocupação, notícias sobre alegada intenção de congressistas norte-americanos de investigar denúncias de que parte do carvão vegetal proveniente da Amazônia, utilizado na fabricação do ferro-gusa (principal componente do aço), seria produzido com trabalho forçado.

O Governo brasileiro tem realizado, em parceria com o setor privado e a sociedade civil, significativos esforços para a completa erradicação do trabalho forçado no Brasil.

A Organização Internacional do Trabalho, em seu Relatório Global de 2005 sobre o assunto, salientou o empenho do Governo brasileiro e caracterizou como exemplares os resultados que vêm sendo obtidos no tocante à adoção de políticas para a erradicação do trabalho forçado e de outras formas de trabalho compulsório.

Entre as iniciativas do setor privado, vale ressaltar o lançamento, em 2005, do primeiro Pacto Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, de acordo com o qual as empresas siderúrgicas signatárias se comprometeram a não adquirir carvão vegetal oriundo de mão de obra forçada. O Pacto é resultado de articulação entre o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, a ONG Repórter Brasil e a OIT, que o supervisiona. Como resultado desse acordo, foi criado o Instituto Carvão Cidadão (ICC), que tem por objetivo auditar, orientar e fiscalizar os produtores de carvão vegetal na região Norte do país, bem como eliminar a prática do trabalho forçado na cadeia produtiva do ferro gusa.

Nos últimos dois anos, 945 fornecedores de carvão foram fiscalizados pelo ICC, com o descredenciamento de todos aqueles que não cumpriam a legislação trabalhista e as orientações do mencionado Instituto.

O Brasil é um dos poucos países no mundo que reconhece o problema do trabalho forçado e envida claros esforços para combatê-lo. O

tratamento ostensivo e consciente da questão pelo Governo brasileiro deveria ser objeto de reconhecimento internacional, e não ser utilizado como pretexto para qualquer tipo de restrição ou penalização comercial ao país.

### **Posse do Presidente do México (29 de novembro de 2006)**

O Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, chefiará a Missão Especial que representará o Governo brasileiro por ocasião das cerimônias de posse do Presidente eleito do México, Felipe Calderón, a serem realizadas no dia 1º de dezembro de 2006.

Na oportunidade, o Ministro da Justiça reiterará a determinação do Governo brasileiro de seguir intensificando as relações entre o Brasil e o México e transmitirá ao novo Presidente mexicano os votos de sucesso em seu mandato.

O Presidente Lula recebeu a visita do Presidente Felipe Calderón no Brasil, já como Presidente eleito, em outubro passado.

### **Centro Regional de Inteligência de Foz do Iguaçu (1º de dezembro de 2006)**

Os Governos da República Federativa do Brasil, da República Argentina e da República do Paraguai decidiram iniciar as atividades de investigação de inteligência policial e troca de informações nas instalações físicas do Centro Regional de Inteligência (CRI) de Foz do Iguaçu, que está em condições de operar no edifício da Delegacia de Polícia Federal naquela cidade.

Para aprofundar a cooperação na área de segurança pública em geral, e em especial na região da tríplice fronteira, os Governos da Argentina e do Paraguai aceitaram convite do Governo do Brasil para designarem instituições policiais nacionais para integrar o CRI de Foz do Iguaçu. Os integrantes do Centro serão funcionários oriundos da Polícia Federal brasileira, da Polícia Federal argentina e da Polícia Nacional paraguaia.

A criação do CRI insere-se no âmbito das

iniciativas que vêm sendo tomadas pelos Governos de Brasil, Argentina e Paraguai para fortalecer a coordenação das atividades de investigação policial, de modo a prevenir e combater a prática de ilícitos naquela região.

### **Ciclo de Palestras para funcionários governamentais de países da América do Sul sobre o Sistema de Solução de Controvérsias da OMC (1º de dezembro de 2006)**

O Ministério das Relações Exteriores está organizando, juntamente com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), e com o apoio da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), Ciclo de Palestras sobre solução de controvérsias na OMC, destinado a funcionários governamentais dos países da América do Sul. O evento será realizado na sede da FIESP, no período de 4 a 8 de dezembro do corrente.

O Ciclo de Palestras visa a promover intercâmbio de experiências sobre a participação dos países da região em matéria de contenciosos, no âmbito da OMC. Será composto por dois módulos: a) o primeiro, de 4 a 7 de dezembro, voltado exclusivamente aos funcionários sul-americanos encarregados do tema de solução de controvérsias na OMC; e b) seminário aberto, no dia 8 de dezembro, co-patrocinado pelo Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (CESA) e pelo Instituto Brasileiro de Concorrência (IBRAC), que contará com a participação de especialistas em solução de controvérsias, brasileiros e estrangeiros, bem como de representantes governamentais, da academia e do setor privado.

Os Governos da Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela confirmaram participação e enviarão funcionários para o Ciclo de Palestras.

Estarão presentes no seminário os seguintes especialistas: Ministro Roberto Azevedo, Diretor do Departamento Econômico do Itamaraty; Prof. Luiz Olavo Baptista, Membro do Órgão de Apelação da

OMC e Sócio do L.O. Baptista Advogados; Dr. James Bacchus, ex-membro do Órgão de Apelação da OMC e advogado do Greenberg Traurig LLP; Profa. Vera Thorstensen, Assessora Econômica da Delegação do Brasil em Genebra; Professor Alberto do Amaral Junior, Livre Docente da Faculdade de Direito da USP; Dra. Gabrielle Marceau, Conselheira do Gabinete do Diretor-Geral da OMC; Dr. Gonzalo Biggs, painelistas da OMC e advogado do Figueroa, Valenzuela & Cia Abogados; e Dr. Welber Barral, Professor de Direito Internacional da UFSC.

### **Denúncia de abuso sexual no Haiti (1º de dezembro de 2006)**

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com preocupação, de notícia veiculada pela imprensa internacional sobre suposto caso de abuso sexual envolvendo soldado brasileiro no Haiti em 2004.

Segundo informação da MINUSTAH, a Missão conduziu ampla investigação, em 2004, sobre o caso e concluiu que a acusação não tinha fundamento. Os resultados da investigação foram posteriormente reexaminados, em duas instâncias superiores, inclusive por órgão não subordinado ao comando da Missão. Ambos atestaram as conclusões da investigação inicial.

O Governo brasileiro condena veementemente todos os casos de abuso e exploração sexual. Nas discussões sobre o tema nas Nações Unidas, o Brasil tem participado ativamente dos esforços de implementação da política de tolerância zero, que vem sendo conduzida pelo Secretário-Geral Kofi Annan.

Em conformidade com as regras definidas pelas Nações Unidas, todos os militares brasileiros que participam da MINUSTAH são submetidos a intenso treinamento, que inclui, entre outros temas, a prevenção de abuso sexual, a proteção a grupos vulneráveis e o respeito aos direitos humanos.

É importante ressaltar que os militares brasileiros que atuam no Haiti continuam sujeitos à aplicação das leis brasileiras. Eventuais indícios de

casos de má-conduta serão devidamente investigados e, caso necessário, processados pelas instâncias judiciais competentes do Brasil.

#### **VI Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do MERCOSUL - Brasília, 4 a 6, de dezembro de 2006 (4 de dezembro de 2006)**

O Ministro Celso Amorim participará da sessão de abertura do segmento ministerial da VI Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do MERCOSUL (RAADH), amanhã, 5/12, às 9:00 horas, no Ministério da Justiça (“Sala dos Retratos”, 4º andar). O evento será aberto à imprensa e terá a presença de autoridades dos Estados Membros e Associados do Mercosul.

A VI Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do MERCOSUL teve início hoje, 4/12, com reunião dos Grupos Técnicos sobre Direitos da Criança e do Adolescente, Combate ao Racismo, Construção de Indicadores em Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e Educação em Direitos Humanos.

Organizada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores e com a participação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a RAADH teve seu primeiro encontro em Assunção, em março de 2005. Desde então, a agenda do foro tem-se diversificado para incorporar os temas prioritários de direitos humanos em políticas públicas, cooperação regional e identificação de boas práticas.

Durante a VI Reunião serão tratados os seguintes temas: direito à verdade e à memória, combate à tortura, combate à homofobia, direitos da criança e dos adolescente, educação em direitos humanos e combate ao racismo.

Como programação paralela ao evento, será realizada a Mostra de Cinema e Direitos Humanos na América do Sul, cuja inauguração ocorrerá amanhã, dia 5, no Auditório Wladimir Murcinho do Palácio Itamaraty, às 20:00 horas.

#### **Furacão nas Filipinas (4 de dezembro de 2006)**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou a seguinte mensagem de solidariedade à Presidente das Filipinas, Gloria Macapagal Arroyo, em razão das trágicas perdas causadas pelo furacão “Reming” naquele país:

“Excelência,

Receba do Povo e do Governo brasileiros as mais sinceras condolências pelas trágicas perdas humanas sofridas com a passagem do furacão “Reming” pelas Filipinas.

Nessa triste ocasião, peço-lhe externar a profunda consternação do Povo e do Governo brasileiros às famílias das vítimas.

Mais alta consideração,

**Luiz Inácio Lula da Silva**

Presidente da República Federativa do Brasil”.

#### **Visita ao Brasil do Chanceler do Panamá (5 de dezembro de 2006)**

O Chanceler Samuel Lewis Navarro visitará o Brasil no dia 6 de dezembro corrente, ocasião em que manterá reunião de trabalho e será homenageado pelo Ministro Celso Amorim com almoço no Palácio Itamaraty. Os dois Chanceleres concederão entrevista à imprensa às 14h30.

Durante a visita, os Chanceleres do Brasil e do Panamá passarão em revista temas relacionados ao sistema das Nações Unidas. Na oportunidade, também serão definidas próximas visitas recíprocas dos Presidentes dos dois países e outros temas do relacionamento bilateral, como o aumento do fluxo de comércio e investimentos, a disposição do Brasil de cooperar com a ampliação do Canal do Panamá e a aproximação do Panamá com o Mercosul.

O comércio entre o Brasil e o Panamá aumentou 132% de 2002 para 2005, quando atingiu US\$ 263,5 milhões. No período de janeiro a outubro do corrente ano, o intercâmbio bilateral atingiu a cifra de US\$ 200 milhões. Estão instaladas no Panamá

empresas brasileiras que têm projeção na América Central e Caribe, como a Odebrecht, a Andrade Gutierrez, a Camargo Corrêa e a Sadia.

### **Visita ao Brasil do Presidente da Venezuela (6 de dezembro de 2006)**

O Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, fará visita a Brasília em 6 e 7 de dezembro de 2006. Será a primeira viagem ao exterior do Presidente Chávez após sua reeleição, ocorrida em 3 de dezembro. Sua comitiva incluirá os titulares das pastas de Relações Exteriores, Energia e Petróleo, Indústria Ligeira e Comércio, Indústria Básica e Mineração, Ciência e Tecnologia, Planejamento e do Ministro-Chefe do Gabinete da Presidência da República.

Os dois Presidentes analisarão os principais pontos da agenda comum, especialmente o atual estágio da implementação dos instrumentos firmados no âmbito da Aliança Estratégica Brasil-Venezuela, acordada em fevereiro de 2005.

Os resultados da cooperação no plano energético receberão especial atenção dos Presidentes e Ministros, sobretudo aqueles referentes à parceria Petrobras/PDVSA, como o Grande Gasoduto do Sul, a Refinaria Abreu e Lima (Pernambuco), a exploração conjunta dos campos de petróleo na Faixa do Orinoco e a extração de gás no campo Mariscal Sucre.

Os dois Presidentes devem examinar também questões da agenda regional, em particular a Comunidade Sul-Americana de Nações e a adesão da Venezuela ao Mercosul.

Desde 2004, o fluxo comercial entre o Brasil e a Venezuela vem aumentando. De janeiro a outubro de 2006, o intercâmbio manteve-se ascendente, tanto do ponto de vista das vendas brasileiras quanto das venezuelanas. O Brasil exportou US\$ 2,9 bilhões para o país vizinho e importou US\$ 528 milhões, o que representa aumento significativo no comércio em relação ao total de 2005.

### **Tríplice Fronteira (7 de dezembro de 2006)**

O Governo dos EUA decidiu apresentar formalmente nomes de pessoas e instituições que, em seu entendimento, estariam envolvidas em atividades supostamente ligadas ao financiamento do terrorismo, a partir da região da Tríplice Fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai.

A apresentação da mencionada lista de nomes foi objeto de ampla discussão entre as delegações do Brasil, da Argentina, do Paraguai e dos EUA, por ocasião da V Reunião do Grupo 3 + 1 sobre a segurança na Tríplice Fronteira, realizada em 4 e 5 de dezembro de 2006, em Buenos Aires. Na oportunidade, as delegações dos três países sul-americanos coincidiram quanto à inexistência, nas informações sobre tais nomes, de quaisquer novos dados, ou evidências, que corroborassem as denúncias formuladas pela parte norte-americana.

O Governo brasileiro entende que, à luz das informações disponíveis, não há indícios da ocorrência, naquela região, de atividades ligadas ao terrorismo ou a seu financiamento. Tal posição é compartilhada pelos Governos da Argentina e do Paraguai, conforme o comunicado conjunto adotado ao final da reunião de Buenos Aires.

O Brasil reitera seu compromisso com a cooperação internacional como instrumento de prevenção e combate ao terrorismo e seu financiamento, que se devem dar no marco da estrita observância do Direito Internacional, dos Direitos Humanos, do Direito Internacional Humanitário, do devido processo legal e da ampla defesa.

Iniciativas e declarações unilaterais que singularizem, de forma arbitrária, a Tríplice Fronteira causam prejuízo indevido à região.

Transcreve-se, a seguir, o texto integral do comunicado conjunto da Reunião de Buenos Aires:

“V Reunión Plenaria del Mecanismo “3+1” sobre la seguridad en la Triple Frontera.

Buenos Aires, 4 y 5 de diciembre de 2006.

## Comunicado Conjunto.

1. Los días 4 y 5 de diciembre de 2006, se realizó en Buenos Aires la V Reunión Plenaria del Mecanismo “3+1” sobre la seguridad en la Triple Frontera, contando con la participación de delegaciones de la República Federativa del Brasil, de los Estados Unidos de América, de la República del Paraguay y de la República Argentina. Las delegaciones fueron presididas, respectivamente por el Ministro Marcos Vinicius Pinta Gama, Asesor Especial de la Secretaría General de Relaciones Exteriores de la Cancillería de Brasil, por la Sra. Virginia Palmer, Coordinadora Adjunta para Contraterrorismo del Departamento de Estado de los Estados Unidos, por el Ministro Víctor Hugo Peña Bareiro, Director General de Asuntos Especiales del Ministerio de Relaciones Exteriores del Paraguay, y por el Embajador Luis Cappagli, Director General de Política Exterior de la Cancillería argentina.

2. En sus palabras de bienvenida, el Embajador Cappagli recordó el inicio del grupo “3+1” en el año 2002, como una demostración continua del compromiso de los países en la lucha contra el terrorismo y otras actividades ilícitas. El Embajador también destacó las actividades de cooperación para mejorar la seguridad de la triple frontera ya realizadas en el marco del grupo, así como la importancia política, económica y cultural de la zona de la triple frontera argentino-brasileño-paraguaya en el proceso de integración entre los tres países. Las demás delegaciones ratificaron su condena al terrorismo y su compromiso de continuar los trabajos en el seno del grupo, señalando la importancia de la zona de la triple frontera como espacio de integración.

3. Las delegaciones señalaron la necesidad de promover el desarrollo socio-económico y turístico de la Triple Frontera para ofrecer mejores oportunidades a las poblaciones locales y contribuir a la prevención de los crímenes transnacionales. Coincidieron en que dicha prevención debe realizarse sin perjudicar a la economía de la región, la que

reconocieron como un destino turístico seguro.

4. Al inicio de sus labores, las delegaciones de los países que comparten la Triple Frontera se abocaron a evaluar la situación de seguridad en la zona y el estado de implementación de las medidas propuestas en las anteriores reuniones del grupo. La delegación de Brasil señaló que la utilización de las nuevas oficinas y sistemas de la Receita Federal y de la Policía Federal brasileñas en el Puente Internacional de la Amistad permiten un mayor y mejor control migratorio y aduanero. Asimismo, la delegación de Paraguay presentó las actividades que su país realiza en materia de prevención del lavado de dinero, del tráfico de drogas, de la trata de personas y del análisis de actividades sospechosas, incluyendo las transferencias y remesas de activos. Por su parte, la delegación argentina describió las mejoras en el control aduanero en lo atinente a la descentralización operativa y a la centralización de la información de inteligencia, que han incrementado su capacidad de respuesta, y a la implementación junto a los EE.UU. de las Unidades de Transparencia Comercial.

5. La delegación de Brasil realizó una exposición para presentar el nuevo Centro Regional de Inteligencia en Foz de Iguazú. La creación de dicho centro, dedicado a la coordinación de actividades de inteligencia criminal entre las fuerzas policiales de los países que comparten la triple frontera, se inserta en el marco de las iniciativas de cooperación tripartita para la prevención y la represión de actividades ilícitas en la zona.

6. Las delegaciones de Argentina, de Brasil y de Paraguay describieron las tareas de patrullaje que las fuerzas de seguridad de sus países realizan en las aguas del Lago Itaipú, de sus aguas adyacentes y en los cursos de agua fronterizos entre Argentina y Paraguay. La delegación de Brasil informó que una propuesta alternativa sobre el patrullaje coordinado del Lago Itaipú y aguas adyacentes será sometida en breve a los gobiernos de la Argentina y del Paraguay.

7. Las delegaciones acordaron incrementar el intercambio de información relacionada con el control fronterizo y migratorio, reconociendo que el

incremento del tránsito de personas y del flujo de bienes son procesos positivos que no debieran ser obstaculizados por el refuerzo de los controles fronterizos. Al evaluar la coordinación de los controles migratorios en la Triple Frontera, las delegaciones de Argentina, Brasil y Paraguay señalaron que, en el marco del proceso de integración regional, las fronteras y la Triple Frontera inclusive, constituyen espacios de aproximación entre los países. Las cuatro delegaciones ratificaron que la adopción de estándares internacionales para documentos de viaje es importante para prevenir la utilización de documentos falsos por parte de organizaciones criminales o terroristas. La delegación brasileña indicó que va introducir un nuevo pasaporte con especificaciones de seguridad de última generación de acuerdo con las decisiones de la OACI. Paraguay afirmó que estaba desarrollando tareas con el mismo propósito. Argentina por su parte destacó que sus pasaportes cumplen actualmente con las recomendaciones de la OACI e informó sobre la implementación del sistema SICAM de lectura electrónica de pasaportes. Paraguay informó la incorporación de tecnología avanzada para interconectar sus puestos de control migratorio.

8. En lo que se refiere a los trabajos en el ámbito del Comité Contra el Terrorismo del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, las delegaciones reafirmaron el compromiso de sus países con la plena implementación de la Resolución 1373 (2001) del Consejo de Seguridad de la ONU y con el perfeccionamiento de las medidas para prevenir los actos terroristas. Destacaron también la importancia de la emisión de alertas anticipadas entre Estados, del pronto intercambio de informaciones para prevenir y/o reprimir actos ilícitos, de la denegación de refugio a quien financie, planee o cometa actos de terrorismo, o preste apoyo a dichos actos o proporcione refugio a quienes los cometan. Asimismo, señalaron la importancia de la cooperación en las investigaciones criminales en el marco del debido proceso legal. Por último, las

delegaciones se comprometieron a la ratificación y a la plena implementación de los instrumentos internacionales relativos a la lucha contra el terrorismo internacional.

9. Las delegaciones reconocieron que grupos criminales y terroristas dependen de sus fondos ilegales y acuerdan en seguir analizando los flujos financieros originados en la región con vistas a identificar posibles transacciones sospechosas. Asimismo, las delegaciones coincidieron en cuanto a la importancia de fortalecer el papel de las UIF's de acuerdo con los principios y estándares internacionales establecidos en el ámbito FATF/GAFI, GAFISUD y el Grupo Egmont.

10. Las delegaciones reafirmaron igualmente que, de acuerdo a la información disponible, no fueron detectadas actividades operativas de terrorismo en el área de la Triple Frontera, y en caso de ser detectada cualquier actividad que pudiera contribuir directamente o indirectamente a la comisión de actos terroristas, incluyendo el financiamiento del terrorismo, intercambiar rápidamente la información para impedir eventuales ilícitos.

11. De acuerdo a la información presentada en las capitales recientemente, y como parte de un esfuerzo de dos años, la delegación de Estados Unidos presentó información relativa a una lista de nueve individuos y dos entidades que el Gobierno de Estados Unidos piensa designar por el financiamiento del terrorismo, de acuerdo con su legislación interna. Argentina, Brasil y Paraguay manifestaron que la información presentada por los Estados Unidos no aporta nuevos elementos que pudieran permitirles afirmar la existencia de actividades terroristas en la región, incluyendo el financiamiento del terrorismo.

12. Las delegaciones coincidieron en señalar que para que Grupo "3+1" pueda consolidar los resultados alcanzados, es necesaria la continuidad de las consultas entre los países sobre la base de los principios de transparencia, buena fe y confianza mutua y coincidieron también en que el intercambio de informaciones se realice entre los países

participantes por medio de los canales adecuados. Las declaraciones de todas las autoridades de los países participantes del grupo deberán tener en cuenta la necesidad de evitar daños innecesarios a la imagen de la Triple Frontera y a la confianza mutua.

13. La delegación de los Estados Unidos hizo una presentación sobre la temática de “lucha contra el bioterrorismo y el agroterrorismo” y sugirió estudiar la posibilidad de una futura cooperación en la materia en el foro adecuado.

14. Las delegaciones visitantes agradecieron la hospitalidad argentina y acordaron que la próxima reunión del Mecanismo “3+1” se llevará a cabo en la ciudad de Asunción, Paraguay.

### **Visita do Ministro Celso Amorim à Argentina (7 de dezembro de 2006)**

O Ministro Celso Amorim fará visita oficial à Argentina no dia 12 de dezembro, quando será recebido pelo Presidente Néstor Kirchner e pelo Chanceler Jorge Taiana. O Ministro Amorim manterá contatos também com vários Ministros argentinos.

A visita permitirá examinar assuntos relacionados com o Mercosul, a evolução do comércio e dos investimentos bilaterais, a Rodada Doha da OMC e outros temas de interesse bilateral e regional.

O Ministro Celso Amorim também participará da celebração dos 15 anos da Agência Brasileiro – Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC).

Durante a visita, o Chanceler brasileiro será condecorado com a Grã-Cruz da Ordem de Maio.

### **Visita do Presidente eleito do Equador, Rafael Correa (7 de dezembro de 2006)**

O Presidente eleito do Equador, Rafael Correa, visitará o Brasil, no dia 8 de dezembro, a convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Será a primeira viagem internacional de Rafael Correa depois do anúncio de sua vitória nas eleições presidenciais equatorianas.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva receberá em audiência o Presidente eleito Rafael Correa no Palácio da Alvorada. O Presidente eleito do Equador será homenageado pelo Ministro Celso Amorim em café da manhã no Palácio Itamaraty. À tarde, os Presidentes partirão para Cochabamba, onde participarão da II Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).

A visita do Presidente eleito do Equador representa oportunidade para sublinhar a importância das relações entre os dois países. O incremento dos investimentos brasileiros no Equador vem contribuindo para o desenvolvimento dos setores petrolífero e de infra-estrutura daquele país.

O encontro entre os Presidentes constituirá oportunidade para ressaltar a disposição brasileira de reduzir o desequilíbrio nas relações comerciais entre os dois países. O intercâmbio comercial atingiu, no período de janeiro a setembro deste ano, US\$ 679,4 milhões, com superávit de US\$ 630,4 milhões para o Brasil (US\$ 654,9 milhões de exportações brasileiras e US\$ 24,5 milhões de importações).

Será salientada a importância da cooperação bilateral já em curso, bem como a oportunidade para o estabelecimento de cooperação na área de biocombustíveis, com base no conhecimento técnico e na experiência do Ministério de Minas e Energia, da Embrapa e da Petrobras.

### **II Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) (7 de dezembro de 2006)**

Será realizada em Cochabamba, Bolívia, em 8 e 9 de dezembro, a II Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).

Os Presidentes deverão discutir temas como o reforço da institucionalidade da CASA, o aprofundamento da coordenação política, a integração da infra-estrutura regional, a integração energética sul-americana, a constituição de sistema financeiro regional, a integração produtiva e medidas de desenvolvimento social. Outras áreas de atenção da

Comunidade são o comércio regional, saúde, educação, ciência e tecnologia, meio ambiente, segurança e defesa, tratamento das assimetrias e convergência dos processos de integração regional existentes.

No último ano, realizaram-se mais de vinte reuniões ministeriais e especializadas, como a reunião de Ministros de Defesa da CASA (Bogotá, agosto de 2006), a reunião de Ministros de Cultura da CASA (Rio de Janeiro, novembro de 2006) e a reunião técnica sobre Biocombustíveis na Perspectiva Sócio-ambiental (Fortaleza, setembro de 2006). Avanços importantes foram a realização, em Abuja, da Cúpula África – América do Sul, e a assinatura de acordo para isenção de vistos e passaportes para turistas sul-americanos em países da América do Sul, durante a III Reunião de Chanceleres da CASA, em Santiago do Chile, em 24 de novembro de 2006.

A II Reunião de Chefes de Estado da CASA será precedida pela Reunião de Vice-Chanceleres, no dia 7, e pela Reunião de Chanceleres, no dia 8 de dezembro. Paralelamente às reuniões, será realizado encontro da sociedade civil sul-americana, intitulado Cúpula Social, que submeterá seus resultados à apreciação das reuniões intergovernamentais em Cochabamba.

### **Conferência no Irã sobre o Holocausto (9 de dezembro de 2006)**

O Governo brasileiro recebeu com preocupação a notícia da realização, nos próximos dias 11 e 12 de dezembro, em Teerã, de conferência destinada a avaliar a natureza e a dimensão do Holocausto.

O Governo brasileiro co-patrocinou a resolução 60/77 da Assembleia Geral das Nações Unidas, adotada por consenso em dezembro de 2005, que reafirmou o reconhecimento histórico do Holocausto, ressaltou o compromisso da comunidade internacional de lutar contra todas as formas de intolerância e instituiu a data de 27 de janeiro, que evoca a libertação do campo de concentração de Auschwitz, como o “Dia Internacional de Memória

das Vítimas do Holocausto”.

O Governo brasileiro reitera sua firme condenação a todo evento, iniciativa ou declaração que possa pôr em causa a existência histórica do Holocausto.

### **Incorporação de oficiais paraguaios às tropas brasileiras no Haiti (9 de dezembro de 2006)**

Em 9 de dezembro corrente, partiu do Paraguai tropa composta por 30 Oficiais Militares paraguaios, que deverão incorporar-se ao contingente brasileiro que participa da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). A MINUSTAH foi estabelecida pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 2004, em consequência dos graves acontecimentos políticos e sociais ocorridos naquele país.

A participação do Brasil e do Paraguai, juntamente com outros países da região, na MINUSTAH é uma demonstração de solidariedade regional para com a população haitiana.

O Governo brasileiro entende que a iniciativa de cooperação Brasil-Paraguai na MINUSTAH constitui importante reafirmação do compromisso dos dois países com a manutenção da paz e da segurança internacional.

A incorporação dos oficiais paraguaios ao contingente brasileiro dá-se no espírito de entendimento e de intercâmbio profissional entre as Forças Armadas dos dois países, aprofundando os laços de amizade e de cooperação que têm caracterizado a vida institucional de ambas as Forças Armadas.

### **Sistema Geral de Preferências dos EUA (11 de dezembro de 2006)**

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a decisão do Congresso dos Estados Unidos no que diz respeito à renovação do Sistema Geral de Preferências (SGP) daquele país. Além de estender o programa por dois anos, a decisão mantém o Brasil como beneficiário do Sistema, que preservará suas

características básicas. Tal fato permitirá que o fluxo das exportações brasileiras sob o programa siga essencialmente inalterado, com benefício mútuo para os parques produtivos dos dois países.

Esse desfecho recompensa o trabalho conduzido, em estreita coordenação, pelo Governo e o setor privado brasileiros. Tal esforço incluiu o envio de comunicações ao Governo dos EUA, presença de missões empresariais, estabelecimento de contatos oficiais em diversos níveis, encontros organizados pela Embaixada do Brasil em Washington com autoridades governamentais norteamericanas, congressistas, governadores de estados importadores de produtos brasileiros.

Em comparação com outros projetos de lei que tratavam do assunto, a decisão é vantajosa pois, dentre outros elementos, mantém flexibilidade na aplicação dos parâmetros de exclusão de produtos beneficiados. Esses novos parâmetros dizem respeito a produtos que se valem de permissões excepcionais (“waivers”), há mais de cinco anos, para continuar se beneficiando das preferências do SGP, apesar de terem ultrapassado os limites de comércio previstos no Sistema (excede em 150% os limites de US\$ 125 milhões ou 75% do total importado daquele produto pelos EUA). A lei aprovada prevê que a retirada dos benefícios nesses casos estará condicionada a exame, pelo Executivo, e decisão final a critério do Presidente. O Governo brasileiro acompanhará com atenção a implementação desses novos dispositivos, na expectativa de que nenhum setor produtivo nacional possa vir efetivamente a ser prejudicado.

### **15º Aniversário de Criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle (ABACC) (12 de dezembro de 2006)**

Transcreve-se, abaixo, texto original em espanhol de declaração conjunta adotada hoje, 12 de dezembro, pelos Ministros Celso Amorim e Jorge Taiana por ocasião da Comemoração dos quinze anos de criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle (ABACC).

### **“Declaración Conjunta**

Invitado por el Sr. Ministro de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto de la Republica Argentina, D. Jorge Enrique Taiana, el Sr. Ministro de Relaciones Exteriores de la República Federativa del Brasil, D. Celso Amorin, realizó una visita a la Argentina el 12 de diciembre de 2006.

En esa ocasión celebraron el 15 aniversario de la creación de la Agencia Brasileño Argentina de Contabilidad y Control (ABACC). Al respecto ambos Cancilleres coincidieron en lo siguiente:

1. Resaltaron el rol esencial que ambos países le otorgan a la ABACC como instrumento de transparencia y aproximación bilateral en la implementación de salvaguardias y en el cumplimiento del compromiso activo y permanente de ambos países a favor de la no proliferación, del desarme nuclear y de la promoción de los usos pacíficos de la energía nuclear.

2. Tuvieron presente, en ese sentido, que durante la celebración en el año 2005 del vigésimo aniversario de la Declaración de Foz de Iguazú de 1985, los Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva y Néstor Kirchner firmaron la Declaración Conjunta sobre Política Nuclear en la que recordaron los compromisos asumidos en las declaraciones conjuntas sobre Política Nuclear desde la mencionada Declaración de Foz do Iguazú y reafirmaron la importancia de la Agencia Brasileño-Argentina de Contabilidad y Control de Materiales Nucleares y del sistema común de verificación de los programas nucleares como mecanismo de confianza y transparencia mutua, comprometiéndose a su fortalecimiento.

3. Se congratularon de que, desde sus comienzos, la ABACC viene aplicando exitosamente el Sistema Común de Contabilidad y Control de Materiales Nucleares que fuera creado por el Acuerdo entre los dos países, para el Uso exclusivamente Pacífico de la Energía Nuclear, y que entró en vigor en diciembre de 1991. Asimismo, recordaron con beneplácito que el 13 de diciembre de 1991 se firmó el Acuerdo entre la República

Federativa del Brasil, la República Argentina, la ABACC y el Organismo Internacional de Energía Atómica (OIEA) para la Aplicación de Salvaguardias, conocido como “Acuerdo Cuatripartito”.

4. Reconocieron con profunda satisfacción que en la actualidad la ABACC puede mostrar al mundo una bien ganada experiencia en el cumplimiento de la misión que le fuera encomendada. Durante dicho período, la ABACC logró constituirse en un organismo binacional de aplicación de salvaguardias con una gran credibilidad a nivel internacional, así como en uno de los principales colaboradores del sistema internacional de no proliferación.

5. Se felicitaron por la tarea realizada por ABACC en sus primeros quince años de existencia al dar garantías a la comunidad internacional de que Argentina y Brasil han llevado a cabo sus actividades en el campo del uso pacífico de la energía nuclear de conformidad con los compromisos contraídos en materia de salvaguardias nucleares y de no proliferación tanto a nivel binacional como internacional.

6. Manifestaron su beneplácito al reconocer que la ABACC constituye un ejemplo de lo que puede lograrse mediante el diálogo abierto y constructivo, verdadera garantía de paz y prosperidad en nuestra región.

7. Subrayaron el importante papel jugado por la ABACC en la historia reciente de las relaciones entre Argentina y Brasil y manifestaron su convicción de que la entidad deberá seguir constituyendo un instrumento esencial para la construcción del futuro común de las dos naciones.”

#### **Situación em Darfur (13 de dezembro de 2006)**

O Brasil congratula-se com o Conselho de Direitos Humanos e com as delegações presentes à sua IV Sessão Especial, que, hoje em Genebra, após longa jornada de discussões e negociações, aprovaram por consenso projeto do Presidente do Conselho sobre Darfur. Tal projeto confirma a

convocação de missão de avaliação, a ser enviada a Darfur, com vistas a avaliar a real situação dos direitos humanos na região.

O Brasil tem advogado, no âmbito do Conselho, a prevalência do diálogo, o reforço da promoção e da proteção dos direitos humanos, e o fim da seletividade e da politização que tanto caracterizaram a antiga Comissão de Direitos Humanos.

Na IV Sessão Especial, cuja convocação o Brasil co-patrocinou, buscou-se chamar a atenção dos membros do Conselho para a gravidade da situação de direitos humanos em Darfur e exigir ação imediata do CDH. A meta do Conselho era buscar uma solução consensual para a grave crise humanitária em Darfur e, como resultado da missão de avaliação, implementar com o Governo sudanês projetos de cooperação, patrocinados pela comunidade internacional, que levem à melhoria das condições de vida da população daquela país.

Na Sessão Especial, a atuação do Governo brasileiro contribuiu para aproximar posições, o que permitiu que a resolução fosse adotada por consenso, fortalecendo a autoridade do Conselho e criando condições para uma melhoria efetiva em Darfur.

#### **Visita oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia, Serguei Lavrov (13 de dezembro de 2006)**

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia, Serguei Lavrov, realizará visita oficial ao Brasil, nos dias 14 e 15 de dezembro, a convite do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim. O Ministro Lavrov deverá ser também recebido em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e manterá encontro com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo.

Nos últimos anos, as relações entre o Brasil e a Rússia vêm-se intensificando, no quadro da Parceria Estratégica e da Aliança Tecnológica estabelecida desde a visita do Presidente Vladimir

Putin, em novembro de 2004 – a primeira de um Chefe de Estado da Rússia ao Brasil –, e a visita do Presidente Lula a Moscou, em outubro de 2005. Os dois mandatários encontraram-se, igualmente, em julho último, por ocasião da reunião ampliada do G-8, em São Petersburgo.

No encontro com o Ministro Celso Amorim, serão discutidos temas das agendas bilateral, regional e multilateral. Deverão ser examinados meios de estimular os investimentos e parcerias entre o Brasil e a Rússia em campos como os da ciência e tecnologia, agricultura, energia, cultura e turismo. Serão analisadas as possibilidades de ampliação do intercâmbio comercial, que vem registrando sucessivos recordes desde 2003, havendo atingido, em 2005, US\$ 3,6 bilhões — 50% maior do que no ano anterior. Entre janeiro e outubro de 2006, o volume do comércio bilateral foi 15% superior ao do mesmo período em 2005, com superávit de cerca de US\$ 2 bilhões para o Brasil.

Os dois Ministros passarão em revista iniciativas para o fortalecimento do multilateralismo, em particular a reforma das Nações Unidas. A Rússia tem manifestado, no mais alto nível, apoio ao pleito do Brasil a assento permanente em um Conselho de Segurança ampliado. Também serão discutidas, entre outras, questões relativas às negociações da Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio, e ao processo de paz no Oriente Médio. Atenção especial será dedicada ao recém-iniciado diálogo, ocorrido à margem da Assembléia-Geral das Nações Unidas, em setembro último, dos Chanceleres dos chamados BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China).

Os dois Ministros assinarão, no dia 14, Acordo sobre Proteção Mútua de Tecnologias Associadas à Cooperação na Exploração e Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, que deverá fomentar o intercâmbio de produtos e tecnologias a serem desenvolvidos de forma conjunta. Trocarão, também, os instrumentos de ratificação do Tratado de Extradicação bilateral.

No dia 15, à margem da Reunião de

Chanceleres do Conselho do Mercado Comum, deverá ser assinado Memorando de Entendimento para o Estabelecimento do Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação entre o MERCOSUL e a Rússia.

### **Parlamento do Mercosul (13 de dezembro de 2006)**

Será realizada no dia 14 de dezembro a Sessão Solene de constituição do Parlamento do Mercosul. O evento terá lugar no plenário do Senado Federal, às 10 horas, e contará com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim e de parlamentares e outras autoridades da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

A solenidade será conduzida pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, e coordenada pelo presidente Pro Tempore da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), Senador Sérgio Zambiasi.

A criação do Parlamento do Mercosul deu-se por meio da aprovação da Decisão n° 49/04 do Conselho do Mercado Comum. Em dezembro de 2005 foi aprovado seu Protocolo Constitutivo, que estabeleceu o prazo limite de 31 de dezembro de 2006 para a efetiva instalação do órgão. Nesta primeira etapa, os Estados Partes contarão com representação paritária, cabendo a cada Parlamento nacional indicar 18 congressistas. Na segunda etapa, cujo início está previsto para 2010, os parlamentares do MERCOSUL serão eleitos por voto direto, universal e secreto.

O Parlamento do Mercosul contribuirá para consolidar a integração sul-americana e fomentar a cooperação regional. Caberá a ele estabelecer mecanismos que facilitem a incorporação das normas do bloco aos ordenamentos jurídicos nacionais, contribuindo para uma maior visibilidade e transparência do processo de integração.

### **XXXI Reunião do Conselho do Mercado Comum do Mercosul (13 de dezembro de 2006)**

No atual exercício da Presidência pro tempore do Mercosul, o Brasil sediará, no dia 15 de dezembro corrente, a XXXI Reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Brasília. O Conselho é o órgão responsável pela condução política do processo de integração e pela tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção.

No dia 15, a sessão do CMC contará com a participação dos cinco Estados Partes do bloco: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Tratará da aprovação de novas normas e acordos, e discutirá temas centrais no processo de integração.

Os Ministros analisarão os trabalhos desenvolvidos durante o semestre, entre os quais sobressaem a constituição do Parlamento do Mercosul e a entrada em funcionamento do Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM). O Parlamento reforçará a representação dos povos da União Aduaneira; o FOCEM constitui passo sem precedentes na região no tratamento das assimetrias entre os Estados Partes.

No dia 18 de janeiro de 2007, no Rio de Janeiro, o Conselho do Mercado Comum voltará a reunir-se, com a presença dos Estados Associados (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru) e Convidados (Guiana, Panamá e Suriname), em preparação à Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, que será realizada no dia 19.

### **Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata – 2007 (13 de dezembro de 2006)**

Estão abertas, entre os dias 11 de dezembro de 2006 e 22 de janeiro de 2007, as inscrições para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata. O Edital do Concurso, que inclui as datas e os programas das provas, está disponível nos endereços eletrônicos do Instituto Rio Branco (<http://www.irbr.mre.gov.br>) e do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília

(<http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007>).

A aprovação para uma das 105 vagas oferecidas permitirá ao candidato ingressar na Carreira de Diplomata no cargo de Terceiro Secretário, de acordo com a ordem de classificação obtida, habilitando-o igualmente a matricular-se no Curso de Formação do Instituto Rio Branco.

Os requisitos para o Concurso incluem: a) ser brasileiro nato, com idade mínima de dezoito anos; b) comprovar a conclusão de curso superior; c) estar em dia com as obrigações eleitorais e no gozo dos direitos políticos; d) estar em dia com as obrigações do serviço militar, para os candidatos do sexo masculino.

O Concurso será realizado em três fases. Na primeira, de caráter eliminatório, será aplicado Teste de Pré-Seleção, com questões objetivas de Português, História do Brasil, História Mundial, Política Internacional e Inglês. A segunda fase consistirá de prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório. Na terceira fase, serão realizadas provas escritas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Direito e Direito Internacional Público, de Noções de Economia e de Espanhol ou Francês (a segunda língua estrangeira depende de opção a ser feita pelo candidato). Será exigida a nota mínima de 390 pontos na soma das pontuações obtidas nas sete provas da terceira fase, o que equivale a 60% do total máximo possível de 650 pontos (seis provas com valor de 100 pontos e uma - Espanhol ou Francês – com valor de 50 pontos).

O Concurso será realizado integral e simultaneamente em 18 capitais, a saber: Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Manaus/AM, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Luís/MA, São Paulo/SP e Vitória/ES.

### **Visita Oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia ao Brasil - Declaração Conjunta (14 de dezembro de 2006)**

A Visita Oficial à República Federativa do Brasil do Senhor Serguei V. Lavrov, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia, no período de 14 a 15 de dezembro de 2006, a convite do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Senhor Celso Amorim, inscreve-se na continuidade do diálogo político de alto nível, iniciado em 2002, no contexto da parceria estratégica entre o Brasil e a Rússia. Essa concertação política foi renovada durante a visita ao Brasil do Presidente Vladimir V. Putin, em novembro de 2004 – a primeira de um Chefe de Estado da Rússia ao Brasil –, quando se estabeleceu a aliança tecnológica Brasil-Rússia -, e reafirmada por ocasião das visitas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Moscou, em outubro de 2005, e a São Petersburgo, em julho de 2006, para participar, a convite do Presidente Putin, do segmento ampliado do G-8.

2. O Chanceler Serguei V. Lavrov, em audiência com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reiterou a disposição da Federação da Rússia de aprofundar o relacionamento com o Brasil. Na reunião de trabalho que o Ministro Celso Amorim e o Ministro Serguei V. Lavrov mantiveram em Brasília, no dia 14 de dezembro, foram avaliados os principais temas da pauta bilateral e discutidas possibilidades de intensificação do relacionamento entre os dois países nos mais diversos campos. Foram ainda analisadas questões regionais e multilaterais de interesse mútuo.

3. Nesse contexto, os dois Chanceleres recordaram o encontro mantido à margem da 61<sup>a</sup> Assembléia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York, em setembro de 2006, e congratularam-se pela excelência dos trabalhos da IV Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN), realizada em Brasília, em 4 de abril de 2006, sob a co-presidência do Vice-Presidente da República, Senhor José Alencar, e do

Presidente do Governo da Federação da Rússia, Senhor Mikhail E. Fradkov. Expressaram, ainda, expectativa positiva quanto aos trabalhos da V Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica (CIC), a realizar-se no Brasil, no primeiro semestre de 2007, para a dinamização da cooperação bilateral nas áreas econômico-comercial, científica, tecnológica, cultural e esportiva.

4. O Ministro Celso Amorim e o Ministro Serguei V. Lavrov destacaram que os desafios e ameaças atuais, tais como o terrorismo internacional, o crime organizado transnacional e o tráfico ilícito de drogas têm caráter global e que é possível combatê-los de uma maneira eficaz, mediante a união de esforços de toda a comunidade internacional, seguindo os princípios e mecanismos de cooperação acordados com base no direito internacional. Reiteraram o compromisso dos dois países com o multilateralismo e com as ações coletivas no contexto dos esforços em prol do desarmamento geral e completo e da não-proliferação, bem como da prevenção da corrida armamentista no espaço exterior de acordo com as decisões da ONU.

5. Brasil e Rússia reconheceram o direito de todos os Estados à escolha independente e autônoma de seu caminho de desenvolvimento, de acordo com a sua própria experiência histórica, bem como a participação, com igualdade de direitos, na condução dos assuntos internacionais. Enfatizaram também a necessidade de respeito à diversidade de culturas e civilizações no mundo contemporâneo.

6. Os Ministros assinalaram o compromisso dos dois países com uma nova ordem mundial mais justa e democrática, baseada no primado do direito internacional e no fortalecimento do multilateralismo, de acordo com a Carta da ONU, com vistas a assegurar a estabilidade e segurança nos níveis global e regional e a criar condições favoráveis para o desenvolvimento sustentável.

7. Brasil e Rússia compartilham a convicção de que somente os meios político-diplomáticos

devem ser empregados na busca da solução para conflitos e crises internacionais e regionais, com a observância rigorosa dos princípios e normas do direito internacional, e levando em consideração os interesses legítimos de todas as partes envolvidas.

8. Os Ministros reiteraram a disposição do Brasil e da Rússia, expressa pelos Presidentes dos dois países, de desenvolver o diálogo bilateral e promover esforços conjuntos na prevenção e combate às ameaças de uso das tecnologias de informação e comunicação para fins que comprometam a segurança dos Estados. Ratificaram o interesse de fortalecer a segurança da informação nos níveis nacional, regional e internacional. Esforços pertinentes serão empreendidos pelos dois países no âmbito da ONU e de outros organismos e foros internacionais.

9. O Ministro Celso Amorim agradeceu ao Ministro Serguei V. Lavrov o apoio da Rússia ao Brasil na qualidade de um dos candidatos fortes a uma vaga de membro permanente de um Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado, no entendimento de que seja tomada decisão, mediante acordo, sobre a ampliação do Conselho de Segurança da ONU em ambas as categorias.

10. Os Ministros expressaram satisfação com o notável incremento da corrente de comércio entre os dois países, que atingiu, em 2005, cifras superiores a US\$ 3,6 bilhões, representando incremento de cerca de 50% sobre o ano precedente. Ademais, os ministros manifestaram a disposição de ampliar e diversificar a corrente bilateral de comércio, com vistas à maior participação de produtos de alto valor agregado, triplicando o montante do intercâmbio bilateral, de forma a atingir a cifra de US\$ 10 bilhões até o ano de 2010. Expressaram também o desejo mútuo de intensificar a cooperação no campo da promoção do turismo entre o Brasil e Rússia.

11. Os Chanceleres Celso Amorim e Serguei V. Lavrov dedicaram particular atenção à cooperação bilateral nos campos da ciência e tecnologia, reiterando a importância de consolidar a aliança

tecnológica estabelecida pelos Presidentes da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia. Nesse sentido, ressaltaram os progressos alcançados na área do uso pacífico do espaço exterior e destacaram a missão do cosmonauta brasileiro ao segmento russo da Estação Espacial Internacional como marco dessa parceria. No contexto do aprofundamento da cooperação nessa área, enfatizaram a importância da assinatura, no dia 14 de dezembro, do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua de Tecnologias Associadas à Cooperação na Exploração e Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos.

12. Congratularam-se, ainda, pela troca das cartas de ratificação do Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia, instrumento que aprofundará a cooperação jurídica entre os dois países.

13. Os Chanceleres Celso Amorim e Serguei V. Lavrov expressaram sua satisfação com a conclusão do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento do Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação entre os Estados Parte e Estados Associados do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Federação da Rússia, a ser assinado por ocasião da XXXI Reunião do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, a realizar-se em Brasília, no dia 15 de dezembro. O referido instrumento dará ensejo a uma maior coordenação entre os membros plenos e associados do Mercosul e a Federação da Rússia, sobre temas de interesse mútuo, propiciando o incremento dos contatos políticos, econômicos, técnicos e culturais entre o Mercosul e a Rússia.

14. Após analisarem as complementaridades econômicas dos países do Grupo BRICs, os dois Chanceleres fizeram avaliação positiva da primeira reunião do Grupo, realizada por iniciativa da Federação da Rússia, em setembro último, em Nova York, à margem da 61ª AGNU. O Ministro Celso

Amorim e o Chanceler Serguei V. Lavrov expressaram a expectativa de dar continuidade ao processo de coordenação no âmbito do Grupo BRICs, mediante a realização de reunião ministerial em 2007.

15. Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Rússia expressaram satisfação com os resultados alcançados durante a visita e reiteraram a determinação de contribuir para a diversificação e intensificação do relacionamento Brasil-Rússia, bem como para a crescente aproximação entre os povos dos dois países. Da mesma forma, situaram o relacionamento Brasil-Rússia no contexto mais amplo da construção de uma ordem internacional multipolar, capaz de assegurar a paz e o desenvolvimento com justiça social, em ambiente de crescente cooperação num sistema multilateral fortalecido.

Brasília, em 14 de dezembro de 2006.

**Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação entre os Estados Partes e Estados Associados do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Federação da Rússia (15 de dezembro de 2006)**

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai, a República Oriental do Uruguai e a República Bolivariana da Venezuela, Estados Partes do MERCOSUL e a República da Bolívia, a República do Chile, a República da Colômbia, a República do Equador e a República do Peru, Estados Associados do MERCOSUL, de um lado, e, de outro, a Federação da Rússia (doravante denominadas as “Partes” do presente Memorando),

Expressando seu firme compromisso a favor do respeito irrestrito às normas e princípios do direito internacional consagrados na Carta das Nações Unidas, tais como a igualdade jurídica entre os Estados, o respeito à soberania, a abstenção de recorrer ao uso ou ameaça de uso da força e a não-intervenção em assuntos internos dos Estados;

Reiterando o interesse mútuo em fortalecer os laços tradicionais de amizade e cooperação, assim como a necessidade de aprofundar e diversificar o diálogo político entre as Partes,

Acordam:

**ARTIGO 1**

Em estabelecer um Mecanismo de Diálogo Político, com a finalidade de desenvolver consultas entre as Partes sobre a situação internacional e regional, para aprofundar os vínculos de amizade e entendimento mútuo, para intensificar o diálogo e a cooperação no marco dos foros multilaterais em que participam e para propiciar o tratamento de outras questões de interesse recíproco.

**ARTIGO 2**

A fim de cumprir os objetivos estabelecidos, as Partes desenvolverão, entre outras, as seguintes atividades:

- 1) Seguimento regular do estado de suas relações, assim como de assuntos de interesse mútuo;
- 2) Fortalecimento da prática de colaboração e cooperação no âmbito internacional, por meio da celebração de consultas políticas, quando apropriado e na forma oportuna para as Partes;
- 3) Intercâmbio de experiências e documentação em matéria de integração regional;
- 4) Apoio mútuo para a organização, celebração e participação em conferências, seminários e outros eventos.

**ARTIGO 3**

O diálogo político incluirá, entre outras, as seguintes questões: análise dos problemas relacionados com a defesa da democracia e dos direitos humanos, paz e estabilidade internacionais, prevenção de conflitos, promoção da segurança internacional, desarmamento e não-proliferação de armas de destruição em massa, cooperação na luta contra o terrorismo, narcotráfico e crimes conexos, lavagem de dinheiro e outras formas de crime

transnacional organizado, fortalecimento do multilateralismo, em particular no âmbito do Sistema das Nações Unidas, desenvolvimento social, inclusão social, coesão e eliminação da pobreza e cooperação em matéria científico-técnica.

#### ARTIGO 4

O Mecanismo de Diálogo Político entre as Partes será coordenado pelo Foro de Consulta e Concertação Política do MERCOSUL e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia.

Celebrar-se-ão Reuniões de Chanceleres a cada dois anos e terão lugar, de forma alternada, no território das Partes.

A data e agenda das respectivas reuniões serão acordadas entre a Presidência Pro Tempore do MERCOSUL e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia.

As Partes celebrarão anualmente consultas entre altos funcionários do Foro de Consulta e Concertação Política do MERCOSUL e do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia sobre assuntos de interesse mútuo.

As Partes avaliarão a possibilidade de levar a cabo as reuniões em outros níveis, se isso for considerado necessário.

Em caso de interesse mútuo, poder-se-á estabelecer um diálogo direto especializado entre os grupos de trabalho do MERCOSUL e dos organismos federais pertinentes do Poder Executivo da Federação da Rússia.

#### ARTIGO 5

O presente Memorando entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e permanecerá em vigência por tempo indefinido. Qualquer uma das Partes poderá denunciá-lo mediante notificação escrita à outra com seis meses de antecedência.

#### ARTIGO 6

Nenhuma das disposições do presente

Memorando de Entendimento afetará os respectivos direitos e obrigações das Partes com relação aos Acordos, Convênios ou outros atos dos quais sejam parte, tanto individual quanto coletivamente.

#### ARTIGO 7

A República do Paraguai será o depositário do presente Memorando para o MERCOSUL e os Estados Associados.

Assinado em Brasília, em 15 de dezembro de 2006, em dois originais, nos idiomas português, castelhano e russo, sendo todos os textos igualmente autênticos.

#### **Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, David Choquehuanca (15 de dezembro de 2006)**

O Chanceler da Bolívia, David Choquehuanca, fará sua primeira visita ao Brasil no próximo dia 18, a convite do Ministro Celso Amorim. Virá acompanhado de outros cinco Ministros bolivianos: de Hidrocarbonetos e Energia, Carlos Villegas; de Assuntos Campesinos e Agropecuários, Hugo Salvatierra; do Desenvolvimento Econômico, Celinda Sosa Lunda; de Planejamento do Desenvolvimento, Hernando Larrazábal; e de Serviços e Obras Públicas, Salvador Ric Riera. Virão, ademais, o Assessor Especial da Presidência da Bolívia, Pablo Solon; o Vice-Ministro das Relações Exteriores, Mauricio Dorfler; e o Vice-Ministro da Eletricidade e Energias Alternativas, Jerjes Mercado.

Os integrantes da delegação boliviana serão recebidos, separadamente, pelos Ministros Silas Rondeau, Marina Silva, Paulo Bernardo Silva, Guilherme Cassel, Luiz Fernando Furlan e Paulo Sérgio Passos. Serão tratados assuntos relativos a investimentos, meio ambiente, energia, micro-crédito, comércio bilateral, entre outros. Após os encontros com seus homólogos, os Ministros e o Chanceler Choquehuanca serão homenageados com almoço no Palácio Itamaraty.

A visita do Chanceler Choquehuanca será

uma oportunidade para dar seguimento aos temas da agenda bilateral e reafirmar o interesse recíproco em reforçar a cooperação entre os dois países. De janeiro a novembro de 2006, o comércio bilateral movimentou quase US\$ 2 bilhões (US\$ 625 milhões em exportações brasileiras e US\$ 1,3 bilhão em exportações bolivianas).

### **Adoção da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo (18 de dezembro de 2006)**

A Assembléia Geral das Nações Unidas adotou, em 13 de dezembro, o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo. Ambos os instrumentos serão abertos para assinatura em 30 de março próximo.

O Brasil participou ativamente das negociações e logrou ver atendidos pontos fundamentais para a garantir a proteção e a promoção dos direitos das pessoas com deficiência, os quais se encontram, na maioria dos casos, já consagrados na legislação nacional.

Por ocasião da adoção dos instrumentos pela Assembléia Geral, foi feito o seguinte pronunciamento, em nome do MERCOSUL e países associados (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela):

“Senhora Presidente,

Apreciamos a oportunidade de saudar a adoção da Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo.

Nosso bloco regional participou com grande interesse do processo de negociação dos instrumentos que acabamos de adotar.

Nossos países abordaram o tema das pessoas com deficiência sob um enfoque social e inclusivo. Fundamentamos nossa participação com base no entendimento da deficiência como o resultado da interação entre limitações físicas e barreiras ambientais, impedindo a participação plena dos indivíduos na sociedade.

Temos a convicção de que esta Convenção e seu Protocolo Facultativo servirão como instrumentos fundamentais para eliminação dessas barreiras e para a promoção do desenvolvimento inclusivo, gerando as necessárias transformações que garantirão o exercício das garantias e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência em igualdade de condições com as demais pessoas.

Além disso, é com satisfação que constatamos o resultado positivo nas negociações de mecanismo de monitoramento eficiente, que permite à Convenção contar com as mesmas ferramentas disponíveis nos demais instrumentos de direitos humanos.

Por último, parece-nos de suma importância que o processo negociador tenha sido conduzido de forma aberta e transparente. A interação com a sociedade civil foi de particular relevância, razão pela qual nossos países apoiaram sua plena participação, inclusive nas reuniões informais do nosso grupo regional, o GRULAC.

Consideramos fundamental que a sociedade civil, em particular as organizações de pessoas com deficiência, permaneça envolvida nesta nova etapa que hoje se abre, de difusão e implementação da Convenção. Sua participação será essencial para que esse instrumento gere o debate e a reflexão no âmbito nacional necessários para impulsionar a promoção dos direitos das pessoas com deficiência em todas as nossas sociedades”.

### **Corte Inter-Americana de Direitos Humanos (19 de dezembro de 2006)**

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a decisão da Corte Inter-Americana de Direitos Humanos de arquivar os expedientes do caso Gilson Nogueira de Carvalho por não haver sido provada qualquer violação de direitos humanos de responsabilidade do Brasil.

O caso refere-se ao homicídio do advogado Francisco Gilson Nogueira de Carvalho em Macaíba, Rio Grande do Norte, em 20 de outubro de 1996. A Comissão Inter-Americana de Direitos Humanos e

organizações não-governamentais solicitavam que o Brasil fosse condenado por violações aos direitos à proteção e às garantias judiciais do Senhor Nogueira de Carvalho e de sua família, alegando supostas falhas nas investigações policiais e processos criminais sobre o caso. As ONGs peticionárias pediam ainda condenação do Brasil por violação do direito à vida, alegando que a vítima teria sido morta por agentes do Estado em razão de sua atuação como defensor dos direitos humanos.

Em sua sentença, a Corte Inter-Americana não encontrou provas que sustentassem as demais alegações da Comissão e dos peticionários. Além disso, reconheceu não ter competência temporal para analisar a suposta violação do direito à vida, uma vez que teria ocorrido antes do reconhecimento pelo Brasil da jurisdição contenciosa da Corte, em dezembro de 1998.

Desde o falecimento do Senhor Gilson Nogueira, o Brasil tem realizado todos os esforços necessários para o esclarecimento dos fatos e a identificação e punição dos culpados. Imediatamente após o homicídio, as investigações foram assumidas pela Polícia Federal a pedido do então Governador do Estado, para evitar questionamentos sobre sua seriedade, abrangência e imparcialidade. Inúmeras medidas investigativas foram tomadas para esclarecer as distintas versões e teses possíveis para o crime. Essas investigações levaram à identificação de um indivíduo, proprietário de uma das armas empregadas no homicídio, que hoje responde a processo criminal.

#### **Apresentação de credenciais do Embaixador do Brasil junto ao Governo iraquiano (20 de dezembro de 2006)**

O Embaixador do Brasil junto ao Governo da República do Iraque com residência temporária em Amã, Bernardo de Azevedo Brito, apresentou credenciais ao Presidente Jalal Talabani, em Bagdá, no dia 19 de dezembro. Na ocasião, o Chefe de Estado iraquiano salientou a importância das relações bilaterais e expressou satisfação com o processo de reativação gradual da Embaixada do Brasil em Bagdá,

iniciado em 2004, com a instalação do Núcleo de Assuntos Iraquianos junto à Embaixada do Brasil na capital jordaniana.

O Presidente Talabani referiu-se à sua presença na Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), realizada em Brasília, em maio de 2005, lembrando haver sido sua primeira participação em eventos internacionais na qualidade de Chefe de Estado iraquiano, e aludiu à atuação construtiva do Brasil nos diversos foros multilaterais. Manifestou, ainda, o desejo de receber missões comerciais brasileiras que possam beneficiar-se das oportunidades de negócios que surgem em seu país, e a expectativa de que o Brasil esteja presente no processo de reconstrução do Iraque, o que contribuirá como incentivo ao comércio bilateral.

#### **Mensagem de condolências pela explosão de gasoduto na Nigéria (27 de dezembro de 2006)**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou mensagem ao Presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo, em razão da explosão de gasoduto nos arredores de Lagos, que causou a morte de centenas de pessoas. O Presidente Lula expressou seu profundo sentimento de pesar pelo ocorrido e solicitou fossem transmitidos a todos os nigerianos e, em particular, aos familiares das vítimas as condolências e a solidariedade do povo brasileiro.

#### **Enchentes na Indonésia (27 de dezembro de 2006)**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou mensagem ao Presidente da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono, em que transmite seu profundo pesar e a solidariedade do povo brasileiro com o Governo e o povo indonésios ante as perdas humanas e materiais provocadas pelas enchentes que atingiram a ilha de Sumatra, em 24 de dezembro corrente.

#### **Conflito na Somália (27 de dezembro de 2006)**

O Governo brasileiro acompanha com preocupação a intensificação do conflito na Somália,

em especial no que se refere a seus efeitos nefastos sobre as populações civis. O Brasil exorta as partes a interromperem as hostilidades e retomarem as conversações de paz.

O Governo brasileiro apóia os esforços do Secretário-Geral da ONU para deter a escalada de violência e endossa seu apelo a que todos os envolvidos respeitem a soberania e a integridade territorial da Somália.

### **Falecimento do ex-Presidente dos Estados Unidos da América, Gerald Ford (28 de dezembro de 2006)**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou ao Presidente George W. Bush a seguinte mensagem de condolências pelo falecimento do ex-Presidente norte-americano, Gerald Ford:

“Prezado amigo,

Profundamente entristecido pela notícia do falecimento do ex-Presidente Gerald R. Ford, um grande americano que dedicou muitos anos de serviço a seu país, especialmente em tempos de dificuldades políticas, queira transmitir aos familiares e ao povo norte-americano, em meu nome e do povo brasileiro, os sentimentos sinceros de solidariedade neste momento de pesar.

**Luiz Inácio Lula da Silva**

Presidente da República Federativa do Brasil”

### **Condenação à morte de Saddam Hussein (29 de dezembro de 2006)**

A Corte Suprema de Apelação do Iraque confirmou, no último dia 26, a condenação à morte do ex-Presidente Saddam Hussein. Segundo a decisão judicial, a execução da sentença deverá ter lugar nos próximos 30 dias.

O regime imposto pelo ex-Presidente

Saddam Hussein foi, sem dúvida, marcado por seguidos atos de violência contra a população de seu país e por brutal cerceamento das liberdades. O assassinato de 148 pessoas na cidade de Dujail, em 1982, objeto do julgamento em questão, é um dos exemplos.

Por princípio, o Brasil é contrário à pena de morte, vedada pela Constituição Federal. Em várias ocasiões, o Governo brasileiro teve a oportunidade de demonstrar essa posição em votações nos órgãos de direitos humanos das Nações Unidas. Ademais, não crê que a execução da sentença venha a contribuir para a pacificação do Iraque.

A deposição de Saddam Hussein, em 2003, não decorreu de ação autorizada pelo Conselho de Segurança da ONU, único órgão multilateral com legitimidade para determinar o uso da força no plano internacional. A intransigência e os erros de parte a parte dificultaram a busca de iniciativas capazes de conter o governo de Saddam Hussein por meios pacíficos. Independentemente da natureza ditatorial do regime iraquiano, cabe notar que a razão então alegada para a invasão do Iraque – a existência de armas de destruição em massa – nunca foi comprovada.

O Governo brasileiro esforçou-se até o último momento para encontrar solução pacífica para a questão iraquiana. O Presidente Lula conversou com vários líderes internacionais, e enviou mensagens ao Secretário-Geral da ONU e ao Papa João Paulo II em favor de alternativas que pudessem evitar o conflito armado ou seu prolongamento.

Neste momento particularmente difícil por que passa o Iraque, qualquer solução para a conjuntura de conflito e violência deve emanar do diálogo e do entendimento entre as forças políticas do país, bem como buscar a preservação da soberania e da integridade territorial iraquianas.

## ARTIGOS

### **“Um sistema brasileiro para a TV digital”**

*Artigo assinado pelos Ministros Celso Amorim, Dilma Rousseff, Guido Mantega, Luiz Fernando Furlan, Hélio Costa e Sergio Rezende, publicado pelo Jornal Folha de São Paulo, 2 de julho de 2006*

#### TENDÊNCIAS/DEBATES

O padrão escolhido pelo governo federal mantém as características da televisão brasileira, aberta e gratuita para toda a população

Um debate que se estendeu por dez anos no Brasil teve um capítulo concluído na última quinta-feira, 29 de junho, com resultados positivos para toda a sociedade brasileira. O presidente Lula assinou o decreto que define o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) e estabelece as diretrizes para a transição do sistema de analógico para digital.

Muitos países implantaram nos últimos anos sistemas digitais, que têm inúmeras vantagens sobre os analógicos, como maior imunidade a ruído e melhor reprodução. Porém, sua maior vantagem é utilizar a forma de processamento dos computadores, permitindo que as tecnologias de TV, rádio e telefone celular convirjam para as dos computadores.

Existem no Brasil 43 milhões de domicílios com cerca de 54 milhões de aparelhos de TV fixos, com tecnologia analógica. Recentemente, o mercado de telefones celulares se expandiu de forma imprevisível: há hoje cerca de 85 milhões em uso no país.

No futuro, cada celular poderá ser uma unidade de TV móvel. Estima-se que estão em jogo negócios de ao menos R\$ 100 bilhões -investimentos a serem feitos num período de 5 a 10 anos na

adequação ou substituição de televisores analógicos, celulares e aparelhos portáteis com TV, nos sistemas de transmissão e na produção de conteúdo.

A implantação da TV digital começou a ser considerada no Brasil em 96, mas o governo anterior não tomou a decisão sobre o sistema a ser adotado.

Partindo da premissa de valorizar o conhecimento e a capacidade de produção nacionais, em novembro de 2003 o presidente Lula assinou decreto instituindo o SBTVD-T e determinando a mobilização de pesquisadores para estudar os aspectos envolvidos na adoção da nova tecnologia.

Também estabeleceu as diretrizes para o sistema: acessibilidade por parte de toda a população; inclusão social; preservação da identidade nacional nos meios de comunicação de massa; fortalecimento da cadeia produtiva de televisão, compreendendo, entre outros, as empresas de radiodifusão e de criação de conteúdos, equipamentos e software.

Cerca de 1.400 cientistas e técnicos, distribuídos em 22 consórcios formados por 90 entidades de pesquisa e empresas, estudaram durante dois anos os padrões de TV digital implantados no mundo (o japonês, o europeu e o norte-americano) e as opções para o SBTVD-T, financiados pelos ministérios das Comunicações e da Ciência e Tecnologia.

Com base nesses estudos e em consultas a representantes de diversos segmentos da sociedade -empresas difusoras de TV e de telefonia, indústrias do setor eletrônico e discussões realizadas no Congresso e em fóruns diversos-, o governo definiu as características do SBTVD-T. Ele não é igual a nenhum dos três padrões existentes: é o mais avançado de todos.

A transmissão de TV digital no Brasil será feita pelo sistema de modulação do padrão japonês, com componentes exclusivos criados no Brasil ou desenvolvidos após a implantação dos demais sistemas. O SBTVD-T mantém as características da TV brasileira, aberta e gratuita para toda a população, podendo ser captada por receptores fixos ou portáteis. O sistema de modulação japonês é o único que, atualmente, permite transmitir imagens com a mesma qualidade, em um só canal, como utilizado no Brasil.

A decisão sobre a adoção do sistema de modulação do SBTVD-T foi precedida de intensas negociações com o governo e as indústrias do Japão. Isso porque a implantação da TV digital no Brasil abre a possibilidade de revigorar a indústria eletrônica do país, dentro dos objetivos da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior do governo federal.

O acordo assinado entre o Brasil e o Japão prevê parcerias entre centros de pesquisa e empresas dos dois países, como também a incorporação de tecnologias aqui desenvolvidas no sistema japonês. E o Brasil já tem discutido com nossos vizinhos para que a configuração final do sistema seja comum ao Mercosul ampliado.

O SBTVD-T possibilitará, ainda, a implantação de mais quatro canais públicos de televisão, com programação sobre educação, cultura, cidadania e atos de governo, seja federal, estadual ou municipal. Trata-se de reivindicação de entidades defensoras da democratização dos meios de comunicação, viabilizada com a adoção do novo sistema.

Os desafios para a indústria nacional de eletrônica, para os pesquisadores, produtores culturais e difusoras de TV estão apenas começando, pois o novo sistema irá revolucionar os meios de transmissão de imagens e de comunicação. Mas eles serão vencidos com a determinação e a criatividade de nossa gente.

DILMA ROUSSEFF, Ministra-chefe da

Casa Civil, CELSO AMORIM, Ministro das Relações Exteriores, GUIDO MANTEGA, Ministro da Fazenda, LUIZ FERNANDO FURLAN, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, HÉLIO COSTA, Ministro das Comunicações, e SERGIO MACHADO REZENDE, Ministro da Ciência e Tecnologia.

### **“Itaipu - verdades e mentiras”**

*Artigo do Diretor-Geral brasileiro da Itaipu Binacional, Jorge Samek, publicado no jornal “O Estado de S.Paulo”, 5 de julho de 2006*

Há alguns meses, a Itaipu Binacional vem sendo alvo de uma campanha patrocinada por interesses inconfessáveis, políticos e financeiros, que alega que a empresa não se submete às leis brasileiras nem às paraguaias e está imune à fiscalização externa. Acusam a Itaipu de ser uma caixa-preta e movimentar bilhões de dólares por ano sem nenhum tipo de controle público dos países que a mantêm.

Nada mais falso. Recentemente, a Operação Castores, da Polícia Federal, prendeu uma quadrilha de estelionatários que, sob as bênçãos de políticos oportunistas, se dedicava a aplicar golpes contra empresas do setor elétrico brasileiro, seus fornecedores e ex-fornecedores. Com a prisão dos falsários ficaram claras as motivações caluniosas das acusações.

Ao fazer tais esclarecimentos, atendo ao inarredável compromisso de defender, como um de seus guardiães, o Tratado de Itaipu, engenharia jurídica coordenada pelo mestre Miguel Reale.

O tratado constituiu-se numa lição de costura geopolítica: pôs fim a um conflito de fronteira, gerando a partilha de um recurso natural comum, as águas do Rio Paraná, que só podem ser exploradas em condomínio entre as duas nações. O documento deu origem à entidade Binacional Itaipu. Acordo que o governo do presidente Lula cumpre, como tantos outros contratos firmados por governos passados e respeitados pelo atual.

Resultado de entendimento entre duas nações soberanas, o tratado gerou uma empresa única, totalmente atípica: é binacional, rege-se pelo próprio documento que a originou e pelas normas de Direito Internacional Público. Não é empresa estatal, nem sociedade anônima, seus empregados não são funcionários públicos, sua moeda de referência é o dólar americano, mas as transações no Brasil são feitas em reais e, no Paraguai, em guaranis.

A Itaipu submete-se a rigorosíssimos controles internos e externos, diretos e indiretos, diferenciados e cumulativos, nos termos do que foi acordado pelos dois países. Sujeita-se a auditorias internas periódicas e, anualmente, à auditoria externa binacional; suas contas são aprovadas pela Eletrobrás e pela Administración Nacional de Electricidad (Ande), do Paraguai, depois de examinadas por sua Diretoria Executiva e por seu Conselho de Administração, composto por representantes dos dois países.

As Normas Gerais de Licitação - documento previsto no tratado - adotam princípios binacionais, constituindo-se num diploma legal tão aperfeiçoado quanto a Lei brasileira 8.666. E, mesmo sem haver exigência legal, nossa diretoria decidiu que a contratação de empregados brasileiros se deve dar por processo seletivo.

Há três anos, a Itaipu adotou o pregão eletrônico binacional para compra de bens e serviços. E, agora, se ajusta à Lei Sarbanes-Oxley, que versa sobre a governança corporativa das empresas. O recém-implantado Enterprise Resource Planning (ERP), da SAP, é um moderno sistema de controle integrado das informações econômico-financeiras da empresa.

E mais: como 89% dos recursos do seu orçamento se destinam ao pagamento da dívida e de royalties, a Itaipu se submete ainda à fiscalização reflexa do Tribunal de Contas da União, na medida em que o tribunal fiscaliza a Eletrobrás e o Tesouro Nacional.

Portanto, não procedem os argumentos de que disporíamos de folgado orçamento de US\$ 2,5

bilhões para gastar, como se estivéssemos nadando num oceano de dólares. Na verdade, 75% do orçamento vai para amortização da dívida, juros e encargos, o que nos faz responsáveis pelo segundo maior superávit primário das empresas ligadas ao governo brasileiro; e 14% vão para os cofres das prefeituras, dos governos estaduais e dos governos brasileiro e paraguaio, que já receberam US\$ 5,4 bilhões de royalties pela energia gerada - metade para cada margem.

Assim, a Itaipu anda com 11% de seu orçamento, para custeio e manutenção da usina, pagamento de pessoal e encargos sociais, investimentos em modernização e em programas socioambientais - estes, um capítulo diferenciado de qualidade e compromisso com o presente e o futuro do planeta.

E se observe que a Itaipu não visa o lucro. Sua energia é vendida a preço de custo. No Brasil, a tarifa de repasse para o setor elétrico é aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), já que 95,4% de nossa produção atende ao consumidor brasileiro.

A Itaipu foi toda construída com empréstimos. Porém, desde 1996, após renegociação e escalonamento de sua dívida, na gestão do ex-diretor-geral brasileiro Euclides Scalco, a empresa mantém seus compromissos financeiros rigorosamente em dia, de modo que estará totalmente paga em 2023.

Coube-me, por decisão do presidente Lula, continuar e ampliar o projeto Itaipu, que, aos 32 anos de vida, agora vê implantada sua penúltima unidade geradora, em fase de teste de confiabilidade. A última unidade, que conclui o projeto de aproveitamento do potencial hidráulico do Rio Paraná, deve entrar em funcionamento dentro de seis meses.

Mais do que tocar a Itaipu, responsável pelo fornecimento de mais de 20% da energia elétrica consumida no Brasil e 93% do Paraguai, sinto-me, diante dos que tentam destruir a construção de uma obra inigualável, na obrigação de defendê-la dos seus agressores.

Porque, se calar, estarei traindo todos os que

investiram seu gênio, seu talento e seu trabalho na construção de uma realidade sem paralelo, de partilha binacional. E, se silenciar, as pedras “falarão”, desmontando uma construção acima de homens, partidos e épocas.

Itaipu é capítulo de uma singular história e uma espécie de patrimônio da humanidade, tal a sua grandiosidade. Por isso, estou convicto de que toda essa luta, aqui resumida, faz a Itaipu mais forte: não a destrói, engrandece-a.

### **“Fuel for Thought”**

*Artigo do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, publicado no jornal “The Wall Street Journal”, Estados Unidos, 14 de julho de 2006 (versão em inglês)*

Opinion: Fuel for Thought

By LUIZ INACIO LULADA SILVA

The sharp rise in international oil prices, political instability in producing regions and the environmental impact of fossil fuels have combined to evoke a growing interest in alternative energy sources. In this context, the Brazilian experience with ethanol fuel has been a noteworthy success story over the last 30 years. And the success is now expanding to biodiesel and H-Bio. I expect that our experience will be of interest during the G-8 summit in St. Petersburg.

With the continual increases in oil prices, ethanol has become even more important for our country. We now add at least 20% ethanol to all gasoline sold in Brazil. In addition, E100 fuel (i.e., pure ethanol) is sold at all of the more than 30,000 service stations. Annual production is in the range of four billion gallons, of which around 690 million gallons are exported. Ethanol accounts for about 40% of the fuel consumed by passenger vehicles. The introduction of “flex-fuel” cars in 2003 was an extraordinary success: Today roughly 80% of all new cars sold in Brazil can be fueled with any mixture of ethanol and gasoline, or simply pure ethanol.

Moreover, Brazil has just achieved oil self-

sufficiency. Here, ethanol has played a decisive role, along with increased oil production. Since the 1970s, ethanol has replaced about 800 million barrels of oil, the equivalent of almost two years of current Brazilian oil production.

Naturally, we are well aware that ethanol is not the only solution to oil supply problems. But, surely, it can become a key part of the solution. A substantial increase in ethanol consumption may even extend the timeframe of the world’s oil supplies, postponing the date when the reserves run out.

Last November, I was greatly pleased to host George W. Bush in Brasília. During his visit, we were able to speak at length about our respective experiences with ethanol. Brazil and the U.S. together account for about 70% of world’s ethanol production. I am delighted to see that President Bush has actively promoted expansion of U.S. ethanol production and consumption.

Both Brazil and the U.S. have a lot to gain if we can work together to promote a global market for ethanol, with other countries involved in its production, especially in Latin America and in Africa. In poor countries, production of ethanol and biodiesel can have an extremely positive impact. It assists in dealing with the energy deficit, influencing internal consumption and exports. It can also generate a vast number of jobs, redistributing the population more harmoniously between urban and rural areas.

Although Brazil is often seen as a model in the ethanol sector, it does not wish to achieve a dominant global position, nor would that even be feasible. Actually, it is important we have as many countries as possible producing ethanol. Otherwise it will be difficult to achieve our goal of creating a global market, with ethanol being traded as any other commodity. In this spirit, Brazil is proposing the creation of a forum gathering the most significant ethanol producer and consumer countries.

Brazil and the U.S., for their part, can already begin to work toward shared goals with regard to technical and regulatory frameworks, research

cooperation and the support of ethanol production and consumption in other countries. Expanding the international ethanol market will benefit both Brazilian and U.S. producers.

Naturally, Brazil hopes to see the day when the secondary tariff on U.S. ethanol imports (now 54 cents per gallon) is eliminated, as that would foster the goal of globalization of the ethanol market and enhance bilateral trade. Nevertheless, the goal of an ethanol partnership stands on its own merits and should be pursued regardless of any such bilateral trade considerations. As the world's ethanol consumption increases, the primary challenge will not be to compete for markets, but rather to expand ethanol production quickly enough to meet surging demand. Everyone has a lot to gain.

Mr. da Silva is President of Brazil

---

*O mesmo artigo foi publicado no jornal The Scotsman, no dia 15/07/2006.*

**“Summit offers chance to gain consensus”**

***Artigo publicado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no “Miami Herald”, Estados Unidos, 16 de julho de 2006 (versão em inglês)***

During the Group of Eight (G-8) Summit in Saint Petersburg this weekend, I will participate together with the leaders of the world's major industrial and emerging economies in an expanded dialogue — begun in Evian, France, in 2003 and enhanced in Gleneagles, Scotland, in 2005 — concerning important issues on the global agenda.

At a time when global challenges are increasing in the areas of trade liberalization, economic coordination, environmental protection and security, the Saint Petersburg meeting is a cause for optimism and hope.

President Vladimir Putin's invitation for Brazil and other developing countries to participate in the G-8 discussions is particularly praiseworthy because it contributes to international governance.

Discussions are now under way at the United

Nations and in the Bretton Woods institutions regarding the need to reform some multilateral forums so that they better reflect the realities of the world today. The mechanism of the expanded G-8, even with its limitations, contributes to a more-legitimate debate on a new international order. After all, the major challenges the G-8 confronts are global issues that call for solutions involving the entire world.

My life experience, both as a labor leader and as a politician, has been forged through dialogue, through negotiations. I've learned that it is through candid conversations, looking into the eyes of one's interlocutors without giving up one's own convictions, that we can bridge differences and expand consensus. I am confident that at the Saint Petersburg meeting my colleagues and I will not fail to demonstrate political leadership and courage.

These virtues are particularly necessary at this juncture, when what is at stake is the very credibility and viability of the World Trade Organization, one of the pillars of multilateralism. In Saint Petersburg, we will have what may be our last opportunity to break the logjam of the Doha Round — so that additional trade liberalization helps sustain the current period of solid growth in the world economy while providing leverage for development. Thus, we can break the cycle of inequities, which in so many cases is responsible for the extreme poverty and violence that especially afflict the poorest countries.

**Political will needed**

The ministerial meeting in Geneva, at the beginning of July, made patently obvious what everyone already knew: that negotiations conducted exclusively at a technical level cannot advance in the absence of political will.

For my part, I will take to the meeting Brazil's willingness to make the concessions that are within our reach for the purpose of reaching an agreement. I trust that my counterparts will take a similar approach because history surely will not forgive us if we fail to fulfill, for a few more years or even decades, the

legitimate aspirations of the international community, particularly those of the most impoverished countries.

Energy security is another issue for which we need to find global solutions. Despite individual national energy needs, we all share the common challenge of ensuring access to clean energy from reliable suppliers at affordable prices.

It is with this aim that I will take to Saint Petersburg news of the successes Brazil has been achieving in developing biofuels. I want to share my enthusiasm for the excellent prospects of ethanol, biodiesel and H-bio (which is an innovative combination of vegetable oils and fossil fuels).

- First, these products constitute renewable energy alternatives, which allow us to diversify the world's energy supply while lessening the undesirable dependency on a limited number of sources and suppliers.

- Second, these products protect the environment, both by emitting fewer of the gases responsible for the greenhouse effect and by using agricultural wastes and depleted lands.

- Third, these biomass products are development tools with a strong positive impact on society. Given the abundance and variety of their feedstocks and the versatility of the technology employed, these products facilitate job creation on small and family farms, as well as in related industries. Moreover, they generate export revenue for countries that in many cases depend on a single export commodity and which now lack energy resources.

Using the full potential of biofuels, however, depends on creating new models of energy cooperation. We need to join efforts to create and disseminate these technologies and open up world markets for new fuels. Toward this end, Brazil proposes the creation of an Ethanol Forum that would gather together the major current or potential producers and consumers to assist in establishing international standards to deal with logistical and technical issues associated with production and supply of these fuels. It makes perfect sense for Brazil

and the United States to work closely together toward the goal of a true globalization of biofuels, because our two countries together account for 70 percent of the current world production of ethanol.

Given that each country can produce and consume different kinds of biofuels, it's no longer a question of dividing up the world between producers and importers nor of creating new dependency relationships. Our aim is to maximize the advantages that these new sources of energy can produce, in terms of agricultural diversification, job creation and environmental conservation. The potential benefits of energy from biofuels are limitless, as are their sources of supply.

The other issues on the Saint Petersburg agenda call for equally ambitious and innovative initiatives.

In the field of education, for example, Brazil offers professional teacher training to poor countries, which could be financed, in part, by G-8 members. We also want to see an expansion for other countries of the program that converts poor country debts into investments in local educational programs.

#### Innovative financing

We will also present a significant proposal that connects to two other issues: combating pandemics and introducing innovative mechanisms for financing development. This involves the establishment of an international central mechanism for purchasing medications to combat AIDS, malaria and tuberculosis in developing countries, to be funded by a dedicated international tax on airline tickets.

This plan is already being implemented in quite a few countries, including in Brazil.

We are all taking ambitious proposals and expectations to Saint Petersburg. I am confident that we will return home with new reasons for hope and a new commitment to global partnership and solidarity.

Luiz Inácio Lula da Silva was elected President of Brazil in 2002.

### **“Sistema de cotas e políticas de inclusão”**

*Artigo da Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, publicado no Correio Braziliense, Brasília - DF, 2 agosto de 2006*

A sociedade vivencia hoje momento de tomada de decisões importantes para a superação do racismo, da discriminação racial e do preconceito que ainda prevalecem no cotidiano dos cidadãos. Após décadas de luta do movimento social, particularmente do movimento negro, para desconstruir o mito da igualdade racial e contribuir com a implantação de uma série de ações afirmativas pelo governo brasileiro, a opinião pública coloca na ordem do dia o desafio de instituir amplo instrumento legal destinado a superar as desigualdades raciais no país.

Será realizada hoje, no Senado, audiência pública que deve reafirmar a necessidade urgente de aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e do Projeto de Lei 73/99, aprofundando um processo de debates entre políticos, pesquisadores e, principalmente, representantes do poder público e do movimento negro.

O Estatuto é um projeto que abrange ampla variedade de políticas de desenvolvimento econômico e social. Em seus capítulos são dispostos temas como pesquisa, formas de prevenção e combate de doenças prevalentes na população negra, direito à liberdade religiosa e de culto, especialmente no que diz respeito às religiões afro-brasileiras, reconhecimento e titulação das terras remanescentes de quilombos e inclusão no mercado de trabalho, por meio de contratação preferencial de profissionais negros, entre outros itens.

Já o Projeto de Lei 73/99 estabelece reserva de vagas nas universidades públicas para alunos advindos de escolas públicas, considerando a porcentagem de negros e indígenas nas unidades da federação. Ambos os projetos são importantes iniciativas que contribuem para afirmar a imagem do Brasil como país comprometido com a superação das desigualdades sociais e raciais.

Pesquisa recente divulgada pelo Instituto Datafolha atesta que a maioria da população é favorável à adoção de cotas para afrodescendentes nas universidades e concorda que deveriam ser criadas nas instituições públicas de ensino reservas de vagas para pessoas pobres e de baixa renda, independentemente da raça.

A política de cotas nas universidades é um dos principais expoentes das ações afirmativas implantadas no Brasil que já demonstra resultados positivos no cotidiano, uma vez que 30 universidades públicas adotam o sistema de reserva de vagas para negros e indígenas. Paralelamente, o programa Universidades para Todos oferece 203 mil bolsas de estudo para que alunos oriundos de escolas públicas possam estudar em instituições particulares, entre eles 63 mil negros e 2 mil indígenas.

O apoio demonstrado na pesquisa reforça as ações para a implantação de cotas sociais e raciais adotadas pelo governo brasileiro, que já contribuem decisivamente para que o crescimento econômico sustentável resulte em ampliação do acesso aos serviços sociais e ao mercado de trabalho de segmentos populacionais empobrecidos e historicamente discriminados. E demonstra que a população compreende esse caminho como um mecanismo de fato eficaz para combater a exclusão.

O PL 73/99 e o Estatuto da Igualdade Racial possuem o mérito de combinar critérios raciais e sociais e não divergem das atuais ações afirmativas em curso no Brasil. Elevam essas ações ao patamar de políticas de Estado, o que garante sua perenidade, e constituem orientação necessária para que as políticas universalistas cheguem também aos grupos discriminados.

Portanto, o debate público não deve se pautar pelos que são favoráveis ou contrários às ações afirmativas. Fato é que, como determina nossa Constituição, todos são iguais perante a lei. Assim, é necessário dar passos efetivos para que a igualdade seja possível e viabilize-se o mais breve possível no Brasil.

**“Violência contra a mulher: uma lei necessária”**  
*Artigo da Ministra Nilcéa Freire, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, publicado na Folha de São Paulo, 6 de agosto de 2006*

NILCÉA FREIRE

A PARTIR desta semana, o Brasil passa a contar com uma lei específica para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A lei aprovada pelo Congresso Nacional e que amanhã será sancionada pelo presidente da República dá cumprimento, finalmente, à Convenção para Punir, Prevenir e Erradicar a Violência contra a Mulher, da OEA, e à Convenção de Belém do Pará, ratificada pelo Estado brasileiro há 11 anos. O Brasil é o 18º país da América Latina a ter uma lei dessa natureza.

Pesquisa realizada pela OMS (Organização Mundial da Saúde) em dez países sobre o impacto da violência contra a mulher sobre sua saúde, divulgada em 2005, revela que, no Brasil, somente na capital de São Paulo, 27% das mulheres (quase um terço) já foram agredidas fisicamente por seus parceiros ou ex-parceiros. Na Zona da Mata, em Pernambuco, esse percentual sobe para 34%. Levantamento realizado nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams) apurou que no ano de 2005, apenas nas capitais brasileiras, houve cerca de 55 mil registros de ocorrências. O índice salta para 160.824 se consideradas as demais cidades. Esses dados, todavia, tornam-se ainda mais significativos por corresponderem a apenas 27% das Deams existentes e pelo fato de um número significativamente alto de mulheres não recorrer à autoridade policial por medo, vergonha e falta de crença na eficácia de sua denúncia.

A violência doméstica e familiar contra a mulher é a expressão mais perversa do desequilíbrio de poder entre homens e mulheres e é, ainda hoje, um grave problema mundial. No seu rastro, estão índices expressivos de absenteísmo ao trabalho, a feminização da Aids e o baixo aproveitamento escolar

de crianças que presenciam a violência.

“Naturalizada” por séculos de cultura patriarcal e machista, a violência contra a mulher se configurou como questão pública, rompendo os limites estabelecidos pelas quatro paredes do lar por meio das vozes de milhares de mulheres que resolveram, há cerca de 30 anos, não mais se calar. Rupturas culturais são desoladoramente lentas, requerem mudanças de atitude nos lares e sociedades, nos marcos legais e institucionais.

Somando-se às questões de natureza cultural -e também como sua consequência-, a inexistência de uma legislação específica vem garantindo a impunidade dos agressores. Situações que começaram como uma ameaça evoluíram muitas vezes para assassinatos sem que qualquer intervenção pudesse ser ou fosse feita para evitá-lo.

A nova lei altera o Código Penal e possibilita que os agressores sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada quando ameaçarem a integridade física da mulher. Acaba o pagamento de multas ou cestas básicas. A violência doméstica é tipificada como uma das formas de violação dos direitos humanos. Esses crimes passam a ser julgados em varas criminais até a instituição dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no âmbito dos Estados.

A lei prevê, ainda, inéditas medidas de proteção para a mulher que corre risco de vida, como o afastamento do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação física da mulher agredida e dos filhos.

O texto legal com que passamos a contar passou por um longo processo de discussão e maturação. Originado em proposta elaborada por um consórcio de ONGs, foi discutido e reformulado por um grupo de trabalho interministerial, coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e enviado pelo governo federal ao Congresso Nacional.

Por meio da relatoria do projeto de lei, foram realizadas audiências públicas em Assembleias Legislativas das cinco regiões do país ao longo de

2005. As audiências contaram com intensa participação de entidades da sociedade civil. O produto desse processo foi um substitutivo acordado entre a relatora, o consórcio de ONGs e o Executivo federal. Em dezembro de 2005, o projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e, em julho de 2006, no Senado Federal. Por unanimidade.

“Toda mulher tem direito a uma vida livre de violência”. Esse é o nosso desejo, e esse deve ser o nosso compromisso.

NILCÉA FREIRE, médica, é ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Foi reitora da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) de 2000 a 2003.”

### **“Emprego no Mercosul: construção de novos consensos”**

*Artigo do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, publicado no “Correio Braziliense”, 11 de agosto de 2006*

A aprovação da proposta para a Estratégia Mercosul de Crescimento do Emprego, em recente reunião do Conselho do Mercado Comum, em Córdoba, representa importante avanço no projeto de integração do bloco econômico. Elaborada pelo Grupo de Alto Nível do Emprego (Gane), formado por representantes de ministérios das áreas econômica, produtiva e social do Mercosul, a proposta prevê a articulação de políticas trabalhistas, sociais e educativas, com o objetivo de gerar condições de criação de empresas e emprego digno, e promover o respeito e cumprimento dos princípios e direitos do trabalho.

A necessidade de uma estratégia comum surgiu há dois anos, durante a Conferência Regional de Emprego dos Países do Mercosul, quando experiências demonstraram que a retomada do crescimento econômico não implica, necessariamente, aumento do emprego e melhoria da distribuição de renda. Na ocasião, os ministros do Trabalho destacaram a necessidade de políticas

macroeconômicas, industriais e comerciais para a diminuição do desemprego e da desigualdade. Tais políticas também são importantes para a quebra dos ciclos de pobreza, que caracterizam a situação de segmentos significativos das populações dos países do Mercosul.

Para passar da intenção à ação, cada país criou um grupo de trabalho com vistas à estratégia comum de emprego. Esses grupos elaboraram diretrizes e traçaram metas que devem ser contempladas pelas políticas nacionais de geração de emprego e renda. No Brasil, as propostas governamentais foram amplamente debatidas com representantes das confederações empresariais e as centrais sindicais, reforçando o diálogo social.

O documento aprovado em julho pelo Conselho do Mercado Comum, resultado das propostas de cada país, pretende colocar o emprego decente no centro das estratégias de desenvolvimento para o Mercosul. Para isso, um conjunto integrado de políticas nos níveis nacional, regional e local deverá fomentar o investimento público e privado, fortalecer as micro, pequenas e médias empresas, desenvolver ramos produtivos locais, estimular a formalização de empresas e empregados.

Serão identificadas oportunidades de investimento em projetos e setores produtivos que levem ao uso intensivo de mão-de-obra, com o propósito de melhorar a qualidade de vida da população. Também receberão incentivos os projetos conjuntos de infra-estrutura ou aqueles que gerem impactos além das fronteiras do país onde estarão sendo implementados, permitindo que novos consensos sejam construídos.

Os mecanismos para o fomento aos investimentos pressupõem desenvolvimento do mercado interno para sua inserção no mercado mundial; fortalecimento do setor industrial e apoio a inovações tecnológicas; estímulo a programas de economia social solidária e cooperativa; desenvolvimento do setor rural, de forma a elevar a produtividade dos pequenos agricultores e da agricultura familiar; e promoção do

desenvolvimento local, fortalecendo setores produtivos de base territorial ou setorial, particularmente em zonas de fronteira.

Importante aspecto da proposta de Estratégia Mercosul de Crescimento do Emprego é que ela promoverá crescente aplicação das normas trabalhistas, em especial daquelas que se referem aos princípios e direitos fundamentais do trabalho contidos na Declaração Sociolaboral do Mercosul e na Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

As políticas traçadas a partir da estratégia comum de emprego devem, ainda, contemplar a redução de barreiras existentes para a incorporação, no mercado de trabalho, de grupos em situação de desvantagem/discriminação ou exclusão social, com atenção prioritária às mulheres.

Os avanços dos próximos dois anos incluem a elaboração, a implementação e a avaliação de Planos Nacionais de Emprego articulados às diretrizes comuns aos países. A Estratégia Mercosul de Crescimento do Emprego é, portanto, a preciosa oportunidade de reativação das ações de integração de nossas economias e de avanço na busca por melhores condições de vida para a população dos países do Mercosul.

### **“Crise de Valores”**

*Artigo do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, publicado no “Correio Braziliense”, 14 de agosto de 2006*

Evidente que há uma grave crise, no Brasil e no mundo, nas instituições que expressam os esforços individuais e coletivos em busca de uma vida melhor, aquilo que o filósofo Eric Weil chamou de felicidade razoável para as pessoas, as famílias e as sociedades politicamente organizadas. No nosso país, ela se manifesta hoje, de maneira mais grave e aguda, no espaço por excelência da representação popular: o Poder Legislativo. Mas os acontecimentos de Rondônia e tantos outros mostram que a

contaminação é mais profunda. Em Rondônia, a corrupção era comandada pelos presidentes da Assembléia e do Tribunal de Justiça e pelo procurador-geral de Justiça.

A crise das instituições não elimina o espaço das responsabilidades pessoais, o espaço das escolhas e opções pelo qual cada um de nós é responsável dentro das condicionantes históricas e culturais. Por isso não pode haver nenhuma concessão com a impunidade. Entre nós é importante reconhecer, para não perdermos a esperança, que as ações anti-sociais estão sendo confrontadas dentro do mais absoluto respeito às liberdades públicas e democráticas e que há uma ação eficaz da polícia federal, do Ministério Público e da Controladoria Geral da União no desvendamento das práticas de corrupção e no desmantelamento de quadrilhas que há décadas assaltam o patrimônio público. Importante, sobretudo, resgatar o testemunho das pessoas de bem — a grande maioria do nosso povo — que “não cessam de criar” e tecem as redes da solidariedade, da partilha e da justiça social. Mas, se não podemos abstrair as responsabilidades dos infratores, tampouco podemos olvidar a frase lapidar do filósofo espanhol Ortega y Gasset: “Eu sou eu e as minhas circunstâncias”.

Em determinados contextos existenciais, marcados pelo rebaixamento dos valores morais e coletivos, a prática da honestidade e das virtudes cívicas torna-se um procedimento quase heróico; implica confrontar, a cada dia, as forças dissolutórias da iniquidade, da violência, das concessões fáceis e pusilânimes, do poder econômico, dos apelos midiáticos menos edificantes. Prevalece o mais desabrido consumismo, dissociado de qualquer padrão de moralidade e de respeito às tradições históricas e comunitariamente construídas, tornando subjetivos e relativos os valores das relações humanas. Não são valorizados os projetos compartilhados no plano da família, da comunidade, da pátria e da civilização. Pessoas eleitas ou aprovadas em concursos públicos para exercerem

cargos em nome do bem comum tornam-se predadores, serviços menores de si mesmos, de sua ganância e ambição desmedidas.

A situação se torna ainda mais complexa quando atos manifestos de má-fé e de enriquecimento ilícito são conscientemente confundidos, para tudo misturar e impedir o justo juízo, com erros ou divergências técnicas de interpretação jurídica, com avaliação e escolhas em situações concretas nem sempre claras e bem delineadas, impondo delicadas opções para quem exerce a difícil missão de decidir em nome do interesse público. O que estamos vivendo mostra o ensandecimento da lógica do capitalismo levada às suas últimas conseqüências — o reino absolutizado do dinheiro tão vigorosamente denunciado pelo Príncipe da Paz, o Cristo que humanizou e abriu o grande Deus da tradição judaica a todos os povos.

Dentro dessa visão unidimensional está aberto o caminho para as atrocidades que estamos vivendo e sofrendo. É a corrupção, é a violência dessa coisa estranha chamada crime organizado, mas são também as mães que abandonam os filhos recém-nascidos, filhos que matam pais, amigos e irmãos que se estranham e vão aos limites do homicídio por conta de uma herança ou de um acerto contábil.

No momento em que se coloca a urgência de uma profunda reforma política e que se abre até mesmo a possibilidade de uma assembléia constituinte, é necessário recordar que são as pessoas que fazem e executam a lei. A história ensina que um bom antídoto contra a decadência moral e contra a prevalência dos instintos primários do egoísmo é despertar o desejo e a motivação das pessoas em torno de ideais superiores.

O sentimento compartilhado da pátria tem forte apelo simbólico e real. Em um horizonte visível, é pensar o país que queremos em 2022, na perspectiva das comemorações do bicentenário da Independência do Brasil, para que possamos celebrar, além de outras conquistas, a vitória do Estado e da sociedade sobre a violência e a corrupção.

### **“Prouni”**

*Artigo do Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, publicado na Folha de São Paulo, 31 de agosto de 2006*

O impacto do Prouni sobre a qualidade da educação de nível médio e superior se fará notar no curto prazo

De 1988 A 2004, as instituições de ensino superior (IES) sem fins lucrativos, que respondem por 85% das matrículas, amparadas pelos artigos 150, inciso VI, alínea c, e 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal, gozaram de isenções fiscais sem nenhuma regulação do poder público. Acórdão do STF, de 1991, garantia o gozo das isenções enquanto perdurasse essa situação.

Até 2004, as IES concediam bolsas de estudos, mas eram elas que definiam quem seriam os beneficiários, em que cursos, o número de bolsas e os descontos concedidos. Raramente era concedida uma bolsa integral. E quase nunca num curso de medicina.

Surge o Prouni para moralizar essa situação. O Prouni estabelece que as IES que gozam de isenções fiscais passem a conceder bolsas de estudos na proporção dos alunos pagantes por curso e turno, sem exceção.

Ficou estabelecido que só haveria dois tipos de bolsas: integral ou de 50%. E que os beneficiários fossem selecionados pelo Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). A concessão da bolsa teria como único critério o mérito. Além disso, definimos o perfil socioeconômico dos bolsistas: egressos de escola pública com renda familiar per capita de 1,5 salário mínimo para bolsa integral e de três salários mínimos para bolsa parcial de 50%.

Os resultados são conhecidos. Cerca de 200 mil jovens de baixa e média renda ingressaram no ensino superior. Algo em torno de 40% são afrodescendentes e indígenas. Muitos desses jovens cursam medicina, direito, engenharia, odontologia etc. Muitos são professores em serviço na educação básica pública. Por sua condição, estão dispensados

de preencher os requisitos socioeconômicos definidos para os demais bolsistas.

A nota mínima no Enem para obtenção da bolsa foi fixada em 45 pontos, mas a nota média dos beneficiados atingiu a marca de 67 pontos, contra os 52 pontos obtidos pelos alunos egressos de escolas privadas na mesma edição do exame. Bolsistas matriculados em cursos de turno integral fazem jus ainda a uma bolsa-permanência de R\$ 300 por mês, já que não podem trabalhar enquanto estudam.

Por falta de regulamentação, no período entre 1988 e 2004, mais de 1 milhão de bolsas deixaram de ser concedidas, enquanto as isenções eram usufruídas. Hoje, a situação é outra. Não estamos mais questionando a chamada “pilarantropia” na educação superior, mas a qualidade dos cursos superiores. Um avanço atestado pelo número de estudantes que fizeram a prova do Enem no último domingo -quase 3 milhões.

O impacto do Prouni sobre a qualidade da educação de nível médio e superior se fará notar no curto prazo. Em primeiro lugar, a quase universalização do Enem, propiciada pelo Prouni, permite, com tratamento estatístico sofisticado e infelizmente ainda pouco conhecido no Brasil (referimo-nos às contribuições seminais do Prêmio Nobel James Heckman sobre correção de viés de seleção), divulgar as notas médias, escola por escola, do ensino médio, a exemplo do que se fez com a quarta e a oitava séries do ensino fundamental com a Prova Brasil, da qual apenas a rede de ensino do Estado de São Paulo não participou nos moldes propostos.

A transparência na divulgação dos dados garante a mobilização da comunidade escolar de pais, alunos, professores e dirigentes para exigir e ajudar a construir uma escola pública de qualidade.

Em segundo lugar, a lei que cria o Prouni estabelece que os cursos que receberem conceito insatisfatório em três edições do Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) sejam descredenciados do programa, e as bolsas, remanejadas para cursos com conceito satisfatório,

garantido o direito dos alunos matriculados.

O projeto de lei original previa apenas duas edições, mas parlamentares da oposição apresentaram emenda modificativa, ampliando o prazo para descredenciamento. Mesmo com essa concessão do Legislativo, acreditamos que a sistemática promoverá qualidade, já que a não-atenção a esse requisito trará prejuízos financeiros às IES.

Dos 9.114 cursos credenciados no Prouni, 237 (2,6%) estão em observação. Caso a comissão de doutores, constituída por sorteio para avaliação final, confirme o que os indicadores do Enade sugerem, esses cursos passarão por processo de reestruturação, sob pena de descredenciamento. O Prouni pode e será aperfeiçoado.

Isso só não acontecerá se prosperar a ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo PFL, cujo sucesso restaura os privilégios pré-2004 das IES -ou seja, isenção fiscal sem contrapartida.

FERNANDO HADDAD, 43, advogado, mestre em economia, doutor em filosofia, professor de ciência política da USP, é ministro da Educação.

### **“A aliança Índia-Brasil-África do Sul”**

*Artigo do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, publicado no jornal “Valor Econômico”, 15 de setembro de 2006*

Estou recebendo em Brasília o primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, e o presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, para a reunião do Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas). Essa cúpula expressa o engajamento da política externa brasileira na construção de parcerias com grandes países em desenvolvimento. A idéia de criação do Ibas me foi proposta pelo presidente Mbeki, em janeiro de 2003. Aceitei-a com entusiasmo. Desde então não perdemos tempo. Em junho do mesmo ano nossos ministros de Relações Exteriores criaram o Foro Ibas, aqui em Brasília. A partir daí nossa aliança

consolidou-se como uma iniciativa diplomática cada vez mais importante. Ela reúne três grandes democracias da Ásia, África e América Latina, que

têm em comum seu caráter multicultural e multirracial.

O Ibas é, em primeiro lugar, um mecanismo de concertação política sobre grandes temas da agenda internacional, nos quais temos significativa identidade. Defendemos o multilateralismo e uma ordem internacional baseada no direito e na construção de consensos. Somos favoráveis a uma reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas que inclua países em desenvolvimento entre seus membros permanentes. Coincidimos em que a proteção ao meio ambiente é indissociável do combate à pobreza e do desenvolvimento econômico. Na Rodada Doha, nossa ação no G-20 dá absoluta prioridade aos cortes efetivos nos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos. Estamos convencidos ser necessário um equilíbrio entre os direitos de proteção à propriedade intelectual e as políticas públicas na área da saúde.

Mas o Ibas é mais do que um instrumento que fortalece a voz dos países em desenvolvimento nos grandes debates mundiais. Constitui, também, um instrumento privilegiado para iniciativas concretas de cooperação trilateral em áreas como a agricultura, comércio, ciência e tecnologia, energia e transportes, entre outras. Nesta Cúpula, buscaremos avançar em entendimentos trilaterais nessas áreas.

O Ibas é um catalisador para a aproximação entre a América do Sul, a África Austral e a Índia. Exemplo concreto é a perspectiva de negociação, no momento oportuno, de acordo de livre comércio trilateral entre o Mercosul, a União Aduaneira Sul-Africana (Sacu), da qual faz parte a África do Sul, e a Índia. Em abril último, o Mercosul apresentou à Sacu e à Índia proposta de constituição de grupo de trabalho para examinar as linhas gerais de um possível acordo. O caráter pioneiro dessa iniciativa de aproximação comercial triangular entre três grandes regiões e países do mundo em desenvolvimento valoriza ainda mais o papel do Ibas. Esse objetivo de aproximar os países em desenvolvimento não significa que queremos substituir parcerias mais tradicionais, com os EUA, a Europa, o Japão e outros

países e regiões do mundo desenvolvido, que continuam a ser igualmente prioritários. O Ibas pretende somar, e não substituir. Reflete nosso empenho de melhor explorar as oportunidades de parcerias Sul-Sul.

Os resultados dessa orientação estão à vista. O extraordinário crescimento das exportações brasileiras entre 2002 e 2005 - de cerca de US\$ 60 bilhões para US\$ 118 bilhões - decorreu sobretudo do aumento das vendas para países em desenvolvimento. Este grupo de nações comprou, em 2005, 53% de nossas exportações, contra apenas 43% em 2002. Para a Índia, as exportações passaram de US\$ 653 milhões em 2002 para US\$ 1,13 bilhão no ano passado; para a África do Sul, de US\$ 477 milhões para US\$ 1,36 bilhão.

Atribuo muita importância, ainda, ao trabalho solidário do Ibas em relação a outros países do Sul. Constituímos em 2004 o Fundo Ibas de Combate à Fome e à Pobreza, administrado pelo PNUD, para apoiar projetos de desenvolvimento em países mais pobres. Já está em andamento projeto na área agrícola, na Guiné-Bissau. Outro, de coleta e processamento de lixo no Haiti, está em vias de implementação. O peso simbólico dessa iniciativa trilateral é muito grande. Apesar de nossos próprios problemas sociais, Índia, Brasil e África do Sul não fogem da responsabilidade de auxiliar países ainda mais necessitados.

Estou convencido de que a primeira cúpula do Ibas será um momento marcante. Temos a vontade política e a determinação de consolidar esse Foro inovador. O governo brasileiro trabalhará após a cúpula para envolver cada vez mais nossa sociedade nesse projeto, que contribui para a construção de uma ordem internacional mais equilibrada e para a promoção do desenvolvimento econômico e social da Índia, do Brasil, da África do Sul e de nossas respectivas regiões. O Ibas nos dá uma oportunidade para superar as distâncias geográficas, culturais e mentais entre nossos países.

### **“A aliança Índia-Brasil-África do Sul”**

***Artigo do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, publicado no “Valor Econômico”, 10 de outubro de 2006***

O dia 16 de setembro de 2006 entra para a história das conquistas sociais no Brasil, carregado de simbologias. O ato de promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) já traz em si uma teia de significados ao elevar o acesso à alimentação à condição de política de Estado permanente. Algumas coincidências que cercam o evento aumentam ainda mais essa importância: a lei fora aprovada no Senado no dia 5 de setembro, justamente no dia do aniversário de Josué de Castro, médico e geógrafo, pioneiro na defesa das políticas de segurança alimentar no Brasil que, estivesse vivo, completaria 98 anos. E sua principal obra, “A Geografia da Fome”, completa 60 anos neste ano, com um rigor científico e político que a mantém como referência de todos que militam na área.

“Denunciei a fome como flagelo fabricado pelos homens, contra outros homens”, afirmava Josué de Castro, apontando a dimensão social do problema. As soluções para eliminar essa tragédia devem partir, portanto, de uma abordagem mais ampla, seguindo os ensinamentos do mestre Josué, que tratava a fome como “a expressão biológica dos males sociológicos”.

“A Geografia da Fome” identificou, com precisão cirúrgica, o problema da fome no Brasil, conferindo ao conceito a complexidade e diversidade que lhe é inerente e também proporcional aos problemas sociais que estão na sua gênese. Vasculhou todas as suas especificidades de modo a reunir elementos para apontar as multiplicidades de ações de políticas necessárias para o setor. São “as fomes individuais e coletivas. As fomes totais e parciais. As fomes específicas e as fomes ocultas”. Sua preocupação voltou-se principalmente para as fomes coletivas, em especial atenção para as parciais

ou ocultas que, segundo ele, por mais frequentes e graves, são as que mais atingem as populações e com elevado poder de dizimação. É a fome provocada pela falta permanente de determinados componentes nutritivos; é quando a pessoa come, todos os dias ou quase todos os dias, mas não se alimenta.

O acesso à alimentação, em quantidade, regularidade, quantidade suficientes e ainda suficientemente diversificados para cobrir as necessidades alimentares da população. Esse é o primeiro direito constitutivo na formação da cidadania, da dignidade humana. O direito elementar e humano à alimentação é uma condição básica para que as pessoas tenham saúde, que tenham condições de almejar outros direitos, outros desejos de uma vida melhor. Cuidar para que isso aconteça não é assistencialismo, é promover reconhecimento de direitos elementares e é um movimento que tem raízes históricas na sociedade brasileira, tendo Josué de Castro como principal referência. Outras pessoas e entidades se mobilizaram em torno dessa bandeira, como o Herbert de Souza – o Betinho –, Dom Hélder Câmara, além de tantos outros anônimos que dedicaram e dedicam suas vidas à luta por um Brasil sem fome que se traduz hoje no Fome Zero. Na lacuna deixada pela ausência histórica de políticas na área social, os movimentos de combate à fome se sobressaíram

É fundamental estabelecer as diferenças de abordagem para que possamos perceber como o reconhecimento da assistência no campo dos direitos sociais é o caminho para combater o assistencialismo. Por muito tempo, prevaleceu uma visão equivocada sobre a questão da alimentação, que era vinculada à caridade. Na lacuna deixada pela ausência histórica de políticas na área, sobressaíram os movimentos de combate à fome, de coleta de alimentos para distribuição em datas e eventos específicos. Não há como negar que foram - e ainda são - importantes manifestações de filantropia e de boa vontade. No entanto, pelas limitações inerentes à natureza dessas iniciativas - por vezes segmentadas, pontuais e

exclusivamente emergenciais - não se constituem, efetivamente, em alternativa para solucionar um problema que é estrutural e tem implicações sociais.

O direito à alimentação, exatamente por sua premência, não pode estar sujeito à boa vontade das pessoas e instituições, por melhor que sejam as intenções e por mais importância que tenha essas iniciativas no sentido de mobilizar as consciências em torno das soluções do problema da falta do que comer. É necessário, considerando os ensinamentos de Josué de Castro e outros que estudaram o fenômeno, que o direito à alimentação faça parte de políticas públicas permanentes, articulando com outras políticas que ataquem, na origem, os problemas sociais que produzem a situação de fome. As políticas precisam, inclusive, considerar a história dos movimentos sociais, desenvolvendo também a capacidade de articular o esforço coletivo de homens e mulheres de boa vontade que estão em contato, na ponta, com o problema da fome e se mobilizam em torno dele. Mas, nesse caso, os movimentos passam a existir num outro patamar, contribuindo, com sua capilaridade e potencial mobilizador, como parceiro de uma política elaborada estrategicamente e que pense o problema da fome de maneira global. Essas características se refletem na Losan, resultado de um projeto elaborado pelo governo com participação efetiva do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em sintonia com os conselhos estaduais e municipais e prontamente acolhido pelo Congresso Nacional, que o aprovou com a agilidade necessária.

Penso que um governo entra para a história quando ele expressa e viabiliza sentimentos e desejos presentes na consciência da população. Erradicar a fome e a desnutrição no Brasil, na perspectiva de direitos legitimados e normatizados em lei e articulando com outros direitos, é um sentimento forte na sociedade brasileira. Juntos estamos alcançando essa conquista histórica: erradicando a fome e a desnutrição no Brasil.

### **“Diálogo com Paul Kennedy”**

*Artigo do Embaixador do Brasil em Londres, José Mauricio Bustani, publicado na “Folha de São Paulo”, 15 de outubro de 2006*

PAUL KENNEDY, autor de “Ascensão e Queda das Grandes Potências”, tem-se debruçado sobre os desafios das Nações Unidas no mundo atual. Em “The Parliament of Man: the United Nations and the Quest for World Government”, retrata o surgimento das organizações multilaterais, resultado da disposição dos Estados de flexibilizar sua soberania em nome de interesses comuns a todos. Fulcral é sua análise da tensão intrínseca, no sistema da ONU, entre os interesses egoístas das grandes potências e os interesses comuns da comunidade internacional.

Em recente artigo, publicado no jornal “The Guardian”, Kennedy examinou a problemática do Conselho de Segurança da ONU (CS). Causa perplexidade, 60 anos depois de ter sido criado para “poupar as gerações futuras do horror da guerra”, que o órgão não se mostre apto a cumprir seu mandato de forma ágil e eficaz.

Kennedy explica que o CS foi criado a partir de exigências das grandes potências. Prevaleceu a noção de que o mundo estaria dividido entre Estados “consumidores de segurança” e “provedores de segurança”. Daí a distinção, na composição do CS, entre membros não-permanentes e membros permanentes. Buscou-se, ainda, assegurar a adesão das grandes potências à ONU, para não se repetir a malograda experiência da Liga das Nações. Daí o instituto do veto, a garantir aos cinco membros permanentes que seus interesses nacionais jamais viessem a ser preteridos. Conquanto fizessem sentido quando da criação das Nações Unidas, esses “truques” hoje criam desequilíbrio e injustiça. O mérito da análise de Kennedy é mostrar por que o CS requer reformas imperativas, sem as quais continuará a “tropeçar” entre as expectativas da opinião pública internacional e o peso desproporcional de grandes potências e, assim, a

perder legitimidade e respeitabilidade.

Idealmente, seria preciso democratizar plenamente o órgão: abolir a discriminação entre membros e revogar o direito ao veto. Quaisquer reformas correm, porém, o risco de serem frustradas pelos próprios vícios que pretendem corrigir. Por isso, Kennedy recomenda que as reformas não percam o sentido da realidade: por mais decepcionante que seja, um CS tal como existe hoje seria preferível a uma situação em que as grandes potências debandassem para fora dele.

A análise de Paul Kennedy suscita três ordens de reflexões sobre a candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho de Segurança.

A primeira diz respeito ao reconhecimento externo, por um analista tão respeitado, das credenciais do Brasil. “Por qualquer critério objetivo, (...) também o Brasil (...) deveria ter seu lugar à grande mesa”, professou.

O reconhecimento de nossas credenciais parece, curiosamente, ser mais claro no exterior que no Brasil. Por seu tamanho, população, PIB, política externa e influência nos grandes temas globais, o país tem todas as condições de contribuir para o reforço da representatividade e legitimidade de que o CS tanto precisa.

A segunda observação é sobre o realismo que orienta nossa política externa. O Brasil não está travando uma batalha diplomática pretensiosa. Não escondemos críticas ao veto, mas estamos cientes de que seria inútil querer corrigir todos os vícios do CS. Com nossos parceiros do G4 (Alemanha, Índia e Japão), queremos desconcentrar o poder por meio da incorporação de novas potências regionais em caráter permanente, sem insistir, neste momento, no direito ao veto.

A terceira observação recai sobre nossa responsabilidade no mundo. Nossa aspiração não é projeto de prestígio. A postulação de um país como o Brasil deve ser vista no quadro de uma contribuição imperativa para a manutenção de instituições internacionais legítimas e eficazes.

Abster-nos de defender a reforma do CS seria como lavar as mãos para as inaceitáveis falhas do sistema de paz e segurança internacionais.

Ao Brasil não interessa a repetição de ocorrências como a demora do CS em agir em crises internacionais chocantes e que nos tocam de tão perto, como a crise no Líbano. E, como nos episódios de meu afastamento da diretoria-geral da OPAQ, em 2002, e da invasão do Iraque, em 2003, ficou claro que tampouco podemos admitir atropelos de grandes potências que deslegitimem os interesses coletivos em nome de seus interesses individuais, travestidos de pretextos nobres (afinal, onde estão as armas químicas iraquianas?). É preciso insistir.

JOSÉ MAURICIO BUSTANI, 61, diplomata, é o embaixador do Brasil em Londres. Foi diretor-geral da Organização para a Proibição de Armas Químicas de 1997 a 2002.

#### **“A Amazônia não está à venda”**

*Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, e da Ministra de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva, publicado na “Folha de São Paulo”, 17 de outubro de 2006*

Celso Amorim, Sergio Rezende e Marina Silva

Os que se preocupam com o clima do planeta deveriam se dedicar a influenciar seus governos. Da Amazônia nós estamos cuidando

Com frequência vemos circularem notícias sobre interesses de pessoas, entidades ou mesmo governos estrangeiros com relação à região amazônica. Recentemente, surgiram no exterior iniciativas com o objetivo de adquirir terras na Amazônia para fins de conservação ambiental ligadas à preocupação com o fenômeno da mudança do clima e ao possível papel do desmatamento nesse processo.

São propostas que desconhecem a realidade da floresta amazônica. Ignoram também importantes dados científicos.

A mudança do clima é um problema real ao qual o Brasil atribui grande importância. Há consenso mundial de que o fenômeno está sendo acelerado pela ação humana. É um processo cumulativo, resultado da concentração progressiva de gases de efeito estufa na atmosfera nos últimos 150 anos. Assim, focar a atenção especialmente nas atuais emissões é errado e injusto. Alguns dos atuais emissores -sobretudo os países emergentes- têm pouca ou nenhuma responsabilidade pelo aquecimento global, cujos efeitos começamos a sentir.

A causa principal da mudança do clima é conhecida: pelo menos 80% do problema tem origem na queima de combustíveis fósseis -especialmente carvão e petróleo- a partir de meados do século 19. Apenas pequena parcela resulta das mudanças no uso da terra, incluindo o desmatamento.

O desmatamento atual em escala global é preocupante por várias razões, mas o foco do combate à mudança do clima deve ser a alteração da matriz energética e o uso mais intensivo de energias limpas. A Convenção do Clima e seu Protocolo de Kyoto são claros: àqueles que causaram o problema (os países industrializados) cabem metas mandatórias de reduções e a obrigação de agir primeiro.

Embora não tenha metas mandatórias de redução por pouco ter contribuído para o problema, o Brasil está fazendo sua parte. Possuímos uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo. Nossos programas de biocombustível são exemplo para outros países. Contribuímos, dessa forma, para o desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira e para a redução global das emissões de gases de efeito estufa.

O Brasil está, ainda, implementando uma política integrada de combate ao desmatamento. Trata-se de esforço multissetorial e de longo prazo, com ações de valorização da floresta em pé e de apoio ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades que dela dependem.

Nos últimos anos, conseguimos importante redução das taxas de desmatamento. Em 2004-

2005, a redução confirmada foi de 32%, ao que se somam, segundo dados preliminares, mais 11% no período 2005-2006. São resultados significativos, mas os esforços para uma redução permanente do desmatamento devem continuar.

O manejo sustentável de florestas é, em todo o mundo, um campo propício à cooperação, por meio do intercâmbio de experiências e do auxílio na capacitação técnica. Estamos abertos a essa cooperação, sempre no estrito respeito às nossas leis e à nossa soberania.

O Brasil participa ativamente dos debates internacionais sobre florestas. No âmbito da Convenção do Clima, apresentaremos, em novembro próximo, na Conferência de Nairóbi, proposta que visa promover incentivos aos esforços nacionais voluntários de redução das taxas de desmatamento. Acreditamos que essa é uma forma adequada de os países desenvolvidos apoiarem a conservação das florestas tropicais.

A proposta é mais uma contribuição do Brasil para o esforço comum de redução global de emissões de gases de efeito estufa. A sociedade brasileira não aceita mais os padrões insustentáveis de desenvolvimento que levaram, em todo o mundo, a perdas ambientais irreparáveis. O Brasil espera que os países industrializados, responsáveis pelo problema, cumpram suas obrigações de redução de emissões.

Aqueles indivíduos bem-intencionados que, com razão, se preocupam com o clima do planeta deveriam dedicar-se a influenciar seus próprios governos no sentido da mudança de padrões insustentáveis de produção e consumo e da utilização de energias renováveis. Nessa área, o Brasil tem muito a oferecer em conhecimento e tecnologia.

Da Amazônia nós estamos cuidando de acordo com modelos de desenvolvimento baseados em princípios de sustentabilidade definidos pela sociedade brasileira. A Amazônia é um patrimônio do povo brasileiro, e não está à venda.

CELSO AMORIM, 64, diplomata, doutor

em ciências políticas pela London School of Economics (Inglaterra), é o Ministro das Relações Exteriores. SERGIO MACHADO REZENDE, doutor em física pelo MIT (EUA), é o Ministro da Ciência e Tecnologia. MARINA SILVA, 48, historiadora, senadora pelo PT-AC, é a Ministra do Meio Ambiente.

**“The Amazon is ours. It is not for sale...”**

*Artigo publicado pelos Ministros Celso Amorim, Marina Silva e Sergio Rezende no jornal “The Independent”, Londres, 31 de outubro de 2006*

Climate change is due only in small part to changes in land use, including deforestation

Recently there have been frequent newspaper references to the interest shown by foreign individuals, institutions and even governments in initiatives aimed at acquiring land in the Amazon region for conservation purposes. Such initiatives arise from concerns regarding the possible role of deforestation in climate change. However, they are also based on a lack of information regarding the Amazon rainforest, and ignore important scientific data.

Climate change is a genuine problem, and one to which Brazil attaches great importance. There is a global consensus that the phenomenon is being accelerated by human actions. It is a cumulative process, resulting from the progressive concentration of greenhouse gases in the atmosphere over the last 150 years, so it is wrong and unfair to focus attention primarily on countries’ present emissions. Some of the countries currently producing emissions - particularly in the developing world - have little or no historical responsibility for global warming.

The main cause of climate change is well known: at least 80 per cent of the problem is a consequence of the burning of fossil fuels - especially coal and oil - from the mid-19th century onwards. It is due only in small part to changes in land use, including deforestation.

There are many reasons why current levels of deforestation around the world are a cause for

concern, but in combating climate change the focus should be on altering energy matrixes and promoting more intensive use of clean energy. The UN Climate Change Convention and its Kyoto Protocol are quite clear on this point: those who caused the problem - the industrialised countries - must meet mandatory reduction targets and have the obligation to act first.

Although not obliged to meet any mandatory reduction targets, since it bears little responsibility for the problem, Brazil is doing its part. We have one of the cleanest energy matrixes in the world. Our bio-fuels programmes are often quoted as an example to be followed by other countries. We are therefore contributing to sustainable development and to the reduction of global greenhouse gas emissions.

Brazil is also fighting deforestation by implementing policies aimed at promoting the value of our native forest and supporting the socio-economic development of communities that depend on it. Over recent years we have achieved significant reductions in the rate of deforestation in the Amazon. The rate of deforestation from mid-2004 to mid-2005 was 32 per cent lower than over the previous twelve months, and according to preliminary data there was a further fall of 11 per cent in 2005-06. These are important results, but the efforts towards a permanent decrease in deforestation must continue.

Sustainable forest management is an area with a great deal of potential for international co-operation through the exchange of experiences and support for technical capacity-building. We welcome such co-operation, as long as it is based on respect for our laws and our sovereignty.

Brazil is an active participant in the international debate regarding forests. At the UN Climate Change Conference in Nairobi in November we will be putting forward a proposal aimed at creating incentives for countries to reduce rates of deforestation voluntarily, which we believe would also be an appropriate way for developed countries to support the conservation of tropical rainforests.

The proposal constitutes just one aspect of

Brazil's contribution to the shared efforts aimed at reducing global greenhouse gas emissions. Brazil is firmly opposed to the unsustainable development patterns that have led to irreparable environmental damage all over the world. Brazil expects the industrialised countries, which are responsible for these development patterns, to comply with their obligations for reducing emissions.

In the developed world, well-meaning individuals who are concerned about climate change, with good reason, should dedicate themselves to influencing their own governments with a view to altering unsustainable patterns of production and consumption and to utilising renewable energy sources. The latter is an area in which Brazil has much to offer in terms of expertise and technology.

We are taking care of the Amazon in accordance with development models based on principles of sustainability defined by Brazilian society. The Amazon is part of the heritage of the Brazilian people, and it is not for sale.

The writers are, respectively, Brazil's foreign, environment and science & technology ministers

Recently there have been frequent newspaper references to the interest shown by foreign individuals, institutions and even governments in initiatives aimed at acquiring land in the Amazon region for conservation purposes. Such initiatives arise from concerns regarding the possible role of deforestation in climate change. However, they are also based on a lack of information regarding the Amazon rainforest, and ignore important scientific data. Climate change is a genuine problem, and one to which Brazil attaches great importance. There is a global consensus that the phenomenon is being accelerated by human actions. It is a cumulative process, resulting from the progressive concentration of greenhouse gases in the atmosphere over the last 150 years, so it is wrong and unfair to focus attention primarily on countries' present emissions. Some of the countries currently producing emissions - particularly in the developing world - have little or no historical responsibility for

global warming.

The main cause of climate change is well known: at least 80 per cent of the problem is a consequence of the burning of fossil fuels - especially coal and oil - from the mid-19th century onwards. It is due only in small part to changes in land use, including deforestation. There are many reasons why current levels of deforestation around the world are a cause for concern, but in combating climate change the focus should be on altering energy matrixes and promoting more intensive use of clean energy. The UN Climate Change Convention and its Kyoto Protocol are quite clear on this point: those who caused the problem - the industrialised countries - must meet mandatory reduction targets and have the obligation to act first.

Although not obliged to meet any mandatory reduction targets, since it bears little responsibility for the problem, Brazil is doing its part. We have one of the cleanest energy matrixes in the world. Our bio-fuels programmes are often quoted as an example to be followed by other countries. We are therefore contributing to sustainable development and to the reduction of global greenhouse gas emissions. Brazil is also fighting deforestation by implementing policies aimed at promoting the value of our native forest and supporting the socio-economic development of communities that depend on it. Over recent years we have achieved significant reductions in the rate of deforestation in the Amazon. The rate of deforestation from mid-2004 to mid-2005 was 32 per cent lower than over the previous twelve months, and according to preliminary data there was a further fall of 11 per cent in 2005-06. These are important results, but the efforts towards a permanent decrease in deforestation must continue.

Sustainable forest management is an area with a great deal of potential for international co-operation through the exchange of experiences and support for technical capacity-building. We welcome such co-operation, as long as it is based on respect for our laws and our sovereignty. Brazil is an active participant

in the international debate regarding forests. At the UN Climate Change Conference in Nairobi in November we will be putting forward a proposal aimed at creating incentives for countries to reduce rates of deforestation voluntarily, which we believe would also be an appropriate way for developed countries to support the conservation of tropical rainforests.

The proposal constitutes just one aspect of Brazil's contribution to the shared efforts aimed at reducing global greenhouse gas emissions. Brazil is firmly opposed to the unsustainable development patterns that have led to irreparable environmental damage all over the world. Brazil expects the industrialised countries, which are responsible for these development patterns, to comply with their obligations for reducing emissions.

In the developed world, well-meaning individuals who are concerned about climate change, with good reason, should dedicate themselves to influencing their own governments with a view to altering unsustainable patterns of production and consumption and to utilising renewable energy sources. The latter is an area in which Brazil has much to offer in terms of expertise and technology. We are taking care of the Amazon in accordance with development models based on principles of sustainability defined by Brazilian society. The Amazon is part of the heritage of the Brazilian people, and it is not for sale.

The writers are, respectively, Brazil's foreign, environment and science & technology ministers

### **“Dia Nacional da Consciência Negra”**

*Artigo da Ministra Matilde Ribeiro, Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, publicado no jornal “Correio Braziliense”, 8 de novembro de 2006*

A consagração de novembro como mês da Consciência Negra reaviva a luta pela liberdade e resistência do povo negro no Brasil. Remete-nos ao passado escravista das Américas e de devastação

das riquezas humanas, culturais, políticas e intelectuais do continente africano e a movimentação para conquista de direitos e cidadania. Neste ano, novembro se inicia impulsionado pela efervescência dos 35 anos de atuação do movimento negro em torno da imagem de Zumbi dos Palmares como herói nacional e da data de seu assassinato como um marco para a conscientização da identidade afro-brasileira.

Em verdade, a luta pela liberdade e valorização dos saberes africanos se reporta aos mais de 500 anos da diáspora africana nas Américas. No entanto, a contemporaneidade fortaleceu essa reivindicação com símbolos nacionais que serviram de elementos para visibilizar a transformação almejada de uma sociedade sem racismo, discriminação e preconceito racial.

Zumbi, ícone da falange palmarina, é uma figura viva na memória do povo brasileiro e reproduz os ideais de uma sociedade solidária e aguerrida em que homens, mulheres, negros, indígenas e brancos puderam desconstruir o sistema de estratificação social na República de Palmares contrapondo-se ao regime de escravidão.

O ajuste de contas do Brasil Colônia com a população negra brasileira vem sendo dado pelo Estado brasileiro a passos lentos se comparado com a vigência do regime de escravidão e a ausência de políticas de inclusão no pós-abolição. Nem o nascedouro da República incorporou de fato a garantia de cidadania para africanos e seus descendentes. Pelo contrário, manteve os estigmas do escravismo e a negação da contribuição africana para a formação do Brasil e a presença do componente africano na sociedade.

Por assim ser, temos extensa agenda de demandas que se referem à titulação de terras para comunidades remanescentes de quilombos, saúde, educação, trabalho e renda, acesso a bens e serviços. Ações essas que explicitam a urgente inversão do curso das políticas públicas em que a promoção da igualdade racial seja o norteador nas instâncias de formulação, decisão e execução.

Ao ser constituída, a Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial assumiu o legado da luta de combate ao racismo e a superação das desigualdades étnico-raciais, desafios de inclusão inerentes à história republicana brasileira. Por meio desse órgão, o governo federal passou a tratar a temática racial no centro de sua estrutura, garantindo o trabalho integrado entre ministérios.

Orientados pela Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, dialogamos com estados e municípios em processos em que a participação popular e de gestores públicos traçam as linhas mestras para a definição e execução de políticas públicas de acordo com as realidades locais, a exemplo do acúmulo obtido na 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial cujo produto resultou no Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Dessa forma, propomos um novo projeto de nação para que haja a inclusão dos negros em diversos setores da sociedade, a exemplo do que ocorre no Programa Universidade para Todos, em que negros e indígenas são atendidos com bolsas integrais e parciais de estudo, na ampliação de universidades públicas com adesão ao sistema de reserva de vagas e na promulgação da Lei 10.639/03, que obriga o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no ensino fundamental e médio. Essa construção é alvo da sinergia para sua consolidação nos próximos quatro anos de governo.

Imbuído pela magnitude da marca de 35 anos do Dia Nacional da Consciência Negra, o governo federal, em conjunto com a sociedade civil engajada na luta anti-racismo, organizações negras, Organização das Nações Unidas, está organizando uma série de atividades para destaque de pontos elementares para a temática promoção da igualdade racial como a reflexão e debate acerca das políticas de ações afirmativas na educação e na saúde da população negra. Que neste fervoroso mês de novembro as aspirações palmarinas elevem as adesões do movimento anti-racismo e mantenham

ativa a integração de forças para o combate ao racismo.”

#### **“Cien años de amistad”**

*Artigo do Embaixador do Brasil na Guatemala, Renan Leite Paes Barreto, publicado no jornal “Prensa Libre”, Guatemala, 26 de novembro de 2006*

La amistad que une a Brasil y Guatemala pueda traducirse en muchas otras oportunidades.

Este año celebramos el centenario del establecimiento de las relaciones diplomáticas entre Brasil y Guatemala. Desde noviembre de 1906, cuando el Barón de Río Branco y el gobierno guatemalteco determinaron crear una Legación de Brasil, en carácter concurrente, la relación bilateral ha generado innumerables iniciativas conjuntas, políticas, económicas, comerciales, culturales y de cooperación.

Brasil se ha empeñado en contribuir de manera concreta y positiva para la estabilidad y la paz de Centroamérica. Un ejemplo significativo es su participación en el “Grupo de Apoyo a Contadora”, importante instrumento para conquistar la paz duradera en la región, y que generó el “Grupo de Río”, que es, hasta hoy, un mecanismo de concertación permanente entre nuestros países.

La voluntad política de estrechar los lazos de amistad quedó reiterada en abril del 2004, en el viaje del canciller Celso Amorim a Guatemala, en un gesto demostrativo de la determinación del gobierno brasileño en valorar nuestra relación, y más recientemente, en la visita oficial del Presidente Lula -la primera de un Jefe de Estado brasileño- en septiembre de 2005.

En el plano institucional, destacan los acuerdos firmados durante esos encuentros, en educación, salud, seguridad alimenticia, fruticultura, etanol, y defensa. Además, fue de especial importancia la firma del Memorandum de Entendimiento sobre Consultas Bilaterales, durante la visita del presidente Lula.

Este año, además del vicepresidente José Alencar, el ministro de Desarrollo, Industria y Comercio Exterior de Brasil, Luiz Fernando Furlán, encabezó una numerosa misión empresarial, cuyos miembros brasileños se reunieron con autoridades y empresarios guatemaltecos e hicieron contactos que podrán generar nuevas formas de cooperación y provecho mutuos.

Son claras nuestras afinidades, como lo comprueban el compromiso común de Brasil y de Guatemala para fortalecer el multilateralismo en las relaciones internacionales y luchar contra el hambre y la pobreza en el mundo. Al mismo tiempo, nos esforzamos en la búsqueda de un orden internacional más ecuánime.

Para enfrentar los desafíos cada vez más difíciles que impone la coyuntura internacional, cabe impulsar la integración ya en curso en nuestra región. En el caso del Mercosur, pasados 15 años de su creación, entramos ahora en una fase en que el sueño de crearse una Unión Aduanera da lugar a un proyecto todavía más ambicioso, que incluye una estrecha cooperación en educación y de cultura.

Ejemplos de esto son la recién creada Universidad del Mercosur y la “Bienal de Artes Visuales del Mercosur”. Otras importantes iniciativas en el camino de la integración regional ya fructificaron, como la Comunidad Andina de Naciones (Caricom), la Comunidad Suramericana de Naciones y el Sistema de Integración Centroamericano (Sica).

### **“Cette Amérique du Sud qui rencontre l’Afrique”**

*Artigo do Embaixador do Brasil em Argel, Sérgio França Danese, publicado no jornal “El Watan”, Argel, Argélia, 29 de novembro de 2006*

Le sommet Afrique-Amérique du Sud, qui se tiendra à Abuja ce 30 novembre, avec la participation de la plupart de leurs chefs d’Etat, est une nouvelle réponse des deux continents aux nombreux enjeux d’une mondialisation qui a généré peut-être moins de bienfaits que de défis aux pays en développement que nous sommes.

Miroir du sommet Amérique du Sud-Pays arabes, qui s’est tenu à Brasilia en mai 2005, sous la co-présidence de MM. Abdelaziz Bouteflika et Luiz Inácio Lula da Silva, le sommet d’Abuja crée une nouvelle géométrie dans les relations internationales, reliant deux régions que leur voisinage atlantique aurait dû, depuis longtemps, avoir rapprochées et engagées dans un projet de partenariat commun et mutuellement bénéfique. Il se veut — et le sera assurément — un exemple de ce que la coopération Sud-Sud peut être — un vrai partenariat où l’hégémonie et les desseins d’établir des rapports inégaux entre les états cèdent la place à une quête sincère de synergies, de complémentarités, de coopération et de partage d’expériences pour le développement. Pourquoi « Amérique du Sud » et non pas « Amérique latine » — voilà une question préalable à laquelle est utile de répondre. Une réponse qui, toutefois, ne doit pas seulement découler des défis de la mondialisation, qui ont valorisé les ensembles régionaux et interrégionaux, mais aussi de notre histoire. C’est ce que je vous invite à faire dans ces lignes. « Ce que beaucoup appellent l’Amérique latine est, de manière plus expressive, un monde dont le nom a été accaparé. » Par cette phrase mémorable et triste, le Vénézuélien Arturo Uslar-Pietri, exposant de la pensée latino-américaine du XXe siècle, rappelait, dans son essai *L’autre Amérique*, que le nom Amérique, à l’origine, fut attribué seulement à la partie sud de l’hémisphère américain, sur la carte *Universalis cosmographiae*, de Martin de Waldseemüller (1507) ; et il examinait ainsi le processus de perte d’identité de l’hémisphère au sud de Rio Grande pour la portion anglo-saxonne du continent. En effet, dans la préface à sa carte de 1507, Waldseemüller a reconnu le travail intellectuel par lequel, non pas le rêveur Christophe Colomb, mais bien le pragmatique Amerigo Vespuccio, par déduction, est arrivé à la conclusion que la masse continentale qui s’inclinait vers le sud ne pouvait faire partie de l’Asie et qu’il s’agissait bien là d’un continent nouveau, non prévu dans la cosmographie de

l'époque, bien prévu cependant par la mythologie. Par conséquent, l'Amérique, pour l'histoire occidentale, est apparue comme un continent au sud de l'Equateur. Plus tard, quand on a apporté la preuve que les terres, au Nord, étaient reliées à celles du sud, on a étendu à tout l'hémisphère, la dénomination de « Amérique ». Née de la méprise originelle à laquelle Colombo a cru avec insistance jusqu'à sa mort — être arrivé à l'Inde ou à la partie extrême-orientale de l'Asie —, jamais, depuis lors, notre identité ne fut autre chose qu'une approximation, une métaphore, selon Uslar-Pietri : Nouveau Monde, Indes, Terre Ferme. Jusqu'à Hegel qui apporta sa contribution, en nous désignant comme étant le « Monde de l'avenir ». En le réduisant, par un processus d'assimilation, à la partie anglo-saxonne et, plus particulièrement aux Etats-Unis, le terme « Amérique », pour nous, a perdu la précision géographique et le sens politique. « L'Amérique aux Américains », le slogan ambigu de la doctrine de Monroe, fait partie de ce processus de « désidentification » dont on souffre depuis notre plus tendre enfance coloniale. Le terme « Amérique » a dû être ainsi qualifié, apostrophé, pour pouvoir servir de manière conceptuelle. La partie sud de l'hémisphère devait être appelée, naturellement, « Amérique du Sud » ; l'isthme est devenu « Amérique centrale », et le Mexique, malgré la totale identité géographique et historico-culturelle avec ce que l'on désigne par « Méso-Amérique », s'est transformé en une partie de l'« Amérique du Nord », une situation qui ne serait homologuée au plan économique qu'avec l'adhésion du pays au traité de libre échange de l'Amérique du Nord (Nafta). Tandis que la portion anglo-saxonne assumait l'identité originelle du continent sud-américain, d'autres appellations se sont essayées à définir le reste de l'hémisphère en un curieux et malheureux processus de substitution et de transmutation ontologique. Amérique latine, Indo-Amérique, Amérique hispanique, Ibéro-Amérique, Amérique latine et Caraïbes sont autant de concepts qui ont tenté de retrouver une identité unique pour un

ensemble de nations et de cultures qui, bien qu'ayant de nombreuses analogies, présentent toutefois une remarquable diversité, des disparités géographiques, historiques et culturelles, et même des divergences et des rivalités, quelques-unes tenaces. Ce sont cependant des concepts qui ont perdu de leur force politique et de leur transivité dans le monde d'aujourd'hui, où ce qui importe le plus ce sont le pouvoir relatif et la capacité d'articulation réelle des états et des groupes régionaux. Le discours latino-américaniste dont se font l'écho, parmi tant d'autres, Uslar-Pietri lui-même et aussi Bolívar, Carpentier, Rodó, Henríquez Ureña, Mariátegui et Martí n'a jamais réussi à résoudre le dilemme de notre ontologie. Au contraire, en revendiquant avec grande passion et fort engagement une identité unique pour le continent, en tant que fondement et vecteur de sa soif d'indépendance, il a glissé plusieurs fois vers l'utopie et l'idéalisation romantique, à laquelle la dure réalité continentale ne s'est jamais soumise. L'enthousiasme avec lequel tous ont célébré le métissage, facteur sans doute déterminant de notre identité, a fini par contribuer à masquer l'injustice sociale, le racisme, la violence politique et la dépendance économique qui ont longtemps marqué notre continent. Ils sont peu nombreux ceux qui se souviennent de la phrase amère de Bolívar, au terme de sa vie, ruiné, exilé, désabusé : « En Amérique, il ne nous reste qu'une chose à faire : émigrer. » L'histoire nous offre à présent une opportunité réelle de nous rapprocher notre identité. En insistant sur le concept d'« Amérique du Sud », en le hiérarchisant comme fondement d'un processus particulier d'intégration économique et physique, notre diplomatie a réussi à apporter une contribution qui est la bienvenue à la reconnaissance de l'ontologie de douze pays. Il ne s'agit pas d'un exercice idéologique de sublimation de nos défauts historiques ni d'une intrigue pour exclure ou confronter des nations que la géographie n'a pas mis dans notre espace sud-américain. Il s'agit d'un simple exercice de réalisme politique, non du type conformiste, mais

pragmatique, créatif. Comme l'a reconnu Walseemüller il y a 500 ans, l'Amérique du Sud est une unité cosmographique et, en tant que telle, elle a vu le jour pour l'histoire occidentale. Ce pragmatisme géographique a une longue histoire dans la diplomatie brésilienne, par exemple, qui est marquée depuis notre indépendance par une démarche graduelle, par la notion de lente construction d'un espace sud-américain, avec un bon dosage entre bilatéralisme — qui doit être la grande priorité de notre action dans la région —, et plurilatéralisme. Bien avant le baron de Rio Branco, bien que grâce à lui en particulier, nous avons fixé une démarcation définitive et pacifique de nos limites territoriales, une première priorité de notre action extérieure, puis nous avons commencé à édifier un patrimoine de relations et de traités bilatéraux et sub-régionaux avec nos voisins, et nous sommes arrivés au Mercosud et à un ensemble d'accords et d'initiatives qui nous ancrent, aujourd'hui, à notre espace dans le monde, l'Amérique du Sud. Ce sont des versants et des dimensions complémentaires, qui n'excluent nullement des rapports fermes, voire privilégiés, avec d'autres régions et d'autres pays. C'est la voie à suivre. Il n'y en a pas d'autre. La décision de lancer une Communauté sud-américaine de nations et de la faire dialoguer avec d'autres régions — dont, bien évidemment, l'Afrique — est audacieuse et comporte une forte dose d'idéalisme, c'est vrai ; elle engendre aussi une grande responsabilité, en ce qu'elle engage notre crédibilité. Mais c'est aussi, sans doute, un acte de revendication d'une identité légitime, et créateur à tous les égards. On aura peut-être ravi son nom à l'Amérique latine. Nous saisissons cette opportunité pour donner à cette autre Amérique, l'Amérique du Sud, l'identité et le projet que l'histoire lui avait déniée. L'Afrique et donc l'Algérie sont nos partenaires de choix dans cette entreprise.

L'auteur est Ambassadeur du Brésil à Alger depuis novembre 2005.

### **“Missão do sucessor de Kofi Annan é completar reforma das Nações Unidas”**

*Artigo do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicado no jornal “Folha de S. Paulo”, 17 de dezembro de 2006*

No momento em que Kofi Annan passa o comando das Nações Unidas ao diplomata sul-coreano Ban Ki-Moon, é apropriado fazer um balanço dos principais avanços dos últimos oito anos e apontar os temas que, na visão brasileira, requerem atenção especial do próximo secretário-geral.

Já se disse que o cargo de secretário-geral da ONU é um dos “empregos” mais difíceis no mundo. É grande a distância entre crises cada vez mais complexas e a vontade coletiva dos Estados-membros de contribuir para seu equacionamento.

Tive a oportunidade de trabalhar com Annan em vários momentos durante o presente governo. Mantivemos intenso diálogo sobre crises no Oriente Médio, na África e mesmo na América Latina. Às vésperas da ação armada contra o Iraque, o presidente Lula enviou-me como emissário para explorar, junto ao secretário-geral, soluções que pudessem evitar o conflito. Em 2004, a iniciativa do presidente Lula em prol de uma Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza, que reuniu 59 chefes de Estado e de governo, em Nova York, recebeu valioso apoio do secretário-geral.

Kofi Annan demonstrou, em várias oportunidades, seu genuíno compromisso com a promoção da paz e do desenvolvimento. Já no início de 1999 havíamos cooperado ativamente, quando fui encarregado de presidir três painéis que realizaram abrangente avaliação da situação iraquiana. A proposta que daí emanou - um novo mecanismo de inspeções, jamais implementado de forma plena - constituía alternativa viável para a contenção do regime iraquiano sem o uso da força.

Além disso, modificações pontuais no regime de sanções teriam aliviado o sofrimento do povo do Iraque, vítima da opressão do ditador e da intransigência de seus adversários externos.

Os exemplos do Iraque e da luta contra a fome e a pobreza ilustram como seria impossível, hoje, visualizar o mundo sem as Nações Unidas. Lutas memoráveis travadas nas últimas décadas - descolonização, fim do apartheid, solução de conflitos internos em diversos países- provavelmente teriam sido muito mais árduas, ou mesmo impossíveis, sem a ajuda da organização.

Um mundo sem a ONU seria lugar sombrio e violento. Nosso compatriota Sérgio Vieira de Mello morreu tragicamente, enquanto tentava ajudar a reconstruir um Iraque arrasado por uma guerra que a ONU jamais aprovou. Em contraste, a participação do Brasil na operação de paz no Haiti dá-se ao abrigo do Conselho de Segurança. Com o respaldo da comunidade internacional e a ampla presença dos países da América do Sul, e da América Latina, a Minustah tem contribuído para a superação dos problemas haitianos, ajudando de forma decisiva no processo eleitoral e no esforço de reconstrução e desenvolvimento daquele país latino-americano.

#### Consciência do mundo

As Nações Unidas são frequentemente criticadas porque queremos mais agilidade ou porque temos expectativas irrealistas em relação ao que se pode alcançar. O êxito da organização, contudo, não se mede apenas por resoluções cumpridas à risca. A ONU ajuda a formar consensos globais.

É, na verdade, uma espécie de “consciência do mundo”. E nisso ela é insubstituível. Ao longo dos anos 90, a organização promoveu ciclo de conferências globais sobre direitos humanos, desenvolvimento social, situação da mulher, direitos da criança e meio ambiente.

Essas iniciativas ajudaram a dar legitimidade e a difundir princípios e valores que hoje fazem parte de nossas preocupações cotidianas. A ONU ainda enfrenta muitas limitações. A paralisia do Conselho de Segurança no conflito do Líbano, por exemplo, fez com que, nas palavras de Kofi Annan, a “matança” se prolongasse, causando mais sofrimento e dor.

Obviamente, limitações como essa derivam da natureza das relações internacionais e da maneira por vezes egoísta como os Estados se comportam. Mas isso não quer dizer que seja impossível melhorar o modo como as decisões são tomadas na ONU e, assim, capacitá-la a enfrentar os desafios contemporâneos. Passos importantes já foram dados no processo de reforma, impulsionados em grande parte por Kofi Annan.

A criação do Conselho de Direitos Humanos deu status mais elevado ao tratamento desse tema tão amplo e complexo no âmbito das Nações Unidas. É importante que o conselho não seja usado simplesmente para apaziguar a “má consciência” de alguns com condenações seletivas, freqüentemente politizadas e de escasso efeito prático.

O objetivo do conselho deve ser o de contribuir para mudanças concretas na vida das pessoas. É o que buscamos, com propostas como a do relatório global sobre direitos humanos e a criação de um mecanismo de revisão (“peer review”) em que todos os países estejam sujeitos a escrutínio.

#### Paz

Outro avanço significativo foi a criação da Comissão de Construção da Paz. O Brasil tem sustentado que países recém-saídos de conflitos devem continuar a ser acompanhados por alguma instância da ONU, uma vez superada a situação mais emergencial de segurança. Questões como as do Haiti, Serra Leoa, Burundi e tantas outras, nas quais a fragilidade político-institucional soma-se à pobreza e ao subdesenvolvimento, devem ser objeto de atenção integral das Nações Unidas, e não ficar entregues exclusivamente a “clubes de doadores”. Esse será o papel da nova comissão.

O papel político da Assembléia Geral, único órgão a congregar a totalidade dos Estados-membros, necessita ser revitalizado. Como já ficou demonstrado no passado, a exemplo da crise de Suez, em 1956, mesmo em temas ligados à segurança internacional a Assembléia Geral tem e deve ter um

papel a desempenhar. Mas ela precisa se concentrar em assuntos prioritários para os países em desenvolvimento, como o cumprimento das Metas do Milênio. Temas como a não-proliferação e o desarmamento também devem estar na agenda da assembléia.

Os trabalhos do Ecosoc (Conselho Econômico e Social) precisam ser reforçados para torná-los mais relevantes. O órgão deveria ser liberado de suas atribuições de mera supervisão burocrática para poder tratar do essencial: como promover o desenvolvimento. No momento em que o G8 busca dialogar com economias ditas emergentes, o Ecosoc poderá aumentar sua interlocução com o próprio G8, o Banco Mundial, o FMI e a OMC. Isso permitirá debate genuíno sobre temas econômicos e sociais. Mesmo quando não possa tomar decisões de caráter operativo, os debates no Ecosoc serão fonte de inspiração para outros organismos.

O Conselho de Segurança, órgão que tem a responsabilidade primária de zelar pela paz e segurança internacionais, é essencialmente o mesmo de 1945. De lá para cá, o mundo viveu mudanças expressivas. Estados foram criados a partir do processo de descolonização, outros se fragmentaram. Os países em desenvolvimento passaram a ter maior presença no cenário internacional. O Conselho de Segurança precisa ser urgentemente atualizado.

Um dos problemas centrais no funcionamento do conselho é o veto, que, para muitos, é privilégio inaceitável. Não acredito que seja possível eliminá-lo no curto prazo. Seria irrealista pensar que os membros permanentes atuais venham a abrir mão desse poder. Durante a Guerra Fria, o direito de veto podia ser compreendido como meio de evitar decisões que, por afetarem interesses nacionais de uma das grandes potências, fossem capazes de levar a novo conflito mundial. Mas o veto tem sido muitas

vezes usado de maneira quase fútil, em resoluções de caráter puramente declaratório. O Brasil defende que cada veto esteja sujeito a explicação. O país que veta uma iniciativa deve assumir plena responsabilidade moral pela ação. Outra idéia seria interpretar a Carta da ONU para permitir que membros permanentes do conselho dêem voto negativo, sem que isso implique necessariamente vetar um projeto de resolução.

Mas o problema mais grave é a composição do conselho. Nem a África nem a América Latina estão representadas entre os membros permanentes. Os países em desenvolvimento da Ásia, com exceção da China, também não. O G4, que reúne Brasil, Índia, Alemanha e Japão, defende a necessidade de ampliação do número de membros permanentes para que o conselho melhor reflita a realidade atual. A fim de ajudar na formação de um sistema mais democrático, os novos membros permanentes não terão direito a veto. Não se trata, com a reforma do conselho, de criar novos privilégios ou membros “eternos”.

Deixemos aos teólogos a discussão sobre a “eternidade”. Em política -e a política internacional não é exceção- tudo muda, e mesmo o termo permanente não deixa de ser uma força de expressão. O que não é aceitável é a obstrução indefinida do debate. Quem sofre com isso é a própria ONU.

#### Impulsos

Os diplomatas que trabalham em organismos internacionais costumam ficar divididos entre dois impulsos: de um lado, o nacional, a defesa de seu país; de outro, o internacional, a luta pelas causas universais, de toda a humanidade. Saber conciliar esses dois impulsos é a própria história das Nações Unidas. Caberá ao novo secretário-geral, Ban Ki-Moon, enfrentar esse desafio.

## ENTREVISTAS

**Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, após encontro mantido com o Comissário de Comércio da União Européia, Peter Mandelson (Londres, Reino Unido, em 13 de julho de 2006)**

**Jornalista:** pergunta inaudível

**Ministro Celso Amorim:** Esta não foi uma reunião para se adotarem decisões. Até porque não podemos adotar decisões bilateralmente. Continuamos explorando duas coisas. Primeiro, como atuar conjuntamente para contribuir para o êxito da Rodada. Acho que, sob esse aspecto, é positivo o movimento que a União Européia tem feito em relação à parte de acesso a mercados agrícolas ao se aproximar – não chegou lá – da proposta do G-20. Temos posição muito semelhante no que diz respeito a apoio doméstico. A União Européia está muito próxima, realmente, da proposta do G-20. De modo que temos ambos interesse em que os Estados Unidos façam movimentos significativos. Os movimentos que a União Européia tem feito são positivos na parte de apoio doméstico, sobretudo porque os Estados Unidos estiveram sempre preocupados com a questão da harmonização. Não é uma harmonização absoluta, mas diminui, digamos, o diferencial que existe hoje entre as proporções de apoio doméstico entre Estados Unidos e União Européia. E acho que o que a União Européia tem feito, que não chega exatamente na proposta do G-20, chega muito perto dela, permite maior harmonização, o que já é um argumento forte para que os Estados Unidos diminuam seus próprios subsídios domésticos. Isso é uma coisa importante.

Na parte de acesso a mercados, a

aproximação ainda não está totalmente clara porque, obviamente, depende um pouco do tratamento de produtos sensíveis, número de produtos sensíveis e também da parte que diz respeito ao corte tarifário. O que temos sentido é que a União Européia tem avançado na média. Você sabe que média tem aquele velho exemplo: se você puser seus pés no fogão e sua cabeça na geladeira a temperatura média do seu corpo é boa, mas você pode morrer. Então, na média eles estão se aproximando do G-20, mas ainda quando se vê linha por linha, especialmente em tarifas altas, ainda sentimos que há um certo diferencial que tem de ser, de alguma maneira, superado ou compensado. E na parte de produtos sensíveis também.

Sinto que há um avanço nas conversas. Estamos conversando de coisas mais e mais concretas, vendo interesses concretos brasileiros, vendo como eles podem ser atendidos também não só na parte dos cortes, mas também na parte das cotas com o percentual de consumo interno. Tem havido um avanço. Não chegamos lá, mas tem havido um avanço.

Resumindo: na parte de agricultura há uma coincidência quase total em matéria de apoio doméstico porque achamos que a União Européia avançou bastante em apoio doméstico – pode avançar um pouquinho mais, mas avançou bastante – e a nossa posição em relação ao que o outro grande subsidiador deve fazer é idêntica. Quer dizer, achamos que os Estados Unidos têm que cortar substancialmente. E, no que diz respeito a acesso a mercados, há uma tendência para uma convergência, mas ainda há uma distância a ser coberta. Também fizemos explorações no que diz respeito à parte de

acesso a mercados em produtos industriais. O Presidente Lula tem dito que todos temos que fazer nossa parte, mas tem que ser proporcional. Ontem, em um artigo sobre as negociações na OMC, o Paulinho Nogueira Batista comentou: é um triângulo, mas não é um triângulo equilátero, é um triângulo isósceles, onde dois lados são iguais, mais ou menos iguais, e o outro lado tem que ser menor, porque um país em desenvolvimento não pode fazer o mesmo sacrifício, o mesmo grau de concessão de países desenvolvidos. Não tem cabimento, senão não seria uma Rodada de Desenvolvimento.

Essa troca de idéias foi positiva. Conversamos sobre que formas haveria também de atender a certos interesses europeus na parte de acesso a mercados industriais, mas sem baixar o coeficiente a um nível que para nós não seria suportável. Acho que a conversa foi boa.

**Jornalista:** pergunta inaudível

**Ministro Celso Amorim:** No caso da União Européia, os avanços têm sido muito graduais. Acho, por exemplo, que a posição atual em relação a apoio doméstico, que é uma parte importante, representa grande avanço em relação ao que era a situação até o acordo-quadro de dois anos atrás. Sinto que estão muito próximos da proposta do G-20. A diferença é pequena. Mas tem sido gradual. Às vezes digo que se a União Européia tivesse feito esse gesto há mais tempo, com mais força, talvez tivesse desencadeado logo uma negociação. Enfim, cada um age como pode.

**Jornalista:** Essa aproximação das propostas, vamos dizer assim, essa tendência favorável com a União Européia não reforça que a bola da vez está com os Estados Unidos ?

**Ministro Celso Amorim:** Dizer que a bola da vez está com os Estados Unidos dá a impressão que ninguém mais tem responsabilidade e isso talvez seja uma simplificação. Como eu disse, todos vão ter que fazer movimentos. O grande movimento, o movimento forte, o impulso, tem que vir dos Estados Unidos. E acho que o impulso é na parte de apoio doméstico. O que até hoje não ficou claro é se os

Estados Unidos estão dispostos a fazê-lo. Já disseram umas coisas que podem ser lidas como positivas, um dia a nuance é mais positiva, no outro dia a nuance é – não digo negativa – mas mais restritiva. Ninguém está pedindo que os Estados Unidos façam uma nova oferta. Ninguém vai pedir isso. Mas eles têm que estar preparados nessa reta final para fazer um movimento forte em apoio doméstico. Quanto ao que se vai dar em troca, ajudaria muito a União Européia também esclarecer mais o que está disposta a fazer em produtos sensíveis, porque isso permitiria aos interessados na parte de acesso a mercados, inclusive aos Estados Unidos, ter uma avaliação melhor da oferta.

Na fórmula, os europeus estão avançando. Na média, chegaram quase lá em relação à proposta do G-20, embora, quando distribuído por bandas, não está claro ainda. Penso que eles podem movimentar um pouco mais. Mas com maior clareza em produtos sensíveis os Estados Unidos poderiam ver os ganhos concretos que terão e o ganho concreto para todos.

É um pouco trágico dizer isso, mas, na verdade, o que impulsionou o lançamento da Rodada foi o clima que houve depois do 11 de setembro e a preocupação de todos em fortalecer o sistema multilateral. Estamos vendo agora – e eu não estou estabelecendo relações diretas porque não há uma relação de causa e efeito imediata, é preciso sublinhar isso – essas crises no Oriente Médio, o aumento no preço do petróleo, tudo isso tem que nos levar a uma consciência de que o sistema multilateral é essencial para todos. Li um artigo ontem em um jornal que a criação da OMC tinha sido o maior avanço do sistema multilateral dos últimos cinquenta anos. Não sei, isso é uma avaliação que os historiadores farão, mas vamos perder isso? Não podemos perder isso. Desde o início, a Rodada tem tido vários objetivos, mas o seu principal objetivo é reduzir substancialmente os subsídios e aumentar o acesso a mercado em agricultura. Então, é preciso que os países ricos dêem a sua contribuição.

**Jornalista:** pergunta inaudível

**Ministro Celso Amorim:** Acho que os europeus avançaram. Não há como negar que avançaram. Avançaram o suficiente? Minha opinião é que não, mas avançaram. Antes de Hong Kong o que houve? Era o contrário. Os americanos tinham feito um avanço na parte de apoio doméstico e tinham uma expectativa de que poderiam avançar mais. Depois de Hong Kong, os europeus tinham avançado e essa expectativa de avançar mais ficou mais nebulosa por parte dos americanos. É natural que agora haja uma, como você disse aqui, “bola da vez”. Eles têm que fazer esse movimento porque, agora, não é um movimento isolado. Quero sempre dizer isso porque não posso ser mal interpretado. Então, vamos esperar? Eu já sei que vem a resposta: mas os Estados Unidos não vão fazer uma nova oferta. Ninguém está pedindo uma nova oferta, mas tem que ter consciência que nesse movimento todos vamos ter que nos mexer de alguma maneira, todos terão que se mexer. Mas o movimento mais importante que tem que ser feito agora é o dos Estados Unidos em apoio doméstico, o que não quer dizer que a União Européia também não tenha que fazer, como acabei de sublinhar, um movimento adicional na oferta de mercados agrícolas e, sobretudo, em relação ao tratamento de produtos sensíveis, quer dizer, à questão das bandas na redução de tarifas. Mas eles estão se aproximando do G-20. Na média, eles também estão se aproximando do G-20, mas quando se pensa no corte por bandas e quando se pensa no tratamento de produtos sensíveis, vai-se pensar em termos de salvaguardas especiais. Por exemplo, com uma salvaguarda especial sobre determinado produto, pode-se anular o benefício. Concede-se uma cota, vamos dizer de 3%, 4% do consumo interno, mas aí se aplica uma salvaguarda especial, dependendo da regra de aplicação, anula-se totalmente o benefício. Então, também os europeus vão ter que fazer movimentos. O movimento principal é o do apoio doméstico.

**Jornalista:** pergunta inaudível

**Ministro Celso Amorim:** Nós divulgamos uma nota à imprensa ontem no Itamaraty que é a posição do Governo a esse respeito. Evidentemente, condenamos todo o tipo de incursão, todo o tipo de ato terrorista. Mas achamos que a reação de Israel foi desproporcional. Inclusive, li hoje nos jornais que o aeroporto não está utilizável, os portos estão bloqueados. O Líbano é, no final das contas, um país independente, passou por uma transformação importante recentemente, tem um governo de coalizão ampla. Então, é uma reação desproporcional. Obviamente, podemos apenas ficar chocados quando os membros de uma família – aliás, a própria Embaixada de Israel divulgou uma nota lamentando a morte dos brasileiros – são vítimas inocentes, mas quando há ataques muito fortes evidentemente a possibilidade de você ter vítimas inocentes cresce muito. Então isso não é desejável. Estamos preocupados. Acompanhamos a situação no Oriente Médio com muita preocupação, vemos a radicalização. Não estou aqui condenando só Israel. Nesse caso específico do Líbano, criticamos as ações do Hezbollah, mas achamos que a reação israelense foi desproporcional e tende a gerar mais problemas e vemos com preocupação essa crise se espalhar. Antes, a crise na Palestina, nos territórios ocupados, em Gaza. Agora vê-se isso se espalhar para o Líbano. É preocupante. Não vai haver uma Declaração do G-8, que eu saiba. A não ser que mude na última hora, não vai haver uma Declaração do G-8 mais cinco. Sei que entre os próprios membros do G-8 há visões diferentes do problema.

**Jornalista:** pergunta inaudível

**Ministro Celso Amorim:** Há uma chance. Primeiro, ninguém falava. Não era nem parte da agenda. Agora, pelo que eu sei, os Estados Unidos estão levando lá a USTR, Susan Schwab, para participar da reunião. Pediram, inclusive, uma bilateral com o Brasil, porque provavelmente vão tratar de outros assuntos também, mas certamente vão tratar de comércio. A Susan Schwab vai participar da reunião. Então, acho que isso inclui o tema na agenda

do almoço. Convidaram o Pascal Lamy. Tudo isso é um reconhecimento daquela tese que o Presidente Lula vem defendendo. Agora, você faz a pergunta se eu acho que vai resolver. Espero que possa, mas não tenho certeza. O formato do G-8 não é um formato ideal para negociar. O ideal é que houvesse em formato menor, mais concentrado no tema da OMC. Mas o ideal é inimigo do bom, a gente tem que fazer o que pode, quando pode. E eu acho que se sair de lá um mandato, não sei como isso se expressaria, não sei se há condições de ter um mandato escrito ou não, mas se sair um sentimento, um mandato, ainda que, digamos expresso oralmente, para que os negociadores, os próprios Ministros, saiam de lá e vão para Genebra e digam a eles: vocês não voltem de Genebra sem um acordo pronto.

Acho que isso é que é necessário, tendo essas sinalizações que eu já mencionei: a sinalização de que os Estados Unidos estão dispostos a fazer um movimento importante na parte de apoio doméstico – que eu acho que pode fazer sem muito prejuízo aos programas que existem, levando em conta, naturalmente, os compromissos que já assumiram –; de que a União Européia está disposta a fazer um movimento adicional que não é bem um movimento, mas um progresso incremental no que ela tem, até hoje, apresentado em acesso a mercados agrícolas; e de que países como o nosso estão dispostos a fazer algum movimento também na parte de tarifas industriais e serviços, dentro da idéia da proporcionalidade. Não faz sentido cortar as tarifas industriais como eles desejam em 65% e receber de volta um corte de tarifas cheio de perfurações a 40%, 50%.

**Jornalista:** A questão da violência no Brasil – o Senhor sente algum reflexo externo? O pessoal manifesta preocupação, o Senhor acha que isso afeta o nosso país?

**Ministro Celso Amorim:** Não é positivo. Agora, isso é um problema nosso, vamos ter que lidar com ele. É um dos grandes problemas, naturalmente, no Brasil. Qual a maneira de lidar com

ele? Eu não sou especialista, não sei dizer, mas obviamente é um problema importante, sério, que afeta a imagem. Positivo não é, mas mais importante que a imagem é a realidade. Você tem que atacar os problemas, resolver os problemas.

**Jornalista:** Ministro, sobre o caso Jean Charles, qual é a expectativa ?

**Ministro Celso Amorim:** Acho que a expectativa é de que haja uma atitude transparente, justa, e também que a família seja compensada adequadamente. O Governo britânico, em relação ao Governo brasileiro, tem tido um comportamento correto. Temos tido oportunidade de ouvir, de, às vezes (dentro do limite que é possível, de acordo com a lei, porque esse é um processo judicial e tem certos limites), ter um conhecimento antecipado ou um conhecimento mais detalhado. Virá uma missão do Brasil na própria segunda-feira que será recebida horas antes, creio eu, da divulgação, mas talvez eles possam obter algum detalhe, pelo menos uma visão geral do que vai sair e alguma outra explicação que possa ser dada. Mas eu aguardaria para comentar porque não adiantaria fazer comentário agora.

**Jornalista:** Mas o Senhor pode esclarecer o que o Governo brasileiro entende como uma decisão transparente e justa ?

**Ministro Celso Amorim:** Eu não sei porque depende da investigação. Eu não posso também, a priori, condenar. Tem que ser uma coisa séria. Eu tenho expressado confiança no sistema inglês. Temos recebido sempre garantias de que esses processos continuarão, de que os interesses da família também serão vistos. Vamos ver. Eu acho que temos que aguardar.

**Jornalista:** pergunta inaudível

**Ministro Celso Amorim:** Eu acho que não é o caso de eu entrar no debate com um candidato à Presidência que naturalmente está envolvido na campanha eleitoral. Você não vai esperar dele elogios à política externa brasileira. O que eu posso dizer é que nós temos tido uma atitude firme, ao mesmo tempo evitando ataques estridentes, radicalizações,

retaliações, que não teriam nenhum benefício. Nós conhecemos em outros casos históricos, se você for analisar, em que resultaram políticas de retaliação. Em geral, não é coisa boa. Eu entendo, quem está na oposição tem que falar. Em geral, as coisas todas estão tendo êxito. O comércio brasileiro tem aumentado espetacularmente. Aumentaram as exportações e mais espetacularmente ainda para os países que foram priorizados pela política externa. Isso é uma coisa que, às vezes, as pessoas esquecem de dizer. Não é só que as exportações brasileiras cresceram a esse ritmo de 15%, 20% ao ano. É a questão de que, para os países em que a política externa deu mais atenção, as exportações cresceram 30%, em alguns casos 40%. Veja bem, nossas exportações para os Estados Unidos estão em um recorde histórico, as nossas exportações para a União Européia estão em um recorde histórico, apesar disso a América Latina e o Caribe se transformaram no nosso maior parceiro comercial. A América do Sul está igualando os Estados Unidos.

**Jornalista:** Ministro, com relação ao conflito Líbano-Israel, qual a posição do Itamaraty ?

**Ministro Celso Amorim:** O Brasil acompanha com muita preocupação toda essa deterioração da situação no Oriente Médio, tanto na Palestina, quanto no Líbano. Condenamos todas as execuções de atos terroristas, mas também condenamos a reação desproporcional de Israel que acabou resultando, também, na morte de cinco brasileiros, e há outros brasileiros na região. Isso é, evidentemente, motivo de preocupação e temos, publicamente, expressado isso. Achamos que é preciso reverter essa situação. Isso depende de ações de parte a parte porque senão haverá uma escalada com conseqüências muito graves. Vejo que agora a situação está se alastrando. Era uma situação na Palestina, que já era muito grave, e agora também atinge o Líbano e é preciso autocontenção. Obviamente, nós condenamos, repito, os atos terroristas, seqüestros etc., mas também condenamos essas reações desproporcionais que atingem civis.

**Jornalista:** Qual foi o alerta dado aos brasileiros que estão lá no Líbano ?

**Ministro Celso Amorim:** Ontem mesmo entramos em contato com a nossa Embaixada no Líbano e com o nosso Consulado, que lida mais diretamente com os brasileiros. Determinamos que procurassem chegar ao local onde há brasileiros ameaçados. Não é uma coisa fácil, o deslocamento não é fácil, mas daremos todo o apoio e se, for necessário, inclusive, ver o que podemos fazer para evacuar aqueles que queiram ser evacuados. Isso está ainda em trâmite.

**Jornalista:** Existe um oficial brasileiro que esteja totalmente direcionado a cuidar desses assuntos?

**Ministro Celso Amorim:** Nós temos um Embaixador e um Cônsul-Geral no Líbano e eles estão instruídos nesse sentido.

**Jornalista:** Qual a posição do Itamaraty com relação ao conflito Líbano-Israel ?

**Ministro Celso Amorim:** Em primeiro lugar, em relação ao conflito evidentemente o Brasil condenou e condena qualquer ação terrorista, seqüestro, incursões feitos pelo Hezbollah ou por quem quer que seja, mas condena também a reação desproporcional de Israel que resultou na morte inclusive de uma família de brasileiros, quatro brasileiros. Estamos tentando ver como ajudar os brasileiros na região, mas seguimos com muita preocupação essa escalada que estava na Palestina, que já era muito grave, mas agora passa também para o Líbano e isso é uma causa de preocupação pelos brasileiros e pela situação mundial.

**Jornalista:** Ministro, qual a expectativa, qual seria o resultado positivo ao final da reunião do G-8 em termos de Rodada Doha ?

**Ministro Celso Amorim:** O resultado positivo é receber uma sinalização clara de todos, mas nesse momento especialmente dos Estados Unidos de que estão dispostos a fazer gestos adicionais em apoio doméstico e, com base nessa sinalização, que os líderes possam dizer para os

Ministros irem para Genebra ou para onde quer que seja e saiam de lá só com um acordo. Hoje há um acordo visível, pode-se olhar, o acordo está lá. É um paradoxo. Há um acordo que está ao alcance da mão, se poderia dizer e, ao mesmo tempo, há uma dificuldade em avançar em certos setores. Eu diria que, neste momento, não é o único, repito, não é o único, mas a área em que o avanço é mais necessário é de apoio doméstico e, nesse caso, são os Estados Unidos que podem fazer o maior gesto. É claro que eles não vão fazer esse gesto isoladamente. Terá que ser nesse contexto de negociação.

**Jornalista:** Nessa reunião bilateral que os Estados Unidos propuseram fazer com o Brasil, o Senhor acha que pode haver algum avanço? No caso, que eles podem acrescentar alguma proposta?

**Ministro Celso Amorim:** Acho que o assunto vai ser tratado porque inclusive a USTR, a representante comercial, vai estar presente no encontro. A presença dela revela que esse assunto será tratado e certamente o Presidente Lula levantaria esse tema de qualquer forma. Não creio que nós ali vamos negociar um número, mas acho que, na linha desse impulso, é algo necessário, porque se não houver esse avanço significativo na área de apoio doméstico, se não houver uma sinalização clara da disposição dos Estados Unidos de fazer esse avanço, não vejo como fechar a Rodada Doha. E aí, muita gente diz, “você pode congelar e voltar”, mas aí nós entramos em uma área de incerteza

**Jornalista:** O Senhor acha que vai se cumprir o prazo do dia 30 deste mês e também o prazo de terminar a Rodada neste ano?

**Ministro Celso Amorim:** O prazo é mais este ano do que propriamente o dia 30, porque se a reunião do dia 30 passar para dia 4, 5 de agosto isso não é grave, mas vai depender muito dessa decisão dos líderes de dar uma instrução firme para os negociadores. Acho que todos nós sabemos, mais ou menos, onde é que se situa a área onde o acordo é possível. Nós temos uma noção, mas cada um fica forçando mais uma coisa ou outra ou resistindo mais

em um ponto ou outro. Isso é normal numa negociação, mas não estamos em uma situação como estávamos há dois anos, como estávamos em Cancún, em que, digamos, as áreas em desacordo eram imensas. Hoje em dia estão delimitadas, numericamente visíveis e, portanto, com vontade política acho que é possível chegar lá.

**Jornalista:** pergunta inaudível

**Ministro Celso Amorim:** Eu acho que vai acontecer, mas é difícil prever. Em outras ocasiões no passado já houve. A Rodada do Uruguai aconteceu duas vezes, mas não é desejável. Acho que, hoje, temos uma conjugação de líderes no mundo, e eu incluiria o Presidente Lula entre eles, e o Presidente Bush também, que têm um compromisso, o compromisso de um engajamento pessoal na conclusão da Rodada. Se você deixa passar, o risco é que outros fatores venham a pesar, que haja, digamos assim, uma menor confiança no multilateralismo. Os países começam a buscar outras soluções. Isso seria prejudicial ao sistema multilateral de comércio e o sistema multilateral de comércio é um dos pilares da organização mundial como um todo hoje em dia, da organização das relações internacionais. Sairmos do multilateralismo e passarmos para o bilateralismo ou regionalismo seria muito ruim. Ruim do ponto de vista econômico e ruim do ponto de vista político.

### **Entrevista concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à imprensa brasileira por ocasião da Reunião do G-8, São Petersburgo, Rússia, em 16 de julho de 2006**

**Presidente:** Bem, vocês acompanharam, desde o final do ano passado, a tentativa que o Brasil vinha fazendo para que as negociações na OMC tivessem uma decisão política por parte dos principais líderes dos países do mundo, porque nós tínhamos chegado à conclusão que, no nível dos negociadores, a situação estava complicada, porque não avançava mais. Eu falei várias vezes, por telefone, com vários presidentes, com vários primeiros-ministros. Essa

reunião aqui é uma novidade muito boa, porque não estava previsto discutir a OMC e, agora, está previsto fazer a discussão da OMC.

Eu, particularmente, estou convencido que se não houver uma decisão política dos presidentes e dos primeiros-ministros, dificilmente nós teremos acordo. O problema não é mais econômico, o problema é político, todo mundo sabe o que está em jogo neste momento. Todo mundo sabe que a União Européia precisa facilitar o acesso ao mercado agrícola, aos produtos agrícolas, todo mundo sabe que os Estados Unidos precisam reduzir os subsídios internos e todo mundo sabe que os países em desenvolvimento precisam fazer a flexibilização no setor industrial e no setor de serviços. Tudo isso proporcional à economia de cada país, porque em termos de agricultura, um país africano tem 75% da sua força de trabalho no campo, na Europa você tem país que tem 2%, então é preciso que haja esse entendimento.

E por que os dirigentes têm que tomar posição? Porque, como o problema é político, não é mais econômico, é preciso que as pessoas não se preocupem apenas com o público interno de cada país, ou na questão dos eleitores. Nós precisamos ter em conta que desse acordo, quem precisa sair ganhando são os países mais pobres. E eu digo sempre que, sobretudo nos países da África é onde predomina o maior grau de pobreza, hoje, no mundo.

Nós fizemos uma reunião, agora, com o presidente da China, com o primeiro-ministro da Índia, com o presidente do México, com o presidente da África do Sul, com o presidente da República do Congo, aprovamos o documento que vai ser apresentado amanhã, junto à Cúpula do G-8.

E eu quero dizer para vocês que continuo otimista de que é possível que as pessoas compreendam que se nós quisermos cumprir as Metas do Milênio, determinada pelos próprios países na ONU, se nós quisermos acabar com o terrorismo, se nós quisermos combater a fome, diminuir a miséria no mundo, nós precisamos tomar uma decisão agora.

Se não tomarmos agora, essa decisão poderá atrasar o desenvolvimento dos países mais pobres em mais 20 ou 30 anos.

Também, fiz questão de apresentar para todos os presidentes, e apresentarei amanhã, para a Cúpula do G-8, o nosso programa de biodiesel, o H-Bio e o etanol. Primeiro, porque nós estamos convencidos que o Brasil, no caso do etanol, tem tecnologia, tem experiência de 30 anos, e temos o Flex sendo vendido no Brasil, sendo utilizado a contento. Ou seja, ninguém pode dizer que o carro tem algum problema porque 75% dos carros vendidos, no mercado interno brasileiro, são carros que podem funcionar a gasolina e a álcool misturados.

E, como todos os países são signatários do Protocolo de Quioto, é preciso que a gente convença a eles que nós temos que cumprir aquilo que assinamos. Se assinamos o Protocolo de Quioto, precisamos poluir menos o planeta, usar, como nós utilizamos, o etanol, ou fazer a mistura na gasolina, é uma boa política para que a gente possa preservar o planeta.

Segundo, a questão do biodiesel, que além de ser menos poluente, de ser renovável, ele é uma fonte energética geradora de muitos empregos. Nós vamos discutir com a certeza de que poderemos sensibilizar os presidentes dos países ricos a tomarem uma atitude em defesa dos países mais pobres e negociar.

O que eu posso dizer para vocês é que o Brasil cumprirá com a sua parte. O Brasil, através do nosso ministro Celso Amorim, tem participado das reuniões e tem dito que o Brasil fará a sua parte. O que nós queremos é que haja um acordo e que a Rodada de Doha não seja um fracasso. Estou à disposição de Vossas Excelências.

**Jornalista:** (inaudível)

**Presidente:** Veja, se a Cúpula do G-8 entende que era preciso dar 30 dias para chegar a um acordo, significa que estão querendo fazer um acordo. Esse é um passo importante, porque havia quem dissesse, até ontem, de que não teria

flexibilização. E eu estou convencido que seja 30 dias, 20 dias, 10 dias ou 35 dias, nós temos que chegar a um acordo.

A minha tese é que não podemos deixar de fazer o acordo para favorecer os países menos desenvolvidos. É condição sine qua non para que a gente possa enfrentar o terrorismo, para que a gente possa enfrentar a pobreza e todos os outros problemas que nós mesmos decidimos, na ONU, para cumprir as Metas do Milênio. Se não fizermos o acordo, as Metas do Milênio não irão ser cumpridas nem até 2015, nem até 2030.

**Jornalista:** (inaudível) ...a postura do governo foi depois de uma decisão em nível de líderes. Aí está se passando, de novo a bola, mais uma vez... Quer dizer, talvez (...) mas é difícil de acreditar.

**Presidente:** Veja, quem tem que negociar, na verdade, são os negociadores. O que nós precisamos é dar a ordem de que nós queremos um acordo. Há um documento produzido pelo G-8 e divulgado e é um documento nosso, que vocês podem divulgar.

Ou seja, amanhã nós vamos confrontar os dois documentos, e é possível que amanhã possa sair alguma coisa diferente. Ou seja, pode sair porque, afinal de contas, nós não representamos pouca gente nessa negociação. É só ver o que representam os países que estiveram na reunião coordenada pelo Brasil, hoje, é só ver o que representa o G-20 que a gente vai perceber que, embora não tenhamos a quantidade de dinheiro que gostaríamos de ter, nós temos a quantidade de gente que eles sabem que tem importância nas negociações.

E, portanto, nós estamos convencidos que a política é importante por isso, é porque as pessoas podem flexibilizar as suas posições se tivermos argumentos convincentes para isso.

**Ministro Celso Amorim:** Se o Presidente permitir, aqui, só um comentário para a sua pergunta, especificamente. É que os líderes, cada vez, é impressionante, eu digo isso como negociador, eu tenho uma história nisso. Os líderes, cada vez mais,

conhecem os detalhes. Então, quando eles estão falando agora, não é a mesma coisa que eles falavam há 3 anos atrás, que podia ser uma coisa retórica, eles sabem do que eles estão falando, quando eles estão dizendo e sabem o que que implica. Claro, que isso, a garantia, os negociadores têm que... não é a garantia só que os negociadores vão precisar, mas não é uma mera retórica, é uma coisa mais específica e muito mais focalizada.

**Jornalista:** (...) é o seguinte: as propostas da União Européia e dos Estados Unidos apresentadas no G-20 todo mundo conhece, não se chegou a um acordo em torno dela (...) vantagem política que (...). Agora, até onde os países integrantes (...) do G-20, estão negociando e dispostos a abrir maiores concessões para os Estados Unidos e a União Européia (...). Açam que poderia haver uma flexibilização nesse lado, também?

**Presidente:** Olhe, quem tem experiência de negociação sabe que em negociação você está sempre com uma carta principal no bolso do colete para você jogá-la nos momentos decisivos. O que nós temos, na verdade? Nós temos uma imagem de um triângulo em que, de um lado nós sabemos que nesse triângulo os europeus precisam facilitar o acesso aos produtos agrícolas; do outro lado, nós temos, na outra parte do triângulo os americanos que precisam reduzir os seus subsídios internos e, do outro lado, temos nós e os outros países como China, Índia, Argentina, México, que precisamos flexibilizar nos setores industriais e no setor de serviço. Você nunca apresenta os números de uma única vez porque, em negociação, cada número que você coloca, você não pode piorá-lo, você só pode melhorá-lo.

Então, nós achamos que na hora que os presidentes disserem aos seus negociadores: “Agora é para valer, vocês vão lá e vão negociar, nós queremos encontrar uma solução”, eles vão, cada um, tirar o seu número do colete e vão colocá-lo. E eu posso dizer o seguinte: o Brasil tem o seu número, junto com os outros países, que quer colocar na mesa.

Agora, não vamos colocá-lo primeiro porque,

depois, se os outros não colocarem, nós mostramos a nossa carta primeiro. Ou seja, quem negocia sabe disso, vai ter um momento em que os números aparecerão, e eu posso dizer a você que o Brasil tem total decisão de flexibilizar para que tenha um acordo. E é isso que nós queremos convencer os outros líderes.

**Jornalista:** (...) Presidente Lula, eu gostaria do seguinte, quer dizer, o senhor mencionou que todos os líderes vão ter que fazer uma (...) política que, obviamente, vai ter impacto no seu eleitorado, nos cidadãos do seu país. Nesse caso, o Brasil estaria disposto a apresentar como carta, como (...) o coeficiente 20? E haveria um impacto, por exemplo, do que isso vai acrescentar, em termos de impostos e tarifas oficiais?

**Presidente:** Eu vou responder primeiro. Primeiro, se eu tivesse um coeficiente, 20, 30 ou 40, eu não poderia te falar, porque eu estaria colocando o meu número fora da mesa de negociação, não seria prudente à negociação. O Celso perderia o emprego dele e nós entraríamos fragilizados na negociação.

O número que nós temos não é um número tirado da cabeça do presidente, da cabeça do Celso, da cabeça... é um número tirado de muitas pessoas com quem conversamos para construí-lo. E eu penso que nos outros países também será assim. Portanto, na hora que a gente colocar na mesa você vai saber o número. Quer falar sobre a...?

**Ministro Celso Amorim:** Presidente, eu acho que a essa altura dos acontecimentos, todas essas conversas têm que ser mantidas muito confidenciais, porque senão nós vamos ter...

**Jornalista:** Algum sinal, Ministro? (...)

**Ministro Celso Amorim:** Eu estou sempre otimista, de modo que eu vejo os sinais, assim, nos menores detalhes. Mas eu não diria... Não, mas, honestamente, não foi uma reunião de negociação. Todos sabem que essa não é uma negociação bilateral Brasil-Estados Unidos, não é uma negociação bilateral Estados Unidos-União Européia, não é uma negociação bilateral Brasil-União Européia, ou Brasil

e G-20, digamos, União Européia, é uma negociação multilateral. Então, ninguém vai dar esse sinal enquanto todos não sentarem na mesa e não chegarem à conclusão de que os outros também vão caminhar.

Agora, se você perguntar a minha opinião – mas eu não vou falar em nome dela – a minha opinião, eu tenho confiança, dentro dessa estratégia que o presidente Lula traçou.

**Presidente:** Há uma coisa importante para vocês saberem. Vocês acompanham pela imprensa, e vocês percebem que cada setor fica culpando o outro setor pelo fato de não haver o acordo até agora. A França fala uma coisa, os Estados Unidos fala outra, dentro da Europa tem pessoas muito mais flexíveis e que fazem questão de deixar público que são mais flexíveis, e do nosso lado também.

Vai ter um momento em que esse disse-que-disse vai parar: ou não, ou sim. E o que eu acho que nós temos que fazer? Veja, nós não estamos fazendo um acordo para resolver o problema do comércio mundial o ano que vem, nós estamos pensando no mundo nos próximos 30 anos. Então, nós não podemos permitir que o medo que algum país possa ter, de que: “Olha, se eu fizer isso eu vou mexer com os meus agricultores, eu vou mexer com os meus empresários, eu vou mexer...”, possa prejudicar um acordo que vai ajudar a totalidade da humanidade. Ou é agora, ou nós vamos pagar um prejuízo muito grande.

Eu posso dizer para vocês, não conversei com o Celso, ainda, sobre a conversa que ele teve com a representante dos Estados Unidos, mas eu posso dizer para vocês que as duas conversas que eu tive, telefônicas, com o presidente Bush, e vou ter uma amanhã de manhã, oito e meia da manhã, é que eu senti o presidente Bush com muita vontade de chegarmos a um acordo.

Ora, então eu estou otimista de que nós poderemos chegar a um acordo. Se o problema é mais 30 dias, não tem problema, para mim não tem problema. O que eu quero é chegar a um acordo e

apontar, para o mundo, perspectivas futuras melhores.

E não é só isso, é um acordo e, depois, nós temos que discutir que tipo de desenvolvimento nós queremos ajudar os países mais pobres a terem, porque os países pobres, eles não querem ficar sendo tratados como se fossem... uma esmola aqui e outra lá, uma ajuda aqui e outra lá. Eles precisam ter possibilidade... Quando eu falo do H-Bio, falo do biodiesel, eu falo com perspectiva concreta de que os países africanos podem ter, no combustível renovável, o petróleo que eles não têm. Eles podem ter o petróleo que eles não têm. E isso, nós estamos dispostos a passar a tecnologia, fazer parceria, porque a situação, no mundo, anda muito complicada.

**Entrevista coletiva concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, após reunião do G-6, Genebra, Suíça, 24 de julho de 2006**

Good afternoon.

Let me start by saying what I said in the TNC. This is indeed a sad moment. Of course, for someone like me that has gone through several failures or setbacks or crisis in the old GATT and in the WTO, that should not be anything new. In a way, for me, it brings me more sadness than others for two or three reasons. One, because, for the first time, we are really in a Development Round and what we were discussing and what we were about to reach was an agreement that would be, in my opinion, very positive for developing countries. Sad also, because, unlike situations like Seattle or Brussels, the Uruguay Round or even Cancun, we were very close to an agreement. I did not see any conceptual difference. There was nothing like 'what we want to have labor standards' or 'what we want to have environment' and the other would say you cannot have that. We have to had some other subject, Singapore subject, whatever. We were all discussing the same things. We were all discussing within a range, which, of course, was not, let us say, very, very small, but which was reachable according to any analyst that would look at this figures.

I think that even if they were not part in the negotiations, I think specially if they were not part in the negotiations, they would come to the same conclusions: that these gaps were reachable. So, that makes us specially sad.

On the other hand, of course, I do not want to give the impression that everything is lost. The Ministers who were part of the G-6 and who spoke expressed their commitment to continue discussing, to show flexibility, to engage and so on. Which is good, but of course may not be good enough. First because they have expressed that before, we have expressed that before and we were not able. And second also because this is not like a situation in which we all go to hibernate somewhere, to Davos maybe, not the Davos of today, but the Davos of the Magic Mountain. Stay there for one year or so and then we come back here and go on. It is not like that. Life will go on. Other priorities will appear. Other situations will come. People may change. And all this makes the situation a bit risky. Temptation, which I think should be resisted, in my opinion, but temptation to tinker here and there with previous agreements, temptations to withdraw what was said, but not written down may be there. And all these factors, of course, may make it more difficult.

Of course, we were also, in a way, sad because we have put so much work on that. I think rarely have developing countries not only fought for their interest, but developed so much technical work as we did in the G-20 and if there is something to be proud about is how the G-20 really changed the geography and the geopolitics of these negotiations. Not the G-20 alone. We have the other groups of developing countries that have been very active also, and I want to pay tribute to them, and you know the enormous effort that we have always made to reach out for them, but I believe it was the G-20, specially that enabled us to arrive at the point that we arrived. And it is not something to be treated lightly. I mean, if you take Cancun, and what we were discussing in Cancun, elimination of export subsidies was not sure

thing. There were important trading partners that were still speaking of a list of products, maybe, which would be subject to elimination and the date was uncertain. Now, we have established total elimination by a precise date, with the elimination of equivalent forms of support. We have come to a point in domestic support, conceptually at least, where real constraints will have to be put and effective cuts will have to take place. And we have come, in market access, to a situation in which some real market access will be there. Whether it is enough or not, it is another matter. I am speaking of agriculture.

So, all these things are relevant things. All these things cannot be lost and it will be our collective task to ensure that they do not disappear into thin air with this suspension, but, of course, you can never be sure and that is the reason why we have concerns.

Referring to these more immediate situations into the meetings that we just had, again, it was disappointing because less than two weeks ago, one week ago more or less, we had a mandate, and I say we because even Presidents or Prime-Ministers of developing countries were also there and also the President of the African Union. So, we received a mandate to conclude the Round, to show flexibility and, as I said, I think seldom in the world's history, a mandate given by a Prime-Minister were so quickly discarded, and that is sad. That is sad for the WTO and that is sad as a signal for how world business is conducted. And that is also part of the reason why I have been saying that trade negotiations maybe have become too serious to be left to trade negotiators alone.

Well, concerning the concrete themes that we discussed, I am now speaking for Brazil. Others can say we came here willing to show flexibility. Flexibility both in terms of our offensive objectives and flexibility also in terms of things that are demanded from us. Of course, always taking into account that this is a Development Round and that all concessions have to be proportionate to the capacity of the different countries and the different members, but as it

happened, there was not even a moment to test if Brazil was flexible or not because we have just stumbled on problems before that, before we have arrived at that point. And, of course, I will not fall into the temptation of finding culprits individually or countries, but one has to recognize, at least that is my assessment, others may have another assessment, that the area in which we were lagging behind more clearly was domestic support. And, of course, if leadership was shown in relation to domestic support, I would not say that we would have a guarantee that everything would fall into place, but there was a strong possibility that everything would fall into place. One point here and there, two points here and there.

As it were, it did not happen. I do not want to go into the reasons why it did not happen. I do not want to say whether the explanations given are justified or not. I do not think, at this point, that this is productive, but the fact is that although the leaders asked for flexibility. This could not materialize in concrete numbers.

So, this is the situation now. I do not want to preclude what Pascal would say here. Of course he would probably say in much more precise terms and more proper terms what I would be able to say. There is a suspension of the negotiation. We do not really know when we will come back. So, we are now in uncharted waters, to a large extent. We may have the political will, still, I hope, but we are short of compass. We are short of a road map. For Brazil, which has bet so much on the multilateral system, I must say, it is specially sad. Of course, we do not despair. We will continue to try, will continue to engage bilaterally, informally, multilaterally, if necessary, but, of course, there is a disappointment and a disappointment that cannot be compensated for by any kind of bilateral, biregional or other type of agreement. There is no substitute for the WTO, there is no substitute for the multilateral trading system when it comes to disciplines, when it comes to things like subsidies, when it comes to things like antidumping and that is why for developing countries specially,

but not only for them, the WTO is irreplaceable. So, I sincerely hope that we will be able to recover, to put things back where they were, but a lot of effort will be required, first, not to unravel, and second, to make further progress.

So, this is the situation today and I am prepared to take some questions.

(inaudible)

Well, you know, this is like saying that the legal system should be dismantled because I do not like a particular law. I am of a different view. I think we should try to reform the legal system whenever we don't like a particular law. If you dismantle the legal system, you will be liable to the law of the jungle, because there is no other way. Trade will continue. Will it continue with rules or will it continue without rules? Or with rules imposed unilaterally? So, I do not think this is really an alternative. I respect those who have grievances with the multilateral system. So that we reform it. That is what we are trying to do here.

Any other?

(inaudible)

I do not have any process in mind at this stage myself, which does not mean that my colleagues and advisors may not have a process in mind that they have not yet submitted to me for lack of time, but surely, if we are not able to progress, and I have said that yesterday, actually, on our meeting, or was it today? I do not remember, but on one of the small meetings that, surely, trade disputes will continue and resort to these dispute settlement will become more frequent.

(inaudible)

I did not make any suggestion of that sort and certainly if a course like that could be considered, certainly that would not be now. That would not be now. So, I do not think this would be safe. This would be suicidal and I do not recommend anyone to commit suicide.

(inaudible)

Well, I was trying to reply my friend's

question. I did not suggest the Lamy's text. I certainly would not suggest the Lamy's text in a situation in which it does not receive a collective signal that he might breach a small gap here and there. The way we are now does not allow that.

(inaudible)

Did I mention the United States? I mentioned domestic support as an area. So, I mentioned by implication that is what you mean, but, well, no, I did not hear everything I wanted to hear. I have to recognize, though, that there was movement on the part of the European Union on the last few months to get closer to the G-20 proposal. I actually said more in the sense of an assessment than in the sense of a demand that it would be more likely to have an agreement if the European Union would move to a true G-20 proposal, not something that is near to G-20, but is not exactly G-20. I mean, these proposals have been presented informally, I do not know how public they are, but in any case, for instance, everybody knows that the cuts in the higher bands by the European Union are much smaller than the ones proposed by the G-20 and they come to a similar average by means of different products, which are not of great interest for many of the participants. So, I believe that if... and I understand that this would require further efforts. Maybe revisiting the European Council, which probably is something that is very painful, I do not know, but I did say that if we had a true G-20 proposal I am not sure if that automatically would bring the United States into the agreement, but that would be helpful. So, it is not a question of saying: am I satisfied with what the European Union did? No, I was satisfied, let us say, I was pleased with the movement and the general sense, the direction of the movement, but regarding our own interest, but also as an assessment of what was needed to complete the Round and I think it was not sufficient, but, of course, this is what negotiations are for. And, of course, if we have a similar move in relation to domestic support, even if it was insufficient, than we would be playing the game.

(inaudible)

Well, as I said, I do not know if the European Union made public what they said to us and I try to respect as much as I can the so called “rules of engagement” of these negotiations. So, if they have not made public it would not be me that would make them public. It suffices to say that they fell short of what the G-20 is asking. In relation to my forecast to when this can resume, as I said, I think informal contacts of one kind or another certainly will take place. I hope they take place, but I do not believe that it will be a matter of weeks. It will certainly be a matter of months and not, maybe, very few months.

Ok, thank you very much.

**Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal “Folha de São Paulo”, Istambul, Turquia, 26 de julho de 2006**

EUA discutirão Doha no Brasil, afirma Amorim

Eliane Cantanhêde, colunista da Folha

Rodada Doha não morreu, diz Amorim

Após fracasso de reunião em Genebra, representante dos Estados Unidos vem ao Rio para negociação no sábado

“Não dá para dourar a pílula, porque realmente a situação está complicada, mas também não é o caso de desespero”, diz chanceler

A representante de Comércio dos EUA, Susan Schwab, vem ao Brasil no sábado para um encontro com o chanceler Celso Amorim, no Rio, para tentar salvar a Rodada Doha da OMC (Organização Mundial do Comércio), suspensa anteontem em Genebra.

A informação é de Amorim, que falou à Folha de Istambul, insistindo em que a rodada “não morreu, levou um choque”. Esse choque, deixou claro, é justamente para que os EUA flexibilizem sua proposta para reduzir subsídios agrícolas internos -que ele vê como o maior entrave a um acordo.

**Folha** - O sr. está desolado?

**Celso Amorim** - Fiquei triste, não estou soltando foguetes. Mas a rodada não morreu, ela levou um choque. O próprio Pascal Lamy [diretor-geral da OMC] já admitiu que, para haver avanços, era preciso um choque para despertar a vontade política dos líderes globais.

**Folha** - Qual o maior obstáculo?

**Celso Amorim**- A principal deficiência, digamos assim, é a insuficiência da oferta americana em subsídios internos, domésticos. Se ficassemos em torno da mesa, discutindo, discutindo, discutindo, eles iriam baixar um milhãozinho daqui, outro dali, mas isso não ia resolver a questão maior, de maior equilíbrio nas relações comerciais, num momento em que todo o sistema multilateral está em xeque.

**Folha** - O sr. tinha esperanças de fechar um acordo em Genebra?

**Celso Amorim**- Claro que eu preferiria que o acordo fosse fechado agora, mas fechar um de mentirinha não dá. Não dá para aceitar qualquer acordo. Não dá para fingir que as coisas não estão acontecendo, que não há impasses. As negociações andaram muito bem na parte de subsídios às exportações, mas não nos subsídios internos. É claro que há outras dificuldades, e tudo isso é como um quebra-cabeça, que você vai encaixando peça a peça. Mas a peça principal do quebra-cabeça é essa: a proposta americana não é suficiente, e precisamos provocar as consciências.

**Folha** - Os EUA são o vilão?

**Celso Amorim**- Prefiro não ver vilões. Digamos que é um jogo do mico-preto, e cada hora um é o mico-preto. Há seis meses, reclamávamos muito da União Européia, e ela melhorou um bocado, apesar de não ter resolvido tudo. E os EUA tinham feito uma oferta até razoável, mas não avançaram.

**Folha** - Ainda dá para avançar?

**Celso Amorim**- A representante do Comércio dos EUA, Susan Schwab, está chegando ao Brasil no sábado, para conversarmos. Portanto, é importante acabar com o catastrofismo de que tudo acabou.

**Folha** - Quando foi acertada a vinda dela?

**Celso Amorim**- Ontem [segunda], em Genebra. Eu já vinha fazendo convites para ela ir ao Brasil, reiterei num encontro em São Petesburgo [Rússia] na semana passada. Mas, ontem, depois do anúncio de que a Rodada estava suspensa, ela me procurou e disse: “Está na hora de eu ir ao Brasil”. Isso é uma demonstração inequívoca de engajamento, do desejo de continuarmos as discussões.

**Folha** - E os demais? A União Européia? O G-20?

**Celso Amorim**- Ninguém desistiu. Não dá para dourar a pílula, porque realmente a situação está complicada, mas também não é o caso de desespero. Há muito o que conversar. E é claro que há os que são contra, que torcem para tudo dar errado.

**Folha** - Quem?

**Celso Amorim**- Os agricultores dos países ricos, que têm subsídios e não querem perder, e aqueles que são contra a globalização em geral. Digamos que são a extrema direita e a extrema esquerda, apesar de não exatamente num corte ideológico.

**Folha** - As eleições presidenciais no Brasil e parlamentares nos EUA contribuem ao impasse?

**Celso Amorim**- O presidente Lula tem uma visão histórica de longo prazo da importância da Rodada Doha para o Brasil. É, sem dúvida, uma questão de interesse nacional, acima de qualquer partido, porque uma relação comercial mundial mais equilibrada é fundamental para os nossos povos. Quanto aos EUA: eu confio no desejo e no interesse político do presidente [George W.] Bush de chegar a um acordo. Os EUA são os promotores do livre comércio, são muito orgulhosos disso, e há gente que vê necessidade de reformas no setor agrícola americano. Os EUA têm responsabilidade de liderança global, queiramos ou não.

**Folha** - A ONU pode interferir para a retomada das negociações?

**Celso Amorim**- Tanto que liguei para o secretário-geral, Kofi Annan, ontem [segunda]

mesmo, para relatar em que pé estamos. É evidente que ele não vai falar sobre uma ou duas toneladas de carne, mas pode ter um bom papel para mostrar a importância política. Há uma questão maior, que é a arquitetura da ordem internacional, e a OMC é uma peça fundamental nisso. Se querem acabar com o terrorismo, a pobreza, o crime transnacional, não podem deixar essa peteca cair. Por isso, repito: não há razão para soltar foguetes, mas também não há motivo para desespero.

**Folha** - As negociações bilaterais do Mercosul com os EUA e a UE são um alternativa ao fracasso na OMC?

**Celso Amorim**- Elas não são nem seriam substitutas para a OMC, pois não eliminariam subsídios nem criariam regras mais justas, como o crédito às exportações, que afetam a Embraer, por exemplo, ou antidumping, que afetam o nosso aço.

**Folha** - A presença da Venezuela no Mercosul atrapalha ou ajuda?

**Celso Amorim**- Não fiz essas especulações ainda, porque meu espírito está concentrado na OMC, mas o correto é dizer que há fatores complicadores e fatores encorajadores. O principal é que o Mercosul, hoje, tem muito mais força, é muito maior.

### **Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal “Libération”, França 26 de julho de 2006**

«La responsabilité de l'échec incombe aux Etats-Unis»

Celso Amorim, ministre des Affaires étrangères du Brésil, fait le bilan de la suspension sine die des négociations commerciales du cycle de Doha  
Par Christian LOSSON

Après l'annonce, hier à l'Organisation mondiale du commerce (OMC), de la congélation du cycle de Doha (Libération d'hier), Celso Amorim, ministre des Affaires étrangères du Brésil et leader du groupe des grands pays émergents (G20), se confie.

**Libération** - Qui est responsable de l'échec des négociations ?

**Ministro** - Il n'est pas question de trouver des coupables. Cela dit, le dossier des subventions internes à l'agriculture était le plus urgent. Et on attendait que les Etats-Unis baissent les soutiens à leurs paysans. Ils ont dit vouloir faire preuve de souplesse : on n'a rien vu venir. A part se cantonner à revendiquer un meilleur accès aux marchés pour leurs produits. Un geste aurait pourtant pu déclencher un mouvement vertueux sur d'autres dossiers. Si l'Union européenne était pointée du doigt il y a quelques mois, la responsabilité de l'échec incombe, là, aux Etats-Unis.

**Libération** - Vous dites qu'on n'a jamais été aussi prêt d'une catastrophe...

**Ministro** - Ce cycle n'était pas seulement une question de politique commerciale, mais aussi de développement pour les pays du Sud. Or, depuis le 11 septembre 2001, le système multilatéral est en crise. On le voit diplomatiquement avec la crise au Liban et l'impuissance des Nations unies. Commercialement, c'est un échec équivalent auquel on assiste. Tout un système de dialogue politique, de concertation juridique est en danger.

**Libération** - Cela ouvre-t-il la voie à une pluie d'accords bilatéraux et régionaux, où les Etats puissants peuvent plus facilement dicter leur loi ?

**Ministro** - Bien sûr, même si de tels accords ne sont pas forcément mauvais. La preuve, on en discute un en ce moment avec l'Union européenne. Mais il est toujours plus difficile de parvenir à un accord équilibré, car les rapports de forces ne sont pas les mêmes. On peut s'accorder sur des réductions tarifaires sur quelques produits, mais les effets ne sont pas semblables à ceux des accords globaux. Les questions cruciales, comme les subventions (internes ou à l'exportation) de l'agriculture, ne peuvent être résolues qu'à l'OMC. Or, elles représentent les distorsions les plus graves et entraînent des injustices incompatibles avec un réel développement des pays les plus pauvres, et pas uniquement le Brésil.

**Libération** - Mais beaucoup de paysans défendent les soutiens internes à l'agriculture, qui participent de la souveraineté alimentaire et du droit de défense de leur agriculture...

**Ministro** - Je comprends les réticences. Mais souvent, on défend l'agriculture aussi pour des questions de paysage, de cadre de vie, pour des maisons de campagnes. L'argument est peu convaincant pour des pays en développement dont la majorité des populations n'ont pas de maison et à peine de quoi survivre. Aider à la recherche sur l'agriculture, ou à l'environnement agricole, d'accord. Aider directement, comme le font les Etats-Unis, leur secteur coton, c'est permettre une concurrence déloyale qui lamine le Burkina Faso ou le Mali. Même si ces aides sont internes, elles ont le même impact que les soutiens à l'exportation. Permettant aux Américains d'inonder le marché mondial et de faire plonger les cours de l'or blanc.

**Libération** - Vous vous faites le chantre des plus démunis, mais le modèle brésilien, c'est l'agrobusiness, non ?

**Ministro** - Ce n'est pas avec des petites propriétés qu'on peut s'imposer dans l'univers concurrentiel planétaire. Le protectionnisme pur ne peut permettre un réel développement. Au Brésil, nous réinjectons une partie des ressources de l'agrobusiness dans nos programmes de réforme agraire et de financements aux petites exploitations. Le commerce nous permet d'avoir une politique de redistribution des revenus plus équitable.

**Libération** - L'ambassadeur des pays les moins avancés (PMA) nous disait (Libération du 24 juin) qu'il se moquait d'un accord et avait le sentiment d'avoir été floué...

**Ministro** - D'abord, si les barrières tarifaires et les subventions chutent, cela ouvre des opportunités pour tous les pays, même les moins avancés. Mais il est vrai qu'il faut un effort particulier pour eux, car il faut aussi développer leurs capacités de production, les infrastructures, la diversification et les appuis techniques.

**Libération** - Les pays pauvres ont-ils été trahis par ce cycle qui se voulait celui du développement ?

**Ministro** - C'est toujours comme cela, le commerce ! La Rochefoucauld ne disait-il pas que «l'hypocrisie, c'est l'hommage que le vice rend à la vertu» ? Au moins, là, on a parlé de développement et on a avancé sur quelques points comme les droits de propriété intellectuels et l'accès aux médicaments. On a la date de 2013 pour supprimer les subventions à l'exportation. Le droit pour les PMA d'exporter 97 % de leurs produits à tarif zéro et sans quotas. C'est un point de départ...

**Entrevista coletiva concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e pela Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), Embaixadora Susan Schwab, por ocasião de reunião informal sobre a Rodada Doha da OMC, Rio de Janeiro, em 29 de julho de 2006**

**Ministro Celso Amorim:**

Boa tarde. Queria, em primeiro lugar, dar formalmente as boas-vindas à Embaixadora Susan Schwab, representante comercial do Estados Unidos e salientar a importância desse encontro. Creio que é o primeiro encontro de dois responsáveis pelas negociações (digamos primeiro encontro ao vivo, não apenas por conversas telefônicas) desde que tivemos o impasse em Genebra. Creio que esse encontro, em si mesmo, já demonstra o compromisso, o engajamento dos nossos dois governos, refletindo o engajamento dos dois líderes, Presidente Lula e Presidente Bush, com a rodada de Doha. Tivemos já uma boa conversa, de cerca de duas horas, em que analisamos o que ocorreu em Genebra, as dificuldades que não puderam ser superadas. Fizemos uma análise, trocamos impressões sobre essas dificuldades, exploramos caminhos para, talvez, superá-las, mas, obviamente, tudo de maneira muito exploratória, até porque temos a perfeita noção de que essa não é uma discussão bilateral; é uma

discussão que vai envolver muitos países – na realidade todos os membros da OMC.

Discutimos questões de conteúdo, mas discutimos também questões de processo, e creio que temos uma visão comum em matéria de conteúdo: tanto os Estados Unidos (mas claro que Susan falará de maneira mais precisa sobre seu lado) quanto o Brasil desejam uma rodada que seja ambiciosa, que seja equilibrada, que traga benefícios para todos os membros, em especial para países em desenvolvimento e países de menor desenvolvimento, os países mais pobres. Nesse sentido a rodada foi concebida e é com este objetivo que queremos trabalhar e que estes objetivos sejam obtidos através de um comércio mais livre e desimpedido.

Assim, discutimos essas questões de conteúdo e discutimos também algumas questões que têm a ver com horizontes temporais e processo. Claro que tudo também é muito tentativo porque, repito, essa é a primeira reunião, e terão que ocorrer outras em vários formatos. Mas creio que temos uma avaliação comum que alguma espécie de avanço forte, um breakthrough (para usar a palavra em inglês, que é muito comum) terá que ocorrer dentro de uns cinco a sete meses para que possamos realmente ter uma perspectiva de terminar a rodada num prazo razoável. Achamos que isso é possível. Obviamente, um avanço desse tipo não cai do céu; é preciso que haja um processo daqui até esse horizonte de cinco a seis ou sete meses, e isso vai envolver, certamente, reuniões de vários tipos, reuniões como essa. Até creio que nós incentivamos outros países a manterem reuniões como essa, reuniões trilaterais, quadrilaterais, hexalaterais (perdemos o hexacampeonato, de modo que “hexa” não está muito popular no Brasil...), reuniões desse tipo. Reuniões, no caso do Brasil, dentro do seu grupo, G-20, que continua sendo um instrumento fundamental da nossa abordagem em relação às negociações.

Em realidade, foi isso o que discutimos, reafirmando nosso empenho por um resultado significativo, com essas características que

apresentamos. Não vemos uma alternativa de fazer uma “rodadinha”, digamos assim, algo barato para substituir o que seja realmente uma rodada do desenvolvimento, com todas as implicações que isso tem para comércio, abertura de mercados, subsídios etc. Creio que com isso estamos sendo fiéis aos mandatos que nos deram os nossos dois presidentes, respectivamente – algo que têm reafirmado publicamente com tanta frequência. Então continuaremos a conversar na hora do almoço e à tarde também para talvez vermos alguns tópicos de maneira mais específica, mas esse é o sentido geral do nosso encontro.

**Embaixadora Susan Schwab:**

Thank you very much, Mr. Minister. I am very pleased to be here today and in our initial two hours conversation I would say that the impetus for us to meet together here in Brazil was absolutely on target. The Doha Round talks broke down less than a week ago, a week ago Monday, and yet, here we are, less than a week later, together, in Brazil, meeting the commitment that our respective Presidents have, our respective countries have, to a successful Doha Round outcome.

Minister Amorim is absolutely correct to note that President Bush and President Lula have both expressed publicly and privately their commitments to a successful, ambitious, balanced outcome to this Round, if at all possible. Over the last five years there have been ups and downs during the course of the Doha Round negotiations. We are obviously at a truly critical period at this point. I am here and Minister Amorim is here because we believe, and our governments believe, that this is a multilateral trade round worth saving. It is worth saving in terms of its potential for generating global growth through real new trade flows, its potential for opening markets, its potential for eliminating and reducing trade-distorting subsidies and, above all, its potential to help generate development and alleviate poverty – particularly in the least developed countries.

Brazil and the United States are both leaders

in this effort to help revive the Doha Round, and we see our meeting today as the beginning of a process that we hope our colleagues will also be undertaking – we expect our colleagues in other countries to be undertaking, as you said, bilaterals and quadrilaterals and I am not sure if we have got a hex or whatever lateral in English, but in small groups and in larger groups in an effort to explore what went wrong and what, if anything, we can do about it. What is the path forward? And, as Celso said, this involves talking about what went wrong, process issues, substantive issues. Is there some potential for convergence going forward?

We talked about a lot of countries, ultimately one hundred and forty-nine countries, and neither of us would pretend that we can make decisions on behalf of one hundred and forty-nine countries. On the other hand, the United States and Brazil have very similar objectives for this round, not just for our own economies, not just for our own farmers, and ranchers, and service providers and manufacturers, but also in terms of our geopolitical aspirations for the developing world, and for global economic growth.

I said yesterday, in a press briefing that I did, that we have two options here: one is, ultimately a win-win, one is a lose-lose. In the Doha Round negotiations, there is no opportunity for Brazil winning and the US losing or the US winning and Brazil losing. We will either both win or we will both lose if there is no outcome to this agreement. And so, our commitment – and we started it today, we will be encouraging, we will be reporting back to our colleagues and encouraging our colleagues to do the same – is to start building back some momentum and exploring ideas for how we can reach a successful outcome for this negotiation.

I will stop there and we will be happy to take your questions.

**Pergunta:**

Eu sou Denise Crispim Marim, do jornal “O Estado de São Paulo”. Gostaria de saber, Embaixadora, qual garantia o governo americano poderia dar nesses sete meses, digamos, que nós

temos para trabalhar a Rodada Doha, de que estaria disposto, realmente, a um corte substancial de subsídios domésticos? Portanto, para fixar o pacote geral de subsídios em menos de vinte bilhões de dólares anuais, se houver realmente as contrapartidas que nós todos esperamos em acesso a mercado. Ao que consta, em Genebra, a União Européia deu sinais de que está disposta a avançar nesse tema e, ao que parece, a Índia foi o país que mais rejeitou uma abertura. Eu gostaria que a Senhora comentasse e que realmente nos desse uma posição mais clara sobre até onde o governo americano está disposto a ir nesse período de eleições parlamentares.

**Embaixadora Susan Schwab:**

Thank you very much for your question. I will begin with a caveat which is I am assuming no one in this room expects the United States to be negotiating specifics in front of the press. So, I am not going to put any numbers on the table as we speak today. I will say, though, I mean, you are asking a very important question, and I will endeavor to respond as follows. The United States, first of all, already has on the table a very ambitious offer in market access, in domestic support. And in terms of export subsidies, obviously, in Hong Kong, we all agreed to the elimination of exports subsidies. I think Brazil and the United States would have preferred the elimination earlier, but, in the spirit of compromise, I think the EU wanted it stretched out, so we are committed to the elimination of export subsidies by the year 2013.

The proposal that we currently have on the table, which would result in real cuts to US domestic support, and which would require a significant overhaul of our current domestic farm programs, is one that has bipartisan support in the United States. So, when you are asking a political question – “what impact will the US election have?” – the thing to recall is that the midterm election that we have in November, regardless of the outcome of that election, it was always going to be the newly elected members of Congress who would receive the Doha Round agreement for legislative approval. So, we have

always known that no matter when we finished – if we finished the Doha Round negotiation – it will always be the new Congress that would receive it. So, first, there is bipartisan support for the current offer on the table, which is an offer that assumes that we are prepared, the US is prepared, to make cuts in our trade-distorting domestic support. Both, by the way, both because it has been asked of us, but also because we know it is the right thing to do. And we are prepared to do that in conjunction with a larger package that has significant market access.

In Geneva, last week – and in Geneva several weeks ago, but in particular last week – we also signaled that if the right degree of market access is on the table the US is prepared to do more than what we put on the table. It seems to me that that is the question that you are asking. And I was very upfront about that, both in private and in the G-6 meeting and in public, in terms of our commitment to make effective cuts in domestic support, but only in connection with a more robust, more significant market access package. And I would mention, if you are looking at where other countries are, and I can not speak for other countries, it is worth noting that when you look at US domestic support, agricultural programs, our trade-distorting subsidies are less than 1/3 of the trade distorting subsidies in the EU. And our tariffs in agriculture are half of the tariff levels in the EU. And so, we are also interested, obviously, in what the EU is prepared to do (and other countries too, not just the EU, but you mentioned the EU) in domestic subsidies cuts and in market access improvements.

**Pergunta:**

Boa tarde Sr. Amorim, boa tarde, Sra. Susan. Elson Liper da CBN Globo. No momento em que a senhora afirma que os dois partidos, no caso o partido republicano e o democrata, estão apoiando esse pacote de medidas a ser apresentado pelos Estados Unidos, no mesmo momento, o presidente da Comissão de finanças do Senado americano defende que o Brasil seja afastado do fast track, do programa

que trata diferenciadamente os países em desenvolvimento e países pobres. Não parece contraditória uma colocação deste momento onde se pretende reduzir impasses, se pretenda negociar impasses até como vem defendendo Pascal Lamy na OMC, que se busque soluções e não se fique procurando culpados. Uma declaração dessas acaba não sendo mais um fator agravante desses impasses?

**Embaixadora Susan Schwab:**

I think the question you are asking refers to what Chairman Grassley said about the Generalized System of Preferences. I have not actually spoken with Chairman Grassley since he said this, because it was just as we were leaving to come to Brazil.

My understanding is he indicated that when our Generalized System of Preferences program expires at the end of this year, that he is not currently inclined to extend it. The administration looks forward to working with Chairman Grassley on what we hope will be an extension of the Generalized System of Preferences. We have not sent up legislation yet. The Chairman has a lot to say about what will happen with the GSP program. So, I have to take his comments very seriously. I think his comments reflect frustration that he feels, and that we all feel, that the Doha Round negotiations have not progressed further. I think he also has a sense that there are some advanced developing countries that perhaps are not so motivated to negotiate reciprocal trade agreements if they are able to have access to the US market duty free. And you would have to ask Senator Grassley himself, but I think his statement reflects that concern.

From the administration's perspective, we are committed to a GSP program that provides benefits to the countries that need the benefits, and this GSP program has always been built around the assumption that as countries advance, as countries advance in terms of their level of development, as individual producers, and products become more globally competitive, when they do not need duty free preferences, they should not have duty free preferences. So, there are, for example, precedents

for countries being graduated several years ago. Up until a few years ago, Korea, Taiwan, Hong Kong, Singapore, all received GSP benefits, and in the late 1980s they were graduated from the program. Usually what happens though is there is something in the law referred to its competitive need limits, and I do not want to get too technical, but when a country is exporting so much of a product that it is clear that there is no need for duty free treatment of that product, then that product graduates, that country's product graduates, rather than the country graduating.

All of this is subject to a technical review that the administration is likely to be undertaking, but the administration, the Bush administration, is in favor of extending the Generalized System of Preferences and I think that really is the key point. Chairman Grassley's concern has to do with the motivation of certain countries to negotiate reciprocal trade agreements.

**Pergunta:**

Hi, Allan Clendening from the Associated Press. I think I heard Mr. Amorim say that essentially a breakthrough is possible down the road. I did not hear that specifically from Ambassador Schwab, so I am wondering if she feels the same way, but I would like to get a little bit, if I can confirm that, but also about finding areas of convergence. I seem to be hearing from both of you that there is certainly a political will from the United States and from Brazil to move forward on the process, pursuing a breakthrough, but, in terms of convergence in the nitty-gritty, can this be doable when it comes down to the negotiations in the stumbling blocs following your conversation? Do you believe that that course can be set? And, of course, any specifics you might be willing to talk about on those lines. For both, please.

**Ministro Celso Amorim:**

Primeiramente, talvez valesse a pena completar um pouco o que vimos com o processo, depois, naturalmente, a Embaixadora Schwab vai responder especificamente a sua pergunta. Dentro da minha percepção do que vimos, não só um

“breakthrough” é possível, se ele vai ocorrer ou não só as negociações é que podem dizer. Mas se não achássemos possível, esse engajamento não estaria ocorrendo. Como falei, cinco a sete, oito meses – não sei dizer com precisão – talvez seja um horizonte razoável para pensarmos em um avanço desse tipo. Agora, evidentemente, isso não ocorrerá se não houver um trabalho preparatório. Daí ter eu falado – e creio que Susan também mencionou – nessas reuniões bi, tri ou hexalaterais, digamos assim, que possam gerar esse avanço. Pessoalmente, acho que de alguma maneira, algum encontro, não sei exatamente em que formato, e penso também no que aconteceu depois de Cancún, de alguma maneira, naquilo que seria a primavera no Hemisfério Sul, que é o outono no Hemisfério Norte, algum encontro mais estruturado terá de, ou deveria ocorrer. Não sei se será G-6, ou G-4 ou G-8, G-9 ou G-10, não sei, mas algum encontro que permita trazer para a mesa, de uma maneira mais coerente, aquilo que tenha sido discutido de maneira bilateral ou trilateral.

Ainda nessa questão de processo, acho que é muito importante o que Susan disse, e vamos relatar aos nossos colegas. Certamente, no meu caso, terei uma preocupação de fazer chegar aos meus colegas do Mercosul, mas também do G-20, especialmente a Índia, com quem trabalhamos muito durante todo esse período, o sentido geral da nossa conversa. Porque vemos que a estrutura das negociações terá que seguir o padrão que seguiu até hoje, embora superando os impasses.

Vou aproveitar para mencionar duas outras questões que têm ver com essa questão das áreas de convergência e têm a ver, também, com a pergunta que a Denise fez antes a Susan Schwab de maneira indireta. Todos sabem o que achamos sobre apoio doméstico, sobre acesso a mercado. Não preciso repetir isso. Mas acho que seria muito cômodo para qualquer um de nós, no curto prazo, nos sentarmos e dizer: “Não aconteceu por culpa desse país, daquele país, ou daquele grupo de país.” Seria muito cômodo.

Acho que o que esse encontro demonstra é

que não estamos fazendo esse tipo de jogo. Queremos encontrar soluções e ver como encaminhar essas soluções. Portanto, mais importante que saber se foi A ou B, todo mundo sabe a avaliação que cada um de nós fez, não precisamos repetir isso, é saber como podemos encaminhar, como podemos encontrar essas áreas de convergência.

Obviamente, esse é o primeiro encontro que está tendo lugar depois do impasse, menos de uma semana atrás, como recordava a Embaixadora Schwab. Então, não é, nem seria, só entre nós dois, entre nossos dois países, nem o tempo permitiria dizer com precisão onde estão essas áreas de convergência. Mas acho que algumas coisas podem ser pensadas. Nós mesmos sempre dissemos que, embora a União Européia tenha feito um avanço, esse avanço poderia ser completado. Sempre dissemos, por exemplo, que a oferta de acesso a mercado da União Européia não era um verdadeiro G-20; era algo parecido com um G-20, mas não era um verdadeiro G-20. Mesmo que ela chegue a um verdadeiro G-20, se isso é suficiente ou não para os Estados Unidos, isso é uma outra questão.

Mas, de qualquer maneira, é preciso ter presente que há uma série de coisas que têm que ser discutidas, e que merecem ser discutidas, ao longo do tempo. E que há que levar em conta, naturalmente, também, fatores políticos. Mas não se pode ficar totalmente sujeito a fatores políticos. Acho que o que Susan disse aplica-se também a outros parceiros nessa negociação.

Penso que – queria dizer aqui algo que disse para o próprio Pascal Lamy no dia seguinte às nossas reuniões, pois tive que ficar mais meio dia em Genebra para poder ir à Turquia ver os brasileiros que estavam no Líbano – certas palavras, às vezes, usamos tanto que elas se transformam em lugar-comum e perdem a força. Mas acho, verdadeiramente, que estamos vivendo um momento crucial para o sistema multilateral. Não é só para a rodada, mas para o sistema multilateral de comércio.

Estamos numa situação em que pode ocorrer

uma de duas coisas: ou o sistema multilateral, a OMC, seguirá sendo o foro principal onde fazemos nossas principais negociações, discutimos as regras do comércio internacional, discutimos as grandes linhas de acesso a mercados, e os acordos bilaterais ou regionais são complementares a isso, ou vai ocorrer o contrário: as atenções se concentrarão em acordos bilaterais – até mesmo porque há interesses imediatos muito fortes, sempre em jogo; pessoas que têm pressa e compreendemos que haja interesses que têm pressa – e a OMC vai ficar como algo subsidiário ao qual se recorrerá para algum caso de solução de controvérsias, algum caso de pedir um waiver, uma licença para fazer alguma coisa diferente, para países de menor desenvolvimento relativo, ou para algum processo de integração regional etc. E acho que essa segunda hipótese é muito ruim. É muito ruim para todos, porque não fortaleceria.

Não é que os países não possam sobreviver com ela. Podem. Quando acabou a rodada do Uruguai, ninguém estava pensando em outra rodada, imediatamente. Então, é possível sobreviver e progredir, mas será pior. Pior para o mundo, pior para o Brasil. E, na minha opinião, se será pior para o mundo, será pior também para a União Européia, para os Estados Unidos, para a Índia, para todos. Assim, há uma grande responsabilidade que todos temos que encarar nesse momento. E acho que isso é o que inspira as nossas atitudes.

**Embaixadora Susan Schwab:**

I would agree with everything that Celso had to say.

You asked about political will and a potential for breakthrough. From the US perspective, political will is a necessary but not sufficient ingredient for a breakthrough, but in terms of a direct answer to your question: “Yes, we believe a breakthrough is possible”.

We know, from the last five years, from the experience of the last five years, from the experience of the last five weeks, that is going to be really tough. I mean, if there were an easy answer for breakthroughs someone would have come up with it

last week or five weeks ago or two years ago. So, we know it is tough. We know that the political will is a prerequisite, but it is necessary, but not sufficient. You remember when we used to do new math. Necessary, but not sufficient was a component of that.

How do we get there? What are the kinds of things that we are talking about, as Celso said, we are talking about process and we are talking about substance, about content. The kinds of things, just as examples, because there are so many moving parts in this negotiation, and is something to realize when you are negotiating a trade agreement, you are negotiating not just the modalities, we are talking about the framework, the big numbers, the big issues. You will frequently get right down to a specific tariff line for pork, or beef, or rice, or furniture, I mean, you get down to a lot of specifics. One example of an area that we have been talking about (some of these lines are being more difficult than others) is what we have been calling the loopholes, the sensitive products, the treatment of the sensitive products, special products, and they are just a sort of an illustration.

The formal EU proposal on the table is 39%, the informal EU proposal is closer to 48%, 51%. And then there are sensitive products, the exceptions, and special products for developing countries. Depending on how you treat sensitive and special products, you can basically eliminate any benefit that you have or virtually all the benefit that you have from the tariff cuts. So, in an announcement that the Australians – I think it was the Australians – provided a couple of weeks ago, if you took a 54% cut, the G-20 average tariff cut, and you took 8%, you took the treatment of sensitive products that was in the original EU proposal, which is not their current proposal, but, 8 % percent of items being excluded, and certain other calculations, the tariff equivalent would be closer to 40% than 54%.

The real impact is, as you can imagine, the sensitive products that are chosen to be taken out or treated differently are the ones with the highest tariffs,

are the ones that are the most sensitive. Perhaps, as we work through the treatment of sensitive products, and the treatment of special products, that would give us all more comfort to know what a tariff cut, an average tariff cut, really means. It is that kind of, in more traditional foreign policy building trust that you need and building the pieces that are required, so that you know what you get.

In terms of the timing, Minister Amorim spoke specifically about the potential for a breakthrough in the next five to seven months. None of us know what the timing is, but a five to seven months, six to eight months time frame is one that would make sense in terms of our ability to have more of these meetings ourselves and with other countries and to start building a process that could achieve an outcome. If we are not able to do within the next five to seven months, or six to eight months, it is hard to imagine after that not losing a lot of momentum and then being in a scenario where maybe two years or three years, or not at all, quite frankly.

**Pergunta:**

Aline Pereira Beckesten – Radiobrás: Queria perguntar para o Ministro se foi discutida a questão do algodão, e se o Brasil pode entrar com um painel na OMC contra os subsídios dados pelos Estados Unidos ao algodão. Parece que o Brasil poderia dar entrada em um pedido em setembro ainda? É isso?

**Ministro Celso Amorim:**

Não, não foi discutida a questão do algodão. Na realidade o Brasil já entrou com um painel no passado; seria uma questão de um painel de implementação. Estamos examinando isso em função de muitas considerações, inclusive de natureza técnica, que têm a ver até com uma avaliação mais completa do ano agrícola e do total de subsídios pagos. Essa é uma possibilidade que existe, e que está sendo considerada. Mas, digamos, ela não tem a ver diretamente com o que estamos discutindo hoje aqui.

**Embaixadora Susan Schwab:**

I know I wasn't asked the question, but if I

could suggest that I think we also would agree that litigation is a less preferable way to go than an agreement. I think, whether is the two of us or other colleagues in the Doha Round negotiating, setting, all of these bilateral issues, all of these potentials for litigation are out there, involving lots of different countries and I don't think any of us would like to be in a situation where the failure of the Doha Round means that we would just end up with a WTO that is processing litigation, and cotton being an example of that.

So, there are always going to be bilateral issues or issues that we have with each other or other countries when you have a trading relationship of twenty-seven, twenty-eight billion dollars, you have to expect that you are going to have some issues here and there, but I think we would all prefer it to find negotiated settlements rather than litigation, to the extent that is possible.

**Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal "O Estado de São Paulo". São Paulo, 2 de agosto de 2006**

Chanceler quer discutir o assunto em setembro e acredita em uma nova chance, como ocorreu em Cancún, em 2003

Denise Chrispim Marin

Entre a frustração com a recente suspensão da Rodada Doha e a esperança de um "forte avanço" até o final de fevereiro de 2007, o ministro da Relações Exteriores, Celso Amorim, acredita que as negociações possam ser retomadas ainda neste semestre, mesmo com as eleições parlamentares americanas correndo soltas.

Amorim não desconsidera o poder dos lobbies agrícolas nos Estados Unidos. Mas está certo que Washington não quer para si o ônus do fracasso de uma rodada orientada para o desenvolvimento dos países mais pobres.

Nos bastidores, o chanceler trabalha para a realização de uma reunião do G-20, o grupo de economias em desenvolvimento que atua em conjunto

nas negociações agrícolas da rodada, em setembro.

Alentado pelo fato de que um encontro do G-20 foi crucial para despertar a rodada, depois do fracasso da Conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC) de Cancún, em 2003, ele agora espera que uma nova reunião desse grupo possa atizar os ânimos dos EUA e da União Européia para conclusão de um acordo ambicioso.

Por enquanto, obteve o aval dos ministros da Índia, Kamal Nath, e da Argentina, Jorge Tayana. No último sábado, Amorim tratou das perspectivas para a rodada com a representante de Comércio dos EUA, Susan Schwab - a mesma que se negou a apresentar uma nova proposta de corte de subsídios agrícolas e que precipitou, com esse “não”, a suspensão das negociações.

Em entrevista ao Estado, Amorim relatou que não chegou a tratar de um possível acordo entre o Mercosul e os EUA, na sua conversa com Susan. Mas não o descarta - e nem mesmo a falecida Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Amorim reiterou que a prioridade do Brasil continua sendo a Rodada Doha.

Para ele, a OMC está em uma “encruzilhada”. O fracasso da rodada fragmentaria o organismo. “Há sentimento geral de que a Rodada Doha não morreu e que não podemos deixá-la morrer. Seria uma irresponsabilidade.”

**Estado** - Interessa ao Brasil concluir a rodada com o que já está na mesa?

**Amorim** - Não, porque seríamos obrigados a fazer concessões de qualquer maneira nas áreas industrial e de serviços. O que os EUA ofereceram de cortes nos subsídios domésticos e o que a União Européia propôs em abertura de mercado agrícola não são suficientes.

**Estado** - Qual seria a consequência do fracasso total da rodada?

**Amorim** - Um sistema multilateral de comércio remendado. A OMC está em uma encruzilhada. Ou continua a ser o principal fórum de discussão das normas internacionais de comércio ou

será um organismo subsidiário. Nesse caso, o esforço dos países se deslocaria para os planos bilateral e regional, o que seria péssimo para as economias em desenvolvimento. Nessas negociações, há menos equilíbrio e é impossível tratar de temas como subsídios agrícolas e normas antidumping.

**Estado** - Setores agrícolas acreditam que, diante da suspensão da rodada, o Brasil deveria buscar acordos bilaterais e recorrer mais às controvérsias na OMC. O sr. concorda?

**Amorim** - Não deixaremos de atacar nessas áreas. Mas não há substitutos para a Rodada Doha. Também deve ser considerada a preocupação do setor industrial brasileiro de pagar o preço da abertura agrícola. Na OMC, os cortes se darão sobre as tarifas industriais consolidadas. Na Alca e no acordo com a UE, o corte se dará sobre a tarifa atualmente aplicada. Temos de olhar o conjunto dos setores produtivos. Não dá para optar por um deles.

**Estado** - A Alca não estava morta?

**Amorim** - Vamos terminar primeiro a Organização Mundial do Comércio. Sem concluir a Rodada Doha, tudo continua indefinido. A prioridade dos EUA também está nisso.

**Estado** - O sr. tratou com Susan Schwab sobre o acordo Mercosul-EUA?

**Amorim** - Não.

**Estado** - Não seria o caso de colocar essa carta na mesa?

**Amorim** - Os sistemas de negociações comerciais da UE e dos EUA já estão sobrecarregados e concentrados na OMC. Imagine o nosso! Mas eu não excluo o acordo EUA-Mercosul nem mesmo a Alca.

**Estado** - É possível a negociação dos EUA com o Mercosul depois da adesão da Venezuela ao bloco?

**Amorim** - Não sei. Não é um problema que se coloque agora.

**Estado** - O sr. pretende tratar da Rodada Doha na cúpula do grupo formado por Índia, Brasil

e África do Sul (IBAS), em setembro?

**AMORIM** - Eu já estou tratando. Falei desse tema na segunda-feira com os ministros de Comércio da Índia, Kamal Nath, e da Argentina, Jorge Tayana, e com o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, Pascal Lamy. Todos foram receptivos à realização de uma reunião do G-20 no início de setembro. Depois do fracasso da conferência de Cancún, em setembro de 2003, a rodada foi retomada a partir de uma reunião do G-20. Nossos amigos americanos perceberam que a coisa era para valer, e as coisas começaram a andar de novo. Quem sabe haja uma nova chance.

**Estado** - A rodada ficará suspensa até as eleições parlamentares nos EUA?

**Amorim** - Não acredito. Há dificuldades com a eleição no Congresso, com o peso dos lobbies agrícolas, mas não impediriam a retomada da rodada.

**Estado** - A perspectiva de prorrogação do mandato dos Estados Unidos para negociar acordos comerciais, Trade Promotion Authority (TPA), dará alento para a conclusão da Rodada Doha?

**Amorim** - Mesmo se chegarmos a janeiro ou fevereiro de 2007 com o acordo final fechado, não haverá tempo suficiente para aprovar a rodada no Congresso americano até que o atual TPA expire, em julho de 2007. Mas se houver um forte avanço na Rodada Doha até lá, o Congresso tenderá a prorrogar.

**Estado** - O Brasil tem como influenciar os parceiros que estão travando a negociação?

**Amorim** - A maior influência seria dos EUA. Disse isso à embaixadora Susan. Os EUA têm de dar uma indicação do corte adicional que estão dispostos a fazer nos subsídios domésticos. No dia 24, em Genebra, a percepção foi de que essa margem era muito pequena.

**Estado** - Os EUA alegam que a proposta da União Européia sobre acesso a mercados é insuficiente para fazerem cortes maiores nos subsídios domésticos. A União Européia está encastelada?

**Amorim** - A UE foi hábil ao revelar um movimento de maior abertura agrícola em junho. Mas

essa oferta não foi suficiente para os EUA reagirem. A média de redução de tarifas oferecida pela UE aproxima-se da exigência do G-20. Mas deixa uma brecha para que a abertura se dê em produtos de menor interesse para nós. Tampouco há clareza sobre a redução de tarifas de produtos sensíveis e sobre suas cotas de importação. Não estamos satisfeitos com as cotas que a UE indicou na sua proposta e sabemos que elas podem ser anuladas por meio de salvaguardas.

### **Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, “Valor Econômico”, 9 de agosto de 2006**

Atenções continuarão voltadas para a rodada da OMC, diz o ministro Celso

Crédito: Sergio Leo

Empenhado em reverter o fracasso da rodada de negociações comerciais na Organização Mundial do Comércio (OMC), o governo brasileiro poderá, se necessário, adiar decisões relativas às disputas comerciais travadas pelo Brasil, como a contestação aos subsídios dos Estados Unidos aos produtores locais de algodão. “Não vamos perder nenhum prazo, nem deixar de fazer nada que tenhamos de fazer, mas se for o caso de esperar 15 dias, 20 dias, um mês em função de algum outro sinal, vamos levar isso em conta”, informou o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ao Valor.

Amorim deixa claro que não é retórica a ênfase conferida pelo Itamaraty às negociações da Rodada Doha que, em julho, foi paralisada com a constatação de que Estados Unidos e União Européia não estavam dispostos a fazer as concessões pedidas em matéria de redução de subsídios e tarifas de importação para produtos agrícolas. Ele mostra pouco entusiasmo com as negociações bilaterais de abertura comercial. Embora Mercosul e União Européia devam retomar as conversas sobre um acordo de livre comércio entre os dois blocos, em setembro, ele não espera resultados tão cedo.

“Não vejo um grande momento ocorrendo

nos próximos meses. A concentração dos ministros está em outros temas”, comentou. Ele argumenta que, embora teoricamente a negociação entre Mercosul e UE, por ter menos atores, poderia ser considerada menos complexa, a discussão “também é difícil, requer decisões ministeriais e, em alguns casos, presidenciais”.

Ao ouvir referências às negociações bilaterais, Amorim lembra sempre - como fez na semana passada em depoimento ao Senado sobre o fiasco na OMC -, que as equipes negociadoras estão “sobrecarregadas”, ainda, com a discussão dos temas da OMC. “Não pode sobrecarregar demais os sistemas porque senão eles entram em colapso”, afirma.

Para ele, os mecanismos decisórios nos países estão muito concentrados no debate multilateral, sem espaço para a complexidade das discussões de abertura bilateral. Lembrado que há negociações de acordos do gênero em todo o mundo, o ministro minimiza a importância das discussões existentes. “Não vejo fazerem acordo com a Índia, a China ou o Japão; estão fazendo com países onde a discussão é mais simples”, argumenta.

Ele cita a representante de Comércio dos Estados Unidos (cargo com status de ministra), Susan Schwab, que, em visita ao Brasil, disse só ver possibilidade de discutir um acordo de comércio entre EUA e Mercosul após a definição na OMC. “Sempre dizemos, um para o outro e para quem nos ouça, que vamos continuar trabalhando, vamos fazer, mas é evidente que as atenções estarão concentradas na OMC”, disse ele. “Estamos tratando de salvar um dos edifícios mais importantes criados desde a Segunda Guerra Mundial.”

Ele diz que um acordo entre Brasil e Estados Unidos é bem mais complexo que os tratados firmados pelos americanos até agora, com as nações centro-americanas, ou o Chile. “Nos acordos que conheço (os parceiros dos EUA) aceitaram o modelo básico que foi colocado para eles”, aponta. “Não posso aceitar um acordo que signifique reverter nossa

política de saúde em relação a patentes, abdicar da proteção à nossa biodiversidade, impossibilitar uma política de compras governamentais que ajudou a melhorar nossos estaleiros, nas compras de plataformas de petróleo”, relaciona Amorim.

Às voltas com uma disputa com os EUA no Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, em que contesta os subsídios aos produtores americanos de algodão, Amorim mostra preocupação em não fazer nenhum gesto que possa ser interpretado como sinal de hostilidade, ou represália a um dos principais atores na OMC. “Não quero fazer uma ameaça: os caminhos legais serão percorridos”, afirma.

Ele é reticente quando perguntado se o Brasil planeja abrir novos processos contra subsídios ou medidas de comércio irregulares de outros sócios na OMC. “Isso tem de ser analisado com muito cuidado”, diz. Ele afirma não ter hesitado abrir o caso contra os EUA e o subsídio ao algodão, quando as consultas sobre o tema não resultaram em nada. “Não hesitarei também em outros casos, mas vamos ver, há momentos e momentos”, argumenta. “Estamos no meio de uma negociação. É preciso ver direitinho iniciativas de levar disputas para a corte na OMC - às vezes pode, às vezes não pode”, complementa, dizendo apenas que o governo “não exclui” a hipótese.

“Não vamos renunciar a nenhum de nossos direitos”, assegura, lembrando também que o governo brasileiro sempre incluiu ressalvas, durante as discussões da Rodada Doha, para assegurar a manutenção dos casos movidos contra Europa e Estados Unidos por subsídios ilegais.

Amorim garante sentir em todos os interlocutores na OMC interesse verdadeiro em encontrar uma saída para o impasse nas discussões. No momento, todos estão apenas mantendo os contatos, para não dar razão aos pessimistas, comenta, e para explorar alternativas de retomada das negociações. Em conversa por telefone, na semana passada, com Susan Schwab e com o comissário europeu para o Comércio, Peter Mandelson, o ministro discutiu os planos de realizar

uma reunião ministerial à margem do encontro do Grupo de Cairns, associação dos principais produtores agrícolas mundiais, que comemorará, na Austrália, seu aniversário de 20 anos em 20 de setembro. “Meu problema é que, no dia 19, tenho de estar na Assembléia Geral das Nações Unidas”.

Nos dias 9 e 10 de setembro, Amorim pretende reunir no Rio, com o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, ministros do G-20, o grupo de países em desenvolvimento que se contrapõe aos EUA e UE na discussão sobre agricultura na OMC. É uma reunião para informar os outros países das discussões mantidas pela Índia e Brasil em Genebra e demonstrar que ficou para trás o tempo em que as decisões na OMC eram assunto quase exclusivo dos países desenvolvidos, define o ministro.

**Entrevista coletiva concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores do Peru, Embaixador García Belaunde, por ocasião de Visita de Trabalho a Brasília, Brasília-DF, 25 de agosto de 2006**

**Ministro Celso Amorim:** Boa Tarde. Queria, em primeiro lugar, aproveitar esta ocasião de encontrar com a mídia para, mais uma vez, expressar a nossa satisfação – a minha satisfação pessoal – em receber o Ministro García Belaunde do Peru nesta primeira Visita Oficial ao Brasil. A visita se dá logo após os encontros entre os Presidentes do Peru e do Brasil, tanto na visita que o Presidente Alan García fez antes de empossado quanto no encontro que tiveram durante a Cerimônia de Posse em Lima.

Pudemos, hoje, ter uma conversa muito produtiva e muito franca em que examinamos as relações bilaterais, que estão muito boas. Não se trata, portanto, nem de dizer de melhorá-las, mas apenas aprofundá-las e desenvolvê-las ainda mais. Como sabem, alguns dos projetos mais importantes na área de infra-estrutura do Brasil foram realizados,

e estão sendo realizados – com o Peru. Também, na questão comercial, o primeiro acordo de livre comércio que foi firmado pelo Mercosul com países andinos foi também com o Peru. Temos uma excelente cooperação na área de atividades sociais, programas sociais. Há investimentos brasileiros importantes na área de mineração, na área de construção, mas também na área de alimentos e vários outros setores do Peru. Temos sentido da parte do Governo peruano a maior abertura para que esses investimentos continuem e aumentem. Agora mesmo um importante grupo brasileiro, o Grupo Gerdau, investiu em uma siderúrgica, uma grande siderúrgica no Peru, de modo que as relações estão – são muito boas. A nossa visão do mundo é muito parecida.

Obviamente, os países têm situações diferentes e têm que trabalhar a partir dessas situações, mas eu diria mesmo que – sem nenhum temor de exagero – essa relação entre o Brasil e Peru foi o que, de alguma maneira, facilitou, possibilitou esses acordos entre o Mercosul e a Comunidade Andina. E hoje queremos aprofundá-los, e queremos aprofundá-los dando cada vez mais substância à Comunidade Sul-americana de Nações. Tivemos oportunidade de trocar idéias sobre esses temas. Eu, mais uma vez, agradei o apoio do Peru ao Brasil no que diz respeito à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Sem querer esgotar todos os assuntos que mencionamos, queria dizer algo muito importante que, com base no interesse que senti, existir da parte peruana, convidei o Peru para vir se fazer presente na próxima reunião do G-20 em Brasília, e com isso, creio que o G-20 já vai chegar a G-23. Estamos ainda circulando essa informação entre os outros membros em Genebra, mas creio que é algo que podemos, digamos assim, pré-anunciar com muita satisfação.

Portanto, uma reunião muito positiva como preparação ao encontro dos Presidentes, à Visita de Estado que realizará ao Brasil o Presidente Alan García, nos próximos dias 9 e 10 de novembro.

Canciller.

**Chanceler García Belaunde:** Gracias, Canciller. He venido a Brasilia por una cordial invitación del Canciller Celso Amorim y con miras a que este encuentro nos ayude a orientar los trabajos y a definir los cronogramas para la visita oficial que va a hacer el Presidente Alan García los próximos 9 y 10 de noviembre.

Como ustedes recordarán, la primera visita, la primera salida del Presidente García en su calidad de presidente elegido por el pueblo para la presidencia fue justamente a Brasilia. Vino a visitar al Presidente Lula. Pero ahora ya habrá una visita oficial, como ha señalado bien el Canciller Amorim.

El Presidente García tiene el más vivo interés a traer creciente número de inversionistas brasileños. Acaba de instalarse en el Perú la firma Gerdau. El Presidente García ha invitado la firma Petrobras para que se instale en el Perú y haga sociedad con la firma PetroPerú. El Presidente García también ha planteado profundizar nuestro acuerdo comercial, el ACE 58 – Acuerdo de Cooperación Económica – y considera indispensable que la relación Brasil-Perú marche por vías que son complementarias. De un lado, profundizar todos los acuerdos bilaterales, todo lo que hace la relación bilateral en materia de inversiones y desarrollo de infra-estructura, desarrollo del turismo, la posibilidad de – incluso como estábamos conversando – la posibilidad de buscar unas alternativas de comunicación aérea entre Manaus y Lima, o alguna otra provincia del Perú, la posibilidad de tener algunos vuelos directos de algunas ciudades importantes del Brasil a Cuzco. Vamos a trabajar en marco de la cooperación en materia de turismo. Pero también ahí el tema de la construcción del espacio suramericano, que interesa tanto al Brasil cuanto al Perú – no me equivoco a señalar que fueron ambos países los grandes promotores de la idea de la Comunidad Suramericana de Naciones. Y es una apuesta la cual el Perú mantiene y que esperamos trabajar conjuntamente. Hay muchos campos de cooperación señalados por el Canciller Amorim. Yo solo quiero decir que el Perú agradece la invitación y

participará en la próxima reunión del Grupo de los 20.

**Eduardo Davis (Agência EFE):** Para el canciller Peruano. Hablaban ahora sobre la construcción del espacio suramericano, diciendo que Brasil y Perú fueron dos grandes impulsores. Ahora, me gustaría saber cómo están las relaciones entre Perú y Venezuela, si ha habido algún tipo de acercamiento y si es posible seguir pensando en la Comunidad Suramericana cuando Venezuela y Perú tienen sus relaciones prácticamente congeladas, o rotas, por diferencias sobre visiones comerciales del mundo y de esa comunidad.

**Chanceler García Belaunde:** No. No están rotas las relaciones entre Perú y Venezuela. Yo diría que no están congeladas. No existen embajadores, o sea, es un nivel más bajo que quisiéramos tener, pero nosotros creemos que esas relaciones se van a normalizar. El Presidente García ha sido muy claro en señalar que la etapa del proceso electoral donde se dieron esos intercambios de opiniones y de diferencias ya terminó y que Venezuela es un país bolivariano, como el Perú. Es un país que comparte un espacio que todos queremos integrar y que está dispuesto a reunirse con el Presidente Chávez en la oportunidad en que él esté disponible. Diría yo que estamos normalizando, o esperamos normalizar, la relación.

El espacio suramericano no sólo es comercio. El espacio suramericano también es integración física. También es desarrollo de potencialidades energéticas. También son programas sociales para los sectores más deprimidos. Hay una agenda muy rica ahí que no es exclusivamente comercial, por un lado. Por otro lado, quiero decirle que la semana pasada (o antepasada, si me equivoco, pero no hace más de diez días) había un acuerdo entre Venezuela y la Comunidad Andina de suerte tal que la zona de libre comercio que tenía Venezuela y los andinos como parte del proceso se va a mantener aunque Venezuela se retire de la Comunidad Andina.

**Denise Chrispim (O Estado de S. Paulo):** Me gustaría saber precisamente si la presencia del

Perú en la reunión del G-20 en Rio de Janeiro será realmente la celebración del ingreso del país en este bloque de la OMC.

Y para los dos cancilleres, quisiera saber cuál es la opinión de ustedes sobre la posición reafirmada ayer por la representante de comercio de Estados Unidos, Embajadora Susan Schwab, de que no presentará ninguna nueva propuesta de Estados Unidos sobre la reducción de subsidios domésticos en las negociaciones de la OMC.

**Chanceler García Belaunde:** Gracias. Bueno, es la reincorporación, no? La reincorporación del Perú en el Grupo de los 20. Y es la reincorporación a un mecanismo que lo que busca es establecer, finalmente, o consagrar, el multilateralismo en las relaciones internacionales. Consagrar los principios del multilateralismo, que no solo queremos para las Naciones Unidas, queremos en todos los órganos donde se debaten los grandes temas internacionales y la OMC es uno de ellos. Es una reincorporación.

**Denise Chrispim (O Estado de S. Paulo):** Y sobre la posición de Estados Unidos sobre los subsidios?

**Chanceler García Belaunde:** Bien, yo imagino que tiene que ver con el proceso electoral en este momento en Estados Unidos.

**Ministro Celso Amorim:** Bem, acho que não preciso acrescentar muita coisa. A jornalista Denise Chrispim é muito experiente; ela conhece muito bem. Faz as perguntas não por que esteja interessada em saber o que é; ela está interessada em saber qual é a resposta que possivelmente pode vir.

Bem, é evidente, Denise, que ninguém vai dizer que vai fazer uma nova proposta. Quando você tem uma nova proposta para fazer, você faz; você não avisa antes que vai fazer nova proposta. Acho que este é um processo que, em algum momento, terá de ser destravado. Acho que, para destravar-se, ele envolve avanço de todos os países, de todos os grandes grupos que estão envolvidos. Agora nos sentimos ainda mais reforçados no G-20. Com a vinda do Peru, e também do Equador, teremos

praticamente quase toda – não diria toda, mas quase toda – a América do Sul como parte do G-20, além de México e Guatemala na América Latina. E Cuba também. Tudo isso nos reforça na nossa posição negociadora. E é natural que eventuais avanços terão de vir no contato, no diálogo. Ninguém vai previamente avisar que já vem com uma proposta nova. Tenho confiança que em determinado momento os Estados Unidos deverão avançar em suas posições porque isso é uma condição absolutamente necessária para que a rodada chegue a alguma conclusão. Claro que isso também depende de avanço de outros. Mas, como já disse muitas vezes, esse avanço na área de subsídios internos é fundamental, mas não creio que essa declaração mude nada do que já se sabe.

**Cláudia Dianni (Folha de S. Paulo):** Yo les preguntaría a ustedes si nos pueden informar a que paso va la construcción de la obra esa de conexión interoceánica. Si hay algún problema de financiamiento de esta obra, que es tan importante y hasta ahora solo fue inaugurada la piedra fundamental.

**Chanceler García Belaunde:** Yo entiendo que hay algo más que la piedra fundamental, la piedra fundacional – “la primera piedra”, como decimos en Perú. No sé cuánto puede haber avanzado, me informaré cuando llegue. Pero hasta donde tengo información, no hay problema de financiamiento. No sé si más adelante puede presentarse necesidad de nuevos recursos, pero hasta el momento mi información es que no, que no hay problemas.

**Ministro Celso Amorim:** Bem, acho que a resposta é satisfatória; é também a minha visão. Aliás, o que tenho ouvido de todos é que as obras estão avançando. Ouço dizer até que a estrada, mesmo antes de as obras ficarem prontas, já está sendo muito mais trafegada, pelo sinal político que existe em relação a ela.

Quería aprovechar para mencionar una cosa que não tinha mencionado. Acho que vale a pena aproveitar a presença do Ministro García Belaunde entre nós para comentar. É que o comércio Brasil-

Peru tem avançado muitíssimo. Acredito que este ano chegaremos muito perto dos dois bilhões de dólares – dos mil millones, como se diz em castelhano. Houve também o crescimento das importações provenientes do Peru, que vão chegar perto dos 800 milhões, talvez um pouco menos. Isso são projeções, naturalmente baseadas no que aconteceu de janeiro a julho. Ou seja, o Brasil deve exportar um milhão e duzentos, duzentos e pouco, e o Peru deve exportar perto de 800 mil, acredito. Isso já é resultado – e um resultado importante – do acordo que foi firmado em Lima e que depois teve os desdobramentos que conhecemos entre a Comunidade Andina e o Mercosul. O Acordo de Lima, que é o ACE 58.

Isso é muito interessante dizer e frisar porque, às vezes, se lê comentário a propósito, inclusive, de possível concorrência norte-americana em função do TLC, de que o comércio entre o Brasil e o Peru estaria ameaçado, que as exportações brasileiras estariam ameaçadas. É curioso que esse comentário, às vezes, vem acompanhado da observação, do raciocínio, de que o esforço de integração sul-americana não está funcionando. É curioso que apareça no mesmo conjunto de opiniões a preocupação em evitar que esses ganhos comerciais sejam perdidos e a afirmação de que não tem havido avanço na integração sul-americana. Aliás, as pessoas que originalmente falaram sobre isso – creio que é um dirigente do CIESP, com quem eu até teria prazer em falar – só estão tendo essa preocupação porque o comércio avançou muito. E avançou muito como resultado do acordo. As nossas importações aumentaram 40% no ano passado. Nosso comércio nos dois sentidos com o Peru era algo como 600 ou 700 milhões de dólares e vamos chegar a dois bilhões de dólares. Então, há, sim, avanços importantes.

Estou respondendo a uma pergunta que vocês não fizeram, mas acho que é uma preocupação da opinião pública, por isso é que estou procurando transmitir. O fato de que haja preocupação com possíveis perdas ou com o fato de que os ganhos não continuem, ou não progridam, é a melhor

resposta para o fato que a integração está caminhando. Agora, a preocupação é legítima, é claro. Temos essa preocupação: transmitir ao Ministro que temos que encontrar maneiras de compatibilizar o acordo que o Mercosul fez com o Peru e o TLC que foi feito entre o Peru e os Estados Unidos – coisa que nós sempre respeitamos. Aliás, desde o início sabíamos que isso seria, provavelmente, dessa maneira, a menos que as negociações não funcionassem. Isso é natural, é uma preocupação saudável. Acho que ela é, em grande parte, fruto do progresso que houve na relação entre o Mercosul e o Peru e o Brasil e o Peru. Há uma reunião, em princípio marcada para setembro (começo de setembro, mas acho que há detalhes ainda sendo discutidos), e é muito importante que esses assuntos sejam tratados de maneira clara. Vamos tratá-los na Comissão Administradora do ACE-58.

Mas, de uma maneira mais ampla, porque isso também se prende a uma outra pergunta feita anteriormente pela Agência EFE, não há nenhuma incompatibilidade – o Ministro colocou mais ênfase na infra-estrutura – mas na parte comercial, não há nenhuma incompatibilidade entre as estruturas comerciais dos países que assinaram tratados fora da região e os países do Mercosul. É, apenas, a forma como isso se passa. Passou-se na Europa (e lá se chamava “geometria variável” ou “integração em duas velocidades”), mas de qualquer maneira, isso não nos impede de seguir em um processo de integração amplo e profundo, um processo de integração, inclusive no plano humano, com a eliminação de vistos (e, no nosso caso, com a eliminação de passaportes). Isso é algo que, em outros processos de integração, não vai ocorrer – não se pretende, nem se pensa nisso.

Assim, é importante ter presentes todos esses fatores quando se diz ou quando se pensa que a integração não está avançando. Pelo contrário, está avançando. E, por isso mesmo, considero, também, as preocupações legítimas. Obrigado.

**Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, BBC Brasil, 12 de setembro de 2006**

Bolívia está amadurecendo política externa, diz Amorim

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse em entrevista exclusiva à BBC Brasil que a Bolívia está passando por um “amadurecimento” em termos de política externa e que acredita que a relação com o Brasil “vai caminhar para uma parceria”.

Na entrevista, o Ministro falou também sobre a relação do Brasil com os demais países do Mercosul, sobre sua expectativa para retomada da Rodada de Doha de negociações comerciais e sobre o encontro do G3 (grupo formado por Brasil, Índia e África do Sul).

Segundo o Chanceler, há potencial para aumentar ainda mais a cooperação entre os três países à medida que o desconhecimento mútuo é deixado para trás.

Amorim também manifestou sua disposição em continuar no Governo caso o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva seja eleito, mas disse que não conversou com o Presidente sobre o assunto.

Leia abaixo trechos da entrevista.

**BBC Brasil** - Ao mesmo tempo em que o Brasil priorizou a integração na América do Sul e mesmo a relação Sul-Sul com Índia e África do Sul, na América do Sul há problemas, por exemplo, no Mercosul. Na semana passada, o Uruguai pediu para negociar com os Estados Unidos. É possível que o Mercosul sobreviva a que um dos membros tenha um acordo com os Estados Unidos que poderia ser incompatível com a união aduaneira pretendida pelo Mercosul?

**Amorim** – Eu acho que a nossa obrigação primeiro é compreender o que está acontecendo com Uruguai e Paraguai. Estes países não viram a promessa do Mercosul realizada e isso não é por causa do Governo Lula. Foram anos em que o Mercosul não teve a prioridade que devia e mesmo

depois que chegamos não conseguimos fazer tudo o queríamos porque essas coisas levam tempo. Por exemplo, na primeira reunião do Mercosul no Uruguai, em 2003, nós concordamos com a tese das assimetrias, de dar um tratamento diferenciado.

**BBC Brasil** - Mas isto não foi feito...

**Amorim** - Foi feito, mas não resultou no que se esperava.

**BBC Brasil** - O que falta?

**Amorim** - Falta financiamento. É um problema quase cultural. Temos que introduzir uma cultura integracionista. Temos que compreender que eles querem explorar caminhos e acho que eles têm que ter liberdade de explorar. Mas o próprio Presidente Tabaré Vazques disse que não vai fazer nada que lesione o coração do Mercosul. E qual é o coração do Mercosul? É a tarifa externa comum.

Se ferir o coração do Mercosul, vamos estar diluindo o Mercosul no que é a Comunidade Sul-Americana de Nações. E um dos objetivos do Tratado de Assunção é uma política comercial comum. Se amanhã o Uruguai conseguir uma negociação que envolva um setor que ainda não esteja disciplinado pelo Mercosul ou mesmo que esteja disciplinado, mas não seja central ao Mercosul, nós vamos examinar.

**BBC Brasil** - Mas o senhor vê o Uruguai saindo do Mercosul?

**Amorim** - Não é que o que eles nos dizem. O Presidente Tabaré sempre diz que quer mais e melhor Mercosul. Espero que eles encontrem caminhos com o que eles próprios dizem, que é o coração do Mercosul.

**BBC Brasil** - Outro país da América do Sul com o qual o Brasil teve uma relação complicada é a Bolívia. Como o senhor vê a relação agora e como deve ficar nos próximos meses?

**Amorim** - A Bolívia está passando por transformações profundas; pela primeira vez está sendo administrada pela maioria indígena. O que está ocorrendo, como a nacionalização, são coisas que ocorreram em outros países; temos que lidar com

elas de maneira madura. Às vezes num país, no entusiasmo de reforma, de mudança, podem haver manifestações onde a forma pode ser pior do que o conteúdo. O conteúdo ainda estamos negociando. Creio que a relação vai caminhar para uma parceria.

É claro que no início de uma mudança há estridências. Mas acho que há cada vez menos, e as coisas estão encontrando um leito natural em que eles têm alguns reclamos que são naturais e que nós temos que entender, outros que nós não concordamos e outros que eles têm que entender que têm que agir de acordo com contratos, com acordos internacionais firmados. Nós não somos um país que quer explorar outro país menor. Não é a maneira que o Brasil atua internacionalmente.

**BBC Brasil** - O senhor acha que as dificuldades que o presidente Evo Morales está tendo internamente podem ajudar o Brasil?

**Amorim** - Não quero falar dos problemas internos. Mas vejo na relação internacional que tem havido um amadurecimento, quem sabe até dos dois lados, mas eu diria da parte deles, que tiveram esta grande mudança, e isto está ajudando.

**BBC Brasil** - Neste fim de semana, houve o encontro (no Rio de Janeiro) do G20 com outros grupos de países em desenvolvimento e importantes integrantes da OMC (Organização Mundial do Comércio). O encontro colocou todos estes grupos juntos, mas não houve decisão de retomar as negociações. Quais são as chances que o senhor vê de que se chegue a um acordo na Rodada de Doha?

**Amorim** - Não houve decisão formal porque nem poderia haver, porque não é uma reunião convocada pela OMC. Foi uma reunião convocada pelo G20, que depois foi alargada. Mas acho que houve um encaminhamento positivo para que esta decisão possa ser tomada em Genebra. Eu não quero fazer uma previsão, mas acho que houve um impulso positivo. Nós conseguimos juntar quase todo mundo. Todos procuraram se engajar em procurar soluções. Acho que nós criamos as condições para o relançamento (da Rodada de Doha). Creio

sinceramente que lá por novembro, final do ano, nós poderemos relançar e ter um avanço substancial até março, abril do próximo ano.

**BBC Brasil** - E quais são as chances, na sua avaliação, de que saia um acordo?

**Amorim** - Eu não vou dizer 70%, 80 ou 50%. Quando tenho uma situação concreta e vejo uma chance de 1% de acordo e 99% de desacordo, eu me concentro neste 1% e vou nele até alargar. Nesta reunião no Rio, acho que nós alargamos, sei lá, de 10% para 50%, 60%. Quem sabe daqui a dois meses a gente consegue alargar para 90% e aí a gente resolve. Mas nada é garantido, na política como na vida.

**BBC Brasil** - O Brasil sedia nesta semana um encontro do G3, com a Índia e a África do Sul. O comércio ainda é muito pequeno, há também a questão da cooperação política. O que se pode esperar deste encontro?

**Amorim** - O comércio já cresceu muito e vai aumentar ainda mais; estamos fazendo acordos de companhias aéreas, de transporte marítimo. Estamos tentando atacar os gargalos, e o principal deles é o desconhecimento. Quando há 60 chefes de empresa indianos vindo ao Brasil, 20 e tantos sul-africanos, estamos atacando estas e outras questões, estamos incentivando o comércio. A cooperação política é igualmente importante. São países que têm visões semelhantes sobre as negociações comerciais, OMC, reforma da ONU.

**BBC Brasil** - Quais são, nos próximos anos, os grandes desafios da política externa brasileira?

**Amorim** - Eu não estou fazendo o programa de governo. Posso dizer analiticamente que tem que consolidar o que foi iniciado ou aprofundar o que foi desenvolvido: a relação com os outros países em desenvolvimento, a integração da América do Sul; mas tem também que procurar acordos como o acordo do Mercosul com a União Européia, que não está parado, mas está esperando um pouquinho o que vai acontecer na OMC.

**BBC Brasil** - Até quando o Brasil pode esperar para saber se haverá acordo na OMC?

**Amorim** - Não estamos parados. Estamos trabalhando, mas uma coisa fatalmente influenciará a outra. Dependendo do que for concedido na OMC poderemos fazer certas coisas. Pedir um pouco mais. Se algum dia alguém decretar a falência das negociações, é outra situação. Mas espero que isso não ocorra. Conversei com o comissário (de comércio da União Européia, Peter) Mandelson e nós temos uma reunião agora em outubro. Quem sabe poderemos terminar até junto.

**BBC Brasil** - Se o Presidente Lula for realmente reeleito agora em outubro, o senhor fica no governo?

**Amorim** - Esta pergunta tem que ser feita ao Presidente Lula, não a mim. Não sei porque vocês estão curiosos com isso. Acho que o Presidente Lula fez uma grande mudança no Brasil. Não é só na política externa. Uma das mais importantes é que ele fez o povo brasileiro ver que uma pessoa que veio do povo pode governar o Brasil. Se o Presidente Lula me pedir para colaborar, em qualquer área... Eu não entendo de muitas outras coisas, (mas) eu farei, certamente. Enfim, se ele me fizer a pergunta eu respondo para ele.

**BBC Brasil** - O senhor já conversou com ele sobre isso?

**Amorim** - Não, não conversei, não é o momento, não é oportuno. Ele está numa campanha eleitoral; eu aqui, com as minhas tarefas. E ele também continua governando o país, e eu, aqui, ajudando a governar no que diz respeito à política externa.

### **Entrevista concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal "El País", Montevideu, Uruguai, 1º de outubro de 2006**

Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente de la República Federativa de Brasil

“Tengo mi conciencia tranquila”

“Con el Presidente Tabaré Vázquez estuvimos de acuerdo en que Uruguay debe buscar explorar posibilidades comerciales, en el entendimiento de que

se deba preservar la unión aduanera del Mercosur y nuestro proyecto común de integración regional”

### **MARTIN AGUIRRE REGULES**

El mandatario brasileño, en entrevista exclusiva con El País, en vísperas de los trascendentales comicios que se celebran hoy, defendió la integración política en el Mercosur y reafirmó su apoyo a que Uruguay negocie acuerdos con otros países siempre que no dañen al bloque regional. Asimismo dijo que tuvo una intervención “discreta” cuando el conflicto por las plantas de celulosa.

-De cara a un nuevo mandato presidencial, ¿cuáles son los principales desafíos que tendría su gobierno?

-En el caso de que reciba una vez más el voto de confianza del pueblo brasileño, procuraré dar continuidad y profundizar las transformaciones que vienen proporcionando a decenas de millones de brasileños una vida con más respeto y dignidad. Para que todo eso sea mejorado será necesario un mayor crecimiento de la economía. Las bases para un crecimiento sustentado fueron creadas en estos casi cuatro años de Gobierno. En la política externa, buscaremos profundizar la inserción comercial de Brasil y de los demás países en desarrollo. Continuaremos nuestro esfuerzo por ampliar el mercado para los productos de los países del Mercosur, luchando por la eliminación de prácticas distorsivas del comercio en los países ricos, principalmente en el área agrícola. Defenderemos el fortalecimiento del multilateralismo y la democratización del proceso decisorio en los foros internacionales. Finalmente, quiero desencadenar una reforma política que perfeccione el funcionamiento de nuestro Estado y de nuestra democracia.

- A nivel regional, ¿cuáles cree que son los mayores obstáculos a resolver y cuáles serían sus metas en un nuevo período?

- Hemos buscado, desde el inicio de mi primer mandato, avanzar en la integración de América

del Sur. Creamos la Comunidad Sudamericana de Naciones (CASA), que ya tuvo la oportunidad de reunirse dos veces al más alto nivel. La Comunidad ha contribuido para aproximar todavía más a los países sudamericanos, con los cuales compartimos afinidades históricas y culturales. Brasil está buscando encontrarse con su vecindad. Esa aproximación ganará más relevancia con el fortalecimiento del Mercosur, cuya unión aduanera debe tornarse más justa y más equilibrada. Para ello, el Mercosur no puede perder de vista los intereses legítimos de sus socios menores.

-En los últimos tiempos ha habido fuertes críticas de parte de los socios menores del Mercosur respecto del funcionamiento del bloque, ¿qué pasos puntuales piensa dar para intentar reflotar el proceso de integración ?

-El problema fundamental del Mercosur es el de las asimetrías de los países que lo integran. Hemos lanzado y apoyado iniciativas que procuran atenuar esas asimetrías y permiten proporcionar mayores ganancias para los socios menores del bloque. Es el caso del Fondo de Convergencia Estructural del Mercosur (Focem), que beneficia directamente a esos importantes socios. Hemos procurado, igualmente, ampliar las oportunidades de importación por Brasil de productos provenientes de los socios menores. Este es el objetivo del Programa de Sustitución Competitiva de Importaciones, que incluye, entre otros países, a Uruguay. Pero sólo comercio no basta. Queremos incentivar inversiones en Uruguay y en Paraguay, para que esos países puedan exportar más para el Mercosur y otros mercados. De la misma forma apoyaremos, con créditos, nuevas inversiones en Uruguay. Nuestra visión para el Mercosur es de largo plazo.

-Con el ingreso de Venezuela al Mercosur, algunos analistas afirman que Brasil ha perdido gran parte de su liderazgo regional, ¿está de acuerdo? ¿Qué opina del estilo internacional de Hugo Chávez?

-Brasil no persigue el liderazgo. Quiere sociedades. No aspira a posiciones hegemónicas.

Busca solidaridad. Si no hay una sólida y equilibrada asociación de nuestros países, no tendremos condiciones de insertarnos de forma competitiva en el mundo de hoy. Venezuela es un país económicamente importante, un socio relevante que dará una contribución muy positiva al Mercosur.

-Paraguay y Uruguay han anunciado su intención de negociar acuerdos bilaterales con EE.UU. y otros países, a lo cual Brasil ha dicho no oponerse siempre que no dañen el “corazón del Mercosur”. ¿A qué se refiere con esto? ¿Cree que existe la amenaza de una fractura?

-Durante nuestro encuentro en Canoas, el día 8 de setiembre, recibí del Presidente Tabaré Vázquez la justa reivindicación de Uruguay de buscar, donde fuera posible, beneficios para su país en negociaciones comerciales con terceros países. Estuvimos de acuerdo en que Uruguay debe buscar explorar posibilidades comerciales, en el entendimiento de que se debe preservar la unión aduanera del Mercosur y nuestro proyecto común de integración. Así como el Presidente Tabaré, también quiero más y mejor Mercosur.

-Se habla sobre la posibilidad de ir hacia un Mercosur más político y de crear un parlamento común, ¿está de acuerdo? ¿No cree que sería aumentar las trabas burocráticas en el bloque?

-Siempre creí que el Mercosur debe evolucionar hacia una unión política y creo que debemos aspirar a lo mismo para toda América del Sur. La integración latinoamericana es parte de nuestro proyecto como país y este precepto se encuentra inscripto en la propia Constitución de Brasil. Siempre defendí la creación del Parlamento del Mercosur como una pieza importante en nuestro proceso de integración regional. Un Mercosur político ayudará mucho a la desburocratización de nuestras relaciones económicas y comerciales. El Parlamento, en particular, permitirá un compromiso mayor de nuestra ciudadanía con la integración, toda vez que será ella quien va a elegir los diputados de esta institución.

-Cuando el conflicto entre Argentina y Uruguay por la instalación de plantas de celulosa, algunos acusaron a su gobierno de inacción, y de no intervenir para mediar en el conflicto. ¿Cuál es su opinión? ¿Debió tener un papel más activo su gobierno?

-Brasil estará siempre dispuesto a contribuir para la solución de cuestiones regionales, desde que esa ayuda sea solicitada por todas las partes involucradas. Tuvimos iniciativas discretas en este episodio y enseguida comprendimos que no tendrían la eficacia que de ellas podría esperarse. La cuestión está siendo juzgada y deberá ser resuelta en el foro adecuado, no excluyéndose, a priori, otro tipo de solución mutuamente aceptable.

-En un mundo que cada vez se va estructurando más en bloques, ¿cuál cree que debiera ser el futuro de América del Sur? ¿Negociar con EE.UU.? ¿Con Europa? ¿Con Asia?

-Sí. Efectivamente, el mundo se está organizando en bloques y América del Sur cometería un error si no caminase en esa dirección. Juntos, somos más fuertes para negociar y promover nuestros intereses. La integración regional nos ofrece la posibilidad de, por un lado, encontrar en nuestros vecinos la complementación económica que nos falta, con menores costos y mayor ventaja comparativa. Por otro, amplía nuestro poder de negociación al transformarnos en un mercado más atractivo, con población y PIB mayores. Existen también las afinidades históricas y geográficas, que debemos profundizar, siempre. Debemos, evidentemente, negociar con las grandes potencias económicas, pero incrementar igualmente nuestras relaciones con el Sur del mundo. Más de la mitad de las exportaciones brasileñas se destinan hoy a países en desarrollo. Nuestras exportaciones para países desarrollados también crecieron mucho. Duplicamos nuestro comercio exterior en tres años.

-Los últimos meses de campaña electoral para los comicios de hoy han estado plagados de denuncias y acusaciones contra miembros de su partido. ¿Cree que se trata sólo de estrategias

electorales, o hubo una falta de preparación o escasez de experiencia en filas de su gobierno? ¿Por qué cree que pese a todas esas denuncias, el apoyo a su figura se mantiene tan alto?

-Brasil logró, en los últimos años, un nivel de madurez política sin precedentes en la historia del país, reflejo de la consolidación de las instituciones democráticas y de la conquista de la estabilidad económica, entre otros factores. Para eso ha contribuido mucho la libertad de prensa, en Brasil. Pero lo fundamental es que gran parte de las denuncias surgieron a partir de iniciativas del propio Gobierno que yo presido, de nuestra Policía Federal, de nuestra contraloría, del Procurador General de la República, que goza de absoluta independencia, sin cualquier inhibición, como ocurrió en el gobierno anterior. Es importante que no se permita la impunidad y que no se deje de investigar y examinar todas las denuncias de desvíos, en todas las instancias. Tengo mi conciencia tranquila y estoy seguro de que el pueblo brasileño sabe de eso. Siempre pauté mi vida personal y política por una ética rígida y no toleraré, como no he tolerado, desvíos en mi Gobierno.

Una política externa sin ideología

- Con la llegada de gobiernos de izquierda se pensó que el continente entraría en una etapa de armonía, sin embargo ha habido conflictos y se habla de dos grupos; Bolivia y Venezuela por un lado y el resto por otro. ¿está de acuerdo?

- No me cabe, ni me agrada rotular movimientos de izquierda en América Latina. El hecho positivo es que hay, en el momento, gobiernos con afinidades, sobre todo en cuanto al énfasis en la promoción de las cuestiones sociales como el combate al hambre, a la pobreza y a la desigualdad. Tenemos hoy en la región gobernantes que no piensan sólo en el crecimiento económico, sino también en la distribución de la renta, o sea, piensan en el bienestar del pueblo como un todo. Tenemos que sacar partido de nuestras convergencias. Nuestra política externa no tiene una marca ideológica.

**Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao “Jornal do Commercio”, PE, 27 de outubro de 2006**

**Celso Amorim:** “Não negociamos com meios imperiais”

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em entrevista por telefone ao JC, fez um balanço dos seus três anos e dez meses à frente do Itamaraty. “Cumprimos 90% do que o presidente nos determinou no seu discurso de posse”, diz Amorim.

**Jornal do Commercio** - Qual é a avaliação que o senhor faz da política externa do governo Lula?

**Celso Amorim** - Sou suspeito para fazer isso, até porque em política externa nem tudo depende do que acontece no País. Mas cumprimos 90% do que o presidente determinou na posse. E isso não é pouco. São vários os avanços: o Mercosul, a criação do G-20, a aproximação com os países africanos, a criação de novos eixos comerciais com a China e a Índia, além do alinhamento com a África do Sul. A projeção que o Brasil alcançou no cenário internacional é outro ganho. E isso nem estava no discurso de posse. Mudamos o panorama na OMC, com resultados palpáveis. As exportações, que levaram 12 para dobrar, dobraram de novo em pouco mais de três anos. Crescemos o comércio com países que não tínhamos acordos, sem deixar de crescer com os aliados tradicionais.

**Jornal do Commercio**-Mas há várias críticas dos tucanos à atuação do Brasil, em episódios como a presença no Haiti e na reação à nacionalização das reservas de petróleo e gás bolivianas.

**Celso Amorim**-É preciso dizer que em matéria de programa de governo, a proposta de política externa de Alckmin é de uma pobreza imensa. É óbvio que não vamos ficar no Haiti para sempre. Estamos lá com a proposta de abrir um caminho para o desenvolvimento do país. Um ponto positivo foram as eleições, e, posteriormente, a proclamação de Renè Preval como presidente. O papel do Brasil foi

importantíssimo nisso. O Brasil teve autoridade moral para a multiplicação os recursos internacionais. O Banco Mundial elogiou a nossa atuação e inclusive lembrou que jamais tinha feito uma associação com um país em desenvolvimento para auxiliar outro país em desenvolvimento. O problema não está em fixar um prazo para deixar o Haiti. Eles precisam criar mecanismos, como uma força policial reforçada, nos padrões democráticas, que é o que Preval deseja. Até mesmo o perfil de nossa tropa está mudando. Substituímos pessoal de combate por pessoal de engenharia. Com relação à Bolívia, a proposta de nacionalização existe desde 2004. Ela apenas foi regulamentada. Não negamos o direito da Bolívia. Mas, a esse momento, as negociações estão sendo travadas, e isso é positivo. Qualquer declaração minha poderá afetá-las. Mas é necessário dizer que não vamos negociar com meios imperiais, como se estivéssemos no século 19. Também o Brasil não é culpado pelos quatro séculos de problemas na Bolívia. Vamos negociar com firmeza, mas com diálogo.

**Jornal do Commercio**-A menina-dos-olhos da política externa brasileira é a vaga no Conselho de Segurança?

**Celso Amorim**- Não é por aí. A política externa brasileira é um olho com várias meninas. Esse pleito não é do governo Lula. Vem desde 1945. Passou pelo governo Sarney, no Itamar, quando eu era ministro, e deu uma parada no governo FHC. Tomamos uma atitude mais consistente porque o presidente Lula obteve maior projeção internacional do que os que o antecederam recentemente. O que parecia distante, ficou próximo. O Japão e a Alemanha, que negociavam isoladamente isso, convidaram o Brasil e a Índia para o G-4. Aceleramos uma discussão que estava letárgica. Agora, isso não é simples. Não se discute rapidamente. O Brasil como membro permanente seria um reconhecimento ao papel pacífico que desempenhamos no mundo.

**Jornal do Commercio**- E em que o Brasil errou na condução da política externa?

**Celso Amorim**- Não diria que há erros

estratégicos. Claro que nem tudo é perfeito. O que realmente me deixa um pouco frustrado é a dificuldade para mudar a cultura burocrática em direção a uma cultura de integração com o continente. Essa integração sul-americana. É claro que a sociedade compreende isso. A integração não depende somente de nós. Há uma série de regras - sanitárias, comerciais, políticas, econômicas - que impedem a integração. Porque o Brasil foi pensado para ser isolado. Não estou aqui criticando as pessoas, porque quando sentamos para conversar sinto a boa vontade delas. Mas isso às vezes cansa.

**Jornal do Commercio**- Então a integração, o reforço do Mercosul, será o norte da política externa em um eventual segundo governo Lula?

**Celso Amorim**- Sim, com certeza. Será o norte e será o sul também (risos). Até nisso nós vemos como temos a cabeça colonizada. Vamos em direção a isso sim.

### **Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, revista “Indústria Brasileira”, 10 de outubro de 2006**

Aonde nos leva a política externa

Para o chanceler brasileiro, o aumento do comércio com países latino-americanos é resultado da prioridade que a região recebe na diplomacia brasileira. Ele nega que tenhamos nos distanciado dos países mais ricos

Por Paulo Silva Pinto

Chanceler é quem guarda o selo real. Nossa ex-monarquia está entre os países em que o título é do Ministro das Relações Exteriores. Não fosse pela tradição, bem poderia ser por escolha do atual governo, que tem na política externa um emblema. As prioridades são integrar a América Latina, aproximar-nos de países emergentes e, mais do que negociações bilaterais, valorizar negociações multilaterais para reduzir barreiras ao comércio. Muitos discordam dessas prioridades, incluindo a Agenda da CNI.

Há três anos, o chanceler Celso Amorim comemorava em entrevista à Indústria Brasileira o sucesso de uma reunião em Brasília com seus colegas da Índia e da África do Sul. No mês passado, os chefes de governo desses países emergentes é que vieram se encontrar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dias antes, o Rio de Janeiro acolheu ministros do Japão, da União Européia, dos Estados Unidos e do G-20, grupo de negociação liderado pelo Brasil.

Amorim nega que nossos ganhos sejam apenas simbólicos. Nesta nova entrevista, afirma que o crescimento do comércio com países latino-americanos é consequência da política externa. Defende que não haja retaliações à Bolívia, apesar do confisco das refinarias da Petrobras. Do contrário, diz, incorreríamos em erro semelhante ao dos norte-americanos com Cuba. Também apóia ajuda aos sócios minoritários do Mercosul. Até aceita que assinem acordos com outros países, desde que isso não afete a Tarifa Externa Comum do Bloco.

**Indústria Brasileira** - A corrente de comércio do Brasil com a América Latina é a que mais tem crescido. Por que isso acontece na sua avaliação?

**Celso Amorim** - De fato a América Latina já é o nosso principal mercado, e num contexto em que nossas exportações aumentam para todo o mundo. Isso demonstra que a política externa, que priorizou a integração sul-americana, está trazendo resultados práticos. Empresários brasileiros estão agora preocupados com o acordo de livre-comércio entre Estados Unidos e Peru. Mas só ocorre porque no ano passado as exportações do Brasil para o Peru cresceram 48%.

**Indústria Brasileira** - Em que medida o aumento do comércio é resultado da diplomacia?

**Celso Amorim** - No primeiro ano, o presidente Lula recebeu todos os presidentes da América do Sul e viajou para todos os países nos dois primeiros anos. Foi para essas áreas que as exportações brasileiras cresceram mais. Ouvi de uma

astróloga uma vez que não há coincidências (risos). Eu não acredito em coincidências. Os empresários olham muito os sinais que os governos dão. Quando assinamos um acordo entre o Mercosul e a Comunidade Andina, que na prática constitui uma área de livre-comércio latino-americana, há um sinal que é captado pelos empresários, de um lado e de outro. E no caso da América do Sul as exportações não são de commodities, são quase totalmente produtos manufaturados ou semimanufaturados.

**Indústria Brasileira** - Na opinião de muitos empresários a priorização da América Latina na Política Externa subtraiu energia de negociações comerciais com mercados maiores, principalmente os Estados Unidos.

**Celso Amorim** - Não é verdade. Nós tivemos muita energia para tentar pôr as negociações numa via que não interferisse em políticas essenciais para o Brasil, que não interferisse nas compras governamentais, que têm sido responsáveis pelas plataformas de petróleo, por exemplo (que a Petrobras passou a comprar de estaleiros nacionais). Há países pequenos em situação diferente da nossa, concentrados em um ou dois produtos. Se conseguirem uma cota boa (para a entrada desses produtos no mercado norte-americano com tarifa reduzida), resolvem tudo.

**Indústria Brasileira** - Em que momento os esforços do Brasil para tentar um acordo com os Estados Unidos ficaram evidentes?

**Celso Amorim** - Na reunião de Miami, no final de 2003, parecia que nós tínhamos encontrado um caminho. Mas houve um excesso de dogmatismo, não sei se dos dois lados. Os norte-americanos queriam incluir também a observância de regras de patentes por exemplo. Nós estaríamos sujeitos à retaliação comercial por qualquer problema de pirataria no Brasil. Nós queremos combater a pirataria, mas às vezes não conseguimos fazer isso por falta de recursos e estaríamos sujeitos a retaliação legal. Hoje, se retaliarem, a gente vai à Organização Mundial do Comércio (OMC).

**Indústria Brasileira** - E com a União

Européia?

**Celso Amorim** - Com a União Européia nós avançamos mais. Era algo parecido com o que temos hoje nas negociações da OMC em outra escala, um problema de números: quanto é a cota disso, quanto é a cota daquilo. Exceto um ou outro setor na área de serviços em que eles tinham interesse, não havia um problema conceitual. Mesmo assim, as negociações não avançaram porque os países, incluindo nós, resolveram dar prioridade à OMC.

**Indústria Brasileira** - Qual foi o excesso de dogmatismo do Brasil na negociação com os Estados Unidos?

**Celso Amorim** - A insistência em relação aos subsídios. Mas essa era até mesmo uma defesa na negociação. Se os Estados Unidos tinham questões normativas, também precisávamos ter as nossas. Estivemos perto de um acordo e agora é difícil retomar, porque cada um já foi por um caminho. Temos de trabalhar no futuro, para um acordo Mercosul-Estados Unidos, mas em bases diferentes. Antes disso, provavelmente, a gente vai ter de fazer o acordo Mercosul-União Européia. Mas é preciso levar em conta que o Brasil é um grande país, embora às vezes tenha complexo de país pequenininho. O Brasil tem uma influência no comércio internacional como tem a Índia, como tem a China.

**Indústria Brasileira** - Não em volume de comércio.

**Celso Amorim** - Não, mas em tradição diplomática nós temos. Há países com muito maior participação no comércio internacional que não conseguem fazer a reunião que nós fizemos no fim de semana da OMC (no Rio de Janeiro, em meados do mês passado). Um mês e meio antes a gente chegou e disse: olha, tem uma crise, temos de nos reunir. E praticamente veio todo mundo que nos interessava, 95% do comércio mundial. O Brasil tem um poder convocatório e de negociação muito grande. Não pode se comportar como um país pequenininho, dizer eu quero uma cota, e assim abrir tudo o mais, fragilizar a indústria. Em qualquer reunião

que eu vou do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), eu vejo que as compras governamentais são um elemento central para a indústria, bem como as questões de patentes e de tecnologia.

**Indústria Brasileira** - Mas alguns setores industriais também poderiam ser beneficiados em acordos que proporcionassem maior acesso a mercados.

**Celso Amorim** - Eu reconheço que certos setores, o principal é o têxtil, talvez pudessem ter um benefício maior em outros arranjos. Nós havemos de ter soluções imaginosas. Eu acho que um acordo com a União Européia pode ajudar muito, mas é algo improvável sem sabermos o que vai acontecer com a OMC. Claro que se notarmos que as discussões na OMC vão demorar quatro anos, então voltamos a negociar com a União Européia. Mas é preciso lembrar que tanto as negociações da Área de Livre-Comércio das Américas (Alca) quanto as da União Européia começaram em 1994 (ano da criação da OMC), quando não havia o sistema multilateral, que é a prioridade. Para um país competitivo como o Brasil na área agrícola, a eliminação dos subsídios para a exportação é o fundamental.

**Indústria Brasileira** - Na América do Sul a liderança do Brasil historicamente tem sido um problema, porque outros países nos vêem como ameaça. Isso tem diminuído?

**Celso Amorim** - Acho que sim, sobretudo no plano comercial, que é muito pragmático. Quando falei com os meus colegas daqui da América do Sul sobre a reunião (da OMC no Rio), todos vieram. Nós não estamos liderando para criar um conflito Norte-Sul. Tanto que vieram os Estados Unidos, a União Européia e o Japão. Eu não me lembro de precedentes de uma reunião assim.

**Indústria Brasileira** - É uma liderança política?

**Celso Amorim** - Claro. Por isso é que o Brasil faz uma coisa sábia: manter as negociações comerciais dentro do Itamaraty, a não ser em

questões muito específicas, em que entram também os outros ministérios.

**Indústria Brasileira** - E como se dá essa liderança no contexto sul-americano?

**Celso Amorim** - Nós não temos tuna preocupação de liderar a América do Sul e, nossa ênfase no continente não é contra o resto da América Latina. Mas nós temos de começar pelo que está mais próximo. A União Européia começou por um acordo entre França e Alemanha. A iniciativa da Comunidade Sul-Americana, da qual o Brasil foi o motor, é algo de que todos os presidentes falam com entusiasmo. Estamos discutindo a institucionalização, não é simplesmente criar um fórum. Como o Brasil é pequeno na economia mundial, em comparação aos Estados Unidos, à União Européia, e à China, precisamos ter a América do Sul em conjunto. E não só para benefício do Brasil.

**Indústria Brasileira** - Mas a integração sul-americana enfrenta vários problemas.

**Celso Amorim** - Um dos problemas, exceção da Bolívia por causa do gás, é que o comércio é muito desbalanceado a favor do Brasil. A gente não quer ter um equilíbrio reduzindo a nossa exportação, nós temos de ir aos poucos aumentando as importações de produtos dos outros países para mostrar que há vantagens para eles também. Estamos fazendo isso, talvez devagar demais. É necessária também a integração física. Têm sido feitas pontes e estradas com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A integração da América do Sul é boa também para a integração do Brasil, ainda muito disperso. O Acre está mais perto do Pacífico do que do Atlântico.

**Indústria Brasileira** - O presidente venezuelano Hugo Chávez cria entraves diplomáticos?

**Celso Amorim** - O presidente Chávez e o presidente Evo Morales (da Bolívia) correspondem a uma experiência social desses países onde havia uma clivagem brutal entre as elites e as camadas mais pobres. O que nós temos feito, evitando qualquer

interferência em assuntos internos dos países, é tentar apoiar o esforço democrático. O Brasil criou o Grupo de Amigos da Venezuela. Ajudamos muito, falando com o governo, falando com a oposição também, para que o referendo (que decidiu pela manutenção de Chávez na Presidência) se realizasse num clima pacífico, com supervisão internacional. O presidente Chávez ganhou e ele é nosso amigo, mas se não fosse, também teríamos de aceitar.

**Indústria Brasileira-** A impressão que se tem é que o Brasil garantiu a vida de Chávez e em vez de retribuir ele prejudicou a relação entre Brasil e Bolívia.

**Celso Amorim** -A gente não garantiu a vida do Chávez. A gente garantiu a democracia na Venezuela.

**Indústria Brasileira-** Pode não ter sido o objetivo, mas que ajudou Chávez, ajudou. E mais tarde ele apoiou a ocupação das refinarias da Petrobras na Bolívia pelo Exército do país.

**Celso Amorim** - O que queriam? Que a gente botasse nossas tropas na fronteira? Isso não dá certo. Foi o que os norte-americanos fizeram com Cuba em 1959. Foi na época da Guerra Fria, com outros componentes, não quero simplificar. Mas não nos interessa usar força, ainda que seja força econômica, sanção. Isso geraria um espiral de reações cada vez mais radicais. Houve muita fanfarra em torno da ocupação das refinarias, muita gente querendo bater no tambor. Eu fui à Bolívia um mês depois desse episódio, falei com o Evo Morales e, uma semana depois, ele tirou as tropas. É um direito dele nacionalizar (a exploração e o refino de petróleo e gás), aliás isso já estava previsto na lei de 2004. Aparentemente, está tudo acomodado na Petrobras, embora ainda haja alguns aspectos em discussão, como o preço. No futuro, será necessário discutir novos investimentos. Se o Brasil voltar a crescer, como todos desejamos, a uma média de 5% ao ano, vai ter fome de energia. Por outro lado, a Bolívia tem de compreender que o escoamento natural de sua energia é para o Brasil e para a Argentina. O entendimento tem de ser justo e a

gente vai aos poucos chegando a isso.

**Indústria Brasileira-** E qual sua avaliação sobre a participação de Chávez no episódio?

**Celso Amorim** - Ele é um idealista, crê na integração da América Latina, tem essa visão bolivariana. A vitória de Evo Morales na Bolívia é algo que qualquer pessoa idealista tem de ver como uma coisa positiva, porque a população indígena era totalmente excluída do poder.

**Indústria Brasileira-** Mas a interferência de Chávez no caso da Bolívia não atrapalhou o Brasil?

**Celso Amorim** - Eu acho, me desculpe, que a pergunta é mal colocada. Da mesma maneira que eu não quero pedir licença aos Estados Unidos, ou à União Européia para fazer o que eu acho que devo fazer, eu também não acho que o Chávez tem de pedir licença ao Brasil. No Mercosul, a presença da Venezuela ajuda, porque dá um balanço melhor.

**Indústria Brasileira-** O Brasil pode assinar acordos bilaterais de comércio com outros países, sem ser no âmbito do Mercosul?

**Celso Amorim** - O acordo com o México (de 1994) foi assinado separadamente pelos países do Mercosul porque havia ritmos diferentes de redução tarifária. Mas eu acho que qualquer acordo bilateral amplo de livre-comércio, que atinja a Tarifa Externa Comum (TEC), atingirá o âmago do Mercosul e por isso não é bom.

**Indústria Brasileira-** Por que a TEC do Mercosul tem tantas exceções?

**Celso Amorim** - Os países pequenos seriam os mais beneficiados por uma TEC ampla, porque se livrariam do burocrata da fronteira. Mas eles não vêem assim no curto prazo, e por isso as exceções existem. Esses países precisam de insumos que teriam de comprar do Brasil (sem as exceções da TEC, que permitem comprar de outros países). Precisam de maior tempo para criar sua base industrial. Eu acho que houve muito descuido nos últimos dez anos, houve leniência com o Mercosul, até compreensível, porque o comércio estava crescendo.

**Indústria Brasileira-** De quem foi essa

leniência?

**Celso Amorim** - Ocorreu dentro dos países, do nosso também. A tendência é que os países maiores tomem as suas decisões e os outros que se danem, depois você vai ver o que aconteceu. As pessoas não deram prioridade suficiente ao Mercosul. A prioridade não foi abandonada no discurso, mas o esforço de resolver as assimetrias não esteve tão presente.

**Indústria Brasileira**- Que pessoas, quando?

**Celso Amorim** - Não posso ficar fazendo comparação com outros governos.

**Indústria Brasileira**- Com o governo anterior?

**Celso Amorim** - No governo Lula, desde o início, houve disposição política para a integração. Mas isso leva tempo para transmitir à burocracia, aos empresários. Integração é como ação afirmativa: se você não atuar, a maré vai no outro sentido.

**Indústria Brasileira**- E os esforços que o atual governo fez nos últimos anos não foram suficientes para reverter isso?

**Celso Amorim** - Ainda não. Agora aprovamos o Fundo de Convergência Estrutural (Focem), com recursos ainda relativamente pequenos. Está havendo um trabalho permanente, outros ministérios se sentem mais envolvidos. O ministro Guido Mantega acabou de fazer uma reunião muito importante de ministros da economia e de finanças do Mercosul e da América do Sul. Isso era uma coisa que não estava acontecendo com frequência, ou, quando acontecia, era muito formal, à margem de uma reunião presidencial.

**“Lula faz política externa que povo quer” - Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, Agência Reuters, 13 de outubro de 2006**

BRASÍLIA (Reuters) - Pode ser tudo, menos monótona, a vida de chanceler no governo do

presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que fez da política externa uma referência obrigatória na política interna do país.

Ao final de uma semana de rotina, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, pode ser visto num hotel de luxo no Rio, negociando com um alto funcionário estrangeiro, ou perdido num beco da periferia de Guarulhos (SP), pedindo socorro à polícia para encontrar o caminho do aeroporto, depois de participar de um comício de Lula no início de setembro.

“Este governo pratica a política externa que o povo quer: independente, ousada e equilibrada”, disse o ministro à Reuters nesta sexta-feira, explicando o fato de participar de atividades de política interna, inclusive comícios eleitorais, o que não é usual no Brasil.

A atividade de Amorim tem alimentado críticas à política externa do governo Lula, inclusive por expoentes da carreira diplomática. A mais recente partiu do ex-embaixador Rubens Barbosa, que, em artigo no “Estado de S. Paulo” condenou “a tentativa de partidarização dos quadros do Itamaraty”.

“Certas pessoas gostariam que o chanceler fosse uma espécie de presidente de um Banco Central independente”, diz Amorim, reconhecendo as críticas. “Só que ele é o porta-voz da política externa do presidente eleito pelo povo. Respeito muito o Itamaraty mas fui indicado pelo presidente Lula”, rebate.

Aos 64 anos, Celso Amorim está no comando do Itamaraty pela segunda vez. Foi ministro de Itamar Franco, em 1993 e 1994, sucedendo Fernando Henrique Cardoso, que mais tarde seria presidente da República e que nesta eleição é o paradigma de tudo que o governo Lula condena.

“É PO-LÍ-TI-CA”

Além do comício de Guarulhos, Celso Amorim esteve com Lula na Cidade de Deus, a favela mais famosa do mundo; numa reunião política com professores e intelectuais, em São Paulo; e visitando operários nas portas das fábricas DaymleChrysler

e Ford, em São Bernardo, entre outras atividades eleitorais.

“Sou mais reconhecido em São Bernardo do que nos shopping-centers”, constata Amorim, um paulista de Santos que passou boa parte da vida no Rio e, extradiplomacia, foi aprendiz de cineasta e diretor da Embrafilme nos anos 70.

“Claro que as pessoas reconhecem em mim a política do presidente, e isso é gratificante”, prossegue. “Outro dia me parou um rapaz negro, de uns 18 anos, e disse: Celso, eu ia estudar arquitetura, mas agora vou tentar o Itamaraty”.

A defesa da política externa foi considerada por muitos o melhor momento do presidente Lula no debate com o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, domingo passado, na TV Bandeirantes. No encontro com intelectuais, no final de agosto, Lula ouviu tantas críticas à política monetária e tantos elogios à política externa que pediu a Amorim para falar à platéia, formada por petistas ortodoxos, como a filósofa Marilena Chauí, e dissidentes, como o economista Paulo Nogueira Batista Júnior.

“Tinha uns dez ministros ali, mas só falei eu, o único que não era filiado ao PT”, recorda Amorim. Nos anos 80, por influência do ex-ministro Renato Archer, ele foi filiado ao PMDB, mas nem sabe dizer se a ficha de filiação ainda existe.

“Claro que a política externa é de Estado, mas é po-lí-ti-ca, ou não estaria nas plataformas de cada candidato”, argumenta, escandindo a palavra-chave. “Não é a primeira vez que ela faz parte do debate nacional, mas há muito isso não acontecia”.

Amorim afirma que o breve governo Itamar Franco teve uma política externa “digna”, mas até por falta de tempo não desenvolveu um projeto completo “como o que está no discurso de posse do presidente Lula”.

“BEM NA FOTO”

O resumo dessa política seria, segundo o chanceler, a defesa dos interesses nacionais em negociações comerciais, buscando a integração da América do Sul e a aproximação com países de

dimensões semelhantes (Índia, África do Sul, China), e maior contato com a África e Oriente Médio, sem perder a interlocução com os Estados Unidos e a União Européia.

“O crescimento do comércio e das exportações em todas essas frentes é a expressão mais fácil do sucesso da política externa”, diz Amorim. “Mas também há uma dimensão política: o povo gosta de se reconhecer positivamente na relação com o mundo, não quer se ver cabisbaixo, com uma certa subserviência”.

“O último presidente vivia atrás de ser convidado para uma reunião do G8 (países mais ricos o mundo) e nunca foi”, provoca Amorim. “Lula foi convidado três vezes, sem pedir”.

A figura pública do presidente Lula é uma das chaves da interlocução com líderes como o presidente George W. Bush, dos Estados Unidos, e Jaques Chirac, da França. “Fica bem na foto sair com o Lula, porque mesmo os líderes mais à direita têm consciência de que existe um mal estar com a globalização selvagem”, avalia Amorim.

“Lula oferece resposta firmemente ancorada na reforma social e nos preceitos democráticos e não apenas na aparência”, prossegue. “Ele é um homem da classe operária, do terceiro mundo e um produto genuíno da democracia no Brasil”.

### **Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à ‘Gazeta Mercantil’, 19 de outubro de 2006**

O Brasil nunca teve tanto prestígio, diz Amorim/Capa

Fernando Exman

Brasília, 19 de Outubro de 2006 - O chanceler Celso Amorim, em entrevista exclusiva a este jornal, disse que no governo de Lula o Brasil ganhou um prestígio que nunca teve, a ponto de ter papel de protagonista nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de ser convidado para participar das reuniões do G8, que

inclui os sete países mais ricos do mundo. Mas reconhece que nem todas as metas foram alcançadas, como a ampliação do Conselho de Segurança da ONU.

Brasília - Chanceler faz balanço dos quatro anos de governo Lula no cenário internacional.

Amante do cinema, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, recorre ao boxe para ilustrar o que considera sucesso da política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva, criticada pelo candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin. Antes da gestão petista, diz o chanceler, comentava-se no exterior que o Brasil - mesmo tendo capacidade de competir nas categorias destinadas aos pugilistas de maior peso - disputava as divisões mais baixas.

Agora, acrescenta Amorim, o Brasil é convidado para participar das reuniões do G8, o grupo dos sete países democráticos mais ricos do mundo e a Rússia, e tem um presidente que desempenha papel de protagonista nas negociações comerciais multilaterais.

Em entrevista exclusiva à *Gazeta Mercantil*, Amorim rebate com ironia a acusação de que a atuação do Itamaraty não foi pautada pelo pragmatismo durante o governo Lula. “Diga para os empresários que estão ganhando dinheiro na China, Índia, Rússia ou África do Sul devolverem o dinheiro porque ele é ideológico”, provoca Amorim. “Não vivemos mais na Guerra Fria”, acrescenta.

A seguir os principais trechos da conversa, na qual Amorim se coloca à disposição de Lula caso o presidente seja reeleito e nega que o País tenha sido derrotado, por exemplo, ao não conseguir o status de integrante permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

**Gazeta Mercantil** - Qual a opinião do senhor sobre as propostas dos candidatos à Presidência para a política externa?

**Celso Amorim** - O presidente Lula está muito bem preparado porque conhece os temas de política externa. Os outros não têm sido muito felizes

quando buscam criticar. Não vou citar nomes. Outro dia li um artigo que dizia que nossa política é ideológica e não é pragmática, mas tudo o que ele (Geraldo Alckmin) dizia (que faria se eleito) a gente está fazendo, só que melhor.

**Gazeta Mercantil** - O debate é pobre?

C.A. - A oposição não vê flancos para criticar. Quiseram citar o caso da Bolívia para dizer que o Brasil deveria ter sido mais duro. Na base do diálogo, o Brasil tem sido firme na defesa de seus interesses. É diferente de ser arrogante, colocar tropas na fronteira.

**Gazeta Mercantil** - Qual o saldo da política externa brasileira na gestão Lula?

**Celso Amorim** - Muitas coisas que estavam no programa de governo do presidente Lula ocorreram. Houve o fortalecimento do Mercosul e a inclusão da Venezuela no bloco. Construímos a Comunidade Sul-Americana de Nações. Aconteceu a integração com a África, países árabes e outros grandes países em desenvolvimento. Essa integração não ocorre só em termos formais, mas em termos materiais. Houve aumentos espetaculares no comércio. As pessoas esquecem de dizer que o comércio aumentou mais onde colocamos ênfase na política externa. Não alcançamos todas as metas, como a ampliação do Conselho de Segurança da ONU e a conclusão da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). Mas estas questões não dependem só de nós. E, mesmo nestes casos, caminhamos na direção certa.

**Gazeta Mercantil** - A oposição e parte do empresariado consideraram um erro a inclusão da Venezuela no Mercosul.

**Celso Amorim** - A vida é complicada, dinâmica e sempre produz problemas novos. Estamos enfrentando os problemas num patamar mais elevado de integração com nossos vizinhos, com maiores benefícios econômicos.

**Gazeta Mercantil** - Quais benefícios econômicos?

**Celso Amorim** - A América Latina é hoje o

maior parceiro comercial do Brasil. Só a América do Sul já é maior do que os Estados Unidos, sendo que o comércio com os EUA está batendo recordes. Não estamos falando de uma situação de diminuição do comércio com os norte-americanos.

**Gazeta Mercantil** - O Brasil tentou conquistar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, além das diretorias gerais da OMC e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Houve falta de foco na política externa brasileira?

**Celso Amorim** - Não. Acho que querer ao mesmo tempo a diretoria da OMC e do BID foi provavelmente algo demais. Mas o caso da OMC não afetou em nada o prestígio do Brasil. Pelo contrário. Fortaleceu. Durante o processo de candidatura, nossa mensagem foi transmitida. Ulysses Guimarães também não se elegeu (à Presidência da República, em 1989), mas contribuiu para a democracia do Brasil. Não vou dizer que o Brasil nunca teve prestígio, mas nunca foi tão alto.

**Gazeta Mercantil** - E a meta do Brasil de virar membro permanente do Conselho de Segurança da ONU?

**Celso Amorim** - A questão do Conselho de Segurança não pode ser misturada com os outros temas. Trata-se de uma reforma da ONU, e não de uma candidatura do Brasil. O Brasil não perdeu nenhuma candidatura. A discussão sobre a reforma está no centro dos acontecimentos. Se vai ocorrer em um ou dois anos, não sei. Durante quanto tempo tivemos de lutar aqui para ter democracia e estabelecer a Constituinte? Essas coisas não ocorrem tão rapidamente.

**Gazeta Mercantil** - A diplomacia brasileira foi derrotada nesses temas?

**Celso Amorim** - Não. No episódio da candidatura da OMC, a extensão dos contatos que fomos obrigados a fazer fortaleceu o G20. O grupo, que tinha ficado reduzido a 13 membros depois da reunião de Cancun por causa das pressões, hoje tem 23 países. A gente nem quer mais. Claro que se

alguém se apresentar tudo bem, mas não fazemos mais proselitismo. Está bem do jeito que está.

**Gazeta Mercantil** - Já é possível ter a dimensão da importância histórica do G20?

**Celso Amorim** - A decisão de fazer o G-20 foi um lance muito ousado. Hoje parece fácil e até óbvio. Na época, não era. O G20 é uma conjugação de países em desenvolvimento que atua de maneira não confrontacionista, mas propositiva. Não é mais o presidente Lula que diz que o G20 mudou a geografia comercial do mundo. São os livros de geografia da França. Todo mundo reconhece que o Brasil tomou a liderança e assumiu os riscos do G20. Diria sem falsa modéstia que o Brasil mudou a dinâmica das negociações da OMC. Não foi o Brasil sozinho. Mas o Brasil lidera o G20 e é procurado - e diria que quase que cortejado - por EUA, União Européia e Japão, entre outros países.

**Gazeta Mercantil** - Os críticos dizem que a política externa do governo Lula é ideológica.

**Celso Amorim** - Diz para os empresários que estão ganhando dinheiro na China, Índia, Rússia ou África do Sul devolverem o dinheiro porque ele é ideológico (risos). O que tem de ideológico? Não vivemos mais na Guerra Fria. A Índia tem um acordo na área de energia nuclear com os EUA, e a África do Sul é citada como exemplo de transição para a democracia. Lamento muito dizer, mas ideológicos são esses críticos que não conseguem ver além de paradigmas.

**Gazeta Mercantil** - Que paradigmas?

**Celso Amorim** - Eles são presos aos paradigmas de que o Brasil sempre foi um país dependente e tem que continuar a ser. Que o Brasil precisa pedir licença para fazer as coisas. Esses paradigmas dizem que o Brasil não pode olhar para a Índia ou para a África do Sul sem passar antes por EUA ou Europa.

**Gazeta Mercantil** - O senhor permanecerá no cargo em eventual segundo mandato do presidente Lula?

**Celso Amorim** - O presidente Lula

representa um projeto muito importante para o Brasil, com o qual sempre me identifiquei. É um projeto de desenvolvimento nacional independente. Essa independência não é contraditória à interdependência. Significa aumentar a capacidade de tomar decisões autônomas levando em conta o que se passa no mundo, com inclusão social ao mesmo tempo. Se o presidente me pedir alguma missão que eu possa ajudar nesse projeto, provavelmente continuarei.

**Gazeta Mercantil** - O Brasil está na presidência do Mercosul neste semestre. O que foi feito de fato neste período?

**Celso Amorim** - Como o Mercosul tem uma reunião a cada seis meses, não se pode esperar que de seis em seis meses ocorra alguma coisa espetacular. Se a gente tiver a expectativa, vai gerar frustrações e erros. Não se pode pensar que o Mercosul vai ficar jogando foguetes ao ar a cada seis meses.

**Gazeta Mercantil** - Mas o que foi feito?

**Celso Amorim** - Conseguimos ter uma conversa muito positiva com Uruguai e Paraguai. Estamos tratando os problemas das assimetrias dentro do Mercosul sem que isso implique rupturas. A temperatura das queixas diminuiu muito. A Venezuela está se incorporando, e o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento das Instituições do Mercosul está sendo operacionalizado. Por fim, as negociações com os países do Conselho do Golfo também são importantíssimas. Pela primeira vez, estamos vendo algo concreto e real chegar ao Mercosul.

**Gazeta Mercantil** - Quais as ações voltadas aos países menores do Mercosul?

**Celso Amorim** - Estamos estudando – e provavelmente adotaremos – medidas que facilitem desde já o fim da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) para facilitar o comércio. Se necessário, começaremos unilateralmente com os países menores. Mas o bloco é feito também das relações bilaterais dos países. Fui recentemente numa missão ao Uruguai em que levamos diversas instituições, inclusive privadas, para estudar como

podemos contribuir efetivamente para o rompimento dos gargalos normativos, burocráticos e de financiamento. Queremos fazer algo semelhante com o Paraguai.

**Gazeta Mercantil** - Como andam as conversas informais para que a Rodada Doha seja retomada?

**Celso Amorim** - Por causa do momento político aqui, nos EUA e em outros lugares, estamos num momento que recomenda que tudo seja um pouquinho na surdina. Uma semana atrás falei com o Peter Mandelson (comissário europeu), por iniciativa dele. Acredito que depois da eleição parlamentar americana, no fim de novembro ou início de dezembro, possa ocorrer algo de mais peso e consistência. Acredito que seja muito difícil para a negociadora norte-americana, Susan Schwab, assumir um compromisso neste momento.

**Gazeta Mercantil** - Quais as perspectivas para o reinício das negociações?

**Celso Amorim** - Não sei quando ou de que maneira ocorrerá a retomada. Não tenho bola de cristal. Mas tenho confiança de que a rodada irá adiante. Todos querem e vêem que é necessário fazer movimentos. É diferente de situações anteriores.

**Gazeta Mercantil** - Como são dentro do governo – entre Itamaraty, Palácio do Planalto e Ministério de Minas e Energia – as discussões sobre o papel que a Petrobras deve ter nas negociações com a Bolívia sobre a questão do gás natural?

**Celso Amorim** - A gente tem que buscar um equilíbrio. A Petrobras desempenha a política energética do governo e, ao mesmo tempo, é uma empresa. Nem sempre é muito fácil equilibrar, mas o diálogo é bom e tem sido positivo porque introduz uma boa dose de pragmatismo na discussão. Não pode ser uma discussão puramente política ou técnica. O diâmetro do gasoduto e o preço do gás são questões técnicas. Mas o conjunto da relação é político. Em resumo, temos que criar um bom ambiente político para que haja uma boa negociação técnica. E isso tem ocorrido bem.

**Gazeta Mercantil** - A proximidade do fim do prazo imposto pela Bolívia para as negociações pode atrapalhar um entendimento?

**Celso Amorim** - Não vou fazer agora uma previsão sobre isso. É um assunto delicado tanto lá quanto cá. Há canais abertos de negociação. O problema do prazo é que os temas são complexos e exigem um pouco de tempo. Se houver bom senso, a gente conseguirá resolver.

**Gazeta Mercantil** - No início do mandato, o presidente Lula era considerado o principal líder da região. Nos últimos anos, no entanto, alguns analistas apontam o crescimento da influência do presidente venezuelano, Hugo Chávez.

**Celso Amorim** - Não estamos em competição por liderança. O presidente Lula representa para o mundo - não só para a região - um caminho de uma liderança reformista, democrática, moderada e de diálogo que tem muita atração. Não cabe a minha pessoa fazer um juízo de valor sobre as posições e o comportamento do presidente Chávez, que foi eleito e confirmado pelo povo venezuelano.

**Gazeta Mercantil** - O Brasil condenou o teste nuclear realizado pela Coreia do Norte. Qual pode ser o efeito sobre o país dessa crise?

**Celso Amorim** - Nada que ocorre no mundo nos é estranho. Temos a convicção de que não se combaterá efetivamente e eficazmente a proliferação nuclear se não houver passos efetivos para o desarmamento nuclear total. O Brasil já tem escrito na sua Constituição que não quer ter arma nuclear.

### **Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, "Jornal do Brasil", 24 de outubro de 2006**

Fernando Exman

Celso Amorim tem 64 anos, nasceu em Santos e foi ministro das Relações Exteriores, pela primeira vez, no governo Itamar Franco, quando deu prioridade às relações com os países da América

Latina. Na juventude, foi assistente de direção em filmes do Cinema Novo.

BRASÍLIA. Amante do cinema, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, recorre ao boxe para ilustrar o que considera sucesso da política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva, criticada pelo candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin. Antes da gestão petista, de acordo com o chanceler, comentava-se no exterior que o Brasil - mesmo tendo capacidade de competir nas categorias destinadas aos pugilistas de maior peso - disputava as divisões mais baixas.

Agora, acrescenta Amorim, o Brasil é convidado para participar das reuniões do G-8, o grupo dos países democráticos mais ricos do mundo, e tem um presidente que desempenha papel de protagonista nas negociações comerciais multilaterais.

Em entrevista exclusiva ao Jornal do Brasil, Amorim rebate com ironia a acusação de que a atuação do Itamaraty não foi pautada pelo pragmatismo durante o governo Lula.

- Diga para os empresários que estão ganhando dinheiro na China, na Índia, na Rússia ou na África do Sul devolverem o dinheiro porque ele é ideológico - provoca Amorim. - Não vivemos mais na Guerra Fria.

A seguir os principais trechos da conversa, na qual Amorim se coloca à disposição de Lula caso o presidente da República seja reeleito. E nega, com veemência, que o Brasil tenha sido derrotado, por exemplo, ao não conseguir o status de integrante permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Qual a opinião do senhor sobre as propostas dos candidatos à Presidência para a política externa?

- O Presidente Lula está preparado porque conhece os temas de política externa. Os outros não têm sido muito felizes quando buscam criticar. Quiseram citar o caso da Bolívia para dizer que o Brasil tinha de ser mais duro. Na base do diálogo, o Brasil tem sido firme na defesa de seus interesses. É diferente de ser arrogante, colocar tropas

na fronteira.

Que balanço o senhor faz da política externa na gestão petista?

- Houve o fortalecimento do Mercosul e a inclusão da Venezuela no bloco. Construimos a Comunidade Sul-Americana de Nações e aconteceu a integração com a África, países árabes e outros países em desenvolvimento. Essa integração não ocorre só em termos formais mas em termos materiais. Houve aumentos espetaculares no comércio. As pessoas se esquecem de dizer que o comércio aumentou mais onde colocamos ênfase na política externa.

A oposição e parte dos empresários consideraram um erro a inclusão da Venezuela no Mercosul.

- A vida é complicada, dinâmica e sempre produz problemas novos. Nós estamos enfrentando os problemas num patamar mais elevado de integração com nossos vizinhos, com maiores benefícios econômicos.

Que benefícios?

- A América Latina é hoje o maior parceiro comercial do Brasil. Só a América do Sul já é maior do que os Estados Unidos, e o comércio com esse país está batendo recordes. Não estamos falando de uma situação de diminuição do comércio com os norte-americanos.

O Brasil tentou conquistar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, além das diretorias gerais da OMC e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Houve falta de foco na política externa?

- Não. Acho que querer ao mesmo tempo a diretoria da OMC e a do BID foi provavelmente algo demais. Mas o caso da OMC não afetou em nada o prestígio do Brasil. Pelo contrário, fortaleceu. Durante o processo de candidatura, nossa mensagem foi transmitida. Ulysses Guimarães também não se elegeu (para a Presidência, em 1989), mas contribuiu para a democracia do Brasil. Não vou dizer que o Brasil nunca teve prestígio, mas nunca foi tão alto.

E a meta de virar membro permanente do Conselho de Segurança da ONU?

- A questão do Conselho de Segurança não pode ser misturada com os outros temas. Trata-se de uma reforma da ONU, e não de uma candidatura do Brasil. A discussão sobre a reforma está no centro dos acontecimentos. Se vai ocorrer em um ou dois anos, não sei. Durante quanto tempo tivemos de lutar aqui para ter democracia e estabelecer a Constituinte? Essas coisas não ocorrem tão rapidamente.

Os críticos dizem que a política externa do governo Lula é ideológica.

- Diz para os empresários que estão ganhando dinheiro na China, na Índia, na Rússia ou na África do Sul devolverem o dinheiro porque ele é ideológico (risos). O que tem de ideológico? Não vivemos mais na Guerra Fria. A Índia tem um acordo na área de energia nuclear com os EUA, e a África do Sul é citada como exemplo de transição para a democracia. Ideológicos são esses críticos que não conseguem ver além de paradigmas.

Que paradigmas?

- Eles são presos aos paradigmas de que o Brasil sempre foi um país dependente e tem que continuar a pedir licença para fazer as coisas. Esses paradigmas dizem que o Brasil não pode olhar para a Índia ou para a África do Sul sem passar antes pelos EUA ou pela Europa.

Como são dentro do governo - entre Itamaraty, Planalto e Ministério de Minas e Energia - as discussões sobre o papel que a Petrobras deve ter nas negociações com a Bolívia sobre a questão do gás natural?

- A Petrobras desempenha a política energética do governo e, ao mesmo tempo, é uma empresa. Nem sempre é muito fácil equilibrar, mas o diálogo é bom e tem sido positivo porque introduz uma boa dose de pragmatismo na discussão. Não pode ser uma discussão puramente política nem técnica. O diâmetro do gasoduto e o preço do gás são questões técnicas. Mas o conjunto da relação é político.

**Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, para “O Globo”, 29 de outubro de 2006**

Comércio recorde com os EUA

Chanceler diz que, mesmo sem Alca, relações com os americanos nunca foram tão bem

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, confia na reeleição, hoje, do presidente Lula e faz um diagnóstico fatal sobre a tentativa de aliança entre os países do continente: a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) acabou. Mesmo assim, assegura que as relações entre o Brasil e os EUA nunca foram tão bem. Cotadíssimo para permanecer no cargo, Amorim diz que não recebeu convite de Lula, mas dá sinais de que deve ficar no cargo e revela que o Brasil buscará novos parceiros políticos e comerciais, dando maior atenção ao Sudeste da Ásia e ao Leste Europeu: “Mas não vamos abandonar nossa área prioritária, que é a América do Sul.”

Na campanha, o presidente Lula, pela primeira vez, disse que não tem mais Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A Alca saiu dos planos?

**Celso Amorim:** Hoje em dia, acho que a Alca realmente acabou. A Alca, como foi concebida, acabou. Isso não significa um fracasso, mas, se fosse do jeito como estava, a indústria naval brasileira não estaria produzindo plataformas de petróleo, as indústrias brasileiras farmacêuticas estariam sofrendo pressões ainda maiores do que já sofrem, por causa da lei de patentes, os subsídios agrícolas continuariam ocorrendo e seríamos obrigados a comprar produtos subsidiados dos americanos, como aconteceu no TLC (Tratado de Livre Comércio), firmado entre Colômbia e EUA. Essa Alca não servia. Os prejuízos de uma Alca, tal como estava concebida, eram infinitamente maiores do que os benefícios. O Brasil não pode perder a prerrogativa de usar o seu mercado e as compras do Estado como instrumento de política industrial.

Os acordos comerciais que os EUA estão fechando com os países da região não estão isolando

o Brasil?

**Celso Amorim:** O crescimento das exportações do Brasil para a América do Sul no primeiro semestre de 2006 em relação aos seis primeiros meses de 2002 foi de 258%. Para o conjunto da América Latina, 220%, para o Mercosul, 332%. Um país que fez acordo com os EUA, como o Peru, importou 139% mais do Brasil este ano. No caso da Colômbia, que é muito ligada aos americanos, o aumento foi de 95%. É claro que não ficamos isolados. Ao contrário.

Como estão as relações entre Brasil e EUA?

**Celso Amorim:** Vocês já viram alguma vez tantas autoridades americanas vindo ao Brasil? Somente a representante de Comércio dos EUA, Susan Schwab, esteve aqui duas vezes em cinco semanas. Temos muito boas relações com o presidente George W. Bush, pragmáticas e diretas. Falo com Condoleezza Rice (secretária de Estado dos EUA) com grande frequência e, em diversas ocasiões, é ela quem me telefona e não é para falar bobrinha. Conversamos sobre Haiti, América do Sul, Coreia do Norte, Líbano. Sem contar que nosso comércio com os EUA vem batendo recordes.

Qual a sua expectativa para a Rodada de Doha nos próximos anos?

**Celso Amorim:** Tenho certeza de que o acordo na OMC (Organização Mundial do Comércio) sairá. Pode até demorar, mas ele vai sair, porque o mundo não pode viver sem a OMC. Conseguimos, por exemplo, uma data final para os subsídios à exportação, em 2013. Além disso, está consagrado que os subsídios internos têm que cair em termos reais. No início, os países ricos queriam concessões brutais dos países em desenvolvimento, para ceder na agricultura. Hoje, está tudo dentro do princípio da proporcionalidade.

Qual a estratégia para os próximos quatro anos?

**Celso Amorim:** Há muito o que fazer. Claro que uma das coisas é aprofundar as relações com os EUA, mas nunca de forma unidirecional, é com todo

mundo. Vivemos em um mundo multipolar e temos que aproveitar essa multipolaridade tanto econômica quanto politicamente. Não há dúvida de que os EUA são um grande mercado, mas vamos continuar buscando outros caminhos, para não sermos dependentes de apenas um.

Que novos parceiros e aliados o Brasil quer conquistar?

**Celso Amorim:** Há algumas áreas onde nós vamos nos aproximar: o Sudeste da Ásia, o Pacífico e a Austrália e o Leste Europeu (regiões concorrentes do Brasil na atração de investimento, na agricultura e nas exportações). Também vamos aprofundar e diversificar as parcerias tecnológicas não só em biocombustíveis, mas em outras áreas, como defesa e eletroeletrônica. Não houve tempo para traçarmos uma política de diversificação tecnológica. Este é o grande desafio.

A estratégia Sul-Sul terá reforço?

**Celso Amorim:** Quando fizemos a conferência da América do Sul com o Mundo Árabe, eu disse na época que houve um deslocamento das placas tectônicas na geografia mundial. Simplesmente, as regiões não estavam acostumadas a olhar uma para outra. E já existem resultados concretos no comércio. O Mercosul vai firmar um acordo com o Conselho de Cooperação do Golfo. O Ibas (aliança entre Índia, Brasil e África do Sul) é uma coisa que mexe com a cabeça das pessoas. Mas não vamos abandonar nossa área prioritária, que é a América do Sul. Qualquer que seja o futuro ministro, deve ser feito um trabalho interno na região.

O método de lidar com o Mercosul, onde há muita insatisfação, não precisa mudar?

**Celso Amorim:** No Mercosul, as queixas dos nossos parceiros, sobretudo os parceiros menores, são verdadeiras. As exportações do Uruguai hoje são metade do que chegaram a ser. E o que a gente faz em uma negociação diplomática não é suficiente. Os outros órgãos da administração brasileira têm que participar disso.

Seria o caso de combinar as políticas internas

com a da integração, como se fossem todos um só país?

**Celso Amorim:** É chegar um pouco nisso, como faz a União Européia. Algo que precisa ser resolvido diz respeito às normas técnicas, que muitas vezes acabam se tornando um empecilho burocrático. Não queremos diminuir as nossas normas técnicas, mas podemos dar assistência a um produtor uruguaio, que produz cem litros de água mineral e precisa colocar o rótulo em português em todas as garrafas que ele quer vender para o Brasil. É preciso entender que comércio é uma via de duas mãos. Com exceção da Bolívia, por causa do gás, o Brasil tem superávit com todos os países da América do Sul. Não adianta querer ser mais competitivo em tudo.

Reconhecer a China como economia de mercado não foi uma ação de risco?

**Celso Amorim:** Não teríamos vendido os aviões da Embraer se não tivéssemos reconhecido a China como economia de mercado. Também não teríamos resolvido o problema da soja, que persistia há dois anos. A única limitação efetiva é que, se o Brasil for aplicar uma medida antidumping, tem que seguir as regras da OMC. E o Brasil tem várias ações antidumping correndo contra a China. Você não pode esperar vender US\$8 bilhões para a China e fechar totalmente nosso mercado.

### **Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, “Clarín”, 1º de novembro de 2006**

“Brasil y Argentina serán el eje para la integración de América del Sur”

ELECCIONES EN BRASIL :  
ENTREVISTA EXCLUSIVA CON EL  
CANCILLER CELSO AMORIM, LUEGO DE LA  
REELECCIÓN DE LULA

Para el ministro, ambos países tiene esa enorme responsabilidad. Dijo que el liderazgo de Brasil es abierto y respeta las cuestiones internas de los países.

Por Eleonora Gosman. BRASÍLIA.

## ENVIADOS ESPECIALES.

El canciller Celso Amorim habla todo el tiempo con una amplia sonrisa. El resultado de las elecciones explica el gesto. Pero también lo que describe como la calidad de la relación en la región. No levanta críticas por los acuerdos con Bolivia y pone barreras a las presiones de EE.UU. al tiempo que remarca, en esta entrevista exclusiva en su oficina de Itamaraty, la primera que brinda desde el comicio, que no habrá un giro hacia Washington ni un alejamiento de Venezuela.

—¿Cómo caracteriza el vínculo con Argentina?

—Hemos tenido mucho diálogo con Argentina. Conversamos mucho de temas energéticos, en varios niveles. El ministro (Julio) De Vido tiene una comunicación muy fluida con varios ministros brasileños. Y creemos que Brasil y Argentina tienen la enorme responsabilidad de liderar la integración sudamericana. Con todo respeto hacia los otros países, Brasil y Argentina juntos son una gran masa territorial y poblacional.

—¿Cómo se manifiesta ese liderazgo?

—No quiere decir que nosotros vayamos a tener una relación puramente bilateral. Por el contrario, se trata de un liderazgo compartido, generoso. Por ejemplo, ahora vamos a la cumbre de Africa y América del Sur. Brasil, por ejemplo, podría haber hecho un acuerdo Brasil-Africa como fue sugerido por algunos africanos. Pero nosotros hallamos más interesante compartir con América del Sur. No porque nosotros seamos buenitos. Es porque solos no vamos a tener la misma fuerza en el mundo. Brasil y Argentina tienen una visión muy clara de eso, al mismo tiempo es una mirada bien anclada en la democracia.

—Brasil, como Argentina, sufre la amenaza de ser eliminados del sistema general de preferencias de EE.UU., que permite no pagar un sinnúmero de impuestos aduaneros. ¿Qué hará Brasil?

—Si EE.UU. hace eso, sería un tiro en el pie. Nuestras exportaciones que van por ese sistema de

preferencias son comercio intrafirmas. Si ellos retiran las preferencias, quien va a ganar es China. Y EE.UU. tiene un déficit comercial fenomenal con China.

—Hay sectores muy duros en EE.UU. que sostienen que Brasil no lidera en América del Sur.

—Mire, hay visiones muy distanciadas de la realidad, influenciadas por ciertos pensamientos dentro de EE.UU. No es una visión dominante. Allá Brasil es visto con mucho respeto. Brasil es consultado en un montón de cuestiones ahora con mayor frecuencia que en el pasado. Incluso sobre Venezuela, que es un tema complicado y difícil de absorber por EE.UU.

—¿Y por qué EE.UU. dice entonces eso de Brasil?

—Algunas veces, ellos querrían que Brasil tuviera un cierto tipo de liderazgo para obtener determinados resultados. Pero Brasil tiene una actitud abierta y acepta democráticamente que cada país defina sus cuestiones internas. Ellos creen que ser líder es obligar a los otros países a que se comporten según un único patrón. Nosotros no criticamos nunca ni a Colombia ni a Perú por firmar un Tratado de Libre Comercio (TLC) con EE.UU. Imagine si nosotros hubiéramos querido ejercer nuestro liderazgo impidiendo esos tratados.

—Brasil tiene alguna crítica seria contra Venezuela, por ejemplo respecto de Bolivia?

—Vea, las dudas que pudieron haber surgido fueron tratadas con mucha franqueza, tanto por Lula como por Chávez. No tenemos ningún problema con Venezuela. Inclusive Lula viaja a Venezuela el día 13 a inaugurar un puente muy importante sobre el río Orinoco. Tenemos una presencia comercial muy fuerte en Venezuela, tenemos proyectos conjuntos de Petrobras con Pedevesa. Defendimos mucho la entrada de Venezuela al Mercosur, con las dificultades que eso tiene. Nosotros no nos expresaríamos como lo hace Chávez pero apoyamos a Venezuela para el lugar en el Consejo de Seguridad. Ahora habrá que resolver el tema de ese asiento. Buscar una solución para toda América latina que sea de consenso.

—La relación con Argentina está bien. ¿Pero qué hay que mejorar?

—Esta todo bien. Conseguimos apaciguar todo. Hicimos la MAC —que nunca fue aplicada— hicimos el acuerdo automotor. Las relaciones son excelentísimas entre los presidentes. No hay envidias, no hay disputas. Hay mucha coordinación en todos los temas.

—¿Qué opina de un acuerdo de Uruguay con EE.UU.?

—Entiendo que están discutiendo un acuerdo que no es de libre comercio. Nosotros acordamos plenamente con el presidente Tabaré Vázquez para que Uruguay tenga negociaciones bilaterales con EE.UU. si esos acuerdos no lesionen el corazón del Mercosur que es el arancel externo común. Si el hace ese acuerdo, que no comprometa la integridad de la unión aduanera, entonces no hay ningún problema.

—¿Esta satisfecho como se produjo a última hora el acuerdo con Bolivia?

—Estamos satisfechos con el acuerdo con Bolivia, que está ligado al abastecimiento del gas a Brasil. Tenemos que mirar la situación de Bolivia

—Pero a Petrobras, ¿le conviene ser una operadora, en vez de dueña como antes?

—¿Cuántas operadoras hay en Arabia Saudita? Se ha hecho un drama enorme y fue una mezcla de ignorancia (por no saber cómo es en otros lugares) y una tentativa de explotar el tema en la campaña. Nuestros adversarios hablaron mucho pero no habrían hecho nada diferente. No estamos más en el siglo XIX ni vamos a mandar tropas para la frontera. Hay que respetar la soberanía de los países.

### **Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal “Última Hora”, Assunção, Paraguai, 24 de novembro de 2006**

Tras una visita varias veces pospuesta, el ministro de Relaciones Exteriores del Brasil, Celso Amorim, desarrolló finalmente ayer una jornada oficial en el Paraguay. La primera desde que Lula da Silva

y Nicanor Duarte Frutos asumieron los gobiernos de sus respectivos países en 2003.

Al término de las actividades protocolares del día, Amorim recibió a Última Hora en el despacho del embajador brasileño. Allí, con la cordialidad que le caracteriza, dialogó sobre aspectos resaltantes de la agenda bilateral.

Reconoció que es difícil trocar la “visión nacional de la economía” del aparato estatal de su país en una perspectiva integracionista.

**P.** En los últimos años surgieron en Paraguay severas críticas hacia el Brasil, ¿sintió esa agresividad durante su visita?

**R.** No, agresividad, bueno... de los medios; pero de los medios estoy acostumbrado, de manera que eso no me causa ninguna preocupación especial, creo que es parte de la democracia, que cada medio pueda decir lo que quiera, lo que piensa, muchas veces el ataque en realidad no es para usted, es para atacar al Gobierno, de manera que todo eso lo comprendemos y lo conocemos, no puedo decir que sea digamos una causa de molestia, de pesar.

Tal vez sea a veces una incompreensión, pero eso pasa también con la prensa brasileña, de modo que no hay problema.

**P.** ¿Y en otros sectores, el Gobierno, los empresarios...?

**R.** Yo diría que aquí, en general, con el Gobierno ha sido todo, digamos muy cordial. Claro que hay insatisfacción, pero lo comprendo. Los empresarios quizá han sido más enfáticos, aunque también en términos muy cordiales y diplomáticos, pero también más enfáticos en la expresión de las frustraciones.

Pero yo debo decir que una buena parte de las frustraciones yo las comparto, porque hay muchas cosas que se resuelven en el más alto nivel, y el presidente Lula es una persona que tiene más interés en la integración, en una relación positiva, creativa con Paraguay, pero uno puede tener esas posiciones en el alto nivel, pero pasarlo a la burocracia, pasarlo a otros niveles de la sociedad no es obvio, hay

imágenes recíprocas que se forman y que muchas veces no son positivas, hay actitudes que vienen de otra situación histórica, tanto aquí como en Brasil.

**P.** ¿En Brasil, cuáles, por ejemplo?

**R.** Brasil tenía hasta hace poco tiempo una economía muy cerrada, después hubo una apertura muy unilateral y muy drástica y mucha gente del aparato del Estado pasó a tener casi como un deber patriótico en crear dificultades para la importación o para la compra, sin la distinción entre lo que venía de un país rico, o lo que venía con subvenciones o lo que viene de un socio del Mercosur.

No lo hacían digamos por ninguna razón malévol, pero es como la cultura se formó. Toma tiempo cambiar esa cultura, que estaba esencialmente basada en una visión nacional de la economía, para una visión integracionista, que es la que tiene el presidente, la que tenemos nosotros. Claro que hay también intereses nacionales, pero hay un cambio difícil.

**P.** Se suma frustración...

**R.** Yo siempre digo, en Brasil incluso, que uno no puede esperar que el Paraguay y el Uruguay no tengan quejas con relación al Brasil en el Mercosur. Cuando sus exportaciones disminuyen y no aumentan, porque la promesa era al contrario, entonces la sensación es de que el país asume obligaciones y no tiene satisfacciones.

Entonces el problema tiene que resolverse.

**P.** Canciller, hay una situación comercial de tensión en la Triple Frontera. ¿No cree usted que la falta de un verdadero mercado común, con reglas claras para todos y coordinación de políticas macroeconómicas y sectoriales favorece la informalidad?

**R.** Bueno, esa es una evolución. Yo creo que hay un cambio. Yo veo que en la última reunión que se hizo de ministros de Economía hubo planteamientos muy positivos en cuanto a la utilización de moneda nacional, pero yo diría, hay una falta de reglas claras, estoy de acuerdo, y de reglas flexibles también para que puedan... pero hay sobre todo una falta de una cultura, y creo que quizás lo que explica

eso, sobre todo en Brasil.

Yo no estoy diciendo eso como justificativo, pero es una realidad. Brasil es un país muy grande, entonces esas cosas todas toman tiempo para penetrar ¿no?, cuando uno está ahí en el norte del Brasil, para hacer la misma regla con el sur ya es difícil, entonces, hacerlas con otros países, más aún. Pero yo creo que está caminando. Vamos de manera progresiva caminando en ese sentido.

**P.** A mediados de año, en Buenos Aires, usted propuso un “New Deal” en el Mercosur, un Nuevo Trato, como forma de hacer frente al creciente descontento de Paraguay y Uruguay con el bloque, ¿Qué medidas concretas propondrá Brasil en la próxima cumbre?

**R.** Bueno, estamos evolucionando, eso no depende solamente de nosotros. Brasil no es así como si fuera el socio único, hay que discutir con los demás, no solamente con los pequeños. Pero hay varias cosas que estamos estudiando, como en lo que hace a términos de origen, a aceptar el salto arancelario como suficiente para caracterizar el producto como Mercosur, por lo menos para los países pequeños.

Otra cosa era poner en operación los Fondos Estructurales, y ya logramos ponerlo ahí y hoy notificamos que se concretaron todos los procedimientos en Brasil.

Entonces esas son algunas cosas que pueden contribuir, y otras cosas, en términos de financiación de las cuales vamos a hablar también.

**P.** ¿Por qué se pospuso la cumbre del Mercosur?

**R.** La razón principal es que coincidiría con la Cumbre Sudamericana en Cochabamba, entonces la cosa iba a quedar dividida, unos irían a una y otros a otra. (La cumbre del bloque se hará, finalmente el 18 de enero).

Sus frases

“Hay cosas que se resuelven al alto nivel, pero pasarlo a la burocracia, a otros niveles de la sociedad, no es obvio”.

“Es difícil trocar la visión nacional de la economía del aparato estatal del país a una perspectiva integracionista”.

“Si sus exportaciones disminuyen y no aumentan, entonces la sensación es de que se asumen obligaciones sin satisfacciones”.

(Por Adrián Cattivelli Taibo)

### **Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, revista “IstoÉ”, 29 de novembro de 2006**

Cotado para continuar no cargo, o atual chanceler quer ampliar relações com países emergentes

São poucos, pouquíssimos, os diplomatas disponíveis no mundo com tamanha envergadura. Celso Amorim já fez de tudo – e já foi tudo de relevante. Primeiro trabalhou como cineasta, se juntando àquela turma do cinema novo que achava que podia mudar o mundo com uma “câmera na mão e uma idéia na cabeça”. Chegou a assistente de direção do clássico *Os cafajestes*, de Ruy Guerra, mas acabou se desviando para o Itamaraty. “O cinema me deu a sensibilidade para os temas humanos, a régua e o compasso com os quais edifiquei minha diplomacia”, diz ele. Hoje, aos 64 anos, com três filhos cineastas – e ainda louco por cinema –, Amorim exibe um currículo vistoso. Já foi ministro das Relações Exteriores de Itamar Franco, e um dos raros a bisar na chancelaria, ao lado do barão do Rio Branco. Como chanceler de Lula, tornou-se um dos homens mais influentes do planeta – mas também criou uma política externa controversa, que bateu de frente com os Estados Unidos nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), organizou os países emergentes para enfrentar os americanos e europeus nas negociações da OMC, o chamado Grupo dos 20 (G-20), e priorizou um eixo de poder Sul-Sul, formado por Brasil, Índia e África do Sul. Agora, todos os sinais emitidos pelo presidente Lula são de que Celso Amorim deve

permanecer como chanceler. Pela terceira vez. Para fazer o quê? “Chegou a hora de dar mais atenção aos tigres asiáticos”, anuncia. Abaixo, a entrevista que Celso Amorim concedeu a ISTOÉ no Itamaraty:

**Isto É** – O Brasil continuará com uma política externa controversa no próximo mandato?

**Celso Amorim** – É controversa somente para alguns setores empresariais, mas é uma política externa que tem grande apoio popular. Prova disso é que hoje eu sou reconhecido pelo povo em vários lugares por onde ando. E não é só no Congresso, mas nas ruas. Não é aquela história de acharem que sou artista da Globo, são pessoas do povo que sabem o que eu faço. Já fui abordado – em porta de fábrica ou em shopping center – por garis, policiais ou operários que querem saber como vamos tratar a Bolívia e os Estados Unidos. O povo está acompanhando os assuntos de política externa, e isso é uma coisa nova no Brasil.

**Isto É** – Mas a polêmica não se dá porque essa política colecionou fracassos, como a reforma do Conselho de Segurança da ONU?

**Celso Amorim** – Tudo bem, vamos começar discutindo os supostos fracassos. Quais? O Brasil não ter conseguido uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU? Isso não foi uma derrota. Primeiro porque essa pretensão não é uma invenção do governo Lula. É uma posição da diplomacia brasileira desde 1945, cujo debate retornou com o presidente Sarney e se intensificou com Itamar Franco. O que aconteceu no governo Lula é que o Brasil ganhou mais projeção internacional e se uniu à Alemanha, ao Japão e à Índia para impulsionar a reforma da ONU. Não estamos em má companhia e é uma questão de tempo conseguirmos a vaga. Gostaria que o processo de negociação estivesse concluído. Mas nós sabemos que é um debate longo.

**Isto É** – E como o sr. explica o fracasso das negociações da Alca?

**Celso Amorim** – Não foi um fracasso, ao contrário, conseguimos desmontar um esquema que

seria ruim para nós. A Alca, do jeito que estava desenhada, seria prejudicial aos interesses dos empresários e dos trabalhadores brasileiros. Não poderíamos desenvolver a indústria naval como estamos fazendo porque isso depende do dinheiro do governo e os americanos não queriam permitir tal financiamento público. Não poderíamos manter uma política de remédios baratos para o povo porque isso significa ter normas sobre patentes mais flexíveis, que os Estados Unidos não aceitavam. Também na questão dos subsídios agrícolas, que nós combatemos, não teria sido possível avançar. Por isso, paralisar as negociações da Alca, da maneira que estava colocada, não foi uma derrota, mas uma vitória para o Brasil.

**Isto É** – Quais os setores que o Brasil tem chances de estabelecer acordos comerciais com os Estados Unidos?

**Celso Amorim**– O álcool, por exemplo. Há um grande interesse em desenvolver projetos em comum. Nosso problema no momento é conseguir tratar o etanol como fonte de energia, como base energética, e não como um simples produto agrícola sujeito a subsídio, como é hoje. Nos interessa desenvolver coisas desse tipo. Mas há chances de acordo em todos os setores. Queremos negociar? Queremos, mas em termos adequados, como estamos conversando com a União Européia. Mas isso exige paciência. Porque é necessário colocar o acordo em termos adequados, para que não prejudique a nossa política industrial, a nossa política de medicamentos.

**Isto É** – No caso da Bolívia, que nacionalizou o setor de hidrocarburetos e ameaçou os interesses brasileiros, não faltou realpolitik?

**Celso Amorim**– Realpolitik no século XXI? O único caminho é o diálogo. Um diálogo com firmeza, mas não cantando de galo, nunca. As entrevistas do presidente Lula, e as minhas também, são todas nesse tom – diálogo, mas com firmeza. As críticas vêm de uma velha psicologia existente no Brasil, a de que devemos ser submissos com os fortes

e arrogantes com os fracos. A nova política externa é a de que queremos ser tratados de igual para igual pelos outros, sentar na mesma mesa com as superpotências. E vice-versa.

**Isto É** – Respeitando os mais fracos?

**Celso Amorim**– Sim, as pessoas não estão acostumadas a tratar os mais fracos com respeito. Estamos acostumados a nos sujeitar aos mais fortes. Mas isso não quer dizer que nós vamos aceitar tudo o que eles querem, e eles sabem disso. Nessas conversas com a Bolívia, por exemplo, o Brasil não deu para trás. Se o governo boliviano nos ameaçar, haverá uma reação do Brasil. Não tenha dúvida.

**Isto É** – Quais as mudanças na política externa que teremos no próximo governo?

**Celso Amorim**– Ainda não sei quem será o chanceler.

**Isto É** – Então, quais recomendações o sr. deixaria para o próximo chanceler, ainda que ele venha a ser Celso Amorim?

**Celso Amorim**– A integração da América do Sul é a prioridade principal. E não é a prioridade deste governo nem a minha, mas do Itamaraty como um todo, com base na realidade global. Temos que priorizar a América do Sul, porque o mundo está se unindo em blocos, e as Américas não formam um bloco. Há uma superpotência, outros países em desenvolvimento e ainda nações muito pequenas e pobres. Mas a América do Sul pode ser um bloco, que não é homogêneo, que tem suas turbulências, mas que tem condição de formar uma grande unidade com capacidade de negociar. Por isso a entrada da Venezuela no Mercosul foi tão importante. O Mercosul não é formado apenas pelo Cone Sul e pode ser um bloco de países do Caribe até a Patagônia.

**Isto É** – E as novas prioridades?

**Celso Amorim**– Não são novas, elas são as mesmas, com a integração da América do Sul em primeiro lugar. Mas temos uma nova meta a atingir, uma aproximação comercial e estratégica com os tigres asiáticos. A gente tem que trabalhar mais aí.

Não se trata de mudar prioridades, mas avançar naquilo que ainda não fizemos, ter mais espaço e mais tempo para outros países. Neste governo já trabalhamos muito na aproximação com a China, com o bloco Índia e África do Sul, com os países árabes. Chegou o momento de trabalhar com os tigres e a Europa Oriental. Com a Rússia nós já trabalhamos muito e vamos continuar trabalhando, mas existem outros países na região, como a Polônia, com os quais podemos estreitar laços.

**Isto É** – Como o sr. vê as críticas de que o Itamaraty dá pouca atenção aos Estados Unidos e à União Européia?

**Celso Amorim**– Americanos e europeus sempre foram e sempre serão nossos parceiros estratégicos. E lembro que o comércio com ambos cresceu muito neste governo. Só não foi maior por causa do protecionismo deles, por culpa deles. Mas o comércio cresceu ainda mais com a América do Sul. O continente europeu já é nosso maior parceiro, ultrapassou os Estados Unidos. O que os críticos têm que entender é que os americanos e europeus podem até ser nossos maiores sócios, mas não são os únicos. Temos que buscar outras alternativas, como os tigres. Mas acho que até esse tipo de crítica está mudando. Os artigos na imprensa já estão dizendo que precisamos fazer mais pelos grandes mercados, mas fazem a ressalva: sem abandonar o que já conseguimos nos emergentes.

**Isto É** – E quais foram os resultados dessa aliança com os países emergentes?

**Celso Amorim**– A liga Brasil, Índia e África do Sul, por exemplo, está gerando excelentes resultados, não apenas comerciais, mas também políticos, tecnológicos e estratégicos. Outro dia a Condoleezza Rice (secretária de Estado dos EUA) elogiou publicamente essa aliança. Ela disse que é uma iniciativa política muito interessante, entre três países de três continentes diferentes, de culturas diversas, mas ao mesmo tempo são três nações democráticas, multirraciais e multiculturais, cuja aliança poderá servir de exemplo para outros países.

Além disso, já temos um acordo com a Índia dentro do âmbito do Mercosul. Agora queremos um acordo trilateral entre o Mercosul, a África do Sul e a Índia, a maior área de livre comércio que conseguirmos entre os países do sul.

**Isto É** – A Rodada de Doha, da OMC (para redução dos subsídios agrícolas), na qual o Brasil apostou muito, está paralisada. Há sinais de que o impasse possa ser desfeito?

**Celso Amorim**– Os lobbies agrícolas do mercado europeu são muito fortes e são eles, principalmente, que estão criando mais dificuldades para nós. Seria realmente uma pena não concluir a Rodada Doha. Continuamos lutando. Recentemente, falamos com o G-20, que manifestou interesse em retomar as negociações. Creio que todos estão interessados e ainda esperançosos com um acordo, porque a impossibilidade de se chegar a um consenso foi uma derrota para todos.

**Isto É** – O sr. rebate com vigor as críticas de que o Mercosul implodiu. Mas se está tudo tão bem, então por que o Uruguai quer fazer um acordo de livre comércio com os EUA?

**Celso Amorim**– Acho que o Uruguai tem muitas razões de queixas contra o Mercosul. Por exemplo, o acesso ao mercado brasileiro tem sido muito restrito. O Brasil tem que liberar mais, porque é muito maior. O comércio internacional não deve só ser competitivo, tem que ter vantagens comparativas. Então, algumas coisas a gente tem que comprar deles. E a nossa estrutura burocrática está voltada só para o Brasil; não há uma visão integrada. O Brasil é muito maior do que o Uruguai e o Paraguai e isso causa mais problemas para eles. Temos que trabalhar para que esses dois vizinhos tenham uma inserção, temos que abrir mão de produzir tudo e temos que escoar mais, proporcionar condições de financiamento para eles.

**Isto É ISTOÉ** – Mas além disso, há muitos entraves burocráticos...

**Celso Amorim**– É verdade. O presidente Lula citou um exemplo de um avião que o Brasil

doaria ao Senegal para combater uma praga de gafanhotos. Mas quando se conseguiu liberar o avião, mais de um ano depois, a praga de gafanhoto já tinha devastado as plantações. Há um problema similar com o Uruguai. Eu estou negociando para importarmos água mineral de lá, que eles exportam para o mundo inteiro, menos para o Brasil, por conta de uma norma técnica. Até sair a portaria que mude a norma é um sofrimento.

**Isto É** – E nós temos um grande superávit com eles...

**Celso Amorim** – O Brasil não pode exportar US\$ 1 bilhão para o Uruguai e importar só US\$ 500 milhões; precisamos exportar US\$ 1,5 bilhão e importar US\$ 2 bilhões. Como? Com a indústria automobilística, por exemplo. Partes dos carros poderiam ser produzidas no Uruguai ou no Paraguai. O banco, ou os faróis, qualquer coisa. É isso que a Europa fez, é essa cultura de integração que ainda não existe totalmente.

### **Entrevista do Presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, “O Estado de São Paulo”, 3 de dezembro de 2006**

“Ou se ajusta o preço ou se raciona o gás. E não vamos fazer racionamento”

Presidente da estatal diz que preço do produto tem de ficar mais equilibrado por causa do aumento da demanda

Beth Cataldo, Irany Tereza, Kelly Lima e Nicola Pamplona

As distribuidoras estaduais de gás deveriam arcar com o reajuste do produto, evitando repasse ao consumidor. A opinião é do presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli. Margem de manobra para isso elas têm, garante o executivo, que recebeu sexta-feira a equipe do Estado para uma entrevista que se estendeu por hora e meia. “Digo a vocês que a diferença é sete ou oito vezes mais entre o preço que as distribuidoras pagam a nós e o que o consumidor paga a elas. A margem é muito grande”, garante, alegando que a Petrobrás absorveu reajustes

sucessivos do gás boliviano de 2003 a 2005 e repassou às distribuidoras apenas metade do aumento de 90% de setembro de 2005 até agora. “A regra do mercado é: quem ganha num momento, perde no outro.” A única certeza é que a Petrobrás vai reajustar o produto. Para ele, o atual crescimento da demanda não deixa alternativa. “Ou se ajusta preço ou se faz racionamento. E não vamos fazer racionamento.” Também com relação ao preço da gasolina, Gabrielli afirmou que o consumidor não deve temer sobressaltos para 2007, até porque sua estimativa é de preços declinantes para o petróleo. Gabrielli deu a entender que pretende continuar à frente da estatal na segunda gestão do presidente Lula e fez uma verdadeira profissão de fé às políticas de governo.

Já há uma avaliação sobre a situação no Equador?

Não. Precisamos esperar o presidente eleito (Rafael Correa) tomar posse para definir as políticas dele. Estamos satisfeitos com o resultado da eleição. Achamos que todo resultado eleitoral expressa avanço democrático de diversos povos, são processos legítimos.

No caso da Bolívia, houve críticas à atuação do governo. Ele poderia ter sido mais forte no episódio?

A posição do governo foi fundamental para abrir possibilidades de continuar um diálogo empresarial. Foi extremamente importante para chegar aos resultados a que chegamos. Os contratos são equilibrados. As empresas, a Petrobrás, a Repsol e a Total (sócios nos dois maiores campos produtores do país) não vão ter prejuízos. Os contratos permitem a retomada de investimentos, garantem condições de rentabilidade atraente. É claro que a Bolívia mudou a cobrança de tributos sobre hidrocarbonetos, mas isso é uma decisão do povo boliviano e é legítima.

Como fica a expansão da empresa na América do Sul com a onda nacionalista?

Continuamos com a intenção de investir na América do Sul. Em 2006, assinamos memorando de entendimentos com a Petroperu, no Peru, que

amplia nossas atividades naquele país. Estamos ultimando as negociações em vários projetos na Venezuela. Assinamos compromisso de investimentos na Colômbia. Temos possibilidade de retomar investimentos na Bolívia. Estamos com estudo de impacto ambiental para exploração de um bloco no Equador. Compramos atividades de distribuição no Uruguai, Paraguai e na Colômbia. Estamos em várias frentes de atividades na América do Sul.

Existe espírito xenófobo com relação à Petrobras?

Não. O que há hoje no mundo é que, à medida que se tem uma fase longa de preços altos do petróleo, é evidente que governos queiram aumentar sua participação na renda. É um processo cíclico. O grande problema da segurança energética força um aumento de novos investimentos, a disputa pela renda petroleira, e os agentes todos, incluindo o governo, querem maior papel. Ou aceitamos isso ou saímos do setor. Conviver com a crise faz parte do nosso negócio.

Isso pode também acontecer no Brasil?

No Brasil estamos vivendo conflitos intensos. Agora mesmo na questão da 8ª Rodada. É um exemplo de conflito que existe na sociedade. É normal que existam diferentes posições de como fazer o acesso aos recursos de hidrocarbonetos e se tem que, democraticamente, solucionar conflitos.

No caso do leilão, houve indícios de que a Petrobrás seria a principal beneficiada com a suspensão...

As descobertas futuras (de petróleo) dependem fortemente de novas áreas exploratórias, cuja oferta é feita por meio de leilão. Inibir a realização de um leilão afeta, no longo prazo, o ritmo das atividades exploratórias no País. No nosso caso, afetaria limitando nosso apetite contratual. Mas a anulação do leilão, a conturbação do processo, não contribui para aumentar a atividade no País.

A suspensão do leilão, voltado para o setor de gás, prejudica a meta de auto-suficiência?

Não no curto prazo. Toda a perspectiva de

crescimento da produção da Petrobrás para os próximos anos, de atingir a 71 milhões de metros cúbicos até 2011, é totalmente baseada nas reservas existentes. Não posso dizer simplesmente que a suspensão do leilão vai afetar qualquer coisa, porque pode ser que dentro de dois ou três meses ocorra nova rodada.

A medida da Aneel de reduzir a disponibilidade das térmicas pode impactar a área de gás e energia?

Não tem redução de disponibilidade de térmica nenhuma, pelo que eu saiba. Há uma visão diferente entre o ONS e os agentes de termoeletricas. No nosso caso, por exemplo, temos 4 gigawatts de capacidade e só vendemos um. Há 3 GW não contratados. Temos de discutir o equilíbrio entre o regulatório, o contratual e o físico. Querer que tenhamos disponibilidade de gás para quem não tem contrato com fornecimento é complicado. Mas não afeta o consumidor final. É uma questão entre os produtores e os distribuidores e envolve o grande consumidor. O consumidor livre de energia do Brasil, que não quis fazer contrato porque para ele era melhor, agora terá de pagar. Ele ganhou no tempo em que não fez contrato, agora terá de pagar mais.

Ele vai acabar repassando isso para os preços...

E por que não repassou enquanto ganhou? Ele ganhou quanto nos últimos três anos? A regra do mercado é: quem ganha num momento, perde no outro.

O consumidor quer saber se vai ter gás e a que preço.

O gás que chega para o consumidor final não é afetado em nenhum momento. É muito pequeno o volume do gás do consumidor doméstico, veicular. Não vai faltar. Nenhum programa emergencial ou de contingência que existe hoje em preparação considera faltar gás num horizonte longo. Existe uma regra que diz que tem de atacar o grande com o grande. O grande consumidor hoje é o industrial, a termoeletrica. São 6 milhões de metros cúbicos de gás para todo o mercado de gás natural veicular do País, numa demanda total de 45 milhões. Gás domiciliar é menos

ainda. E eles (consumidores domésticos e de GNV) são prioridade total. Como produtora e transportadora de gás, a Petrobrás é proibida pelo sistema regulatório de distribuir gás ao consumidor final. Ela não pode dizer que o gás é para veicular, para térmica, para domicílio. Quem decide para onde vai o gás e o preço que o consumidor paga é a distribuidora. No caso de São Paulo, a Comgás, a Gás Brasileiro etc. De janeiro de 2003 a setembro de 2005, o (preço do) gás que vendemos às distribuidoras praticamente não se alterou. Em 2003, trazíamos 9 a 10 milhões de metros cúbicos da Bolívia e pagávamos por 24 milhões. Seguramos o preço, apesar de reajustar o preço da Bolívia a cada três meses. Não repassamos às distribuidoras e o consumo brasileiro foi crescendo até chegar, em 2005, a 24 mil metros cúbicos. Falamos: a partir de agora vamos recompor os preços aos nossos custos. De setembro de 2005 para cá, os preços na Bolívia subiram em torno de 90%. No Brasil, subiu metade para as distribuidoras. Para o mercado consumidor subiu entre 20% e 25%, dependendo da distribuidora. A margem de ganho das distribuidoras cresceu. A Petrobrás perdeu, porque não repassou os valores, e as distribuidoras também não repassaram tudo o que poderiam para o mercado interno, que estava com demanda muito grande. Mas a Petrobrás não tem nada a ver com isso. Principalmente em São Paulo. Nos outros Estados, até participamos, minoritariamente, em algumas distribuidoras estaduais.

Foi erro de estratégia?

Nem um pouco. A expansão é correta. A retomada do reajuste de preço também. Temos de fazer com que os preços fiquem mais equilibrados. Não estamos retraindo (o consumo), estamos nos ajustando ao volume do mercado. Não tem outro jeito: se a demanda cresce, ou se ajusta preço ou se faz racionamento. Não vamos fazer racionamento. Digo a vocês que a diferença é de sete ou oito vezes mais entre o preço que distribuidora paga a nós e o que o consumidor paga a elas. A margem é muito

grande. Há possibilidade de eles não repassarem porque, se elevarem muito o preço, o consumidor final sai do gás natural e vai para o GLP ou volta para a energia elétrica. Ele (distribuidor) sabe que tem um limite.

A idéia é que o distribuidor absorva esse aumento?

Quem está absorvendo nesse momento somos nós (Petrobrás). Esse é o ponto. É evidente que a margem para a indústria é menor do que para o consumidor final. Como o grande consumidor também faz contrato de longo prazo, tem margem menor para a distribuidora. Aí tem de ser caso a caso. Por isso, quando se pergunta qual o percentual de aumento, não dá para dizer, porque estamos discutindo novas fórmulas de contrato com as distribuidoras.

Qual a projeção para os preços do petróleo em 2007?

Temos hoje uma oferta muito próxima da demanda no mercado mundial, em torno de 83 milhões, 84 milhões de barris por dia. No entanto, como há instabilidades, a volatilidade tende a ser grande. Nossa expectativa é de que o preço do petróleo nem vai cair nem se elevar dramaticamente, mas ficará flutuando muito. Enquanto a flutuação se mantiver, não tem por que alterar os preços (dos combustíveis). O Brasil tem uma política interna de preços que minimiza essa volatilidade. Durante este ano, por exemplo, os preços subiram 30% e baixaram 20% em duas semanas, três semanas. Nós não tivemos esse efeito no Brasil. A tendência para 2007 é de preços declinantes, porque os investimentos estão crescendo, a produção tende a crescer.

A auto-suficiência se mantém com um crescimento mais pujante da economia?

A Petrobrás investiu entre janeiro e novembro deste ano R\$ 22,6 bilhões. No ano que vem, vamos investir R\$ 47 bilhões. Esse investimento independe do curto prazo. Vamos sair da produção atual de 2,4 milhões de barris para 3,4 milhões de barris em 2011. Em 2015, nossa meta é de 4,5 milhões de

barris por dia. É a metade da Arábia Saudita de hoje, é maior do que a Exxon, a maior produtora privada do mundo. Estamos projetando, em termos de auto-suficiência, crescimento médio de 4% do PIB até 2011. Projetamos produção 20% acima do consumo nacional. Temos uma folga.

O senhor está preparado para outros quatro anos discutindo preços aqui na Petrobrás?

Olha, se o presidente Lula e o governo brasileiro indicarem meu nome para continuar, eu estou. Agora, não depende de mim. Depende do Conselho de Administração da Petrobrás, que é controlado pelo governo.

A diretoria da Petrobrás continuará como está?

Não posso responder a essa pergunta. Tudo isso depende do Conselho de Administração. Em nenhum momento é minha a decisão. Posso aceitar ou não, claro. Posso dizer: aceito ou não. Agora dizer qual vai ser a decisão do conselho...

É possível sair para exercer um cargo no ministério?

Não comento rumores. Estou presidente da Petrobrás e serei presidente da Petrobrás enquanto o conselho quiser me manter. Quando não quiser, voltarei a ser professor universitário.

### **Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à revista “América Economia”, Santiago, Chile, 11 de dezembro de 2006**

**O BRASIL NÃO VAI PRATICAR A “DIPLOMACIA DAS CANHONEIRAS”**

O conflito com a Bolívia em torno da nacionalização do petróleo vem sendo resolvido da maneira adequada e o mesmo será feito com o Equador, assegura o chanceler brasileiro em entrevista exclusiva à nossa repórter Solange Monteiro. Para Amorim, na prática, a América do Sul já é uma área de livre comércio e o Mercosul entra agora numa nova fase, com a adesão da Venezuela e a presidência brasileira.

**América Economia:** Como projeta a política exterior para o segundo mandato de Lula?

**Celso Amorim:** A prioridade é a integração da América do Sul. É fundamental para o Brasil do ponto de vista político, é o nosso entorno. Não podemos conceber o desenvolvimento do País separado da América do Sul, que já é nosso segundo parceiro comercial – o primeiro é a União Européia –, já é mais do que os EUA para nós e, por outro lado, num mundo de blocos em que vivemos, a integração sul-americana é essencial.

**América Economia:** Está nos planos fortalecer um papel de liderança do Brasil na região?

**Celso Amorim:** Liderança não se postula. Emerge de forma natural a partir de comportamentos que têm a ver com ser capaz de colocar os interesses globais do mundo ou da região num plano tão importante quanto o interesse nacional. Nos acordos comerciais, estamos trabalhando para a América do Sul como um conjunto. Hoje, na prática, temos uma zona de livre comércio sul-americana. Às vezes dizem que o Brasil ficou isolado porque o Peru e a Colômbia assinaram TLC com os EUA. Na verdade, nós assinamos com eles antes. Não são acordos idênticos aos dos EUA, porque temos outras prioridades. Nesse contexto, o Brasil procurou levar em conta as assimetrias. Isso, na prática, pode ser qualificado como liderança, ser capaz de fazer mais pelos outros que são menos desenvolvidos. Mas não estamos disputando liderança com ninguém.

**América Economia:** Os esforços até agora frustrados para conseguir uma cadeira na ONU e a derrota em eleger o diretor da OMC mostram perda de liderança?

**Celso Amorim:** O Brasil foi candidato a mais de 20 postos. Foi o mais votado para o Conselho de Direitos Humanos, foi eleito para a Comissão de Reconstrução da Paz. Foi, mais uma vez, eleito membro do Ecosoc, conselho econômico e social da ONU. Temos que colocar as coisas em perspectiva. No caso da OMC, tínhamos alguma esperança de vencer. Mas, no fundo, indicar o

embaixador Seixas Corrêa fazia parte do processo de consolidação do G-20. O Brasil tem hoje mais prestígio na OMC do que há quatro anos. Posso dizer isso porque já fui embaixador lá, já fui ministro, assinei o acordo de Marrakesh, vivi essa experiência pessoalmente. Hoje, não se dá um passo maior sem que o Brasil seja ouvido. E estamos satisfeitos com Pascal Lamy, que respeita muitíssimo o Brasil. Quanto ao Conselho de Segurança, não é algo que ocorra num dia. E o Brasil tem o apoio de muitos países sul-americanos.

**América Economia:** Mas há conflitos na região, como com a Bolívia e o Equador, que agora também sinaliza intenção de nacionalizar o petróleo.

**Celso Amorim:** Ter liderança não quer dizer tirar a soberania de outros países. A Bolívia decidiu nacionalizar os hidrocarbonetos, depois de um período difícil. Logo chegamos a uma negociação aceitável, que inclusive foi aceita por outras companhias de fora da região. E conseguimos preservar o mais importante, que é a garantia do suprimento de gás para o Brasil. O caso do Equador vamos discutir da mesma forma. Não podemos impor. O Brasil não pode fazer da Petrobras o que era a Standard Oil nos anos 50, que condicionava a posição diplomática dos EUA. Há que ver isso de maneira equilibrada e adequada.

**América Economia:** O País não teria sido pouco severo com a Bolívia?

**Celso Amorim:** Qual seria a alternativa? Botar tropa na fronteira? Não se pode pensar uma política externa no abstrato; há que pensar uma linha de ação com base em alternativas possíveis. É possível fazer a Bolívia voltar atrás no processo de nacionalização no grito? Não. Então adotamos a postura de respeito e diálogo firme. Tínhamos três problemas importantes: o preço, a indenização das refinarias e, o mais importante, a questão da produção e exploração viável que garanta o suprimento. Isto já está resolvido de maneira adequada para nós. A diplomacia das canhoneiras acabou e o Brasil não vai praticá-la. Isso não quer dizer que não seja firme.

Ajudamos a Bolívia na questão da dívida, em outras ocasiões, e esperamos da Bolívia, por exemplo, tratamento equânime no que diz respeito ao brasileiros na reforma agrária. Assim são as coisas. As alternativas que outros imaginam que poderia existir ou não existem ou seriam desastrosas.

**América Economia:** O Mercosul é visto como uma confusão e a política exterior brasileira, como mais ideológica que comercial. Qual é a sua opinião?

**Celso Amorim:** A Argentina é nosso segundo parceiro comercial. Vamos exportar para eles este ano mais de US\$ 10 bilhões. O total de nosso comércio vai chegar a US\$ 17 bilhões. O fato de o bloco impedir outros países de fazer acordos de livre comércio é uma opção a ser feita. O Mercosul é uma união aduaneira, porque pretende ser o germe de uma integração mais profunda. Não vejo nada de ideológico. Aliás, o Mercosul foi iniciado por Collor e Menen. Eles é que decidiram que deveria ser uma união aduaneira, porque ganha uma consistência maior no longo prazo e teoricamente deveria beneficiar os países menores, que teriam acesso a mercados grandes. Isso não aconteceu de todo. Por isso, o presidente Lula tem repetido que temos que fazer mais pelas economias menores. O caso é que, por motivos variados, a mentalidade Mercosul não passou muito além das chancelarias.

**América Economia:** Qual o sentido de incluir a Venezuela no bloco?

**Celso Amorim:** Primeiro, a Venezuela é uma economia importante; será a terceira economia do Mercosul, com grande volume de recursos energéticos. Não há integração real se não houver a energética. Basta olhar o exemplo europeu, que começou com a Comunidade do Carvão e do Aço. E a Venezuela faz com que o Mercosul ganhe a cara da América do Sul. Antigamente pensavam que o Mercosul era o mercado comum do cone sul. Isso acontecia até no Brasil, onde as pessoas propunham criar o “Merconorte”, porque os Estados do Nordeste e do Norte não se beneficiavam do

Mercosul. A entrada da Venezuela muda isso radicalmente e dá uma dimensão muito mais internacional ao bloco.

**América Economia:** Quais as perspectivas para a Comunidade Sul-Americana de Nações?

**Celso Amorim:** São dois processos que se desenvolvem paralelamente, até com uma dose de superposição. No Mercosul, uma condição básica é ter tarifa externa comum. Há países na América do Sul que já têm acordos de livre comércio fora da região ou estão em processo de negociação. É o caso do Chile, que já tinha, Peru e Colômbia, que negociaram, e portanto não podem fazer parte da união aduaneira. Mas podemos ter um processo de integração correndo em duas velocidades. A área de livre comércio tem que ser harmonizada aos poucos.

**América Economia:** O que esperar da relação entre o Brasil e os EUA?

**Celso Amorim:** São dois dos maiores países do continente americano, então essa sempre será uma relação especial, sempre haverá um diálogo importante e privilegiado. Mas não significa que temos que seguir em tudo uma agenda definida por Washington, da mesma forma que eles não vão querer seguir os preceitos de Brasília. Os EUA continuam sendo nosso principal parceiro comercial individual, principal investidor no Brasil. Vamos trabalhar para que isso se aprofunde, mas de uma maneira benéfica para os dois países.

**América Economia:** Nesse sentido, a proximidade do Brasil com Venezuela não é prejudicial?

**Celso Amorim:** Nossa posição com Venezuela não é feita para agradar ou desagradar ninguém.

### **Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal “La Nación”, Buenos Aires, Argentina, 13 de dezembro de 2006)**

Brasil quiere diálogo

Sin tomar distancia del diferendo entre la

Argentina y Uruguay por las plantas de celulosa, el canciller de Brasil, Celso Amorim, dijo, durante una entrevista con La Nacion, que su presidente, Luiz Inacio Lula da Silva, “está dispuesto” a fomentar un acercamiento entre sus pares Néstor Kirchner y Tabaré Vázquez, pero advirtió que “ambos deberían pedírselo”. También señaló que la actitud de su gobierno en el diferendo “nunca fue de omisión ni de intromisión”, y abogó por el éxito de la gestión del embajador Juan Antonio Yáñez, designado por el rey Juan Carlos de España

para facilitar el diálogo. “Si no dialogan, no van a solucionarlo”, resumió, cual mensaje hacia ambas márgenes del Río de la Plata.

Poco antes de reunirse anoche con Kirchner en la Casa Rosada, Amorim no tenía expectativa alguna sobre la posibilidad de que Brasil asumiera un papel activo en el diferendo. “Al menos, en esta etapa”, dijo, respetuoso de la gestión de Yáñez y de la convocatoria a ambas partes de la Corte Internacional de Justicia de La Haya, prevista para el lunes y el martes próximos.

En el Palacio Pereda, residencia del embajador Samuel Pinheiro Guimarães Neto, Amorim dijo: “Es un tema que ambos presidentes deben conversar y que sólo puede ser resuelto por medio del diálogo. Si en algo podemos ser útiles, bien. Pero tienen que pedirnos que intervengamos. Y eso no ha sucedido”.

Por la mañana, Amorim firmó con su par Jorge Taiana una declaración conjunta en coincidencia con el 15° aniversario de la creación de la Agencia Brasileño Argentina de Contabilidad y Control (Abacc), creada para salvaguardar el respeto a la no proliferación de armas nucleares, el desarme y la promoción de los usos pacíficos de la energía nuclear. Alianza estratégica

A la reunión entre ambos, de una hora de duración, se sumaron los ministros de Planificación Federal, Julio De Vido; de Defensa, Nilda Garré, y del Interior, Aníbal Fernández.

Allí, dijo Amorim: “Decidimos impulsar temas

de desarrollo nuclear, espacial y de defensa. Nosotros no tenemos el poder de Francia y Alemania, pero nos planteamos una alianza estratégica. No estamos para hacer el Airbus. Por algo se empieza. En este caso, por la cooperación en la industria de la defensa”.

Destacó después, con tono diplomático y tacto político, que “no existen problemas serios” en la relación bilateral. “Hace dos años no se hablaba más que de las diferencias por las heladeras”, agregó.

Dijo, en otro momento, que debería reunirse más a menudo con Taiana, “acaso los fines de semana”, aventuró, “para reflexionar en conjunto”.

-¿Perjudica al Mercosur que la Argentina y Uruguay no puedan resolver el diferendo y recurran a tribunales internacionales y mediadores, como el rey de España?

-Es un derecho recurrir a todas las instancias que crean convenientes. Sería mejor que el diferendo no existiera, desde luego, pero deseamos que se resuelva rápidamente. En esta situación, no se puede imponer nada. En la tarea de facilitar el diálogo no puede haber posibilidad de dar lugar a suspicacias sobre la cercanía a uno o al otro. Si no dialogan, no van a llegar a una solución.

-Uruguay siempre quiso que se dirimiera en el Mercosur.

-Y un tribunal trató el caso. Puede acudir al Mercosur cuantas veces sea necesario.

-Chávez dijo que el Mercosur, al igual que la Comunidad Andina de Naciones (CAN), ha muerto.

-La incorporación de Venezuela al Mercosur debe pasar por el Congreso de Brasil. Deberá interpretarla como una expresión de impaciencia. El Mercosur tiene una agenda de realizaciones que es impresionante en derechos humanos, democracia y otras cuestiones.

-¿Incorporó el Mercosur la política exterior de Venezuela?

-Más bien, Venezuela debe adaptarse al Mercosur. Chávez tiene todo el derecho de expresar su opinión. En poco tiempo hemos visto un gran

empuje. A diferencia del Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA), que no empezó, el Mercosur es una realidad. Venezuela le da al bloque la posibilidad de tener un perfil geográfico más importante, como si fuera una vértebra sudamericana, y aporta el tema de la energía.

Las asimetrías existen

Simpático y dispuesto al diálogo, Amorim no miró en ningún momento el reloj ni atendió llamadas telefónicas. En una hora bebió un café y un vaso de agua. A su derecha, dos armaduras flanqueaban el escritorio principal de la biblioteca del Palacio Pereda, recientemente remozado.

“En el Mercosur hay que hacer algo sin lesionar a los otros socios”, señaló después de un breve silencio. Se refería a las asimetrías denunciadas por Uruguay y Paraguay. Luego agregó: “El Mercosur debe ser más equilibrado”.

-¿Mejoró la relación de Brasil con Bolivia después de la decisión de Evo Morales de nacionalizar los hidrocarburos?

-Está más distendida. No desaparecieron los problemas, pero no hay señales de confrontación. Está resuelto lo más sensible: el contrato de exploración del gas. El objetivo es exportar el gas de Bolivia a Brasil. Yo creo que se puede hablar de inversiones sin hablar del precio.

-¿Es contraproducente que algunos países, como Perú y Colombia, negocien acuerdos de libre comercio con los Estados Unidos?

-Cada país tiene el derecho de buscar el camino que crea conveniente. En eso se basa el pluralismo. Yo no estoy en contra de un acuerdo entre el Mercosur y los Estados Unidos, por ejemplo. Podemos no compartir el objetivo, pero no sería inaceptable en momentos en que vemos una progresiva unión de América del Sur.

-¿Vislumbra algún cambio en la región con mayoría de número demócrata en el Congreso de los Estados Unidos?

-Si estuviéramos negociando un acuerdo con

los Estados Unidos, estaría preocupado. Nuestro gran tema es el agrícola, que se debate en la Ronda de Doha. Lo que importa no es el partido que domine el Congreso, sino los Estados de los cuales provienen los legisladores.

-¿Qué hacen, mientras tanto, Brasil y la Argentina para seducir a sus vecinos?

-Eso, la seducción, es lo que ejercen los demócratas.

-¿Qué significa ser la cara de su país en el exterior?

-Yo tengo que ser su abogado.

-¿En qué quedó el escándalo del Partido de los Trabajadores (PT)?

-Todo fue alimentado por el combustible de las elecciones. Fue desproporcionado. Se impuso finalmente el liderazgo personal del presidente Lula, lo que ha hecho por los pobres. En lo personal, tengo una gran afinidad con el proyecto de reforma social.

-Si tuviera que limpiar de conflictos la estantería de la relación con la Argentina, ¿por cuál empezaría?

-Por el fútbol.

Fernán Saguier y Jorge Elías

### **Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, revista “Época”, 17 de dezembro de 2006**

Chávez tem o estilo dele. O nosso é outro  
DIPLOMACIA

A Venezuela não ameaça a liderança do Brasil na América do Sul, afirma o ministro

GUILHERME EVELIN E MARCELO MUSA CAVALLARI

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, está como Édith Piaf. Como a cantora francesa, que imortalizou os versos de “Non, Je Ne Regrette Rien”, o chanceler diz que não se arrepende de nada do que foi feito na política externa brasileira nos últimos quatro anos. Não se esperem, portanto, mudanças bruscas para o segundo mandato do

presidente Lula, apesar das muitas críticas de que o Brasil teria, de forma temerária, relegado a segundo plano as tentativas de acordo comercial com os Estados Unidos e a União Européia. Segundo o ministro, ocorrerão apenas ajustes de sintonia fina - como uma maior ênfase à integração da América do Sul. Um dos primeiros passos será consolidar a entrada no Mercosul da Venezuela, comandada pelo presidente Hugo Chávez. Amorim é um dos poucos ministros sobre os quais há poucas dúvidas de que ficarão no segundo mandato de Lula. Seu prestígio com o presidente pode ser medido por um fato singular. No próximo governo, não haverá mais políticos no comando de embaixadas no Brasil no exterior - apenas diplomatas de carreira. É uma velha aspiração dos profissionais do Itamaraty, só agora atendida.

**Época** - A principal crítica em relação à política externa é que ela, aparentemente, teria dado as costas para os países ricos e se concentrado na aproximação com a África, por exemplo. O senhor faria algo diferente no segundo mandato...

Celso Amorim - “Non, je ne regrette rien” (não, não me arrependo de nada). O crescimento do comércio com países como Nigéria ou Angola foi espetacular, sem prejuízo do crescimento do comércio com os Estados Unidos e a União Européia, que estão em níveis recordes. É claro que a gente ia colocar ênfase onde não havia ênfase. Os empresários brasileiros já sabem qual o caminho para chegar à Bolsa de Chicago. Agora, para ir à Índia ou à Nigéria, ele precisa que o governo ensine.

**Época** - Então não mudará nada na política externa?

**Amorim** - Haverá pequenas correções ou ajustes de intensidade. Haverá certamente uma maior intensidade na questão da integração sul-americana. Já avançamos enormemente. Hoje em dia, a América do Sul já é um conceito político. Agora, cada avanço exige novas adaptações, porque são países que historicamente estiveram apenas voltados para suas relações com antigas potências coloniais ou neocoloniais. Isso exige um esforço muito grande.

Não basta que o presidente ou o chanceler sejam integracionistas. É preciso que o guarda de esquina seja integracionista.

**Época** - Quais serão os objetivos para os próximos quatro anos?

**Amorim** - Em primeiro lugar, na parte de Mercosul, consolidar a integração da Venezuela. Já existe um cronograma básico, mas ele tem de ser detalhado, em termos de tarifa externa comum, de liberação comercial e incorporação das normas do Mercosul. Na parte comercial, há ainda uma enorme agenda com a concretização prática dos acordos que já existem entre Mercosul e países andinos e toda a parte da integração física. E tem ainda a parte política. Vamos agora para o Parlamento do Mercosul. Ele será instalado ainda neste ano e temos de começar a pensar já num parlamento sul-americano.

**Época** - O senhor mencionou a integração com a Venezuela como um dos principais objetivos. Mas ter Hugo Chávez como amigo é uma coisa. Tê-lo como sócio deve ser mais complicado...

**Amorim** - Isso não é um problema, nem uma preocupação. O presidente Chávez cumpriu o que é necessário para ser membro do Mercosul. Conhece muito bem os tratados e as regras.

**Época** - Ele não vai querer liderar o Mercosul?

**Amorim** - É óbvio que vai querer influir. Os membros do Mercosul hoje são cinco. Amanhã poderão ser seis. Os modelos terão de vir por consenso. Ele terá de expor suas idéias. As idéias que prevalecerão serão as que obtiverem consenso.

**Época** - Brasil e Venezuela divergem sobre o ritmo da integração sul-americana. Chávez fez críticas à lentidão do processo. Como conciliar essas visões opostas?

**Amorim** - Como o presidente Lula perdeu três eleições presidenciais antes de ganhar a primeira, ele agora tem paciência para certas coisas que exigem tempo. O presidente Chávez tem a ótica dele, mas não acho que os objetivos não sejam parecidos.

**Época** - Mas Chávez faz concessões?

**Amorim** - Temos tido relações comerciais muito boas com a Venezuela. Nas situações em que precisamos exercer alguma persuasão, ele ouve o presidente Lula e, às vezes, segue. No caso do referendo de 2004 (que deu a Chávez o direito de permanecer no poder), a maneira de

conduzi-lo, a permissão para observadores internacionais foram decisões soberanas da Venezuela, mas nós tivemos um papel em fazer ver que isso era bom para a Venezuela.

**Época** - Ele é uma ameaça à liderança do presidente Lula na América do Sul?

**Amorim** - O presidente Chávez tem um lado simbólico. Ele encarnou uma revolta muito forte contra a percepção de uma política puramente oligárquica em vários países da América Latina. A gente não concorda com tudo o que ele faz e diz, mas ele sem dúvida representa esse fato positivo. O Brasil, apesar de ter passado por um período militar longo, tem instituições já tradicionais, mais arraigadas que em outros países da América Latina. Temos nosso caminho, a Venezuela tem lá o dela. Agora, o estilo de dirigentes é muito pessoal. Depende da situação de cada país. Vamos seguir nosso caminho. Na medida em que eles são compatíveis, não vejo nenhum problema.

**Época** - A influência que Chávez exerce sobre o presidente da Bolívia, Evo Morales, não representou um problema para os interesses brasileiros?

**Amorim** - Os interesses brasileiros foram totalmente preservados nesse episódio. A gente tem de saber um pouco distinguir às vezes o ruído da realidade e negociar seriamente. A Bolívia tem direito de nacionalizar seus recursos naturais e tinha a percepção de que as condições de exploração do gás eram injustas. O problema do Brasil era ter um acordo que fosse satisfatório. Tanto foi satisfatório que foi copiado por outras empresas multinacionais. Nunca faltou uma gota de gás da Bolívia para o Brasil.

**Época** - A formação do G-20 (bloco dos países em desenvolvimento na Organização Mundial

de Comércio) parece ter sido a ação mais bem-sucedida de política externa do governo. Agora ela tem rachaduras, como desentendimentos com a Índia na questão agrícola. Como preservá-lo?

**Amorim** - O G-20 mudou para sempre o panorama de negociação na OMC. À medida que você vai chegando perto de uma decisão final, as nuances vão aparecendo. Então nosso desafio será manter a unidade, apesar dessas nuances. Muita gente gostaria de fazer dessas nuances enormes divergências. Mas esquecem de dizer que, se não tivéssemos criado o G-20, não chegaríamos aonde chegamos. Teríamos obtido um acordo em Cancún (conferência da OMC realizada no México em 2003) totalmente desfavorável para nós e teríamos de esperar mais 20 ou 30 anos para ter outra negociação agrícola.

**Época** - Qual a perspectiva de destravar as negociações na OMC?

**Amorim** - Destravar é uma palavra da moda. Mas isso aí, como dizia o Garrincha, “tem que combinar com os russos”. E nisso os russos não são os russos...

**Época** - São os americanos e os europeus...

**Amorim** - É, mas sou otimista. Seria uma tragédia para todo o mundo você não concluir a rodada de negociações, inclusive para os países ricos, e não só para o Brasil. Estamos falando, no caso dos Estados Unidos, de alguns bilhões de dólares, gastos com subsídios distorcidos, que poderiam ser usados em pesquisas tecnológicas, em irrigação e muitas outras coisas na área agrícola.

**Época** - Como fica a negociação da Alca daqui para a frente?

**Amorim** - A Alca teria de ter uma base conceitual totalmente nova. A Alca não é o formato negociador propício para o Brasil. Se uma negociação voltar a acontecer, terá de ser uma negociação entre Mercosul e Estados Unidos, porque é o que interessa.

**Época** - A Índia se especializou em tecnologia da informação. Qual é a vocação para o Brasil no

mercado internacional?

**Amorim** - O Brasil tem uma vantagem comparativa formidável, que são os biocombustíveis. Isso é reconhecido por todo o mundo. Mas o Brasil vende também aviões e motores de automóveis. É um país muito diversificado e a gente tem de explorar esse conjunto de coisas. Se olharmos a médio e longo prazo, os Estados Unidos são um bloco eles próprios, a China é um grande bloco sozinha. Mas o Brasil sozinho não é um bloco. Daí a importância da integração sul-americana. A gente terá muito mais peso nesses embates internacionais se a América do Sul estiver junto com a gente.

**Época** - A parceria estratégica com a China foi uma boa idéia? Vai chegar uma hora em que China e Brasil serão grandes competidores.

**Amorim** - No governo Itamar Franco, nosso comércio com a China era de US\$ 1 bilhão. Hoje é de US\$ 14 bilhões. Então, para alguma coisa, funcionou, apesar de todos os temores que foram levantados. Em muitas áreas, a China tem nos deslocado. O Brasil vai ter de se sofisticar na área de calçados e confecções. Por outro lado, a China é também um mercado consumidor formidável, se soubermos explorar as oportunidades que existem. Uma promessa que não se concretizou era ter investimento chinês no Brasil. Não correspondeu ao que esperávamos. Em outras partes, eles corresponderam, como na compra de cem aviões nossos, uma encomenda firme.

**Época** - O Brasil se empenhou muito na reforma do Conselho de Segurança da ONU. Mas ela avançou muito pouco, não?

**Amorim** - É óbvio que é uma luta muito complexa, mas ela está ganhando adeptos. Ter formado um grupo como o G-4, com Brasil, Índia, Alemanha, Japão, em defesa da reforma, já é um feito impressionante. Há tentativas de dizer: “Vamos parar, porque não vai sair reforma”. Mas temos chance de conseguir. O impulso pela reforma continua.

**Época** - O envio das tropas brasileiras para

o Haiti mira a vaga no Conselho de Segurança?

**Amorim** - A resposta é não. Viver num mundo pacífico tem um preço. Então os países têm de dar sua contribuição. Ao Brasil e ao continente americano, interessa que o Haiti não vire um Estado dominado pelo narcotráfico e pelo terrorismo. Vou repetir o que ouvi do guatemalteco que atualmente é o representante da ONU lá: “A gente pode ainda não estar bem, mas nunca vi o Haiti tão bem em 40 anos”.

**Época** - Quando a gente deve sair de lá?

**Amorim** - Você está com pressa por quê?  
(risos)

**Época** - Não há prazo para a saída?

**Amorim** - O presidente do Haiti, René Préval, foi eleito há mais ou menos seis meses. É razoável dar pelo menos um ano para ele se estabilizar.

**Época** - Durante a campanha presidencial, o senhor subiu várias vezes no palanque do presidente Lula. Não foi uma politização indevida da política externa?

**Amorim** - O fato de eu ter origem diplomática não quer dizer que não tenha uma sensibilidade política nem que não possa defender um projeto político ao qual a política externa está muito ligada. Há uma percepção de que o Itamaraty seria uma espécie de

Banco Central independente da diplomacia. Mas não é assim. Política externa é política. Tem certos princípios que são permanentes. Mas a maneira de operacionalizá-los com ações é política.

**Época** - O presidente Lula parece ter tomado gosto pela política externa, tanto que bateu recordes de viagens internacionais...

**Amorim** - Se você pegar qualquer mandatário, verá que provavelmente todos eles estão batendo recordes de viagens, porque o mundo está se tornando mais interdependente. O presidente Lula age com grande tranquilidade e desassombro na política externa. Ele não fica impressionado por dormir em Camp David (casa de campo dos presidentes dos EUA, no Estado de Maryland).

**Época** - O senhor quer dizer que ele não é deslumbrado como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso?

**Amorim** - Não estou fazendo essa comparação.

**Época** - Mas foi FHC quem dormiu em Camp David...

**Amorim** - Se o presidente Lula for convidado, ele também irá. Ele sabe a importância disso.



## ÍNDICE REMISSIVO

### A

#### **Ação Contra a Fome e a Pobreza**

31, 135, 138, 231, 233, 242, 272, 290, 295, 327

**Açúcar** 77, 78, 96, 189

**Afeganistão** 70, 221, 261

#### **África**

35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 51, 56, 68, 69, 81, 91, 125, 129, 135, 139, 140, 152, 153, 170, 180, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 195, 198, 209, 232, 238, 240, 272, 292, 294, 377, 385, 420, 422, 463, 464, 484

#### **África do Sul**

51, 69, 76, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 148, 223, 234, 237, 261, 275, 281, 289, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 298, 299, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 308, 309, 311, 312, 317, 408, 409, 429, 452, 453, 458, 464, 465, 467, 468, 470, 476

#### **Agência Internacional de Energia Atômica**

326

#### **Agricultura**

45, 46, 53, 86, 92, 96, 115, 116, 121, 123, 126, 183, 185, 187, 188, 189, 328

**Agricultura Familiar** 227, 368, 373, 405

#### **Alemanha**

101, 232, 234, 235, 318, 327, 328, 358, 412, 422, 457, 460, 474, 486

#### **Algodão**

40, 77, 78, 188, 229, 230, 263, 264, 265, 266, 282, 283, 319, 444, 446, 447

#### **América do Sul**

28, 29, 37, 38, 40, 51, 56, 57, 63, 64, 66,

67, 68, 69, 70, 71, 72, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 102, 103, 126, 139, 140, 146, 153, 160, 163, 164, 165, 172, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 192, 193, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 204, 206, 207, 269, 272, 292, 324, 345, 346, 354, 359, 360, 370, 374, 377, 379, 380, 385, 395, 409, 421, 427, 450, 452, 453, 458, 459, 460, 462, 463, 465, 468, 469, 470, 475, 476, 477, 478, 480, 481, 482, 484, 485, 486

#### **América Latina**

37, 38, 39, 40, 64, 70, 71, 77, 91, 93, 119, 125, 140, 152, 153, 160, 163, 164, 165, 178, 179, 180, 181, 189, 201, 203, 206, 216, 221, 253, 263, 270, 294, 328, 330, 331, 332, 355, 358, 360, 361, 404, 409, 420, 421, 422, 427, 450, 456, 458, 459, 460, 461, 464, 467, 468, 469, 471, 485

**Angola** 148, 484

**Argélia** 31, 188, 234, 286, 363, 418

#### **Argentina**

27, 29, 51, 52, 53, 55, 57, 66, 71, 76, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 108, 121, 164, 172, 173, 176, 177, 180, 194, 195, 206, 208, 213, 215, 216, 221, 227, 230, 234, 244, 246, 251, 252, 253, 254, 256, 263, 268, 269, 277, 278, 327, 331, 374, 375, 376, 378, 379, 381, 382, 383, 384, 386, 387, 388, 389, 392, 394, 430, 445, 446, 456, 461, 470, 471, 472, 481, 482, 483, 484

#### **Armas de Destruição em Massa**

133, 231, 290, 296, 320, 392, 396

## **Ásia**

125, 153, 179, 180, 181, 182, 195, 198, 207, 292, 294, 326, 354, 355, 361, 409, 422, 469, 470

**Austrália** 327, 448, 470

**Áustria** 234, 327

**Autoridade Nacional Palestina** 298, 377

## **B**

**Bélgica** 234, 327, 363

**Biocombustível** 413

**Biodiesel**

35, 39, 80, 86, 126, 184, 187, 188, 189, 199, 239, 292, 301, 304, 305, 400, 402, 429, 432

**BNDES** 199, 365, 366, 460

**Bolívia**

27, 28, 29, 51, 52, 55, 57, 71, 83, 90, 102, 108, 164, 197, 201, 203, 205, 206, 215, 230, 256, 273, 274, 277, 331, 361, 362, 365, 376, 384, 389, 392, 393, 394, 452, 457, 458, 460, 461, 464, 466, 467, 468, 470, 474, 475, 477, 478, 479, 480, 481, 485

**Botsuana** 221, 269, 270, 271, 272

**Bruxelas** 227, 228, 260

## **C**

**Cana-de-açúcar** 86

**Canadá**

92, 147, 167, 168, 235, 256, 261, 327

**Caribe**

28, 52, 55, 67, 77, 91, 140, 175, 176, 177, 197, 212, 263, 328, 330, 331, 332, 355, 361, 381, 427, 475

**CARICOM** 26, 93, 175, 177, 229, 418

**Chile**

31, 55, 67, 90, 91, 93, 100, 103, 108, 164, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 197, 200, 205, 234, 235, 242, 246, 251, 254, 255, 256, 317, 322,

331, 354, 361, 365, 376, 379, 385, 389, 392, 394, 447, 480, 482

**China**

29, 37, 39, 51, 73, 76, 92, 121, 122, 153, 163, 172, 181, 195, 237, 244, 256, 263, 276, 277, 293, 327, 374, 388, 422, 429, 430, 447, 457, 459, 460, 463, 464, 465, 467, 468, 470, 471, 476, 486

**Colômbia**

67, 90, 95, 96, 98, 99, 108, 181, 235, 266, 278, 325, 331, 361, 376, 379, 389, 392, 394, 469, 478, 480, 482

**Comissão Européia** 321, 322

**Comunidade Sul-Americana de Nações**

28, 64, 90, 102, 126, 140, 160, 161, 175, 179, 184, 192, 197, 198, 199, 203, 215, 272, 275, 338, 354, 360, 361, 365, 370, 376, 381, 384, 448, 452, 464, 468, 482

**Conferência de Intelectuais da África e da**

**Diáspora** 36, 37, 43, 183

**Conselho de Segurança**

29, 36, 38, 73, 74, 81, 89, 120, 124, 126, 139, 145, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 160, 185, 219, 232, 236, 245, 259, 261, 263, 267, 268, 270, 272, 288, 289, 290, 293, 294, 298, 318, 321, 322, 326, 327, 328, 330, 331, 332, 355, 358, 359, 385, 388, 391, 396, 409, 411, 412, 421, 422, 448, 457, 464, 465, 467, 468, 474, 481, 486, 487

**Coréia**

73, 144, 147, 148, 151, 223, 231, 235, 320, 322, 326, 327, 330, 467, 469

**Costa Rica** 327, 331

**CPLP** 81

**Cúpula América do Sul-Países Árabes**

184, 324, 395

**Curitiba** 389

## **D**

**Darfur** 387

**Davos** 31, 432  
**Desarmamento**  
148, 149, 151, 231, 290, 291, 296, 297,  
320, 321, 327, 361, 390, 392, 422, 467  
**Desenvolvimento Rural**  
96, 230, 273, 283, 286, 289, 305, 306, 367  
**Direitos Humanos**  
80, 133, 139, 150, 191, 192, 193, 194,  
195, 196, 212, 270, 271, 280, 290, 295,  
318, 327, 328, 329, 354, 362, 368, 377,  
379, 380, 381, 387, 392, 394, 395, 396,  
404, 421  
**Diversidade Biológica** 176, 293, 300

## E

**Egito** 68, 256, 267, 268, 363  
**Eleições**  
49, 77, 88, 163, 164, 193, 197, 270, 331,  
333, 362, 377, 384, 436, 440, 444, 446,  
457, 485  
**Embraer**  
80, 168, 181, 188, 267, 277, 436, 470  
**EMBRAPA**  
35, 155, 183, 187, 232, 270, 271, 276, 324, 328,  
357, 367, 372, 384  
**Energia**  
70, 120, 126, 159, 163, 176, 181, 185,  
200, 207, 232, 238, 239, 257, 275, 280,  
281, 287, 291, 293, 294, 297, 300, 301, 304,  
324, 325, 326, 345, 346, 347, 354, 356,  
359, 363, 377, 381, 388, 393, 399, 409, 459,  
461, 465, 468, 475, 478, 479  
**Equador**  
66, 67, 93, 94, 95, 108, 176, 177, 181,  
193, 206, 286, 331, 376, 377, 379, 384,  
389, 394, 450, 477, 478, 480, 481  
**Espanha**  
31, 94, 227, 234, 235, 261, 277, 327, 331  
**Estados Unidos**  
29, 37, 38, 39, 40, 53, 67, 69, 72, 76,  
77, 87, 92, 95, 96, 101, 121, 143, 152,

168, 172, 177, 180, 181, 187, 188, 189,  
195, 256, 257, 260, 263, 264, 265, 269,  
317, 319, 327, 374, 382, 383, 384, 385,  
396, 400, 423, 424, 425, 427, 428, 429,  
430, 431, 435, 438, 442, 443, 444, 446,  
447, 450, 451, 452, 458, 459, 460, 461,  
463, 468, 474, 475, 476, 483, 484, 486  
**Etanol**  
35, 40, 80, 120, 126, 184, 189, 199, 239,  
274, 276, 292, 301, 304, 305, 417, 429, 475

## F

**FAO** 235, 301  
**Filipinas** 223, 256, 380  
**FMI** 75, 151, 231, 235, 289, 298, 422  
**Fome Zero** 137, 410  
**Fontes inovadoras de financiamento** 135, 327  
**Força Aérea Brasileira**  
237, 243, 246, 256, 273, 286  
**França**  
31, 33, 181, 231, 233, 235, 242, 263, 317,  
322, 327, 418, 431, 436, 460, 463, 465  
**Frango** 330  
**FUNAG** 379  
**Fundo Monetário Internacional** 235, 298

## G

**G-20**  
28, 29, 38, 46, 51, 56, 67, 68, 69, 76,  
80, 92, 93, 111, 112, 113, 115, 116, 117,  
120, 121, 122, 124, 125, 126, 132, 138,  
160, 169, 176, 180, 187, 198, 229, 256, 258,  
263, 281, 282, 285, 299, 355, 359, 409, 423,  
424, 425, 430, 431, 432, 434, 435, 436, 438,  
442, 443, 444, 446, 448, 450, 457, 458, 465,  
474, 476, 481, 485  
**G-4**  
121, 139, 153, 187, 288, 328, 442, 457, 486  
**G-8**  
31, 39, 69, 75, 139, 151, 238, 240, 242,

257, 293, 388, 390, 400, 401, 402, 425, 426, 427, 428, 429, 442, 467

**Gaza** 277, 298, 332, 363, 377, 425

**Genebra**

76, 112, 113, 143, 194, 210, 223, 228, 229, 255, 256, 257, 258, 264, 303, 330, 358, 379, 387, 426, 428, 432, 435, 436, 438, 440, 442, 446, 448, 453

**Grupo de Supridores Nucleares** 326

**Grupo do Rio** 98, 176, 178, 198, 234

**Guatemala**

235, 256, 330, 331, 332, 417, 450

## H

**Haiti**

66, 70, 126, 132, 148, 150, 160, 227, 235, 260, 262, 270, 275, 285, 292, 303, 317, 328, 355, 359, 361, 362, 369, 379, 385, 409, 421, 457, 469, 487

**Hidrocarbonetos**

345, 346, 356, 393, 477, 478, 481

**Honduras** 331, 362

**Hungria** 228, 327

## I

**IBAS**

69, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 223, 261, 275, 281, 289, 290, 291, 292, 293, 296, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 308, 311, 408, 409, 446, 470

**Inclusão Social** 221

63, 87, 137, 199, 204, 221, 302, 308, 356, 393, 397, 466

**Índia**

29, 37, 38, 39, 51, 56, 69, 76, 92, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 222, 223, 235, 236, 237, 244, 256, 261, 275, 281, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 308, 310, 311, 312, 318, 328, 358, 388, 408,

409, 410, 422, 430, 440, 442, 445, 446, 447, 448, 452, 453, 457, 463, 464, 465, 467, 468, 474, 476, 486

**Infra-Estrutura** 163

28, 50, 63, 64, 79, 81, 85, 86, 90, 93, 94, 98, 102, 181, 198, 199, 200, 207, 244, 245, 259, 262, 278, 279, 280, 305, 325, 329, 341, 342, 344, 348, 350, 352, 356, 365, 384, 405, 448, 451

**Instituto Rio Branco**

65, 66, 274, 329, 330, 389

**Iraque**

70, 74, 75, 147, 148, 149, 153, 363, 395, 396, 412, 420, 421

**Itália** 181, 235, 259, 327

**Itamaraty**

65, 66, 70, 71, 78, 89, 105, 106, 109, 123, 124, 125, 142, 143, 150, 232, 237, 242, 243, 244, 246, 261, 269, 270, 274, 275, 276, 277, 278, 321, 323, 325, 332, 362, 363, 365, 379, 380, 384, 393, 425, 427, 446, 457, 460, 462, 463, 464, 466, 467, 468, 471, 474, 475, 476, 484, 487

## J

**Japão**

29, 51, 92, 116, 177, 181, 188, 273, 274, 279, 282, 318, 323, 325, 327, 328, 358, 398, 409, 412, 422, 447, 457, 458, 460, 465, 474, 486

**Jordânia** 244, 363

## K

**Kofi Annan**

35, 132, 137, 147, 149, 150, 151, 245, 259, 260, 262, 317, 328, 362, 379, 420, 421, 436

## L

**Líbano**

65, 70, 74, 75, 81, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 236, 237, 243, 244, 245, 246, 255, 256, 259, 260, 261, 262,

263, 267, 268, 270, 273, 277, 298, 321, 323, 324, 328, 363, 364, 370, 371, 412, 421, 425, 427, 442

**Londres** 242, 243, 255, 411, 414, 423

## M

**Marrocos** 235, 244, 363

### Medicamentos

31, 32, 33, 120, 135, 136, 138, 198, 209, 231, 234, 255, 268, 273, 286, 288, 290, 302, 317, 322, 475

### Meio Ambiente

73, 80, 133, 149, 155, 221, 226, 239, 257, 261, 290, 304, 325, 327, 334, 338, 345, 354, 364, 377, 385, 393, 409, 412, 414, 421

MERCOSUL 232, 272, 273, 278,

279, 280, 284, 285, 366, 369, 380, 388, 393

### Mercosul

27, 28, 29, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 66, 67, 72, 77, 80, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 159, 172, 173, 177, 178, 179, 181, 182, 191, 192, 198, 207, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 228, 230, 244, 245, 246, 269, 275, 277, 278, 279, 280, 284, 285, 291, 301, 324, 325, 359, 364, 365, 366, 369, 374, 375, 376, 380, 384, 388, 389, 391, 392, 393, 398, 405, 406, 409, 436, 442, 445, 447, 448, 451, 452, 457, 458, 459, 461, 462, 464, 466, 468, 470, 475, 476, 481, 482, 485

### México

39, 52, 55, 91, 108, 175, 177, 235, 237, 247, 256, 293, 321, 331, 338, 378, 429, 430, 450, 461, 486

### MINUSTAH

270, 280, 285, 318, 328, 355, 369, 379, 385, 421

**Moçambique** 147, 227, 235

## N

### Nigéria

40, 126, 180, 183, 185, 188, 198, 235, 256, 272, 354, 377, 395, 484

**Noruega** 234, 235, 277, 317, 322, 327

### Nova York

31, 33, 231, 287, 292, 296, 317, 322, 362, 390, 391, 420

## O

**OEA** 108, 252, 254, 270, 331, 377, 404

**OIT** 150, 154, 194, 195, 251, 378, 406

### OMC

28, 32, 45, 56, 65, 67, 68, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 92, 98, 115, 116, 120, 138, 139, 150, 151, 153, 154, 160, 180, 185, 209, 229, 232, 241, 422, 424, 426, 428, 429, 435, 436, 438, 441, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 450, 453, 454, 459, 460, 464, 465, 468, 469, 470, 476, 480, 486

**OMS** 235, 267, 317, 404

### ONU

29, 31, 36, 38, 67, 68, 70, 73, 74, 75, 120, 124, 126, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 185, 221, 222, 228, 235, 254, 260, 294, 326, 327, 328, 359, 364, 383, 390, 391, 396, 411, 417, 420, 421, 422, 429, 430, 436, 453, 464, 465, 467, 468, 474, 480, 486

### Oriente Médio

37, 65, 70, 73, 74, 81, 139, 140, 144, 145, 146, 188, 262, 263, 267, 268, 277, 298, 321, 364, 388, 420, 424, 425, 427, 463

## P

### Palestina

126, 145, 146, 298, 303, 363, 377, 425, 427

### Paraguai

27, 28, 29, 51, 53, 71, 95, 97, 100, 101, 119, 171, 172, 173, 195, 208, 213, 215, 222, 226, 227, 230, 256, 269, 278, 279,

280, 285, 286, 331, 364, 366, 367, 368, 369, 370, 374, 375, 376, 378, 379, 381, 385, 388, 389, 392, 394, 399, 452, 466, 472, 477, 478

**Parlamento do Mercosul**

50, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 280, 366, 376, 388, 389, 485

**Peru**

55, 63, 64, 66, 67, 93, 94, 95, 102, 103, 115, 159, 160, 161, 177, 181, 205, 206, 224, 225, 263, 268, 274, 281, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 340, 341, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 376, 379, 389, 392, 394, 448, 450, 451, 458, 477, 482

**Petróleo** 163, 381

**Portugal** 79, 80, 81, 94, 266, 327, 331

**Propriedade Intelectual**

172, 182, 209, 210, 223, 232, 240, 294, 300, 310, 321, 323, 336, 355, 368

**R**

**Recursos hídricos** 156, 185, 289, 355

**Reforma agrária** 481

**Reforma da ONU**

120, 185, 328, 453, 465, 468, 474

**Reino Unido**

181, 235, 243, 254, 255, 263, 294, 317, 322, 327, 423

**República Tcheca** 327

**Rodada de Doha**

28, 45, 56, 116, 120, 134, 140, 180, 182, 185, 229, 256, 260, 272, 282, 355, 429, 438, 452, 453, 469, 476

**Rússia**

217, 219, 228, 327, 387, 390, 391, 392, 436, 468

**S**

**Sanitários e fitossanitários** 306

**Santiago**

175, 192, 200, 254, 361, 365, 376, 385, 480

**Senado Federal**

108, 143, 262, 267, 274, 276, 279, 280, 363, 388, 405

**Sistema Brasileiro de Televisão Digital** 397

**Suco de laranja** 92

**Sudão** 328, 363

**Suriname**

91, 93, 94, 177, 192, 354, 376, 389

**T**

**Tanzânia** 256

**Terrorismo**

39, 45, 74, 81, 122, 139, 237, 245, 252, 253, 259, 262, 287, 288, 290, 294, 297, 323, 357, 381, 382, 383, 390, 429, 436, 487

**Timor Leste** 235

**Tortura** 150, 195, 380

**Trabalho infantil** 195

**Tunísia** 235, 363

**Turquia**

74, 142, 143, 237, 243, 245, 246, 255, 267, 268, 270, 327, 435

**U**

**Ucrânia** 261, 327

**UNCTAD** 183, 327

**UNESCO** 147, 154, 239, 253, 358

**União Africana**

36, 39, 43, 153, 183, 184, 257, 317

**União Européia**

29, 37, 38, 50, 51, 72, 77, 80, 92, 94, 101, 116, 118, 121, 137, 153, 172, 177, 182, 188, 207, 215, 216, 244, 282, 322, 325, 330, 355, 423, 424, 425, 426, 427, 429, 430, 431, 436, 442, 443, 445, 446, 453, 458, 459, 460, 461, 463, 470, 475, 476, 480, 484

**UNICEF** 235, 317

**UNITAID** 240, 288, 317, 322

**Uruguai**

27, 28, 29, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 66, 71, 75, 91, 92, 95, 97, 100, 101, 112, 119, 164, 167, 172, 173, 194, 195, 206, 213, 215, 218, 221, 225, 226, 230, 235, 256, 264, 278, 279, 280, 331, 364, 374, 375, 376, 379, 388, 389, 392, 394, 428, 443, 452, 454, 476, 478

**USTR** 425, 428, 438

**V****Venezuela**

27, 28, 29, 51, 52, 53, 55, 57, 70, 71, 80, 93, 95, 97, 163, 164, 165, 193,

207, 212, 215, 216, 217, 230, 247, 251, 254, 278, 280, 319, 320, 330, 331, 332, 361, 379, 381, 388, 392, 394, 436, 449, 455, 456, 461, 464, 466, 468, 471, 475, 478, 480, 482, 483, 484, 485

**Vienna** 79, 250, 326

**Z**

**Zimbábue** 222, 256

## **RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL**

Número 99, 2º semestre de 2006

Ano 33

Capa

Hilton Ferrira da Silva

Edição eletrônica e projeto gráfico

Hilton Ferreira da Silva

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman 12 x 18 (textos);

Times New Roman 26 x 31,2 (títulos e subtítulos)

Papel

Supremo 250 g/m<sup>2</sup>, plastificação fosca (capa),  
e 75 g/m<sup>2</sup> (miolo)

Número de páginas

496

Tiragem

1.000 exemplares

Impressão

Gráfica Brasil

Acabamento

Gráfica Brasil